Sheila Schneck

***BEXIGA: COTIDIANO E TRABALHO EM SUAS
INTERFACES COM A CIDADE (1906-1931)***

São Paulo

2016

Sheila Schneck

***BEXIGA: COTIDIANO E TRABALHO EM SUAS INTERFACES COM A
CIDADE (1906-1931)***

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo para obtenção do título de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo**

**Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo**

**Orientador: Profa. Dra. Beatriz Piccolotto
Siqueira Bueno**

São Paulo

2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: shschneck@gmail.com

S358f Schneck, Sheila
Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces
com a cidade (1906 - 1931) / Sheila Schneck . -- São Paulo, 2016
1 v.: il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP.
Orientadora: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

1.Urbanização – São Paulo (SP) 2.Bairros – História – São
Paulo (SP) 3.Trabalho 4.Sociedade 5.São Paulo (SP) - História
6.Bairro do Bexiga – São Paulo (SP) I.Título

CDU 301(1-21)(816.11)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sheila Schneck

***BEXIGA: COTIDIANO E TRABALHO EM SUAS INTERFACES COM A
CIDADE (1906-1931)***

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo para obtenção do título de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo**

**Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo**

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição _____ **Assinatura** _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ **Assinatura** _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ **Assinatura** _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ **Assinatura** _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ **Assinatura** _____

AGRADECIMENTOS

Se o caminho percorrido durante o mestrado já foi árduo, o que dizer dos últimos seis anos, até o término desta tese!... Trabalho de quem teima em chegar ao fim apesar das (muitas) dificuldades, mas que principalmente acredita no que faz.

Ao longo das pesquisas por diversas vezes me identifiquei com personagens que encontrei pelo caminho – nas fontes primárias e em alguns autores que trataram especialmente dos anônimos que tiveram suas “trajetórias de vida marcadas pela instabilidade” –, mas que sempre que necessário recomeçaram. Os tempos podem até ter mudado, mas certas redes de solidariedade tão preciosas permanecem... É a essas pessoas que dedico os meus primeiros agradecimentos: Olga, Ilíada, Lindener, Ana, Keiko, Luciana. Vocês não imaginam o quanto o suporte emocional (e por vezes financeiro) foi importante!!!

Heloísa Barbuy acompanhou minha trajetória desde o mestrado – suas aulas e seus trabalhos me indicaram os primeiros caminhos a trilhar. Maria Lucia Gitahy me ajudou a conhecer os meandros (nem sempre conscientes) que interligam o saber acadêmico/históriográfico ao mundo real. Beatriz Bueno me acompanhou pacientemente durante o todo o percurso, orientando e, sobretudo, acreditando em mim e me apoiando em todas as circunstâncias. Agradeço muito a vocês pelo apoio que deram, cada uma à sua maneira.

Agradeço ainda à CAPES e ao Programa de Pós Graduação da FAUUSP por terem me contemplado com a bolsa de estudos sem a qual teria sido impossível chegar até aqui.

Por fim, não posso deixar de citar André e Camilla. Acima de terem ajudado a viabilizar esta tese, são a referência afetiva e familiar fundamental para os caminhos a serem trilhados daqui para a frente.

RESUMO

SCHNECK, Sheila. **Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931)**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

O bairro do Bexiga foi resultado de um processo político e econômico mais amplo pelo qual passava o país desde a segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da economia cafeeira e a inserção do estado de São Paulo no mercado exportador, envolvendo a Abolição da Escravidão, a instauração da República e a readequação das práticas urbanas de acordo com os parâmetros europeus de urbanização e industrialização. Nesse processo, iniciativas orientadas por um zoneamento e especialização de usos e funções explícitos e implícitos na legislação foram adotados com o objetivo de adequar a capital paulista ao novo papel. Assim, parte das moradias e dos segmentos do comércio de gêneros alimentícios, bem como oficinas, depósitos e fábricas e serviços menos nobres deslocaram-se em direção dos bairros vizinhos ao perímetro central. A especialização das funções urbanas implicou não somente no redesenho das zonas de exercício das atividades produtivas, como também das áreas de moradias exclusivas para determinados grupos sociais. Nesse contexto, em função da demanda, surgiram empreendimentos imobiliários de loteamentos destinados a abrigar moradores e atividades produtivas essenciais à cidade em expansão, dando origem a novos bairros, sendo o Bexiga um caso exemplar desse fenômeno.

Esta tese se propõe a conhecer e compreender de que maneira o bairro do Bexiga se inseriu no movimento de reespacialização social e das funções urbanas – seu papel na reconfiguração da cidade –, assim como suas conexões com o espaço urbano mais amplo. De outro lado, no decorrer do século XX, alguns estereótipos foram construídos como traços determinantes do bairro, conferindo ao Bexiga um caráter de uniformidade funcional, social, étnica e arquitetônica. Assim, outro objetivo desta tese é desconstruir a visão estereotipada do Bexiga como um bairro homogêneo em todas as suas instâncias, destacando: a diversidade das atividades produtivas ali desenvolvidas, a presença e coexistência de diferentes camadas sociais, a presença de grupos étnicos diversos e as diferentes formas de moradia envolvendo bem mais do que as “casas operárias”.

Palavras-chave: São Paulo. História. Urbanização. Bairros. Bexiga. Funções. Trabalho. Sociedade.

ABSTRACT

SCHNECK, Sheila. **Bexiga: everyday life and work in a quarter and its interfaces with the city (1906-1931)**. 2016. Thesis (Doctorate) – Faculty of Architecture and Urbanism, University of São Paulo. São Paulo, 2016.

The quarter of Bexiga was a result of a wider economic and political process through which the country had undergone since the second half of 19th century, with the development of coffee economy and the insertion of the state of São Paulo in the export market, involving the Abolition of Slavery, the establishment of the Republic and the readaptation of the urban practices according to the European parameters of urbanization and industrialization. In this process, initiatives oriented by a zoning and specialization of use and functions explicit and implicit in the legislation were adopted with the objective of adjusting the São Paulo capital to the new role. Thus, part of the dwellings and the commerce of foodstuff, as well as workshops, store houses, factories and less noble services moved towards the neighborhoods of central areas. The specialization of urban functions resulted not only in the redesign of the productive activities zones, but also of the areas of dwellings exclusive for certain social groups. In this context, according to the demand, real state enterprises of housing development arose, aimed at sheltering dwellers and productive activities essential for the expanding city, giving rise to new quarters, and Bexiga was an exemplary case of this phenomenon.

The present thesis aims at knowing and comprehending how the quarter of Bexiga became part of the movement of social and urban functions respatialization – its role in the reconfiguration of the city -, as well as its connections with the wider urban spaces. On the other hand, throughout the 20th century, some stereotypes were built as determining features of the quarter, giving Bexiga a quality of functional, social, ethnic and architectural uniformity. Thus, another objective of this thesis is deconstructing the stereotyped vision of Bexiga as a homogeneous quarter considering all of its aspects, highlighting: the diversity of productive activities developed there, the presence and coexistence of different social strata, the presence of diverse ethnic groups and the different forms of dwellings involving much more than the “proletarian houses”.

Keywords: São Paulo. Story. Urbanization. Neighborhoods. Bladder. Functions. Job.Society.

LISTAS DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – *Planta da Capital do Estado de S. Paulo e seus arrabaldes (1890). Desenhada e publicada por Jules Martin.*

Figura 2 – Esta planta se refere a uma casa a ser construída à rua Manoel Dutra nº 29 (tinta), para Francisco Lamboglia, em 1906

Figura 3 – O projeto de Donato Picasso apresenta parte de uma casa existente, distante cerca de 10,75m do alinhamento.

Figura 4 - Projeto em nome de Stephano Peluso, para construção de casa à rua Santo Amaro, 89.

Figura 5 – Interior de uma vila/cortiço na rua Rui Barbosa n. 32.

Figura 6 – *Planta da Cidade de São Paulo (1881). Levantada pela Cia. Cantareira e Esgotos, Henry B. Joyner, Engenheiro em Chefe.*

Figura 7 – *Planta dos Terrenos do Bexiga (1890). Fernando de Albuquerque, engenheiro civil.*

Figura 8 – *Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes (1890). Desenhada e publicada por Jules Martin.*

Figura 9 – *Planta da cidade de São Paulo (1895). Ugo Bonvicini.*

Figura 10 – *Planta da Cidade de São Paulo, levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal (1916).*

Figura 11 – *Mappa Topographico do Municipio de São Paulo, 1930 SARA Brasil, folha 51.*

Figura 12 – À direita da foto, o palacete da Baronesa de Limeira, seguido das duas casas de aluguel construídas na esquina da Avenida Brigadeiro Luís Antônio com a rua do Riachuelo. Foto: Guilherme Gaensly, 1900.

Figura 13 – Instalação dos trilhos do bonde em trecho da rua Santo Amaro, por volta dos anos 1900, Guilherme Gaensly.

Figura 14 – Nesta foto, de 1903, quando a rua Santo Amaro já estava calçada e os trilhos do bonde instalados, a situação ainda não havia se modificado. 1903, Guilherme Gaensly.

Figura 15 – Vista parcial do antigo loteamento, tendo aos fundos o centro da cidade.

Figura 16 – No primeiro plano, vemos a rua 13 de Maio e a paralela, a rua Rui Barbosa. No centro da imagem está a rua Conselheiro Carrão.

Figura 17 – O Vale do Saracura, provavelmente na altura da rua Major Quedinho. Obras de construção do viaduto do mesmo nome e traçado para a abertura da futura Av. 9 de Julho. C.1920.

Figura 18 – Vista do Vale do Saracura. À direita, os fundos das construções da rua Santo Antônio. c.1920.

Figura 19 – O Vale do Saracura, aparentemente em direção ao sul. Foto: Autoria desconhecida, s/data.

Figura 20 – Vale do Saracura, altura da atual Praça 14 Bis. Vincenzo Pastore, 1910.

Figura 21 – *Planta da Cidade de São Paulo (1916)*, com a demarcação dos perímetros central (em verde), urbano (em rosa) e suburbano (em amarelo).

Figura 22 – A planta cadastral da Cia. Cantareira demonstra que em 1881 a ocupação da via era incipiente. *Planta da Cidade de São Paulo (1881)*. Levantada pela Cia. Cantareira e Esgotos, Henry B. Joyner, Engenheiro em Chefe.

Figura 23 – Registro fotográfico da implantação dos trilhos do bonde na Av. Brigadeiro Luís Antônio, em 1904.

Figura 24 – Projeto arquitetônico de casa com armazém no alinhamento, na esquina da Av. Brigadeiro Luís Antônio, com a rua Pedroso, apresentado pelo *comissário de café* Benedicto Dias de Oliveira, em 31/06/1911.

Figura 25 – *O Estado de São Paulo*, 04/01/1914.

Figura 26 – Fábrica de chapéus de Manoel Artacho, localizada na Av. Brigadeiro Luís Antônio n. 10, 1912.

Figura 27 – Projeto arquitetônico para ampliação do armazém de José Tosto, na rua Major Diogo, 49.

Figura 28 – Projeto para construção de sobrado com armazém no térreo, para Luiz d'Angelo, esquina das ruas Francisca Miquelina, 88 e Santo Amaro, 115.

Figura 29 – De acordo com o anúncio em *O Estado de São Paulo*, de 04/01/1914, naquela data o endereço residencial do médico, ainda era no n.179. Em 1917, ele se mudaria para a casa ao lado, no n.177 da Av. Brigadeiro Luís Antônio.

Figura 30 – Anúncio de Gabriel Raja, um dos poucos médicos que seguramente possuiu consultório na Av. Brigadeiro Luís Antônio, no jornal *O Estado de São Paulo*, de 04/08/1918.

Figura 31 – Nesses anúncios, temos dois exemplos de profissionais que residiam na Av. Brigadeiro Luís Antônio, mas possuíam consultório no Centro da cidade. Aqui observamos, por parte de ambos, a preocupação em divulgar os endereços residenciais.

Figura 32 – Projeto arquitetônico para construção de salão para Jao & Pelliciotti, no n. 50 da Av. Brigadeiro Luís Antônio. *Obras Particulares*, 19/12/1906.

Figura 33 – Planta de elevação para a construção de sobrado com armazém no térreo para Ulysses Pelliciotti, no mesmo local onde fora construído um salão em 1906.

Figura 34 – Planta baixa referente ao mesmo projeto.

Figura 35 – Projeto, em nome de E. Belpiedade & Pasini, de barracão para oficina de marmoraria nos fundos do terreno, mais duas salas no alinhamento. *Obras Particulares*, 02/08/1913.

Figura 36 – Projeto, em nome de Miguel Noschese para construção de galpões para fábrica e depósito (?), na rua Asdrúbal do Nascimento, 28.

Figura 37 – No mapa SARA Brasil, de 1930, é possível ver que os galpões construídos para Miguel Noschese ainda mantinham a mesma configuração do projeto encaminhado em 1910. Na imagem, o *Albergue Noturno* situa-se exatamente abaixo do referido prédio.

Figura 38 – Notícia acerca do julgamento de José Rahal & Irmão, por compra de mercadorias “furtadas”, em 12/04/1918.

Figura 39 – Anúncio publicado por Salvador Ferrara no jornal *O Estado de São Paulo*, em 15/11/1921.

Figura 40 – *O Estado de São Paulo*, 12/04/1913.

Figura 41 – *O Estado de São Paulo*, 14/04/1918.

Figura 42 – *O Estado de São Paulo*, 07/02/1915.

Figura 43 – *Academia Commercial Mercurio*.

Figura 44 – De acordo com esse anúncio, a *Academia Commercial Mercurio* foi fundada em 1903.

Figura 45 – *Academia Commercial Mercurio*.

Figura 46 – *O Estado de São Paulo*, 13/05/1916.

Figura 47 – *O Estado de São Paulo*, 05/01/1917.

Figura 48 – *O Estado de São Paulo*, 06/01/1920.

Figura 49 – Elevação e planta baixa do projeto arquitetônico em nome de José Pucci, para construção de dois sobrados, ambos com armazém no térreo, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 57 e 59.

Figura 50 – *O Estado de São Paulo*, 26/09/1915.

Figura 51 – *O Estado de São Paulo*, 09/02/1917.

Figura 52 – *O Estado de São Paulo*, 11/10/1917.

Figura 53 – *O Estado de São Paulo*, 13/12/1921.

Figura 54 – *O Estado de São Paulo*, 09/05/1912.

Figura 55 – Anúncio de inauguração do *Palace Theatre*, publicado em *O Estado de São Paulo*, de 15/12/1912.

Figura 56 – *O Estado de São Paulo*, 12/02/1913.

Figura 57 – Cartaz do *Cine Paramount* publicado em *O Estado de São Paulo*, de 01/05/1929.

Figura 58 – *O Estado de São Paulo*, 08/07/1934.

Figura 59 – *O Estado de São Paulo*, 17/11/1933.

Figura 60 – *O Estado de São Paulo*, 01/06/1914.

Figura 61 – Em 1919, com escritório na rua Líbero Badaró, 120, na Capital. *O Estado de São Paulo*, 04/12/1919.

Figura 62 – *O Estado de São Paulo*, 15/11/1929.

Figura 63 – *O Estado de São Paulo*, 23/06/1923.

Figura 64 – *O Estado de São Paulo*, 21/06/1931.

Figura 65 – *O Estado de São Paulo*, 08/08/1925.

Figura 66 – Impresso da *Fabrica de Bilhares “Taco de Ouro”*, de Januario Pirillo. Imagem s/data.

Figura 67 – *O Estado de São Paulo*, 19/03/1929.

Figura 68 – Nesta foto da Av. Brigadeiro Luís Antônio, de 1931, é possível visualizar a placa da *Joalheria Vicente Torzillo* acima da entrada da loja, no prédio n.4 da avenida.

Figura 69 – Possibilidades de acesso a outras regiões da cidade.

Figura 70 – *O Estado de São Paulo*, 27/06/1914.

Figura 71 – *O Estado de São Paulo*, 03/03/1914.

Figura 72 – *O Estado de São Paulo*, 08/12/1915.

Figura 73 – Projeto arquitetônico para construção da “officina de carreiro” de Felipe Serafim, na rua Major Diogo, 123 (posterior 149).

Figura 74 – À esquerda da foto, temos a casa de Secos e Molhados de Antônio Maradei, e o *Café Soberano*, de propriedade da firma Albuquerque & Cia.

Figura 75 – Anselmo Pignatari conseguiu seu alvará de funcionamento, pois em 14 de dezembro do mesmo ano, o Theatro Esperia já exibía espetáculos teatrais, cujos preços, aparentemente, eram bastante acessíveis.

Figura 76 – *O Estado de São Paulo*, 20/10/1929.

Figura 77 – *O Estado de São Paulo*, 03/01/1931.

Figura 78 – *O Estado de São Paulo*, 03/02/1940.

Figura 79 – Caso de “aulas de piano” localizado no *Estado de São Paulo*, sem identificação do profissional, à rua Conselheiro Ramalho n.8, em 08/05/1924 e 09/04/1925.

Figura 80 – *O Estado de São Paulo*, 20/06/1917.

Figura 81 – *O Estado de São Paulo*, 19/12/1917.

Figura 82 – Como podemos observar, no mapa SARA Brasil, o *Ginásio Luzitano*, entre as ruas Treze de Maio e dos Ingleses, quase esquina com a Brigadeiro Luís Antônio, fazia de sua localização um ponto estratégico para os moradores do Morro dos Ingleses.

Figura 83 – *O Estado de São Paulo*, 04/02/1909.

Figura 84 – *O Estado de São Paulo*, 15/05/1913.

Figura 85 – Anúncio publicado em *O Estado de São Paulo*, em 09/03/1980.

Figura 86 – *O Estado de São Paulo*, 21/02/1914.

Figura 87 – *O Estado de São Paulo*, 03/11/1925.

Figura 88 – Heitor Quilici, com “gabinete dentário à Av. Celso Garcia, 103, no Brás.

Figura 89 – Aluísio Fagundes, com consultório no Lgo. do Palácio n.7, e residência na rua Cubatão.

Figura 90 – Ernesto Tramonti, com consultório na Pça. da República n.15.

Figura 91 – Projeto para aumento da oficina de Miglioli & Renzetti, à rua Conselheiro Ramalho n.221.

Figura 92 – Projeto de autoria de Humberto Badolato, para construção de duas casas na rua Treze de Maio n.113 e 115. Note-se que as casas eram de propriedade do próprio construtor

Figura 93 – *O Estado de São Paulo*, 03/11/1928.

Figura 94 – *O Estado de São Paulo*, 16/09/1934.

Figura 95 – Observe-se no último anúncio a referência à proximidade “*aos principais hospitais*”.

Figura 96 – Localização exata da fábrica de chapéus de Chiaverini, Magalhães & Cia, na rua Conselheiro Ramalho n.229, com faces para as ruas Fortaleza e Maria José.

Figura 97 – *Planta da Cidade de São Paulo (1895)*. Editor Hugo Bonvicini, 1895.

Figura 98 – *Planta da Cidade de São Paulo*. Levantada e organizada pelo Eng. Civil Alexandre M. Cococi e L. Frutuoso F. Costa, 1913.

Figura 99 – Projeto de reforma para acréscimo de uma sala de negócios na frente da casa existente, para Pasqual Castello, à rua da Saracura Pequena, “junto ao n.60”.

Figura 100 – Projeto para construção de oficina de marcenaria e de cômodo para depósito de móveis, certamente uma pequena manufatura de móveis, para Claudino Pontes, na rua da Saracura Grande n.8 tinta.

Figura 101 – Projeto para acréscimo de oficina para escultura e depósito de “trabalhos”, na sequência da casa existente, para Domingos Antônio Martins, na rua da Saracura Grande n.16.

Figura 102 – Projeto para reforma de sobrado, com transformação da sala instalada no térreo em um armazém, de propriedade de Felipe Lollegio, à rua da Saracura Grande n.16 Tinta.

Figura 103 – Como é possível ver no recorte do mapa SARA Brasil, embora seu trajeto acompanhe toda a extensão do loteamento do Morro dos Ingleses, a imensa área representada pelo espaço vazio, entre a rua Almirante Marques Leão e a rua dos Franceses, define as diferenças sociais de seus moradores.

Figura 104 – Nessa imagem da Planta SARA Brasil, vemos a rua Rocha, cujo trajeto se inicia na Praça São Manoel (atual Praça 14 Bis) e avança pelo grotão, terminando na própria Almirante Marques Leão.

Figura 105 – Projeto original, encaminhado à Diretoria de Obras em 30/12/1913, para a construção das casas de Vicente Ferrara e Vicente Gentil, com espaço para armazém no alinhamento do prédio. Em 10/12/1917, os proprietários renovariam a solicitação, agora para finalização das obras.

Figura 106 – *O Estado de São Paulo*, 05/06/1915.

Figura 107 – *O Estado de São Paulo*, 12/09/1917.

Figura 108 – Nesta imagem, localizada no Vale do Saracura Grande, as roupas nos varais e nos quaradores demonstram a atividade das lavadeiras. c.1920.

Figura 109 – Nesta outra foto a cena se repete: roupas estendidas nos varais e postas a quarar na encosta do vale. c.1920.

Figura 110 – Nesta imagem temos um típico armazém de secos e molhados no bairro do Brás (1921).

Figura 111 – Feira-livre na rua São Domingos, c. 1915.

Figura 112 – Neste projeto, anterior ao Decreto 2141, de 1911, temos a localização da cocheira de propriedade de Joaquim Antunes dos Santos. Com entrada pela rua Fortaleza, temos a cocheira instalada no centro do terreno, distante 30 metros da rua Conselheiro Ramalho (à esquerda), e mais de 8m da casa existente na esquina com a rua Rui Barbosa (à direita).

Figura 113 – Texto da Lei n. 2117, de 09/02/1918. Fonte: Câmara Municipal de São Paulo.

Figura 114 – *Planta Geral da Cidade de São Paulo, 1905*. Alexandre Mariano Cococi e Luiz Frutuoso F. Costa.

Figura 115 – *Planta da Cidade de São Paulo, 1916*. Divisão Cadastral da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal.

Figura 116 – Espacialização conjectural das cocheiras no bairro do Bexiga, entre 1906 e 1923. *Planta SARA Brasil*, 1930.

Figura 117 – Entregador de bebidas. Hildegard Rosenthal, c.1940.

Figura 118 – Carroças para entrega e/ou venda de verduras nas proximidades do Mercado central. Hildegard Rosenthal, c.1940.

Figura 119 – Carroceiro. Hildegard Rosenthal, c.1940.

Figura 120 – Localização das cocheiras de Ignácio Mammana, nas ruas Conselheiro Carrão n.10 e Maria José n.45.

Figuras 121 a e b – Projeto apresentado por Domingos Longo, em 17/05/1911, para a construção de “*casa com armazém no alinhamento e cocheira nos fundos do terreno, com sete baias*”, na rua Major Diogo n.83.

Figura 122 – Localização da cocheira de Domingos Longo, à rua Major Diogo.

Figura 123 – Projeto da cocheira construída por Victor Mammana em 1912, na rua Rui Barbosa n.39.

Figura 124 – Localização da cocheira de Victor Mammana, à rua Rui Barbosa n.39. Observar no lote destacado em laranja, à esquerda da planta, o *Grupo Escolar Maria José*.

Figura 125 – Projeto arquitetônico para a construção do sobrado de Carlos Biagini, onde funcionou seu armazém de secos e molhados, à rua Santo Antônio n.156.

Figura 126 – Localização das propriedades de Carlos Biagini: o sobrado, no n. 156; a cocheira, no número 153; e a casa no n.149.

Figura 127 – Projeto arquitetônico de 19/06/1913 (contendo planta baixa, fachada e elevação), proposto por Domingos Albanez para o prédio a ser construído na rua São Domingos n.80.

Figura 128 – Localização da cocheira e da padaria de Domingos Albanez, à rua São Domingos números 82 e 84.

Figura 129 – Localização da cocheira de João Ammirabile, à rua Rui Barbosa n.81.

Figura 130 – Localização da *Padaria e Confeitaria Nova Suissa*, de Honesto Cinquini, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 151.

Figura 131 – *O Estado de São Paulo*, 26/09/1919.

Figura 132 – Projeto arquitetônico para a construção da casa de Thomaz Luppo, à rua Rui Barbosa n.24, onde podemos observar a “entrada de carroças” na frente do terreno e a cocheira com três baias nos fundos.

Figura 133 – Localização das cocheiras e negócios de Thomaz e Vicente Lupo, na rua Rui Barbosa.

Figura 134 – Artigo 32, do Ato n.1426, de 26 de abril de 1920.

Figura 135 – *O Estado de São Paulo*, 16/01/1912.

Figura 136 – *O Estado de São Paulo*, 12/03/1913.

Figura 137 – *O Estado de São Paulo*, 09/08/1906.

Figura 138 – *O Estado de São Paulo*, 19/12/1914.

Figura 139 – *O Estado de São Paulo*, 22/12/1902.

Figura 140 – *O Estado de São Paulo*, 23/07/1913.

Figura 141 – *O Estado de São Paulo*, 29/10/1929.

Figura 142 – Algumas lavadeiras em atracadouro do rio Tamanduateí. Autoria: Marc Ferrez.

Figura 143 – Lavadeiras à beira do rio Tamanduateí, fotografadas por Guilherme Gaensly, em 1904.

Figura 144 – Vale da Saracura, provavelmente por ocasião dos preparativos para a abertura da avenida Anhangabaú (atual Nove de Julho). Autoria desconhecida, 1926.

Figura 145 – Anúncio de 14/07/1923, para venda de carros importados da marca Buick, pela *Byington & Co.*

Figura 146 – Anúncio da oficina mecânica *Luthold & Benquet*, associada à *Garage Taxi Bloc*, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 35, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 29/10/1922.

Figura 147 – Peça publicitária da fábrica de Nicola Infante, discriminando os produtos produzidos pela mesma, s/data.

Figura 148 – Fachada da *Fábrica de Doces Bella Vista*, na rua Major Diogo, s/data.

Figura 149 – Fachada do prédio da antiga *Scatamacchia & Cia.*, na rua Major Diogo, tal como se encontra nos dias atuais.

Figura 150 – Projeto contendo a fachada do prédio onde iria funcionar a tipografia da *Casa Mayença*, à rua Santo Antônio, 9.

Figura 151 – Em primeiro plano, temos a rua João Adolfo; a *Casa Mayença* localizava-se exatamente no prédio circundado em verde, à esquerda da foto, do outro lado da rua Santo Antônio, 1947.

Figura 152 – Projeto para a construção de salão para Pellicciotti, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, s/n.

Figuras 153 a e b – Fachada e planta baixa do sobrado com armazém no térreo a ser construído na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.50.

Figura 154 – Vista parcial da planta SARA Brasil, Fl.50.

Figura 155 – Vista parcial da planta SARA Brasil, Fl.51.

Figura 156 – Localização do complexo de cortiços Vila Barros, entre as ruas Santo Amaro, Jacareí e Japurá (antiga Travessa Jacareí).

Figura 157 – Fachada do casarão onde, no início século XX, se instalaria o cortiço Vaticano.

Figura 158 – Este detalhe fornece uma vista parcial de um dos prédios que formavam o cortiço Geladeira. À esquerda, parte do Navio Parado, onde se pode ver a área de circulação comum dos moradores. Em segundo plano, à direita, temos os fundos do cortiço Vaticano. 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller.

Figura 159 – Fachada de casas do cortiço Pombal, voltadas para a rua Japurá; entre os dois prédios observamos uma passagem para o interior do pátio interno do complexo. 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller.

Figura 160 – Vista dos fundos do Pombal, voltados para o pátio interno do complexo. 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller.

Figura 161 – Vista do cortiço Navio Parado, voltado para o pátio interno da Vila Barros. À direita da imagem, acima do Navio Parado, casario da rua Santo Amaro. 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller.

Figura 162 – Detalhe do corredor de circulação interna do Navio Parado. 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller.

Figura 163 – Acima, a planta baixa da propriedade de Vicente d’Andrea, à rua São Domingos n.7.

Figura 164 – A planta demonstra uma série de quatro cômodos (de) “*frente para Rua Rui Barbosa n° 131*”.

LISTAS DAS TABELAS

Tabela 1 – Solicitações de licença para novas edificações, entre 1881 e 1914. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Tabela 2 – Tipologias, por número de cômodos, entre 1881 e 1914. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Tabela 3 – Nacionalidades dos construtores que atuaram no bairro do Bexiga entre 1887 e 1914. Fonte: Série *Obras Particulares*. AHSP.

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas em 1906. *Almanaque Laemmert*, 1906. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 5 – Atividades desenvolvidas em 1909. *Almanaque Laemmert*, 1909. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 6 – Atividades desenvolvidas em 1914. *Almanaque Laemmert*, 1914. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 7 – Atividades desenvolvidas em 1915. *Almanaque Laemmert*, 1915. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 8 – Atividades desenvolvidas em 1918. *Almanaque Laemmert*, 1918. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 9 – Atividades desenvolvidas no biênio 1922-23. *Almanaque Laemmert*, 1922-23. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 10 – Atividades desenvolvidas em 1927. *Almanaque Laemmert*, 1927. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 11 – Atividades desenvolvidas em 1931. *Almanaque Laemmert*, 1931. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 12 – Segmentos industriais identificados no Recenseamento de 1920. Fonte: Bóris Fausto, 1981.

Tabela 13 – Cotejamento entre os segmentos industriais identificados na *Estatística Industrial de São Paulo – 1930* e os segmentos manufatureiros identificados no bairro do Bexiga (1906-1931).

Tabela 14 – Segmentos identificados no *Almanach do Estado de São Paulo*, 1890.

Tabela 15 – Segmentos identificados na Série *Alvará e Licença*, 1906-1908. Fonte: AHSP.

Tabela 16 – Projetos arquitetônicos indicadores dos usos dos imóveis. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Tabela 17 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1909. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 18 – Segmentos identificados na Série *Alvará e Licença* (1909-1911). Fonte: AHSP.

Tabela 19 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1914. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 20 – Relação dos proprietários de automóveis no bairro do Bexiga, em 1914. Fonte: AHSP.

Tabela 21 – Porcentagem dos negócios que permaneceram na “área nobre” do Bexiga, entre 1914 e 1918. Fonte: *Almanaque Laemmert*, 1914 a 1917. Acervo Digital FBN.

Tabela 22 – Presença de José Tosto nas ruas do Bexiga, entre 1909 e 1923. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 23 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1915. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 24 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1918. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 25 – Médicos com residência e/ou consultórios na “área nobre”. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 26 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1922-23. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 27 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1927. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 28 – Relação dos advogados com residência e/ou escritório na Av. Brigadeiro Luís Antônio, em 1927. Fonte: Acervo Digital FBN; Acervo *O Estado de São Paulo*.

Tabela 29 – Profissionais da moda identificados no *Almanaque Laemmert* em 1927. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 30 – Engenheiros identificados no *Almanaque Laemmert* em 1927. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 31 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1931. Fonte: Acervo Digital FBN.

Tabela 32 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1906. Acervo Digital FBN.

Tabela 33 – Segmentos identificados na Série *Alvará e Licença* (1906-1908). Fonte: AHSP.

Tabela 34 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1909. Acervo Digital FBN.

Tabela 35 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1914. Acervo Digital FBN.

Tabela 36 – Profissionais da *saúde*, com residência estabelecida no loteamento original do Bexiga, em 1914. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 37 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1915. Acervo Digital FBN.

Tabela 38 – Porcentagem dos negócios que permaneceram na área abrangida pelo loteamento original do Bexiga, entre 1914 e 1918. Fonte: *Almanaque Laemmert*, 1914 a 1918. Acervo Digital FBN.

Tabela 39 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1918. Acervo Digital FBN.

Tabela 40 – Ocorrência de anúncios publicados no *Almanaque Laemmert*, entre 1909 e 1931, nas ruas do loteamento original do Bexiga. Acervo Digital FBN.

Tabela 41 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1922-23. Acervo Digital FBN.

Tabela 42 – Estabelecimentos voltados ao setor de *alimentação*, conforme a ocorrência por rua do loteamento original. *Almanaque Laemmert*, 1922-23. Acervo Digital FBN.

Tabela 43 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1927. Acervo Digital FBN.

Tabela 44 – Negócios que envolvem o comércio e a fabricação de calçados, no loteamento original do bairro do Bexiga. *Almanaque Laemmert*, 1927. Acervo Digital FBN.

Tabela 45 – Médicos e dentistas com residência e/ou consultório no loteamento original do Bexiga, *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 46 – Advogados com residência e/ou escritório no loteamento original do Bexiga. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 47 – Profissionais vinculados ao setor da *construção civil*, no loteamento original do Bexiga. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 48 – Profissionais diretamente vinculados aos canteiros de obras. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 49 – Percetuais positivos e negativos identificados nos períodos envolvidos pelas investigações. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 50 – Mudanças e permanências no panorama produtivo do loteamento original do bairro do Bexiga, em 1931. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 51 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1931. Acervo Digital FBN.

Tabela 52 – Comportamento das atividades produtivas no decorrer do período investigado (1906-1931). Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 53 – Farmácias localizadas no loteamento original do Bexiga, em 1931, e os supostos anos de início de atividades. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 54 – Área nobre X Loteamento original – setores produtivos que se destacaram ao final da investigação (1931). Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Tabela 55 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert* nos anos 1909, 1922-23, 1927 e 1931. Acervo Digital FBN.

Tabela 56 – Solicitações de licença para construção e/ou reforma de prédios localizados na área da Saracura, entre 1900 e 1922. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Tabela 57 – Ocorrência de armazéns e quitandas, nos anos 1906, 1909, 1914, 1915, 1918, 1922-23, 1927 e 1931. Observe-se que esses números referem-se ao conjunto das áreas analisadas no bairro: a “área nobre”, o loteamento original e a Saracura. Fonte: *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

Tabela 58 – Percentual de armazéns e quitandas no bairro do Bexiga, entre 1906 e 1931. Fonte: *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

Tabela 59 – Cruzamento dados da Série *Alvará e Licença* (1906-1914) e do *Almanaque Laemmert* (1906-1931).

Tabela 60 – Listagem cocheiras (1905-1923). Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Tabela 61 – Ocorrência de cocheiras por logradouros, entre 1905 e 1923. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Tabela 62 – Histórico dos negociantes proprietários de cocheiras. Fonte: Séries *Obras Particulares* e *Alvará e Licença*, AHSP; *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

Tabela 63 – Cocheiras, por número de baias (1905-1923). Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Tabela 64 – Cocheiras com 7 ou mais baias. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Tabela 65 – Cocheiras, garages e empresas de transporte identificadas na cobrança do Imposto de Comércio e Indústria, nos anos de 1923 e 1933. Fontes: *Obras Particulares* (AHSP) e *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (DOSP).

Tabela 66 – Histórico dos imóveis e negócios de membros da família Lupo, entre 1905 e 1923. Fontes: Série *Obras Particulares*, AHSP; *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

Tabela 67 – Serviços pessoais e de saúde presentes no bairro do Bexiga, entre 1906 e 1931. Fonte: *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

Tabela 68 – Solicitações à Diretoria de Obras com informações quanto ao número de operários empregados. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Tabela 69 – Ocorrência das atividades manufatureiras identificadas entre 1906 e 1933, e os segmentos que apresentaram acréscimos mais significativos em relação ao período, de acordo com a Série *Obras Particulares*, o *Almanaque Laemmert* e o *Imposto do Comércio e Indústria*. Fontes: *Obras Particulares* (1906-1923), *Almanaque Laemmert* (1906-1931), e *Imposto do Comércio e Indústria* (1923 e 1933).

Tabela 70 – Oficinas mecânicas localizadas em ruas do Bexiga. Fonte: *Almanaque Laemmert* (1911-1931) e *Imposto do Comércio e Indústria* (1923 e 1933).

Tabela 71 – Oficinas e manufaturas de maior porte. Fonte: *Imposto do Comércio e Indústria*, 1923 e 1933; *Almanaque Laemmert*, 1927 e 1931.

Tabela 72 – Espacialização dos endereços fornecidos no ato da realização do Boletim de Ocorrência. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 73 – Distribuição dos possíveis casos de habitações coletivas, por logradouros, conforme a área de ocorrência. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 74 – Casos de agrupamento de três ou mais pessoas de sexo, idade, nacionalidade e raças diferentes num mesmo endereço, por período e área analisados. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 75 – Número de casos de convivência inter-racial e ínter-étnica no mesmo endereço, em relação ao total de possíveis habitações coletivas, por período analisado. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 76 – Relação dos supostos moradores do cortiço Navio Parado, à rua Santo Amaro n.58. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1925. APESP.

Tabela 77 – Relação percentual entre o número de habitações coletivas sugeridas pelos *Boletins de Ocorrência* e o total de atendimentos nos períodos investigados. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 78 – Distribuição das etnias e nacionalidades identificadas no bairro do Bexiga, nos três períodos investigados. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 79 – Participação de brasileiros e estrangeiros na composição da população paulistana, 1920. Fonte: EMPLASA.

Tabela 80 – Dados comparativos da participação de brasileiros e estrangeiros moradores no bairro do Bexiga (1925) em relação à composição da população paulistana em 1920. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, APESP.

Tabela 81 – Distribuição da soma total de 1571 ocorrências nas quais estiveram envolvidas diferentes etnias, pelas três áreas do bairro do Bexiga. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 82 – Ocupações dos moradores do Bexiga, identificadas nos *Boletins de Ocorrência*, em 1911-12, 1914-15 e 1925. Fonte: APESP.

Tabela 83 – Casos passíveis de serem interpretados como “trabalho fora do bairro”. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 84 – Modalidades em que se inseriram as causas das ocorrências médico-policiais no Bairro do Bexiga, entre 1911 e 1925. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 85 – Incidência de desastres envolvendo objetos “letais”. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 86 – Incidência de desastres envolvendo meios de transporte. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 87 – Ocorrência de tentativas de suicídio. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Tabela 88 – Moradores do Bexiga que permaneceram no bairro por mais de 2 anos. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

SIGLAS UTILIZADAS

- **AHSP – Arquivo Histórico de São Paulo**
- **APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo**
- **BMMA – Biblioteca Municipal Mário de Andrade**
- **CMSP – Centro de Memória da Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo**
- **COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento**
- **CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico**
- **DPH – Departamento do Patrimônio Histórico**
- **EMURB – Empresa Municipal de Urbanização**
- **FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo**
- **FBN – Fundação Biblioteca Nacional**
- **FPHES – Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento**
- **LAP/FAU – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Urbanismo**
- **DIM – Divisão de Iconografia e Museus da Cidade de São Paulo**
- **EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.**
- **IMS – Instituto Moreira Salles**
- **MP – Museu Paulista da Universidade de São Paulo**
- **OESP – O Estado de São Paulo (jornal)**
- **PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo**
- **SIRCA - Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo**
- **SMC – Secretaria Municipal de Cultura**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
 CAPÍTULO 1 – O PERFIL MATERIAL DO BAIRRO RUA A RUA	 62
1.1 Os loteadores	64
1.2 Os proprietários dos imóveis	66
1.3 Construção de um bairro: tipologias e programas edilícios no bairro do Bexiga (1881-1914)	71
1.3.1 Identificação das tipologias e programas arquitetônicos predominantes	72
1.3.2 Implantação nos lotes	75
1.3.3 Tipologias edilícias	78
1.3.4 Os cortiços e/ou habitações coletivas	82
1.4 Os usuários	90
1.5 Os usos	92
 CAPÍTULO 2 – INTERFACES BAIRRO-CIDADE: ATIVIDADES PRODUTIVAS DIVERSIFICADAS E COTIDIANO DOS ESPAÇOS	 102
2.1 A “face nobre” do Bexiga	108
2.2 A área do “loteamento original”	112
2.3 A “face pobre” do Bexiga: o Saracura	115
2.4 O universo investigado e as primeiras conclusões	120
2.5 A distribuição espacial das atividades produtivas, conforme a área de Ocorrência	130
2.5.1 A “área nobre”	131
2.5.2 A área do “loteamento original”	197
2.5.3 O Vale da Saracura	252
 CAPÍTULO 3 – ATIVIDADES PRODUTIVAS: ALGUNS CASOS EXEMPLARES E SUAS RELAÇÕES COM A CIDADE	 267
3.1 Atividades produtivas e o comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade: armazéns, quitandas e casas de frutas	267
3.2 Cocheiras	275

<i>3.2.1 As cocheiras e a lei</i>	<i>277</i>
<i>3.2.2 Localização e espacialização das cocheiras</i>	<i>284</i>
<i>3.2.3 As cocheiras identificadas</i>	<i>290</i>
<i>3.2.4 Alguns casos exemplares</i>	<i>298</i>
<i>3.3 Serviços</i>	<i>315</i>
<i>3.4 Oficinas e manufaturas</i>	<i>330</i>

<i>CAPÍTULO 4 – DIVERSIDADE SOCIAL NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA</i>	<i>346</i>
--	-------------------

<i>4.1 A espacialização das ocorrências</i>	<i>349</i>
<i>4.2 As possíveis habitações coletivas</i>	<i>353</i>
<i>4.3 Nacionalidades e etnias</i>	<i>366</i>
<i>4.4 Ocupações profissionais</i>	<i>370</i>
<i>4.5 Causas das ocorrências</i>	<i>378</i>

<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	<i>397</i>
------------------------------------	-------------------

<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	<i>407</i>
--	-------------------

<i>FONTES CARTOGRÁFICAS</i>	<i>416</i>
------------------------------------	-------------------

<i>FONTES PRIMÁRIAS</i>	<i>418</i>
--------------------------------	-------------------

<i>ANEXOS</i>	<i>420</i>
----------------------	-------------------

BEXIGA:
COTIDIANO E TRABALHO EM SUAS INTERFACES COM A CIDADE (1906-1931)

INTRODUÇÃO

Esta tese é, antes de tudo, fruto de um processo de amadurecimento pessoal desenvolvido ao longo de quase trinta anos, desde o término da graduação em História na FFLCH-USP, em 1981. Afastada da academia desde então, a retomada dos estudos em 2007 se deu a partir de uma feliz coincidência e oportunidade que despertou meu interesse quase intuitivo sobre a arquitetura remanescente de antigos bairros da cidade, sobretudo do bairro do Bexiga¹. Hoje, atribuo os motivos para esse interesse aparentemente destituído de sentido a um desejo de transcender o significado de *morar*, em direção de uma noção mais profunda do que significa *viver* em um determinado espaço. Na introdução à primeira edição de *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre² elabora uma reflexão acerca de seu objeto de estudo, que traduz esse sentimento:

Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o “tempo perdido”. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que se emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos (2003, p.44-45).

As palavras do autor traduzem, de certa maneira, aquele sentimento que orientou meus passos para a concretização dos projetos de pesquisa. Num primeiro momento – no mestrado – quando, ao adentrar os espaços privados pude reconhecer (ao menos parcialmente) o elo pessoal que restava esquecido no passado. Mas a busca pelo “elo perdido” não se findou ali. As próprias respostas dadas pelas investigações demonstraram que não se tratava apenas do espaço restrito ao âmbito doméstico, mas da interação necessária entre ele e o meio circundante, meio este em que o calor da presença humana –

¹ Em 2007 integrei a equipe do projeto de pesquisa em Políticas Públicas, “*Arquivo Histórico Municipal Washington Luís – A cidade de São Paulo e sua Arquitetura*”, coordenado por Nestor Goulart Reis Filho e Beatriz Bueno, que informatizou 30.000 desenhos arquitetônicos da Série Obras Particulares, do Arquivo Histórico de São Paulo (disponível em: www.projetosirca.com.br). Este *corpus* documental fundamentou minha dissertação de mestrado “*Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)*”, em 2010, e agora meu doutorado.

² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª Edição, São Paulo: Global, 2003.

ou das relações sociais – se mostrava essencial para a obtenção de respostas para as minhas indagações.

Ainda que o longo afastamento da academia não tenha significado uma ruptura radical com o “pensar” a história, muito dos fundamentos dados pelo conhecimento historiográfico como que se dispersou nas trajetórias percorridas até a retomada, quando as deficiências formais impostas pelo distanciamento temporal foram parcialmente reparadas por um “instinto de busca” que guiou os passos em direção dos caminhos a serem percorridos para se alcançar o objetivo final. Este foi um longo (e novo) aprendizado. Enquanto explorava as possibilidades “instintivas”, a reaproximação do universo acadêmico me proporcionou o resgate do “pensar” a história, permitindo uma abordagem mais coerente do objeto de estudo, ao mesmo tempo que me situou no processo de construção da escrita da história. Agora me parece claro que o que chamei de “instinto” não é mais do que o reflexo do tempo do historiador, o qual, ao priorizar uma determinada escala, sob um determinado ponto de vista, está reproduzindo inquietações próprias de seu momento histórico.

O resultado final desse processo de indagações e busca de respostas está contido nesta tese. Certamente o conjunto do trabalho não é uniforme, apresentando aqui e ali falhas de interpretação ou mesmo lacunas. Contudo, carrega a certeza de ter alcançado seu objetivo essencial. Dessa maneira, acredito ter recuperado um pouco daquele “tempo perdido” referido por Gilberto Freyre, onde a reconstrução do *“passado que se emenda com a vida de cada um”* ajude na compreensão do presente.

O título desta tese já diz muito acerca de minhas intenções. Trata-se, antes de tudo, de compreender o significado de um determinado espaço urbano em relação ao contexto mais amplo em que ele está inserido, a cidade. No entanto, ainda que o objeto de estudo seja o microcosmo de um bairro, acredito que qualquer tentativa de compreensão de um espaço destacado do todo tem grandes chances de redundar em visões distorcidas da realidade que se pretende conhecer. Parti de premissas abordadas por Bernard Lepetit (2001). A primeira se refere à construção de um modelo reduzido do objeto de análise, onde *“o conhecimento do todo precede o das partes”* (2001, p.213). Em sintonia com essa ideia, outra premissa de Lepetit se refere à utilização de diferentes escalas no estudo do território, onde a escolha de uma dimensão não exclui a importância da outra já que ambas respondem a pontos de vista diferentes, porém complementares (2001, p.215-216). Neste caso, o pano de fundo do trabalho é dado por um processo comum às duas escalas, a macro

e a micro. Sob o ponto de vista da história urbana, a primeira escala fornece as dimensões políticas e econômicas e culturais que incidiram sobre a tessitura material e social do espaço da cidade como um todo, em um determinado período. Já a escala micro, ao focar um bairro específico, procura expor de que maneira aquele espaço vivenciou o processo maior, e como os traços que lhe são peculiares – sua composição étnica e social e material, por exemplo – incidiram sobre a escala macro, num movimento de contínua interação. Assim, para pensar o microcosmo de um bairro é necessário que se lance o olhar em direção ao espaço maior e ao processo que engendrou sua existência para depois retornar ao objeto inicial.

Para o estudioso da história urbana tão importante quanto apreender o significado do processo de construção do cenário material é compreender as práticas sociais estabelecidas entre os atores que viabilizaram a consolidação do bairro e em que medida suas ações interferiram no meio. Ao privilegiar um determinado território forçosamente aproximamos nosso olhar dos sujeitos que deram feições ao lugar, mesmo que não seja possível alcançar a totalidade dessa ação. Nesse sentido é necessário pensar questões historiográficas acerca dos diferentes pontos de vista assumidos por quem tem o espaço urbano como objeto, para o que retomamos Bernard Lepetit:

A questão dos atores dissolve-se no postulado da indiferenciação de identidades culturais partilhadas de que apenas a escala (ou seja, a identificação dos limites dos grupos que a partilham) está por determinar. A natureza das relações entre a representação e a ação, embora não explicitada está contida nessa definição. Representação e ação pertencem a esferas separadas: de um lado há normas, valores, categorias que dão sentido ao mundo; e, de outro, comportamentos e atos que os instrumentalizam [...] Por simetria, nessas condições, a ação possui, em relação à representação, o estatuto de sinal ou índice (Lepetit, 2001, p.233, grifo nosso).

Entendo que a afirmação do autor não exclui a esfera das representações da esfera das ações, mas sim que ambas se complementam. A ação, ao colocar em relevo o comportamento de um determinado grupo social, está colocando em evidência a “reação” deste grupo às normas e valores dados pelas mentalidades subjacentes àquele momento histórico.

Por outro lado, a escala em que esse movimento se insere associa-se à outra de dimensões mais amplas da mesma realidade, aquela do contexto macro. É como se a partir de diferentes movimentos intercalados e conectados – ora de aproximação e recuo da lente

micro e macroscópica sobre o objeto de estudo a partir da mesma posição, ora a partir da mudança de nossa própria posição/perspectiva – fosse possível obter um conjunto mais coerente da realidade que se pretende compreender.

No caso do Bexiga, penso o bairro como resultado de um processo político e econômico mais amplo pelo qual passava o país desde a segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da economia cafeeira e a inserção do estado de São Paulo no mercado exportador, envolvendo a Abolição da Escravidão, a instauração da República e a readequação das práticas urbanas de acordo com os parâmetros europeus de urbanização e industrialização. Simultaneamente à entrada de novos atores na cidade, iniciativas orientadas por um zoneamento e especialização de usos e funções explícitos e implícitos na legislação foram adotados com o objetivo de adequar a cidade ao novo papel. Nesse rearranjo, na colina histórica e áreas lindeiras se mantiveram ainda por algum tempo a coexistência de usos residenciais e atividades produtivas, os quais ficaram restritos a pessoas condizentes com o espaço reconstruído ao longo das primeiras décadas do século XX e envolvidas no exercício de atividades distintivas bastante especializadas. Esse foi o caso de serviços como restaurantes, hotéis, cafés, confeitarias, charutarias, etc, do comércio de artigos de luxo, de máquinas importadas para a lavoura e indústria, de artigos de trabalho para profissionais especializados, além das instituições da administração pública, escritórios e consultórios de profissionais liberais e sedes de instituições financeiras como os bancos (Barbuy, 2006). Num movimento de clara gentrificação, foram deslocadas do centro parte das moradias e dos segmentos do comércio de gêneros alimentícios, bem como oficinas, depósitos e fábricas e serviços menos nobres em direção aos bairros vizinhos ao perímetro central. Nesse contexto, em função da demanda, surgiram empreendimentos imobiliários de loteamentos destinados a abrigar moradores e atividades produtivas essenciais à cidade em expansão, dando origem a novos bairros, sendo o Bexiga um caso exemplar desse fenômeno (Schneck, 2010).

Enquanto o processo de transformação modernizadora se operava com a consolidação dos novos espaços/bairros e suas correspondentes funções, no decorrer do século XX assistimos à construção de uma certa história, onde alguns estereótipos foram dados como traços determinantes da metrópole: a cidade *ordenada* (legal e espacialmente) segundo preceitos ideais, visto que resultante do correto modelo europeu; a cidade convenientemente *branqueada* pela presença do imigrante (também) europeu, principalmente o italiano; a cidade *cosmopolita*, onde a coexistência de diferentes culturas supostamente lhe conferia um caráter democrático e, por extensão, oportunidades iguais

para todos; a cidade *dinâmica*, onde o valor do trabalho, definido pela máxima “São Paulo não pode parar”, funcionaria como o motor propulsor do progresso do país; enfim, uma cidade *moderna* representada pelo espaço público adequado às suas (novas) necessidades e pela arquitetura imponente de edifícios públicos e privados. Contudo, a manutenção desses predicados no imaginário urbano tem como consequência funesta a perpetuação de preconceitos geradores de práticas sociais excludentes. Ao mesmo tempo, e até em consequência disso, alimentam outro processo funesto que é o ressentimento (inconsciente) da maioria daqueles que estão envolvidos nessa lógica perversa de exclusão – as camadas mais pobres da população (Bresciani & Naxara, 2004).

No caso específico do Bexiga, o legado transmitido por essa historiografia ao imaginário contemporâneo, consagrou o bairro como um espaço essencialmente popular, cuja população majoritariamente italiana vivia nos inúmeros cortiços construídos ao longo de suas ruas. Ainda que sejam poucos os trabalhos a abordarem a história do bairro, a imagem fornecida por eles frequentemente confirma, se não todos, quase todos esses estereótipos³. Entre os autores que tiveram o Bexiga como objeto de análise, destaco principalmente os trabalhos de Nádia Marzola (1979) e do memorialista Haim Grünspun, cujo livro foi publicado no mesmo ano. Nádia Marzola, ainda que não tenha se proposto a realizar “*um trabalho ‘científico’, mas apenas uma coletânea de tudo o que foi dito e escrito a respeito da Bela Vista*” (1979, p.15, grifo nosso) – e talvez até por isso – referendou lugares-comuns acerca do bairro. É o que demonstram as afirmações feitas pela autora, ainda na introdução do livro, acerca da “*homogeneidade das casas*” e sobre a Bela Vista ter sido, “*ao lado do Brás, o bairro dos italianos*” (1979, p.16). O termo *homogeneidade* ali utilizado coloca em destaque um conceito que no decorrer do trabalho confere a todas as instâncias constitutivas do bairro um caráter de uniformidade social, étnica, arquitetônica e funcional. Embora essas características tenham permeado a realidade do bairro, o resultado de minhas investigações demonstra que nunca foram realmente definidoras daquele espaço. Em termos das funções urbanas exercidas pelo Bexiga, encontra-se ali uma profusão de atividades produtivas envolvendo manufaturas, comércio diversificado e prestação de serviços, cuja utilidade certamente extrapolou os limites e as necessidades do bairro. Já pensando nas ocupações profissionais dos moradores do bairro, de acordo com o memorialista Haim Grünspun,

³ A bibliografia sobre o bairro constitui-se basicamente dos seguintes trabalhos: MARZOLA, Nádia. *Bela Vista*, In *História dos bairros de São Paulo*, v.15, SMC/DPH, 1979; GRÜNSPUN, Haim. *Anatomia de um bairro. O Bexiga*, São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1979; LUCENA, Célia Toledo. *Bixiga, amore mio*, São Paulo: Pannartz, 1983; GONTIER, Bernard. *Bexiga*, São Paulo: Mundo Impresso/Pontes Editores, 1990; e MORENO, Julio. *Memórias de Armandinho do Bixiga*, São Paulo: Editora SENAC, 1996.

Os homens do Bexiga em sua maioria não tinham vínculos empregatícios como os operários nas fábricas da Lapa, Brás, Mooca ou Bom Retiro. Nem queriam muito este vínculo; portanto, passavam longos dias sem trabalho. Além dos ótimos artesãos, que também passavam longos períodos de ócio em seu trabalho, os homens do Bexiga eram igualmente tarefeiros [...] (1979, p.37, grifo nosso).

Diferentemente do que foi sugerido pelo autor, encontrei homens e mulheres engajados no mercado de trabalho, não apenas no próprio bairro, mas também em outras áreas da cidade. Tratava-se sobretudo de ocupações não qualificadas, caso dos trabalhadores da construção civil, dos prestadores de serviços de transporte, dos serviços domésticos, etc. De outro lado, não foram tão raros os exemplos de profissionais liberais que utilizaram o bairro como local de moradia, enquanto trabalhavam nas ruas centrais da cidade.

Realmente, a identificação dos usuários das casas construídas no bairro e dos negociantes ali radicados, assim como dos usuários dos serviços médicos associados às Delegacias de Polícia, confirmaram o predomínio do italiano sobre as demais etnias, sem contudo ignorá-las. Embora liderada pela comunidade italiana, a composição étnica do bairro envolveu um número significativo de portugueses, espanhóis, sírios e libaneses, mas também, e principalmente, brasileiros brancos e negros. No caso destes últimos, são quase inexistentes as referências historiográficas tradicionais acerca da sua presença no bairro. Tal situação leva a pensar sobre o êxito, mesmo que parcial, do ideário europeizante e branqueador desenvolvido ao longo do século XX, cujo legado predominante parece ser a “invisibilidade”. A confirmação dessa assertiva é dada pela imprensa da época, onde as referências raciais quase sempre associam a cor dos sujeitos a comportamentos desviantes (traição, embriaguez e agressões), quando não como agente causador, como vítima.

Na arquitetura, de acordo com o trabalho desenvolvido por Célia Toledo Lucena, numa linha semelhante àquela de Nádia Marzola,

Os calabreses, que foram comprando seus lotes e quintas nas baixadas do Bexiga, projetaram suas residências, esses conhecidos por “capomastri”, construtores italianos, que desenhavam o sobrado com a ponta do guarda-chuva em terra batida no chão [...] Surgiram as casas geminadas, a maioria com três a quatro andares, enriquecidas por sacadas e floreiras [...] A arquitetura típica dos italianos foi misturada aos modismos da época. A partir de 1914, as ruas iam sendo calçadas e mostrando fachadas “compoteiras”, onde traços neoclássicos se misturavam ao barroco colonial, formando o decantado “estilo macarrônico” (Lucena, 1983, p.86, grifo nosso).

Em grande parte praticada por *capomastri* não exclusivamente italianos (Schneck, 2010), a edificação das casas do bairro obedeceu antes de tudo à normatização imposta pelo poder público. Por outro lado, distante da uniformidade das “casas operárias”, o bairro apresentou uma diversidade de tipologias edilícias que serviram a diferentes camadas sociais, demonstrando a coexistência entre segmentos sociais distintos. Imóveis térreos e sobrados, geminados ou em série, de uso misto ou exclusivo dão uma textura bastante heterogênea à volumetria da área que salta aos olhos quando analisamos a iconografia com olhos de ver, sem pré-conceitos e preconceitos.

Diante de afirmativas como essas descritas acima, um dos objetivos desta tese é justamente desmistificar esses estereótipos relacionados ao Bexiga como um bairro homogêneo social, étnico, arquitetônico e funcional, assumindo como premissa a ideia da diversidade e elucidando as facetas várias de uma área nem exclusivamente italiana e tampouco “encortçada” e “operária”.

Se o processo de *pensar* o passado de um território está intimamente relacionado ao que esperamos de seu presente, acredito que antes de mais nada é necessário rever a memória que possuímos desse lugar, mesmo sabendo que estamos sujeitos aos valores do momento histórico dessa desconstrução.

Embora meu objeto de estudo seja um território determinado, a complexidade da cidade de São Paulo exige que não se perca de vista as demais partes desse todo, pois trata-se de um processo em que cada espaço da cidade representou seu papel, o qual ao mesmo tempo em que específico é complementar aos demais. Tendo em vista o referencial teórico que privilegia a micro escala, o diálogo com autores que abordaram a história da cidade de São Paulo de diferentes pontos de vista foi importante na medida em que forneceu o contraponto e complemento para a compreensão de meu próprio objeto de trabalho.

A metodologia aqui adotada relaciona-se a uma linha de pesquisa em História da Urbanização em interface com a História da Cultura Material que vem sendo delineada no Museu Paulista-USP por Heloísa Barbuy (2006) e na FAUUSP por Beatriz Bueno (2005, 2008 e 2015) e seus orientandos que em muito se aproxima daquela desenvolvida por Bernard Gauthiez⁴ em seus estudos sobre a cidade de Lyon. Trata-se de uma linha de estudos que privilegia o “grão fino”, o lote a lote, o imóvel comum, e a partir dos

⁴ Tomei como referência os trabalhos realizados em 2008 e 2014: GAUTHIER, Bernard. *Lyon em 1824-32: um plan de la ville sous forme vecteur d'après le cadastre ancien*. In *Géocarrefour*, v.83, 1/2008 ; e GAUTHIER, Bernard & ZELLER, Olivier. *Lyons, the spatial analysis of a city in the 17th and 18th centuries. Locating and crossing data in a GIS built from written sources*. In S. Rau and E. Schönherr (eds.), *Mapping Spatial Relations, Their Perceptions and Dynamics, Lecture Notes In Geoinformation and Cartography*, DOI: 10.1007/978-3-319-00993-3_5, Springer International Publishing Switzerland, 2014.

elementos que compõem 90% da tessitura urbana reconstitui as lógicas de produção e apropriação social dos espaços. Para tanto, a metodologia consiste em mobilizar e cruzar dados oriundos de séries documentais variadas – impostos, censos, permissões de construção e reforma de prédios, anuários estatísticos, artigos de jornais, etc – devidamente espacializados na cartografia e iconografia coeva. As informações coletadas nessas fontes geram tabelas e mapas temáticos georreferenciados que permitem leituras inusitadas referentes ao processo e as dinâmicas de produção e reprodução social dos espaços, pondo luz nos atores envolvidos na *longue durée*. Por meio do SIG (Sistema de Informação Geohistórica)⁵ são produzidas cartografias regressivas das diversas camadas que se sobrepõem na tessitura urbana de modo a acompanhar as permanências, alterações e seus ritmos. Dessa maneira, esses autores vêm conseguindo alcançar um nível de detalhamento de filigranas que hoje permitem nuançar narrativas reiteradas que mereceram estatuto historiográfico. Ao investigar fontes documentais que contemplam direta ou indiretamente variadas instâncias da vida urbana na sua dimensão material e cotidiana mais comum (no sentido “corriqueira”) – como as permissões de construção e reforma de prédios, atividades profissionais divulgadas nos almanaques, impostos sobre propriedades e atividades produtivas, *Boletins de Ocorrência*, etc – é possível visualizar espacializadamente um panorama social, profissional e material de outra forma invisível, sem o qual fica difícil historicizar o significado de uma determinada área para a cidade como um todo.

Em sentido oposto, sobretudo ao verticalizar o olhar, essa linha de trabalho na qual me insiro complementa, corrobora certas teses mas também desmistifica outras delineadas por uma historiografia de perfil mais horizontal e panorâmico com foco mais nos aspectos de conjunto que nas filigranas do prédio comum e das ações individuais corriqueiras.

A São Paulo do século XIX e primeiras décadas do XX só muito recentemente vem merecendo a atenção de pesquisadores. Em função do seu processo voraz de transformação, arquitetos e urbanistas envolvidos com a docência e as instituições voltadas à preservação do patrimônio histórico recém-constituídas (COGEP, CONDEPHAAT, DPH), iniciaram o inventário e o paralelo estudo da história dos edifícios e da tessitura que compunha o grosso da urbe paulistana. Em fevereiro de 1976, Benedito Lima de Toledo publicou no *Suplemento do Centenário* do jornal *O Estado de São Paulo* a “primeira

⁵ SIG (ou GIS), conforme a definição fornecida pelo site www.geologo.com, “é um sistema informatizado para captura, armazenamento, verificação, integração, manipulação, análise e visualização de dados relacionados a posições na superfície terrestre”. Disponível em: <http://www.geologo.com.br/GIS-EDUMELO.ASP>. Consulta em: 20/01/2016. SIG (ou GIS), conforme a definição fornecida pelo site www.geologo.com, “é um sistema informatizado para captura, armazenamento, verificação, integração, manipulação, análise e visualização de dados relacionados a posições na superfície terrestre”. Disponível em: <http://www.geologo.com.br/GIS-EDUMELO.ASP>. Consulta em: 20/01/2016.

versão” do texto que viria a ser publicado em 1981 sob o título *São Paulo: três cidades em um século*. Neste livro, a partir de imagens produzidas por pintores e fotógrafos, o autor mostrou retrospectivamente o rápido processo de transformações arquitetônicas e urbanísticas ocorrido na cidade ao longo dos seus três séculos de vida, discutindo como esse processo implicou a destruição e reconstrução de edifícios e do próprio traçado urbano num curto período de tempo, destruindo e apagando do imaginário coletivo reiteradamente a sua memória. Essenciais nesses estudos, iconografia e a cartografia antigas foram amplamente inventariadas desde então, fundamentando análises dos diversos espaços representativos de São Paulo, com ênfase sobretudo nas grandes obras, nos bairros das elites, nos grandes arquitetos, nas importantes instituições, ou seja, naquilo que se mostrava mais evidente. Na contramão, destacam-se os estudos de Carlos Lemos que desde cedo elegeram a casa comum como tema – *Cozinhas, etc.* (1976), *Alvenaria Burguesa* (1985), *Casa paulista* (1999) e *A República ensina a morar (melhor)* (1999). Nesses livros, ao descrever as alterações nos materiais, técnicas e sistemas construtivos nas edificações, atentou para as mudanças nos modos de morar, nos programas de necessidades e nas linguagens estéticas adotadas, analisando os contextos em que se inseriam tais mudanças em perspectiva histórica. Seu foco na arquitetura comum esboçou um caminho possível para a pesquisa de outros investigadores, linha na qual se enquadra esta tese.

O livro *Cozinhas, etc.* propõe o estudo das soluções desenvolvidas na casa popular “para ver como as funções da habitação foram e estão sendo exercidas no espaço arquitetônico”. *Alvenaria Burguesa* discorre sobre a prática da arquitetura, o uso dos materiais, das técnicas e dos sistemas construtivos em São Paulo, desde seus primórdios até a modernização da cidade e a introdução de novas linguagens estéticas. Por fim, em *A República ensina a morar (melhor)*, o autor analisa “como a legislação republicana interferiu [...] no planejamento de novas residências [...]”, através dos *Códigos de Posturas* (1886) e do *Código Sanitário* (1894), todos feitos com o intuito de normatizar as construções conforme os preceitos de higiene então vigentes.

Com foco no urbanismo e no processo de urbanização em seu conjunto, Nestor Goulart Reis Filho contribuiu particularmente para a compreensão do processo de mudança na tessitura urbana. Seu livro *Quadro da arquitetura no Brasil* (1970) analisa o urbanismo, desde a colônia até meados do século XX, as mudanças na lógica de implantação dos edifícios no lote urbano e seu papel na configuração de quadras e ruas. Cabe ressaltar que os estudos de natureza ensaística elaborados pelo autor que resultaram nesse livro foram pioneiros no sentido de apontar a “interdependência entre os modelos de arquitetura

urbana utilizados no Brasil e as estruturas das cidades em que estão inseridos” (1970, p.10). Em *São Paulo e outras cidades* (1994), Nestor Goulart Reis – mais uma vez para jornal – aprofunda suas considerações acerca da relação entre arquitetura e cidade e, ao mesmo tempo, destaca a importância do patrimônio ambiental para a compreensão da evolução urbana:

Nas obras e nas formas de sua produção e uso, é possível compreender as condições de vida e as etapas de evolução das cidades. O espaço organizado e construído configura, em boa parte, as relações sociais.[...] Há sempre tendência de se valorizar as grandes obras do passado – e mesmo do presente – em função de seu uso. Isto é, ignoram-se as condições de produção social de cada uma delas. [...] Tanto para o historiador como para o sociólogo, estudar as condições sociais de produção da obra significa procurar conhecer todos os aspectos que viabilizaram a sua realização: técnicos, financeiros, macroeconômicos, microeconômicos, de uso e de valor (1994, p.9 a 11, grifo nosso).

Em *Habitação popular no Brasil: 1880-1920* (1994), Nestor Goulart contempla as formas de morar das camadas baixas da população. Ao apresentar as condições precárias encontradas após a Abolição da Escravidão, onde os centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro careciam de infraestrutura adequada para o abrigo de imigrantes e negros libertos, o autor revela como as cidades lidaram com a questão sanitária e a carência de moradias: de um lado, as autoridades municipais republicanas efetuando reformas urbanísticas excludentes e de outro o incremento do mercado imobiliário para a construção de casas de aluguel. No artigo o autor põe luz em preciosa documentação iconográfica inédita, a série de fotos realizadas por Geraldo Horácio de Paula Souza para a Secretaria de Higiene que hoje integra a coleção da Faculdade de Saúde Pública. Já em *São Paulo, Vila, Cidade e Metrópole* (2004), também através da documentação iconográfica e cartográfica exaustivamente levantada, Nestor Goulart Reis descreve como, ao longo de sua história, a cidade se transformou materialmente, adequando-se às possibilidades dadas pela topografia, adaptando-se às contingências políticas e econômicas, ultrapassando barreiras físicas impensáveis e redesenhando-se quando isso se tornou possível e necessário.

A importância dos trabalhos de Nestor Goulart Reis se deve especialmente ao fato de o autor representar, ao lado de Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo, a “primeira geração” a pensar, cada um à sua maneira, arquitetura e cidade como parte de um mesmo processo. De outro lado, simultaneamente ao trabalho acadêmico, e até como extensão do mesmo, vinculou a preservação do patrimônio edificado à evolução urbana, desempenhando papel relevante na conceituação de políticas preservacionistas por ocasião de sua atuação no CONDEPHAAT e na EMURB, entre os anos 1970 e 1980. É na

perspectiva sistêmica proposta pela linha dos estudos de história da urbanização desenvolvidos por Nestor Goulart, que articulei a micro-escala do bairro do Bexiga e dos imóveis à escala da cidade, e desta à Província/Estado e ao mundo industrializado.

Nessa direção, trabalhos que privilegiaram a história de bairros foram os pontos de partida para pensar essa articulação. Desde 1968, o Arquivo Histórico de São Paulo, através de concurso de monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo⁶, vem publicando trabalhos que contemplam a trajetória de diferentes espaços da cidade, caso do já citado volume *Bela Vista*, de Nádia Marzola. A coleção revela faces invisíveis de uma cidade em transformação, como ocorreu com *Higienópolis: grandeza de um bairro paulistano* (1980), de Maria Cecília Naclério Homem. No livro, a autora analisou a formação do bairro de Higienópolis, como produto do empreendedorismo de Victor Nothmann em parceria com Martinho Buchard, no processo de expansão territorial e modernização de São Paulo. Espaço ocupado sobretudo pela elite cafeeira, industriais e famílias estrangeiras influentes, o bairro caracterizou-se por aspectos arquitetônicos e urbanísticos distintivos: o uso exclusivamente residencial das edificações ecléticas, cuja implantação nos lotes (com recuos frontais e laterais) obedecia aos preceitos modernos do bem morar e a eficiente legislação municipal; a presença de benfeitorias tais como água, esgoto, iluminação, ruas largas e calçadas, passeios e linhas de bonde para o transporte público. Cabe ressaltar que em 2011 o livro ganhou uma reedição, revista e ampliada, à luz das transformações ocorridas nas últimas três décadas, que implicaram no declínio e na posterior revitalização que Higienópolis sofreu nesse período⁷. Além da atualização temporal do movimento transformador, a introdução de anexo digital contendo informações relevantes – como o *Zoneamento aplicado ao Bairro em 1887* e os *Levantamentos de Gabaritos de Altura de 1979 e 2004*, por meio dos quais é possível perceber a distribuição espacial de usos e o adensamento sofrido por Higienópolis – alargou as possibilidades analíticas do texto. Assim, até pelo fato de o estudo de Naclério Homem abordar um bairro aristocrático diametralmente oposto ao caráter popular do Bexiga, acredito que a identificação e o contraste das diferenças entre as duas áreas permita refletir sobre o papel complementar que esses espaços representaram no processo urbanizador da cidade de São Paulo em outros tempos.

⁶ O Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo foi instituído pela Lei n. 8.248, de 7 de maio de 1965. Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes.

⁷ HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Higienópolis: grandeza de um bairro paulistano*, 2ª Ed. revista e ampliada, São Paulo: EDUSP, 2011.

Nos anos 1980-1990 foram lançados novos trabalhos que ampliaram as perspectivas de análise e compreensão da história da cidade de São Paulo, problematizando questões pinceladas até então. Trata-se daquela que eu chamaria de “segunda geração” de autores que pensaram o espaço urbano sob uma perspectiva mais ampla, identificando as conexões entre as diferentes instâncias da vida pública e privada: legal, política, econômica, social e cultural. Esse é o caso da tese e depois livro *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo* (1997) de Raquel Rolnik, na qual a autora analisa de que maneira a legislação urbanística, concebida entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, determinou a forma de ocupação e usos dos espaços urbanos, e como os vínculos entre a municipalidade e os interesses das classes dominantes e da iniciativa privada terminaram por gerar desigualdades sociais definitivas para os destinos de São Paulo. Na medida em que o poder público representava a oligarquia política do estado, os padrões urbanísticos estabelecidos para a ocupação do espaço público e privado correspondiam aos interesses das mesmas. No entanto, o controle da aplicação efetiva da lei restringia-se ao espaço estritamente urbano, o que significa dizer que procedimentos que não seriam tolerados ali, o seriam fora dali. Conforme Rolnik, “os territórios populares ocupavam um espaço ambíguo”, que consistia na “criação, dentro da ordem legal, de uma possibilidade de escapar da lei, definindo um espaço – a área suburbana e mais tarde a área rural – em que isso poderia acontecer, sem ficar, entretanto, sob a responsabilidade do estado” (2003, p.59, grifos nossos). Dessa maneira, legitimava-se (na prática) as formas de moradia populares, ao mesmo tempo que “se garantia a rentabilidade do investimento imobiliário independente da faixa de renda a que se destinava”⁸, processo este que resultou no estabelecimento de áreas de “obscuridade social” – os territórios negros e os bairros populares de imigrantes. Hoje, as questões colocadas por Rolnik são fundamentais para pensarmos a cidade que temos, pois ao mesmo tempo que auxiliam a compreensão do presente através do passado, impõem novas indagações acerca das mudanças e permanências através do tempo histórico.

Eva Blay em *Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo* (1985) e Nabil Bonduki em *Origens da habitação social no Brasil* (1998), assim como Raquel Rolnik, fazem parte da geração que refletiu sobre as implicações mais profundas das políticas urbanas brasileiras levadas a cabo no decorrer do século XX. Enquanto

⁸ ROLNIK, Raquel – “Para além da Lei: legislação urbanística e cidadania (1886-1936”. In SOUZA, Maria Adélia A. et al. (Org.). *Metrópole e Globalização – Conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora CEDESP, 1999. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7918703-Para-alem-da-lei-legislacao-urbanistica-e-cidadania-sao-paulo-1886-1936-1.html>. Consulta em: 18/01/2016.

Rolnik se empenhou na análise dos efeitos, a curto e a longo prazo, das práticas urbanísticas oficiais na consolidação e perpetuação dos territórios “informais” na cidade, aqueles autores estenderam suas considerações à questão da habitação popular. Bonduki, sob uma perspectiva multidisciplinar em que alia o conhecimento acadêmico da arquitetura e do urbanismo à prática profissional e política, investigou como, a partir do momento em que a carência de moradias se torna um problema efetivo para o poder público, desde fins do século XIX gradativamente o Estado passou a interferir na questão habitacional, seja indiretamente num primeiro momento através da legislação urbanística – via higienismo –, seja de forma incisiva a partir da Era Vargas, nos anos 1940, quando passou a intervir no mercado de locação via Lei do Inquilinato (1942) e da posterior produção direta de conjuntos habitacionais populares via Institutos de Aposentadoria e Pensões.

O livro de Eva Blay, *Eu não tenho onde morar*, escrito a partir de investigação documental e pesquisa oral junto dos trabalhadores atuantes nos anos 1980, sob uma perspectiva assumidamente sociológica, se concentra no estudo das vilas operárias enquanto formas de habitação determinadas pelo sistema capitalista. Seja quando construídas com fins locatícios por empreendedores particulares – caso de profissionais liberais, pequenos negociantes, industriais, fazendeiros, etc –, seja quando feitas pelas “Mútuas” (companhias especialmente constituídas com esse fim), seja quando sua construção esteve vinculada às indústrias como “vilas operárias”. Para desenvolver o trabalho Eva Blay retomou o contexto histórico em que esse tipo de construção se efetuou. Para tanto, abordou questões cruciais, tais como a produção das “vilas operárias e o processo de industrialização”, quando ainda no decorrer do século XIX ocorreram as primeiras iniciativas no sentido de utilizar a moradia como forma de “atrair e reter a força de trabalho”, bem como a “politização do espaço urbano”, desde o momento em que os surtos epidêmicos da varíola são agravados pela carência de moradias levando o poder público a adotar medidas sanitaristas, até as primeiras discussões acerca da conveniência de uma intervenção mais incisiva, através de uma Lei do Inquilinato (1890-1920). A autora focalizou também “a pressão do aluguel sobre os conflitos das relações de trabalho”, colocando a questão moradia do ponto de vista dos movimentos operários nos anos 1910 como forma de pressão - de locadores de um lado e empregadores de outro: “pressionado pelo aluguel o trabalhador vê reduzida sua possibilidade de barganha por um salário melhor, pois está sempre sujeito, em caso de greve, a não poder pagar o aluguel” (1985, p.123). Por fim, a partir de uma amostra selecionada nas antigas vilas operárias Maria Zélia, Cerealina, Crespi, Guilherme Giorgi e Beltramo, a autora realizou entre os anos

1970 e 1980 entrevistas com moradores/operários, por meio das quais a avaliou a relação entre moradia e trabalho como resultado de relações de produção capitalistas.

Por fim, é importante destacar que além de identificar a conexão de aspectos pouco considerados até então, os autores supracitados têm o mérito de terem sido os primeiros a deslocar o foco da produção acadêmica para as implicações sociais das práticas urbanísticas e arquitetônicas.

Já nos anos 2000 vemos surgir um conjunto expressivo de novas contribuições para a reflexão sobre a arquitetura nas suas interfaces com o espaço urbano, configurando um terceiro momento da historiografia sobre São Paulo. Próximos aos nossos interesses, destaco a pesquisa de José Eduardo de Assis Lefèvre, *De beco a avenida: a história da rua São Luiz* (2006), que através do estudo de uma área – lote a lote – desvenda lógicas de transformações da própria cidade. Com foco nas terras de propriedade do Brigadeiro Luís Antônio de Souza Queiroz na Consolação, que deram origem à Av. São Luiz, mostra a partir do século XIX o processo de parcelamento dos lotes e sua posterior venda a terceiros. A presença de famílias tradicionais conferiu uma configuração particular à rua, onde as construções de caráter exclusivamente residencial deram o tom de distinção ao espaço. Tal estudo revela as primeiras iniciativas de parcelamento do solo nas áreas lindeiras ao centro e indiretamente revelam quão dependentes eram aqueles palacetes do abastecimento e serviços prestados por gente de bairros como o Bexiga, etc.

Outros estudos igualmente importantes para a presente tese foram os de Marisa Midori Deaecto (2001), Heloísa Barbuy (2006) e Beatriz Bueno (2005, 2008 e 2012) com foco nas ações individuais e no processo de produção e uso dos espaços entre meados do século XIX e início do século XX. Marisa Midori, em *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)* explorou faces do comércio e dos comerciantes na evolução da metrópole, a partir da internacionalização do mercado e da vinculação da economia brasileira ao sistema capitalista com a expansão das redes de troca via exportação do café e importação de produtos industrializados, via desenvolvimento da indústria local (que ao alimentar o comércio local, foi por ele impulsionada), demonstrando a vocação comercial e financeira do centro da cidade com a crescente especialização na venda de produtos mais refinados.

Na mesma direção, Heloísa Barbuy em *A Cidade-Exposição. Comércio e cosmopolitismo em São Paulo* elegeu as casas comerciais do centro de São Paulo como ponto de partida para desenvolver o estudo do microterritório do “Triângulo” do ponto de vista de sua produção material e das mudanças de hábitos e vida urbana ali operados. Para

tanto, delineou uma metodologia de espacialização de dados seriais referentes a 1860 e 1914 com vistas a compreender a cidade como “*um complexo de construções materiais (...) com dimensões física, simbólica e ideológica*”. Na linha dos estudos de História da Cultura Material, em seu trabalho, a arquitetura e a própria cidade são entendidos como “artefato” que evocam mentalidades, valores e interesses definidos por grupos sociais em cada momento histórico. Com foco no espaço construído, suas determinantes legais, a autora desvenda o papel da iniciativa privada na sua produção e uso, com ênfase nesta segunda dimensão, analisando nas ruas XV de Novembro, Direita e São Bento, lote a lote, os diversos tipos de negócios vinculados ao comércio e aos serviços e as novas práticas sociais por eles ensejadas. Nesse sentido, explora o papel do comércio e seus agentes como produtores e vetores de transformações nos modos de viver na cidade que se pretendia mais moderna e cosmopolita.

Beatriz Bueno, ao espacializar a Décima Urbana de 1809 em São Paulo também atentou para o papel das ações da iniciativa privada no processo de transformação da cidade, lote a lote. Em *Aspectos do Mercado Imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)* (2008) a autora analisou a dinâmica de transformação da cidade de São Paulo através de fragmentos, investigando lote a lote os atores sociais envolvidos (proprietários e inquilinos), as tipologias arquitetônicas utilizadas e os usos ali instalados. Além da contribuição metodológica para esta tese, Beatriz Bueno abordou um aspecto pouco pensado da história da cidade, focalizando o caráter rentista de grande parte das construções em mãos da iniciativa privada desde o período colonial. Guardadas as distâncias temporais e espaciais entre o estudo da autora e esta tese, a questão colocada remete ao universo do Bexiga fruto do efervescente mercado imobiliário rentista vigente até a Lei do Inquilinato (1942). Já em *São Paulo. Um novo olhar sobre a história: evolução do comércio de varejo e as transformações da vida urbana* (2012) a autora salienta o papel do comércio nas transformações operadas na cidade, também na perspectiva de longa duração, do período colonial ao presente. Através de extensa pesquisa envolvendo documentação primária – décima urbana, almanaques, listas telefônicas, publicidade em jornais e revistas, fotografias e cartões postais – espacializa a geografia do comércio e suas mudanças, permitindo ao leitor perceber o quanto essa atividade vinculou-se a processos de valorização fundiária e especulação imobiliária.

Se a maioria dos trabalhos supracitados tiveram como objeto as áreas “nobres” da cidade das elites (casos de Benedito Lima de Toledo, Maria Cecília Naclério e Eduardo de Assis Lefevre), na contramão insere-se tanto o Capítulo 3 “Sociabilidades Paulistanas” na

tese de doutorado “*Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII-XX*” de Paulo César Garcez Marins (1999), como o ensaio *Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo* (2011). No primeiro, inaugura uma metodologia muito cara aos interessados em cultura material de espacialização de aspectos invisíveis da história social e urbana por meio da iconografia. No segundo, aprofunda o olhar sobre a participação dos estrangeiros na construção da cidade, com foco nos empreendedores Francisco Glette e Victor Nothmann mas, na linha das hipóteses formuladas por Nestor Goulart Reis Filho ressalta a heterogeneidade do conjunto e diversidade das atividades presentes num bairro supostamente residencial e exclusivo das elites. Ao realizar uma análise minuciosa das plantas da cidade de 1881 e 1894, mostra que as intenções originais de fazer daquele um espaço essencialmente residencial e aristocrático não se confirmaram. O perfil heterogêneo de implantação das edificações nos lotes e das tipologias adotadas, assim como uma progressiva mistura de usos, se intensificaram com as crises da cafeicultura e seu consequente reflexo sobre as famílias locais. A tendência de moradores saírem dos Campos Elíseos em busca de outros bairros se acentuou, assim como a alteração da composição social do bairro. Tendo em vista esse panorama, problematiza a imagem corrente dos Campos Elíseos como um bairro essencialmente de aristocratas e nos incita a pensar sobre em que medida o mesmo apresentava uma composição heterogêneas e áreas menos nobres, com gente de outro perfil social e, quem sabe, atividades que dessem suporte ao cotidiano do bairro. Embora sem conexão direta com o Bexiga, nos leva a pensar em que medida bairros como este dependessem do Bexiga para seu abastecimento cotidiano, bem como serviços básicos, algo que os estudos de Benedito Lima de Toledo sobre a Avenida Paulista também permitem imaginar.

Ana Lúcia Duarte Lanna desenvolveu, dentro do projeto interdisciplinar *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades* (2011), o ensaio *O Bexiga e os italianos em São Paulo, 1890-1920*. Neste trabalho, ao abordar a atuação dos imigrantes italianos originários principalmente do sul da Itália, a autora privilegia o papel desempenhado por esse segmento tanto na construção do espaço físico, como na conformação de uma identidade cultural peculiar que distinguiu este bairro de outros ocupados por imigrantes do mesmo grupo. A partir de estudos de caso de famílias instaladas com residência e negócios nas ruas do Bexiga, Ana Lúcia Lanna revela como, através das redes de sociabilidade e acolhimento, a comunidade italiana colaborou para a configuração dessa parte da cidade, onde a conjunção de usos residenciais e profissionais foi uma constante.

Os trabalhos supracitados, em geral, recortam seus estudos no bairro ou área eleito(a) sem problematizar as interfaces e interdependência com as outras lindeiras. Da mesma forma, os estudos sobre os bairros mais populares igualmente não têm a preocupação de explorar o papel dos mesmos em relação a outras partes da cidade, em geral, centrando suas atenções nos seus elementos diacríticos mais evidentes – bairro operário, bairro fabril, bairro aristocrático – sem todavia questionar a eventual pluralidade de atividades ali existentes. Esses estudos operam na chave da polarização “aristocrático” *versus* “popular”, “elite” *versus* “operário” como se a dinâmica social urbana pudesse se reduzir a tais binômios.

Por outro lado, esses estudos direta ou indiretamente sinalizam certas recorrências comuns a quase todos os espaços da cidade constituídos entre o final do século XIX e início do XX: a especulação imobiliária, a presença de uma certa oligarquia produtora dos espaços e irmanada ao poder público e da burocracia municipal na normatização e orquestração das formas de produção e ocupação dos espaços.

Nesse quadro, a presente tese sequencia uma linha de investigação que vem gradativamente se afirmando com foco no processo de produção e apropriação de áreas mais pobres da cidade e no papel das camadas médias e baixas da população nesse processo. Nessa perspectiva, Luciana Além Gennari abordou a constituição de dois bairros populares de São Paulo na dissertação de mestrado *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo* (2005), objetivando, através do estudo das casas em série para venda ou aluguel, discutir “a composição e consolidação do tecido urbano” por meio das ações individuais.

Para isso, Gennari se utilizou de uma metodologia e uma documentação primária que privilegiou a produção material do espaço. Ao investigar os projetos arquitetônicos que deram origem à construção das casas em série conseguiu não apenas identificar o perfil das construções, como também perceber a ação dos empreendedores de maneira a reconstituir um cenário que amplia nosso conhecimento sobre as dinâmicas da cidade como um todo:

Uma parte da cidade foi erguida e reerguida nos moldes da Mooca e do Brás. Não necessariamente parecida morfológicamente, mas talvez metodologicamente sim. A clareza de determinados processos pode nos ajudar a entender como e por que chegamos onde estamos (2003, p.293).

Na mesma linha, desenvolvi minha dissertação de mestrado, “*Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e*

usuários (1881-1913” (2010). Comparativamente, as diferenças entre Brás, Mooca e Bexiga são claras: os primeiros são bairros em que a proximidade das vias férreas propiciou a instalação de indústrias e, em função das fábricas, polarizaram a construção de casas operárias; o Bexiga notabilizou-se por ser um bairro especializado no abastecimento e na prestação de serviços, com raras fábricas em seu cenário. Em que pesem as diferenças entre as duas áreas, é possível traçar alguns paralelos entre ambas. Nos dois casos, a construção de casas destinadas à população menos abastada, independentemente das atividades produtivas exercidas por seus moradores, demonstra ter se tornado rentável e acessível a diversos tipos de empreendedores imobiliários (desde grandes capitalistas, passando por indivíduos que desejavam diversificar seus negócios, até aqueles mais pobres que viam no investimento imobiliário a possibilidade de aumentar seus rendimentos e garantir sua segurança financeira).

Por outro lado, sequenciando tendências de estudos recentes em História Social, busquei descortinar o papel de grupos menos hegemônicos no processo de transformação e configuração urbanística e arquitetônica da cidade. Sob tal perspectiva, atores sociais desconhecidos merecem visibilidade e personagens cujas vidas são marcadas pela mobilidade, precariedade e transitoriedade têm suas trajetórias investigadas mostrando permanências de comportamentos em meio às rupturas pretendidas, atitudes “desviantes” em confronto à modernidade almejada, bem como estratégias de sobrevivência na metrópole que aparentemente todos tinham lugar.

Nessa linha, paradigmático é o trabalho de Maria Luiza Ferreira de Oliveira que, ao estudar o papel das camadas médias e intermediárias na urbanização de São Paulo, mostra a forma como esses grupos se inseriram no processo. Seus reiterados esforços de sobrevivência frequentemente passavam pelas possibilidades dadas pela propriedade de bens de raiz, pela economia informal e pelo apoio de redes de solidariedade, o que nem sempre lhes garantia uma vida sem percalços. A análise dos inventários *post-mortem* de uma gente miúda, assim como todo o processo envolvido em sua abertura, permite que se acompanhe trajetórias de vida marcadas pela instabilidade e precariedade. Contudo, tão importante quanto a análise dos documentos interessa particularmente a maneira sensível como a autora nos introduz no cotidiano desses homens, levando-nos a uma aproximação quase afetiva dos personagens anônimos. Ao mesmo tempo, faz pensar que a incerteza não era um fenômeno restrito aos moradores da Várzea do Carmo ou do centro da cidade, mas que podia se estender a qualquer espaço ocupado pela população mais pobre. Diante de situações semelhantes em que a tônica era dada pela incerteza do amanhã, o perfil traçado

pela autora remete necessariamente aos usuários do bairro do Bexiga, onde os proprietários ou inquilinos dos inúmeros armazéns e pequenos serviços também devem ter representado um papel crucial na vida de moradores às voltas com problemas de insolvência: vendendo fiado, postergando a cobrança de dívidas antigas, emprestando dinheiro para o pagamento de aluguéis atrasados, para a prestação do mascate, para a compra de remédios... Por outro lado, permite evidenciar as interfaces do bairro com outras áreas e seu papel na cidade em transformação e a espacialização dos espaços.

Essa vertente historiográfica nos remete a Daniel Roche, representante da terceira geração da *Escola dos Annales* que se dedicou ao estudo dos setores médios da população francesa. Em seu livro *O povo de Paris*⁹, Roche abordou o impreciso universo dos trabalhadores parisienses que, de acordo com suas palavras, constitui-se de “operários, companheiros das indústrias e do comércio (e) criados” entre 1685 e 1789. A partir de elementos fornecidos pelo estudo dos inventários *post-mortem* que revelam o cotidiano dessas camadas sociais – tais como as formas de moradia, o vestuário e a alimentação –, o autor teceu um abrangente panorama social do século que antecedeu a Revolução Francesa, ali abordada de um ponto de vista singular. Mais do que o aspecto político do evento interessou ao pesquisador conhecer o processo de profunda transformação cultural e social sofrida por uma parcela expressiva dos setores médios da capital francesa ao longo do século XVIII – processo este que está intimamente ligado ao papel que esses setores viriam a desempenhar na Revolução Francesa. Trata-se assim de reconstituir uma identidade social a partir de sua materialidade.

A perspectiva adotada por Daniel Roche e Maria Luiza Ferreira de Oliveira, na qual os atores sociais assumem a posição central de uma cena marcada pela transitoriedade, tem muito a ver com a intenção deste trabalho de compreender a tessitura material e social do bairro do Bexiga. O mesmo ocorre com relação à metodologia utilizada por eles, onde as expressões materiais possuem um significado importante como documento para a História. Embora as fontes documentais aqui utilizadas sejam outras, a ideia central é buscar nos documentos materiais elementos que contribuam para a reconstituição (ainda que incompleta) do perfil de uma parcela dos moradores do Bexiga.

No entanto, as considerações de Ulpiano Bezerra de Menezes acerca dos “artefatos” (incluindo-se aí o ambiente construído) alertam para uma questão essencial que os

⁹ ROCHE, Daniel. *O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004.

historiadores não podem deixar de levar em consideração no exercício de seu trabalho – o caráter “mutante” do documento (ou da biografia de que são portadores):

O cerne da questão, para o historiador [...] é, acredito, que os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. [...] para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los 'em situação', nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social. (1998, p.92, grifo nosso).

Aqui, não se tem a intenção de “recompor” o exato cenário material do Bexiga entre 1906 e 1931, mas sim de tentar recuperar algo da relação estabelecida entre o elemento humano e o espaço físico em determinada circunstância, quem sabe sua própria identidade...

Em minha dissertação de mestrado (2010), busquei compreender através das evidências materiais como se deu o processo de formação do bairro do Bexiga e sua apropriação pelos diferentes atores e grupos sociais que ali atuaram, entre 1881 e 1914. No processo de sedimentação da nova ordem econômica, diferentes papéis foram representados por diversos atores sociais, fossem eles oriundos da oligarquia cafeeira, estrangeiros recém-chegados, ou personagens urbanos anônimos. Cada um atuou de acordo com suas posses e interesses, mas sempre buscando auferir vantagens das mudanças políticas, econômicas e sociais em curso. De um lado, membros de reconhecidas famílias tradicionais como os Pais de Barros e os Souza Queiroz que, além da atividade agroexportadora, atuaram em outras frentes, inclusive na especulação imobiliária, e nesse caso não restringindo-se a iniciativas de grande porte, mas tendo ramificado seus negócios a empreendimentos populares, caso por exemplo, do arruamento empreendido pela Baronesa de Limeira, em 1894, em terras que pertenciam à antiga Chácara do Barão de Limeira, entre o Largo do Riachuelo e a Av. Brigadeiro Luís Antônio.

Como demonstrei no mestrado, em fins dos anos 1880, ao lado dos membros da oligarquia, também atuaram no promissor mercado imobiliário na antiga Chácara do Bexiga imigrantes possuidores de capital necessário para investir em terras, como Victor Nothmann, membros da família Clark e o negociante português Antônio José Leite Braga, proprietário da maior porção de terras na região. Após a morte de Braga, entrou em cena o engenheiro Fernando de Albuquerque, um dos principais agentes responsáveis pelo empreendimento. Em paralelo, se a planimetria do bairro coube a grupos de mais posses, a volumetria resultou de ações de imigrantes e brasileiros integrantes das camadas médias

para os quais a “modernidade” almejada colocava novas opções de inserção social através da exploração de pequenos e médios negócios. Dessa forma os imigrantes destituídos de recursos encontraram na cidade em expansão tanto a possibilidade de sobrevivência como a oportunidade de conquistar um espaço social. Naquele momento, a atuação praticamente isolada do imigrante no mercado da construção civil, ao lado de certo espírito empreendedor, abriu perspectivas para a formação de um pecúlio através da compra de terrenos e da construção de moradias para locação. De outro lado, entre os anos de 1912 e 1914, o bairro já dava sinais da proliferação das habitações coletivas e do processo de “encorticiamento” que viria a ocorrer nas décadas seguintes.

Na presente tese retomei o processo de produção do bairro com foco em três áreas distintas, a saber: uma “área nobre”, entre a Av. Brigadeiro Luís Antônio e a rua Santo Amaro; a área do próprio loteamento original, entre as ruas Santo Amaro e Santo Antônio; e a área mais pobre do vale da Saracura, entre a rua Santo Antônio e o leito do córrego do mesmo nome.

Ao lado das inúmeras construções particularmente destinadas à moradia – envolvendo tipologias variadas – como casas de fundo de lote, vilas e sobrados, quando não a transformação e aproveitamento dos espaços disponíveis em habitações coletivas ou cortiços –, focalizei os inúmeros espaços construídos ou adaptados para o exercício de atividades produtivas – armazéns, quitandas, manufaturas e oficinas de pequeno porte, ocupando os espaços possíveis. Os requerimentos encaminhados à Diretoria de Obras do município solicitando licença para a construção e/ou reforma de prédios indicam que a sala da frente da casa foi reiteradamente transformada em espaço para negócios. A instalação de fornos nos fundos das casas indica a existência de pequenas padarias, que poderiam estar associadas a uma quitanda ou a um armazém de “secos e molhados”, assim como os barracões construídos nos fundos dos terrenos foram ocupados por fabriquetas de macarrão ou simples oficinas que faziam de tudo um pouco: conserto de peças utilizadas no dia a dia (como máquinas de costura, carroças estacionadas nas cocheiras, ferragem dos animais) ou fabricação de gradis e portões utilizados nas construções, etc. Oficinas também funcionaram no espaço doméstico, não necessariamente no cômodo da frente, mas, frequentemente nos porões, comumente utilizados por costureiras, alfaiates e sapateiros. Nesse sentido, se de um lado observei a heterogeneidade na paisagem resultante da ação de mãos tão diversas, também notei a diversidade de atividades produtivas ali instaladas.

Busquei assim demonstrar como o ritmo de ocupação do espaço acentuou-se no decorrer dos anos 1920. As áreas livres reduziram-se e construções mais antigas cederam

lugar para novas edificações voltadas à moradia ou ao trabalho; antigas cocheiras foram substituídas por casas destinadas a residências ou por barracões destinados a algum tipo de manufatura. Os embates contínuos entre proprietários e a municipalidade apontam para o aproveitamento exaustivo dos espaços ainda vazios, onde a construção de cômodos poderia dar ensejo à instalação de novos cortiços. Por outro lado, as inúmeras intimações, multas e embargos, que por vezes envolviam um único processo, colocam em evidência o comportamento reincidente de proprietários e construtores, demonstrando a crescente perda de controle da situação por parte da Diretoria de Obras frente ao acirramento da especulação imobiliária, evidenciando a tendência do que iria ocorrer neste e noutros bairros populares da cidade nas próximas décadas.

Cotidiano e trabalho em foco

Ao concentrar uma parcela das atividades excluídas do centro pela Legislação Sanitária, o Bexiga certamente desempenhou um importante papel na hierarquia produtiva da cidade, diferenciando-se de outros bairros como o Brás, a Mooca e a Barra Funda ao não agregar fábricas e operários, mas aproximando-se deles ao desenvolver certos tipos de atividades de abastecimento de outras áreas da cidade. Ali se instalaram pessoas de pequenas e médias posses, assim como o comércio mais simples voltado basicamente ao abastecimento alimentar e à prestação de serviços menos especializados, apresentando a coexistência entre moradia e trabalho.

Raquel Rolnik já havia constatado situação semelhante, quando em virtude da instabilidade do mercado de trabalho regular e das sucessivas crises conjunturais que atingiram a produção fabril, parte dos trabalhadores urbanos, mesmo os estrangeiros, tenderam a estabelecer-se por conta própria, explorando as possibilidades dadas pelo trabalho informal.

Assim, nos fundos de quintal, em estalagens ou em algum cômodo da casa de seu proprietário, funcionavam vidraçarias, marcenarias, ateliês de pintura e de costura, ourivesarias, alfaiaarias; havia mestres de caligrafia, gravatarias, sapatarias, fazedores de luvas, de chapéus, selarias, confeccionadores de arreios, de laços e artigos de couro para montaria. [...] A existência desse tipo de empreendimento familiar [...] definia uma multifuncionalidade no espaço da casa e do quintal, e ao mesmo tempo, a convivência da família extensa ou de indivíduos sem laço de parentesco no mesmo espaço físico. (2003, p.79-80, grifo nosso).

O primeiro objetivo da presente tese é justamente precisar o papel desempenhado pelo bairro do Bexiga e consequentemente por seus moradores no mercado informal de trabalho. Ainda que ali tenham se realizado atividades produtivas aparentemente “menores” do ponto de vista da macroeconomia, com pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, acredito que elas tenham sido fundamentais para o funcionamento do todo, na medida em que os negócios ali abertos tinham um papel específico no processo de reespecialização das funções urbanas.

Em minhas investigações me surpreendi com o elevado número de negócios direcionados ao abastecimento alimentar que apontava para um fenômeno, no mínimo, curioso. Identifiquei 76 quitandas entre 1906 e 1914 na Série *Alvará e Licença* do Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP), número que pareceu-me desproporcional para o bairro. Levando-se em conta que aquele era um tempo em que as pessoas não tinham como conservar produtos perecíveis, a presença de vários desses estabelecimentos numa mesma rua, muitas vezes distantes poucos metros entre si, levou-me a questionar quem seriam os possíveis consumidores dos produtos ali vendidos.

A busca de resposta a essa pergunta resultou na hipótese central desta tese de que a clientela potencial para os produtos vendidos nas quitandas não estivesse vinculada apenas aos moradores do Bexiga, mas se encontrasse fora dos limites do bairro. Nesse sentido, o depoimento de alguns memorialistas que escreveram sobre a cidade naquele período forneceram os indícios iniciais que nortearam a hipótese. Esse foi o caso, por exemplo, de Jorge Americano, que em suas memórias de infância dedicou um capítulo inteiro aos vendedores ambulantes que circulavam pelas ruas dos Campos Elíseos (2004, p.103-112). Entre os inúmeros personagens listados por ele, alguns bem que poderiam ser originários do Bexiga: o leiteiro, a carroça de verduras, a carroça do padeiro, o homem que vendia frangos, o fruteiro, o caixeiro do armazém, o baleiro, o sorveteiro, etc¹⁰.

O Bexiga era um território encravado entre os bairros ocupados pelas camadas médias e altas da população – o Morro dos Ingleses, a Liberdade, o Paraíso, a Avenida Paulista e, desde os anos 1920, a Vila América (atual Jardim Paulista). Com exceção da Liberdade e do Paraíso, marcados por uma mescla de usos residenciais e comerciais, os demais bairros possuíam um caráter exclusivamente residencial. Parece bastante razoável a ideia de que a localização do Bexiga em relação a esses bairros colocasse os negócios de comércio de alimentos em situação privilegiada. Outro artefato predominante do bairro a

¹⁰ AMERICANO, Jorge – *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*, 2ª Edição. São Paulo: Carrenho Editorial/Carbono 14, 2004. p.103-112.

meu ver também corroborava a hipótese: as inúmeras cocheiras presentes nas ruas do Bexiga, identificadas na Série das *Obras Particulares* do AHSP, utilizadas como uma espécie de estacionamento, abrigando carroças e animais, essenciais para o transporte de pessoas e mercadorias. Identifiquei 81 cocheiras na Série *Obras Particulares* entre 1906 e 1923 que sinalizam que parte dos veículos ali guardados servia à distribuição de alimentos comercializados em quitandas e armazéns do próprio bairro do Bexiga, possivelmente voltadas ao fornecimento dos bairros lindeiros.

Cabe reiterar que a representação do Bexiga como um bairro italiano ocupado pelas camadas mais pobres da população é resultado de uma narrativa construída ao longo do século XX, e como tal sujeita a distorções. Assim, se pretendemos nos aproximar mais efetivamente do objeto de estudo – o cenário e os atores correspondentes –, é necessário repensar as bases materiais e sociais sobre as quais esses agentes atuaram. Trata-se de um bairro que, em suas origens, foi prioritariamente ocupado pelas camadas médias e baixas da população, oriundas de contextos étnicos e culturais diversos. De um lado, brasileiros brancos e afrodescendentes negros e pardos, ambos carregando o ônus de um passado escravista recente que determinava *a priori* a sua posição na escala social, circunstância esta agravada pela crença generalizada na superioridade racial e cultural do estrangeiro. De outro, imigrantes europeus em busca de oportunidades de conquistar, através do trabalho, a estabilidade que lhes era negada no local de origem. Nessas circunstâncias, o convívio entre os dois grupos podia significar uma disputa desigual pelas oportunidades de trabalho e pelo espaço, gerando ressentimentos em todos os lados envolvidos.

No longo prazo essa situação só fez ratificar a discriminação, ainda que dissimulada, dos valores atribuídos ao segmento negro da sociedade contemporânea, particularmente àqueles estabelecidos no bairro do Bexiga. Atualmente, embora a presença dos afrodescendentes seja um fato reconhecido, sua importância aparece reduzida cultural e espacialmente: de um lado, porque limitada aos eventos culturais dados pelo calendário festivo da cidade – o Carnaval –, e de outro porque restringe sua presença ao vale da Saracura, supostamente a única área ocupada por esse segmento social. Diante desse panorama reducionista que exclui uns em favor de outros, estabeleci como segundo objetivo desmistificar tais estereótipos e identificar a presença tanto de imigrantes como de brasileiros integrantes das camadas médias e baixas da população para os quais o bairro significou não apenas um espaço de moradia, mas também de sobrevivência.

No decorrer de minhas investigações tive a oportunidade de constatar a ocorrência de conflitos entre usuários do bairro, que podiam se manifestar de diversas formas, por exemplo, na relação entre inquilinos e proprietários ou na disputa pela clientela por parte de prestadores de serviços e comerciantes. Nesses casos, tudo indica que se tratava de conflitos com motivação claramente vinculada a disputas por espaço de trabalho. Menos evidentes são os conflitos originados de relações interraciais, mas existiam. Armandinho do Bixiga fornece algumas pistas, se não de conflitos abertos, pelo menos de tensões expressas em manifestações preconceituosas dos italianos em relação aos negros, o que, provavelmente, não devia se restringir a esse caso específico¹¹.

Jacques Le Goff¹², ao analisar a configuração da *nova sociedade urbana* francesa no decorrer dos séculos XII ao XIV nos fala de uma “sociotopografia” típica das cidades medievais. Assim como na cidade colonial brasileira, na aparente homogeneidade do conjunto verificava-se numa mesma rua um *dégradé* social, dispendo-se indivíduos de grupos sociais distintos em áreas topograficamente mais e menos valorizadas ou às vezes coexistindo lado a lado (Bueno, 2008). Outro objetivo desta tese é fornecer um quadro da sociotopografia do bairro do Bexiga. Nessa época, de uma maneira geral, São Paulo vivia um momento de transformação, no qual observamos a tendência para a concentração de determinadas camadas sociais em determinados bairros, de acordo com os interesses e conveniências específicos deste ou daquele segmento. Ao contrário da cidade colonial, concentrada na colina histórica e aparentemente mais homogênea, apresentando uma sociotopografia menos evidente, a cidade da Primeira República apresentava uma tendência à especialização dos espaços: o perímetro central, com comércio e serviços; os perímetros urbano e suburbano com bairros residenciais destinados às camadas médias, baixas em meio às manufaturas e ofícios indesejados.

Os objetivos traçados acima buscaram responder a duas hipóteses que orientaram a pesquisa. A primeira envolvendo o papel do bairro na reconfiguração de São Paulo como metrópole moderna e cosmopolita, através da articulação das atividades produtivas ali desenvolvidas com o restante da cidade, via comércio e prestação de serviços. A segunda, envolvendo o desvendamento da sociotopografia e das formas de sociabilidade, assim como de tensões existentes entre os diferentes grupos humanos que vivenciaram o bairro,

¹¹ MORENO, Júlio. *Memórias de Armandinho do Bixiga*, São Paulo: Editora SENAC, 1996, p.88.

¹² LE GOFF, Jacques. *A nova sociedade urbana. O apogeu da cidade medieval*, São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 94 a 123. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>> Acesso em: 17/05/2009.

através da identificação do perfil dos atores sociais predominantes. Assim, tendo em vista os objetivos e as hipóteses acima, acredito estar contribuindo para a elucidação de aspectos fundamentais, mas até então inexplorados pela historiografia, para a compreensão do processo de urbanização da cidade de São Paulo na passagem do Império para a Primeira República.

Três Bexigas em um

De acordo com o projeto elaborado pelo engenheiro Fernando de Albuquerque, os limites do loteamento original do Bexiga¹³, ainda que mal situados quanto ao posicionamento norte-sul da cidade, são bem precisos. O córrego da Saracura em direção à região oeste, e a rua Santo Amaro em direção à região leste da cidade indicam atributos naturais e artefatos pré-existentes ao empreendimento. As ruas que compõem o desenho do loteamento, com uma nomenclatura que seria alterada posteriormente, correspondem exatamente às ruas Major Diogo, Conselheiro Ramalho, Treze de Maio, Conselheiro Carrão, Manoel Dutra e São Domingos (Schneck, 2010). Porém, no processo de ocupação humana crescente o empreendimento espalhou-se em diversas direções, como que se amalgamando a outros espaços. Assim, frente à necessidade de compreender o próprio processo de configuração daquele espaço geográfico, a cartografia disponível sobre a cidade de São Paulo foi um instrumento fundamental já que através dela foi possível reconstituir o processo de loteamento e apropriação do bairro do Bexiga e sua inserção no conjunto da cidade em expansão.

Ocorre que em 1910, através da Lei n.1.242, a grande área que envolvia o “loteamento original” do Bexiga passou a ser denominada Bela Vista. Ao determinar a criação “*do districto de paz de ‘Bella Vista’, desmembrado do da Consolação, do municipio da Capital*”, a lei enfatiza o distrito e não o bairro. Embora os termos da lei indiquem o espaço do *distrito* como uma unidade administrativa vinculada ao município, eles não definem o que seria o bairro. Por outro lado, as plantas da cidade elaboradas naquele período, ao adotar os dois termos também não fazem a distinção entre as duas instâncias, gerando dúvidas acerca de sua conformação e abrangência. Estendendo a observação às plantas elaboradas nos anos posteriores, em 1916 e 1924¹⁴, foi possível

¹³ *Planta dos Terrenos do Bexiga* (1890). Fernando de Albuquerque, engenheiro civil Fonte: Arquivo Aguirra/Museu Paulista/USP.

¹⁴ *Planta da Cidade de São Paulo*, levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, Edição Provisória de 1916; *Planta da Cidade de São Paulo mostrando todos*

concluir que em nenhuma delas o Bexiga foi representado como um bairro independente. Essa situação só viria a se alterar na Planta SARA Brasil, de 1930, na qual nenhum bairro ou distrito recebe qualquer tipo de referência nesse sentido. Por fim, é na planta de 1943 que o Bexiga volta a constar como um bairro independente¹⁵, ainda que vinculado ao distrito da Bela Vista.

Na *Planta da Cidade de São Paulo* (1916), procurei localizar, aproximadamente, os limites entre as três áreas: o arruamento feito pela Baronesa de Limeira (tracejado em amarelo), o loteamento original (tracejado em vermelho) e a área do Saracura, um tanto indefinida (tracejado em verde). Fonte: *Planta da Cidade de São Paulo*, Divisão Cadastral da 2ª Secção da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, 1916. *Histórico Demográfico do Município de São Paulo*.

Frete às dificuldades do olhar contemporâneo em separar o bairro do distrito, se fez necessário restringir o foco espacial do trabalho. Tomando como ponto de partida o Largo do Riachuelo, local que delimitava a fronteira do Bexiga com o Centro, busquei contemplar aquela que foi a área do loteamento original do bairro, sem contudo ignorar parte do que se convencionou chamar de Bela Vista. Nesse sentido, a região do Vale da Saracura, cujo início da ocupação, ainda que rarefeita, antecedeu o empreendimento original, forçosamente seria incluída no trabalho. Entretanto, as águas e ribanceiras do córrego, ao interpor barreiras físicas ao deslocamento dos moradores, estabeleceram um

os arrabaldes e terrenos arruados, Rio de Janeiro, 1924. Disponíveis em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1916.jpg; e http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg.

¹⁵ *Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circunvizinhos*, organizada pela Repartição de Electricidade da The São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd., janeiro de 1943. Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Acervo - Tombo: 1153. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1940.php. Consulta em 26/04/2014.

segundo limite físico do bairro. Por fim, uma terceira área somou-se às anteriores, por contiguidade, e corresponde às ruas abertas pela Baronesa de Limeira alinhadas ao loteamento original. Tratava-se, pelas dimensões dessa terceira área, de um espaço restrito, sujeito a ser envolvido pelo caráter mais amplo dado pela ocupação do loteamento vizinho – a Liberdade – que, de acordo com as plantas elaboradas entre 1905 e 1924, tinha limites imprecisos entre a rua Tamandaré e a Av. Brigadeiro Luís Antônio. Por sua vez, a avenida Brigadeiro Luís Antônio, artéria do loteamento da Baronesa de Limeira, pela sua condição articuladora do Centro e da Liberdade estruturou-se numa tríplice função de local de atividades produtivas, de ocupação humana e via de acesso, representando a verdadeira fronteira, aí entendida no sentido metafórico de lugar de “encontros” e não de barreira física tal como definida por Peter Burke (2011), entre os bairros do Bexiga e a Liberdade. É evidente que a depender do interesse particular de cada observador, os critérios adotados para a delimitação da área de estudo podem ser questionados, mas acredito que se prestem ao propósito da tese, envolvendo portanto, o loteamento original, a zona do Saracura e o loteamento da Baronesa de Limeira.

O tempo dos espaços e das pessoas

Definidos os recortes espaciais da pesquisa, convém explicitar as balizas temporais eleitas.

Os primeiros sinais de ocupação do espaço datam de 1882, ocasião em que a construção das primeiras casas dá indicações sobre a viabilidade do empreendimento que aos poucos foi se concretizando. Simultaneamente, os primeiros negócios foram instalados e, em 1906, a presença de quitandas, armazéns de secos e molhados, açougues, jogos de bola, padarias e oficinas demonstra que o bairro já apresentava um certo amadurecimento em termos de suas práticas produtivas. Assim, levando-se em conta a confirmação efetiva dos usos no espaço – moradia e trabalho – e por meio dos indícios sugeridos pelas fontes documentais, o ano de 1906 foi utilizado como baliza inicial de trabalho.

A partir do contexto urbano tomado em sua totalidade, procurei imaginar como se desenrolou o cotidiano de um bairro constantemente sujeito ao movimento mais amplo, no qual determinantes sociais, políticas, econômicas e culturais interferiam direta ou indiretamente. O Bexiga nasceu em meio às demandas por novos loteamentos fruto da expansão demográfica, entre o Império e a República. A modernização e a expansão da cidade atingiu seu ápice em fins dos anos 1920, até a Revolução de 1930. As

consequências decorrentes desse processo, ainda que os usuários do bairro não tenham se envolvido diretamente nos acontecimentos gerais, estão implícitas nos depoimentos de personagens que por ali circularam, atestando o início de um novo momento no qual usos e práticas se transformaram, delineando os traços do espaço que deu origem ao que hoje compreendemos como o grande distrito da Bela Vista, mais comumente conhecido como “Bixiga”. Assim, diante das inequívocas transformações operadas naquele território, envolvendo rupturas e permanências, elegemos o ano de 1930 como baliza final do trabalho.

Materiais e métodos

Por fim, impõe-se explicitar as fontes e a metodologia utilizadas para a consecução dos objetivos e fundamentação da tese, sem as quais a apreensão – bastante pretenciosa – de um universo de implicações tão variadas e pormenorizadas não teria sido possível.

Tendo em vista a busca de respostas acerca do papel representado pelo bairro na hierarquia produtiva da cidade, algumas fontes entrecruzadas deram elementos para compor a tessitura da tese. A Série *Obras Particulares*, do Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP), conjunto documental que envolve os requerimentos encaminhados à Diretoria de Obras do Município visando a concessão de licença para a construção, demolição ou reforma de prédios foi a fonte eleita para se reconstituir a materialidade dos imóveis lote a lote. Aos documentos já investigados anteriormente para a elaboração de minha dissertação de mestrado, abrangendo prédios de uso residencial, comercial, de prestação de serviços, fabris e manufatureiros, no período de 1906 a 1914, acrescentei os requerimentos apresentados entre 1915 e 1923, agora com foco nas obras que indicassem o exercício ou a intenção de ali exercer atividades produtivas.

Outra fonte investigada no AHSP foi a Série *Alvará e Licença*, coleção que contém, via de regra, os processos de solicitação de licença para a abertura de negócios comerciais e/ou de serviços.

Ainda no AHSP, realizei o levantamento dos *Índices de Emplacamento* das ruas do bairro, de maneira a acompanhar sempre que necessário as alterações na numeração dos imóveis, entre 1907 e 1930.

Num primeiro momento supus que a Série *Alvará e Licença* seria suficiente para a identificação dos negócios estabelecidos no bairro, entretanto, logo percebi ser necessário cotejá-la com as informações fornecidas pelos almanaques. Na Série *Alvará e Licença* os

negócios ficavam restritos quase que unicamente às casas comerciais, excluindo-se os estabelecimentos voltados à prestação de serviços e os profissionais liberais. Assim, acabei por restringir sua utilização ao período entre 1906 e 1914 e priorizar os anuários para a caracterização das atividades produtivas como um todo¹⁶. Essas publicações anuais, muito difundidas durante o século XIX e primeira metade do XX, continham informações relevantes sobre as cidades, tais como, estatísticas demográficas e econômicas, indicadores de ruas, lista dos cidadãos “notáveis”, listas de atividades de comércio e serviços, listas de indústrias e profissionais liberais, listas de “empresários e capitalistas”. No caso desta tese, as seções contendo os indicadores comerciais e de serviços (“*Comércio, indústrias e profissões*”) constituíram-se em arsenal precioso de informações sobre as atividades produtivas. Organizadas por segmentos econômicos, forneceram os nomes dos negociantes e dos profissionais entre 1906 e 1931, assim como seus respectivos endereços¹⁷, permitindo o cruzamento com os projetos arquitetônicos da Série *Obras Particulares* do AHSP e com os requerimentos da Série *Alvará e Licença*, bem como espacializar os imóveis nas plantas da época.

Aos nomes dos atores identificados foram acrescidas informações complementares, tanto do perfil social como das atividades, para o que recorri à imprensa comercial e oficial. No caso específico da Série *Obras Particulares*, os pedidos de licença para construção e/ou reforma de imóveis, em sua maioria acompanhados pelos respectivos projetos arquitetônicos, permitiram a identificação dos programas e tipologias edificações utilizados na construção de prédios de uso misto que abrigaram tanto atividades produtivas (oficinas, lojas, armazéns etc.) como residências, cujos proprietários nem sempre

¹⁶ Cumpre destacar que os exemplares do *Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil – Almanak Laemmert* (1900-1931), disponibilizados pelo site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foram de extrema importância para os resultados finais deste trabalho. A disponibilidade de praticamente todos os números na web, foi fator decisivo para tal escolha, na medida em que poupou o tempo gasto em percorrer os acervos da cidade de São Paulo em busca das publicações que contemplassem todo o período investigado.

¹⁷ *Almanack Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo para o ano bissexto de 1884*. Organizado por Francisco Ignacio Xavier de Assis Moura, 2º ano, São Paulo, Editores proprietários Jorge Seckler e Cia, 1883; *Almanach do Estado de São Paulo, para 1890*. Por Jorge Seckler. Sétimo Anno, São Paulo, Editores-Proprietários Jorge Seckler & Comp. Fonte: Biblioteca Municipal Mário de Andrade; *Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil. O Almanaque Laemmert*, nome pelo qual ficou conhecido o anuário, foi publicado inicialmente por iniciativa dos irmãos Laemmert, e posteriormente, por membros daquela mesma família, na cidade do Rio de Janeiro. A publicação, iniciada em 1844, após passar por sucessivas crises, chegou até os anos 1914, quando passou a se chamar *Anuário do Brasil*. Em 1925, o anuário passou a ser editado por membros do Jockey Club do Rio de Janeiro, voltando a ter o nome original, *Almanaque Laemmert Ltda*. De acordo com as informações fornecidas pelo site <http://www.cultura.gov.br>, o Center for Research Libraries foi o responsável pela digitalização de todo o almanaque, encaminhando o material à Biblioteca Nacional, que, por sua vez disponibilizou-o na web. O Estado de São Paulo conta com volumes especiais, publicados entre 1909 e 1931, além de outros anos.

anunciavam suas atividades nas páginas dos almanaques. Por outro lado, o conjunto de casos que envolveram a transformação de espaços comerciais em residenciais, e vice-versa, em determinados momentos da história da cidade e do bairro – geralmente em momentos de crise econômica – apontaram para as possíveis soluções encontradas pela população para sobreviver, conviver e/ou superar as dificuldades. Se o negócio dava prejuízo, a locação do imóvel para moradia podia ser uma solução...

Quanto à imprensa comercial, utilizei principalmente o acervo do jornal *O Estado de São Paulo*. Nesse caso, a propaganda publicitária e mesmo as matérias relacionadas a situações comuns (participação em eventos esportivos, associações de classe ou mesmo obituários), deram a conhecer um pouco mais sobre o cotidiano dos moradores do bairro. As queixas relacionadas a serviços urbanos, acidentes, violência, segurança pública em geral, deram pistas das condições de vida no bairro, bem como dos conflitos e tensões ali existentes.

Já os *Diários Oficiais da União* e do *Estado* permitiram identificar pessoas e empresas atuantes no período investigado, envolvendo a abertura de firmas e falências, além de decretos oficiais estabelecendo normas de conduta e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, regulação dos preços de gêneros alimentícios¹⁸, etc.

Ao indicar os nomes das pessoas envolvidas em atividades produtivas diversas, as três fontes citadas acima – *Almanaque Laemmert*, *Obras Particulares* e *Alvará e Licença* – propiciaram um acesso parcial aos atores que vivenciaram o cotidiano do bairro. Já para a identificação daqueles para quem o bairro significou antes de tudo um espaço de moradia e vivência, os *Boletins de Ocorrência* do *Posto Médico da Assistência Policial* que integram o Fundo da *Secretaria da Segurança Pública* do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), foram essenciais. Nesses documentos foram formalizadas as ocorrências médico-policiais entre os anos de 1911 e 1940 o que propicia o acesso a um conjunto de dados básicos acerca da população atendida: nome, cor, nacionalidade, idade, filiação (quando se tratava de menores de 18 anos), profissão, endereço e motivação da ocorrência. Enfim, ao detalhar informações elementares sobre personagens comuns, os *Boletins de Ocorrência* permitiram dar rosto e identidade a pessoas anônimas, acessando a dimensão humana no cotidiano do bairro.

¹⁸ Essa documentação encontra-se disponibilizada para consulta *on line* pelo site *JUS Brasil*. As publicações disponibilizadas pelo site abrangem os Diários do Executivo, do Judiciário e Legislativo; Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais Eleitorais; e Ministérios Públicos, a partir de 1891. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Em síntese essas foram as fontes que alicerçaram a tese. Resta falar sobre a relevância de dois instrumentos utilizados ao longo de todo o processo de investigação e escrita deste trabalho: a espacialização cartográfica das atividades produtivas em paralelo à análise da iconografia.

Para a espacialização dos casos identificados no *Almanaque Laemmert* me vali dos referenciais metodológicos já amadurecidos por outros autores que também dissertaram sobre espaços físicos da cidade. Foi o caso dos trabalhos desenvolvidos por Heloísa Barbuy (2006), José Eduardo de Assis Lefèvre (2006) e Beatriz Bueno (2005, 2008 e 2012) focados na reconfiguração urbanística e arquitetônica especialmente de áreas do perímetro central. Nesses estudos, os autores buscaram reconstituir a localização dos imóveis, lote a lote, por meio da elaboração de mapas conjecturais a partir de bases cartográficas antigas. Nesse sentido, a elaboração de bancos de dados a partir dos anuários e as listagens decorrentes dos mesmos permitiram visualizar: a) as atividades produtivas conforme sua ocorrência em cada rua do bairro, obedecendo a ordem crescente da numeração; b) a quantidade de atividades identificadas em cada uma das vias, o que permitiu o reconhecimento das tendências de ocupação dos espaços pelas diferentes atividades produtivas; c) as diferentes categorias produtivas, identificadas cada uma por uma cor diferente, de forma que cada cor correspondesse a um setor produtivo. De uma maneira geral, essas categorias envolveram: agentes comerciais; alimentação, alojamentos e lazer; artes e ofícios; comércio de aparelhos elétricos, máquinas e equipamentos domésticos e profissionais; comércio em geral; construção civil; educação; manufaturas; informação e comunicação; móveis, utilidades e serviços domésticos; saúde; serviços pessoais; transporte; e vestuário e acessórios pessoais. A partir desses procedimentos, a espacialização dos dados resultou em mapas temáticos, reconstituindo dinâmicas sociais e interfaces entre o bairro e o resto da cidade.

Julgo que a espacialização de informações sobre um determinado espaço urbano, ainda que baseada em suposições, solicita uma base cadastral, de maneira a obter-se um retrato lote a lote da realidade em questão. No caso desta tese, me vali da Planta SARA Brasil¹⁹ por representar o bairro no seu estágio já consolidado, sobretudo antes das reformas urbanísticas ocorridas a partir dos anos 1950. Entretanto, ainda que a planta contenha informações detalhadas acerca da realidade física da área – curvas de nível,

¹⁹ A planta SARA Brasil é resultado do primeiro levantamento aerofotogramétrico realizado no Brasil, pela empresa italiana *Società Anonima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici* – SARA, entre 1929 e 1930. O exemplar utilizado neste trabalho é reprodução do original pertencente ao acervo do Arquivo Histórico de São Paulo.

logradouros públicos, quadras e lotes (ocupados ou vazios), projeção dos imóveis sobre os lotes – as dificuldades para identificação de cada endereço fornecido pelos almanaques foram enormes, muitas vezes gerando dúvidas. No sentido de superar essas dificuldades, os projetos arquitetônicos contidos nos pedidos de licença para construção e/ou reforma na Série *Obras Particulares* do AHSP foram um instrumento de utilidade ímpar. Isso ocorreu particularmente nos casos em que os processos contendo a planta de situação indicassem que o imóvel se localizava na confluência de duas ruas. Na sequência, a comparação da planta com a projeção do imóvel no SARA Brasil terminou por confirmar o endereço. Dessa maneira, foi possível localizar com certeza um número razoável de edificações e negócios instalados no bairro, estratégia utilizada como referência para as demais espacializações.

Outra dificuldade encontrada para a espacialização dos endereços refere-se às mudanças na numeração dos imóveis no decorrer do tempo. Pelo menos desde os anos 1900, o aumento de novas edificações na cidade colocou para o poder público a necessidade de atualização da numeração dos prédios nas vias públicas, procedimento conhecido como “emplacamento”²⁰. Consequentemente, as alterações de endereço geraram dúvidas acerca da posição dos imóveis e atividades, a depender das datas fornecidas pelos anunciantes. Para solucionar esse problema, a utilização do *Índice de Emplacamentos* do AHSP contemplando as atualizações segundo as ruas da cidade por ano de ocorrência, foi fundamental. O mapa SARA Brasil data de 1930 e as informações a serem espacializadas derivaram de diferentes anos. Portanto, para cada ano foi necessário atualizar os endereços fornecidos pelos anunciantes de acordo com a data do emplacamento que envolvesse o período focado.

Creio que o resultado final dessa metodologia de trabalho, ainda que apresente algumas distorções incontornáveis, mostrou-se bastante satisfatório tendo em vista o objetivo proposto de elaborar cartografias regressivas de tempos pretéritos. Através das atividades espacializadas no mapa (devidamente caracterizadas pelas cores referentes a cada setor produtivo) é possível perceber o papel dos moradores do Bexiga para a cidade, objetivo central da presente tese. De outro lado, também permite perceber as possibilidades

²⁰ Esses procedimentos apresentam uma frequência variável de rua para rua. Encontramos desde casos em que houve apenas um emplacamento no espaço de quase trinta anos (caso da rua Dr. Luís Barreto – antiga rua do Sol), como outros em que no mesmo período houve até cinco atualizações (caso das ruas Manoel Dutra, Treze de Maio, e Av. Brigadeiro Luís Antônio). A primeira situação demonstra claramente que a ocupação dessa via ocorreu de forma mais lenta do que nas demais, enquanto nos outros casos a situação se inverteu, impondo a necessidade de emplacamentos mais frequentes. Porém, de uma maneira geral, na maioria dos casos, entre os anos de 1907 e 1930, foram realizados uma média de três emplacamentos por via.

de expansão deste ou daquele empreendimento para além das ruas do bairro, a depender de sua localização em relação às vias de acesso a outros bairros da cidade.

A reconstituição do perfil material dos espaços em épocas pretéritas coloca uma dificuldade de aproximação, impedindo que se perceba nuances que poderiam ser esclarecedoras do cotidiano que se pretende compreender. Dessa maneira, a iconografia se mostrou como a base documental ideal para remeter, mesmo que parcialmente, ao tempo passado. Heloísa Barbuy²¹, José Eduardo de Assis Lefèvre (2006) e Beatriz Bueno (2005, 2008 e 2012) se utilizaram de maneira exemplar de fotografias e cartões postais antigos para dar concretude aos olhos contemporâneos à cidade existente na passagem do século XIX para o século XX. Contudo, ainda que o espaço-objeto de análise seja familiar, a imagem que se possui dele ou é contemporânea (destituída de praticamente todas as características peculiares ao momento histórico enfocado) ou é um recorte feito por um fotógrafo, sob um determinado prisma, num determinado momento. Esse foi o caso dos principais fotógrafos que atuaram na cidade e o seu legado, embora de um valor inquestionável, é impregnado do papel desempenhado por cada um deles no exercício de suas funções.

Um dos raros profissionais da fotografia a captar imagens de ruas do bairro do Bexiga foi Guilherme Gaensly. O fotógrafo, além do estúdio fotográfico próprio localizado na rua XV de Novembro, trabalhou durante 25 anos para a *São Paulo Tramway Light and Power Company*. Ali, Gaensly “registrou obras e instalações do serviço paulistano de energia elétrica, assim como as transformações ocorridas na capital e no Estado de São Paulo”²². Foi a serviço da *Light* que Gaensly registrou a instalação dos trilhos do bonde na Avenida Brigadeiro Luís Antônio e na rua Santo Amaro, nos primeiros anos do século XX.

Aurélio Becherini, como fotógrafo oficial da Prefeitura, ao registrar o “antes” e o “depois” das reformas urbanas efetuadas pela municipalidade, talvez tenha sido o fotógrafo que melhor traduziu as transformações ocorridas durante as duas primeiras décadas do

²¹ “Seguindo Militão pelas ruas da cidade”. In FERNANDES JR., Rubens; BARBUY, Heloísa; FREHSE, Fraya – *Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p.34-49.

²² Guilherme Gaensly, nascido na Suíça em 1843, viveu no Brasil desde 1848, quando sua família emigrou para o Brasil, mais precisamente para Salvador. Nessa cidade ele iniciou, no final da década de 1860, suas atividades fotográficas, tendo se associado a Rodolpho Lindemann em 1882 na firma *Photographia Gaensly & Lindemann*. No início dos anos 1890, ainda em sociedade com Lindemann, Gaensly se transferiu para São Paulo, abrindo ali uma filial da firma baiana. No início dos anos 1900 a sociedade entre os dois fotógrafos seria desfeita e Gaensly ficaria com a casa sediada em São Paulo. KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002, p.155-159. As informações complementares sobre Gaensly foram obtidas no *site* da Fundação Energia e Saneamento. Disponível em: [http://www.energiaesaneamento.org.br/o-que-fazemos/serviços/publicações/imagens-de-são-paulo-gaensly-no-acervo-da-light-\(1899-1925\).aspx](http://www.energiaesaneamento.org.br/o-que-fazemos/serviços/publicações/imagens-de-são-paulo-gaensly-no-acervo-da-light-(1899-1925).aspx). Acesso em: 20/11/2013.

século XX. Embora, segundo Angela Garcia²³, seja possível perceber um “*certo tom otimista com relação aos empreendimentos urbanísticos capitaneados pela gestão municipal*”, as fotos de Becherini revelam (nos planos secundários) outros aspectos igualmente relevantes (mas menos evidentes) para a compreensão do processo de transformação material e social da cidade.

Os dois fotografos citados acima estavam vinculados a instituições públicas e privadas envolvidas com grandes obras. Ao retratar determinados aspectos das transformações urbanas, ao mesmo tempo em que fixaram momentos únicos, traduziram interesses bem específicos: realçar o valor e o papel desempenhado pelo poder público e pelas empresas responsáveis pela implantação de modernos equipamentos urbanos e assim impulsionar a cidade em direção à modernidade. No entanto, dão a ver outras facetas menos evidentes, inclusive áreas menos nobres da cidade, daí sua relevância no presente estudo.

Vincenzo Pastore é autor de imagem emblemática do vale da Saracura na década de 1900 e de uma vista geral do bairro da Bela Vista, a partir do Viaduto do Chá²⁴, e, diferentemente dos demais, tem o mérito de ter registrado instantâneos de personagens anônimos, sistematicamente ignorados pela iconografia “oficial”: carroceiros, engraxates e vendedores ambulantes, entre outros. Dessa maneira, as imagens produzidas por Pastore, ao revelar o lado humano e social da cidade em transformação, dão vida ao cenário cotidiano de certos espaços.

Outra fonte iconográfica fundamental para este trabalho se encontra na Coleção Geraldo Horácio de Paula Souza, sediada no Centro de Memória da Saúde Pública da Universidade de São Paulo (CMSP). Rico acervo documental e iconográfico, produzido no período em que o sanitarista Geraldo de Paula Souza esteve à frente do *Serviço Sanitário do Estado de São Paulo*, mostra aspectos raros do cotidiano dos cortiços e zonas desprovidas dos serviços sanitários, ou seja, facetas da “cidade não oficial”. Os registros fotográficos de Paula Souza originaram-se de “missões fotográficas” realizadas com o objetivo de conhecer e identificar os espaços potencialmente insalubres e, conseqüentemente, sujeitos à intervenções sanitaristas do Estado. Como tal, representa o

²³ Aurélio Becherini conhecido por ter sido repórter fotográfico de *O Estado de São Paulo* também prestou serviços para outros jornais, como o *Correio Paulistano* e *Jornal do Comércio*, além das revistas *A Cigarra*, *A Vida Doméstica* e *Cri-Cri*. Conforme notícia de seu falecimento, em maio de 1939, veiculada no jornal *O Estado de São Paulo*, “*contam-se por milhares (as fotografias) que tirou da Força Pública, da Guarda Civil a serviço de diversas secretarias de Estado etc*”. GARCIA, Angela C. *O primeiro repórter fotográfico paulistano*. BECHERINI, Aurélio. *Aurélio Becherini*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 31-41; *O Estado de São Paulo*, 17/05/1939, p.5.

²⁴ Instituto Moreira Salles. *Na rua: Vincenzo Pastore*. São Paulo: IMS, 2009, p.16-19.

próprio discurso sanitário visando instaurar a salubridade nos espaços públicos e privados, assim como regulamentar as práticas sociais²⁵. Através das imagens de Paula Souza foi possível obter a visualização de faces invisíveis do bairro do Bexiga, no vale da Saracura, onde as ações normatizadoras demoraram mais a chegar. Dessa maneira, foi levando em conta o trabalho realizado por esses profissionais, como também as implicações de suas próprias funções dentro do *establishment* daquele momento, que me utilizei do material iconográfico desses fotografos.

Esta tese foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro, reelaborei questões que embora já desenvolvidas na dissertação de mestrado, são fundamentais para a apreensão do objeto de estudo, já que dizem respeito aos atores responsáveis pela produção material e configuração dos espaços ocupados. A partir dos aspectos geográficos que condicionaram o tipo de ocupação, procurei identificar os atores que alavancaram o empreendimento.

Nesse sentido, analisei tanto as premissas dadas pela legislação sanitária e urbanística para a edificação dos imóveis, como a ação fiscalizadora do poder público; de outro lado, analisei as tipologias e programas arquitetônicos predominantes adotados por proprietários e construtores. Na sequência, foram focados os usuários finais dos imóveis edificados, de modo a discernir suas origens étnicas e sociais e a compreender sua inserção no bairro. Por fim, a partir da identificação dos usos dados às edificações, busquei reconhecer as tendências vocacionais daquele espaço, considerando-se sempre a ideia de três Bexigas em um.

O segundo capítulo procurou, inicialmente, apreender o papel do bairro em relação à cidade, através das plantas elaboradas entre 1881 e 1916. Contudo, uma análise mais consistente das práticas de sobrevivência dos usuários do bairro alertou para aspectos imperceptíveis a um primeiro olhar, os quais envolviam diferenças na própria distribuição espacial e humana do bairro. Dai a necessidade de aprofundamento dos aspectos que atribuíam especificidades às três áreas distintas no interior do bairro, fruto das interfaces que estabeleciam com áreas lindeiras, verificando a heterogeneidade de espaços e atores num bairro aparentemente homogêneo. Identifiquei assim as várias faces de um bairro e de seus usuários e a distribuição dos diferentes espaços de trabalho, rua a rua. Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que a configuração assumida pelo bairro extrapolava os

²⁵ De acordo com Eliana Almeida de Souza Rezende, “a utilização da fotografia pela medicina e pela justiça foi uma constante (...). O caráter documental e comprobatório era tomado como prova de realidade e acompanhava a rotina de trabalho de diferentes profissionais”. REZENDE, Eliana Almeida de. Construindo imagens, fazendo clichês: fotografos pela cidade. *Anais do Museu Paulista*, v.15, n.1, São Paulo, jan.-jun.2007, p.116.

limites dados pelo loteamento original. Pelo menos desde 1910, quando da criação do distrito da Bela Vista, os limites do antigo Bexiga (con)fundiram-se com as áreas contíguas ao vale da Saracura (entre o leito da atual Av. 9 de Julho e a rua Santo Antônio) e ao arruamento empreendido pela Baronesa de Limeira (entre a rua Santo Amaro e a Av. Brigadeiro Luís Antônio), gerando espaços diferenciados. Mais do que a ampliação do espaço físico, esse alargamento territorial implicou na apropriação por atividades distintas. Num segundo momento, tendo em vista a necessidade de parâmetros metodológicos para a avaliação das atividades produtivas, elaborei um quadro classificatório contendo as categorias econômicas envolvidas, a partir do qual foi possível analisar cada uma das áreas identificadas. Ao mesmo tempo, introduzi estudos de casos emblemáticos, cujos representantes foram colhidos ao longo dos levantamentos documentais, de maneira a enriquecer as situações analisadas, colaborou para o resultado final do trabalho.

No terceiro capítulo realizei a análise dos casos exemplares das atividades produtivas que se destacaram no bairro, abrangendo particularmente os setores de comércio e serviços, de serviços pessoais, de transporte e as oficinas manufatureiras. Ao lado das atividades notoriamente identificadas com o bairro, caso dos armazéns, quitandas, açougues e padarias, das lojas de armarinhos, de ferragens e quinquilharias, dos encanadores, eletricitas etc., contemplei atividades de aparente irrelevância, caso das inúmeras coqueiras disseminadas pelo bairro, assim como das lavadeiras, que embora jamais tenham constado dos anuários, foram peças fundamentais no cotidiano urbano. Paralelamente, elaborei um histórico analítico dessas atividades, de modo a conceituar o significado desses espaços de trabalho no contexto mais amplo da cidade. A constatação de uma presença significativa de certos tipos de negócio determinou a introdução de estudos de casos paradigmáticos envolvendo a trajetória dos atores envolvidos.

Diante de um cenário material recuperado, no quarto capítulo procurei traçar o perfil dos moradores do Bexiga. Aos usuários já identificados – os proprietários de imóveis e negócios – acrescentei as pessoas comuns, os personagens anônimos que vivenciaram o dia a dia do bairro, morando ou trabalhando. Através dos registros efetuados pelo poder público no momento dos atendimentos médicos à população, foi possível verificar as informações básicas sobre essas pessoas: as origens étnicas, as formas de moradia e a inserção no mercado de trabalho. O conjunto dessas informações, aliado ao reconhecimento das causas que levaram à busca de atendimento médico viabilizou a recuperação, ainda que parcial, de aspectos essenciais para a reconstituição da tessitura social do bairro: os valores culturais que nortearam o convívio de pessoas de origens tão

diversas; a vulnerabilidade dessa população diante das transformações do espaço urbano, onde a permanência de antigos costumes convivia com as práticas introduzidas pela modernidade; a precariedade dos vínculos pessoais com o lugar, denunciada pela constante mudança de endereços de moradia. Por fim, os estudos de caso, ao abordarem situações específicas vividas por personagens “de verdade”, ajudaram a compor o retrato de pelo menos uma parcela dos atores que habitaram o Bexiga.

CAPÍTULO 1 – O PERFIL MATERIAL DO BAIRRO RUA A RUA

O Bexiga data das últimas décadas do século XIX. Hoje definido como parte do distrito da Bela Vista, este território decorre do processo de transformação da própria cidade de São Paulo no período. O sucesso da produção cafeeira em terras paulistas fez de São Paulo o centro comercial e financeiro do país, polarizando levas de mão de obra estrangeira a partir de 1870, cujos desdobramentos na formação deste novo bairro são evidentes.

Grande parte desses imigrantes se estabeleceu na capital, seja porque não se adaptou ao regime de trabalho imposto nas lavouras cafeeiras, seja porque a urbe em desenvolvimento se mostrou uma opção mais atraente. O crescimento demográfico condicionou a demanda por moradias, problema que se agravou após 1888 com a Abolição e o afluxo de ex-escravos e imigrantes para as cidades em busca de trabalho.

É nesse cenário que São Paulo, de cidade acanhada, limitada à colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, iniciou sua expansão. As áreas envoltórias do perímetro urbano foram adensadas e novos bairros surgiram nos arrabaldes da cidade.

Na “*Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus Arrabaldes*”, de 1890, desenhada e publicada por Jules Martin, vemos que a área (cercada em verde) apontada como Bela Vista, se comparada a outros bairros, está muito próxima da colina (cercada em laranja). No entanto, acidentes geográficos dificultavam tal articulação. O relevo acidentado e os córregos do Saracura e do Bexiga tornavam a área pouco atraente para ocupação, determinando uma relativa desvalorização dos terrenos ali localizados – se comparados a loteamentos próximos, como foi o caso do Morro dos Ingleses –, atraindo, por outro lado, as camadas médias e pobres da população em expansão. Já desde a primeira década do século XIX, essas características geográficas propiciaram que a área se tornasse refúgio de escravos fugidos²⁶ e viesse a mesclar uma população composta de imigrantes e brancos ou negros de baixo poder aquisitivo.

²⁶ Conforme o “*requerimento de Marciano Pires de Oliveira e outros pedindo permissão para fechar os lugares por onde passa o ribeiro do Bexiga, em cujas margens se acoutam escravos fugidos, e ladrões[...]*”, 3ª Sessão Ordinária a 09/05/1831. *Atas da Câmara*, vol.XXVI, p.62. AHSP.

Figura 1 – Planta da Capital do Estado de S. Paulo e seus arrabaldes. Desenhada e publicada por Jules Martin, em 1890. Fonte: *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out.2008 <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Consulta em outubro/2012.

Na presente tese não tenho a intenção de fazer uma tradicional história de bairro, mas, com base em elementos da cultura material – arquitetônicos e urbanísticos –, traçar o processo de configuração daquele espaço, partindo de estudos anteriores, em particular da minha dissertação de mestrado defendida na FAUUSP em 2010²⁷. Em linhas gerais, neste capítulo busquei analisar aspectos materiais do bairro e os atores envolvidos na produção dos espaços: quem empreendeu o loteamento das chácaras? Quem comprou os lotes para posterior construção? Quem construiu as casas? Qual foi o papel do poder público e da legislação sanitária e urbanística na orquestração do processo de edificação dos imóveis? Quais foram os usos predominantes? Quem foram os principais usuários do bairro? Em que medida houve o predomínio do elemento imigrante, sobretudo de italianos, na formação e uso daquele espaço?

1.1 Os loteadores

As primeiras notícias sobre a área onde hoje se localiza o bairro do Bexiga remetem a Nuto Sant’Anna (1937). Segundo o autor, em 1559, a área que originalmente “*faria parte da sesmaria do Capão*” pertencia a “*Antônio Pinto, tabelião em Santos*”. Aproximadamente dois séculos depois, em 1750, a área “*seria conhecida por chácara da Samambaia, propriedade agrícola de Pedro Taques, o historiador*”. Data de 1794 o registro da venda por Melchior Pereira a Antônio Soares Calheiros e Abreu de “*uma chácara nesta cidade na paragem Anhangabahú, denominada vulgarmente Bexiga*”. Beatriz Bueno ao investigar a “*Décima Urbana*” de 1809, primeiro imposto predial estabelecido para as cidades brasileiras, identificou que Antônio Soares Calheiros era proprietário das doze casas que compunham o Largo do Bexiga, “*residindo no n.1, num sobrado de uma loja e um lanço*”(2008, p.36-37). O topônimo, nome geográfico do Bexiga, associado à varíola, doença que assolava boa parte das cidades brasileiras, inclusive São Paulo, remetendo ao lugar onde provavelmente foram registrados casos e quem sabe a esse indivíduo, cujo apelido aludia à presença de Antônio Calheiros. Este era também conhecido como Antônio Bexiga e esse dado é registrado por Saint-Hilaire na sua primeira visita a São Paulo, em 1819, ocasião em que pernitoitou por algumas noites na “*[...] hospedaria de um tal Bexiga, que possuía, dentro de São Paulo, vastas pastagens*”

²⁷ *Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FAU-USP, 2010.

(Saint-Hillaire, 1976, p.121-122). Em 1878, a chácara do Bexiga foi vendida por Thomaz Luís Álvares (ou Thomaz Cruz) a Antônio José Leite Braga. No mesmo ano foram publicados os primeiros anúncios para a venda de terrenos no Bexiga no jornal *A Província de São Paulo*²⁸.

Os fatores geográficos apontados acima, e a possível vinculação com a varíola (doença então alcunhada de “bexigas”) baratearam a chácara, e o empreendimento imobiliário ali realizado destinou-se predominantemente às camadas médias e baixas da população.

Desde o lançamento do loteamento no jornal *A Província de São Paulo*, entre 1883 e 1891, ao lado dos anúncios para venda de casas e terrenos aparecem algumas casas para aluguel nas ruas Monte de Ouro (atual João Passalacqua), Santo Amaro e São Domingos²⁹. Dessa maneira é possível depreender que o empreendimento imobiliário avançava e destinava-se à exploração locatícia das casas construídas, tendência que iria se confirmar na primeira década do século seguinte.

Paulatinamente, alguns serviços urbanos foram instalados na área, de modo a valorizar o loteamento e atrair outros empreendedores imobiliários. Em 1891, foi inaugurada a linha de bonde de tração animal entre o Bom Retiro e a Bela Vista pela *Cia. Ferro Carril de São Paulo*. Já o conforto de serviços hoje considerados essenciais, como a instalação de encanamentos de águas e esgotos, demorou a chegar e data somente de 1906 (vinte e oito anos após o início do empreendimento).

Os primeiros anúncios referentes ao loteamento, publicados entre maio e outubro de 1872, fazem alusão aos atrativos do empreendimento que, ao que tudo indica, não tivera o sucesso de vendas esperado pelos capitalistas envolvidos. O leilão anunciado em abril e maio de 1881, nove anos após o primeiro anúncio, enfatiza a presença dos chafarizes e tanques públicos que abasteciam a área de água e o cercamento dos terrenos:

NOVO LEILÃO NA 5ª FEIRA, 05 DO CORRENTE ÀS 5 HORAS DA TARDE...

Vende em leilão, sábado, às 5 horas da tarde por conta e ordem de quem pertencer, terrenos prontos para edificar situados no Bexiga, junto ao Tanque do Reúno, a 5 minutos da cidade. Esses belíssimos terrenos constam de 50 braças de frente, sobre mais de 35 de fundo, banhados todos pelas águas do tanque Reúno.

CHARAFIZ

(...) um chafariz de bela e cristalina água nativa, dando mais de 50 pipas por dia, é que ali há de mais lucrativo. O terreno é todo cercado por fio inglês e postes.

²⁸ *A Província de São Paulo*, 10/05, 23/06, 17 e 27/07 e 30/11/1878.

²⁹ *A Província de São Paulo*, janeiro e dezembro/1883; e *O Estado de São Paulo*, maio/1891.

*O leilão será a queimar? Em um só lote, ou em detalhe à vontade do comprador.
O comprador dará 20% de sinal (...) ³⁰.*

O anúncio alude a terrenos no Bexiga, mas em 22 de junho de 1883, é encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo um abaixo-assinado solicitando “*a mudança do nome de Campo do Bixiga para o de Campo da Bella Vista, visto como *aquelle nome nenhuma tradição nos faz recordar*” ³¹. Essa iniciativa evidencia as intenções dos peticionários: mudar o nome do bairro para revesti-lo de uma nova conotação e valorizá-lo, libertando-o da alcunha pejorativa de “Bexiga” que remetia à doença e à topografia acidentada que marcava boa parte da área, enfatizando apenas a “Bela Vista” das suas partes mais altas. Partindo do pressuposto de que as pessoas que assinaram o documento eram proprietárias de terrenos no bairro, é compreensível que quisessem “agregar valor” ao empreendimento.*

Entre os signatários do documento figuram alguns sobrenomes de famílias tradicionais paulistanas, comprovando a participação da velha oligarquia em loteamentos, inclusive em empreendimentos populares. Esse é o caso de João Pedro da Veiga Filho, Flávio de Oliveira Queirós, Tobias de Aguiar, João Otávio Nébias e João Fermino Martins Barros. Ali também figuram Eugênia Pereira de Albuquerque, viúva de Antônio José Leite Braga, assim como seu atual marido, Fernando de Albuquerque.

Independentemente de sabermos se a mudança de nome realmente atingiu o objetivo de valorização formal, o fato é que em 26 de dezembro de 1910 foi promulgada a Lei nº 1.242, criando “*o districto de Paz de Bella Vista, desmembrado do da Consolação, do municipio da Capital*” (grifo nosso)³². Os peticionários haviam alcançado pelo menos parte de seus propósitos. Sintomático é constatar que após a mudança, o processo de comercialização continuou e, dez anos mais tarde esses personagens desapareceram, o que leva a concluir que a primeira etapa do empreendimento havia sido cumprida.

1.2 Os proprietários dos imóveis

Em 1893, a Prefeitura Municipal introduziu novos procedimentos para a construção de novas edificações, tornando obrigatória a apresentação de projetos

³⁰ A Província de São Paulo. 04 e 05/05/1881.

³¹ Papéis Avulsos, AHSP.

³² Diário Oficial do Estado de São Paulo, 04/01/1911.

Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/1911/01/04>>. Acesso em: 07/06/2014.

arquitetônicos junto de requerimentos pelos particulares interessados em edificar. A documentação remanescente – Série *Obras Particulares* –, hoje sediada no Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP), é riquíssima para se reconstituir em pormenores a história do bairro e pôr luz em diversos personagens³³. Entre os 1.170 processos levantados no Arquivo Histórico de São Paulo referentes à Bela Vista, localizei 552 proprietários, 344 dos quais relacionados a novas edificações.

De acordo com os dados analisados, excetuando-se os casos extremos do (provável) português Joaquim Antunes dos Santos, com 23 imóveis em seu nome, e da família Passalacqua, possuidora de pelo menos 21 imóveis, encontrei apenas seis pessoas que concentravam mais de oito propriedades em seu nome. Os imóveis restantes eram, em geral, pertencentes a proprietários de um ou no máximo dois imóveis. Esses dados sumários autorizam concluir que o bairro foi construído, predominantemente, por pessoas comuns, na sua grande maioria imigrantes ou seus descendentes, que de algum modo conseguiram se firmar como proprietários de bens de raiz, constituindo parte do imenso universo de anônimos que contribuíram para a produção material da cidade de São Paulo.

Através dos processos das *Obras Particulares*, é possível acompanhar a trajetória de alguns desses atores pelas ruas do bairro para melhor compreender o caráter de sua presença. Joaquim Antunes dos Santos, por exemplo, ao falecer em 20 de abril de 1913, teria deixado quatro supostos herdeiros³⁴. Desde o primeiro registro em seu nome, datado de 10/04/1899 (quando solicitou licença para a construção de duas casas à “*rua Ruy Barbosa, pegado ao 27*”), e o último de 03/10/1912 (no qual solicitou a construção de um muro à rua “*Ruy Barbosa, junto ao 143*”), se passaram treze anos. Durante esse tempo ele construiu e reformou diversas casas em três ruas diferentes, porém próximas: Rui Barbosa, Fortaleza e Conselheiro Ramalho. Entre julho e agosto de 1906, Joaquim Antunes solicitou licença para construir dez casas na rua Fortaleza: primeiro, seis casas “*junto ao número 12*” e, em seguida, mais quatro casas sem identificação de número. Seis anos mais tarde, em 1912, Joaquim Antunes construiu mais duas casas e uma oficina de marcenaria, respectivamente nos números 13 e 11 da mesma rua. Um outro exemplo de seus empreendimentos está no processo de 17/12/1907. Ali, ele diz que sendo “*proprietário de*

³³ À época de nosso mestrado, desenvolvemos pesquisa para o Projeto *Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís”: a cidade de São Paulo e sua arquitetura*, uma parceria do Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís” e da FAUUSP, realizada através do programa de pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP, de 2008 a 2010. O projeto objetivava a informatização de parte dos documentos da Série *Obras Particulares* (OP) pertencentes ao acervo daquele arquivo. As informações obtidas a partir desses documentos foram fundamentais para a metodologia utilizada em nosso trabalho. Para consultas, ver <http://www.projetosirca.com.br/>.

³⁴ Cartório do Primeiro Ofício, Maço 361, 1913. Arquivo do Estado de São Paulo.

uma cocheira nos fundos da rua Conselheiro Ramalho, n.222, e desejando transformá-la em duas habitações para operário, conforme a planta junta, solicita a licença necessária". A iniciativa de Joaquim Antunes de transformar uma cocheira em duas habitações "operárias" demonstra alguns aspectos característicos do bairro do Bexiga: o aproveitamento de todas as áreas disponíveis para a construção e/ou reforma com fins locatícios, o direcionamento das iniciativas aos segmentos mais pobres, e uma certa tendência ao encortiçamento.

Outros personagens são os membros da família Passalacqua, umas das mais antigas do bairro, eternizados na toponímia das ruas³⁵. O primeiro registro encontrado em nome de José Maria Passalacqua data de 23 de novembro de 1891 e está relacionado a um pedido de *"alinhamento para edificação"* à rua Major Diogo, esquina com a rua Conselheiro Carrão. Já João Passalacqua, em 04 de maio de 1899 encaminhou à Diretoria de Obras da Prefeitura um requerimento referente à *"abertura de um portão"* no muro da propriedade, à rua Conselheiro Ramalho n. 82. No mesmo ano, em 11 de julho, solicitou licença para *"aumentar um puchado"* na casa da rua Monte de Ouro (atual João Passalacqua) n. 45. Em 04 de setembro de 1907, o Monsenhor Camillo Passalacqua pediu licença para reformar a casa da rua Conselheiro Ramalho n. 82. Esse pedido seria seguido de outros dois, datados de 10 de fevereiro de 1912, para as ruas João Passalacqua e Manoel Dutra. Esses dois sujeitos indicam que a família possuía diferentes imóveis no bairro. Entretanto, o caso que mais chama a atenção é o de José Maria que, sozinho, apresentava 15 imóveis em seu nome: oito propriedades à rua Conselheiro Ramalho; três à rua Major Diogo; uma à rua João Passalacqua; uma à rua da Abolição; uma à rua Maria José; e outra à rua Rui Barbosa. No caso especial desse último imóvel, o projeto arquitetônico que acompanha o processo demonstra claramente tratar-se de um cortiço. O processo teve início em 11/07/1914 e prolongou-se até pelo menos 15/03/1917, quando um parecer do engenheiro Saboya deixa claro que se tratava de *"aumento de cortiço existente, em desacordo com o Código de Posturas, Artigo 20, não sendo pela lei nº 1788, Art. 5º, então vigente, tolerados novos cortiços e, conseqüentemente, aumento dos existentes"*³⁶.

A análise desses processos não deixa dúvidas quanto à exploração locatícia dos imóveis, no âmbito de um mercado imobiliário rentista vigente na cidade até a Lei do Inquilinato de 1942. Se não toda a família, pelo menos José Maria construiu e reformou

³⁵ Trata-se das ruas João Passalacqua, antiga rua Monte de Ouro, localizada entre as ruas São Domingos e Manoel Dutra; e a Monsenhor Passalacqua, entre as ruas Pedroso e Humaitá.

³⁶ *Obras Particulares*, 11/07/1914, Cx. R2. Fonte: AHSP.

para alugar, e fez isso atendendo aos diversos usos possíveis dos imóveis. Das quinze edificações registradas em seu nome, oito eram para uso comercial e as sete restantes destinavam-se a moradia, com o detalhe que uma delas era um cortiço. Digamos que ele não apenas explorou o mercado de locação, mas levou essa exploração às últimas consequências. Cabe acrescentar que no lançamento do *Imposto Predial* para os anos de 1915 e 1916, José Maria Passalacqua consta como proprietário de 23 imóveis, distribuídos pelas ruas da Abolição, Conselheiro Carrão, Conselheiro Ramalho, Major Diogo e Av. Brigadeiro Luís Antônio, pelos quais deveria pagar o montante de pouco mais de (3:501\$420) três mil, quinhentos e um contos de réis. Naquele ano, o valor cobrado a José Maria seria superado apenas pelos valores a serem pagos por Maria Eugenia Braga (5:622\$860 réis) e Amaro Rodrigues da Silva (5:657\$960 réis)³⁷.

Todavia, nem só grandes proprietários ocuparam o bairro. Um bom exemplo da atuação de pequenos empreendedores é Manoel (ou Emanuele) Paladine. Ele se destacou por ser um dos poucos personagens a jamais mudar de endereço. Nós o encontramos em diferentes momentos, entre 1899 e 1915. Na primeira ocasião, em 19/08/1899, solicitou licença para construir uma casa na rua Manoel Dutra n. 15³⁸. O projeto apresentado era muito simples: sala, quarto e cozinha. Em 20/01/1911, doze anos depois, aparentemente já estabelecido com uma quitanda no mesmo endereço, solicitou alvará de licença e guia para “pagar o imposto do negócio”, licença essa renovada no final do ano, quando “*desejando continuar com o negócio, neste endereço, solicita guia para pagamento do imposto do próximo ano*”³⁹.

Sua última aparição na Diretoria de Obras foi em 08/02/1912, quando entrou com outro requerimento: “*desejando transformar uma janela da frente de seu prédio em porta, solicita guia para pagamento de imposto*”. Essa transformação certamente tinha como objetivo abrir uma (outra) porta para quitanda. O requerimento foi aprovado e a obra orçada em 150\$000 réis. Manoel Paladine parece ter levado uma vida bem modesta, começando com um prédio de uso residencial com somente três cômodos e quintal e transformando-o num negócio que não deve ter dado errado, já que renovou a licença pelo menos duas vezes junto à *Seção de Polícia e Higiene*⁴⁰ da mesma Prefeitura.

³⁷ Arrecadação do *Imposto Predial e Taxa de Esgotos*, Lançamento para os exercícios de 1915 e 1916. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, em 20 e 21/11/1914.

Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>

³⁸ *Obras Particulares*, Processo de 19/08/1899, v. 243, p. 107. Fonte: AHSP.

³⁹ *Alvará e Licença*, Processos de 20/01/1911, v. 721; e 27/12/1911, v. 722. Fonte: AHSP.

⁴⁰ Trata-se da Série *Alvará e Licença (AL)*, Grupo *Polícias Administrativa e Higiene*, Fundo *Prefeitura Municipal*, 1906 a 1921, do Arquivo Histórico de São Paulo. As solicitações contidas nessa Série se referem a: abertura de negócios; renovação de licença; mudança de endereço; transferência para o nome de outro

Não sabemos se em algum momento Paladine aumentou sua casa, se acrescentou cômodos no espaço disponível no quintal, ou se fez qualquer tipo de alteração no imóvel além da “*transformação da janela em porta*”. O fato de ter construído uma casa, adaptada posteriormente para acomodar um negócio, indica que o imóvel possuía uso misto. Paladine certamente está entre os inúmeros proprietários que sobreviveram no bairro do Bexiga à custa de seu trabalho como pequeno comerciante, fato comprovado pela sua presença nos exemplares do *Almanaque Laemmert* de 1913 e 1914, onde ele consta como proprietário de uma quitanda.

Vale destacar ainda uma informação que demonstra o contraste entre os proprietários do bairro. No lançamento do mesmo *Imposto Predial*, para 1915 e 1916, que cobrava de José Maria Passalacqua a vultosa quantia de 3:501\$420 réis, Manoel Paladine consta como proprietário de um único imóvel, justamente aquele localizado na rua Manoel Dutra n.15, pelo qual devia pagar 69\$360 réis (sessenta e nove mil, trezentos e sessenta mil réis).

Não me alongarei na descrição de casos isolados e que já foram objeto de análise em minha dissertação de mestrado. Importa ressaltar que a grande maioria dos imóveis do bairro destinava-se a pequenos e médios empreendedores. Se os proprietários tinham um pouco mais de recursos, os locatários eram gente pobre, que dispendia poucos recursos se sujeitavam a viver em condições difíceis, morando de aluguel em pequenas casas ou mesmo em cortiços, procurando através do trabalho familiar acumular algum capital que propiciasse a compra de um terreno para construção futura de um imóvel próprio. Primeiro a compra do lote, posteriormente a construção dos primeiros cômodos (de acordo com as exigências da municipalidade) e, com o passar do tempo, o acréscimo de outros. Esse processo é claramente visível nos requerimentos encontrados em nome de uma mesma pessoa e referentes a um mesmo endereço. Após os pedidos de alinhamento para construção, quase que invariavelmente se sucederam os pedidos de licença para acréscimos. Alguns anos mais tarde, observam-se os pedidos de licença para construção nos fundos do terreno, visando à ocupação de outros familiares, ou mesmo a locação para terceiros com intuito de aumentar a renda da família. Ao lado dos acréscimos para moradia apareciam os acréscimos para abertura de negócios, como mais uma forma de aumentar os rendimentos familiares.

proprietário; colocação de letreiro na fachada do estabelecimento; e licença para funcionamento fora dos dias e horários previstos pela lei. Como se vê, a coleção envolve informações que dizem muito sobre o tipo de negócios realizados na cidade.

1.3 A construção de um bairro: tipologias e programas edilícios no bairro do Bexiga (1881-1914)

Embora a literatura sobre o bairro forneça indícios de que se tratava de uma área ocupada basicamente por “casas operárias” e cortiços habitados pelas camadas sociais mais pobres, observamos, através dos exemplares remanescentes, a presença de casas claramente destinadas à moradia de classe média. Assim, tendo em vista a relevância da reconstituição material do bairro, me utilizei do conjunto documental da Série *Obras Particulares*, cujos projetos submetidos à aprovação da Prefeitura por particulares foram fundamentais para alcançar os objetivos propostos. A série contém os requerimentos encaminhados à Prefeitura entre 1881 e 1914, nos quais constam pedidos de licença para alinhamento, construção e/ou reforma de edifícios destinados a residências simples e mistas, fábricas e manufaturas ou negócios em geral. Já a partir de 1915, privilegiei os processos que envolvem a construção e/ou reforma de prédios destinados ao exercício de atividades produtivas.

Inicialmente, a intenção era investigar somente os prédios novos, contudo, os dados sobre as reformas e acréscimos em edificações existentes se mostraram demasiado significativos para serem ignorados, principalmente aqueles correspondentes ao período de 1905 a 1914, quando o processo de construção de imóveis no bairro se torna mais intenso. Se pensarmos que os acréscimos visavam, sobretudo, aumentar a área construída das casas, seja para melhor acomodar os moradores, seja para possibilitar o exercício de atividades produtivas, a sua análise fornece informações elucidativas sobre a vida dos seus ocupantes.

Convém salientar que foram consultados todos os processos referentes ao bairro nos períodos supracitados e, por meio dos dados coletados, percebi que, desde a primeira década do loteamento até 1889, houve um crescimento moderado de, no máximo, 13 novas edificações por ano. Observa-se por meio da dinâmica de construção a partir de 1893, com 28 novas edificações, até 1895, e desde então 41 edificações/ano. Em 1899 o número de construções decaiu para 34 novas edificações, chegando a apenas 12 em 1901 e voltando a subir a partir de 1905, agora num movimento quase sempre ascendente, chegando ao número máximo de 109 em 1913. Já no ano seguinte, 1914, houve um decréscimo no número das novas construções para moradia ou negócio.

A paralisação do setor que há anos apresentava um crescimento contínuo deve ser analisada de um ponto de vista mais abrangente. Desde 1913, o agravamento da crise

econômica mundial com a consequente paralisação do mercado do café refletiu-se nos setores produtivos nacionais, trazendo recessão, alta de preços e desemprego. O problema se agravaria com a I Guerra Mundial, em 1914, e a indústria da construção civil não ficou imune.

Significativamente, no mesmo ano de 1914, o único setor a apresentar alta na atividade construtiva no Bexiga foi aquele dedicado às reformas e acréscimos para negócios, o que leva a pensar na hipótese de que em tempos de alta de preços e desemprego reformar a casa para abrir um negócio podia ser uma solução viável para escapar da crise ou que os pequenos e médios empreendedores que ainda dispusessem de algum capital preferissem investir em negócios próprios e menos arriscados.

Esse panorama sucinto configura duas fases de apogeu do crescimento do bairro, a primeira, de 1882 até 1899; a segunda, de 1905 até 1914. As duas últimas décadas do século XIX assistiram ao primeiro surto construtivo vivido pela cidade ainda em fins do Império. Desde os anos 1870, São Paulo iniciou sua expansão urbana. O crescente afluxo de estrangeiros a partir dos anos 1880-1890 implicou na demanda por novas moradias e novos bairros foram se formando. Prova disso são os inúmeros anúncios nos jornais da época, alardeando as vantagens desse ou daquele empreendimento nos novos bairros. Porém, num primeiro momento isso ocorreu numa intensidade mais ou menos estável, excetuando-se o período 1895-1899, quando esse ritmo intensificou-se um pouco mais.

1.3.1 Identificação das tipologias e programas arquitetônicos predominantes

A leitura dos processos da Série *Obras Particulares*, assim como dos projetos arquitetônicos ali contidos, demonstrou que o bairro do Bexiga apresenta um universo bem mais complexo do que aquele relatado por Carlos Lemos em *A República ensina a morar (melhor)* (1999) e por Luciana Gennari em *As casas em série do Brás e da Mooca* (2005). No início da análise dos processos acreditava que os critérios metodológicos utilizados por esses autores seriam suficientes para o trabalho proposto. Porém, ao tentar identificar as formas de ocupação do espaço com base na implantação dos imóveis nos lotes, das tipologias edilícias e dos programas arquitetônicos predominantes, me deparei com uma diversidade de soluções que era impossível de ser ignorada. O aproveitamento de terrenos irregulares, através da “reinvenção” de tipologias usuais, adequando as necessidades programáticas às condições dos terrenos, bem como a introdução das casas

tipo “apartamento”⁴¹, otimizando o aproveitamento dos espaços, foram alguns exemplos da diversidade encontrada no bairro. Ainda que essas soluções não fossem a regra, levantaram questões sobre os modos de construir, de morar e de trabalhar na região, dando origem ao que eu chamaria de traços de individualidade do bairro, elementos diacríticos estes relacionados à diversidade social dos atores que ali atuaram e das práticas que ali exerceram.

Como já me referi acima, a ocupação da área abrangida pelo bairro do Bexiga foi condicionada por aspectos geográficos determinantes: a topografia irregular e de difícil acesso e a proximidade dos rios Anhangabaú, Saracura e Bexiga, onde as baixadas próximas aos cursos d’água e sujeitas a constantes cheias e inundações na época das chuvas foram marcadas pela insalubridade e pela dificuldade natural de conexão com outras áreas da cidade. Esses fatores, de certa maneira, condicionaram o perfil dos empreendimentos nas zonas junto dos córregos a uma parcela da população de baixo poder aquisitivo e com poucas chances de escolha. Nesse sentido, ali viveram ex-escravos ou imigrantes de poucas posses. No Vale da Saracura encontrei não apenas italianos, mas significativa concentração de afrodescendentes egressos da escravidão, sobretudo aqueles sem inserção no mercado formal de trabalho, como já demonstrado por Maria Cristina Wissenbach⁴². As proximidades da rua Saracura Grande – ocupada atualmente pelo leito da avenida Nove de Julho (altura aproximada das atuais ruas Almirante Marques Leão, Una e Rocha, e da praça 14 Bis) foi uma zona importante de concentração de afrodescendentes em São Paulo, algo que a historiografia ignorava até os estudos supracitados. Essa foi uma das áreas mais prejudicadas, tanto pelas condições topográficas como pela ausência de infraestrutura urbana, que só chegaria ali anos mais tarde, a partir do prolongamento da rua Conselheiro Carrão e da abertura das vias apontadas acima. Iconografia preciosa produzida no período em que o sanitarista Geraldo Horácio Paula Souza esteve à frente do *Serviço Sanitário do Estado de São Paulo*, revela a precariedade das habitações na área.

De uma maneira geral, tais condições se estenderam do vale da Saracura até as proximidades da rua Treze de Maio, a partir de onde ainda que o relevo mantivesse os declives característicos do bairro, a distância das áreas inundáveis permitia uma ocupação mais regular do espaço pelas camadas médias da população, sobretudo entre aquela via e a

⁴¹ Sobrados contendo duas habitações unifamiliares: uma no térreo e outra no pavimento superior.

⁴² WISSENBACH, Maria Cristina Cortes. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. História da Vida Privada no Brasil*, v. 3, São Paulo: Cia.das Letras, 1998, p.115-117; e KOGURAMA, Paulo – *Conflitos do imaginário. A reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na “metrópole do café”. 1890-1920*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001, p. 210 a 212.

rua Major Diogo. Porém, os riscos de inundação voltavam a incidir na área entre as ruas Major Diogo e Santo Amaro, por onde corria o córrego do Bexiga (que equivale, aproximadamente, ao percurso das atuais ruas Japurá e Humaitá), não por acaso ocupado pelo complexo de cortiços da Vila Barros (Navio Parado, Pombal, Vaticano e Geladeira) por volta dos anos 1920 (Bonduki, 1998, p.68-69). A partir da rua Santo Amaro até a Av. Brigadeiro Luís Antônio as condições físicas do terreno – mais plano e regular – se tornam mais propícias à ocupação por camadas médias e altas população, justificando assim a presença dos inúmeros moradores e negócios diferenciados ali encontrados no decorrer das pesquisas.

Enfim, para compreender como esses atores sociais se apropriaram do bairro, nessas condições específicas, foi necessário pensar em outras formas de abordagem que abarcassem a complexidade do universo investigado. Primeiro, através da identificação das formas de implantação nos lotes; em seguida, pelo detalhamento das tipologias edilícias adotadas e organizadas pelo número de cômodos construídos; por fim, pela análise do caso especial dos cortiços.

Convém salientar a dificuldade de se precisar para os fins almejados o conceito aqui adotado do que seriam as camadas baixas e médias.

Na primeira categoria enquadram-se afrodescendentes e imigrantes pobres, mas não necessariamente excluídos do mercado formal de trabalho. Nesse sentido, um caso interessante é o de Manoel Gomes da Silva, português nato e frentista contratado pelo Escritório de Ramos de Azevedo, ali atuando por doze anos como estucador encarregado da ornamentação das fachadas. Manoel participou das obras monumentais do Palácio das Indústrias e do Mercado Municipal e ganhava 12 mil réis mensais, ou seja, possuía renda fixa e estava inserido no mercado formal de trabalho. Como ele, certamente ali moravam muitas lavadeiras e outros sujeitos vinculados ao mercado formal com ganhos inferiores àqueles necessários para pagar o aluguel de uma moradia unifamiliar, daí a alternativa dos cortiços (Bueno, 2015, p.203-204). Tal categorização permite inclusive rever o conceito de cortiço e desvestí-lo das conotações pejorativas emanadas do discurso higienista de então, na linha das pesquisas de Margareth Rago (2004, p.411). Para Rago, os cortiços eram espaços privilegiados de sociabilidade na metrópole em transformação e ali entreteciam-se redes de solidariedade, parentesco e amizade. O estereótipo das condições sanitárias precárias veiculado no discurso da matriz higienista acabou por criar no imaginário coletivo a representação de um perfil social igualmente precário, encobrindo a pluralidade de pessoas que ali habitavam.

Por setores médios, entende-se os segmentos sociais envolvendo “*negociantes, funcionários públicos, guarda-livros e os que viviam de rendas, famílias que começavam a experimentar um pouco mais de estabilidade*”, tal como definido por Maria Luiza Ferreira de Oliveira em seus estudos sobre a “*experiência da urbanização*” vivenciada pelas camadas médias – aliás, de difícil definição – no processo de transformação da cidade de São Paulo entre 1874 e 1901 (Oliveira, 2005, p.86-87, grifo nosso).

1.3.2 Implantação nos lotes

Durante os primeiros anos do loteamento, a ocupação dos lotes se mostrou bastante tradicional (Reis Filho, 2ª Edição, 2004, p.43- 62), caracterizando-se basicamente por:

- Lotes de testada estreita e compridos, possuindo aproximadamente 5m de frente por 50m de fundo. Podiam ocorrer lotes menores, com um mínimo de até 4 metros de frente, ou ainda lotes que ultrapassavam essas medidas, com uma média de 6 a 7 metros de frente. Em relação à profundidade dos terrenos, com o avançar dos anos, percebe-se uma certa tendência para a construção no fundo dos lotes, especialmente a partir da década de 1910, implicando na consequente diminuição das áreas livres destinadas aos quintais. Dentro das casas, encontra-se uma forma típica de distribuição espacial dos cômodos (todos enfileirados, desde a sala da frente até a cozinha nos fundos).

Figura 2 - Esta planta se refere a uma casa a ser construída à rua Manoel Dutra nº 29 (tinta), para Francisco Lamboglia, em 1906. Ela demonstra uma forma tradicional de implantação no lote. Construída no alinhamento, a casa térrea sobre porão apresenta fachada com duas janelas voltadas para a rua e um corredor lateral de onde se tem acesso ao interior da residência através de duas portas, uma na sala de visitas e outra na sala de jantar. O corredor lateral também leva ao quintal. Nos fundos do quintal, à esquerda, a latrina. Internamente, da sala de visitas parte um corredor, dando acesso a dois quartos e à sala de jantar que se comunica com a cozinha. Nos quartos e na sala de jantar abrem-se janelas para o corredor lateral e, da cozinha para o quintal. Embora não seja possível identificar a proporção exata dos cômodos, devido à ausência de escala gráfica, as informações contidas no respectivo processo informam tratar-se de uma casa com 6,40m de frente e área construída total de 95 m². O corte indica a cobertura e a platibanda, bem como o afastamento do assoalho do solo, aparentemente inferior a 50cm; pé direito por volta de 4m. Fonte: *Obras Particulares*, Processo de 18/09/1906, Cx. M1-09. AHSP.

- Casas construídas no alinhamento, por vezes um pouco recuadas, o que no bairro nem sempre traduzia a intenção de um jardim, mas, mais frequentemente, a intenção de dar espaço a uma futura sala ou ainda a um posterior salão de negócios. Um caso típico de acréscimo para introdução de cômodos, data de 16/08/1912, na rua Quatorze de Julho n. 46, quando Donato Picasso solicitou licença para “construir dois cômodos em sua casa, conforme a planta junta”. Também foi muito comum encontrar pessoas pedindo licença para acrescentar uma pequena “sala de negócios” à edificação existente, tal como Vicente Policastro que, em 06/05/1914, pediu licença para aumentar o prédio da rua Santo Antônio n. 254⁴³. Porém, mais comuns foram os casos de acréscimo nos fundos de “casa existente”, onde os requerentes pretendiam aumentar o espaço doméstico da edificação.

Figura 3 – O projeto de Donato Picasso apresenta parte de uma casa existente, distante cerca de 10,75m do alinhamento. A planta indica o acréscimo, no alinhamento, de uma sala, com 5,50m x 4,35m, seguida de um dormitório, com 5,25m x 4,35m. O acesso à sala e, provavelmente, aos fundos da residência deveria ser feito através de corredor descoberto, para onde também davam as janelas dos cômodos posteriores. A circulação passava, necessariamente, pelo interior dos cômodos, já que não havia corredor interno. A *elevação*, além de demonstrar duas janelas voltadas para a rua, platibanda e porão, aponta para pé direito de aproximadamente 4,40m e cerca de 50cm de porão. Fonte: *Obras Particulares*, 16/08/1912, Cx. P4/Q1. AHSP.

- Algumas casas apresentaram uma porta de entrada junto ao alinhamento. A iluminação dos cômodos era feita através de um pátio de iluminação. Essa típica implantação da edificação nos lotes do Bexiga respondeu às exigências do *Código de Posturas* de 1886 e, mais tarde, do *Código Sanitário* de 1894 que, de resto,

⁴³ *Obras Particulares*, 06/05/1914, Cx. S2. Fonte: AHSP.

parece não se diferenciar muito do que ocorreu em outros bairros mais modestos da cidade, como descrito por Carlos Lemos:

[...] a partir da legislação de 1886, nasceu a nova tipologia da casa paulistana, novo partido arquitetônico derivado, em resumo, da obrigatoriedade do alinhamento do lote [...]; da obrigatoriedade de porão que às vezes ficava bastante alto, pois nem todos os lotes eram em nível; da obrigatoriedade da platibanda e da conveniência de corredor lateral descoberto que permitisse a iluminação direta dos cômodos. Enquanto a classe abastada assim procedia, a classe média, atendendo às rigorosas exigências do 'Padrão Municipal de 1886, continuou por muitos e muitos anos a levantar casas no alinhamento [...]' (Lemos, 1999, p.22, grifo nosso).

Figura 4 - Projeto em nome de Stephano Peluso, para construção de casa à rua Santo Amaro, 89. A testada do imóvel possui somente 3,20m e a área a ser construída contava com 55,50 m². Casa com distribuição sequencial dos cômodos. Sala e quarto com janelas para o pátio; varanda com porta para o pátio e o quintal. O corte demonstra a existência de platibanda e porão, e pé direito de 4,40m para o interior da residência. Fonte: *Obras Particulares*, Processo de 17/11/1906, rua Santo Amaro, 88. Cx. S1. AHSP.

Realmente, os porões são uma constante em todas as plantas analisadas, sejam eles com a altura mínima exigida, de 50 cm, ou os mais constantes, com alturas que variavam de 2 a 2,5 metros. Nos casos de alturas superiores a 2,50 metros, frequentemente encontra-se a previsão de algum tipo de uso especial para esses espaços, geralmente como depósitos. Podiam conter, inclusive, até uma outra residência. Embora esse tipo de residência tenha aparecido definido em plantas aprovadas pela municipalidade em algumas poucas ocasiões, achamos por bem inventariá-las, já que apontam para uma tendência nos anos posteriores ao período investigado. Quanto às platibandas, embora nem sempre tenha sido possível confirmar sua existência, já que nem todos os projetos possuem os respectivos *cortes* ou *elevações*, em alguns casos foi possível constatar a

intenção de colocação em edificações já existentes, através de pedidos de autorização para reforma da fachada dos imóveis.

1.3.3 Tipologias edilícias

De uma maneira geral, as tipologias adotadas no bairro se definem por características particulares: a) as *casas simples*, casas térreas e sobrados destinados exclusivamente à moradia, com fachada voltada para a rua; b) as *casas de fundo*, que da mesma forma que as casas simples, também podiam ser térreas ou sobrados, porém, eram instaladas no fundo dos terrenos; c) as *casas em série*⁴⁴, que muitas vezes são geminadas e que podem contar com duas ou mais moradias – embora essas casas possuam plantas basicamente iguais, eventualmente, algumas unidades podem apresentar um salão destinado a uso comercial, o que é comum ocorrer em terrenos de esquina; d) as *vilas* constituídas pelas casas em série, localizadas no interior de lotes maiores, com uma rua interna; e) os *sobrados com dupla residência*, uma no pavimento térreo e outra no pavimento superior – eventualmente, o cômodo frontal, no térreo, também era ocupado por alguma atividade comercial; f) as *casas de uso misto*, aquelas edificações planejadas e construídas com a finalidade de abrigarem residências e atividades comerciais; e g) os *cortiços* que, configurando uma tipologia com programa específico, serão analisados adiante.

O início dos empreendimentos imobiliários no Bexiga, conforme as pesquisas realizadas nos jornais *A Província* e *O Estado de São Paulo*, ocorreu no final dos anos 1880, e pelo menos até o final do século XIX as casas foram construídas alinhadas às ruas. Com o passar do tempo, por volta dos anos 1900, os fundos dos terrenos começaram a ser ocupados por novas casas. A aquisição de dois ou mais lotes, geralmente pela mesma pessoa, deu ensejo à construção de vilas ou mesmo de pequenos aglomerados de duas ou três casas nesses fundos de terreno, construídas em momentos diferentes. Foi muito comum encontrar solicitações para acréscimo de novas casas em um terreno já edificado.

A análise dos projetos arquitetônicos durante todo o período deixa perceber que a partir dessa época houve o que hoje chamaríamos de otimização do espaço, ou seja, todo e qualquer pedaço de terreno passou a ser aproveitado, de maneira que mais unidades residenciais se multiplicassem. Foi o caso não somente das *vilas*, construídas no interior

⁴⁴ Aqui adotamos a terminologia utilizada por Luciana Alem Gennari em sua dissertação de Mestrado *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*, FAUUSP, 2005.

dos terrenos, mas também dos *sobrados*. Ainda que em pequeno número, chamam atenção as plantas envolvendo duas unidades residenciais diferentes, uma no andar térreo e outra no pavimento superior, remetendo à ideia contemporânea de “apartamento”. A opção por tal tipo de moradia, certamente, estava longe de implicar em conceitos pré-elaborados sobre soluções alternativas para a questão habitacional.

Como é possível observar na tabela abaixo, as *casas simples* compuseram aproximadamente 39,34% das casas a serem edificadas; as *casas em série* vêm em seguida, representando 33,82% do universo investigado. Embora as *casas de uso misto* totalizem apenas 11,05% da amostra, é importante destacar que tanto as *casas em série* como os *sobrados com dupla residência* (5,04%) também podiam apresentar espaços destinados à implantação de negócios. No caso das primeiras, quando próximas de uma esquina, era muito comum que os cômodos da frente dos prédios localizados na esquina se destinassem a algum tipo de negócio; já nos *sobrados com dupla residência*, frequentemente, constatamos a presença de algum comércio no piso térreo. E mais, quando se acrescenta a esses casos os 71 pedidos de licença para reformas que implicavam no acréscimo de cômodos para uso comercial, os *prédios de uso misto* apresentam um aumento significativo, atingindo um patamar de 139 unidades – e essa é uma marca do Bexiga, o exercício de atividades produtivas por muitos de seus moradores.

TIPOLOGIAS	NÚMERO DE SOLICITAÇÕES	TOTAL DE UNIDADES A CONSTRUIR
CASAS SIMPLES	242	242
CASAS DE FUNDOS	20	20
CASAS EM SÉRIE (ENVOLVENDO MAIS DE UMA RESIDÊNCIA)	79	208
VILAS (ENVOLVENDO MAIS DE UMA RESIDÊNCIA)	10	46
SOBRADOS C/DUPLA RESIDÊNCIA (ENVOLVENDO DUAS RESIDÊNCIAS)	15	31
CASAS MISTAS	68	68
TOTAL	434	615

Tabela 1 – Solicitações de licença para novas edificações, entre 1881 e 1914. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

É claro que toda essa situação estava sujeita a alterações. As *casas simples* térreas poderiam vir a se transformar em casas com dupla residência, com uma posterior ocupação do porão, ainda que de forma ilegal, podendo até dar origem a futuros cortiços. Quanto mais passou o tempo e se foram os testemunhos vivos dessa realidade, mais diminuíram as certezas acerca das intenções e usos reais que se fizeram das edificações da cidade. Não se pode esquecer que estamos lidando com um período em que o bairro estava se formando, cuja configuração ainda estava muito longe da atual. O processo de configuração espacial de um bairro não é algo estanque e está sujeito às constantes transformações no tempo e assim ocorreu com o Bexiga, pelo menos até os anos de 1950. Ainda que na aparência de suas ruas e fachadas o Bexiga da década de 1910 seja o mesmo daquele dos anos 1930, a ocupação e o uso das edificações se alteraram muito no decorrer

de 20 anos; prova disso são as frequentes solicitações apresentadas, com o objetivo de reforma e acréscimo de novos cômodos.

A entrada maciça de gente na cidade durante as últimas décadas do século XIX aumentou a demanda por moradias, propiciando a formação de um mercado consumidor composto pelos setores médios e baixos. Para quem quisesse investir no mercado locatício gastando menos, o Bexiga era um bairro ideal, já que a disponibilidade de terrenos a preços mais acessíveis permitia o ingresso de diferentes investidores. Até mesmo aquelas pessoas que dispunham de poucas posses podiam investir na compra de um terreno de 5m x 50m e, com o passar do tempo, construir uma casa nos fundos ou um sobrado de duas residências ou mesmo as duas coisas. Porém, o número de terrenos disponíveis, com o passar dos anos, certamente se reduziu. O fato é que as formas de ocupação dos terrenos foram se intensificando, sempre de maneira a aproveitar melhor cada pedaço de chão disponível.

Frequentemente, encontrei a expressão “casa operária” nos processos analisados, porém nem sempre essa nomenclatura se refere às pequenas casas descritas por Lemos (1999, p.33-34), com somente três cômodos, podendo conter até cinco cômodos, se encaixando perfeitamente na categoria *classe média*. Diversos projetos, cujas plantas indicam uma sala de visitas, dois dormitórios, sala de jantar, cozinha e instalação sanitária, e que poderiam se classificar até como de *classe média propriamente dita* são apresentados como sendo *casas operárias*. Por outro lado, alguns exemplares portadores de “gabinetes” possuem apenas quatro cômodos e poderiam se enquadrar na categoria *classe média baixa*. Assim, encontra-se diversos exemplos, onde ocorre essa “mistura” de possibilidades de formas de ocupação, impossibilitando que se utilize as categorizações *stricto sensu* relacionada a uma ou outra classe social.

É possível perceber, com o avançar da década de 1910, a intenção de especialização dos espaços do interior das moradias; se nem sempre de fato, ao menos na introdução de nomenclaturas mais de acordo com os padrões modernos nos projetos arquitetônicos. Contudo, também constatei a permanência de alguns termos, mesmo em anos mais avançados. As “varandas” e as “salas de jantar” – cômodos equivalentes – estão presentes em todos os anos investigados, assim como alguns casos de “alcovas”. Em 18/06/1901, havia um processo referente a uma edificação à rua Santo Antônio n. 5C, que tinha *sala, alcova, dois dormitórios, varanda, banheiro, despensa e cozinha*⁴⁵. Outro exemplo, já de 02/01/1907, na rua São Domingos, n. 6 A, se refere à uma moradia com

⁴⁵ Requerimento em nome de Francisco de Mattos Dias, *Obras Particulares*, v. 312, p.15. Fonte: AHSP.

apenas *sala*, *alcova* e *varanda*⁴⁶, só que com iluminação direta. Nos dois casos, embora se mantivesse a denominação antiga, remetendo a um período anterior às exigências das posturas municipais, tratava-se na verdade de cômodos com janelas para o exterior⁴⁷.

Em todas essas categorias, eventualmente constata-se a presença de cômodos destinados a usos mais especializados e socialmente valorizados, como vestíbulos, escritórios, quartos de engomar e de criada, despensas e copas, além de eventuais fornos, depósitos, terraços e alpendres. Dessa maneira, na impossibilidade de se avaliar a utilização efetiva desses espaços pelos seus usuários, para a sua classificação foram mantidos os critérios a partir do número de cômodos encontrados. Quanto aos terraços, frequentemente funcionavam como substitutos de quintais, ou ainda, como áreas para iluminação e circulação de ar.

TIPOLOGIAS	ATÉ 3 CÔMODOS	4 CÔMODOS	5 CÔMODOS	6 CÔMODOS	MAIS DE 6 CÔMODOS	CASAS A CONSTRUIR
CASAS SIMPLES	78	51	43	35	35	242
CASAS DE FUNDO	9	3	5	1	2	20
CASAS EM SÉRIE	53	50	40	23	42	208
VILAS	15	18	12	1	-	46
SOBRADOS	7	4	9	3	8	31
CASAS MISTAS	26	19	12	6	5	68
TOTAL	188	145	121	69	92	615

Tabela 2 – Tipologias, por número de cômodos, entre 1881 e 1914. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Os números apresentados na tabela acima indicam o predomínio das casas com *até 3 cômodos*. Excluindo os cortiços, essas casas certamente se destinavam às camadas pobres da população do bairro. Em seguida vêm as casas de *4 cômodos* e *5 cômodos* - os dois casos provavelmente voltados para as camadas médias. Já as casas com *6 ou mais cômodos* contam com poucas unidades, e demonstram destinarem-se a moradores com mais posses.

A questão é que tanto as casas com *6 cômodos*, como aquelas com *mais de 6 cômodos*, podiam apresentar programas mais complexos. Nos dois casos encontramos a presença de “gabinetes”, “vestíbulos”, “despensas”, “copas”, “quartos de criadas”, etc., além das instalações sanitárias, aí já definidas como “banheiros” ou “salas de banho”. Entretanto, as moradias maiores, com *mais de 6 cômodos*, se destacavam pela presença de um número maior de quartos ou dormitórios, assim como por um cuidado especial na distribuição espacial dos cômodos nas plantas. Eventualmente, apresentavam uma implantação no lote que as diferenciava da vizinhança mais pobre. Eram construídas, por vezes, distantes dos alinhamentos, possuindo recuos frontais e laterais, ocupados por jardins. Algumas delas apresentavam-se elevadas em relação ao nível da rua devido à

⁴⁶ *Obras Particulares*, 1907, Cx. 26. Fonte: AHSP.

⁴⁷ Observe-se que as antigas alcovas eram cômodos instalados no interior da residência, sem quais aberturas para o exterior.

presença de porões mais altos, em geral relacionados à topografia mais propícia para tanto. Observa-se a coexistência dessas tipologias numa mesma rua, embora houvesse certa concentração de casas mais simples na zona *x* ou mais complexas na zona *y*.

Os novos materiais, as técnicas e os sistemas construtivos introduzidos na segunda metade do século XIX, assim como as novas linguagens arquitetônicas adotadas, significaram uma mudança nas formas de morar e construir. Se somarmos as edificações de *até 3 cômodos*, àquelas com *4 e 5 cômodos*, teremos 73,82 % do universo investigado, ou seja, essa tipologia constituía a grande maioria das casas, construída sobretudo por empreendedores dos setores médios da população, com fins locatícios. Essas casas possuíam porão e corredor ou pátio de iluminação, e de três a quatro cômodos. Excetuando-se a cozinha de utilização mais específica, em todos os outros cômodos as atividades poderiam se alternar, conforme as necessidades dos moradores – salas “de visitas” podiam se converter em dormitórios, “salas de jantar” em quartos de costura ou de passar, enfim, tratava-se da superposição de atividades referida por Lemos (1999, p.37). A garantia de melhor iluminação, a gás ou elétrica, certamente implicava num viver mais saudável e, sobretudo, no uso do dia mais prolongado para o exercício das atividades domésticas ou de trabalho. No transcorrer dos anos investigados, observa-se nos projetos arquitetônicos a introdução de termos como “vestíbulos”, “despensas” e “copas” para designar os cômodos das casas, mesmo naquelas mais pobres, demonstrando uma intenção de valorização social do “viver” nas mesmas.

1.3.4 Os cortiços e/ou habitações coletivas

As dificuldades em estabelecer critérios para a caracterização dos cortiços parece ser consenso entre os autores que se detiveram nesta questão. Também me senti distante de chegar a uma definição conclusiva acerca do conceito de cortiço. Assim, decidi começar a pensar o assunto a partir do *Código Sanitário* de 1894, especialmente com base nos capítulos que envolvem as habitações com diferentes indivíduos ou várias famílias, além daquelas consideradas *das classes pobres*.

De maneira geral, o Capítulo III desse documento parece prever a construção de novos edifícios destinados às habitações coletivas, colocando parâmetros para tanto, tais como: a localização fora do perímetro urbano, que envolveria os novos loteamentos nos arrabaldes da cidade; construções horizontais, que excluam a ocupação de sobrados e o aproveitamento de porões; obediência aos princípios de higiene recomendados para

qualquer tipo de habitação; instalação de latrinas para um determinado número de pessoas. Já no *Capítulo IV* é clara a permissão para se utilizarem casas já edificadas para fins de locação de quartos a terceiros, contanto que fosse feita escolha escrupulosa, respeitando-se os princípios da higiene. A possibilidade de aproveitamento de casas existentes indica que subdivisões de madeira seriam proibidas, porém a lei não faz menção a eventuais acréscimos ou divisões de cômodos feitos em alvenaria. Por outro lado, proibia claramente a utilização dos porões como moradia.

O *Capítulo V* indica cuidados com a construção de *casas operárias* e *vilas* em geral. Certamente prevendo a utilização dessas casas como cortiços, o capítulo se inicia com a sua proibição, além de indicar a necessidade de se destruir aqueles existentes. Aqui observa-se uma certa confusão entre o que era cortiço, casa de pensão e habitação para as camadas pobres, sobretudo no artigo que proíbe a subdivisão de *grandes casas*. Afinal, esse seria um problema pertinente às *casas de pensão*. Como distinguir a *casa de pensão* do *cortiço*, já que ambos eram ocupados por um número variado de indivíduos? E ainda, como delimitar o número de pessoas que podiam viver na *casa de pensão* ou no *cortiço*? De acordo com o Artigo 127 do *Capítulo IV*, sobre os *hotéis e casas de pensão*, “o número de locatarios deverá ser proporcional á capacidade do edificio e não deverão ser permitidos menos de 14 metros cubicos de espaço para cada indivíduo, nos aposentos dos locatarios”. Já o Artigo 144 do *Capítulo V*, sobre as *habitações das classes pobres*, indica que “deve ser determinada a lotação dessas casas, não sendo permittidos aposentos de dormir com menos de 14 metros cubicos livres para cada indivíduo”. Nos caso dos dois tipos de moradia, as orientações legais acerca das dimensões mínimas para cada pessoa são as mesmas e não deixam margem à dúvidas. O mesmo se pode dizer sobre o número de pessoas permitido num e noutro caso. Aparentemente, tudo dependia das dimensões dos prédios, se ocupados por *hotéis*, *casas de pensão* ou pelas *classes pobres*.

De qualquer modo, do ponto de vista do Código, todas essas modalidades de moradia parecem implicar na ocupação por pessoas pobres. Excetuando-se as *casas de pensão*, que poderiam ser ocupadas por qualquer tipo de gente – de filhos de fazendeiros ricos que estudavam na capital a pessoas sozinhas que trabalhavam no comércio, no funcionalismo público, etc. –, *cortiços*, *casas operárias* e *vilas* deviam estar fora do perímetro urbano. A intenção de segregação é muito clara, o que não fica claro são as definições do que eram cortiços, casas de pensão e habitações das camadas pobres, assim como as diferenças entre os tipos de habitação coletiva. De uma maneira geral, foram esses os pontos do *Código de Posturas* utilizados para a identificação e análise dos cortiços no

bairro do Bexiga. Ali percebe-se o quanto essas categorias se misturavam e se confundiam, demonstrando que também para a municipalidade foram pontos obscuros, nem sempre interpretados de forma objetiva.

Certamente as imprecisões encontradas na legislação reguladora “do construir e do morar” em São Paulo se relacionam ao desejo de exclusão das chamadas *classes perigosas* (Chalhoub, 1996, p.36 a 46). Nesse sentido, as recomendações do *Código Sanitário* para que tais edificações fossem feitas fora das *aglomerações urbanas* são bem claras. Entretanto, acredito que a forma confusa como os executores da lei – engenheiros e fiscais – lidaram com a questão também resultou do fato de se tratar de uma realidade nova para todos. Conforme Carlos Lemos, até o Império não havia preocupação por parte da Câmara ou do governo central de regulamentar a construção e organização interna das moradias (1999, p.13). No entanto, alguns autores como Sidney Chalhoub e Ivone Salgado, indicam que a preocupação com a questão sanitária associada às condições de moradia era mais antiga. Sidney Chalhoub localiza as primeiras discussões acerca da questão sanitária no início da década de 1850, quando as epidemias de febre amarela (1850) e cólera (1855) no Rio de Janeiro elevaram as taxas de mortalidade, colocando “*na ordem do dia a questão da salubridade pública, em geral, e das condições higiênicas das habitações coletivas, em particular*”. Nessa ocasião ocorreu a criação da Junta Central de Higiene, “*órgão do governo imperial encarregado de zelar pelas questões de saúde pública, e a Câmara Municipal da Corte passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência das habitações coletivas*”. E alguns anos mais tarde, em 1866, o médico José Pereira Rego apresentaria projeto à Câmara Municipal da Corte, prevendo intervenções mais efetivas nas formas de moradia coletiva (Chalhoub, 1996, p.29-33, grifo nosso). Ivone Salgado, igualmente, se reporta às epidemias de 1850 e 1855 como ponto de partida para a reestruturação dos serviços de saúde por parte do governo imperial: “*Esta conjuntura fez com que as determinações sanitárias, previstas na legislação imperial de 1828, fossem incorporadas à legislação das câmaras municipais de forma mais incisiva e acarretou, ainda, um incremento da ação fiscalizadora das condições sanitárias das cidades por parte do poder público nos períodos de surtos epidêmicos*”⁴⁸.

Essa preocupação era recente, principalmente a partir dos anos 1880, devido ao aumento populacional e à demanda por moradia. A ocupação desordenada do espaço

⁴⁸ Grifo nosso. SHINYASHIKI, SOUZA & SALGADO - *Obras públicas da cidade de São Paulo na metade do século XIX: o higienismo e a construção do cemitério público, do mercado público e do matadouro público*, Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo/RS, 2007.

urbano ocorrida então, gerando problemas sérios como os surtos epidêmicos, impôs a necessidade urgente de organizar e regulamentar o ato de construir e, conseqüentemente de morar, traduzidos nos *Códigos de Posturas* de 1886 e no *Código Sanitário* de 1894. Se pensarmos que desde a metade da década de 1880, quando aumentou o número de escravos e imigrantes e outros trabalhadores na cidade, até o ano de elaboração do *Código Sanitário*, se passaram apenas dez anos, compreende-se que foi muito pouco tempo para que autoridades e habitantes se adaptassem à nova realidade urbana. De um lado, as autoridades tentando definir parâmetros, que embora “ideais”, conformavam-se ao “possível”; de outro, proprietários tirando proveito dos lucros auferidos pela construção de imóveis para renda de aluguel; por fim, os cidadãos todos tendo que se habituar, inclusive culturalmente, às novas normas.

A análise dos casos em que se evidenciou a presença de cortiços indicou que as reformas e acréscimos a prédios existentes envolveram a maior parte (58,98%) das habitações coletivas. Já o conjunto das novas edificações respondeu por 41,02% dos casos passíveis de serem interpretados como cortiços: dez solicitações referentes a moradia, simples ou de uso misto; três referentes a uma cocheira e dois barracões para depósitos; e três referentes a prédios destinados à instalação de manufaturas.

A partir da década de 1910 se evidenciou a tendência, se não de eliminar os cortiços, de evitar que aumentassem de tamanho, o que fica bastante explícito no processo a seguir. Em 1914, o pedido de licença para acréscimo de cozinha, latrina e tanque, para a casa localizada à rua Rui Barbosa n. 131, cujo requerimento estava em nome de José Maria Passalacqua, gerou um longo processo, que se estendeu até ser indeferido, em 1917. Nessa ocasião, o parecer do engenheiro Arthur Saboya deixava claro que se tratava de *aumento de cortiço existente, em desacordo com o Código de Posturas, Artigo 20, não sendo pela lei nº 1788, Art. 5º, então vigente, tolerados novos cortiços e, conseqüentemente, aumento dos existentes*⁴⁹. Este processo bastante complicado, já no final do período investigado, indica que por mais que as autoridades municipais se esforçassem dali em diante, a luta entre poder público, proprietários e moradores se intensificaria.

É arriscado fazer afirmações categóricas sobre uma realidade que no período investigado ainda estava se configurando. As tentativas nesse sentido, a partir de conceitos contemporâneos, podem resultar em ideias estereotipadas sobre o bairro e sobre os atores sociais que ali atuaram. Assim, em minha dissertação de mestrado (2010) procurei realizar uma análise exaustiva e criteriosa dos processos para construção e/ou reforma dos imóveis

⁴⁹ *Obras Particulares*, Processo de 11/07/1914, Cx. R-2. Fonte: AHSP. Grifo nosso.

passíveis de serem interpretados como *cortiços* ou *habitações coletivas*. Se a análise e o julgamento desses processos não forem falhos, o número total de processos que envolveram a construção de moradias destinadas a algum tipo de habitação coletiva é muito pequeno quando comparado ao universo investigado – apenas 39 casos entre as 886 solicitações de licença para novas edificações, reformas e/ou acréscimos.

Essa constatação leva ao questionamento da ideia corrente do Bexiga ter sido sempre um bairro predominantemente ocupado por “cortiços”. A interpretação dos dados apresentados pela Série *Obras Particulares* permitiu concluir que foi a partir de 1905 que a especulação imobiliária tomou maior impulso, tornando-se mais agressiva nos anos de 1912, 1913 e 1914. A investigação direcionada ao reconhecimento das formas de moradia terminou neste último ano, mas o processo de adensamento populacional e o consequente superaproveitamento dos espaços possíveis, com um aumento efetivo do número de cortiços no bairro, certamente concretizou-se no decorrer da próxima década. Prova disso é a identificação de aproximadamente 80 casos de possíveis habitações coletivas nas ruas do Bexiga no ano de 1925, conforme se poderá verificar no Capítulo 4.

Ao analisar a cidade de São Paulo nos anos de 1920, Nicolau Sevcenko (1992, p.129-132) chama a atenção para o fato do crescimento da cidade ter sido desproporcionalmente maior do que as possibilidades de controle por parte do poder público. Conforme Sevcenko, apesar do empenho demonstrado pela municipalidade em controlar o crescimento urbano desenfreado através da ação da Diretoria de Obras e da Inspetoria Sanitária, fatores como os limites orçamentários e a estrutura administrativa enxuta da municipalidade, dificultaram e até impediram quaisquer reações contra a pressão exercida pelas manobras especulativas e contra o descaso por parte daqueles que detinham o controle político e econômico da cidade. A conjugação desses fatores trouxe como consequência funesta a ocupação desenfreada dos espaços possíveis. Enquanto os novos loteamentos envolviam regiões esparsas pela cidade e distantes do centro, extensas áreas intermediárias foram propícias à especulação mais agressiva. Nesse contexto de demanda por moradias é que as possibilidades de uso do solo urbano nas áreas mais próximas do centro foram exploradas exaustivamente, envolvendo todas as possibilidades habitacionais que permitissem a presença de um maior número de pessoas: casas de cômodos, pensões e cortiços.

As informações coletadas nas *Obras Particulares* indicam que 25 dos 39 possíveis casos de cortiços se concentrava nas ruas Major Diogo, Rui Barbosa, Santo Antônio e Conselheiro Ramalho. Os demais casos se distribuíam pontualmente pelas outras ruas do

bairro. Resta saber que motivos levariam as pessoas a escolherem essas ruas e não outras para instalar as habitações coletivas, fossem cortiços ou pensões. Haveria algum condicionante que levasse os proprietários a selecionarem ruas determinadas para explorar o “negócio” de locação? Algumas ruas dispunham de “vantagens” suficientes para atrair novos locatários? Algo como a disponibilidade de meios de transporte, como o bonde, a facilidade de acesso ao centro ou mesmo ao comércio local, etc?

Figura 5 – Interior de uma vila/cortiço na rua Rui Barbosa n. 32. Observe-se a fachada das casas, com porta e uma única janela. Foto: Geraldo Horácio de Paula Souza, c. 1919-1925. Fonte: Centro de Memória da Saúde Pública/Faculdade de Saúde Pública/USP.

Observei momentos de “pico” nas ocorrências de cortiços e/ou habitações coletivas durante os anos de 1900, 1905, 1912, 1913 e 1914, quando registrei 23 documentos que, de alguma maneira, remetem à presença desse tipo de moradia, o que confirma as constatações sobre as fases de aumento populacional no bairro e na cidade. Quando da análise sobre a presença de profissionais de origem estrangeira na construção de novos edifícios, verifiquei a incidência de um maior número de italianos nos anos de 1895, 1898, 1900, 1905, 1913 e 1914. Ainda que a análise ali realizada se relacione a um segmento específico, ela implica no aumento da presença de elementos estrangeiros na cidade e, em última instância, no aumento de pessoas na cidade, inclusive daquelas em busca de moradias baratas.

Na verdade, a legislação e o consequente controle na maneira de construir tinham como objetivo especialmente as moradias dos setores mais pobres da população – almejava-se coibir o uso de materiais construtivos, equipamentos ou mesmo ocupação de terreno que implicassem em danos para a coletividade. Por outro lado, os setores mais

ricos tinham consciência dos benefícios oferecidos pelos novos padrões, geralmente adotando-os para suas próprias residências.

Acredito que nos primeiros anos de ocupação do bairro do Bexiga tais regras construtivas tenham sido ignoradas, porém, na medida em que a fiscalização se tornou mais rígida, acarretando multas e, às vezes, até a demolição e reconstrução de obras já concluídas, a sujeição aos padrões impostos pelo poder público se mostrou um “mal necessário”. No caso do bairro do Bexiga, ainda que os levantamentos realizados não tenham envolvido a totalidade dos projetos apresentados no período em questão, não resta dúvida sobre o aumento da ação do poder público a partir da década de 1890. Contudo, se de um lado a presença da fiscalização é um fato comprovado pela constância dos embargos às obras em desacordo com a legislação, de outro, essa mesma constante fiscalização indica a reincidência de comportamentos abusivos, problema esse que se estendia, inclusive, às casas construídas ou adaptadas a cortiços.

A conjugação desses fatores trouxe como consequência a ocupação irregular e desenfreada dos espaços possíveis. Enquanto os novos loteamentos apresentavam grandes lotes e baixas densidades, os bairros destinados às camadas médias e pobres da população apresentavam intenso parcelamento do solo e altas densidades. Nesse contexto de demanda por moradias, as áreas mais próximas do perímetro central foram exploradas exaustivamente, envolvendo todas as possibilidades habitacionais que permitissem a presença de um maior número de pessoas: casas de cômodos, pensões e cortiços. De qualquer maneira, independentemente do alcance até certo ponto limitado da ação fiscalizadora do poder público, a análise dos pareceres contidos nos processos de licença para construir e/ou reformar imóveis demonstra o empenho dos fiscais e engenheiros municipais responsáveis pelo deferimento ou não de tais licenças.

As mesmas regras construtivas garantiram um padrão bastante bom mesmo para as casas mais pobres: mínimo de três cômodos; paredes com pelo menos 5 metros de pé-direito para o térreo, 4,88 metros para o primeiro andar e 4,56 metros para os outros andares; obrigatoriedade de porões mínimos de 50 cm de altura; corredor lateral descoberto, permitindo a iluminação direta dos cômodos, etc (Lemos, 1999, p.22), tijolos como material predominante, etc. Comparativamente ao presente, observa-se a qualidade dos espaços construídos nesse período.

Se a presença dos *capomastri* no bairro, e de resto em toda a cidade, foi uma realidade inquestionável, o mesmo não se pode dizer de seu poder de decisão na hora de

construir, assim como da eventual influência da arquitetura italiana no estilo das casas edificadas. Como já disse, para a aprovação do imóvel era necessário satisfazer as exigências da *Diretoria de Obras* do município – sem o que, a solicitação não era deferida, e, se porventura alguém resolvesse dar continuidade à obra, esta seria embargada, quando não demolida. Dessa maneira, a idéia de que o casario do bairro surgiu “sem qualquer projeto, da forma mais empírica possível” e de que “residências eram desenhadas pelos ‘capomastri’, arquitetos que não usavam planta”, não se sustenta (Lucena, 1983, p.86). Por outro lado, as fachadas de caráter eclético, que ainda hoje são possíveis de serem observadas no bairro, foram comuns a outras cidades e capitais brasileiras em que a presença do imigrante italiano não foi representativa, assim como a distribuição interna dos cômodos observáveis nos projetos arquitetônicos. Ou seja, embora proprietários e usuários sejam majoritariamente imigrantes, sobretudo italianos, os imóveis não traduzem seu modo de viver específico, mas resultam da legislação imposta pela municipalidade e de padrões de habitação há muito consolidados no Brasil – com o receber à frente, o repouso no meio e os serviços no fundo (Lemos, 1999).

Nem exclusivamente italiano, nem encortiçado. A imagem que a análise dos processos da Série *Obras Particulares* propicia é de um bairro tipicamente suburbano para as camadas pobres e média, compostas de imigrantes de variadas nacionalidades e etnias, além dos afrodescendentes. Tampouco os cortiços devem ser interpretados exclusivamente segundo a chave das políticas higienistas, mas, sobretudo, como os espaços onde as chances de sobrevivência humana para essas camadas sociais – através do estabelecimento das redes de solidariedade, parentesco e amizade – eram possíveis (Rago, 2004).

Por fim, no que tange aos construtores, os processos consultados remetem sobretudo a “práticos” na linha dos sujeitos estudados por Lindener Pareto Jr. (2010), não exclusivamente italianos, como se pode ver na tabela abaixo, onde a presença de profissionais brasileiros e/ou portugueses é quase tão significativa quanto aquela de italianos. Por sua vez, os programas edilícios decorrentes da atuação desses profissionais não diplomados são bastante homogêneos por emanar do Padrão Municipal e não resultarem de acentos culturais relacionados aos seus lugares de proveniência.

NACIONALIDADES CONSTRUTORES	Nº	%
BRASILEIROS E/OU PORTUGUESES	41	37,97
ITALIANOS	48	44,44
GERMÂNICOS	5	4,63
OUTROS (SUPOSTOS ESPANHÓIS E FRANCESES)	6	5,56
NÃO IDENTIFICADOS	8	7,40
TOTAL	108	100%

Tabela 3 – Nacionalidades dos construtores que atuaram no bairro do Bexiga entre 1887 e 1914. Fonte: Série *Obras Particulares*. AHSP.

Além das edificações para moradias, os processos investigados contêm registros de outras solicitações de licenças importantes que implicavam em: construção de edifícios para fábricas e/ou manufaturas; construção de edifícios para comércio ou outro tipo de negócio; reformas e acréscimos em construções existentes (para moradia ou negócio), etc.

1.4 Os usuários

Até agora tentei traçar um perfil do bairro de modo a esclarecer alguns aspectos da sua configuração: as pessoas envolvidas no empreendimento inicial; as pessoas que compraram os terrenos e ali construíram; o papel da legislação urbanística e sanitária, via fiscalização da *Diretoria de Obras* do município; o tipo de edificação que se realizou naquele espaço; e os construtores envolvidos. Resta, no entanto, falar dos principais personagens da presente tese, aqueles que deram vida e cara ao bairro. Afinal, quem eram essas pessoas? De onde vieram? O que faziam para viver?

Da mesma forma que quem fosse construir ou reformar uma casa teria que pedir autorização para a *Diretoria de Obras* do município, aqueles que quisessem abrir algum negócio, deveriam encaminhar os pedidos de licença ao setor de *Alvará e Licença* da Seção *Polícia Administrativa e Higiene* da Prefeitura municipal. Pensando no número significativo de casas que envolviam uso misto – negócio e residência –, busquei nas entrelinhas desses documentos os primeiros indícios dos moradores do bairro.

De acordo com a EMPLASA, três anos antes da Proclamação da República, os italianos formavam o maior contingente de estrangeiros na cidade (80,22%), seguidos dos portugueses e alemães, com 11,98% dos habitantes da capital paulista. Já em 1920, em plena vigência da Primeira República, a população italiana se mantinha como a maior colônia estrangeira em São Paulo, perfazendo 15,84% da população total. Na sequência, vinham portugueses (11,19%), espanhóis (4,31%) e os indivíduos de origem germânica (3,07%) – todos em meio a 372.376 brasileiros (64,46%), numa população total de 577.621 habitantes (Emplasa, 2001). No bairro do Bexiga, a partir dos nomes identificados na Série *Obras Particulares*, foi possível perceber que entre 1906 e 1914 houve um claro predomínio dos proprietários italianos no bairro: de um total de 552 pessoas, 65,22% eram italianos, 25,91% eram brasileiros e/ou portugueses, 6,34% eram de outras nacionalidades e 2,53% não tiveram sua origem identificada. Já a partir dos dados fornecidos pela Série *Alvará e Licença*, entre os 177 usuários identificados na amostra

investigada, 80,22% eram italianos, 11,30% eram brasileiros e/ou portugueses, 3,39% eram de outras nacionalidades e 5,09% não tiveram sua origem identificada. Como era de se esperar, constatei a presença maciça de italianos, e, ao lado desses, alemães, prováveis espanhóis e, certamente, portugueses. Porém, essa situação se altera ao longo dos anos investigados. Embora durante todo o tempo a maioria italiana se destaque, nos anos de 1910 e 1911 houve um aumento considerável dessas pessoas, o que deve ser atribuído tanto à entrada de novos imigrantes na cidade como no bairro.

Contudo, o universo dos possuidores de negócios no bairro é restrito e a grande maioria dos moradores possivelmente tenha ficado de fora dessa análise. Para sanar esse vazio, busquei outros documentos que fornecessem algum tipo de informação sobre essa parcela da população, tais como os *Boletins de Ocorrência*, onde estão registrados, pelo *Gabinete de Assistência Policial da Secretaria da Justiça e Segurança Pública do Estado* os atendimentos realizados no “*posto médico da assistência policial de São Paulo*” nos anos de 1911 a 1940. Por se tratar de atendimento feito em um órgão de segurança pública, ao serem socorridas as pessoas deviam fornecer informações básicas sobre si: nome, idade, estado civil, cor, nacionalidade, endereço, ocupação e, é claro, a causa da ocorrência. Foram exatamente esses os dados utilizados para obter uma aproximação do universo dos moradores do bairro do Bexiga. A relevância desta informação está em que, além de identificar a nacionalidade dos habitantes do bairro do Bexiga que foram atendidos no posto médico, ela esclarece a questão que ficou em aberto em pesquisas anteriores acerca da presença de afrodescendentes no bairro do Bexiga. Eles estão presentes sim – possuem nome, sobrenome, idade, profissão e endereço! Assim, esses são indícios relevantes que não devem ser subestimados, mas levados em conta para repensarmos a ideia corrente sobre a onipresença italiana no Bexiga nas primeiras décadas do século XX, assunto que será abordado no Capítulo 4.

Com relação à população afro-descendente, em diferentes momentos há notícias do movimento de escravos e ex-escravos em duas direções. A primeira delas, próximo ao Caaguassu (região que envolvia a Avenida Paulista e arredores), não se sabe exatamente a partir de quando, mas certamente até a valorização daquelas terras por volta dos anos 1890 (Wissenbach, 1989), quando teriam sido expulsos, dando lugar aos loteamentos da Avenida Paulista e da Vila América (atual Jardim Paulista). A segunda, próxima da várzea do córrego da Saracura (Kogurama, 2001, p.210 a 212) onde até hoje se encontra ao menos uma parcela dos descendentes dos primeiros ocupantes (rua Almirante Marques Leão e arredores). Ali, também não é possível precisar o momento exato da ocupação, que

deve ter ocorrido até os anos de 1930, quando da abertura da Avenida 9 de Julho. Por outro lado, pelo menos até os anos 1950, eles também estiveram presentes nos cortiços localizados entre as ruas Japurá, Santo Amaro e Jacaré (Bonduki, 1998, p.68-69). Aliás, nos *Boletins de Ocorrência*, se destaca o fato de os dois únicos endereços registrados na rua da Saracura Grande (leito da atual 9 de Julho) pertencerem a afrodescendentes. Tratava-se de dois homens, Luiz da Silva e Sebastião Ferreira de Andrade. O primeiro, um carroceiro de 24 anos, casado, e envolvido em um caso de ferimento por agressão; e o segundo, um pedreiro de 29 anos, solteiro, cujo atendimento teve a mesma causa, ferimento por agressão, sendo que as ocorrências de ambos se deram em janeiro de 1915. Os dois casos isolados, mesmo que não confirmem a presença de uma maioria de afrodescendentes na região, dão indicações de que isso ocorria. No mais, todas as informações apontam para a distribuição mais ou menos uniforme de todos os grupos e etnias em todo o bairro.

1.5 Os usos

Resta saber o que as pessoas que moravam no Bexiga faziam para sobreviver e que tipo de ocupação possuíam, outro tema central da presente tese, aqui explorado em linhas gerais, e pormenorizado nos Capítulos 2 e 3. Entre todas as ocorrências apontadas nos *Boletins* há uma profusão de ocupações relacionadas a diferentes setores da economia formal ou informal: serviços de alimentação, comércio, manufaturas, construção civil, indústria, trabalho doméstico, serviço público, serviços “diversos”, etc. Infelizmente, as categorias indefinidas, onde se encontram *trabalhadores* e *serviços domésticos*, concentram a maior parcela dos casos, tornando impossível uma avaliação mais efetiva. De todo modo, excetuando-se essas categorias, somente os *trabalhadores da construção civil* e *trabalhadores domésticos* obtiveram uma representação mais significativa.

Chama a atenção a pulverização das diferentes ocupações, quaisquer que sejam as atividades principais a que estivessem atreladas. A presença de pessoas que trabalhavam, aparentemente, em todas as áreas em que se precisasse de um profissional, fosse como “oficiais” manufatureiros ou como prestadores de serviços, parece apontar para a situação constatada por Haim Grünspon na década de 1930. Ainda que se leve em conta a distância temporal entre os anos de 1910 e aqueles vivenciados pelo autor, parece ter se mantido a lógica do trabalho masculino no bairro, onde, principalmente os homens, “trabalhavam

mais como tarefeiros e de expediente (...) os homens eram ajudantes por dia (...) tarefeiros. Sempre ajudantes de alguma coisa, quer no bairro, quer fora do bairro” (Grünspun, 1979, p.37). Por outro lado, a presença, ainda que em número restrito, de profissionais especializados são um indício de que o Bexiga não era um espaço exclusivo dos setores mais pobres da cidade.

Em relação às pessoas envolvidas com algum tipo de comércio ou prestação de serviços e estabelecidas no bairro, além das informações fornecidas pelas *licenças* junto à Prefeitura, os anúncios dos *Almanaques* mercantis publicados na época foram de grande valia. Além dos anúncios em jornais, eram muito comuns os anúncios em almanaques, publicações anuais que divulgavam informações sobre o “*comércio, indústria e profissões, com classificação pelos ramos de negócios*”. Curiosamente, o *Almanaque Laemmert*, publicado na capital da República, na cidade do Rio de Janeiro, fornece um imenso rol de atividades. Atribuo o interesse na publicação nesse anuário à gratuidade do serviço, pelo menos para uma parte dos anunciantes: “*É grátis a inserção no texto do Almanak em caixa baixa ou typos comuns e uma vez só dos nomes e endereços dos negociantes, profissionais, agricultores, lavradores e industriais, empregados públicos, empresas, companhias, sociedades, etc.(...)*”⁵⁰. Embora houvesse almanaques publicados na cidade de São Paulo, pelo menos “*para o Almanaque de O Estado de São Paulo, para 1896 era preciso pagar a soma de 12\$000 para anúncios de meia página (...)*”⁵¹.

Voltando à infinidade de negócios exercidos no bairro, verifiquei uma variada gama de comércios/serviços e manufaturas. Predominam quitandas, armazéns de secos e molhados e açougues, além de padarias, pequenas “fábricas” de massas alimentícias e de torrefações de café em meio a lojas de vestuário, calçados e chapéus e as atividades ligadas ao lazer (cinema, teatro e jogos de bola). Destacam-se também manufaturas (sapatos, chapéus, sabão, velas, louças de barro, caixotes, bebidas, cigarros, fogos de artifício, etc.) e a prestação de serviços diversos (farmácias, barbearias, sapateiros, costureiras, fotógrafos, etc). No Bexiga também moravam artífices voltados ao ramo da construção civil. Havia ainda casas que vendiam de tudo um pouco, como as lojas de armarinhos e fazendas, de “ferragens e quinquilharias”, louças, etc, além daquelas atividades destinadas a dar suporte ao próprio comércio e manufaturas em geral.

⁵⁰ Grifo nosso. *Almanak Laemmert para 1913, 3º Volume – Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, 1913.

⁵¹ TRIZOTTI, Patrícia T. – “*Teias que se tecem: o caso do Almanaque de O Estado de São Paulo para 1896*”. XIV Encontro Regional da ANPUH Rio – Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, julho/2010.

Em breves linhas, analisarei as atividades que mais se destacaram, seja pela quantidade de estabelecimentos que apresentaram, seja pelo papel que cumpriram no processo de expansão da cidade nos primeiros anos do século XX.

O que primeiro chama a atenção é o grande número de “quitandas” e “armazéns de secos e molhados” existentes em praticamente todas as ruas do bairro. Ocorre que desde as últimas décadas do século XIX, diversas iniciativas do poder público deslocaram o comércio de gêneros alimentícios para fora do perímetro central. Disso decorreu: o Mercado de São João ou Mercado de Verduras, na atual Praça do Correio; o mercado da rua 25 de Março, conhecido como Mercado dos Caipiras, e substituído posteriormente pela versão mais moderna do Mercado Grande (Campos Jr., 2007); e o Matadouro Municipal, originalmente localizado na rua de Santo Amaro que, por problemas de higiene, em 1887, foi transferido para o bairro de Vila Mariana (Martins, 2003, p.153). Entretanto, se os antigos espaços foram substituídos por outros mais modernos e mais aptos a satisfazer as necessidades da população em crescimento, sua localização colocava outro problema: a distância dos novos bairros situados nos arrabaldes da cidade, dificultando o acesso dos seus moradores a esses lugares de comércio atacadista. Consequentemente, as necessidades diárias de abastecimento dessa população ficavam comprometidas. Assim, é compreensível que os moradores dos bairros periféricos buscassem alternativas para a compra de alimentos, o que explica a grande quantidade de “quitandas” e “armazéns”. Na ausência de geladeira, a reposição diária de alimentos era imperativa. As quitandas e armazéns de bairros como o Bexiga certamente abasteciam os bairros vizinhos e disso decorrem as diversas cocheiras para estacionamento de animais e carroças destinados às entregas.

Na medida em que a cidade se expandia, com a formação de novos bairros, consolidava-se a indústria da construção civil, com o consequente aumento da demanda de mão de obra, especializada ou não. O trabalho na construção civil, desempenhado principalmente por imigrantes italianos nas duas primeiras décadas do século passado era bastante valorizado o que se traduzia pelos salários mais altos em relação a outros setores produtivos. Porém, as condições de acesso à moradia nem sempre corresponderam à valorização de seu trabalho, razão pela qual se explica a presença desses trabalhadores no bairro também como moradores. Para aqueles cujas funções exigiam menor especialização, certamente os salários eram menores, dessa maneira, a possibilidade de morar pagando aluguéis mais baratos e a proximidade do centro onde se localizava grande parte dos canteiros de obras naqueles anos, mesmo que frequentemente se tratasse de

cortiços sem condições de habitabilidade, funcionavam como fator de atração para esse segmento. Com exceção dos empreiteiros, que muitas vezes conseguiam formar um pecúlio através da compra de terrenos e construção de moradias para locação, acredito que a maioria dos profissionais da construção civil não tenha conseguido possuir casa própria. Por outro lado, tão importante quanto ter funcionado como local de moradia para uma parcela da mão de obra desse segmento, foi o fato de o bairro ter abrigado outros profissionais relacionados indiretamente à construção civil. Esse é o caso dos empreiteiros, pedreiros, serventes de pedreiros, pintores, estucadores, carpinteiros, marceneiros, vidraceiros, bombeiros hidráulicos (encanadores) e ferreiros que se distribuíram principalmente pelas ruas da Abolição, Conselheiro Ramalho, Fortaleza, Major Diogo, Santo Amaro e Santo Antônio.

O acúmulo de gente de todas as camadas sociais no bairro e nos arredores implicou na necessidade de prestadores de serviços que atendessem às necessidades das famílias: barbeiros, sapateiros, lavadeiras, empregados domésticos, oficinas de costura, “lavadores e enformadores” de chapéus e fotógrafos, sem esquecer dos profissionais ligados ao transporte, de cargas e pessoas. Nesse item específico, é importante ressaltar a presença de muitas cocheiras, assim como de pessoas que exerceram atividades de alguma maneira ligadas ao transporte de pessoas e mercadorias (carroceiros, cocheiros, seleiros, ferradores, e até de um veterinário), casos que serão devidamente explorados nos Capítulos 2 e 3.

Por fim, cabe destacar as atividades ligadas ao lazer, que embora sejam de diversidade restrita, revelam, de um lado, os entretenimentos possíveis para a população de baixo poder aquisitivo e, de outro, as práticas de sociabilidade entre os moradores do bairro. No topo dos divertimentos, estavam os inúmeros *jogos de bola*, ou *bocce* como diziam os italianos. Armandinho do Bexiga mencionou a permanência desses espaços, ainda na década de 1940, e ao que parece geralmente instalados no fundo das cantinas. Identifiquei pelo menos três casos em que estava implícito que funcionariam nos “*fundos do prédio*”, além de outros que falavam sobre estarem “*junto ao negócio*” principal. Esta prática deve ter sido usual – aproveitar a freguesia da quitanda ou do armazém para explorar um entretenimento. Tanto deve ter sido assim que a referência de Armandinho é bem explícita. Ao falar das cantinas, disse que “*Bocha algumas tinham, outras não. A do ‘Chico Jafalô’ não tinha. Para ter bocha precisava ser grande e a maior parte eram pequenas*”. Mais adiante, ao citar Alcântara Machado, diz que o autor “[...] no Brás, Bexiga e Barra Funda, fala do Armazém Progresso. É a única coisa do Bixiga que ele cita

nesse livro. *O armazém existia mesmo. Era na Rua Abolição. Com bocha e restaurante no fundo, mas eu não cheguei a conhecer*” (Moreno, 1996, p.150, grifo nosso).

Na maioria das ruas sempre havia pelo menos um desses jogos, e cheguei a identificar até quatro casos na rua Conselheiro Ramalho. Contudo, os almanaques não fazem nenhuma referência aos “jogos de bola”⁵², sinal de que se tratava de divertimentos restritos aos habitantes do bairro. Certamente eram jogos populares que deviam agradar principalmente a população de origem italiana. É possível imaginar que após um dia de trabalho cansativo, a parada nas quitandas e nos botequins, tenha representado para os homens do bairro o momento de descanso e encontro com os amigos.

Data de agosto de 1908 a primeira notícia sobre a presença de um cinematógrafo no bairro, na rua Conselheiro Ramalho n. 177, de propriedade de um certo Ernesto de Marco ⁵³. Alguns anos depois, em 1912, a firma *Salgado & Cia.* encaminhou à *Diretoria de Obras* da Prefeitura um pedido de licença para a ampliação de um barracão localizado à rua Conselheiro Ramalho n. 205, visando à adaptação do espaço para a realização de “*espetáculos cinematográficos*”⁵⁴. De fato, naquele endereço funcionou o *Saquia Théâtre*, como atestam os anúncios no *Almanaque Laemmert*, em 1913 e 1914. Conforme essa publicação, houve outro cinema na rua Major Diogo n. 39A, o *Cine Recreio*, de propriedade de S. Carmo. Não é possível saber o que ocorreu, mas é fato que o cinema já existia antes de 1911, pois nesse ano Salvador Caruso havia solicitado licença para a “reabertura” do *Pavilhão Recreio*, na Major Diogo, esquina com a rua Jaceguai⁵⁵.

Em abril de 1914, há outra solicitação, agora para o n.132 da rua Conselheiro Ramalho, em nome da firma *Anselmo Pignatari & Cia*, onde o requerente “*Desejando inaugurar o "Theatro Especial" com espetáculos cinematográficos e estando tudo de acordo com a lei, solicita o respectivo alvará de licença para pagamento dos impostos*”⁵⁶. Quase vinte anos depois, é possível verificar na planta SARA Brasil (1929-1930) a existência de um *Theatro Esperia* na Conselheiro Ramalho, entre as ruas Conselheiro Carrão e Manoel Dutra.

A constatação de que pessoas diferentes e em momentos diversos tivessem se proposto a explorar a apresentação de “espetáculos cinematográficos” como forma de negócio num bairro habitado por segmentos mais pobres da população dá a medida da

⁵² Não localizamos nenhuma definição técnica do “jogo de bola”. Entretanto, até pela citação de Armandinho do Bixiga, tudo leva a crer que se trate da popular “bocha”.

⁵³ *Alvará e Licença*, 12/12/1908, AHSP.

⁵⁴ *Obras Particulares*, 14/08/1912, AHSP.

⁵⁵ *Alvará e Licença*, 23/11/1911, AHSP.

⁵⁶ *Alvará e Licença*, 27/03/1914, AHSP.

popularidade e do interesse despertado por esse tipo de lazer naquele momento. Mais do que isso, talvez essas primeiras iniciativas tenham sido o embrião da tendência do bairro em sediar manifestações de caráter cultural: o *Teatro Esperia* seria desativado por volta de 1954 e reinaugurado dois anos mais tarde por iniciativa dos atores Sérgio Cardoso e Nydia Licia, como *Teatro Bela Vista*; e na mesma rua Major Diogo, onde funcionou o *Cine Recreio* (não necessariamente no mesmo endereço), seria inaugurado em 1949 o *Teatro Brasileiro de Comédia*, pelo empresário italiano Franco Zampari.

Por fim, havia as festas e, essas parecem ter tido um papel significativo no lazer dos moradores do bairro. Os registros encontrados sobre esses eventos datam de 1907 e 1911, e indicam que eram festas religiosas, realizadas em agosto e setembro, e dedicadas aos santos de devoção dos moradores do bairro. Uma das festas realizadas em setembro, na esquina da rua Rui Barbosa com a Conselheiro Ramalho, era dedicada a Nossa Senhora da Penha. Possivelmente, a outra festa realizada na rua da Saracura Pequena, fosse para a mesma santa, já que acontecia no mesmo mês. A terceira festa, realizada na rua 13 de Maio, no mês de agosto, provavelmente era em homenagem a Nossa Senhora da Achiropita, já que é nesse mês que se comemora o dia dessa santa. Já Maria Cristina Caporeno (2014) arrolou seis festas realizadas entre 1906 e 1910 no bairro do Bexiga: São Manoel, no Largo São Manoel (atual Praça 14 Bis), em 1906 e 1910; Nossa Senhora da Incoronata, na rua Santo Antônio (1906); Nossa Senhora da Ripalta, na rua Rui Barbosa (1906 e 1908); Nossa Senhora do Bom Parto, na esquina das ruas Rui Barbosa e Conselheiro Carrão (1909); Nossa Senhora da Glória, na rua 13 de Maio (1908); além de uma outra sem referências ao santo homenageado, também na rua 13 de Maio (1907)⁵⁷.

Essas eram comemorações abertas para todos, sem distinção de camada social. Parecem ter sido organizadas por iniciativa dos moradores mais ricos, pois implicavam em gastos com montagem de coretos e depósito em dinheiro para a *Seção de Polícia e Higiene*, tendo em vista cobrir eventuais incidentes que ocorressem. Exemplo disso é que, em 15 de setembro de 1911, após o término das festividades, Francisco Lucito e Nicola Picca encaminharam o seguinte pedido: “*Os abaixo-assinados, tendo feito um depósito de 50\$000, para realizarem as festas nos dias 7 e 8, solicitam a restituição feita de acordo com as leis*”⁵⁸. Nas três ocasiões em que localizei referências às festas, elas se realizaram

⁵⁷ CAPORENO, Maria Cristina - *Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935)*. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP, 2014, p.478-479.

⁵⁸ *Alvará e Licença*, 15/09/1911, AHSP.

nas ruas Rui Barbosa, Saracura Pequena e 13 de Maio, o que coincide com os locais indicados na tese de Maria Cristina Caporeno.

O panorama descrito revela, ainda que parcialmente, os esforços empreendidos por quem viveu no bairro do Bexiga para ganhar o “pão de cada dia” e garantir, senão um futuro melhor, ao menos a sua sobrevivência diária. Na verdade, não é possível afirmar que tudo sempre correu da melhor maneira possível para todos os envolvidos. A relativa frequência de negócios abertos e fechados em curto espaço de tempo, bem como as mudanças de endereços ou mesmo de proprietários, é um indicador dessa fragilidade. Por vezes, os pedidos de baixa vêm acompanhados das respectivas justificativas, dando chances de compreender o que acontecia. Em 10 de fevereiro de 1910, Generoso Rubino, dono de uma quitanda na rua Conselheiro Ramalho n. 50 diz que *“tendo em vista não estar vendendo, pede encerramento do negócio”*⁵⁹. Algo semelhante ocorreu com João Ferraciano, que em 03 de abril de 1907 decidiu fechar a *“fábrica de massas alimentícias”* que possuía à rua Santo Antônio n. 208 por *“ter feito pouco negócio com a fábrica, solicita perdão pelos três meses de licença que deve pagar”*⁶⁰. Seu caso, inclusive, pode indicar porque tantas “fábricas” encontradas no decorrer de nossas pesquisas raramente aparecem mais de uma vez nos almanaques ou outros documentos. Na verdade, embora fossem assim citadas por seus proprietários, tratava-se mais de pequenas manufaturas do que de fábricas propriamente ditas.

Às dificuldades de venda, fossem quais fossem os motivos e os produtos oferecidos, acresciam-se os gastos implícitos no exercício do negócio, no mínimo o aluguel do imóvel e os impostos semestrais ou anuais. Assim, se o negócio não gerasse os ganhos esperados, o seu proprietário se veria em dificuldades para saldar os compromissos, o que certamente poderia levá-lo a desistir do empreendimento. No entanto, o fracasso de uma determinada atividade não significava que não se tentasse buscar um outro caminho. Isso aconteceu, por exemplo, com o próprio João Ferraciano, que parece não ter desanimado com o fracasso da sua fábrica de macarrão, pois sete anos depois ele estava instalado com um “armazém de secos e molhados” na rua Manoel Dutra n. 65⁶¹.

Dos 596 negócios identificados entre 1906 e 1914, 14 se mantiveram no decorrer desses anos. Este número é muito reduzido, correspondendo a 2,35% do total, e entre esses, em apenas seis ocasiões seus proprietários se mantiveram no mesmo endereço.

⁵⁹ *Alvará e Licença*, 10/02/1910, AHSP.

⁶⁰ *Alvará e Licença*, 03/04/1907, AHSP.

⁶¹ *Alvará e Licença*, 23/03/1914, AHSP.

Entretanto, quase sempre eles permaneceram no mesmo ramo de negócios, com exceção de Luiz d'Angelo. A primeira notícia de d'Angelo data de 1907, quando ele solicitou licença para a abertura de um “jogo de bolas”, na rua Maria José n. 55⁶². Curiosamente, nos anos de 1913 e 1914 ele se achava estabelecido com negócio de “secos e molhados” na Avenida Brigadeiro Luís Antônio n. 170 (*Almanaque Laemmert*), onde também se apresentava como empreiteiro de obras. Essa avenida funcionava como um divisor das diferentes camadas sociais que habitavam a área: entre ela e o córrego da Saracura ficava o bairro do Bexiga, ocupado pelos segmentos mais pobres; e entre ela e a rua da Liberdade, ficavam as moradias dos segmentos mais ricos. É provável que Luiz d'Angelo, ao instalar seu negócio de “secos e molhados” na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, num ponto bem próximo da Avenida Paulista, esperasse contar com uma clientela de maior poder aquisitivo. Acresce que alí ele exercia outra aptidão, a de empreiteiro de obras, o que também o qualificava para explorar as possibilidades abertas pelo desenvolvimento da construção civil.

A exploração de diferentes ramos de negócios no mesmo endereço foi um fato relativamente comum entre os negociantes do Bexiga, principalmente entre 1913 e 1914, quando aparecem estabelecimentos onde conviviam *Armarinhos e fazendas/Sapateiro; Botequim/Fábrica de bonés; Barbearia/Secos e molhados; Ferreiro/Secos e molhados; Armarinhos e fazendas/Comércio de louças, porcelanas e cristais/Ferragens e quinquilharias/Secos e molhados; Empreiteiros/Fábrica de sabão/Secos e molhados; Empreiteiros/Papelaria/Tipografia*. Essa variedade de combinações podia significar tanto a necessidade de diversificar para atender ao maior número possível de pessoas e assim garantir ganhos maiores, quanto demonstrava o espírito empreendedor de seus proprietários. Se uma coisa não desse certo, a outra poderia dar...

Se desde os tempos coloniais, até aproximadamente a década de 1860, as construções da cidade concentravam moradias e negócios indistintamente, a partir da Primeira República (1889-1930), com o consequente processo de expansão da malha urbana observa-se a reordenação dos espaços e o zoneamento e especialização dos seus usos e funções. Nesse movimento, atividades que até então se realizavam no centro da cidade, assim como parte de seus habitantes, foram obrigados a se dispersar, buscando novos locais para morar e exercer atividades indesejadas na área central. Dessa maneira, a área da “colina histórica” ficou restrita ao comércio mais elegante, às instituições financeiras, aos escritórios e consultórios de profissionais liberais, aos hotéis, restaurantes,

⁶² *Alvará e Licença*, 19/01/1907, AHSP.

cafés, além das instituições da administração pública, deslocando-se as moradias, ofícios e serviços menos nobres para os bairros adjacentes.

No entorno do “perímetro central”, bairros como Bom Retiro, Barra Funda, Brás e Mooca, ou regiões mais distantes como a Lapa e a Água Branca, por exemplo, passaram a concentrar preferencialmente fábricas, resultando na dualidade de usos, que envolvia trabalho e moradia. Ali, os novos loteamentos realizados por empreendedores para venda e locação mesclaram fábricas e moradia barata. Outros bairros, como o Cambuci e o Bexiga, abrigaram o comércio simples voltado basicamente ao abastecimento alimentar e à prestação de serviços menos especializados, ali existindo raramente grandes fábricas e inexistindo as chamadas “vilas operárias” construídas pelos donos dos estabelecimentos. No Bexiga, predominaram moradia em meio ao comércio miúdo, aos serviços, oficinas e manufaturas de menor porte. Todavia, em todos esses bairros observamos a coexistência entre moradia e trabalho. Já as camadas altas, ao deixar o “centro”, num primeiro momento fixaram-se nos bairros melhor localizados a Oeste, como Campos Elíseos, por volta dos anos 1870, para logo em seguida buscar áreas altas e nobres aos olhos do discurso higienista, como o Morro dos Ingleses, a Avenida Paulista e Higienópolis, áreas de uso exclusivamente residencial.

Foi nesse processo de reordenação urbana, com a realocação de pessoas e atividades produtivas, que se definiram as funções do bairro do Bexiga. Aparentemente, talvez nada de muito significativo em termos da macroeconomia, mas foi justamente a presença dos “pequenos ofícios” que contribuiu para sedimentar o papel da cidade no contexto social, econômico e político mais amplo. Se os bairros fabris se destacaram por abrigar as indústrias que determinariam o futuro da cidade como metrópole progressista, os bairros, como o Bexiga, desempenharam um papel secundário, mas não menos importante. Vimos acima uma profusão de pequenos negócios destinados ao comércio de alimentos e de produtos básicos para o abastecimento de moradores do próprio Bexiga e, certamente, dos bairros (mais ricos ou não) localizados nos arredores. Daí, a presença (e importância) das cocheiras para abrigo de veículos e animais que seriam usados na entrega diária de leite, pão, frutas, verduras e outros produtos. As oficinas, onde se fazia de tudo um pouco, da fabricação ao conserto de utensílios usados no dia a dia: os carpinteiros, marceneiros, encanadores, ferralheiros, vidraceiros, forneceram não somente os materiais e a mão de obra necessária para as novas construções, como também viabilizaram a sua manutenção, os funileiros e mecânicos consertavam automóveis, os novos veículos utilizados pelas famílias mais ricas; as costureiras, alfaiates e sapateiros confeccionavam e consertavam

artigos de vestuário e calçados; as lavadeiras, cujo ofício, conforme Haim Grünspon, “*era uma das profissões mais comuns*” no bairro, serviam os moradores do próprio Bexiga, do Morro dos Ingleses e do Paraíso.

Apesar de se tratar de uma das regiões da cidade que menos sofreu o impacto da especulação imobiliária durante o século XX, tendo legado um conjunto urbano e arquitetônico significativo para a história da cidade, não há como negar o atual estado de degradação do bairro. Apesar do tombamento, realizado em 2002, continuam sendo feitas intervenções nos imóveis, de maneira a adequá-los às necessidades de seus atuais usuários, sejam eles os proprietários de algum tipo de negócio, sejam os moradores dos velhos e dos novos cortiços. Nesse cenário, com exceção de alguns espaços destinados à alimentação (caso das padarias), não é possível precisar em que medida as atividades exercidas atualmente no bairro derivam dos antigos ofícios desenvolvidos há um século. É possível que os espaços de lazer (cinemas e teatros) identificados nas pesquisas que fundamentaram esta tese, assim como as festas populares de rua, tenham realmente sido o embrião do caráter cultural que o bairro possui atualmente, as quais certamente se devem aos diferentes grupos sociais e etnias, principalmente de afrodescendentes, que se fizeram presentes desde o início da história do bairro. No mais, se trata de outro momento desta cidade em contínua transformação.

CAPÍTULO 2 – INTERFACES BAIRRO-CIDADE:

ATIVIDADES PRODUTIVAS DIVERSIFICADAS E COTIDIANO DOS ESPAÇOS

A primeira aproximação com o bairro do Bexiga foi realizada por ocasião do mestrado, quando do levantamento cartográfico das plantas da cidade de São Paulo, de 1847 a 1930, de modo a acompanhar a evolução do loteamento em consonância com a evolução da própria cidade. Através desses documentos procurei perceber as transformações ocorridas na área correspondente ao loteamento original do Bexiga em face à forma como foi pensado por seus idealizadores.

Somente a partir de 1913 o bairro aparece representado nas plantas da cidade com o nome de Bexiga. No entanto, a *Planta da Cidade de São Paulo*, elaborada pela Cia. Cantareira de Águas e Esgotos, em 1881, com o objetivo de mapear a cidade para o cumprimento dos objetivos propostos por ocasião da sua contratação e cobrar pelo fornecimento dos serviços lote a lote, já apontava o traçado daquele que viria a ser o futuro loteamento.

Como se pode observar na Figura 6 (Anexo 1.1), a planta de 1881 procurou abranger, além da colina histórica, todo o espaço ocupado pela cidade, envolvendo inclusive os novos loteamentos como o Bexiga. As ruas projetadas ainda não possuíam nome, indicando que na época da elaboração da planta o empreendimento era apenas uma promessa. Na planta, a posição das ruas não é exatamente a mesma encontrada nas plantas posteriores. Algumas foram prolongadas, outras foram posteriormente abertas cortando quadras ao meio e, outras foram criadas de maneira a alargar os limites do bairro (à esquerda e à direita). O fato é que o espaço a ser ocupado pelo bairro já estava definido.

Figura 6 - Planta da Cidade de São Paulo (1881). Levantada pela Cia. Cantareira e Esgotos, Henry B. Joyner, Engenheiro em Chefe. Fonte: *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out.2008<<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Consulta em 22/05/2009.

Conforme anúncios veiculados nos jornais da época, a intenção do empreendimento é anterior à fatura dessa planta, sendo que a primeira notícia a seu respeito data de 1878⁶³, quando o jornal *A Província de São Paulo* publicou anúncio para venda de lotes:

TERRENOS DO BEXIGA

*Os proprietários destes terrenos mandaram levantar um plano geral de arruamento e expor à venda em lotes e às braças, à vontade do comprador. As pessoas que desejarem possuir algumas braças de terrenos próprios, com excelente vista, água nascente e livre de qualquer ônus podem desde já examinar e dar as suas encomendas no escritório deste jornal a Emílio Rangel Pestana, ou nas oficinas de Santo Antonio (no Bexiga) aos proprietários dos referidos terrenos que facultarão aos srs. compradores a entrada e exame dos mesmos*⁶⁴.

O anúncio não discrimina quem eram os proprietários dos terrenos, mas as “*oficinas de Santo Antonio*” ali citadas eram de propriedade de Domingos José Coelho da Silva, em sociedade com Antônio José Leite Braga. Este, de acordo com Nuto Sant’Anna, foi quem comprou a antiga “Chácara do Bexiga” de Thomaz Luís Álvares, em 1878⁶⁵. Um ano após o fechamento do negócio, Braga faleceu, tendo deixado viúva e filhos. Passados aproximadamente cinco anos de sua morte, a viúva, Eugenia Pires já estava casada com o engenheiro Fernando de Albuquerque⁶⁶. A oficialização do empreendimento só ocorreu em 1890, conforme atesta o *croqui* elaborado por Fernando de Albuquerque (Figura 7, Anexo 1.2), sugerindo que foi sob sua influência que o empreendimento tomou as proporções que conhecemos. O *croqui* apresenta um arruamento semelhante, não apenas àquele encontrado na planta de 1881, como também nas plantas elaboradas posteriormente. Contudo, com exceção da rua Conselheiro Carrão, a nomeação das demais difere completamente da toponímia futura. A rua ali identificada como Santo Amaro era, na realidade, a rua Santo Antônio.

⁶³ Jornal *A Província de São Paulo*, 10/05/1878, APESP, Microfilme 01.01.004.

⁶⁴ Grifo nosso. *A Província de São Paulo*, 10/05/1878, p. 2. Arquivo do Estado.

⁶⁵ SANT’ANNA, Nuto – *São Paulo Histórico (Aspectos, Lendas e Costumes)*, v. I, Departamento De Cultura, São Paulo, 1937. P. 153 a 162.

⁶⁶ Em 14 e 24/12/1876, o jornal *A Província de São Paulo* informava sobre o retorno do engenheiro santista Fernando de Albuquerque ao Brasil, formado pela Universidade de Easton, na Pensilvania. Não sabemos exatamente de quando data essa união, mas, em 1884, quatro anos após a morte de Antônio José Leite Braga, a viúva Eugenia Pires, agora casada com Fernando de Albuquerque, aparece doando o grande terreno no Bexiga, para a edificação do novo prédio da Santa Casa (SANT’ANNA).

Figura 7 - Planta dos Terrenos do Bexiga (1890). Fernando de Albuquerque, engenheiro civil. Fonte: Arquivo Aguirra/Museu Paulista/USP.

Alguns aspectos do documento se destacam. As anotações acerca das “*linha de bonde projectada*” para a Avenida Celeste (atual rua Major Diogo) e rua Santo Amaro (na verdade, Santo Antônio) indicam a intenção de implementação desse tipo de serviço de transporte público para viabilizar o negócio, fator que condicionaria a valorização do empreendimento. Também foi possível encontrar ali alguns nomes de prováveis proprietários de lotes: Luiz Americano, Lourenço Cruz, Lourenço Carmo, Maria de Paula, Francisco Gullo, Alexandrina Maria do E.S.⁶⁷ e Antônio Sotero. Porém, o que mais chama a atenção é a referência aos “*terrenos de Victor Nothmann*” logo acima da Avenida Celeste.

A presença de Nothmann no futuro bairro do Bexiga indica que ele também investiu em áreas menos valorizadas da cidade. Envolvido desde os anos 1880 com o loteamento dos Campos Elíseos, em sociedade com Frederico Glette, ao qual sucedeu após sua morte⁶⁸, Nothmann realizou em 1890 a compra, agora em sociedade com Martinho Buchard, das “*terras do barão de Ramalho*” na área que viria a ser ocupada pelo bairro de Higienópolis⁶⁹. Assim, a presença de Nothmann no futuro bairro do Bexiga indica que ele também investiu em áreas menos valorizadas e destinadas a um público de menores posses. Em suma, aquele era um momento de investir na compra de terras para posterior venda, não importando a que faixas de renda se destinariam.

Em consonância, certamente nem um pouco casual com os empreendimentos de Nothmann e Fernando de Albuquerque, no mesmo ano de 1890, foi publicada a planta

⁶⁷ Identificamos a mesma Alexandrina Maria do E. S., como Alexandrina Maria do Espírito Santo, vizinha do proprietário Silvério Lavarito, no Morro do Caaguaçu., Série *Obras Particulares*, 02/03/1888, v. 30, f. 35.

⁶⁸ MARINS, Paulo César Garcez – “Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo”. In LANNA, Ana Lúcia Duarte et al. (Organ.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, São Paulo: Alameda, 2011, p.216-217.

⁶⁹ HOMEM, Maria Cecília Naclério – *Higienópolis: grandeza de um bairro paulistano*. 2ª Edição, São Paulo: Edusp, 2011, p.53-54.

elaborada por Jules Martin, “*Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes*”, na qual pela primeira vez aparece o bairro do Bexiga como um fato consumado. Nessa planta (Figura 8, Anexo 1.3), pela primeira vez, o bairro do Bexiga se apresenta conforme o projeto de Fernando Albuquerque. Quase todas as ruas existentes possuem nomes, ainda que nem todos definitivos. Vemos as ruas Conselheiro Antônio Prado e da Horta que deram lugar às ruas Manoel Dutra e Fortaleza e, perpendicular a elas, as ruas Pires da Motta, dos Valinhos e da Misericórdia (que, por sua vez, deram lugar às ruas Treze de Maio, Major Diogo e Abolição). No ponto de encontro entre as ruas Santo Antônio e São Domingos, vemos o caminho do “*aterrado da Bella Vista*” em direção à rua da Consolação que, a partir da planta de 1895, seria identificado como rua Martinho Prado.

Figura 8 - *Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes* (1890). Desenhada e publicada por Jules Martin. Fonte: *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out.2008<<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Consulta em 22/05/2009.

As duas últimas plantas apresentadas possuem algo em comum. Embora o *croqui* de Fernando de Albuquerque se intitule “Planta dos Terrenos do Bexiga”, a indicação abaixo do título indica o nome “Bella Vista”. Já na planta de Jules Martin, o nome Bexiga sequer é mencionado. Cabe lembrar que em 1883 a Câmara Municipal de São Paulo recebera um abaixo-assinado encaminhado por proprietários de terrenos localizados na área da Chácara do Bexiga⁷⁰, pleiteando “*a mudança do nome de Campo do Bixiga para o de Campo da Bella Vista, visto como aquelle nome nenhuma tradição nos faz recordar*”. O texto do documento deixa bem claro quais eram as intenções dos peticionários: “tradicional” associação à varíola ou, quiçá pior, às bexigas de boi do antigo Matadouro Municipal sito à rua Santo Amaro, cujos odores maléficos infestavam o ar.

⁷⁰ *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, Op. Cit., p. 31.

Partindo do pressuposto de que as pessoas que assinaram o documento eram proprietárias de terras na área, interessadas em participar do “boom” imobiliário em curso na cidade, é compreensível que quisessem “agregar valor” ao empreendimento. Independentemente de sabermos se a mudança de nome realmente atingiu o objetivo de valorização formal, o fato é que pela Lei n.1.242, de 26 de dezembro de 1910, foi criado “o districto de paz de ‘Bella Vista’, desmembrado do da Consolação, do municipio da Capital”⁷¹. Aqui é interessante observar que o texto da lei se refere ao distrito e não ao bairro. Dessa maneira, é compreensível que o uso do nome Bexiga tenha se mantido entre os moradores e usuários do bairro. É possível que para a maioria dos atores sociais que ali viveram a referência afetiva e identitária fosse mais forte do que quaisquer necessidades de valoração social e econômica do espaço. Na planta editada em 1895, o nome “Bella Vista” ainda se mantém (Figura 9, Anexo 1.4), mas a partir de 1913, apesar de todo o empenho demonstrado pelos primeiros investidores, o nome Bexiga volta a figurar nas representações cartográficas da cidade, agora ao lado do nome do novo distrito – Bella Vista. Assim, tudo indica que o traçado se manteve, estendendo-se até a outras ruas que não aquelas contidas no loteamento original. Conforme a planta de 1916 (Figura 10, Anexo 1.5), a Bela Vista envolvia além do próprio Bexiga, as ruas localizadas entre ele e as avenidas Paulista e Brigadeiro Luís Antônio. Nesse processo de “ampliação” do bairro para configurar o distrito, outras áreas também passaram a ser popularmente conhecidas como Bexiga. No que concerne a este trabalho, esse foi o caso, principalmente, do arruamento empreendido pela Baronesa de Limeira, em 1894, em terras que pertenciam à antiga Chácara do Barão de Limeira, entre o Largo do Riachuelo e a Av. Brigadeiro Luís Antônio.

⁷¹ *Diario Oficial do Estado de São Paulo*, Anno 21, n.3, 04/01/1911. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/>.

Figura 9 - Planta da cidade de São Paulo (1895). Ugo Bonvicini. Fonte: *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out.2008<<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Consulta em 22/05/2009.

Figura 10 - Planta da Cidade de São Paulo, levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, 1916. *Histórico Demográfico do Município de São Paulo*. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1916.jpg.

As investigações realizadas sinalizaram para uma primeira questão a ser levada em conta se quisermos conhecer e compreender de que maneira o bairro do Bexiga se inseriu no movimento de redefinição espacial e social e das funções urbanas da cidade de São Paulo. A análise dos documentos analisados (cartografia, jornais e almanaques) permite concluir que o bairro não pode ser visto como um organismo homogêneo, com “características” iguais em toda a sua extensão, mas sim como um bairro com tendências de ocupação e uso diversificadas, a depender da área focalizada. Assim, as observações acima são importantes na medida em que podem esclarecer sobre as diferenças identificadas.

Igualmente importante é lembrar que a topografia do Bexiga é acidentada em certas áreas e mais plana em outras, o que resulta em formas de articulação diversificadas com os bairros contíguos. A parte mais acidentada corresponde ao vale da Saracura; o eixo da Brigadeiro Luís Antônio é quase um prolongamento natural do centro, subindo em direção à Av. Paulista; por sua vez, a área correspondente ao loteamento original é desigual e cheia de “altos e baixos”.

2.1 A “face nobre” do Bexiga

Esta área, destacada na planta SARA Brasil pela cor laranja (Figura 11, Anexo 1.6) abrange o trecho localizado entre as ruas Santo Amaro, Riachuelo e a Av. Brigadeiro Luís Antônio. Ela é formada pelas ruas Asdrúbal do Nascimento, Genebra, Maria Paula, Francisca Miquelina, Aguiar de Barros, Santo Amaro, um pequeno trecho da Jaceguai e pela própria Brigadeiro Luís Antônio, avenida que funciona como marco divisor entre os bairros do Bexiga e da Liberdade. Iniciando-se na rua do Riachuelo, caminha em direção ao sul da cidade ao ultrapassar a Av. Paulista. Tendo em vista o espaço eleito para nosso estudo, privilegiamos o percurso dessa via até o momento de seu cruzamento com a rua Treze de Maio.

Figura 11 - *Mappa Topographico do Municipio de São Paulo*, folha 51. SARA BRASIL, 1930. Fonte: AHSP.

Conforme se pode visualizar no mapa, o trajeto percorrido pelas ruas Asdrúbal do Nascimento e Jaceguai excede o espaço do bairro do Bexiga propriamente dito. A primeira tem seu início no Largo do Riachuelo, atravessa a Brigadeiro Luís Antônio e termina na rua da Assembléia, já no bairro da Liberdade. A segunda começa na Av. da Liberdade e, aproximadamente na altura do número 50, atravessa a Brigadeiro Luís Antônio, transformando-se, após a rua Major Diogo, na rua Manoel Dutra. Porém, ainda que essas vias, de uma maneira geral, extrapolem o bairro, fazem parte do que hoje entendemos como Bexiga, razão pela qual são objeto da nossa análise.

À primeira vista, embora as atividades produtivas estejam presentes nessa área, sua existência parece ser pouco significativa. Ainda que levemos em conta que a maioria das ruas apresenta trajetos relativamente curtos e, conseqüentemente, com menos edificações, foi possível perceber que nas ruas Aguiar de Barros, Asdrúbal do Nascimento, Francisca

Miquelina, Genebra, Jaceguai, Maria Paula e Santo Amaro houve uma ocupação predominantemente residencial, aparentemente por segmentos das camadas médias da população. A área resultou de parcelamento de solo empreendido pelos herdeiros do Brigadeiro Luís Antônio, não por acaso eternizados na toponímia das ruas (Aguiar da Barros, Genebra, Maria Paula e Francisca Miquelina).

Em relação à Av. Brigadeiro Luís Antônio, é certo que também se integrou ao contexto do bairro, apresentando alguns aspectos peculiares ao Bexiga. A condição de via de ligação entre o Centro e os arrabaldes sul da cidade, e entre os bairros adjacentes a este trajeto, conferiu uma certa neutralidade àquela avenida, o que possivelmente viabilizou sua ocupação por diferentes grupos sociais e por variados tipos de negócios. Acredito que o fato de se iniciar num ponto muito próximo da Faculdade de Direito e do próprio centro da cidade tenha valorizado os terrenos localizados em seu entorno e atraído pessoas de maiores posses. No entanto, houve fatores talvez menos evidentes, porém mais decisivos para essa valorização. A presença na área da residência da Baronesa de Limeira, viúva de Vicente de Souza Queiroz (o Barão de Limeira) e nora do Brigadeiro Luís Antônio que deu nome à via, fornece o primeiro indício de que há algo mais a ser considerado.

A prática comum de união por casamentos ou alianças políticas e/ou de negócios entre membros das famílias Aguiar de Barros e Souza Queiroz desde meados do século XIX foi marcada pela defesa de seus interesses econômicos, o que incluía iniciativas de valorização fundiária de seu patrimônio. Esse foi o caso das terras localizadas na área analisada. Nos primeiros anos da República, em 1894, a própria Baronesa mandou abrir a avenida, na qual construiu o palacete para sua residência “*na esquina da via recém-aberta com a rua Riachuelo, acompanhada de duas casas de aluguel*”⁷².

Essa parece ter sido uma forma bastante consciente de valorização da área. Ainda que a fotografia de Gaensly (Figura 12), de 1900, demonstre uma via desocupada, ladeada por amplos terrenos vazios, certamente tinha-se consciência da sua vocação natural de conexão entre o Centro e a Av. Paulista (inaugurada em 1891 e aberta com base em interesses bem definidos de ocupação social privilegiada).

⁷² In CAMPOS JR. Eudes – *Os Pais de Barros e a Imperial Cidade de São Paulo*. Texto elaborado a partir de uma palestra dada pelo autor no Museu Republicano de Itú, em 15 de junho de 2007. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, Ano 3, n. 16, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.arquiamicos.org.br/info/info16/i-estudos.htm>.

Figura 12 – À direita da foto, o palacete da Baronesa de Limeira, seguido das duas casas de aluguel construídas na esquina da Avenida Brigadeiro Luís Antônio com a rua do Riachuelo. Foto: Guilherme Gaensly, 1900. Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

Mas, além da construção do palacete, que pode ser vista como uma forma de valorização através da presença física de uma pessoa ilustre, a foto mostra dois outros aspectos que determinariam a ocupação dessa área do bairro: o bonde e a iluminação pública. A implantação de serviços públicos fundamentais na avenida – transporte e iluminação –, pode aqui ser vista como a comprovação inquestionável do interesse dos promotores do empreendimento na sua valorização econômica e social, potencial este que, por extensão, se ampliava às ruas vizinhas, inclusive à rua Santo Amaro, antigo caminho para o loteamento do Bexiga, também ela servida por transporte público.

Figura 13 – Instalação dos trilhos do bonde em trecho da rua Santo Amaro, por volta dos anos 1900. A imagem dos lotes ainda vazios demonstra que, naquele momento, esta ainda era uma área a ser ocupado e que os melhoramentos urbanos antecederam e certamente potencializaram a ocupação. Foto: Guilherme Gaensly, 1900. Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

A presença de membros das famílias Aguiar de Barros e Souza Queiroz não se restringiu à avenida, estendendo-se às vias adjacentes, seja como proprietários de imóveis, seja emprestando seus nomes às ruas, como vimos nos topônimos das ruas Aguiar de Barros, Genebra, Francisca Miquelina e Maria Paula⁷³. A isso acrescentamos a *Escola de Primeiras Letras*, fundada em 1882, em terreno doado pela Baronesa de Limeira, na esquina da rua Santo Amaro com a rua Aguiar de Barros.

Figura 14 – Nesta foto, de 1903, quando a rua Santo Amaro já estava calçada e os trilhos do bonde instalados, a situação ainda não havia se modificado. Foto: Guilherme Gaensly, 1903. Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

A adoção desses nomes, contudo, significava mais do que uma simples homenagem. Ela refletia principalmente a importância dessas famílias no processo de consolidação política e econômica e urbanística da capital paulista, entre as últimas décadas do Império e o início da República. Assim, julgo que essa área possa ser identificada, senão como a face mais “nobre” do bairro, como aquela cuja população, pelo menos simbolicamente, mantinha laços com os segmentos mais aristocráticos da cidade, quase que como uma “ilha” sob a influência daquelas famílias. Entretanto, ao mesmo tempo em que se destacava pelos traços pretensamente “aristocráticos”, tratava-se de um

⁷³ Conforme o Ato n.10, de 14 de maio de 1894, o Intendente Municipal fazia “*publico que, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei n. 55, aceita as ruas e largo, de acordo com a planta que fica archivada na Secretaria desta Intendencia, offerecidos pela Baroneza de Limeira, em terrenos de sua propriedade, dentro da área compreendida entre os fechos nos fundos de sua chacara à rua do Riachuelo, e bem assim que approva as denominações dadas ao referido largo e ruas (...)*”. Entre as ruas referidas pelo intendente, conseguimos identificar as ruas do Brigadeiro Luíz Antônio, Dona Genebra de Souza, Maria Paula e Dona Maria Miquelina; as vias não identificadas são a rua S. Vicente de Paula, que “*principia na rua de Santo Amaro, atravessa o largo de S. Vicente, e termina na do Brigadeiro Luiz Antonio*”, e o largo do mesmo nome, que “*fica situado entre as ruas D. Maria Miquelina, D. Genebra de Souza e S. Vicente de Paula*”. A planta de 1895 não trás referências à denominação das vias, nem deixa clara a existência de um largo, mas cremos que a rua S. Vicente de Paula seja a atual rua Aguiar de Barros. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/pt/index.htm>. Consulta em: 04/10/2013.

espaço contíguo ao primitivo loteamento do Bexiga, um empreendimento de caráter nitidamente mais popular.

Conforme a planta de 1895 (Anexo 1.4), no trecho compreendido por essa chamada “área nobre”, as ruas ainda nem ao menos estavam nomeadas, diferentemente do que ocorrera no loteamento original do Bexiga, demonstrando que aqui o processo de ocupação foi um pouco mais tardio em relação àquele. Vimos que a Av. Brigadeiro Luís Antônio na planta nomeada como “Grande Avenida” foi aberta em 1894 pela Baronesa de Limeira e que, assim como ela, outros membros das famílias Aguiar de Barros e Souza Queiroz eram proprietários de terrenos na área... Este, de fato, foi um outro empreendimento, cuja área, passados os anos integrou-se ao “grande” Bexiga.

Além do perfil mais “aristocrático” da área, observamos ali também a predominância do uso residencial, o que lhe conferia “mais nobreza” em relação ao entorno. A pesquisa dos documentos da Série *Obras Particulares* (AHSP) demonstrou que no período de 1906 a 1914⁷⁴, entre os 382 pedidos de licença para construção e/ou reforma encaminhados à Diretoria de Obras, somente 65 projetos arquitetônicos indicavam a presença de algum tipo de negócio.

2.2 A área do “loteamento original”

Esta área, formada pelas ruas do loteamento original circunscrito entre as ruas de Santo Antônio, Santo Amaro, Treze de Maio e a Av. Brigadeiro Luís Antônio (parte destacada no mapa pela cor verde – (Anexo 1.6), envolve a maior parte do bairro. Além das vias já citadas, compõe-se das ruas Jacaré, Dr. Ricardo Batista, São Domingos, 14 de Julho, Manoel Dutra, São Vicente, Conselheiro Carrão, Fortaleza, Japurá, Abolição, Vicente Prado, Humaitá, Major Diogo, Maria José, Conselheiro Ramalho, João Passalacqua, Rui Barbosa, 13 de Maio e Dr. Luís Barreto.

⁷⁴ O levantamento dos projetos referentes ao período entre 1906 e 1914 foi realizado com base nos dados contidos no Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo – SIRCA, do Arquivo Histórico de São Paulo, construído a partir do Projeto *Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís”: a cidade de São Paulo e sua arquitetura*, entre 2007 e 2010. Projeto realizado pelo então Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís”, em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, através do programa de pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Já de 1915 a 1921, o levantamento foi feito a partir de investigação dos documentos originais. Infelizmente, a documentação relativa aos anos posteriores encontra-se no Arquivo do Piquet, não estando ainda disponível para consulta pública.

O loteamento lançado por volta dos anos 1870-1880 sob a liderança inicial do comerciante português Antônio José Leite Braga e, em seguida, por empreendedores de origem diversificada, mostrou-se marcado, sobretudo, pela atuação de pequenos e médios investidores. Contudo, alguns documentos atestam a presença de nomes importantes na vida política e econômica da cidade de membros da elite cafeeira a imigrantes bem sucedidos. Conforme nos referimos acima, na *Planta dos Terrenos do Bexiga* de 1890, por exemplo, encontramos referência a Victor Nothmann, mais conhecido por seus investimentos no bairro dos Campos Elíseos. Já no abaixo-assinado encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo, solicitando “*a mudança do nome de Campo do Bixiga para o de Campo da Bella Vista*”⁷⁵, verificamos entre os signatários do documento a presença de membros das famílias Clark⁷⁶, Albuquerque, além de um Tobias de Aguiar. Por fim, entre as solicitações de licença para construir, encaminhadas à Diretoria de Obras no início do loteamento, em pelo menos três ocasiões localizamos referências às famílias Pais de Barros e Souza Queiroz. Em 1889, a Baronesa de Limeira aparece na qualidade de “vizinha” de Albertina de Souza Guimarães por ocasião do alinhamento solicitado por esta para a rua Monte de Ouro (futura rua João Passalacqua). Neste caso, no parecer do engenheiro responsável, consta que o “*alinhamento será dado pela casa da Sra. Baronesa de Limeira, dos dois lados*”⁷⁷. Em 1895, Francisco Xavier Pais de Barros (o Barão de Tatuí) apresentou, através da firma *Domingos Ferreira Bento & Cia.*, um pedido de licença para a construção de uma casa na rua Santo Amaro s/n⁷⁸. Anos mais tarde, em 28/02/1913, foi a vez de Genebra de Souza Barros solicitar licença para a construção de quatro casas na rua Santo Amaro números 81, 81 A, 81 B e 83, certamente para locação⁷⁹. Em 1912, Leopoldina de Araújo Cintra, descendente de tradicional família de Atibaia, construiu três sobrados para aluguel na rua São Domingos⁸⁰.

Entretanto, tratava-se de um grupo restrito e, independentemente do interesse dessas pessoas pelo empreendimento, o fato é que as investigações anteriores (Schneck, 2010) não deixam dúvida quanto ao predomínio de investidores de pequenas e médias posses na construção de imóveis para uso próprio ou aluguel, sendo estes os verdadeiros responsáveis pela volumetria da área. Para termos ideia, de 1882 a 1914, entre os 1.170

⁷⁵ In *Abaixo Assinado* encaminhado à Câmara na Sessão Ordinária de 27/06/1883. *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, v. 69-70 (1883-1884), Divisão do Arquivo Histórico, vol. LXIX. Departamento de Cultura, 1951, p. 31. O documento original do abaixo assinado encontra-se nos Papéis Avulsos.

⁷⁶ Proprietários da fábrica de calçados do mesmo nome.

⁷⁷ *Obras Particulares*, 19/03/1889, AHSP.

⁷⁸ *Obras Particulares*, 22/03/1895, AHSP.

⁷⁹ *Obras Particulares*, 28/02/1913, AHSP.

⁸⁰ *Obras Particulares*, 04/09/1912, AHSP.

processos analisados em minha dissertação de mestrado (solicitações de licença para reformar e construir no bairro) identifiquei 552 proprietários, representando 47,17% da amostra. Desse total, destaco os requerimentos para edificação de novos prédios, chegando a 344 pessoas, ou 62,31%. Nesse universo, observa-se que apenas 12,05% dos indivíduos concentravam mais de três imóveis; os 87,05% restantes eram proprietários de um único imóvel. Portanto, é principalmente a partir desses proprietários que se deve pensar a composição social predominante no bairro do Bexiga, imaginando tratar-se principalmente de imóveis para uso próprio mesclando moradia a trabalho.

Figura 15 – Vista parcial do antigo loteamento, tendo aos fundos o centro da cidade. Nesta imagem é possível perceber, à esquerda da foto, um grande vazio que seria ocupado pela Av. 9 de Julho; à direita, temos a rua 13 de Maio, onde sobressai a cúpula da Igreja de N. S. da Achiropita. 1940. Fonte: DIM/DPH/SMC/PMSP.

Figura 16 – No primeiro plano, vemos a rua 13 de Maio e a paralela, a rua Rui Barbosa. No centro da imagem está a rua Conselheiro Carrão. As duas fotos demonstram a predominância de imóveis de pequeno porte, um “mar de casinhas residenciais ou de uso misto” construídas no alinhamento das ruas, imagem que só seria alterado a partir dos anos 1950. Fonte: DIM/DPH/SMC/PMSP.

Ainda de acordo com minhas investigações anteriores na série *Obras Particulares*, a abertura de negócios foi outra possibilidade explorada pelos imigrantes moradores (na

sua maioria imigrantes) do bairro do Bexiga, proliferando assim armazéns, quitandas, manufaturas e oficinas de pequeno porte ocupando as novas edificações.

Não é possível ignorar que esse cenário não era estático, mas sujeito às alterações fruto do sucesso ou insucesso dos empreendimentos decorrentes do próprio ritmo de crescimento econômico da cidade. Após 1918 a economia paulista, particularmente aquela do bairro, demonstrou um ritmo de crescimento acentuado, superando a crise advinda do conflito mundial de 1914. Assim, ao longo do período investigado, constata-se a presença de diferentes estratos sociais, certamente, fruto do processo de crescimento econômico vivenciado por seus usuários – moradores e negociantes – envolvendo toda a extensão do antigo loteamento.

2.3 A “face pobre” do Bexiga: o Saracura

Destacada no mapa do Anexo 1.6 com a cor azul, esta é a área menos urbanizada do bairro, pelo menos até o final dos anos 1920. Situa-se, aproximadamente, nos limites entre o lado direito da rua Santo Antônio e o córrego do Saracura, junto à Av. Anhangabaú, envolvendo parte das ruas Manoel Dutra, São Vicente, como também as ruas Rocha, Almirante Marques Leão (antiga Saracura Grande) e Saracura Pequena (atual Dr. Plínio Barreto). Certamente, a presença do córrego e das encostas formadas pelas suas margens determinou uma ocupação tardia e precária, como se pode deduzir da sequência de imagens apresentadas a seguir.

Figura 17 – O Vale do Saracura, provavelmente na altura da rua Major Quedinho. Obras de construção do viaduto do mesmo nome e traçado para a abertura da futura Av. 9 de Julho. C.1920. Fonte: C.1920. Fonte: DIM/DPH/SMC/PMSP.

Figura 18 – Vista do Vale do Saracura. À direita, os fundos das construções da rua Santo Antônio. A curva à direita em direção ao centro da cidade, pode indicar que este trecho se localiza mais ou menos entre a Martinho Prado e a rua João Adolpho. c.1920. Fonte: DIM/DPH/SMC/PMSP.

Figura 19 – O Vale do Saracura, aparentemente em direção ao sul. Foto: Autoria desconhecida, s/data. Fonte: DIM/DPH/SMC/PMSP.

Figura 20 – Vale do Saracura, altura da atual Praça 14 Bis. Vincenzo Pastore, 1910. Fonte: DIM/DPH/SMC/PMSP.

A Lei n. 1874 (12/05/1915), regulamentada pelo Ato n. 849 editado em 1916, dispôs sobre a divisão do município em quatro perímetros: central, urbano, suburbano e rural. De acordo com o documento, em 1916 a área correspondente ao bairro do Bexiga se encontrava dentro do perímetro urbano da capital, estando sujeita às leis municipais. A análise das imagens realizadas provavelmente entre as décadas de 1910 e 1920 demonstra claramente as condições de precariedade da sua ocupação. Embora razoavelmente próxima do perímetro central, possuía feições visivelmente diferentes, entremeando vazios a pequenos embriões de ocupação, o que demonstra que o perímetro urbano da capital foi lentamente ocupado e, só mais tarde, o foi o perímetro suburbano. Ali se destacam algumas situações que conflitam com os objetivos propostos pela legislação: a implantação aleatória das construções, a ausência de esgotamento sanitário, a presença de varais e imensos quaradouros de roupa, bem como a presença de estábulos. Tudo isso demonstra que nos anos seguintes à implementação da lei o controle público da área era ainda deficiente.

Como base da Lei n. 1874, é possível saber os limites de cada perímetro, bem como o que podia e o que não ser realizado em cada área. Nos primeiro e segundo perímetros (respectivamente, central e urbano) ninguém poderia construir *“sem planta previamente aprovada pela Prefeitura”*, seria *“proibido o plantio de capinzais”* e as hortas só seriam toleradas *“na extremidade do segundo”* perímetro. Por fim, ao terceiro perímetro (suburbano), cabia todas as atividades poluentes e ruidosas proibidas nos demais com base no zoneamento de funções imposto pela legislação sanitário, inclusive fábricas e cortiços. Ademais, neste perímetro *“não se permitirá construção alguma sem que primeiro o terreno tenha sido arruado”*.

Figura 21 – Planta da Cidade de São Paulo (1916), com a demarcação dos perímetros central (em verde), urbano (em rosa) e suburbano (em amarelo). Fonte: *Histórico Demográfico do Município de São Paulo*. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1916.jpg.

A inexistência de infraestrutura e serviços urbanos na zona do vale da Saracura, tais como ruas calçadas, transporte, iluminação pública, fornecimento de água e escoamento de esgoto, condicionou uma ocupação mais precária em terrenos menos valorizados e vendidos a preços mais baratos do que aqueles comercializados no loteamento original, sendo área consequentemente ocupada pelos mais pobres, brancos e afrodescendentes, imigrantes, nacionais e ex-escravos.

Particularmente em relação aos negros, o trabalho de Paulo Kogurama faz referências inequívocas de sua presença no local. No texto publicado pelo *Correio Paulistano*, em 03/10/1907, o autor da crônica expõe as condições de vida dos moradores do Saracura:

A Saracura. É um pedaço da África. As relíquias da pobre raça impellida pela civilização cosmopolita que invadiu a cidade, ao depois de 88, foi dar alli naquela furna.

Uma linha de casebres borda as margens do riacho.

O Valle é fundo e estreito. Poças dagua esverdeada marcam os logares donde sahiu a argilla transformada em palacetes e residências de luxo.

Cabras soltas na estrada, pretinhos seminus fazendo gaiolas, chibarro de longa barba ao pé dos velhos de carapinha embranquecida e lábio grosso de que pende o cachimbo, dão áquele recanto uns ares do Congo. [...]

As casas são pequenas; as portas baixas. Há pinturas enfumaçadas pelas paredes esburacadas. A mobília, caixa velha e tóros de pau, sobre ser pobre, é sórdida. [...] (Kogurama, 2001, p.210-211, grifo nosso).

As referências são de uma área quase rural e desprovida de tudo.

As memórias de Haim Grünspun, embora mais recentes, demonstram a permanência do quadro na década seguinte:

Todo o Bexiga era uma descida para o vale.

Se as ruas não eram em descida, e muito poucas não eram, as casas tinham as escadarias sempre para baixo em direção ao vale.

Dois, três, quatro lances de degraus afundando nos subsolos buscavam o vale. O vale, com o nome genérico de Saracuras. A Saracura Grande e a Saracura Pequena, onde somente havia casebres e não casarões com escadarias.

As casas, mesmo, começavam no lado esquerdo das ruas Rocha, Manoel Dutra, Almirante Marques Leão, Santo Antonio e São Vicente. Neste lado baixo do bairro é onde se encontrava o maior número de cortiços, com escadarias sempre afundando para baixo[...]. (Grünspun, 1979, p.21).

O autor da crônica citada por Kogurama faz menção a cortiços entremeados a outra tipologia então considerada “sórdida”: a de casas pequenas, com “*portas baixas*” e “*paredes esburacadas*” com “*pinturas enfumaçadas*”, aludindo a “casebre”, quicá de pau-a-pique ou tijolo sem reboco e fogão à lenha. Esses “casebres” são um tipo de ocupação clandestina, à margem da lei, distintas das “casas operárias” ou definidas pelo “padrão municipal”. Certamente esses “casebres” não passaram pelo crivo da Diretoria de Obras e portanto não constam entre as obras aprovadas na Série *Obras Particulares*, daí a dificuldade de caracterizá-los na sua materialidade.

Infelizmente há, na literatura disponível, poucas referências à área e a seus moradores, mas acredito que o cenário fornecido pelas imagens supracitadas e pelos depoimentos do cronista do *Correio Paulistano* e pelo memorialista Haim Grünspun seja bastante ilustrativo das condições de vida dos habitantes do Saracura nas três primeiras décadas do século XX.

Ainda em relação à área do Saracura, cabe destacar que durante as investigações anteriores observei que algumas das ruas originais do loteamento tiveram seu percurso expandido em direção à futura Avenida 9 de Julho, caso das ruas Manoel Dutra e São Vicente, já no final do período pesquisado naquela ocasião (1881-1913). Outras, como as ruas da Saracura Grande e Saracura Pequena (ausente no mapa), foram alvo de poucas solicitações de licenças junto à Diretoria de Obras. No entanto, a referência na planta

SARA Brasil (Anexo 1.6) à Av. Anhangabaú já demonstra a intenção de ocupação do leito do córrego por uma via de acesso à região sudoeste da cidade como parte do Plano de Avenidas elaborado por Prestes Maia para o prefeito Pires do Rio que viria a completar-se nos anos 1930.

Tudo indica que a urbanização da área se fez informalmente, sem passar pelos crivos da prefeitura e disso resulta a ausência de projetos na Série *Obras Particulares*.

2.4 O universo investigado e as primeiras conclusões

No primeiro ano levantado, 1906, quando os anúncios do *Almanaque Laemmert* ainda se concentravam num único volume, foram poucos os anunciantes no bairro do Bexiga, somente onze casos. Naquele ano, a categoria que abrangeu maior número de assinantes foi aquela ligada à *construção civil*, superando outras categorias que mais tarde se destacariam, tais como os setores de *alimentos* e *vestuário*, fato bastante compreensível já que naquele momento o bairro ainda estava apenas parcialmente ocupado.

1906	ATIVIDADES	N. ANÚNCIOS	%
	CONSTRUÇÃO CIVIL	5	45,46
	ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	2	18,18
	SAÚDE	2	18,18
	COMÉRCIO DE GÊNEROS DIVERSOS	1	9,09
	SERVIÇOS PESSOAIS	1	9,09
	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	-	-
	ARTES E OFÍCIOS	-	-
	MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-
	TRANSPORTE	-	-
	COMÉRCIO DE APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-	-
	OFICINAS E MANUFATURAS	-	-
	AGENTES COMERCIAIS	-	-
	EDUCAÇÃO	-	-
	TOTAL	11	100%

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas em 1906. *Almanaque Laemmert*, 1906. Fonte: Acervo Digital FBN.

O ano de 1906 insere-se justamente num período de configuração física do bairro, quando ocorre o primeiro grande impulso construtivo com a edificação de grande número de prédios destinados à moradia e negócios. Conforme verificado anteriormente (Schneck, 2010), na primeira fase da ocupação efetiva do bairro, entre 1893 e 1895, foram encaminhadas à Diretoria de Obras cerca de 132 solicitações de licença para construção e/ou reforma de edifícios residenciais e comerciais. Já para o triênio de 1905-1906-1907, localizei 202 solicitações de licença para a construção e/ou reforma de prédios destinados a moradia e negócios. No entanto, a ausência de dados no *Almanaque* para o ano de 1906 deve ser relativizada. A escassez de anunciantes naquele ano pode se justificar pelo fato de

se tratar de um loteamento recente e de ocupação rarefeita, onde, talvez, pouca gente tivesse consciência do alcance de uma publicação destinada à divulgação de atividades econômicas. Por outro lado, naquele momento, a grande maioria dos usuários do bairro, moradores e negociantes, era composta por pessoas de pequenas ou médias posses, cujos empreendimentos apenas estavam começando.

Já em 1909 o quadro se transforma, com o número de anunciantes chegando a 136 casos. Nesse ano o número de atividades relacionadas ao setor de *alimentação* se destaca, com um total de 72 anúncios, representando pouco mais de 52% do total, tendência essa que se manterá por praticamente todo o período investigado.

1909	ATIVIDADES	N. ANÚNCIOS	%
	ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	72	52,94
	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	12	8,82
	COMÉRCIO DE GÊNEROS DIVERSOS	12	8,82
	SERVIÇOS PESSOAIS	14	10,29
	CONSTRUÇÃO CIVIL	6	4,41
	TRANSPORTE	5	3,68
	OFICINAS E MANUFATURAS	5	3,68
	SAÚDE	4	2,94
	ARTES E OFÍCIOS	4	2,94
	MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	2	1,48
	COMÉRCIO DE APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-	-
	AGENTES COMERCIAIS	-	-
	EDUCAÇÃO	-	-
	TOTAL	136	100%

Tabela 5 – Atividades desenvolvidas em 1909. *Almanaque Laemmert*, 1909. Fonte: Acervo Digital FBN.

Em 1913, pela primeira vez, o *Almanaque Laemmert* dedicou um volume inteiro para o Estado de São Paulo. Nesse período a economia do estado se mostrava em franca ascensão, chegando a competir com a capital federal, o que justifica a iniciativa⁸¹. De fato, um exame detalhado da publicação demonstra que somente o bairro do Bexiga apresentou 290 anúncios naquele ano, um aumento de aproximadamente 114% em relação a 1909.

Em 1914, esse total chegaria a 376 anúncios, sendo que o setor de *alimentação* representava 51% do conjunto. Entre junho e agosto de 1914, deflagrou-se a I Grande Guerra, com sérias consequências para a economia mundial e, por extensão, para a economia brasileira. Porém, convém ressaltar, ainda que sucintamente, que o início do conflito só fez piorar uma situação que já estava dada pela própria conjuntura econômica brasileira. Desde 1913 vinha se desenhando um quadro de recessão na economia do país em razão da queda dos preços dos principais produtos de exportação, particularmente do

⁸¹ De acordo com as orientações dos editores do almanaque, os anúncios simples (em caixa baixa), de uma ou duas linhas, que se referissem apenas uma vez aos negócios seriam gratuitos. Já por aqueles que excedessem esses limites seria cobrada uma taxa de 2\$000 por linha. Porém, embora grande parte dos anúncios se encaixasse nos requisitos impostos pelos editores, no caso dos grandes anunciantes as cifras cobradas podiam chegar a 300\$000, como acontecia com os anúncios localizados na lombada da publicação. Assim, se pensarmos no volume de anúncios, de diferentes modalidades, que a cada ano se acrescentavam à publicação, será fácil compreender a inclusão de um único volume para o estado.

café e da borracha, ao mesmo tempo em que se mantinha o nível de importações, acarretando um grave déficit na balança comercial (o montante a se pagar aos credores externos se mantinha sempre além do que se tinha a receber).

1914	ATIVIDADES	N. ANÚNCIOS	%
	ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	193	51,32
	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	38	10,10
	COMÉRCIO DE GÊNEROS DIVERSOS	31	8,24
	CONSTRUÇÃO CIVIL	30	7,97
	SAÚDE	23	6,11
	SERVIÇOS PESSOAIS	21	5,58
	ARTES E OFÍCIOS	15	3,99
	TRANSPORTE	11	2,92
	MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	4	1,06
	OFICINAS E MANUFATURAS	4	1,06
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3	0,79
	COMÉRCIO DE APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1	0,26
	AGENTES COMERCIAIS	1	0,26
	EDUCAÇÃO	1	0,26
	TOTAL	376	100%

Tabela 6 – Atividades desenvolvidas em 1914. *Almanaque Laemmert*, 1914. Fonte: Acervo Digital FBN.

O agravamento da crise, após o início da guerra condicionou a paralisação do mercado do café que, por sua vez, refletiu-se nos setores produtivos nacionais, gerando recessão, alta de preços, redução dos salários e desemprego⁸². A análise das atividades produtivas desenvolvidas no bairro do Bexiga permite constatar em que medida a crise gerada na macro escala se refletiu na microescala do bairro, afetando a vida e os negócios de pessoas comuns, gente que talvez nem compreendesse a exata dimensão do problema, mas que certamente carregou o seu ônus.

Contudo, de acordo com os anúncios divulgados no almanaque, as consequências da crise somente foram sentidas a partir do início de 1915⁸³, quando o anário registrou apenas 39 anúncios para o bairro do Bexiga. Curiosamente, nesse ano, o setor da *saúde*, representado por oito médicos e seis farmácias, foi responsável pela maioria dos anúncios publicados: 14 casos, ou aproximadamente 36% do total de 39 registros, restando ao setor de *alimentação* apenas sete registros (dois açougues, quatro padarias e um armazém de secos e molhados). Já a *construção civil* seria representada pelo anúncio de apenas um engenheiro... No caso dos dois setores é flagrante a presença de anúncios de profissionais liberais. Embora não se saiba exatamente qual a realidade desses profissionais, dificilmente eles estariam isentos das consequências da crise financeira do país. O mais provável é que, justamente por se tratar de um momento de crise, investissem esforços extras na divulgação de seu trabalho.

⁸² FAUSTO, Boris – *A Revolução de 1930. Historiografia e História*, 7ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1981, p.157-158.

⁸³ A publicação do anuário era feita no início do ano, portanto, as informações relativas a 1914 foram anteriores à deflagração do conflito.

1915	ATIVIDADES	N. ANÚNCIOS	%
	SAÚDE	14	35,90
	ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	7	17,95
	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	4	10,26
	AGENTES COMERCIAIS	4	10,26
	SERVIÇOS PESSOAIS	3	7,70
	ARTES E OFÍCIOS	3	7,69
	COMÉRCIO DE GÊNEROS DIVERSOS	1	2,56
	CONSTRUÇÃO CIVIL	1	2,56
	TRANSPORTE	1	2,56
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	2,56
	MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-
	COMÉRCIO DE APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-
	OFICINAS E MANUFATURAS	-	-
	EDUCAÇÃO	-	-
	TOTAL	39	100%

Tabela 7 – Atividades desenvolvidas em 1915. *Almanaque Laemmert*, 1915. Fonte: Acervo Digital FBN.

Com pequenas flutuações, a situação perduraria até 1918, ano do final do conflito, quando localizei 134 anúncios. Naquele momento, o setor de *alimentação*, com 41 anúncios, voltaria a se destacar sobre os demais, seguido pelo da *saúde*, com 35 anúncios, representando respectivamente, 30,60% e 26,11% desse total. Já o setor da *construção civil*, com oito anúncios (5,97%), demoraria ainda algum tempo para se recuperar, perdendo lugar, inclusive, para o setor de *vestuário e acessórios* (9,70%).

1918	ATIVIDADES	N. ANÚNCIOS	%
	ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	41	30,60
	SAÚDE	35	26,11
	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	13	9,70
	SERVIÇOS PESSOAIS	10	7,46
	ARTES E OFÍCIOS	10	7,46
	CONSTRUÇÃO CIVIL	8	5,97
	COMÉRCIO DE GÊNEROS DIVERSOS	6	4,47
	MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	4	2,97
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3	2,38
	AGENTES COMERCIAIS	2	1,48
	TRANSPORTE	1	0,75
	OFICINAS E MANUFATURAS	1	0,75
	COMÉRCIO DE APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-
	EDUCAÇÃO	-	-
	TOTAL	134	100%

Tabela 8 – Atividades desenvolvidas em 1918. *Almanaque Laemmert*, 1918. Fonte: Acervo Digital FBN.

Vale lembrar ainda que a publicação do anuário acontecia no início do ano, e que a assinatura do armistício ocorreu em 11 de novembro de 1918. Portanto, as tendências de crescimento já estavam dadas há quase um ano. O fato é que, independentemente das crises geradas pela guerra, nesse momento a economia paulista já mostrava sinais de recuperação, pelo menos no que tange ao espaço do bairro do Bexiga.

No biênio 1922-1923 observa-se a retomada do crescimento. Passados quatro anos desde o final da guerra, as atividades ligadas à *alimentação* mantêm a liderança em relação às demais. Entre os 440 anúncios registrados, 178 deles (40,45%) se referem a atividades de algum modo vinculadas ao setor, composto quase sempre, por açougues, padarias e

armazéns de secos e molhados destinados à satisfação de necessidades básicas, mas também de estabelecimentos dedicados ao comércio e serviços que envolviam produtos considerados “supérfluos”, tais como confeitarias, confeitos, salsicharias e comércio de vinhos, ou ainda, alguns botequins.

1922-23	ATIVIDADES	N. ANÚNCIOS	%
	ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	178	40,45
	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	50	11,36
	SERVIÇOS PESSOAIS	46	10,45
	SAÚDE	44	10
	CONSTRUÇÃO CIVIL	35	7,95
	COMÉRCIO DE GÊNEROS DIVERSOS	31	7,05
	ARTES E OFÍCIOS	18	4,10
	MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	10	2,27
	AGENTES COMERCIAIS	8	1,82
	EDUCAÇÃO	7	1,60
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5	1,14
	TRANSPORTE	4	0,91
	COMÉRCIO DE APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2	0,45
	OFICINAS E MANUFATURAS	2	0,45
	TOTAL	440	100%

Tabela 9 – Atividades desenvolvidas no biênio 1922-23. *Almanaque Laemmert*, 1922-23. Fonte: Acervo Digital FBN.

Na sequência, se destaca o setor de *vestuário e acessórios*, com 50 anúncios (11,36%), envolvendo a manufatura e o comércio de roupas, sapatos e chapéus. Também é nesse momento que os anúncios divulgando *serviços de caráter pessoal* ganham destaque. Do total de 440 anúncios, 46, ou aproximadamente 10% se relacionam a algum tipo de serviço, desde aqueles mais básicos, prestados por barbeiros e tintureiros, até aqueles envolvendo profissionais liberais como os advogados.

Nos anos 1922-1923, a *saúde* se mantém como uma das categorias a concentrar um grande número de anúncios de farmácias, médicos, parteiras, dentistas e até um químico. Com 44 registros, o setor representa aproximadamente 10% dos anunciantes naquele ano.

De modo geral, os dados coletados nesse biênio evidenciam alguns aspectos relevantes. Pela primeira vez desde 1914, nenhuma das categorias elencadas se apresenta em branco. Mesmo aquelas atividades de menor importância no cenário produtivo demonstram alguma preocupação de divulgação profissional, caso especialmente dos *agentes comerciais*, do *comércio de aparelhos elétricos, máquinas e equipamentos*, e das atividades vinculadas à *informação e comunicação* e à *educação*. Nesses casos, a introdução de atividades de caráter aparentemente menos essenciais (ainda que em número reduzido), que pelos menos teoricamente deveriam estar circunscritas ao Centro da cidade, parece indicar uma certa tendência de especialização das atividades no perímetro central, deslocando-se para as áreas envoltórias os estabelecimentos voltados para a venda de maquinário, os pequenos serviços, as oficinas e pequenas manufaturas outrora ali sediadas. De toda maneira, quaisquer conclusões nesse sentido pedem uma análise mais detalhada,

envolvendo a localização desses negócios, assim como o tempo de permanência naquele espaço. Fato é que os dados relativos aos anos 1922-23 demonstram um amadurecimento do papel representado pelo bairro do Bexiga na economia urbana da cidade de São Paulo.

Entretanto, a insurreição militar de 1924, deflagrada em 05 de julho daquele ano, se não interrompeu o ritmo de crescimento da economia paulistana, reduziu drasticamente seu impulso. Um conjunto de fatores decorrentes do conflito afetou principalmente os bairros populares. O clima de insegurança diante da ameaça constante dos bombardeios ocorridos em alguns bairros levou parte da população a buscar abrigo no interior paulista, e a população que permaneceu na cidade viu-se frente à escassez de alimentos em virtude da dificuldade de abastecimento. Consequentemente, ocorreram saques em armazéns e depósitos, gerando prejuízos a comerciantes e produtores. Até os últimos anos da década, a recuperação da economia foi parcial, sem nunca atingir o nível alcançado no biênio 1922-1923.

1927	ATIVIDADES	N. ANÚNCIOS	%
	ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	159	32,12
	SERVIÇOS PESSOAIS	69	13,94
	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	53	10,71
	COMÉRCIO DE GÊNEROS DIVERSOS	50	10,10
	SAÚDE	49	9,90
	CONSTRUÇÃO CIVIL	35	7,08
	ARTES E OFÍCIOS	28	5,67
	AGENTES COMERCIAIS	19	3,84
	MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	10	2,02
	TRANSPORTE	7	1,41
	EDUCAÇÃO	6	1,21
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4	0,80
	COMÉRCIO DE APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3	0,60
	OFICINAS E MANUFATURAS	3	0,60
	TOTAL	495	100%

Tabela 10 – Atividades desenvolvidas em 1927. *Almanaque Laemmert*, 1927. Fonte: Acervo Digital FBN.

Em 1927, embora alguns setores (como *alimentação, vestuário e acessórios pessoais, comércio de gêneros diversos, serviços pessoais e saúde*) mantivessem um certo ritmo de crescimento, o total de 495 registros demonstra uma pequena desaceleração em relação ao biênio 1922-23. Se ali, a ordem de crescimento em relação ao período anterior chegou a mais de 220%, agora o salto seria muito inferior, de pouco mais de 12%. Contudo, ainda que o crescimento tenha sido reduzido, os dados coletados continuam a apontar para a tendência, já esboçada nos anos anteriores, de concentração daqueles setores entre as atividades exercidas no bairro do Bexiga. O mesmo pode ser dito para 1931. Passados quatro anos, os anúncios publicados no *Almanaque Laemmert* totalizaram 604 registros, com um crescimento de 22,02%.

Na realidade, a perda do impulso de crescimento, registrada entre 1918 e 1923, tem a ver com uma questão mais ampla da economia brasileira, caracterizada pela dependência

do setor agrário-exportador, cabendo aos setores secundários (fábricas) e terciário (comércio e serviços) um papel secundário. A dependência das exportações do café desde há muito constituía um problema para o país, mas foi a crise gerada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, que detonou a recessão e o fim de uma fase da economia brasileira. De uma maneira geral, a queda das exportações e a redução das importações, o fechamento de fábricas e de estabelecimentos comerciais e o consequente desemprego foram o estopim para os enfrentamentos entre os segmentos politicamente atuantes naquele período, que culminariam na Revolução de 1930, e nas mudanças políticas e sociais dela decorrentes.

1931	ATIVIDADES	N. ANÚNCIOS	%
	ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	237	39,24
	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	72	11,92
	COMÉRCIO DE GÊNEROS DIVERSOS	62	10,26
	SERVIÇOS PESSOAIS	56	9,27
	CONSTRUÇÃO CIVIL	51	8,44
	SAÚDE	37	6,13
	ARTES E OFÍCIOS	26	4,30
	MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	19	3,15
	TRANSPORTE	19	3,15
	COMÉRCIO DE APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	8	1,32
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5	0,83
	OFICINAS E MANUFATURAS	5	0,83
	AGENTES COMERCIAIS	3	0,50
	EDUCAÇÃO	3	0,50
	TOTAL	603	100%

Tabela 11 – Atividades desenvolvidas em 1931. *Almanaque Laemmert*, 1931. Fonte: Acervo Digital FBN.

Portanto, os índices apresentados pelos anúncios publicados no *Almanaque Laemmert* no decorrer do período estudado mostram-se coerentes com a realidade econômica e política subjacente à realidade de nosso bairro.

Para obter informações mais esclarecedoras sobre o período busquei no trabalho de Bóris Fausto⁸⁴ desvendar o papel dos setores envolvidos na Revolução de 1930 e obter subsídios que dessem conta da atuação dos principais setores econômicos atuantes naquele momento. O autor, na segunda parte do primeiro capítulo, “*A indústria na década de vinte*”, a partir do Recenseamento de 1920, definiu o que ele mesmo classificou como “*alguns traços essenciais da indústria brasileira da década de vinte*”.

SEGMENTOS INDUSTRIAIS	PRODUÇÃO (VALOR)	%
INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO	1.100.118:000\$	40,2
INDÚSTRIAS TÊXTEIS	825.400:650\$	27,6
INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO E TOUCADOR	246.201:560\$	8,2
INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PROPRIAMENTE DITOS E ANÁLOGOS	237.315:001\$	7,9
OUTROS PRODUTOS INDUSTRIAIS	480.141:070\$	16,1
TOTAL	2.9989.176:281\$	100%

Tabela 12 – Segmentos industriais identificados no Recenseamento de 1920⁸⁵. Fonte: Bóris Fausto, 1981.

⁸⁴ FAUSTO, Bóris. Op.cit., p.19 a 28.

⁸⁵ De acordo com Fausto, os dados apontados no Recenseamento de 1920 se referem apenas ao primeiro ano da década. O autor ressalta ainda que “*As atividades predominantes por setor são as têxteis e as alimentares,*

Entre as informações trazidas por Bóris Fausto, destacamos duas tabelas. A primeira, reproduzida acima, foi formulada a partir do Recenseamento daquele ano e fornece os dados relativos à posição dos diferentes segmentos industriais no contexto nacional. A tabela demonstra que o setor de maior impacto é aquele relacionado à alimentação, seguido das indústrias têxtil, de vestuário, produtos químicos e outros. Ainda que esses dados refiram-se à indústria, trata-se da produção de artigos que de alguma maneira são destinados ao consumo da população. Portanto, podemos deduzir que o comércio dos produtos resultantes da atividade industrial está aí implícito. Assim temos, numa escala macro, a confirmação das informações obtidas na realidade circunscrita de um bairro popular da cidade de São Paulo, situação essa que, com exceção de 1915, se repetiria a cada ano investigado.

Os dados relativos às demais categorias são numericamente pouco significativos para o nosso microcosmo, o que não lhes tira a importância. Eles demonstram que na busca do êxito, a diversificação se mostrava um caminho a ser seguido pelos empreendedores, fosse através do comércio, da prestação de serviços ou mesmo da produção de artigos destinados ao consumo cotidiano.

A segunda tabela, *Indústrias com capital igual ou superior a 5.000 contos (de réis), no Estado de São Paulo*⁸⁶, contém informações sobre as empresas com presença expressiva no Estado, com o nome da mesma, o local de atuação (cidade), o capital empregado, o número de operários, o número de fusos e teares e a quantidade de força motriz utilizada. A partir dessa tabela, organizei uma outra, na qual, na coluna à esquerda foram relacionados os segmentos industriais identificados no Estado de São Paulo e, à direita, as manufaturas identificadas no bairro do Bexiga.

No panorama traçado pela tabela, verifica-se que com exceção dos segmentos de *couros e peles, vidros e cristais, artefatos de borracha e das empresas de eletricidade*, ausentes no bairro, as demais atividades constam em pelo menos uma ocorrência de estabelecimentos destinados à fabricação de algum tipo de produto, inclusive, de artigos não contemplados pela *Estatística Industrial de São Paulo*, tais como sabão e sabonetes, graxas para calçados, brinquedos, presuntos e salames, botões e até uma fábrica e oficina de carruagens.

sendo significativo notar que os ramos básicos da infra-estrutura industrial (siderurgia, mecânica pesada, por exemplo) não representam qualquer contingente apreciável". Op.cit., p.19.

⁸⁶ Fonte citada pelo autor: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, *Estatística Industrial de São Paulo – 1930*. São Paulo, Tip. Garraux, 1931.

SEGMENTOS INDUSTRIAIS IDENTIFICADOS NA ESTATÍSTICA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO (1930)	SEGMENTOS MANUFATUREIROS IDENTIFICADOS NO BAIRRO DO BEXIGA (1906-1931)
1. INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE FIOS E TECIDOS	TÊXTEIS
FIAÇÃO E TELECELAGEM DE ALGODÃO	CASEMIRAS
FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUTA	-
FIAÇÃO E TECELAGEM DE SEDA	-
LINHAS PARA COSER, CORDAS, BARBANTES	-
2. INDÚSTRIAS DE COUROS E PELES	-
3. INDÚSTRIAS DE MADEIRAS	MADEIRAS
-	CAIXOTEIROS
-	MÓVEIS DE MADEIRA
4. INDÚSTRIA DE PREPARAÇÃO DE METAIS, FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS	PREPARAÇÃO DE METAIS, FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS
FUNDIÇÃO DE AÇO	-
FERRO ESMALTADO	CAMAS E MÓVEIS DE FERRO
MÁQUINAS	BALANÇAS, PESOS E MEDIDAS
-	CALDEIREIROS/ CUNHAGEM DE MEDALHAS/ DOURADORES/ FUNDIÇÕES/ FUNILEIROS/ GALVANIZADORES/ GRAVADORES/ LATOIEIROS/ NIQUELADORES/ PRATEADORES/ OURIVESARIAS
5. VIDROS E CRISTAIS	-
6. INDÚSTRIAS DA PREPARAÇÃO DE MATERIAIS PARA EDIFICAÇÃO	PREPARAÇÃO DE MATERIAIS PARA EDIFICAÇÃO
CIMENTO E CAL	-
TIJOLOS, TELHAS, TUBOS PARA ESGOTO E LOUÇAS DE BARRO	LOUÇAS DE BARRO
7. INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS	PRODUTOS QUÍMICOS
PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS
FÓSFOROS	-
-	CERA PARA ASSOALHO
-	POMADAS PARA CALÇADOS
-	SABÃO E SABONETES
-	VELAS
8. INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO	ALIMENTAÇÃO
BEBIDAS	AGUARDENTE/ CERVEJA/ VINHO
CIGARROS, CHARUTOS E FUMOS MANIPULADOS	CIGARROS
-	DOCES/ MASSAS ALIMENTÍCIAS/ TORREFAÇÕES DE CAFÉ
9. INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
-	CALÇADOS
-	CHAPÉUS
-	ALFAIATES/ OFICINAS DE COSTURA/ CONFECÇÕES
-	BOTÕES
10. ARTES GRÁFICAS	ARTES GRÁFICAS
-	ENCADERNAÇÕES/ ESTAMPARIAS/ LITOGRAFIAS/ OFICINAS DE GRAVURAS/ OFICINAS GRÁFICAS/ TIPOGRAFIAS
11. PAPEL E PAPELÃO	PAPEL E PAPELÃO
-	PAPEL E PAPELÃO
12. ARTEFATOS DE BORRACHA	-
13. EMPRESAS DE ELETRICIDADE	-
-	OUTROS PRODUTOS
-	BRINQUEDOS
-	CARRUAGENS

Tabela 13 – Cotejamento entre os segmentos industriais identificados na *Estatística Industrial de São Paulo – 1930* e os segmentos manufatureiros identificados no bairro do Bexiga (1906-1931).

Aqui é importante lembrar que não estamos tratando de uma região tipicamente fabril, como era o caso dos bairros como Brás, Mooca, Lapa e Barra Funda. Mesmo não possuindo informações quanto à dimensão desses estabelecimentos e o número de pessoas neles empregadas, é necessário ter cautela ao adotar o termo “fábrica”, comumente utilizado pelos anunciantes. Muito provavelmente, se tratava de pequenas e médias manufaturas, ou simples oficinas, capitaneadas por pessoas de pequenas ou medianas posses, que no afã de divulgar o negócio procuravam revestí-lo de um significado mais qualificado. Em algumas ocasiões cheguei a encontrar “fábricas” dividindo o mesmo endereço com outro tipo de negócio, ambos do mesmo proprietário, o que parece confirmar minha hipótese. Assim, o que o setor de *Estatística Industrial de São Paulo* indicava como

‘indústria’ deve ser lido com cautela e, na maioria dos casos, entendido como ‘manufatura’ no sentido estrito de oficina para “confeção de determinados produtos”.

De uma maneira geral, a análise das listagens oriundas do levantamento dos Almanques e reunidas no Anexo 2 – *Atividades identificadas*⁸⁷, indicou aspectos relevantes para a compreensão da evolução das atividades produtivas no bairro do Bexiga:

- a) O predomínio dos estabelecimentos voltados para alimentação, incluídas as atividades comerciais e de serviços em relação a outros setores produtivos. Em 1914, por exemplo, esse segmento foi responsável por aproximadamente 54% do total de 310 atividades registradas nas ruas do bairro. Em algumas delas, chegou a compor a quase totalidade dos negócios (caso das ruas Aguiar de Barros, Conselheiro Carrão, Maria Paula, Santo Amaro e do Sol). A exceção ficou por conta da Av. Brigadeiro Luís Antônio, onde o setor de alimentos respondeu por apenas 35,84% do total de 53 atividades registradas. Trata-se de armazéns de secos e molhados e quitandas, voltados ao abastecimento doméstico de gêneros de primeira necessidade.
- b) A variedade e complexidade do comércio e serviços oferecidos em determinadas ruas, de modo a suprir praticamente todas as necessidades dos moradores do bairro e dos bairros adjacentes. A rua Conselheiro Ramalho é um dos exemplos mais expressivos desse fenômeno, só superado pela Av. Brigadeiro Luís Antônio. A tendência se acentuou com o passar dos anos. Em 1921, a diversificação de negócios foi acompanhada, ainda que timidamente, pela introdução de serviços mais especializados (livrarias, papelarias, comércio de fotografias e bilhetes postais, comércio de jornais e revistas, editores de livros e músicas, tipografias, serviços de importação e exportação, representantes de casas comerciais, ourives e relojoeiros,

⁸⁷ Tendo em vista a necessidade de lidar com aspectos e conceitos que fogem à minha formação, sem contudo perder o rigor interpretativo, pensei num primeiro momento, em adotar a classificação contemporânea do IBGE, a *Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE*, de maneira a enquadrar os segmentos envolvidos nas atividades produtivas do bairro nos parâmetros daquela instituição – setores primário, secundário e terciário. Porém, ao longo dos anos investigados, o universo produtivo do bairro mostrou-se cada vez mais complexo e diversificado, dificultando a classificação das atividades em categorias fechadas e possivelmente anacrônicas. Assim, ao invés de inserir as atividades nos respectivos segmentos usualmente utilizados, procurei criar categorias abrangentes que envolvessem a vida pública e privada da cidade, tais como alimentação, construção civil, saúde, transportes, vestuário, etc. Em seguida, montei um quadro específico, contendo as *Atividades Identificadas no Bairro do Bexiga (1906-1931)*, o Anexo 2. Ali, na primeira coluna foram elencadas as categorias principais; na segunda coluna, foram inseridas as diferentes modalidades relativas às categorias principais (se comércio, serviços ou outro); e finalmente, da última coluna constam todas as atividades localizadas nos almanques, de acordo com as categorias principais. Como pode ser visto nesse quadro, para cada uma das categorias principais utilizei uma cor básica que representa o grupo de atividades que integra o conjunto. Fonte: IBGE – *Classificação Nacional de Atividades Econômicas*. Versão 2.0. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36932.pdf>.

professores de violino e piano, afinadores de pianos, modistas e comércio de modas e confecções, alfaiatarias, casas de banho, etc), quase todos até então praticamente exclusivos das ruas do Triângulo (15 de Novembro, Direita e São Bento). Ao lado desses estabelecimentos, outros menos “charmosos” respondiam às necessidades de produtos e serviços mais simples, porém fundamentais (barbearias, sapatarias, tinturarias, marcenarias, carpintarias, ferreiros, bombeiros hidráulicos, construtores, correarias e selarias, farmácias, parteiras, como também as lojas de armarinhos, fazendas e modas, de materiais de construção, ferragens e quinquilharias, carvão vegetal, etc).

c) A presença de um número considerável de profissionais liberais (professores, engenheiros, advogados, médicos, farmacêuticos, dentistas e até um veterinário) em diversas ruas do bairro, desde o ano de 1909, comprova que nesse momento o bairro já se mostrava como um espaço que abrigava diferentes camadas sociais.

d) A conjugação de diferentes tipos de negócios num mesmo endereço, eventualmente com um mesmo proprietário.

2.5 A distribuição espacial das atividades produtivas, conforme a área de ocorrência

O objetivo deste tópico foi verificar, através de cada setor produtivo identificado e do número de anúncios veiculados pelo *Almanaque Laemmert* em cada ano, a “vocação” de cada uma das três áreas eleitas para estudo. Contudo, é importante destacar que da mesma maneira que o bairro do Bexiga não pode ser entendido como uma unidade homogênea em toda a sua extensão, apresentando diferentes faces a depender das condições dadas pelo espaço físico (topográfico), pelo perfil social de seus ocupantes, assim como pelo tipo de ocupação e usos que esses agentes sociais fizeram do lugar, de forma que as “vocações” de cada área não eram estanques, estando sujeitas a variações, inclusive nas interfaces que estabeleciam com outros bairros da cidade.

Embora o propósito final desta pesquisa seja compreender como o bairro do Bexiga, em sua totalidade, se inseriu no contexto da cidade como um todo, julgo que uma análise detalhada de cada uma das áreas envolvidas seja necessária, até para que seja possível verificar a contribuição de cada uma delas no quadro geral da urbanização de São Paulo e, a partir do panorama obtido, formular algumas hipóteses.

2.5.1 A “área nobre”

De acordo com o *Almanaque Laemmert*, as atividades produtivas registradas em 1906 no bairro do Bexiga se resumiram a um único comércio de *materiais de construção*, na rua Santo Amaro n. 65, de propriedade de Amaro José da Silva. Porém, haviam se passado mais de quinze anos desde o início do loteamento, e naquela altura o bairro já vinha sendo efetivamente ocupado. Pensando que pelo menos alguns serviços básicos tivessem sido abertos em função da população que aos poucos se apropriava do espaço, decidi retroagir no tempo e buscar no *Almanach do Estado de São Paulo para 1890*⁸⁸ outras informações.

SEGMENTOS ECONÔMICOS	ALMANACH DO ESTADO DE SÃO PAULO ATIVIDADES PRODUTIVAS (1890)	N.	TOTAL
ALIMENTAÇÃO E LAZER	AÇOUGUES	5	17
	DEPÓSITOS DE SAL	2	
	DEPÓSITOS E COMÉRCIO DE VINHOS	2	
	PADARIAS	1	
	SECOS E MOLHADOS	7	
COMÉRCIO EM GERAL	FAZENDAS E ARMARINHOS	3	3
CONSTRUÇÃO CIVIL	MATERIAIS P/CONSTRUÇÃO	1	2
	SERRARIAS E DEPÓSITOS DE MADEIRAS	1	
MÓVEIS E UTILIDADES DOMÉSTICAS	LOUÇAS E PORCELANAS	1	1
SAÚDE	FARMÁCIA	1	1
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	ROUPAS FEITAS	1	1
TOTAL			25

Tabela 14 – Segmentos identificados no *Almanach do Estado de São Paulo, 1890*.

No Anuário de 1890 verifiquei a presença de um único comerciante na rua Santo Amaro n.20, Antônio Joaquim do Pinho, dono de um *armazém de secos e molhados a varejo*. Entretanto, nesse anuário, nota-se que todos os negócios que porventura envolvessem as necessidades básicas dos moradores ainda se localizavam nos limites da colina histórica, basicamente no Largo da Memória, Ladeira Dr. Falcão, Largo e Ponte do Piques e Largo do Riachuelo. Localizei um total de 25 negócios, sendo a maioria (17) destinada à alimentação (sete *secos e molhados*, sendo que em dois casos os mesmos comerciantes também exploravam *depósitos e comércios de sal* no mesmo endereço, cinco *açougues*, dois *depósitos e comércio de vinhos* e uma *padaria*). Havia também três lojas de *fazendas e armarinhos*, dois comércios de *materiais de construção* (materiais em geral e madeiras), uma *loja de louças, porcelanas e cristais*, uma loja de *roupas prontas* e uma *farmácia*.

Realmente, a totalidade dos negócios localizados na entrada do bairro destinava-se à satisfação de necessidades básicas de quem vivesse nas vias circundantes, fosse da colina, ou além de seus limites, caso do Bexiga. É possível que os moradores do novo

⁸⁸ *Almanach do Estado de São Paulo, para 1890*. Por Jorge Seckler. Sétimo Anno, São Paulo, Editores-Proprietários Jorge Seckler & Comp.

loteamento também se servissem desses estabelecimentos. Contudo, a ideia inicial de que em 1906 a região já contasse com um comércio próprio não se fundamentou.

Não se pode esquecer que a rua Santo Amaro é anterior ao loteamento, já constando da Planta da Cia. Cantareira de 1881 (Figura 22), sendo grandes as chances daquele negócio ser mais antigo, o que se confirmou no *Almanack Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo para o ano bissexto de 1884*⁸⁹. Ali constata-se que o comércio de *secos e molhados*, de propriedade de Antônio Joaquim do Pinho, já existia, sendo anterior ao empreendimento. Em se tratando de uma área de saída da cidade para os arrabaldes, talvez envolvesse inicialmente o abastecimento de zonas mais afastadas no periurbano.

Figura 22 – A planta cadastral da Cia. Cantareira demonstra que em 1881 a ocupação da via era incipiente, pouco ultrapassando o traçado da futura rua Jacaré (tracejada em vinho). Destacamos em amarelo o lote que julgamos corresponder ao n.20, que conforme é possível observar está muito próximo do Largo do Riachuelo e da Faculdade de Direito. “*Planta da Cidade de São Paulo*” (1881). Levantada pela Cia. Cantareira e Esgotos, Henry B. Joyner, Engenheiro em Chefe. Fonte: *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20).

⁸⁹ *Almanach Administrativo, commercial e industrial da Provincia de São Paulo, para o ano bissexto de 1884*. São Paulo, Ed. Jorge Seckler & Cia., 1883.

Aprofundei então as investigações sobre as atividades desenvolvidas no circuito próximo ao centro, recorrendo aos pedidos de licença para abertura de negócios, da Série *Alvará e Licença* (AHSP) no período entre 1906 e 1908.

SEGMENTOS	ATIVIDADES PRODUTIVAS (1906-1908)	N.	TOTAL
ALIMENTAÇÃO E LAZER	AÇOUGUE	3	8
	ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS	1	
	JOGO DE BOLAS	3	
	QUITANDA	1	
CONSTRUÇÃO CIVIL	OFICINA DE ESCULTURA/ COMÉRCIO DE GESSO E CIMENTO	1	1
TOTAL			9

Tabela 15 – Segmentos identificados na Série *Alvará e Licença*, 1906-1908. Fonte: AHSP.

Em 1906, localizei três pedidos de licença para abertura de dois *açougues* e um *jogo de bolas* no trecho da rua Santo Amaro que, a partir de 1908, daria continuidade à Av. Brigadeiro Luís Antônio. No ano seguinte, identifiquei no n.50 da mesma avenida, uma oficina de escultura, de propriedade de JAO & Pellicciotti, cujo letreiro anunciava: “*Officina artístico-industrial Jao & Pellicciotti. Decorações em cimento e gesso. Forros de estuque. Gesso francez. Cimento Presa Rapida e Porthland. Executam-se em granilita – imitação do granito natural – Obras architectonicas e ornamentais para edificios e monumentos etc.*”. Havia também um *açougue* na rua Santo Amaro n.24B, de propriedade de Raphael Capello, e um *armazém de secos e molhados* no n.96 daquela rua, de propriedade de José Graziano. Por fim, em 1908, localizei dois *jogos de bola* na Av. Brigadeiro Luís Antônio nos números 133 e 140, e uma *quitanda* no n. 21 da rua Santo Amaro.

Vemos que num curto espaço de tempo, nos pedidos de *Alvará e Licença* para a abertura de novos negócios, assim como para o pagamento dos impostos, o segmento de *alimentação e lazer* concentrou o maior número de atividades, seguido por um único caso de atividade vinculada à *construção civil*. Percebe-se assim uma certa transformação em relação ao cenário da última década do século XIX. Ali, embora a *alimentação* também concentrasse o maior número de negócios, e o comércio em geral (armarinhos, louças, vestuário etc.) possuísse uma relativa representatividade, é provável que os produtos e serviços anunciados se dirigissem a um outro tipo de consumidor que não era exatamente aquele que viria a ocupar as ruas localizadas entre a Av. Brigadeiro Luís Antônio e a Santo Amaro. Naqueles primórdios, o antigo comércio localizado nas cercanias do Largo do Riachuelo provavelmente servisse aos moradores do entorno do largo, exatamente na área limítrofe da antiga colina. Realmente tratava-se de outro momento. Os anúncios do *Almanaque Laemmert* revelam que a ocupação das ruas do Bexiga envolveria novos moradores e estes trariam outras necessidades/prioridades.

Há um outro aspecto que pode ajudar a esclarecer a presença ou ausência de atividades produtivas nessa região no que se refere aos usos dados às próprias edificações do local. Os documentos da Série *Obras Particulares* (AHSP), contendo as solicitações de licença para construir e/ou reformar, indicam algumas tendências. O levantamento dos requerimentos encaminhados à Diretoria de Obras referentes às ruas em questão, permitiram elaborar um quadro no qual destacamos aspectos dos programas das edificações indicativos do tipo de uso ali predominante.

LOGRADOUROS	PROJETOS ENVOLVENDO ALGUM TIPO DE NEGÓCIO	PROJETOS ESPECÍFICOS PARA RESIDÊNCIAS	TOTAL
AGUIAR DE BARROS	-	-	-
ASDRÚBAL DO NASCIMENTO	3	6	9
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	4	49	53
FRANCISCA MIQUELINA	-	3	3
GENEBRA	2	16	18
JACEGUAI	-	1	1
MARIA PAULA	-	4	4
SANTO AMARO	3	26	29
TOTAL	12	105	117

Tabela 16 – Projetos arquitetônicos indicadores dos usos dos imóveis. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Observa-se na Tabela 16 que entre os 117 projetos registrados no SIRCA⁹⁰, abrangendo os anos de 1906 a 1908, apenas 12 (10,25%) apresentam indícios da presença de algum tipo de atividade produtiva. Independentemente de se tratar da construção de um novo prédio, ou de reforma e/ou acréscimo em um prédio existente, os casos analisados envolvendo algum tipo de negócio referiam-se a:

- 5 edificações de uso misto, construídas no alinhamento da rua, com residência e negócio instalado geralmente na sala da frente;
- 1 edificação construída no alinhamento da rua, especialmente destinada ao exercício de negócio/atividade;
- 5 galpões e/ou barracões nos fundos do terreno para instalação de fábrica ou manufatura;
- 1 cocheira instalada nos fundos do terreno.

Ainda que esses prédios, a depender das necessidades de seus usuários, possam ter tido seu uso alterado no decorrer do tempo, ou mesmo dentro do período aqui focado, impondo a necessidade de relativização desses números, as diferenças entre as informações fornecidas pelas *Obras Particulares* e aquelas oriundas dos almanaques são muito grandes para serem ignoradas. Portanto, se levarmos em consideração os números apresentados na Tabela 15, nossa hipótese sobre o predomínio do uso residencial naquela área, entre os

⁹⁰ SIRCA – Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo. Instrumento de pesquisa desenvolvido pelo Arquivo Histórico de São Paulo, desde 2013, para as atividades de descrição documental. Disponível em: <http://www.projetosirca.com.br/>.

anos de 1906 e 1908 se confirma. Partindo-se desse pressuposto, não é de estranhar a ausência de anúncios no almanaque de 1906.

Figura 23 – Registro fotográfico da implantação dos trilhos do bonde na Av. Brigadeiro Luís Antônio, em 1904. O muro alto, à esquerda da foto, provavelmente se refira ao terreno ocupado pela residência da Baronesa de Limeira; à direita, o amplo espaço ainda vazio dá a dimensão do que era aquela área do Bexiga nos primeiros anos do século XX, despida do casario que viria a ser construído nos próximos anos. Fonte: http://hagopgaragem.com/saopaulo/sp_comparativo/sp_compa_302.jpg⁹¹

Por outro lado, é preciso lembrar que a instalação das atividades produtivas sugeridas pelos projetos arquitetônicos talvez não tenha realmente se efetivado, já que alguns deles não possuem uma definição clara de sua utilização. O que essa fonte nos fornece, na verdade, são indícios que devem ser explorados, mesmo que depois sejam descartados.

O bairro do Bexiga, em toda a sua extensão, mostrou-se particularmente pobre em termos de lazer para a sua população. Com exceção de dois cinematógrafos que surgiram nos anos 1910, os moradores do bairro contavam somente com as festas anuais em homenagem aos santos de devoção dos imigrantes italianos, com os circos que eventualmente pousavam em algum terreno desocupado e principalmente com os *jogos de bolas*. Bastante presente nos documentos da *Série Alvará e Licença*, aquela era uma forma de lazer popular que, a julgar pela frequente ocorrência nos requerimentos da *Série* e uma prática bastante difundida entre os moradores do Bexiga. Curiosamente, não há referências ao jogo nos almanaques, porém, ao confrontar nomes e endereços dos solicitantes com as listagens dos *Almanaques Laemmert* identifiquei vários casos em que se tratava da mesma pessoa, embora a atividade fosse outra, geralmente um botequim, uma quitanda ou um armazém de secos e molhados. Via de regra, os jogos estavam instalados nos fundos do prédio, ou mesmo no quintal, evidenciando que este não era o negócio principal, mas

⁹¹ Consulta realizada em 22/01/2014.

somente uma extensão daquele, o que justifica sua omissão nos almanaques. Por outro lado, se o objetivo da divulgação era justamente alcançar uma clientela para além dos limites do Bexiga, o mais provável é que os jogos de bola (ou *bocha*) se destinassem aos próprios moradores do bairro.

Uma última questão a ser levantada se refere a não oficialização do negócio junto aos órgãos da municipalidade. Ainda que a legislação municipal dispusesse sobre a obrigatoriedade de Alvará para funcionamento de qualquer tipo de atividade, nem sempre os fiscais da Diretoria de Polícia e Higiene conseguiram ter o controle absoluto sobre todas as atividades produtivas exercidas na cidade.

Para fins de avaliação do processo de implantação das atividades produtivas no bairro, resumi algumas informações referentes a determinados anos, com base na *Série Alvará e Licença*, cruzando os dados sempre que possível com os dos almanaques supracitados.

- 1909

Desde o ano anterior, o *Almanaque Laemmert* registrava um aumento flagrante no número de anunciantes para a cidade de São Paulo. Para se ter uma ideia desse crescimento, em 1906 os anunciantes da capital paulista em geral ocuparam vinte e três páginas do anuário; em 1908 o total ampliou-se para sessenta e cinco páginas; já em 1909 esse número retrocedeu, chegando a quarenta e duas páginas. Porém, esse é um índice válido para a cidade como um todo e deve ser visto com reservas quando pensamos nas diferentes partes que compunham o todo, principalmente para os novos bairros em formação.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	17
COMÉRCIO EM GERAL	5
CONSTRUÇÃO CIVIL	5
OFICINAS E MANUFATURAS	4
SERVIÇOS PESSOAIS	1
TRANSPORTE	1
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	1
ARTES E OFÍCIOS	-
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-
EDUCAÇÃO	-
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-
SAÚDE	-
AGENTES COMERCIAIS	-
TOTAL	34

Tabela 17 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1909. Fonte: Acervo Digital FBN.

De qualquer modo, nesse ano, a “área nobre” do Bexiga registrou um total de 34 anúncios, onde o setor de *alimentação* concentrou 17 casos de estabelecimentos

comerciais, entre açougues e armazéns de gêneros alimentícios. Na sequência, os dados mais significativos apontam para: cinco *comércios de ferragens, fazendas e armarinhos*; cinco atividades vinculadas à *construção civil* (oficinas de carpintaria e marcenaria, estucadores, serralherias e também por um engenheiro); e quatro pequenas manufaturas (três caixoteiros e um fabricante de sabão).

Cabe ressaltar o papel exercido pela *construção civil* num momento em que o bairro e a cidade se expandiam. Os serviços oferecidos por esses profissionais no ano de 1909, quase todos eles localizados na Av. Brigadeiro Luís Antônio, certamente contribuíram para a edificação da cidade. Ali residia o engenheiro Augusto Fried⁹², morador do n. 245 daquela avenida (quase em frente à rua Treze de Maio), bem como outros profissionais vinculados às atividades braçais (o *estucador* J. Pelicioti, o *serralheiro* Diogo Brussetti e os *carpinteiros e marceneiros* João Capoano e Antônio Parente).

Nesse momento, a Av. Brigadeiro Luís Antônio, com 22 negócios, já concentrava a maioria dos anunciantes. As ruas Santo Amaro e Asdrúbal do Nascimento apresentavam quatro atividades cada uma. A presença de algum tipo de atividade nas demais vias ainda era muito insignificante.

Na Série *Alvarás e Licenças* localizei quatro requerimentos, entre 1909 e 1911, que envolviam negócios na região da Brigadeiro Luís Antônio. Em 1910, José Curia encaminhou um pedido de renovação de licença para a quitanda da rua Santo Amaro n.29, do que se deduz que o estabelecimento já funcionava há pelo menos um ano.

SEGMENTOS	ATIVIDADES PRODUTIVAS (1909-1911)	N.	TOTAL
ALIMENTAÇÃO E LAZER	CIA. EQUESTRE	1	2
	QUITANDA	1	
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	SAPATARIA	1	2
	OFICINA DE COSTURA E CHAPÉUS	1	
TOTAL			4

Tabela 18 – Segmentos identificados na Série *Alvará e Licença* (1909-1911). Fonte: AHSP.

Em 1911, Alberto de Andrade solicitou licença para a “*apresentação de espetáculos no ‘rink’*”, de sua *Companhia Equestre*, localizada na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.69. No mesmo ano e na mesma avenida, encontrei dois pedidos de licença para instalação de letreiros, um para a “*Sapataria Modelo (onde) executam-se trabalhos sob medida e com perfeição*”, de Januário Infanti (n.28), e outro para a “*Casa Landucci. Officina de Costuras e Chapeos*” de A.B. Landucci (n.39). Posteriormente, tentei localizar

⁹² Conforme a *Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais*, Fried na verdade era arquiteto e foi sócio do também arquiteto, Carlos Ekman, na firma *Fried & Ekman*. Entre os projetos desenvolvidos por Augusto Fried, estão a Residência de Adam Von Bülow (1895), na Avenida Paulista e o prédio do colégio alemão Porto Seguro (1910), atual Caetano de Campos, em frente à Praça Roosevelt. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/Enc_Artistas/. Consulta em: 02/10/2013.

esses negócios nos almanaques referentes aos anos em questão, mas não tive sucesso. Porém, descobri que alguns deles publicaram anúncios em anos posteriores. Em 1913, A.B. Landucci continuava com o negócio, só que agora comercializando somente chapéus “*para senhoras e crianças*” e havia mudado de endereço, transferindo sua loja para a rua Asdrúbal do Nascimento n.70; em 1913 Jannuario Infanti anunciou os serviços de *sapateiro* no n.30B da Av. Brigadeiro Luís Antônio, bem ao lado do antigo endereço.

Essas novas informações chamam a atenção para alguns aspectos que merecem uma investigação mais acurada. Em primeiro lugar, o descompasso entre os anúncios publicados e os requerimentos visando a obtenção ou renovação de licença para o exercício do negócio. Logicamente o alvará podia existir sem que houvesse o anúncio correspondente, mas não o contrário – todo negociante deveria, pelo menos teoricamente, constar nos registros da administração municipal, o que nem sempre ocorria. Essa é uma questão que diz respeito aos limites da ação normatizadora do poder público, e, de certa maneira, remete ao que disse acima acerca da eventual (ou nem tanto) falta de controle sobre todas as atividades comerciais ou de serviços existentes na cidade.

- 1914

Em 1914, o comércio e os serviços de *alimentação, construção civil, saúde e vestuário* mantêm a liderança das atividades produtivas exercidas na área “mais nobre” do Bexiga. O setor *alimentação* contou com 45 anunciantes – 41,66% do total de 108 atividades. Mais da metade desses casos distribuía-se indistintamente por toda a extensão da Av. Brigadeiro Luís Antônio, entre o Largo do Riachuelo e a rua Santo Amaro: 13 *armazéns de secos e molhados*, quatro *açougues*, três *padarias*, um botequim, um comércio de salame e mortadela, um comércio de café torrado e moído e uma confeitaria.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	45
CONSTRUÇÃO CIVIL	16
SAÚDE	10
SERVIÇOS PESSOAIS	10
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	9
COMÉRCIO EM GERAL	7
OFICINAS E MANUFATURAS	5
ARTES E OFÍCIOS	2
TRANSPORTE	2
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	1
EDUCAÇÃO	1
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1
AGENTES COMERCIAIS	1
TOTAL	110

Tabela 191 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1914. Fonte: Acervo Digital FBN.

Contudo, é necessário observar que vários desses negócios, embora fossem anunciados separadamente, funcionavam no mesmo endereço e pertenciam ao mesmo

proprietário. É o caso, por exemplo, de Savério Guzzi, estabelecido no n.133 da Brigadeiro Luís Antônio, que comercializava além dos tradicionais *secos e molhados*, café torrado/moído e os embutidos salame/mortadela. É claro que essa foi a maneira que Guzzi julgou ideal para divulgar o seu comércio. Ele poderia simplesmente anunciar seu comércio na categoria *secos e molhados*, mas preferiu destacar-se dos demais armazéns investindo na possibilidade de atrair clientes de gostos mais especializados e, por que não dizer, mais refinados, bem de acordo com a modernidade da metrópole em transformação.

Processo semelhante ocorreu com Benedito Dias Oliveira, que anunciou o seu armazém de *secos e molhados* e seus serviços de *comissário de café e outros*, igualmente na Av. Brigadeiro Luís Antônio, n.244. Também J. Silva anunciou *confeitaria e padaria* no n.43 e ainda Luiz d'Angelo que anunciou no mesmo endereço *padaria, secos e molhados*, comércio de *ferragens e quinquilharias* incluindo ali também serviços de *empreiteiro*.

Figura 24 – Projeto arquitetônico de casa com armazém no alinhamento, na esquina da Av. Brigadeiro Luís Antônio, com a rua Pedroso, apresentado pelo *comissário de café* Benedito Dias de Oliveira, em 31/06/1911. Na planta SARA Brasil (Anexo 3.3), é possível visualizar a sua casa de *secos e molhados* divulgada no *Almanaque Laemmert* de 1914. Fonte: *Obras Particulares*, OP/1911/000.665 (AHSP).

Embora a concentração de atividades vinculadas à *alimentação* na Av. Brigadeiro Luís Antônio possa parecer excessiva, temos que lembrar que esta era uma via bastante longa, e sua área de influência estendia-se, aproximadamente, até a Av. Paulista. O que causa mais estranheza é a presença de cinco *armazéns de secos e molhados* muito próximos uns dos outros, por exemplo na rua Asdrúbal do Nascimento, somente no trecho entre a rua do Riachuelo e a Brigadeiro Luís Antônio. A rua Santo Amaro, por sua vez, concentrava seis negócios, desde *secos e molhados* a *açougues*, e sua extensão era três vezes maior do que aquela da Asdrúbal do Nascimento.

Na *construção civil* o destaque também ficou para a Av. Brigadeiro Luís Antônio, que concentrou nove estabelecimentos de algum modo vinculados ao segmento: *comércio de madeiras, gesso, ladrilhos e mosaicos, e materiais de construção em geral; fabricação de ladrilhos; escultores, vidraceiros e empreiteiros*. Como no caso do setor de *alimentos*, encontramos na mesma casa a conjugação de prestação de serviços e comércio, como acontecia no estabelecimento de Ulysses Pellicciotti, no n.50 daquela avenida. A rua Asdrúbal do Nascimento, igualmente, agrupou um número razoável de atividades relacionadas à construção civil: uma *carpintaria*, uma *marcenaria* e um *pintor e decorador*. As demais atividades distribuíram-se pelas ruas Francisca Miquelina, Jaceguai e Santo Amaro.

Os serviços de *saúde* totalizaram 10 anúncios na “área nobre” do Bexiga e foram outro segmento representativo: três farmácias na Av. Brigadeiro Luís Antônio; dois dentistas (um na mesma avenida e outro na rua Genebra) e cinco médicos (quatro na Brigadeiro e um na rua Santo Amaro). No caso desses profissionais liberais, é possível que alguns endereços apontados pelo *Almanaque Laemmert* se referissem a residência dos mesmos. Durante todo o período investigado, eventualmente, encontrei anúncios de médicos e dentistas com seus respectivos endereços, tanto o da residência como o do consultório, este último geralmente localizado nas imediações ou no próprio Triângulo central. Mas essa era uma exceção e não a regra, o que demonstra que o importante era a divulgação do nome do profissional e que, em geral, os daquela área talvez tivessem posses mais modestas e inserção menor na cidade como um todo.

Localizei um anúncio publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, datado de 04 de janeiro de 1914, no qual um certo Dr. Herisson (que também consta no *Almanaque* daquele ano) anunciava-se como “*único medico francez clinicando em S. Paulo*” e especialista em cirurgia e partos. De acordo com o jornal, o médico possuía consultório na rua Quintino Bocaiúva e morava na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.181.

DR. HERRISSON. — Único médico francês clinicando em S. Paulo, recém-chegado nesta Capital. — Formado na Faculdade de Medicina de Paris e habilitado pela Faculdade do Rio de Janeiro. — Ex-interno em cirurgia, por concurso dos hospitais de Paris. — Especialidade: cirurgia e partos. — Consultório, 4, rua Quintino Bocayuva (esquina da rua Direita), das 2 às 4. Residência: avenida Luiz Antônio, 181. — Telefone, 2.990.

Figura 25 – *O Estado de São Paulo*, 04/01/1914.

Entre os nove anúncios de artigos de *vestuário e acessórios*, novamente encontramos a Av. Brigadeiro Luís Antônio agrupando o maior número de casos (seis): uma *fábrica e comércio de chapéus para senhoras e crianças*, uma loja de *coletes para*

senhoras e uma loja de *roupas brancas* no trecho inicial da via, entre as ruas dos Riachuelo e Maria Paula; e uma loja de *calçados* e uma *alfaiataria* entre as ruas Conselheiro Ramalho e Maria José. No mais, os negócios envolvendo oficinas ou o comércio restringiram-se às ruas Asdrúbal do Nascimento (uma *fábrica de calçados*), Francisca Miquelina (uma loja de *roupas brancas*) e Maria Paula (uma *oficina de costura*).

Figura 26 – Fábrica de chapéus de Manoel Artacho, localizada na Av. Brigadeiro Luís Antônio n. 10. Data: 1912. Fonte: Blog *Quando a cidade era mais gentil*. Disponível em: <https://quandoacidade.wordpress.com/category/arquitetos/>. Consulta em: 14/10/2014.

Além da continuidade dos segmentos econômicos presentes desde o início da ocupação das ruas abertas pela Baronesa de Limeira, em 1914 vemos a introdução de novas atividades que podem dizer algo sobre a mudança nos hábitos da população paulistana, assim como sobre uma certa ‘especialização’ profissional.

Em primeiro lugar, temos o setor de *artes gráficas*, onde se destaca a *tipografia* de Corradini & Cia. no n.55 da Av. Brigadeiro Luís Antônio. Em seguida, as *manufaturas* que reuniram profissionais dedicados ao trabalho com metal, quase todos localizados na Av. Brigadeiro Luís Antônio. Ali encontramos, no número 44 (quase na esquina com a rua Maria Paula), dois anúncios da firma de Raphael Lucibello & Irmão que prestavam serviços de *gravadores* e *cunhagem de medalhas*. Em frente à rua Rui Barbosa, no n.227, havia o *funileiro* Paschoal Antonucci. O outro funileiro, A. Oliveira da Rocha, possuía oficina no n. 5A da rua Asdrúbal do Nascimento, muito perto do centro. Rocha foi um dos tantos que diversificou suas atividades, anunciando também um *comércio de aparelhos de eletricidade* no mesmo endereço da oficina supracitada, negócio até então inusitado na área. O anúncio não discrimina o tipo de aparelho elétrico comercializado, mas naquele momento o comércio de produtos mais especializados, e geralmente importados (provável

caso dos ‘aparelhos elétricos’), concentrava-se no Triângulo (no centro da cidade) e, sobretudo nas ruas São Bento e Boa Vista. Marisa Midori Deacto (2002, p.191), ao chamar nossa atenção para o comércio de vestuário e acessórios, nos remete às inúmeras ocorrências de comércios e serviços típicos do centro, mas também identificados na região do Bexiga. De acordo com a autora, ao se levar em consideração somente as “casas de luxo” dedicadas àquele tipo de comércio, deixa-se de contabilizar “*os estabelecimentos que ficaram à margem do Triângulo. Pois o comércio popular ficou nas ruas limítrofes do antigo núcleo*” (grifo nosso). No caso do comércio de *fazendas* no atacado e varejo, a autora cita sua localização em ruas como a Florêncio de Abreu e 25 de Março, assim como no bairro do Brás, que contava com “seu próprio centro comercial”. Suponho que um processo semelhante tenha ocorrido naquela área do Bexiga, onde a posição privilegiada de suas vias – tão perto do centro e ao mesmo tempo próximas do bairro da Liberdade, da Av. Paulista e do próprio bairro do Bexiga que se tornava cada vez mais populoso – favorecia a instalação de negócios diferenciados.

PROPRIETÁRIOS	ENDEREÇO	TIPO
ELPÍDIO FERRERO	RUA ABOLIÇÃO, 35 A	ALUGUEL
DANIEL DHILOMNE	LARGO TREZE DE MAIO, 1	PARTICULAR
THEODORO DE CARVALHO	RUA TREZE DE MAIO, 321	PARTICULAR
ELPÍDIO DE PAIVA AZEVEDO	RUA CONSELHEIRO RAMALHO, 7	PARTICULAR
CELSON DE MORAES SALLES	RUA TREZE DE MAIO, 323	PARTICULAR
DOMENICO FERRARO	RUA SANTO AMARO, S/N.	ALUGUEL
BELARMINO BARBOSA	RUA MAJOR DIOGO, 6	PARTICULAR
LUIZ MARTELLA	RUA MAJOR DIOGO, 41	ALUGUEL
SERAFINO TAVERNA	RUA CONSELHEIRO RAMALHO, 255	ALUGUEL
RAPHAEL PIPPA	RUA SÃO DOMINGOS, 77	ALUGUEL
JOÃO MONTEIRO	RUA TREZE DE MAIO, 296	ALUGUEL
AMADEU ANNASSELM	RUA CONSELHEIRO RAMALHO, 208	ALUGUEL
MONSENHOR CAMILLO PASSALACQUA	RUA CONSELHEIRO RAMALHO, 86	ALUGUEL
FRANCISCO SCARDAPAME	RUA MAJOR DIOGO, 196	ALUGUEL
BENTO R. VIANNA	RUA MAJOR DIOGO, 26	ALUGUEL
TIBURTINO AUGUSTO MONDIN	RUA CONSELHEIRO RAMALHO, 81	ALUGUEL
MARIANO P. ARAUJO CARVALHO	RUA CONSELHEIRO RAMALHO, 81	PARTICULAR

Tabela 20 – Relação dos proprietários de automóveis no bairro do Bexiga, em 1914.⁹³

O setor de *transporte* embora apresente poucos casos é revelador da introdução de novos hábitos entre os moradores do bairro e adjacências. No n.47 da Av. Brigadeiro Luís Antônio estava instalada uma *garagem* da *Cia. Taxi Bloc*. Na *Série Alvara e Licença*, localizei uma “solicitação de certidão” contendo a relação dos “particulares” proprietários de *automóveis* na cidade de São Paulo, justamente no ano de 1914. Através desse documento fica-se sabendo que só no bairro do Bexiga havia 17 pessoas que possuíam automóveis, sendo 11 deles veículos de aluguel ou de ‘praça’. De acordo com Ricardo

⁹³ De acordo com o documento, trata-se de uma “*Solicitação (de) certidão com relação dos nomes e residências de todos os particulares possuidores de automóveis, assim como as garagens existentes nesta capital*”. Grupo Seção de Polícia e Higiene, *Série Alvará e Licença*. Solicitação de licença para veículos e cartas de motoristas. Cx.1300. AHSP.

Mendes (2007), em 1906 foi aprovada a lei orçamentária n.956, indicando “*a adoção do novo veículo, como carro de aluguel*”. Essas informações só vêm confirmar que o anúncio da *Cia. Taxi Bloc* sugeria a crescente utilização do automóvel (particular ou de aluguel) pelos paulistanos, moradores do bairro ou não.

Se esse anúncio prenuncia uma mudança nos hábitos, o segundo anúncio vinculado ao *transporte* demonstra que o automóvel convivia com antigos meios de transporte, tais como carroças e carruagens. Esse foi o caso da *oficina de carroças* de Carmine Gallo, instalada na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.93. Embora se tratasse de uma oficina para conserto de veículos utilizados no transporte de carga, esta é uma boa indicação da coexistência no cenário urbano de diferentes meios de transporte, inclusive de veículos ainda movidos à tração animal. Gallo continuaria com o negócio (agora em sociedade com o filho) até 1926, quando consta no Almanaque como *fabricante e oficina de carruagens e frete de carroças*. No ano seguinte, ele aparentemente mudou de ramo, pois o negócio em seu nome e no mesmo endereço, passou a constar como sendo uma *carpintaria*. Entretanto, em 1931 ainda encontramos uma *oficina de carroças* na rua São Domingos n.47, de propriedade de Diogo Antônio Mastrocco, cuja família estava no ramo de fabricação e conserto de carroças e carruagens desde 1924. Nos anos 1960, nos bairros mais distantes da região central da cidade ainda era possível cruzar com esse tipo de veículo...

Em 1914 encontrei, pela primeira vez, referências ao segmento da *educação*. Tratava-se de um *professor de línguas*, H. Clarkson Lloyd, que anunciava seus serviços na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.12. Entretanto, a presença desse professor foi um caso isolado e demoraram alguns anos para que ocorressem outras iniciativas nesse sentido.

Em relação aos *agentes comerciais*, já no ano de 1913, em três ocasiões, localizei pessoas envolvidas na representação comercial de diferentes produtos, fosse por conta própria ou com sistema de comissão, todos eles instalados na área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio. No n.37 da própria avenida, Leonel de Souza anunciava o serviço de *comissões, consignações e conta própria e importação e exportação*, e Benedito Dias de Oliveira, estabelecido com negócio de *secos e molhados* no n. 244, também operava como *comissário de café e outros generos*. Já a firma Vianna, Milazzo & Cia. trabalhava com *importação e exportação* e seu estabelecimento localizava-se na rua Genebra n.2. Um ano depois, somente Benedito Dias de Oliveira continuava com seu negócio no mesmo local.

- 1915

Convém reiterar que a publicação dos almanaques era feita no início de cada ano, o que explica o número relativamente alto de anúncios em 1914 quando teve início a I Guerra Mundial (28 de julho de 1914). Como era de se prever, o *Almanaque Laemmert* de 1915, publicado seis meses após o início do conflito, demonstrou uma redução drástica no número de anúncios (29), sendo que a diferença em relação ao ano anterior, apenas para a região de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio, chegou a aproximadamente 74%.

Entretanto, a primeira leitura dos almanaques publicados nos anos posteriores a 1915, antes ainda do final do conflito (entre 1916 e 1918), indicava o retorno de pelo menos parte dos empreendedores identificados anteriormente, sugerindo que se tratava de uma crise sem maiores consequências. Assim, tendo em vista a necessidade de uma avaliação mais consistente, realizamos um levantamento contendo a totalidade dos negociantes presentes nas ruas daquela área do bairro, entre os anos de 1914 e 1917, tendo o cuidado de discriminar os que não alcançaram o pós-guerra daqueles que mantiveram seus negócios. O resultado foi surpreendente: entre os 111 casos de profissionais que anunciaram seus serviços nesse período, apenas 34 (30,63%) conseguiram manter seu negócio aberto, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

LOGRADOURO	NEGÓCIOS PRESENTES ENTRE 1914 E 1916	NEGÓCIOS QUE NÃO ALCANÇARAM O PÓS-GUERRA	NEGÓCIOS QUE PERMANECERAM NO PÓS-GUERRA
AGUIAR DE BARROS	5	3	2
ASDRÚBAL DO NASCIMENTO	10	8	2
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	58	33	25
FRANCISCA MIQUELINA	9	8	1
GENEBRA	6	5	1
JACEGUAI	6	6	-
MARIA PAULA	3	3	-
SANTO AMARO	14	11	3
TOTAL	111	77 (69,37 %)	34 (30,63 %)

Tabela 21 – Porcentagem dos negócios que permaneceram na “área nobre” do Bexiga, entre 1914 e 1918. Fonte: *Almanaque Laemmert*, 1914 a 1917. Acervo Digital FBN.

Porém, acredito que essa permanência não tenha sido fácil. Dentre aqueles que permaneceram, localizei oito negociantes que mudaram de endereço, quase todos para outras ruas do bairro. O relevante dessa informação é que cinco deles se situavam na Av. Brigadeiro Luís Antônio, uma via que como estamos observando se destacava pela posição privilegiada de conexão entre o centro e a Av. Paulista, o que sem sombra de dúvidas deve ter determinado a alta dos aluguéis, inviabilizando assim a continuidade do negócio. Dessa maneira, buscar outras ruas para alocar o negócio com custos mais baixos foi uma alternativa plausível. Coincidentemente ou não, essas mudanças ocorreram justamente entre os anos de 1915 e 1917, no auge da crise econômica gerada pelo conflito mundial. Desse ponto de vista, a busca de outras informações que fornecessem um panorama mais

preciso da realidade vivida pelos anunciantes do *Almanaque Laemmert* durante aqueles anos difíceis, é oportuna. Assim, antes de analisar a atuação de cada segmento produtivo no ano de 1915, realizei um breve histórico do caminho percorrido por nossos atores.

ATIVIDADE	ENDEREÇO		ANO
AÇOUGUES	ASDRÚBAL NASCIMENTO	63	1909
AÇOUGUES	ASDRUBAL DO NASCIMENTO	75	1915
AÇOUGUES	ASDRUBAL DO NASCIMENTO	75	1916
AÇOUGUES	MAJOR DIOGO	71	1909
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MAJOR DIOGO	43	1910
AÇOUGUES	MAJOR DIOGO	43	1913
AÇOUGUE	MAJOR DIOGO	43	1914
SECOS E MOLHADOS	MAJOR DIOGO	43	1913
SECOS E MOLHADOS	MAJOR DIOGO	43	1914
SECOS E MOLHADOS	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	29	1913
AÇOUGUE	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	29	1914
AÇOUGUES	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	29	1913
SECOS E MOLHADOS	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	29	1914
SECOS E MOLHADOS	MAJOR DIOGO	49	1917
SECOS E MOLHADOS	MAJOR DIOGO	49	1918
FERRAGENS E QUINQUILHARIAS	MAJOR DIOGO	49	1921
SECOS E MOLHADOS	MAJOR DIOGO	49	1921
FERRAGENS E QUINQUILHARIAS	MAJOR DIOGO	49	1922/23
SECOS E MOLHADOS	MAJOR DIOGO	49	1922/23

Tabela 22 – Presença de José Tosto nas ruas do Bexiga, entre 1909 e 1923. Fonte: Acervo Digital FBN.

Um caso bem interessante é o de José Tosto, que desde 1909 explorava o ramo de *alimentação*. Naquele ano, ele abriu dois *açougues*, um na rua Asdrúbal do Nascimento, onde permaneceu até 1916, e outro na rua Major Diogo; em 1910, ele acrescentou ao açougue da Major Diogo um comércio de *secos e molhados*. As coisas pareciam estar dando certo para Tosto e, em 1913, talvez contando que valeria a pena arriscar em um endereço mais privilegiado (e certamente mais caro), ele abriu outra casa na Av. Brigadeiro Luís Antônio, onde continuou a explorar o comércio de *carnes e secos e molhados*. Ocorre que, em 1917, o encontramos com apenas um estabelecimento, aquele da rua Major Diogo n.49 (antigo 43), ocasião em que diversificou seu comércio entre *secos e molhados, ferragens e quinquilharias*. Ali ele ficou até 1923.

Figura 27 – Projeto arquitetônico para ampliação do armazém de José Tosto, na rua Major Diogo, 49. Fonte: *Obras Particulares*, 24/11/1913. OP/1913/Cx.M1, AHSP.

No intervalo entre 1915 e 1917, exatamente o período em que a crise econômica teve seu pior momento, Tosto abriu mão dos negócios da rua Asdrúbal do Nascimento e da Av. Brigadeiro Luís Antônio, preferindo concentrar seu capital e seu trabalho num único endereço, na rua Major Diogo, onde o imóvel era de sua propriedade. Como se pode verificar no projeto arquitetônico encaminhado à Prefeitura para aprovação de reforma, em 1913, ele ampliaria o espaço do negócio, introduzindo mais uma porta, além do corredor lateral que dava acesso à residência⁹⁴.

Os outros quatro casos de negociantes que se mudaram da Brigadeiro Luís Antônio para outras ruas são José Fiasco, Luís d'Angelo, Angelo Guacelli e Salvador Osso & Irmão.

José Fiasco possuía sapataria no n.180 daquela avenida, pelo menos nos anos de 1913 e 1914. Já entre 1917 e 1923, mudou o negócio de calçados para a rua Major Diogo n.204. Curiosamente, localizei uma solicitação junto à Diretoria de Obras da Prefeitura, pedindo autorização para a construção de “*um barracão para depósito de materiais, nos fundos do terreno*” localizado no n. 200 daquela rua. Os endereços são muito próximos, o que leva a pensar na possibilidade de se tratar de imóveis de sua propriedade. Mas isso já é especulação...

O *Almanaque Laemmert* dá contas do botequim de Angelo Guacelli no n.32A da Av. Brigadeiro Luís Antônio nos anos 1913 e 1914. Depois disso ele simplesmente desapareceu das páginas do almanaque para retornar, em 1931, na rua Santo Antônio,

⁹⁴ É importante destacar que durante a consulta aos documentos da Série *Obras Particulares*, em nenhum momento o encontramos em algum outro local que não a rua Major Diogo.

agora com uma *leitaria*. Muito tempo havia se passado, sendo impossível tecer qualquer comentário sobre o negócio ou o próprio negociante.

Luís d'Angelo foi um negociante que testou diversas possibilidades de empreendimentos no decorrer de sua vida. Entre 1911 e 1916, quando seu endereço comercial ainda era na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nas proximidades da rua Major Diogo, além do armazém de *secos e molhados, padaria, ferragens e quinquilharias e louças, porcelanas e cristais*, ele também se apresentava como *empreiteiro* de obras. Contudo, embora tenha estado naquela avenida até 1916, em 1913 ele apresentou solicitação para a construção de um sobrado na esquina das ruas Francisca Miquelina n.88 e Santo Amaro n.115, exatamente o endereço dos anúncios de 1917. Talvez a intenção de d'Angelo fosse mesmo construir um prédio para o exercício de seu negócio, iniciativa que, por ocasião da I Guerra, mostrou-se bastante oportuna. Embora tenha abandonado um endereço supostamente mais “elegante”, o novo ponto parece ser tão bom quanto o anterior, já que estava localizado entre a própria Brigadeiro Luís Antônio e a rua Santo Amaro, próximo de outras vias do bairro.

Figura 28 – Projeto para construção de sobrado com armazém no térreo, para Luiz d'Angelo, esquina das ruas Francisca Miquelina, 88 e Santo Amaro, 115. Fonte: *Obras Particulares*, 08/11/1913. OP/1913/004.543, AHSP.

Encontramos na Série *Obras Particulares*, no ano de 1919, uma solicitação de licença em nome de Savério Osso, para a “*substituição de duas portas em janelas*”, no imóvel localizado no n.198 (antigo 166) da Av. Brigadeiro Luís Antônio⁹⁵. O solicitante alega que “*há cerca de oito anos, por conveniência de seus negócios*”, as antigas janelas haviam sido substituídas por portas. Agora, se ele desejava o retorno das janelas é porque

⁹⁵ Pedido de licença para substituição de duas portas por janelas. Interessante saber que Savério Osso esclarece que “*há cerca de oito anos, por conveniência de seus negócios*”, as antigas janelas do prédio foram substituídas por portas, numa clara demonstração da instalação de um negócio no local. *Obras Particulares*, 12/06/1919. Doc.5 – Cx.B7.

não havia mais necessidade de portas abertas para a rua. O negócio em questão, de acordo com o *Almanaque Laemmert*, pertencia a Salvador Osso & Irmão. Ora, o n.166 a que Savério se referia é exatamente aquele onde funcionava a *casa de calçados* dos irmãos Osso. O documento não esclarece se Savério era proprietário do imóvel, mas o fato é que entre 1915 e 1916 os negociantes não constam nas páginas do almanaque, só retornando em 1917, agora na rua Conselheiro Ramalho n.278, onde ficaram até 1918. Em 1921 eles voltaram a mudar, desta vez para o n.241 da mesma rua.

Dos quatro casos restantes de negociantes que mudaram de endereço, dois se referem a pessoas que continuaram na Av. Brigadeiro Luís Antônio, porém em outro endereço: o *barbeiro* Carmine Grecco e o *médico* Pedro Dias da Silva.

Figura 29 – De acordo com o anúncio em *O Estado de São Paulo*, de 04/01/1914, naquela data o endereço residencial do médico, ainda era no n.179. Em 1917, ele se mudaria para a casa ao lado, no n.177 da Av. Brigadeiro Luís Antônio.

O terceiro caso foi o da firma Celeste Pintucci & Cia., proprietária da *carpintaria e marcenaria* localizada na rua Asdrúbal do Nascimento n.3, onde permaneceu até 1914. Em 1917 a *carpintaria* voltou a constar no Almanaque, agora na rua Francisca Miquelina n.18. Por fim, a *Tinturaria Paulistana*, de Antônio Solimone que entre 1913 e 1914 estava instalada na rua Francisca Miquelina n.15, passou a funcionar no n.31 da Av. Brigadeiro Luís Antônio.

De tudo que foi dito percebe-se que uma pequena parcela dos comerciantes que mudaram de endereço saiu da área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio, deslocando-se para ruas do loteamento original do bairro do Bexiga onde as atividades produtivas em geral eram marcadas por um caráter mais popular. Isso demonstra que, para esses empreendedores, o mais importante era a sobrevivência de seu negócio. Hoje, não há como ter certeza absoluta das opções e dos caminhos percorridos por essas pessoas, mas tudo indica que não devem diferir muito do panorama traçado. Independentemente de onde estivessem, o fato é que conseguiram atravessar os anos de crise. De outro lado, através desses casos, percebe-se que para a movimentação de comerciantes entre o que denomino de “área nobre” para o loteamento original de “caráter mais popular” parecia não haver limites precisos. É possível que se estabelecer na “área nobre” fosse o objetivo de certos tipos de negócios e negociantes do Bexiga, o que não significa que em momentos de dificuldades financeiras não se optasse pelo espaço possível.

Sempre é bom lembrar que a redução de anúncios no ano de 1915 não significa, necessariamente, que os negócios tivessem sido fechados. Prova disso é o retorno de antigos anunciantes às páginas dos almanaques nos anos seguintes. Pela primeira vez o segmento da *alimentação* cede lugar a outro setor, a *saúde*. Isso talvez não seja muito significativo, já que dos nove anúncios listados no *Almanaque Laemmert*, dois se relacionam a *farmácias* localizadas na Av. Brigadeiro Luís Antônio, e os demais ao exercício da medicina: cinco *médicos* naquela avenida e dois na rua Santo Amaro. Com exceção das farmácias, os outros anunciantes eram profissionais liberais, geralmente pertencentes às camadas médias e altas da população, provavelmente menos atingidos pela crise. É importante lembrar que naquele momento, no quesito saúde, o destino das pessoas mais pobres que necessitassem de serviços médicos era a Santa Casa de Misericórdia e não o médico de família. Portanto, a clientela desses profissionais estaria supostamente garantida pelos moradores da Av. Paulista, do Morro dos Ingleses ou até de bairros mais distantes, embora os vínculos com as comunidades de imigrantes implicassem que o filho formado médico cuidasse dos parentes e demais pessoas de seu círculo social.

ATIVIDADES	TOTAL
SAÚDE	9
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	5
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	4
AGENTES COMERCIAIS	3
OFICINAS E MANUFATURAS	2
ARTES E OFÍCIOS	1
SERVIÇOS PESSOAIS	1
TRANSPORTE	1
COMÉRCIO EM GERAL	1
CONSTRUÇÃO CIVIL	1
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1
EDUCAÇÃO	-
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-
TOTAL	29

Tabela 23 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1915. Fonte: Acervo Digital FBN.

Aliás, no sentido dos serviços menos essenciais para a população, naquele ano, a Av. Brigadeiro Luis Antônio foi praticamente a única a abrigar um número razoável de atividades: o comércio conjugado de *instrumentos cirúrgicos e engenharia e joalherias, ourivesarias e relojoarias* de José Ferreira Martins; a *Garage Andrade* e agência teatral de H. Barbosa & Cia; a *Casa Editora Musical Brasileira*; e o *engenheiro* J. Charvolin.

Na rua Francisca Miquelina encontramos o *comissário de café*, Angelo Soares, também envolvido com *importação e exportação*, e Antônio Araujo Franqueira, igualmente *comissário de café*. Por fim, a oficina de encadernações de S. Bigi & Cia., na rua Santo Amaro.

No caso dos setores essenciais, as atividades ligadas à *alimentação* e ao *vestuário* são as que concentram o maior número de registros. Embora a Brigadeiro Luís Antônio continuasse a concentrar a maioria das atividades na categoria *alimentação*, ali constava apenas a presença de três *padarias*, um *açougue* e o único comércio de *secos e molhados* que ficava na rua Santo Amaro. Fenômeno semelhante envolvia também a categoria *vestuário e acessórios*, com um *comércio de calçados*, uma *fábrica de chapéus* e uma *alfaiataria* instalados na avenida, e uma casa de *modas e confecções* na rua Francisca Miquelina.

- 1918

Neste ano, dos 72 anúncios identificados na “área nobre” do bairro, observa-se um aumento de 148,27% em relação ao total dos 29 anúncios publicados em 1915. Porém, se compararmos esse número com o crescimento verificado no bairro como um todo (com 134 anúncios), percebemos que esse aumento beneficiou principalmente os negociantes estabelecidos na Av. Brigadeiro Luís Antônio. Ali, os 72 anúncios corresponderam a um acréscimo de 53,71% em relação ao total de anúncios no bairro. Ou seja, embora essa área fosse proporcionalmente menor, concentrou a maioria dos anúncios publicados no Almanaque. É muito possível que a presença de mais atividades na “área nobre” do bairro se justifique pelo “poder de fogo” dos negociantes ali instalados que supostamente teriam condições financeiras mais favoráveis para arcar com os valores mais altos dos aluguéis, as taxas devidas ao município para obtenção dos “alvarás e licenças” para exercício do seu negócio e a aquisição de mercadorias e instrumentos de trabalho, despesas essas que talvez fossem mais onerosas para os negociantes mais modestos do Saracura e mesmo do antigo loteamento do Bexiga.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	22
SAÚDE	19
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	7
ARTES E OFÍCIOS	5
CONSTRUÇÃO CIVIL	5
SERVIÇOS PESSOAIS	4
COMÉRCIO EM GERAL	3
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	2
OFICINAS E MANUFATURAS	2
TRANSPORTE	1
EDUCAÇÃO	-
AGENTES COMERCIAIS	-
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-
TOTAL	72

Tabela 24 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1918. Fonte: Acervo Digital FBN.

Por outro lado, ainda que a situação econômica apresentasse uma certa melhora, possivelmente muitos negociantes ainda se sentissem inseguros, até porque a sombra dos tempos difíceis ainda estava muito presente. Tanto era assim, que mesmo nas ruas adjacentes à Brigadeiro Luís Antônio a ocorrência de anúncios ainda se mostrava rarefeita no ano de 1918, tendo aquela avenida se mantido à frente das demais vias com 50 anunciantes.

Na avenida, entre os 16 serviços voltados à *saúde*, 13 se relacionavam aos *médicos* que ali moravam e/ou clinicavam – justamente os profissionais que, pelo menos em teoria, teriam sido menos prejudicados pela crise. Coincidentemente, esse foi o ano em que encontramos o maior número de médicos na área nobre do bairro, jamais superado depois. Ainda na Brigadeiro Luís Antônio, temos o *dentista* Antônio Dias de Arruda, no n.270; as *Pharmácias Vita*, de Nicolau A.T. Vita no n.31, e *Humanitária* de Daunt& Carvalho no n.209.

ENDEREÇOS RESIDENCIAIS E/OU PROFISSIONAIS	N.	MÉDICOS	ENDEREÇOS PROFISSIONAIS
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	42	GABRIEL RAJA	-
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	48	GINO GELLI	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 10
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	56	ANGELO VESPOLI	-
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	77	RICCIOTI ALLEGRETTI	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 16
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	81	SALLES JÚNIOR	-
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	87	PAULO DE SOUZA QUEIROZ	-
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	119	ALBERTO SEABRA	RUA SÃO BENTO, 45
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	177	PEDRO DIAS DA SILVA	RUA SÃO BENTO, 45
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	181	GABRIEL HERRISON	-
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	198	CARLOS DE CAMPOS	-
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	206	JAMBEIRO COSTA	RUA LÍBERO BADARÓ, 67, 2º. AND.
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	253	(PEDRO) MARQUES SIMÕES	-
AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	267	VALERIANO DE SOUZA	-
RUA SANTO AMARO	16	(NICOLAU) ESHER SOARES DO COUTO	-
RUA SANTO AMARO	59	EDUARDO MONTEIRO	-
RUA SANTO AMARO	71	EVARISTO DA VEIGA	-

Tabela 25 – Médicos com residência e/ou consultórios na “área nobre”. Fonte: Acervo Digital FBN.

Localizei na Série *Obras Particulares* uma informação interessante que pode acrescentar algo mais sobre o médico Jambeiro Costa. Em 22/12/1915, na qualidade de proprietário do imóvel na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.208, ele encaminhou uma solicitação de licença para a “*reforma no barracão existente nos fundos do quintal*”, exatamente ao lado do endereço fornecido no *Almanaque Laemmert* três anos depois. Não sabemos a que fim se destinava o barracão, se era para um simples depósito de objetos, para uma garagem, ou mesmo para um suposto consultório. O caso é que essa informação confirma que o médico era proprietário daquele imóvel e, provavelmente, também do imóvel onde morava. Por outro lado, a situação privilegiada dessa avenida leva a supor que

os imóveis ali localizados eram bastante valorizados, hipótese que se confirmada, comprova a posição social desses profissionais da saúde.

Figura 30 – Anúncio de Gabriel Raja, um dos poucos médicos que seguramente possuiu consultório na Av. Brigadeiro Luís Antônio, no jornal *O Estado de São Paulo*, de 04/08/1918.

Figura 31 – Nesses anúncios, temos dois exemplos de profissionais que residiam na Av. Brigadeiro Luís Antônio, mas possuíam consultório no Centro da cidade. Aqui observamos, por parte de ambos, a preocupação em divulgar os endereços residenciais. *O Estado de São Paulo*, 04/07/1918.

Os serviços de *saúde* restantes referem-se aos médicos Nicolau Soares do Couto Esher, Eduardo Monteiro e Evaristo da Veiga, todos eles com residência e/ou consultórios na rua Santo Amaro.

Referentes a negócios de *alimentação* havia 22 anúncios, 13 deles na Av. Brigadeiro Luís Antônio. Além das modalidades já conhecidas – sete casas de *secos e molhados*, uma delas associada ao comércio de *presuntos, salames e conservas de carnes*; um *açougue*; uma *padaria* –, identifiquei a introdução de novas atividades: um *restaurante* no n.53 da Av. Brigadeiro Luís Antônio e uma *horticultura (Chácara de Plantas)* instalada no n.149 da mesma avenida, na altura da rua Major Diogo⁹⁶. Na sequência, vem a rua Santo Amaro com cinco anunciantes: quatro armazéns de *secos e molhados* e uma *confeitaria*. As demais atividades, três negócios de *secos e molhados* e uma *leiteria*, se distribuíam pelas ruas Francisca Miquelina, Genebra e Maria Paula.

O segmento de *vestuário e acessórios* novamente coloca a Av. Brigadeiro Luís Antônio na liderança dos negócios desenvolvidos na área: para as sete atividades identificadas no ramo na Avenida no trecho junto ao centro, duas eram *casas de calçados*, uma era *loja de chapéus para senhoras e crianças*, uma *alfaiataria* e uma *oficina de costura*. Já nas ruas Asdrúbal do Nascimento e Santo Amaro encontramos mais dois *alfaiates*. Significativamente, entre todas as atividades relacionadas a esse segmento, somente o alfaiate localizado na rua Santo Amaro estava mais distante do centro da cidade, o que remete à ideia de que a presença desses estabelecimentos se justificava

⁹⁶ No caso da *Chácara de Plantas*, é interessante notar que, de acordo com o Art.10, da Lei n.1874, de 12/05/1915, as hortas só seriam toleradas na extremidade do segundo perímetro urbano da cidade. Ora, aquela avenida localizava-se justamente dentro desse perímetro, bem longe do que a lei considerava “extremidade”, conforme pode ser observado na Planta da Cidade de São Paulo, editada em 1916 ⁹⁶. O primeiro anúncio da chácara data de 1917, ou seja, dois anos após a implantação da Lei 1874, e sua presença confirma-se até 1922-23. Disso poderíamos deduzir que, de um lado, a lei não foi acatada de pronto e que a própria Prefeitura fazia “vista grossa” para eventuais transgressões à lei. Por outro lado, a presença da chácara indica a manutenção da prática agrícola dentro da cidade, fato comum até o início do século XX.

principalmente pela proximidade com a Faculdade de Direito (entre o Largo São Francisco e a rua do Riachuelo).

O setor de *artes e ofícios* reuniu cinco negócios, dois deles na Av. Brigadeiro Luís Antônio, caso da *Casa Editora Musical Brasileira*, de Campassi & Camin e da *oficina de gravuras* de Raphael Lucibello & Irmão, todas elas respectivamente nos números 30A e 44. Nas duas ocasiões, trata-se de atividades bastante especializadas, certamente destinadas a uma clientela com hábitos mais requintados. Já os três profissionais estabelecidos na rua Santo Amaro estavam de alguma maneira ligados ao universo musical: o *afinador de pianos* Francisco Morsa, não necessariamente um músico, mas alguém que viabilizava a *performance* musical dos amantes da música; o *professor de violino* Luiz Filgueiras e o *professor de piano* Egydio Lucchesi.

A *construção civil*, ainda que não tenha retomado o mesmo impulso verificado em 1914 (quando 16 profissionais divulgaram seus serviços), em 1918 apresentou uma pequena recuperação. Se em 1915 identifiquei apenas um engenheiro, em 1918 localizei um *fabricante de ladrilhos e mosaicos*, um *marmorista*, um *bombeiro hidráulico* e duas *marcenarias*.

De acordo com o *Almanaque Laemmert*, Ulysses Pellicciotti, o fabricante de ladrilhos e mosaicos, iniciou seu negócio por volta de 1909. No entanto, já em 1906, um tal de Jao (sic) Pellicciotti encaminhou à Diretoria de Obras um projeto arquitetônico para a construção de um salão, na Av. Brigadeiro Luís Antônio s/n. Tratava-se do mesmo negócio mencionado no ano 1908, de pedido de licença para instalação de letreiro para oficina de escultura, encaminhado em 1907 ao setor de Polícia e Higiene da cidade de São Paulo. Já em 1914, localizei um outro projeto, ao que parece, para o mesmo local. Como se pode notar nos projetos abaixo, o último revela que o negócio havia dado certo, tanto que seu proprietário se propunha a aumentar a área construída.

Os préstimos oferecidos por Pellicciotti no decorrer dos quase dez anos de atividade variaram entre o comércio de materiais de construção (cimento, gesso, telhas de vidro, azulejos, cerâmicas, ladrilhos), os serviços de estucador, escultor e estatuário, além da própria fabricação de parte desses produtos, sempre no mesmo endereço, à Av. Brigadeiro Luís Antônio n.50 (que após o Emplacamento de 1919 tornou-se n.86).

Figura 32 – Projeto arquitetônico para construção de salão para Jao & Pelliciotti, no n. 50 da Av. Brigadeiro Luís Antônio. *Obras Particulares*, 19/12/1906. OP/1906/000.265, AHSP.

Figura 33 – Planta de elevação para a construção de sobrado com armazém no térreo para Ulysses Pelliciotti, no mesmo local onde fora construído um salão em 1906. *Obras Particulares*, 30/05/1914. OP/1914/000.780, AHSP.

Figura 34 – Planta baixa referente ao mesmo projeto.

Os marmoristas E.Belpiede & Pasini anunciaram no Almanaque pela primeira vez em 1917, porém, em 02/08/1913, eles haviam encaminhado à Diretoria de Obras uma solicitação de licença para a construção de um barracão para oficina de marmoraria nos fundos do terreno sito à Av. Brigadeiro Luís Antônio s/n conforme projeto arquitetônico abaixo.

Figura 35 – Projeto, em nome de E. Belpiedade & Pasini, de barracão para oficina de marmoraria nos fundos do terreno, mais duas salas no alinhamento. *Obras Particulares*, 02/08/1913. OP/1913/000.931, AHSP.

O mesmo sucedeu com Francisco Peixoto, proprietário da *marcenaria* instalada no n.78 da rua Santo Amaro. De acordo com a Série *Obras Particulares*, em 14/04/1914⁹⁷, Peixoto encaminhou um pedido de licença para a construção de um barracão para oficina de carpintaria naquele mesmo endereço. Ainda que a solicitação fosse para uma *carpintaria* – frequentemente encontrei a associação entre dois ofícios (marceneiro e carpinteiro). O fato é que a oficina estava ali há quatro anos.

A constatação de que essas empresas já existiam há vários anos reforça a ideia de que sempre é necessário ter cuidado ao trabalhar com os dados obtidos através dos almanaques, pois nem sempre os negociantes desta e de outras partes da cidade utilizaram tal tipo de divulgação para seus negócios.

Sobre o *marceneiro* Francisco Russo e o *bombeiro hidráulico* (encanador) Angelo Rivitti há pouco o que dizer, apenas que ambos possuíam suas oficinas nos números 70 e 170, respectivamente, e que aparentemente iniciaram seus negócios em 1918.

Em vista de uma conjuntura na qual prédios continuavam a ser construídos e a cidade continuava em franco crescimento, se pensarmos em toda a área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio (envolvendo as ruas Asdrúbal do Nascimento, Genebra, Francisca Miquelina, Jaceguai, Maria Paula e Santo Amaro, além das ruas localizadas nos bairros adjacentes tais como o centro e a Liberdade, e do próprio Bexiga), percebe-se que as cinco atividades relacionadas à construção civil representam um número bem reduzido. Resta saber como o segmento se apresentou nas demais áreas do bairro do Bexiga, o que se verá mais adiante.

⁹⁷ *Obras Particulares*, 14/04/1914. OP/1914/S2.

Se esse setor já se mostrou pouco significativo, pior foi a situação dos demais. Na categoria *serviços pessoais*, nota-se a presença de uma *tinturaria* e três *advogados*, dois na Av. Brigadeiro Luís Antônio e outro na rua Santo Amaro. No ramo de *comércios em geral*, havia: duas casas de *armarinhos e fazendas* na Av. Brigadeiro Luís Antônio; um *comércio de tecidos elásticos* na rua Asdrúbal do Nascimento; duas lojas de *móveis e utilidades domésticas* na avenida; um *fabricante de pomada para calçados* na rua Santo Amaro; e a já conhecida *Garage Taxi Bloc*.

Desses negócios, destaca-se o caso interessante do *comércio de tecidos elásticos*, de Michele Noschese, na rua Asdrúbal do Nascimento n.28. Em 11/05/1910, um certo Miguel Noschese se propôs a construir um grande galpão para a instalação de uma fábrica, não se sabe de quê. Conforme o projeto encaminhado à Diretoria de Obras, o galpão seria construído nos fundos do n. 28 da rua Asdrúbal do Nascimento, com entrada pela pequena via que circundava o antigo *Albergue Noturno*. Se compararmos a planta de situação do projeto com o mapa SARA Brasil, veremos que a lateral da fábrica estava voltada para a Travessa Noschese que, por sua vez, tinha uma saída para a rua Santo Amaro. O fato de a travessa ter seu sobrenome significa que Noschese foi proprietário de outros terrenos naquele local, e certamente se tratava da mesma pessoa, sendo que o nome Miguel é a versão abrigueirada de Michele. Uma matéria veiculada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 21 de julho de 1917, a respeito das greves realizadas naquele ano, indica que entre os “*estabelecimentos que subscreveram as clausulas do accordo geral de 14 do corrente*” estava a *Fábrica de Tecidos Elásticos Michele Nosches*. Ainda que o anúncio no Almanaque de 1918 não especifique que o negócio envolvia também a produção de tecidos, a matéria do jornal não deixa dúvida quanto a isso. Um ano mais tarde, a atividade de Noschese seria definida como “*fabricação de tecidos elásticos*” nos anúncios do referido almanaque.

Figura 36 – Projeto, em nome de Miguel Noschese para construção de galpões para fábrica e depósito (?), na rua Asdrúbal do Nascimento, 28. *Obras Particulares*, 11/05/1910. OP/1910/000.223, AHSP.

Figura 37 – No mapa SARA Brasil, de 1930, é possível ver que os galpões construídos para Miguel Noschese ainda mantinham a mesma configuração do projeto encaminhado em 1910. Na imagem, o *Albergue Noturno* situa-se exatamente abaixo do referido prédio. Fonte: SARA Brasil, Fl.51, 1930. AHSP.

Assim, constatamos a combinação de fabricação e comércio de produtos, fato bastante comum no bairro, principalmente no ramo *vestuário*, aspecto que voltaremos a abordar mais a frente.

- 1922-23

A I Grande Guerra de 1914-18 havia terminado há quase cinco anos e o volume de anúncios publicados no *Almanaque Laemmert* no biênio 1922-23 ⁹⁸ demonstra que pouco a pouco os negócios foram se recuperando da crise econômica. Neste período, os 440 anúncios abrangendo a totalidade do bairro do Bexiga significaram um acréscimo de pouco mais de 228 % em relação ao período anterior (com 134 anúncios). Já a “área nobre”, com 142 anunciantes, foi responsável por 32,27% de todas as atividades produtivas desenvolvidas no bairro.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	40
SAÚDE	22
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	21
CONSTRUÇÃO CIVIL	13
SERVIÇOS PESSOAIS	10
COMÉRCIO EM GERAL	8
ARTES E OFÍCIOS	5
EDUCAÇÃO	5
TRANSPORTE	4
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	4
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3
AGENTES COMERCIAIS	3
OFICINAS E MANUFATURAS	3
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	1
TOTAL	142

Tabela 26 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1922-23. Fonte: Acervo Digital FBN.

Os setores de *alimentação, saúde, vestuário, construção civil, serviços pessoais e comércio em geral* mantêm a tendência de liderança que registrado desde o início das investigações. Também não constitui novidade o fato de a Av. Brigadeiro Luís Antônio continuar a abrigar a maior parte dos negócios, seguida de longe, apenas pela rua Santo

⁹⁸ Desta feita, excepcionalmente, a publicação do almanaque abrangeu dois anos, 1922-1923.

Amaro. A novidade do período está no acréscimo de novos empreendimentos dentro de segmentos já existentes, e no surgimento de novas modalidades de negócios, alterações essas que ocorreram basicamente no setor da *alimentação*.

Como já mencionei, os médicos residentes no bairro aos poucos começaram a abandonar o local. Nota-se a saída de dois dos dezesseis profissionais presentes em 1918. Em compensação, aparece um novo profissional, o químico Manoel Pereira de Rezende⁹⁹, com provável residência no n. 175 da Av. Brigadeiro Luís Antônio. Além desses profissionais liberais, constata-se a permanência de duas *farmácias* antigas, o acréscimo de uma nova e de um comércio de *drogas* pertencente ao negociante Fernando Mentges Filho. Esse foi o caso de um agente que ficou pouquíssimo tempo na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.78, apenas dois anos, tendo sido decretada sua falência antes do término de 1922¹⁰⁰.

Ainda dentro do setor *saúde* localizei um caso curioso. Tratava-se de uma atividade que desde 1917 se anunciava como uma *Chácara de Plantas* voltada para a *horticultura*, porém, em 1922 o anúncio indica a presença de um *hervanário* no local. É claro que uma chácara “de plantas” sempre poderia produzir qualquer tipo de vegetal, de legumes, frutas e verduras destinados à alimentação, até aqueles utilizados para fins medicinais. O que causa estranheza é a súbita mudança de foco, ou a especificação da mesma, numa nítida especialização.

Assim como nesse caso, em outras situações voltei a notar a conjugação de diferentes modalidades de negócio. É o que ocorreu particularmente no ramo dos calçados, vestuário e chapéus, no qual comércio e serviços parecem se combinar num mesmo endereço sob a liderança da mesma pessoa. Como exemplo, em 1918, temos Lanfranchi & Cia. e Roque Mariani & Filho, respectivamente localizados na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nos números 22B e 25, que anunciavam seus negócios como *casas de calçados*, dando a entender que ali comercializavam o produto. Já em 1922-23, seus anúncios designam *sapatarias*, levando-nos a crer que se tratava de uma prestação de serviços. Em 1913, o mesmo Roque Mariani anuncia seu negócio como *sapateiro*, que no linguajar atual significa o profissional que conserta calçados. É bem provável que esses profissionais

⁹⁹ De acordo com a *Estatística Industrial de São Paulo*, publicada pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo em 1930, o setor químico foi um dos segmentos explorados pela indústria nacional. Porém, não conseguimos obter mais informações acerca das possíveis áreas de atuação deste novo profissional (o químico), nem o seu grau de envolvimento com a indústria farmacêutica. In FAUSTO, Bóris, *A revolução de 1930. Historiografia e História*. 7ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1981, p.26.

¹⁰⁰ *Diário Oficial* de 14/09/1922, contendo decreto de falência em 11 do mesmo mês. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2021690/pg-23-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-09-1922/pdfView>. Consulta em: 28/10/2013.

realmente realizassem todas as operações apontadas nos almanaques – fabricação, consertos e comércio. Aqui há duas possibilidades: o próprio Almanaque, ao classificar as atividades de seus anunciantes confundia as aptidões, ou os anunciantes procuravam destacar esta ou aquela especialidade a depender do que os valorizasse como profissionais em diferentes momentos. Coisa semelhante aconteceu com o *vestuário*, onde a mesma pessoa ora anuncia sua atividade como *oficina de costura* (1917), ora como *modista* (1922-23). Esse caso das Irmãs de Léo, estabelecidas no n.2 da Av. Brigadeiro Luís Antônio, ora como *modas e confecções* (1922-23), ou o caso dos *coletes para senhoras* de Georgina Queiroz (1925), estabelecida no n.22 daquela avenida. Possivelmente, a sucessiva mudança na denominação das atividades se relacione ao desejo de agregar valor ao negócio e, conseqüentemente, atrair uma clientela mais requintada.

No caso dos serviços voltados para a *construção civil*, embora tenha havido um acréscimo no total do número de atividades anunciadas, o único segmento que realmente apresentou um crescimento relevante foi aquele dos *bombeiros hidráulicos*, nossos atuais encanadores ¹⁰¹. De um único caso identificado em 1918, Angelo Rivitti, sediado no n.170 da Av. Brigadeiro Luís Antônio, agora há outros quatro profissionais na mesma avenida. No caso dos demais serviços (*carpintarias, ferrarias, serralherias, marmorarias, comércio de madeiras, produção e comércio de ladrilhos e mosaicos*), identifiquei um profissional para cada atividade. A exceção ficou por conta das *marcenarias* que tiveram seu número reduzido, de três estabelecimentos em 1918 para dois nos anos 1922-23.

Merece destaque o único engenheiro identificado no biênio 1922-23, Antônio Rapp. Trata-se de um profissional da construção civil que atuou na construção da cidade, pelo menos desde 1912. Rapp possuía elos familiares com o já citado engenheiro Augusto Fried e, ao que tudo indica, foi quem o sucedeu após sua morte. O endereço publicado por Rapp na edição de 1922-23 do almanaque coincide com aquele fornecido por Fried em 1909 e 1910 na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.245¹⁰².

As informações mais importantes sobre o engenheiro-arquiteto Antônio Rapp são da Série *Obras Particulares*, onde além de constar na solicitação de aprovação do projeto

¹⁰¹ Note-se que na cidade do Rio de Janeiro, esses profissionais até hoje são conhecidos como “bombeiros hidráulicos”.

¹⁰² Em trabalhos acadêmicos encontramos raras referências a esse profissional, mas tivemos oportunidade de conhecer seu trabalho por ocasião do projeto “*Arquivo Histórico Municipal Washington Luís – A cidade de São Paulo e sua Arquitetura*”. Já de todas as informações coletadas nos jornais da época, uma se mostrou especialmente relevante: o comunicado feito pela viúva de Augusto Fried, através do jornal *O Estado de São Paulo*, de 03/08/1912, onde ela participa que “*todos os assuntos referentes às obras em andamento e bem assim a liquidação de contas*” do falecido engenheiro estarão por conta de “*seu genro, o engenheiro arquitecto, sr. Anton Rapp*”.

arquitetônico para as “*reformas no escritório do arquiteto Antonio Rapp*”, nas proximidades da rua Santa Madalena¹⁰³, seu nome figura como um profissional que desenvolveu uma série de projetos para prédios comerciais nas principais ruas do centro da cidade e para edifícios residenciais em vários bairros, inclusive na sofisticada Av. Paulista. Já o trabalho de Marina Nardim Prado¹⁰⁴ esclarece que o prédio original do *Hospital Santa Catarina*, de 1906, e localizado na mesma avenida, também é de sua autoria.

As investigações sobre Antônio Rapp forneceram alguns indícios que podem confirmar, ainda que parcialmente, a hipótese acerca dos critérios utilizados pelos profissionais liberais para a escolha da Av. Brigadeiro Luís Antônio como endereço residencial e/ou profissional conveniente para o desenvolvimento de suas carreiras. Por outro lado, reafirma a posição estratégica da avenida.

A próxima categoria na sequência das atividades que tiveram desempenho mais significativo no biênio 1922-23 foi a de *serviços pessoais*, envolvendo uma *barbearia* na rua Genebra e quatro na Av. Brigadeiro Luís Antônio, bem como três *tinturarias* na mesma avenida. Entre os profissionais liberais, notam-se dois *advogados*, um deles o futuro presidente do Estado de São Paulo, Carlos de Campos¹⁰⁵, mais um personagem a valorizar a Av. Brigadeiro Luís Antônio...

O *comércio em geral* contou com oito atividades produtivas, sendo seis delas localizadas na Av. Brigadeiro Luís Antônio: três casas de *armarinhos*, um comércio de *artigos para sapateiros*, uma casa de *ferragens e quinquilharias* e um *comércio de pipas*. Já na rua Maria Paula encontramos uma casa de *armarinhos*, e na rua Santo Amaro um *comércio de graxa e pomada para calçados*. As lojas de *armarinhos* possuem uma característica comum: pertenciam a pessoas provenientes do Oriente Médio. Naquele momento já era possível verificar a forte presença de turcos, sírios, libaneses e judeus nas ruas Florêncio de Abreu e 25 de Março, geralmente no negócio de *armarinhos* e fazendas. Mas, pelo que indicam os almanaques, parece que pelo menos alguns deles iniciaram suas

¹⁰³ Série Obras Particulares, Projeto SIRCA, 1916, DOC.44-Cx.B5.

¹⁰⁴ PRADO, Marina Nardin. TFG *Avenida Paulista. Roteiro de arquitetura*. FAUUSP. s/data. p.16. Disponível em: issuu.com/npmari/docs/caderno_tfg2. Consulta em: 31/10/2013.

¹⁰⁵ Em 02/12/1894, no dia seguinte à apuração das eleições para o congresso estadual de 01 de dezembro do mesmo ano, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiou o resultado parcial do pleito, onde Carlos de Campos figurava como um dos deputados governistas mais votados, com 9.902 votos. O advogado, filho do presidente do estado de São Paulo Bernardino de Campos, também governou o estado entre maio de 1924, até a sua morte, em 1927. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_de_Campos. Consulta em 01/11/2013.

Sobre Carlos de Campos, é curioso notar a presença de um médico, com o mesmo nome, nos Almanques de 1918 e no biênio de 1922-23, sendo que o endereço deste profissional distava poucos metros do advogado: um residia no número 198 e o outro, no número 222. Infelizmente, não conseguimos apurar nada sobre o médico, restando a dúvida se eram da mesma família, ou mera coincidência...

atividades em outras áreas da cidade, inclusive em partes do bairro do Bexiga, como será possível observar no tópico destinado ao “loteamento original”.

Os sócios David & Abrahão, possivelmente judeus, estavam estabelecidos na Av. Brigadeiro Luís Antônio, assim como os sírios Zaedan Calux & Irmão e A. Saadi & Cia. Já José Rahal & Irmão – também de origem síria – possuíam loja na rua Santo Amaro. Em busca de mais informações sobre esses comerciantes, descobri no jornal *O Estado de São Paulo* de 13/04/1918 que os irmãos Rahal estiveram envolvidos com a compra de mercadoria ilícita, fruto de furto “do estabelecimento de Emilio Schultz”, razão pela qual foram ao Tribunal do Júri. Embora tenham sido absolvidos, a notícia do jornal não deixa claro o alcance do envolvimento dos acusados no roubo. De qualquer maneira, as mercadorias deviam se destinar ao abastecimento da loja, que naquele ano ainda estava instalada na Av. Brigadeiro Luís Antônio.

Figura 38 – Notícia acerca do julgamento de José Rahal & Irmão, por compra de mercadorias “furtadas”, em 12/04/1918. *O Estado de São Paulo*, 13/04/1918.

A partir de 1922, constata-se a introdução de um novo segmento no cenário do bairro de atividades vinculadas à *educação*. Naquele momento, professores e instituições de caráter educativo passam a figurar nas páginas do *Almanaque Laemmert*. São poucos os casos, entretanto, são indicativos da importância adquirida pela educação formal na cidade de São Paulo. Ainda que a abordagem dessa questão tenha obedecido a propostas políticas opostas, derivadas de momentos políticos diversos (a Proclamação da República e o final da Primeira República), do ponto de vista do ideário republicano, e de acordo com autores que se debruçaram sobre a questão, a educação foi encarada como um “*instrumento de progresso social e espaço de tratamento moral, capaz de colocar o Brasil em sintonia com as sociedades civilizadas*”, ou seja, uma forma de inserção do país na modernidade

almejada por educadores, administradores e a sociedade de uma maneira geral (Silva & Mate, 2009, p.1). Embora não seja possível dimensionar o significado particular dessa questão para os diferentes segmentos sociais, especialmente para os moradores da área analisada, o fato é que em 1922 identificamos três professores e duas escolas particulares.

Figura 39 – Anúncio publicado por Salvador Ferrara no jornal *O Estado de São Paulo*, em 15/11/1921.

Desde 1882, a região já contava com uma escola pública, a *Escola de Primeiras Letras* instalada na rua Aguiar de Barros, esquina com rua Santo Amaro, no terreno doado pela Baronesa de Limeira em 1877. Esse é o endereço fornecido pelo professor de contabilidade Salvador Ferrara. Além de trabalhar naquela escola, Ferrara também dava aulas particulares no Largo 7 de Setembro, bairro da Liberdade, localidade não muito distante da rua Aguiar de Barros. Talvez esse fosse o endereço da sua residência.

O professor de francês, Jean Maibon, indicou a rua Santo Amaro n.73, certamente também seu endereço residencial. Conforme o anúncio publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1913, tratava-se de um estudante de Ciências Naturais que havia realizado seus estudos na França. Apesar de qualificado como ‘cientista natural’, Maibon lecionava francês no Colégio Franco-Brasileiro, além de dar aulas particulares para estudantes de medicina. Cinco anos depois, ele era diretor e, em seguida, professor na mesma escola. A última notícia a seu respeito data de 17/02/1924, quando um comunicado da *Sociedade Rádio Educadora Paulista* o identifica como um dos sócios fundadores.

Figura 40 – *O Estado de São Paulo*, 12/04/1913.

Figura 41 – *O Estado de São Paulo*, 14/04/1918.

Já o Dr. Arthur de Oliveira Fausto morava no sobrado do prédio n.8 da Av. Brigadeiro Luís Antônio. O almanaque não especifica sua especialidade, porém pelo anúncio do *Gymnasio “Oswaldo Cruz”* publicado no Estado de São Paulo em 1915, indica que Fausto talvez fosse professor de física ou química.

Figura 42 – O Estado de São Paulo, 07/02/1915.

Se os três casos citados não dizem muita coisa sobre as escolas do bairro, eles demonstram que viver no Bexiga era uma opção interessante para os setores médios da população. A especialização dos endereços desses professores na Planta SARA Brasil (Anexo 3.6 – *Especialização de atividades*) revela que, com exceção de Salvador Ferrara, cujo anúncio se referia especificamente ao espaço de trabalho, Jean Maibon (rua Santo Amaro) e Arthur de Oliveira Fausto (Av. Brigadeiro Luís Antônio) moravam em vias servidas por linhas de bondes elétricos, o que em si já é um fator de atração para quem viesse de outras partes da cidade para ter aulas.

Contrariando a primeira impressão sobre a escola *Aprendizes Artífices* sediada na Av. Brigadeiro Luís Antônio, não se trata da instituição federal denominada *Escola de Aprendizes Artífices* então localizada na Av. São João n. 404. Infelizmente, não foi possível obter informações adicionais acerca desse estabelecimento de instrução. Julgo que se tratava de uma iniciativa de caráter privado que se apropriou do nome daquela instituição pública como forma de valorizar a iniciativa.

Esse parece não ter sido o caso do *Commercial Mercurio*, estabelecido no n.108 da mesma avenida. Desde fins do século anterior, em decorrência da importância adquirida pelo comércio em suas diferentes modalidades na economia nacional e local, e a abertura de inúmeros novos negócios, “surge uma nova demanda profissional: empregados qualificados para trabalhar nas empresas e administradores para gerenciá-las”¹⁰⁶. Assim, em 1901, nota-se o aparecimento das primeiras iniciativas para a criação de cursos especializados nas ‘artes’ do comércio – para os escritórios comerciais e comércio em geral (escriturários, datilógrafos, guarda-livros, contadores, secretariado) –, que irão se materializar um ano depois, com a aprovação dos “Estatutos da Escola Prática de Comércio de São Paulo”, a futura *Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado*,

¹⁰⁶ POLATO, Mauricio Fonseca – *A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931)*. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP, 2008, p.79.

primeira instituição de ensino de práticas relacionadas ao comércio no país. A partir dessa iniciativa, outras escolas foram abertas nos anos seguintes com o mesmo objetivo, caso da *Academia Commercial Mercurio*, fundada em 1903. Em 1913, conforme o anúncio publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, a escola funcionava na rua Manoel Dutra, mas dois anos depois iria se mudar para a Av. João n.173, como demonstra outro anúncio de 1915. A partir de 1921, a *Commercial Mercurio* voltaria ao bairro, agora na Av. Brigadeiro Luís Antônio no n.108, sobrado onde ficou pelo menos até 1931.

Figura 43 – Academia Commercial Mercurio. *O Estado de São Paulo*, 17/09/1913.

Figura 44 – De acordo com esse anúncio, a Academia Commercial Mercurio foi fundada em 1903. *O Estado de São Paulo*, 11/10/1915.

Figura 45 – Academia Commercial Mercurio. *O Estado de São Paulo*, 14/02/1921.

Um pequeno conjunto de negócios merecedor de destaque é aquele relacionado ao ramo de *informação e comunicação*, no qual reuni as atividades que de algum modo disponibilizassem à população o acesso a jornais, revistas, livros e outros produtos impressos, inclusive *bilhetes* e *cartões postais* (Anexo 2 – *Atividades identificadas*). Em 1915, o *Almanaque Laemmert* registra tais atividades numa loja até então inexistente no bairro: a *Casa Editora Musical Brasileira*, de Campassi & Camim, situada na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.59. Havia também o comércio de *jornais e revistas*, *O Cometa*, na rua Genebra n.15, e o comércio de *bilhetes postais* de José Pasqualucci na rua Santo Amaro n.139.

A *Casa Editora Musical Brasileira*, ou *G.Campassi & Cia.*, foi o caso mais significativo. Tratava-se de uma firma voltada para a “*gravação e impressão de música em edições próprias ou por conta de terceiros*”, conforme o anúncio publicado no jornal *O*

Estado de São Paulo de 03 de janeiro de 1917. Alguns anos mais tarde, em 06 de janeiro de 1920, o mesmo jornal indica que “a casa dispõe (também) de maestros competentes para arranjos, reduções, correções, etc.”. Como se pode depreender dos anúncios, os dizeres “a casa dispõe de maestros competentes para arranjos, reduções, correções, etc., etc.” indicam que além de se tratar de uma atividade especializada, os editores procuravam oferecer aos clientes serviço personalizado que deveria valorizar o trabalho de músicos e autores musicais.

Figura 46 – *O Estado de São Paulo*, 13/05/1916.

Figura 48 – *O Estado de São Paulo*, 06/01/1920.

Figura 47 – *O Estado de São Paulo*, 05/01/1917.

A julgar pelas referências à *Editora Musical Brasileira*, encontradas na *Web*, trata-se de uma casa importante para a divulgação do trabalho de músicos brasileiros famosos, como Marcelo Tupinambá (1919) e Villa-Lobos (1922)¹⁰⁷. O fonógrafo chegou ao Brasil

¹⁰⁷ Conforme o blog *Daniella Thompson em Brazil*, o tango *Sou Batuta* foi publicado pela Casa Editora Musical Brasileira, em 1919. Disponível em: http://daniv.blogspot.com.br/2002/11/boeuf-chronicles-pt_09.html; sobre a música *Brasil novo: hymno revolucionario*, de Heitor Villa-Lobos, sua gravação data de

em fins do século XIX e a *Casa Edison*, no Rio de Janeiro, foi responsável pela primeira gravação musical no país em 1902. Porém, em nenhuma dessas citações fica claro se o trabalho da *G.Campassi & Cia.* se restringia às partituras ou se envolvia a gravação de discos. De qualquer maneira, o anúncio de 13/05/1916, “*Officina completa para impressão de música*” sugere que tratava-se de gravadora de fonogramas.

No caso de José Pasqualucci, o comércio de *bilhetes postais* deve ter sido apenas uma opção momentânea, cuja permanência talvez dependesse do sucesso ou insucesso da empreitada. Em 1920, Pasqualucci encaminhou à Diretoria de Obras um pedido de licença para a “*construção de um prédio para fábrica de calçados*” na rua Maria José n.27. Acresce que entre os anos 1924 e 1927, o mesmo Pasqualucci encontrava-se estabelecido com comércio de calçados, agora na rua Major Diogo n.118. O negócio de calçados deve ter prosperado, porque em 1931 há uma referência à loja de calçados exatamente no n.33 da rua Maria José¹⁰⁸. Sob o ponto de vista das diferenças resultantes de uma pretensa segmentação espacial das áreas envolvidas neste estudo, o caso de José Pasqualucci é mais um exemplo de que os limites entre a “área nobre” e o “loteamento original” eram menos precisos do que se poderia imaginar à primeira vista. Por outro lado, o comércio de *bilhetes postais* não deve ter tido o resultado esperado, pois em 1924 seu nome não figura nas páginas do *Almanaque Laemmert*. Assim, esse é um exemplo dentre tantos outros de múltiplas tentativas por parte dos negociantes do Bexiga.

Por fim, além das atividades de maior expressão relacionadas acima, no biênio 1922-23 voltamos a encontrar os *agentes comerciais*, ausentes desde 1915. Entretanto, se naquele ano os agentes comerciais se concentravam na rua Francisca Miquelina, agora passaram para a Av. Brigadeiro Luís Antônio: Francisco A. Iorio, envolvido com negócios de *importação e exportação*; e Sylvain Levy e Antônio José Ribeiro da Silva Jr, *corretores de mercadorias e navios*. Desses agentes comerciais, Francisco Iorio foi o único sobre o qual foi possível obter alguma informação: em 1908 ele possuía uma casa de jóias na rua Barão de Itapetininga n.28, muito provavelmente jóias importadas¹⁰⁹.

1922. Disponível em: <http://villalobos.iu.edu/Brasil-novo>. Para mais informações acessar os sites <http://www.almanack.paulistano.nom.br/avbluiz.html>; <http://www.dicionariompb.com.br/pedro-angelocamin/biografia>; <http://mpbantiga.blogspot.com.br/2011/07/impresao-musical-no-brasil-parte-6.html>; e ver AMARAL, Euclides – *Alguns aspectos da MPB*, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Esteio Editora, 2010. Ver ainda BESSA, Virginia de Almeida – *A cena musical paulistana: teatro musicado e canção popular na cidade de São Paulo (1914-1934)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social, FFLCH, 2010.

¹⁰⁸ Conforme o *Índice de Emplacamentos* da Prefeitura, o número 33 da rua Maria José correspondia ao antigo número 27, anterior ao emplacamento de 1921.

¹⁰⁹ *O Estado de São Paulo*, de 23/10/1908.

- 1927

Nesse ano, a “área nobre” do Bexiga registrou um total de 213 atividades produtivas, correspondendo a um aumento de 50% em relação ao biênio 1922-23, com 142 atividades. A concentração de negócios em determinados setores manteve a tendência desde o início do período investigado, com poucas variações entre um ano e outro, com a *alimentação* sempre à frente, e os setores de *vestuário*, *saúde*, *construção civil*, *serviços pessoais*, *comércio em geral* e *artes e ofícios* se reveza em número e importância, conforme se pode verificar na tabela abaixo.

A mudança significativa manifestou-se basicamente na incorporação de novos negócios aos setores já existentes e na introdução de algumas novas modalidades de comércio e serviços. No caso da *alimentação*, constata-se a abertura de quatro novos comércios de *secos e molhados*, assim como a introdução de uma *sorveteria*, dois *bilhares* e uma *pensão*. Nesses casos, os dois últimos merecem uma pequena análise à parte.

ATIVIDADES	N. ANÚNCIOS
ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	48
SERVIÇOS PESSOAIS	37
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	32
SAÚDE	21
COMÉRCIO DE GÊNEROS DIVERSOS	19
CONSTRUÇÃO CIVIL	14
AGENTES COMERCIAIS	11
ARTES E OFÍCIOS	10
TRANSPORTE	6
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	5
OFICINAS E MANUFATURAS	5
EDUCAÇÃO	2
COM. APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1
TOTAL	213

Tabela 27 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1927. Fonte: Acervo Digital FBN.

De acordo com o historiador Antônio Paulo Benatte¹¹⁰, o *bilhar* foi introduzido no Brasil por volta de 1830. Originalmente, um divertimento de caráter “elegante e refinado”, com o incremento do processo de urbanização e de industrialização, “o jogo deixava de ser um passatempo aristocrático e era progressivamente apropriado pelos trabalhadores e pelas camadas populares em geral”, instalando-se principalmente em botequins. Da mesma maneira, a referência feita por Benatte sobre o caráter popular dos bilhares parece se aplicar ao *jogo de bola* mencionado acima.

O primeiro contato com o *jogo de bilhar* na “área nobre” do Bexiga foi em 1924, quando localizei dois estabelecimentos especialmente destinados a esse fim, tendo ambos permanecidos no mesmo local até pelo menos 1927. Porém, embora o *Almanaque* não

¹¹⁰ BENATTE, Antônio Paulo. *Sinuca de bico*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 09/09/2007. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000249900&fd=y>>. Consulta em: 15/01/2014.

registre a atividade após esse ano, é muito provável que a sua prática tenha permanecido nos seguintes, à exemplo do ocorrido com os *jogos de bola*, estes nunca citados no anuário. De qualquer maneira, os dois casos identificados localizavam-se na Av. Brigadeiro Luís Antônio, números 12 e 106, e ambos, aparentemente, pertenciam a proprietários portugueses, Manoel J. Ferreira e Joaquim da Cunha.

O caso das *pensões* é especial. O primeiro caso identificado ocorreu em 1915 e, embora até aquele ano não haja nenhuma situação em que a existência de *serviços de hospedagem* se confirmasse efetivamente, não há dúvidas quanto à sua presença. Em minha pesquisa de mestrado já havia constatado a existência de duas edificações, certamente destinadas a pensões no início da rua Santo Antônio¹¹¹. Posteriormente, localizei outros indícios no jornal *O Estado de São Paulo*. Em 15/06/1914, um anúncio noticiou o leilão a realizar-se na rua Aguiar de Barros n.9 de “*todos os moveis, louças, ornatos, trens de cozinha e mais objectos existentes naquella bem montada pensão*”. Já em 09/02/1917, outro anúncio divulgava a locação de “*uma boa sala de frente com entrada independente para rapaz de commercio ou de escriptorio (...), á rua Francisca Miquelina n.16*”. Ainda que o primeiro caso se referisse a um negócio que deixaria de existir, e o segundo não especificasse a atividade *pensão*, o fato é que ambos indicam a prática de locação de cômodos para terceiros. De outro lado, tanto no caso da rua Santo Antônio quanto da área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio, a proximidade do Largo de São Francisco e do próprio Triângulo, assim como a presença das linhas de bondes, representam fatores de atração para quem necessitasse de moradia bem localizada.

A *Pensão Avenida*, de Edma Dumont, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, números 53 e 55, foi a primeira registrada no *Almanaque Laemmert*. Interessante é que doze anos antes (26/09/1915), um anúncio no jornal *O Estado de São Paulo* divulgava a locação de “*grande e luxuoso sobrado para pensão*” no n.59 daquela avenida. Coincidentemente, dois anos antes, José Pucci encaminhara à Diretoria de Obras um projeto para a construção de dois sobrados com armazém no térreo. Apesar do projeto abaixo não permitir identificar precisamente, não há dúvidas que se trata do mesmo “*grande e luxuoso sobrado*”.

¹¹¹ Tratava-se de dois requerimentos encaminhados à Diretoria de Obras, ambos referentes à construção de dois sobrados, para a mesma pessoa, Antônio Fernandes Pinto. O primeiro caso, de 23/10/1913, para a rua Santo Antônio, esquina com o Largo do Riachuelo. No segundo, de 15/12/1913, o requerente apresentou um projeto semelhante, agora para o n° 6 da rua Santo Antônio. Fonte: *Obras Particulares*, 23/10/1913 e 15/12/1913, Cx. S2. AHSP.

Figura 49 – Elevação e planta baixa do projeto arquitetônico em nome de José Pucci, para construção de dois sobrados, ambos com armazém no térreo, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 57 e 59. Fonte: *Obras Particulares*, 26/02/1913. OP/1913/000.930, AHSP.

Conforme *O Estado de São Paulo*, o sobrado envolvia 25 quartos, salões de visitas e jantar e quatro banheiros e, em 09/02/1917, o edifício aparece ocupado pela “*Grande Pensão Mello Franco – exclusivamente familiar*”, cujo endereço anterior era no *centro da cidade*. Em outubro do mesmo ano, a casa deixaria de se chamar *Mello Franco* para se tornar a *Pensão Avenida*, e assim ficaria até pelo menos, 1927.

O último anúncio da pensão naquele jornal data de 1921 (Figura 53) e é bastante esclarecedor da importância de sua localização, “*a cinco minutos da cidade*”.

Figura 50 – *O Estado de São Paulo*, 26/09/1915.

Figura 52 – *O Estado de São Paulo*, 11/10/1917.

Figura 51 – *O Estado de São Paulo*, 09/02/1917.

Figura 53 – *O Estado de São Paulo*, 13/12/1921.

Entre as categorias que mais cresceram no período de 1927, os *serviços pessoais*, particularmente aqueles oferecidos pelos *advogados*, foram os mais expressivos: dos dois únicos casos registrados nos anos 1922-23, o Almanaque passou a registrar 28 bacharéis, 18 deles com residência na Av. Brigadeiro Luís Antônio.

ADVOGADOS	ENDEREÇOS RESIDENCIAIS	Nº	ENDEREÇOS E/OU ATIVIDADES PROFISSIONAIS
JUVENAL DE TOLEDO RAMOS	ASDRÚBAL DO NASCIMENTO	21	AJUDANTE DO DISTRITO DO CARTÓRIO DE CASAMENTOS/ AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 59
ALBERTO CINTRA	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	277	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DA CIA.HIDRO-ELECTRICA DE ADUBOS CHIMICOS E ALCALIS / PRESIDENTE INTERINO DA ASS. COMMERCIAL DE SANTOS
ALFREDO ALMEIDA REZENDE	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	285	RUA BENJAMIN CONSTANT, 38
ANTÔNIO CARLOS SALLES JUNIOR	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	9	DEPUTADO FEDERAL PELO 1º DISTRITO/ HOTEL CENTRAL – RIO
ANTÔNIO OLINDO REZENDE (ANTÔNIO OLINTHO DE REZENDE)	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	101	RUA SÃO BENTO, 33
ANTÔNIO PÁDUA SALLES	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	93	MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DA CIA.HIDRO-ELECTRICA DE ADUBOS CHIMICOS E ALCALIS
CARLOS DE CAMPOS	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	222	PRESIDENTE DO ESTADO/PALÁCIO DOS CAMPOS ELYSEOS
FRANCISCO SALLES PUPO	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	49	-
HUGO OLIVEIRA RIBEIRO	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	55	-
JOSÉ MARCONDES MACHADO	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	81	-
LUÍS CAMPOS MAIA	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	270	-
MARIO DENTE	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	119	TRAVESSA DO COMÉRCIO, 2
OSCAR MOTTA MELLO	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	164	FUNCIONÁRIO DO PATRONATO AGRÍCOLA
PAULO BARBOSA EVERDAL	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	85	-
PAULO C. AGUIAR	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	164	-
PAULO DE SOUZA QUEIROZ	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	97	-
PAULO PADUA SALLES	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	91	-
RENATO ALBUQUERQUE SALLES	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	149	-
VICTOR HUGO OLIVEIRA RIBEIRO	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	133	ESCRIVÃO DO 4º OFÍCIO DE ORFÃOS/ RUA SANTO AMARO, 146
SALVADOR RUSSOMANO	GENEBRA	11	-
LAERTE SETÚBAL	JACEGUAI	53	-
PAULO SETUBAL	JACEGUAI	53	RUA SÃO BENTO, 54
AURELIANO COUTINHO NETTO	JACEGUAI	110	-
LUÍS FERREIRA	MARIA PAULA	32	-
J. BARROS DE OLIVEIRA	MARIA PAULA	33	-
JOSÉ RAMOS OLIVEIRA	MARIA PAULA	36	-
MANOEL CORRÊA DIAS	SANTO AMARO	62	-
ANTÔNIO SOUSA VEIGA	SANTO AMARO	71	-

Tabela 28 – Relação dos advogados com residência e/ou escritório na Av. Brigadeiro Luís Antônio, em 1927. Fonte: Acervo Digital FBN; Acervo *O Estado de São Paulo*.

Busquei outras informações sobre os advogados anunciados além daquelas fornecidas pelo Almanaque e apurei que em sete casos (conforme nomes destacados na tabela acima) tratava-se de pessoas que aparentemente não exerciam a profissão, envolvidos com funções diversas, sendo um deles Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo entre 1924 e 1927, ano de seu falecimento¹¹². Apenas quatro advogados apresentavam endereços profissionais e sobre os demais não consegui localizar quaisquer referências. Interessante notar a presença quase que absoluta de brasileiros, ficando a exceção por conta de um único sujeito de nome italiano, Salvador Russomano.

Outras atividades que tiveram um aumento considerável no número de ocorrências foram: na categoria *vestuário e acessórios*, as *casas de calçados e sapateiros* que passaram de oito para treze estabelecimentos; as *modistas, lojas de modas, confecções e oficinas de costura em geral*, que quase triplicaram de número, ao passar de 4 para 11 estabelecimentos; no *comércio em geral*, as *lojas de armarinhos*, que dobraram, passando de 4 para 8 casas; e no ramo da *construção civil*, os *engenheiros* que passaram a ter 7

¹¹² Disponível em: <http://www.spshow.com/sao-paulo/Governadores.htm>. Consulta em 12/11/2013.

registros, seis a mais do período entre 1922-23, quando encontramos somente um profissional.

As atividades vinculadas à produção e ao comércio de *vestuário e acessórios* estão intimamente ligadas às transformações urbanas ocorridas nas primeiras décadas do século XX, entre elas, a expansão de um hábito de consumo que pertencia particularmente ao universo feminino, a *moda*, pelo menos para as mulheres das classes mais abastadas. Assim, justifica-se a ampliação do número de espaços voltados a esse tipo de estabelecimento, principalmente se pensarmos que a maioria se localizava na primeira quadra da Av. Brigadeiro Luís Antônio, que conforme observado até aqui, parece ter concentrado os consumidores mais exigentes da região. Os únicos a fugir à regra foram o *fabricante e negociante de roupas brancas*, Aich Said (Brigadeiro Luís Antônio n.104), e a *modista* Isabel Alcede (Francisca Miquelina n.45), mas ainda assim não estavam tão distantes do centro, como se pode verificar na Planta Sara Brasil (Anexo 3.7).

Ainda pensando no aumento do consumo de moda há um detalhe que deve ser levado em consideração: em 1927, as *lojas de armarinhos* foram anunciadas como *armarinhos, fazendas e modas*, do que se pode concluir que, além de artigos destinados à confecção de roupas (agulhas, alfinetes, linhas, botões, fazendas, etc), essas lojas também deviam comercializar peças prontas de vestuário. Contudo, em virtude dos demais anos investigados não fazerem menção ao quesito “moda”, somente contabilizei os estabelecimentos efetivamente anunciados como modas, modistas, confecções, etc.

LOGRADOURO	Nº	ESTABELECIMENTO/ PROPRIETARIO	ATIVIDADE
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	2	DE LÉO IRMÃOS	MODAS E CONFECÇÕES
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	10	JOSÉ LACAFERIA (OU LACAPRIA)	COLETES PARA SENHORAS
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	22	GEORGINA QUEIROZ	MODISTAS/COLETES PARA SENHORAS
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	30	A.ALMEIDA & CIA.	MODAS E CONFECÇÕES
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	48	MARIETTA LEPI	MODAS E CONFECÇÕES
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	58	MIGUEL ORMANDO	MODAS E CONFECÇÕES
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	104	AICH SAID	FABRICANTES E NEGOCIANTES DE ROUPAS BRANCAS
FRANCISCA MIQUELINA	45	ISABEL ALCEDE	MODISTAS
MARIA PAULA	10	ROSA GARCIA/ MANUFACTURA ESPERANÇA	FABRICANTES E NEGOCIANTES DE ROUPAS BRANCAS

Tabela 29 – Profissionais da moda identificados no *Almanaque Laemmert* em 1927. Fonte: Acervo Digital FBN.

Com relação aos profissionais dedicados à “alta costura”, conforme menciona Wanda Maleronka, “*muitas modistas fixaram importantes raízes no comércio de luxo em São Paulo, dando força e dinamismo ao processo de crescimento da cidade*”. Entre os nomes elencados pela autora, há duas mulheres identificadas no *Almanaque Laemmert*: Maria de Léo (da *Casa Parisiense*), e Georgina Queiroz (proprietária da casa *Ao Pequeno*

Luxo), ambas na Av. Brigadeiro Luís Antônio, respectivamente, nos números 2 e 22¹¹³. Por outro lado, ainda que o Almanaque não traga referências específicas e que seja impossível dimensionar sua presença, ao lado dos ateliês de modistas socialmente reconhecidas podemos contar como certo o trabalho das costureiras – nas palavras de Ana Paula Simioni, as “trabalhadoras da agulha” – tanto na “área nobre”, como em todo o bairro do Bexiga.

Na área da *saúde*, como já referido acima, o número de médicos começou a decair na área. O Almanaque de 1927 registra 11 médicos contra os 14 registrados anteriormente. De outro lado, o número de dentistas passa a cinco, contra o único registrado anteriormente, além de constatar-se o aparecimento da primeira parteira a atuar naquelas ruas. Tratava-se de Estrella Deodato, estabelecida na rua Asdrúbal do Nascimento n.27¹¹⁴ entre 1924 e 1927.

No segmento *Artes e ofícios* constam 15 anúncios no *Almanaque Laemmert*. Destaca-se o aumento significativo de atividades, pouco mais que o dobro do biênio 1922-23. Verifica-se também a introdução de novas modalidades (*cinematografia, maestros, professores de música e pintura*) ou o acréscimo de novos profissionais às atividades já existentes.

Na categoria pequenas manufaturas ou oficinas, destaca-se o caso dos *funileiros* que pode ser revelador dos novos hábitos adotados pela população, onde o automóvel, ainda que restrito a poucos, passa a ter um papel de destaque no imaginário urbano como símbolo de *status* social e riqueza. Acredito que não por acaso os quatro profissionais localizavam-se todos na Av. Brigadeiro Luís Antônio (dois no início da avenida e dois nas proximidades da Av. Paulista), onde seus serviços eram disponibilizados aos proprietários que residissem nas imediações. Contudo, esta é apenas uma suposição, já que esses serviços também podiam atender à construção civil ou a algum outro setor que necessitasse de profissionais da metalurgia, tais como a produção de calhas, baldes, regadores, etc. De

¹¹³ Wanda Maleronka. *Fazer roupa virou moda. Um figurino de ocupação da mulher (São Paulo, 1920-1950)*, São Paulo: Ed. SENAC, 2007, p.101. Sobre o mesmo trabalho, é interessante a resenha feita por Ana Paula Cavalcanti Simioni: “*Mulheres e moda em São Paulo: das vitrines iluminadas às sombrias salas de costura*”. *Cadernos pagu* (31), julho-dezembro de 2008:565-572. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332008000200025&script=sci_arttext. Consulta em: 15/11/2013.

¹¹⁴ Sobre essas profissionais é interessante o trabalho de Maria Lucia Mott et al. “*As parteiras eram “tutte quante” italianas (São Paulo 1870-1920)*”, onde as autoras se propõem a problematizar o papel da profissional italiana que, embora “*vista tradicionalmente pela historiografia como leiga, sem formação profissional ou qualificação técnica*”, já trazia em sua bagagem de imigrante o diploma e a habilitação que lhe conferia o saber necessário à prática do parto, a ponto de disputar com as profissionais brasileiras formadas ou não. In *História: Questões & Debates*, n.47. p. 65-94. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.latindex.ppl.unam.mx/index.php/browse/browseBySet/24109?sortOrderId=1&recordsPage=6> Consulta em: 13/11/2013.

qualquer maneira, ao buscar informações sobre a categoria no jornal *O Estado de São Paulo* no decorrer dos anos 1920, das doze ocorrências de anúncios solicitando empregados, localizei pelo menos um caso que dizia respeito a oficinas de automóveis¹¹⁵.

Outra categoria em evidência em 1927 foi a *construção civil*, onde os *engenheiros* se destacaram pelo acréscimo de mais seis profissionais, em relação ao biênio 1922-23.

ENGENHEIROS	ENDEREÇOS	Nº
FELIX CUNHA	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	121
JOSÉ PUCCI	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	6
JOSÉ DE SÁ ROCHA	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	117
LUÍS MARINHO DE AZEVEDO	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	117
LINO FINOCCHIO	FRANCISCA MIQUELINA	13
LUÍS DELPY	FRANCISCA MIQUELINA	82
OSCAR KRUG	GENEBRA	76

Tabela 30 – Engenheiros identificados no *Almanaque Laemmert* em 1927. Fonte: Acervo Digital FBN.

Na tabela acima destacam-se os nomes de José Pucci, José de Sá Rocha, Luís Marinho de Azevedo e Oscar Krug. Pucci, além de ser engenheiro, era proprietário de imóveis na Av. Brigadeiro Luís Antônio. Em 1911 o encontramos como proprietário de dois sobrados a serem construídos naquela avenida (sem número); o mesmo ocorreu em 1913, agora nos números 57 e 59, prédios utilizados pela *Pensão Avenida*¹¹⁶. Quanto à Oscar Krug, em 1916, localizamos um documento emitido pela *Junta Commercial de São Paulo* e publicado no *Diário Oficial do Estado*, com a matrícula da firma *Krug & Cia.*, aberta pelo “engenheiro Edmundo Krug e (o também) engenheiro Oscar Krug (...) para a exploração de escriptorio tecnico, trabalhos de engenharia em geral (...)”¹¹⁷. Contudo, de acordo com o comunicado da Prefeitura Municipal da Capital, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, a firma *Krug & Cia.* já estava em atividade pelo menos desde 1910¹¹⁸. O comunicado se refere ao pagamento de 6:438\$000 réis “pelo fornecimento de madeira e paralelepídeos de madeira á Directoria de Obras Municipaes, para a execução de diversos serviços em outubro, novembro e dezembro do anno passado”¹¹⁹. Pouco mais de um ano depois, o mesmo jornal publicava o seguinte anúncio:

¹¹⁵ Jornal *O Estado de São Paulo*, 24/03/1925.

¹¹⁶ *Obras Particulares*, respectivamente, OP/1911/000.648 e OP/1913/000.930.

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3810427/pg-3757-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-26-09-1916/pdfView>. Consulta em: 14/11/2013.

¹¹⁸ *O Estado de São Paulo*, 22/02/1911.

¹¹⁹ *O Estado de São Paulo*, 09/05/1912.

Figura 54 – O Estado de São Paulo, 09/05/1912.

Independentemente de sabermos quem eram os sócios-proprietários da firma *Krug & Chaves*, esta última publicação demonstra que alguém da família Krug (se não toda a família) era proprietária da fábrica de tubos de barro, material esse que poderia ser utilizado tanto na instalação doméstica quanto na instalação do serviço de esgotamento sanitário; e, ao que indica o comunicado anterior da Prefeitura Municipal, *Krug & Cia.* já eram fornecedores de outros materiais para a Diretoria de Obras (madeira e paralelepípedos de madeira).

Já José Sá Rocha foi engenheiro da *Diretoria de Obras*. Seu nome aparece pela primeira vez no *Almanaque Laemmert* de 1910, onde figura ao lado de outros engenheiros responsáveis pela Diretoria, entre eles, Arthur Saboya, que posteriormente viria a se tornar diretor daquela instituição. Sá Rocha dividia o endereço (provavelmente profissional) com o engenheiro-eletricista Luís Marinho de Azevedo, um dos proprietários da *Companhia Ytuana Força e Luz*, criada em 16 de agosto de 1903¹²⁰.

Informações como essas, ainda que possam parecer destituídas de sentido nesse contexto, ajudam a compreender um pouco melhor o papel interpretado por certos atores, assim como o papel do espaço ocupado pelos mesmos na cidade. Ao mesmo tempo, funcionam um pouco como um jogo de quebra-cabeças, onde uma peça aqui e outra ali se juntam e dão sentido àquele momento histórico. Personagens que parecem díspares repentinamente se encontram, evidenciando uma rede de relações e interesses que vão além do aparentemente visível.

- 1931

Acima, falei sucintamente sobre a crise econômica e política atravessada pelo país no decorrer dos anos 1920. O desequilíbrio da balança de pagamentos gerado pela superprodução do café, a queda nas exportações e a interrupção do fluxo de capital estrangeiro terminaria por condicionar a diminuição das importações, o aumento geral dos preços, o fechamento de certas fábricas e estabelecimentos comerciais e,

¹²⁰ “*Companhia Ituana Força e Luz*”. Artigo publicado in *História & Energia*. Patrimônio Arquitetônico da Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000. n.8, 76 p. anual. Disponível em: http://www.energiaesaneamento.org.br/media/28425/martini_sueli_e_kuhl_julio_cesar_assis_companhia_ituana_de_forca_e_luz.pdf. Consulta em: 18/11/2013

consequentemente, o desemprego no campo e na cidade. De outro lado, os setores oligárquicos agrários (representados por lideranças políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba), insatisfeitos com os rumos tomados pelas eleições de março de 1930, tomariam o poder em outubro daquele ano. Esse foi o pano de fundo para as transformações que os habitantes da cidade de São Paulo iriam vivenciar a partir de então, mas que naquele momento talvez não estivessem tão evidentes.

De acordo com o levantamento dos anúncios publicados no *Almanaque Laemmert* no início de 1931, distantes apenas três meses dos acontecimentos que marcariam o início de uma nova fase da República brasileira, os desdobramentos resultantes daquele movimento aparentemente ainda não se faziam sentir. Levando em consideração os dados referentes à toda a extensão do bairro do Bexiga (com 604 anunciantes), é de se esperar que em virtude da crise houvesse um decréscimo no número de anúncios veiculados pelo anuário. Porém, se compararmos esses dados com o total de 495 anúncios publicados em 1927, veremos que houve um acréscimo de 22,02% em relação ao período anterior. A constatação de que, pelo menos aparentemente, nada havia mudado significativamente no cenário produtivo do bairro pode ser parcialmente explicada por uma certa demora no impacto da Revolução de 1930 no dia a dia de negociantes, profissionais liberais e toda a gama de atores estabelecidos no bairro. Contudo, como se trata da “área nobre” do bairro, percebe-se que no mesmo período o número de anúncios se reduziu de 215 para 184, aproximadamente 16,84%. Embora essa não tenha sido uma queda drástica, foi representativa de que alguma coisa se transformava no panorama dos negócios.

No decorrer das investigações e a partir da análise dos resultados obtidos procurei pensar os aspectos que poderiam dizer mais (não apenas sobre os atores que desenvolveram algum tipo de atividade produtiva no bairro) mas sobre a conjuntura nas primeiras décadas do século XX. Conhecer o tempo de permanência de cada homem de negócio naquele espaço, assim como a manutenção ou alteração de seu negócio, mostrou-se como um dos aspectos mais reveladores dessa conjuntura.

Dos 215 anunciantes identificados em 1927, apenas 39 se mantiveram no negócio no período seguinte, sendo que quatro deles se mudaram para outro endereço na mesma região. Levando-se em conta a redução do volume de anúncios naquela área (184) em 1931, constata-se o ingresso de 145 novos anunciantes. Eventualmente, ao confrontar os dados relativos a atividades e proprietários relacionados aos anos de 1927 e 1931, percebe-se que a atividade se mantinha, porém, nas mãos de outras pessoas, caso de pelo menos 10 negócios. De todos os casos, o que mais se destacou foi aquele do antigo *Palace Theatre*,

localizado nos números 77 e 79 da Av. Brigadeiro Luís Antônio. Classificado no *Almanaque Laemmert* como *teatro*, desde 1921, em 1931 o espaço daria lugar ao *Cine Theatro Paramount*, agora identificado como *cinematógrafo*. Tendo em vista a importância que o espaço alcançou durante a primeira metade do século XX, vale à pena retomar um pouco de sua história.

Localizei um comunicado de Alberto Andrade no *O Estado de São Paulo*, onde este declara a extinção da firma que possuía em sociedade com Antônio Pinto da Costa, empresa que explorava o “rink”, no número 6 (?) da Av. Brigadeiro Luís Antônio¹²¹. Um ano mais tarde, o *Diário Oficial da União* de 28 de outubro de 1912, citava a marca *Palace Theatre*, em nome de Alberto Andrade & Cia. De acordo com o texto do Diário, os comerciantes “*estabelecidos com casa de diversões, bar, restaurante e comercio de bebidas e comestiveis proprios dessas casas, applicarão essa marca que serve de denominação ao seu estabelecimento, de forma adequada (...) e a tudo o mais attinente ao seu ramo de negocio*”¹²². Em 17 de dezembro do mesmo ano o requerimento foi aprovado pela Junta Comercial. Porém, dois dias antes *O Estado de São Paulo* já anunciava a inauguração do teatro.

Figura 55 – Anúncio de inauguração do *Palace Theatre*, publicado em *O Estado de São Paulo*, de 15/12/1912.

¹²¹ *O Estado de São Paulo*, 22/09/1911 ; Vicente de Paula Araújo, autor de *Salões, circos e cinemas de São Paulo*, dá como endereço do *Rink Avenida* (ou *Rink Theatre*) não o número 6 da Av. Brigadeiro Luís Antônio, mas sim o número 69, a mesma localização do futuro *Palace Theatre*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981, p.310.

¹²² Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1912/12/28>;
<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1947423/pg-68-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-12-1912/pdfView>. Consulta em: 04/12/2013.

Em 12 de fevereiro de 1913, outro anúncio naquele jornal anunciou o espetáculo “*As manobras do Outomno*” a ser representado no *Palace Theatre*, localizado na “*Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, próximo ao Largo de S. Francisco*”. É bem possível que esta tenha sido a primeira apresentação do teatro – conforme o livro *Cem anos de teatro em São Paulo (1875-1974)*, de Sábato Magaldi & Maria Thereza Vargas (2001, p.58), “*Na Brigadeiro Luís Antonio inaugura-se, em 1913, o Palace Théâtre que dispõe de 40 frisas, 45 e cinco camarotes, uma platéia de 700 lugares e uma galeria de 600*”.

Figura 56 – O Estado de São Paulo, 12/02/1913.

Duas coisas chamam a atenção nesse anúncio: a menção à proximidade com o Largo de São Francisco, e a referência aos serviços de bondes “*para todas as linhas*”, assim como dos táxis da empresa *Taxi Bloc*. Ambos demonstram a importância da localização da casa em relação ao Centro, assim como a disponibilidade de meios de transporte que facilitavam o acesso das pessoas às suas residências após o espetáculo. Assim temos que, embora o primeiro anúncio publicado no *Almanaque Laemmert* date somente de 1921, a casa já funcionava anos antes. No mesmo almanaque há referências, em 1915 e 1916, às *agências teatrais* de *H. Barbosa & Cia.*, localizadas no número 69A da Av. Brigadeiro Luís Antônio (conforme o *Serviço de Emplacamentos* da Prefeitura correspondente ao número 79), onde se localizava o *Palace Theatre*. Infelizmente, não consegui obter informações sobre a empresa *H. Barbosa & Cia.*, não sendo possível estabelecer ligação entre seu estabelecimento e aquele de Alberto Andrade.

Os anúncios classificados do *Almanaque Laemmert* registram as atividades do *Palace Theatre* até 1927 porém, no ano seguinte, Alberto de Andrade ainda constava no

“Indicador nominal dos habitantes da cidade de São Paulo” como empresário daquela casa.

Figura 57 – Cartaz do Cine Paramount publicado em *O Estado de São Paulo*, de 01/05/1929.

Em 14 de abril de 1929, *O Estado de São Paulo* comentava o filme que, na véspera inaugurara o *Cine Theatro Paramount*, e a grande inovação técnica então introduzida por aquele teatro – o cinema falado. Após a reforma do prédio na Av. Brigadeiro Luís Antônio, o antigo teatro se especializou na exibição de filmes, agora “*parâmetro de elegância e cultura*” (Simões, 1990, p.15-18) para os habitantes de São Paulo¹²³.

As profundas transformações por que passava a cidade eram sentidas em todos os âmbitos da vida urbana e o lazer não constituiria uma exceção. Até a segunda década do século XX os moradores do Bexiga dispunham de poucas oportunidades de lazer (Schneck, 2010, p.226-227) porém, se até aquele momento as festas religiosas se mostravam como o principal divertimento, principalmente para as pessoas mais pobres, os anos 1910 introduziram uma novidade que estava ao alcance de todos, o cinema. No decorrer da década, o mesmo *Palace Theatre*, assim como outras salas de espetáculo da cidade que pareciam ainda não ter priorizado um tipo de apresentação específica, alternavam a programação com espetáculos teatrais, apresentações circenses¹²⁴ e exibição de filmes. Já a

¹²³ Infelizmente não obtivemos informações sobre a construção do prédio do teatro. Encontramos referências desencontradas a diversos arquitetos e/ou engenheiros, supostamente responsáveis pelo projeto original, mas nenhuma delas se confirmou. Para mais informações, ver GALLO, Haroldo – “*Relatos e reflexões sobre uma experiência de trabalho de restauro: a intervenção no antigo Cine-Teatro Paramount em São Paulo*”. In ARQUITEXTOS, Ano 2, mar/2002. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.022/805>. Consulta em: 03/12/2013.

¹²⁴ ARAÚJO, Vicente de Paula. Op. Cit. p.236-237.

reabertura da casa, em 1929, contou com programação definida, envolvendo espetáculos cinematográficos, o que demonstra a importância desse tipo de entretenimento desde então.

Sobre o *Cine-Theatro Paramount*, de acordo com Inimá Simões (1990, p.16-18), Otávio Gabus Mendes e Guilherme de Almeida não pouparam elogios às modernas técnicas adotadas, assim como à sua luxuosidade. Guilherme de Almeida, na crítica publicada em *O Estado de São Paulo*, dizia que:

A concepção suntuosa das salas e o luxo ostentado parecem avalizar os esforços civilizatórios da elite local e é por isso que se insiste tanto no mérito de ser a terceira cidade do mundo (fora dos EUA) e primeira da América do Sul a contar com tal engenho. Isso já a coloca num patamar acima do habitual, equiparando-a a outras metrópoles (grifo nosso).

Através da crítica positiva ao novo espaço, o parecer do poeta demonstra claramente as intenções civilizatórias da elite paulistana. A instalação de uma casa desse porte (equiparando a capital paulista a outras metrópoles norte-americanas e da América do Sul) na Av. Brigadeiro Luís Antônio só vem confirmar a tendência dada àquela avenida desde o início do século, de espaço a ser usufruído pelas classes abastadas. Isso, contudo, não isenta a rua das consequências da crise econômica de fins dos anos 1920. É de se supor, inclusive, que o próprio encerramento das atividades do *Palace Theatre* tenha a ver com a incapacidade de gerir o negócio num momento de queda da capacidade de consumo dos paulistanos. Por outro lado, a entrada de uma empresa no mercado da embrionária “indústria cultural” e focada em demandas mais seletas é sinal dos novos tempos. Então, somente os grandes empreendimentos sobreviveram.

Ainda que os números relativos às atividades produtivas identificadas entre o biênio 1922-23 e o ano de 1927 tenham registrado um movimento ascendente, a permanência de poucos agentes no período posterior é indicativa de que nem tudo correu tão bem quanto se esperava. A impressão que se tem através da observação dos anos até aqui analisados é de que uma grande euforia tomou conta dos pequenos e médios empreendedores, levando cada vez mais pessoas a investirem seus recursos em qualquer atividade que parecesse promissora. Isso explica a abertura de novos negócios em segmentos que aparentemente já se mostravam saturados, particularmente as inúmeras casas de secos e molhados, as fábricas e lojas de calçados e as confecções de roupas. A economia do bairro, de uma maneira geral, girava em torno do comércio e da prestação de serviços, e o sucesso ou insucesso das empreitadas dependia dos possíveis consumidores no próprio bairro ou nos bairros vizinhos. De outro lado, nos últimos anos da década de 1920, a população de São

Paulo já sofria os efeitos do desequilíbrio crescente entre a produção cafeeira e a exportação daquele produto – a recessão, as falências e as concordatas fatalmente conduziram à inflação e ao desemprego. Os negociantes e moradores do Bexiga, inclusive aqueles da “área nobre”, não seriam exceção. Porém, ainda que os tempos fossem de dificuldades financeiras, sempre é necessário levar em consideração a possibilidade de esses negociantes terem migrado para outras regiões da cidade.

Agora vejamos como se portam outras atividades produtivas desenvolvidas naquela região. O setor *alimentação* manteve sua liderança no mesmo patamar, com igual número de anúncios (48). Contudo, alguns segmentos cederam lugar a outros. Esse foi o caso principalmente do comércio de *secos e molhados*, cujos anunciantes caíram de 24 para 16. O mesmo pode ser observado em relação aos *molhados finos*, envolvendo três novas casas. Observa-se também um comércio de *laticínios*; no entanto, decaíram em número as *confeitarias*, reduzidas a três casas, bem como a ausência de certos anúncios de *bares e botequins*, *bilhares*, *quitandas*, *sorveterias* e *comércio de embutidos* (*presuntos*, *salames*, *salsichas* e *conservas de carnes*) – se não fecharam, deixaram de anunciar. Por outro lado, se a única *quitanda* presente em 1927 desapareceu, agora temos a introdução de sete casas destinadas ao comércio de *frutas*.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	48
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	27
COMÉRCIO EM GERAL	19
SAÚDE	16
SERVIÇOS PESSOAIS	13
ARTES E OFÍCIOS	12
CONSTRUÇÃO CIVIL	11
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	9
TRANSPORTE	9
OFICINAS E MANUFATURAS	8
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	4
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3
AGENTES COMERCIAIS	3
EDUCAÇÃO	2
TOTAL	184

Tabela 31 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1931. Fonte: Acervo Digital FBN.

Mas será que essas frutarias só vendiam frutas? A não ser que se tratasse de comércios de dimensões muito reduzidas, onde seus proprietários dispusessem de poucos recursos, é difícil imaginar que pessoas estabelecidas em endereços razoavelmente privilegiados, investissem no comércio de um único produto. Não se pode esquecer que a implantação de qualquer tipo de negócio implicava, pelo menos, em gastos com taxas à Prefeitura e com o aluguel do imóvel (que naquelas ruas não devia ser barato). Entretanto, esta é apenas uma suposição, pois embora esse raciocínio pareça lógico, não há como avaliar sua veracidade. O fato é que esse foi um dos poucos casos significativos de

aumento de atividades relacionadas à alimentação, só secundado pelos *açougues* que, dos cinco estabelecimentos existentes em 1927, passaram a nove. Cinco desses proprietários de açougues eram realmente novos no bairro e pouco acrescentam à realidade daquele momento. Porém, os quatro restantes dão indícios sobre o momento em que ali atuaram. Pedro Elias, embora fosse aparentemente novo no bairro, possuía, além do açougue da rua Jaceguai, um outro na rua Conselheiro Ramalho n.30. Seraphino Benedetti estava estabelecido na Av. Brigadeiro Luís Antônio desde 1921. O primeiro negócio funcionou no n.234 e, a partir de 1924, no n.274; em 1931, o açougue possuía uma filial no número 372 da avenida, além de uma outra casa na rua Vergueiro n.212, no bairro de Vila Mariana. Nesses casos, o fato de ambos possuírem mais de um estabelecimento leva a crer que tivessem uma posição privilegiada em relação aos demais, portanto estariam, supostamente, mais aptos a lidar com as dificuldades impostas pela crise econômica. Já Francisco Minelli, com açougue no n.90 da rua Francisca Miquelina, possuía seu negócio desde 1921, sendo que naquele ano o endereço fornecido ao Almanaque era no n.88A. Entre 1924 e 1927, o estabelecimento aparece como sendo de propriedade de Marcello Minelli, voltando a Francisco em 1931. Esse era um típico negócio de família... Por fim, Raphael Marco era o açougueiro mais antigo e esteve sempre no mesmo local, desde 1913. Encontrei em 1919 uma informação interessante a seu respeito, que diz algo acerca do comportamento dos comerciantes (desta e de outras paragens) e do controle exercido pelos órgãos públicos (federais e estaduais) sobre o comércio de produtos alimentícios. Nessa ocasião, Marco, “*proprietário do açougue Aguiá, sito a avenida Luís Antonio n.196*”, sofreu uma autuação “*pela infração da tabella do Commissariado*”, a qual resultou em multa de 200\$000 réis¹²⁵. A infração referia-se à venda de gêneros alimentícios por preços superiores à tabela¹²⁶. O informe veiculado pelo jornal inclui, além de Raphael de Marco, outros comerciantes voltados ao setor de alimentos na Av. Brigadeiro Luís Antônio: Antônio dos Santos Mattos, proprietário da *Casa Santo Antonio* (n.236), José Fernandes Baptista (n.156), Francisco Caporal Netto, proprietário do *Empório Caporal* (n.244) e José Fernandes Vicente, dono do *Empório e Confeitaria Fernandes* (n.106). Para os dois

¹²⁵ Informe divulgado pela Junta de Alimentação Pública, no jornal *O Estado de São Paulo*, 26/06/1919.

¹²⁶ De acordo com o Suplemento do Diário Oficial da União, para alguns municípios de Minas Gerais, de 30/10/1919, “*A venda de generos por preços superiores aos desta tabella sujeita os vendedores á pena do 200\$ a 50:000, nos termos do art. 8º do decreto lei 13.193 de 13 de setembro de 1918, e, no caso de reincidencia, á de prisão acrescida ou não de multa, podendo tambem ser-lhes cassada a licença para commerciar, de accordo com o art. 10 do mesmo decreto*”. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1878368/pg-57-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-1919/pdfView>.

últimos, se tratava de intimação para comparecimento na sede da Junta, certamente para se explicarem.

A *Junta de Alimentação Pública*, entidade vinculada ao *Comissariado da Alimentação Pública* e derivada do Decreto 15.493 de 13/09/1918, estabelecia as regras de controle da produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, distribuição e preços praticados pelos comerciantes¹²⁷. Poucos dias após a promulgação do decreto presidencial, *O Estado de São Paulo* informava que a tabela de preços dos gêneros de primeira necessidade organizada pela Junta naquela ocasião seria submetida ao prefeito da capital paulista, para então serem tomadas as providências para a sua implementação. Em 23 de outubro do mesmo ano, o Prefeito Washington Luís assinou o Ato n.1267¹²⁸, mandando “*regulamentar a tabella de preços máximos porque podem ser vendidos a varejo os generos de primeira necessidade nella contemplados*” e incumbindo “*aos administradores e zeladores de mercados e á administração municipal fazer observar (...) a tabela*”.

A decisão de controlar os preços de produtos essenciais para alimentação se deveu ao abuso praticado pelos comerciantes de maneira geral. Assim, a autuação sofrida por Raphael de Marco e outros comerciantes do Bexiga é um sinal de que a administração municipal procurava cumprir seu papel coercitivo. Se as medidas adotadas pela municipalidade tiveram êxito é uma outra questão. Aparentemente, à medida que a cidade crescia e os habitantes se multiplicavam, tudo indica que esse controle tenha sido cada vez mais difícil, quando não inviável.

Finalmente, a análise dos números referentes à *alimentação* demonstra a perda de espaço do setor na área nobre do bairro. Até a introdução de segmentos como *molhados finos* e *laticínios*, aparentemente indicativos de um certo refinamento nos hábitos de consumo, na verdade pode ser vista mais como uma tentativa de “criar um hábito” e ampliar a capacidade de venda do que outra coisa. De todo modo, se mantém a primazia da Av. Brigadeiro Luís Antônio (com 26 atividades) sobre as demais vias da região, inclusive sobre a rua Santo Amaro, esta com apenas seis negócios.

Na sequência dos negócios dedicados à *alimentação*, o setor dos *serviços pessoais* cede espaço para *vestuário e acessórios*, com 27 atividades. Aqui, a liderança ficou por conta do comércio de *chapéus para senhoras e crianças* e das *alfaiatarias*, cada qual com

¹²⁷ “*Atribuições do Comissariado da Alimentação, Decreto assinado pelo Senhor Presidente da República. A nova tabela de preços*”. In *O Estado de São Paulo*, 14 e 16/09/1918.

¹²⁸ *Acto 1267*, de 23 de outubro de 1918. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/actos/A1267-1918.pdf>. Consulta em: 09/12/2013.

oito e cinco negócios. Porém, as *modistas, modas, confecções e oficinas de costura* não fizeram feio, concentrando 10 negócios. Enquanto isso, o comércio e a fabricação de *calçados* reduziram-se a menos da metade do período anterior, passando de 13 para 5 casos.

O relativo avanço das atividades vinculadas à confecção e ao comércio de roupas faz pensar nos motivos que levaram ao aumento no número de negócios, contrariando as tendências do momento de queda do consumo.

A migração de profissionais de outras áreas da cidade para a região, talvez em busca de aluguéis mais baratos ou de consumidores de maior poder aquisitivo (moradores na área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio, Av. Paulista, Morro dos Ingleses e Jardim América) é uma hipótese que, entretanto, não se confirmou. De outro lado, em tempos difíceis, “costurar para fora” podia ser uma opção de sobrevivência para quem não dispusesse de outros meios para ganhar a vida, e localizei nove *oficinas de costuras* que poderiam se encaixar nesse perfil, oito delas estabelecidas na Av. Brigadeiro Luís Antônio. Até os anos 1950 era muito comum as mulheres possuírem máquina de costura em casa que, em horas de “aperto”, poderiam fazer pequenos serviços que auxiliassem nas despesas domésticas. Certamente muitas mulheres fizeram disso um ofício¹²⁹. Essa parece ser uma explicação coerente, onde a combinação entre a necessidade de sobrevivência, o saber específico do ofício e a existência de uma potencial clientela justifica o crescimento do setor. Por outro lado, a gratuidade dos anúncios no *Almanaque Laemmert* garantia a divulgação dessas profissionais, sem maiores gastos.

Os *alfaiates* do Bexiga formam uma categoria à parte. Em toda a extensão do bairro, incluindo o Bexiga “italiano” no loteamento original, localizei durante todo o período investigado nada menos do que 36 profissionais, sendo que aqueles da “área nobre” corresponderam a aproximadamente 45% desse total.

Mais do que pelo elevado número de profissionais no bairro, a atividade se destaca pela especialização do ofício. Se no período investigado, a tendência era de as costureiras aprenderem o ofício junto de parentes (mães, avós ou tias), no caso dos alfaiates o aprendizado costumava ser junto a profissionais já estabelecidos e envolvia um longo processo até que o aprendiz estivesse pronto a exercer o ofício.

¹²⁹ O assunto foi explorado por Wanda Maleronka no livro *Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher*, São Paulo: Editora SENAC, 2007; Haim Grünspon também se refere às oficinas de costura: “Não havia casa no Bexiga em que não houvesse máquina de costura Singer e alguém costurando. Além de costura para casa, havia costureiras famosas, com aprendizes, e que costuravam para casamentos”. In GRÜNSPON, Haim – *Anatomia de um bairro. O Bexiga*, São Paulo: Livr. Cultura Editora, 1979, p.88-89.

Conforme Haim Grünspun, no bairro do Bexiga, a grande maioria dos alfaiates se dedicava à reforma de calças e paletós e raramente à confecção de ternos novos, estes geralmente confeccionados para “... *fregueses de fora do Bexiga. (...) O alfaiate cortava e costurava o paletó e tinha alguns ajudantes e aprendizes que até comiam na casa*”. O autor não esclarece quem eram esses profissionais e em que ruas estavam locados, mas tudo leva a crer que estivesse se referindo ao espaço compreendido entre as ruas Santo Antônio e Major Diogo (Grünspun, 1979, p.25-26,89), excluindo assim o trecho entre a rua Santo Amaro e a Av. Brigadeiro Luís Antônio, justamente a área objeto deste item do presente capítulo. De todo modo, ainda que esses espaços fossem portadores de diferenças relevantes, acredito que o universo social dos profissionais “da costura” não difira muito de uma área para a outra. E mais, a referência do autor aos “*fregueses de fora*” do bairro parece indicar que pelo menos parte das atividades produtivas dali se destinassem a suprir necessidades da cidade de São Paulo como um todo.

Embora em 1931 o número de alfaiates ainda se mantivesse proporcionalmente alto em relação aos demais segmentos do ramo *vestuário*, restaram poucos dos nomes identificados em outros anos da pesquisa. O mais antigo era Pedro Tessarina (ou Tessarini), desde 1913 estabelecido na Av. Brigadeiro Luís Antônio, alternadamente nos números 182, 202 e 30. A oficina de Pedro de Luccia funcionou desde 1917 no mesmo local, na rua Asdrúbal do Nascimento n.11; entre 1924 e 1927 os anúncios referentes à alfaiataria estão em nome de Victor Manoel Lucci (um provável parente), retornando ao nome de Pedro de Luccia em 1931. De 1917 também é o primeiro registro da *Alfaiataria Bela Vista* de Januario e Gervasio Abatte, na rua Santo Amaro n.52. O último alfaiate registrado anteriormente foi Nicola P. Stopelli. Inicialmente, em 1924, sua oficina funcionava no n.130 da rua Santo Amaro, mas em 1931 ela se mudou para o n.134 da mesma rua.

O setor de *chapéus para mulheres e crianças* destacou-se numa única quadra – exatamente quatro estabelecimentos, nos números 2, 10, 21 e 22 da Av. Brigadeiro Luís Antônio. A quinta casa registrada localizava-se na rua Santo Amaro n.12. Com exceção de Maria de Oliveira, cujo primeiro anúncio de atividade data de 1931, os demais negócios estavam há muito tempo no local, contudo nem sempre nas mãos da mesma pessoa ou com o mesmo tipo de negócio. O caso mais antigo é o de Maria de Léo ou mais exatamente do endereço em que ela estava estabelecida, no n.2 da Av. Brigadeiro Luís Antônio. Trata-se de um caso exemplar que merece ser descrito com detalhes. Entre 1909 e 1917 encontramos no local um comércio de *gêneros alimentícios* em nome de Nicola de Léo. De

1918 a 1920 não há registro em seu nome, que volta a aparecer a partir de 1921. Então, tratava-se de um negócio de *modas e confecções*, sob o comando dos Irmãos De Léo. Finalmente, em 1931, quem toma a frente do negócio, agora voltado ao comércio de *chapéus para mulheres e crianças*, é Maria de Léo. Não há dúvidas quanto a se tratar de membros da mesma família, o que pode ser confirmado até pela propriedade do imóvel. Em 1917, localizei dois requerimentos encaminhados à *Diretoria de Obras* do município por Nicola de Léo, na condição de proprietário dos prédios em questão. No primeiro documento, de 27 de agosto, De Léo solicitava licença para a “*transformação de uma janela em porta, para colocação de vitrine*”, no prédio de n.2 da Brigadeiro Luís Antônio; no segundo, de 11 de setembro, a solicitação era para a transformação de uma “*janela em porta*”, no prédio n.4 da mesma avenida. O prédio que iria receber a vitrine era o mesmo da casa de *modas e de confecções* (1921 a 1927) e de *chapéus* (1931), e o outro seria ocupado primeiro por uma *oficina de costura* (1917) e depois por uma casa de *secos e molhados* (1924 a 1927). Os dois imóveis eram contíguos e, tanto os prédios como os negócios, pertenciam à mesma família. Em 1931, o negócio de Nicola de Léo já não consta mais das páginas do *Almanaque Laemmert*, mas Maria de Léo se mantém de alguma forma no ramo do *vestuário*.

A permanência dessa família no comércio por mais de vinte anos pode se justificar por alguns aspectos – a localização privilegiada associada à retaguarda financeira familiar. Os De Léo, além de proprietários dos imóveis, possuíam recursos para investir nas reformas efetuadas e em negócios dirigidos a uma clientela de luxo, caso da *Casa Parisiense*. Não consegui obter informações acerca dos motivos que levaram à mudança de ramo de Maria de Léo, mas uma consulta ao *Almanaque Laemmert* de 1935 demonstrou que neste ano o negócio de *chapéus* se mantinha em nome das Irmãs de Léo.

A família Lacapria sucedeu Manoel Artacho, este estabelecido no local pelo menos desde 1910, com *fábrica e comércio de chapéus*. Em 1917, o estabelecimento estava em nome de Antônio Lacapria ou, como anunciado no Almanaque até 1927, *Fábrica de Chapéus de Antonio Lacapria*. Porém, a divulgação do negócio passou a ser feita em nome de *José Lacapria & Filhos* entre 1921 e 1923. O mesmo José Lacapria esteve envolvido com o comércio (e possivelmente a produção) de *coletes para senhoras*, no mesmo endereço (1921 e 1923). Finalmente, em 1931, encontrei aquele que parece ter sido o último membro da família a gerir o negócio, Vicente Lacapria.

Acima, quando abordei o ano de 1927 me referi à casa *Ao Pequeno Luxo*, de Georgina de Queiroz. Georgina iniciou seu negócio em 1921, com uma casa de *modas e*

confeções na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.30 e, em 1923, ela mudou para o imóvel n.22, onde ficou até 1931. Ao longo de todo o período investigado o negócio foi anunciado como *modas e confeções, modistas, coletes para senhoras e oficinas de costura*, porém, em 1931 passou a ser classificado apenas como *chapéus para senhoras e crianças*. O local da casa de Georgina de Queiroz, na primeira quadra da Av. Brigadeiro Luís Antônio, remete à Francisca de Paula Souza Queiroz, a Baronesa de Limeira, proprietária do sobrado localizado na esquina da rua do Riachuelo. O sobrenome em comum e a proximidade fazem pensar que se tratava de mulheres da mesma família e, se isso for verdade, o nome de família aliado à localização privilegiada pode ter colaborado para o sucesso da modista.

Na sequência do setor do vestuário vem o *comércio de artigos diversos*, com 19 anúncios. Muito embora o setor tenha mantido o mesmo número de atividades do período anterior, alguns segmentos desapareceram, dando lugar ao comércio de outros produtos, tais como *chás, ceras e sementes, lenha, perfumaria e objetos de toilette e sacos de papel*. Porém, o surgimento desse tipo de comércio na “área nobre” do Bexiga não significa que esses artigos não tenham sido comercializados em outros momentos. A *lenha*, por exemplo, era um artigo essencial para o funcionamento dos fogões à carvão, ainda amplamente utilizados pela população mais pobre sem acesso aos modernos fogões elétricos ou à gás¹³⁰. É provável que o abastecimento do produto, tanto no bairro do Bexiga como em toda a cidade, tivesse sido num primeiro momento através de vendedores ambulantes e, posteriormente, através de casas comerciais especializadas ou não¹³¹.

Esse assunto merece ser aprofundado. Em 1909, a firma inglesa *San Paulo Gas Co.Ltd.*, que desde 1872 possuía licença para explorar os serviços públicos de iluminação na cidade, publicou anúncio no jornal *O Estado de São Paulo*, onde se lia que “*Esta companhia offerece aos consumidores de gás, cujas casas se acham em posição normal (?), um FOGÃO a GAZ proprio para familia de seis pessoas e de typo 295 dos afamados fabricantes Richmond & C., com a installação completa pelo preço baratissimo de 160\$000 (réis)*”. Parece claro que essa era uma maneira da empresa agradar a seus clientes, ao mesmo tempo em que aumentava suas possibilidades de ganho. Três anos mais tarde, o controle acionário daquela companhia passou às mãos da *Light & Power Co. Ltd.*.

¹³⁰ SILVA, João Luís Máximo da – “*Transformações do espaço doméstico – O fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930*”. In *Anais do Museu Paulista*, jul./dez. Ano 15, n.2, 2007, p.210.

¹³¹ Luís Americano se refere ao homem, “sempre de raça branca”, que fazia a entrega dos sacos de carvão nas portas das casas e ao carro com “*lenha bruta, vindo de Santo Amaro, puxado por junta de bois*”, que fazia a entrega do produto de porta em porta. In *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. 2ª Edição, São Paulo: Carenho Editorial/Narrativa Um/Carbono 14, 2004, pp.99-111.

Porém, a responsabilidade pela distribuição de gás doméstico permaneceu em nome da *San Paulo Gas Co. Ltd.*, enquanto a *Light* ficou com a iluminação e o transporte público.

As ambições expansionistas da *Light* foram beneficiadas pelas medidas sanitárias implementadas pelo poder público através do Código Sanitário de 1918 e do Padrão Municipal de 1920. Conforme João Luís Máximo (2007, p.207), neste documento a legislação procurou definir como “*deveria ser a cozinha, estabelecendo tamanho, forma de circulação e materiais utilizados*”, de forma a disciplinar a higiene e a salubridade desses espaços. Assim, na medida em que a municipalidade intervinha mais rigorosamente no interior doméstico, parece ter se ampliado as possibilidades de sucesso da companhia distribuidora de gás, que oferecia serviços e produtos condizentes com as condições propostas pela lei: “*fogão a gaz mais seguro, mais ligeiro, mais fresco e mais limpo*”; além de tudo, “*mais economico do que qualquer outro fogão*”¹³².

Figura 58 – *O Estado de São Paulo*, 08/07/1934.

Figura 59 – *O Estado de São Paulo*, 17/11/1933.

Contudo, apesar dos esforços empreendidos pelo poder público e pela prestadora de serviços, os fogões a lenha e a carvão continuaram a ser utilizados. É o que se depreende dos anúncios veiculados pelo *Estado de São Paulo* nos anos 1930.

¹³² *O Estado de São Paulo*, 03/04/1932.

Em 1890, quando o comércio da cidade era todo localizado nas ruas do Triângulo, o segmento de *chás, ceras e sementes* era comercializado em casas como a *Loja da China*, a *Flor Paulista* ou a *Loja do Japão*, lojas que se distinguiam pela variedade de produtos oferecidos – plantas, artigos de Carnaval, fogos de artifício, etc¹³³. Passados quarenta anos, Angelo Pelegrino, até então especializado em produtos para calçados, decide diversificar a linha de produtos de seu estabelecimento, passando a negociar também com *chás, ceras e sementes*. Esse foi o único caso encontrado no bairro do Bexiga.

Novidade no Almanaque são as *loterias* e os *belchiores*¹³⁴, pelo menos na “área nobre”, o que não significa que não existissem. Em relação às casas lotéricas, o *Almanak da Provincia de São Paulo para 1873*¹³⁵ já indicava sua presença na rua do Comércio e na rua da Imperatriz no centro da cidade, e, em 1929, o jornal *O Estado de São Paulo* dava notícias sobre um certo Adolpho Schiller, comerciante “*conhecido como receptor de objetos roubados*”, revendidos em seu estabelecimento *Casa de Occasião*¹³⁶. O negócio de Schiller funcionou na Avenida São João n.320 e no Largo do Paissandú n.48A e, independentemente da ilegalidade do empreendimento, comprova a presença do comércio de artigos usados na cidade desde muito cedo.

Entre os segmentos voltados para o *comércio em geral*, as seis casas de *armarinhos* embora tenham perdido dois estabelecimentos, se mantêm como o segmento que concentrou mais atividades no ano de 1931. A maioria, como era de se esperar, localizadas na Avenida Brigadeiro Luís Antônio e, diferentemente do ocorrido com as chapelarias, mais distantes do centro, aproximadamente entre as ruas Maria José e Treze de Maio. Destas, vale destacar o caso de Oscar Estefano, da *Casa Mimosa*. A primeira impressão que se tem ao cotejar as informações contidas em diferentes números do *Almanaque Laemmert* a respeito de Oscar Estefano é que, a princípio, a sua *Casa Mimosa* era especializada no *comércio de calçados*, e que em 1931 ele tenha optado pela mudança de ramo, passando a comercializar artigos de *armarinhos e fazendas*. Entretanto, entre 1913 e 1927 ele já possuía loja na rua Conselheiro Ramalho n.174, onde explorava diversos ramos de comércio: *armarinhos e fazendas, calçados, roupas brancas e roupas feitas*. Não encontrei outras notícias a seu respeito, mas tudo indica que o momento de crise tenha

¹³³ *Almanach do Estado de São Paulo, para 1890*. Por Jorge Seckler. Sétimo Anno, São Paulo, Editores-Proprietários Jorge Seckler & Comp., p.171.

¹³⁴ Conforme o *Dicionário Aurélio*, o termo de refere ao comércio de objetos usados, também conhecido atualmente como ‘brechó’.

¹³⁵ *Almanak da Provincia de São Paulo, para 1873*. Organizado e publicado por Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Primeiro Anno. São Paulo, Typographia Americana, 2 - Largo de Palacio - 2, 1873. Edição fac-similar, Imprensa Oficial do Estado-IMESP, 1985, p.119.

¹³⁶ *O Estado de São Paulo*, 02/07/1929.

levado Estefano a encerrar o negócio da rua Conselheiro Ramalho, mantendo somente a loja da Av. Brigadeiro Luís Antônio. O fato é que em 1935, Oscar Estefano ainda tinha sua casa de *armarinhos* na Brigadeiro Luís Antônio, só que agora no n.214.

No período pós 1927, o setor da *saúde* confirma uma tendência que vinha se delineando desde 1923, de queda no número de profissionais liberais, *médicos* e *dentistas*. Dos cinco dentistas residentes na Av. Brigadeiro Luís Antônio, restaram somente três profissionais. Chamou a atenção o fato de dois profissionais apresentarem o mesmo endereço, levando a crer que se tratava de pessoas que alugavam espaços em casas de família¹³⁷, prática que parece ter sido comum aos profissionais em início de carreira. Assim sendo, é compreensível que não permanecessem muito tempo no mesmo local. A lógica é que, tão logo tivessem condições, buscassem endereços que lhes garantissem mais privacidade.

Entre os três dentistas que anunciaram seus serviços no Almanaque de 1931, Antônio Dias de Arruda era o único a morar no mesmo local há muitos anos, mais precisamente a partir de 1918. Já os quatro médicos que restaram na região, com exceção de Gabriel Raja de quem falei acima, três eram novatos no local. No entanto, o próprio Raja mudou três vezes de endereço ao longo do tempo em que morou na Av. Brigadeiro Luís Antônio.

Se médicos e dentistas abandonaram as páginas do Almanaque de 1931, as *parteiras* parecem ter percorrido um movimento inverso, já que nesse ano houve um acréscimo de duas. Mas mesmo a presença dessas profissionais não era uma constante. Fazendo um balanço nos nomes anunciados entre 1927 e 1931, concluí que nenhuma das parteiras presentes em 1931 estava ali no período anterior.

Desde o final do Império, pelo menos em teoria, só poderiam exercer a profissão de parteira as pessoas portadoras de diplomas reconhecidos pelas escolas de medicina do país. Nas últimas décadas do século XIX, frente aos inúmeros problemas decorrentes de procedimentos obstétricos sem as necessárias condições de higiene e segurança, e a consequente morte de bebês e parturientes, ainda se discutia a necessidade de regulamentação da profissão, atitude compartilhada por profissionais da classe médica e pelo estado¹³⁸. Entretanto, até a década de 1930 os partos eram realizados majoritariamente

¹³⁷ A presença de pessoas que apresentavam o mesmo endereço, particularmente médicos, foi um fato comum no período analisado, havendo diversos exemplos de profissionais liberais nessa condição.

¹³⁸ A historiadora Maria Lucia Mott analisou as inúmeras iniciativas no sentido de regulamentação da profissão das parteiras. Entre elas, destacamos aquela da Escola Livre de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo: “Em 1903, uma representação da ELFOO forneceu ao Congresso um esboço de regulamento sobre o exercício profissional de farmacêuticos, dentistas e parteiras que, depois de uma série de discussões e

por parteiras leigas (Mott, 2001, p.52). Não sabemos até que ponto as profissionais que anunciavam seus préstimos nos almanaques e nos jornais realmente possuíam os diplomas exigidos por lei, o fato é que sua presença no bairro do Bexiga e em toda a cidade era uma realidade. Por outro lado, dar à luz em hospitais e maternidades só passou a ser uma prática efetivamente recomendada pelos médicos a partir dos anos 1930. Até então, além de haverem poucos locais destinados ao atendimento de parturientes, ter filhos em casa era um hábito das mulheres, fossem elas pobres ou ricas¹³⁹.

Os *serviços pessoais*, que em 1927 somavam 37 atividades, reduziram-se drasticamente em 1931, passando a constar somente 13 anúncios, 10 deles representados por *barbearias*. O curioso é que enquanto todo o bairro do Bexiga contou com 85 profissionais ao longo do período investigado, apenas 17 barbeiros atuaram na “área nobre” entre a rua Santo Amaro e a Av. Brigadeiro Luís Antônio. Essa ausência pode ter relação com o fato de raramente os negociantes serem proprietários dos imóveis onde funcionavam seus negócios, estando assim sujeitos a reajustes de alugueis nem sempre compatíveis com seus ganhos. Quando se tratava de negócios de vulto e com clientela garantida, o retorno do capital aplicado em instalações, aluguel, taxas e no próprio estoque podia garantir a sua permanência. Esse, provavelmente não era o caso dos barbeiros que, via de regra, tinham estabelecimentos de pequeno porte. Mesmo que a clientela da região de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio fosse supostamente mais rica e garantisse o ganho do dia a dia, os barbeiros ainda teriam que lidar com a concorrência dos profissionais estabelecidos em outras ruas do bairro, que não eram poucos. Entre todos os barbeiros que tiveram negócio naquela região, localizamos somente um que comprovadamente era dono do imóvel no qual trabalhava. Tratava-se de Vicente Laporta que, em 06/12/1923, solicitou licença para a construção de “*uma divisória de madeira no salão de barbeiro*” de sua propriedade, no n.33 da Av. Brigadeiro Luís Antônio¹⁴⁰, onde ainda o encontramos atuando em 1931. Nesse ano, apenas dois *barbeiros* estavam no

modificações, foi aprovado cinco anos mais tarde pelo legislativo paulista, em 1908. Pelo novo regulamento só poderiam exercer a profissão de parteira no Estado: 1) as mulheres diplomadas pela ELFOO de São Paulo ou por qualquer das escolas oficiais ou equiparadas da União; 2) as parteiras diplomadas por escolas estrangeiras que tivessem sido habilitadas perante as mesmas escolas do Estado ou da União, provada a identidade da pessoa. Para exercer a profissão no Estado, a parteira era obrigada a registrar seu título na Diretoria do Serviço Sanitário (SÃO PAULO, 1908)”. In MOTT, Maria Lucia – “*Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo (1880-1920)*”. In *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v.35, n.1, p.47, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v35n1/v35n1a07.pdf>. Consulta em: 16/12/2013.

¹³⁹ Ainda conforme Maria Lucia Mott, até a década de 1920, os poucos estabelecimentos voltados para o atendimento a parturientes restringiam-se às Maternidades de São Paulo e Sant’Anna, e aos hospitais Santa Catarina e Samaritano. In MOTT, Maria Lucia – “*Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960)*”. Proj. História São Paulo, (25), dezembro/2002, p.206. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/10588/7878>. Consulta em: 16/12/2013.

¹⁴⁰ *Obras Particulares*, 06/12/1923, AHSP.

bairro há muito tempo. O mais antigo deles era Carmine Grecco que há trinta anos exercia seu ofício na rua Santo Amaro n.228. Em 1909, Carmine estava estabelecido na Brigadeiro Luís Antônio n.207; em 1913, no n. 221 e, a partir de 1924, ele já estava no n. 252 onde ficou até 1931. Braz (ou Biaggio) Russo estava ali há menos tempo, desde 1921, sempre no mesmo endereço, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio n.28; em 1931, Russo mudou-se para a rua Santo Amaro n.148.

Vimos constatando que ao longo dos quatro anos passados, desde 1927, muitas mudanças ocorreram no cenário dos negócios da “área nobre” do Bexiga, mas nada surpreende mais do que o desaparecimento dos 28 *advogados* que residiam no local naquele ano. Em 1931, o único advogado a divulgar seus préstimos no *Almanaque Laemmert* foi Atugasmin Medici, com escritório na rua Francisca Miquelina n.1A, provavelmente situado no segundo pavimento de um sobrado. Enquanto outros profissionais liberais, em algum momento, abandonaram o bairro em busca de outros locais mais apropriados para o exercício do seu ofício, geralmente na região do Triângulo, Medici parece ter feito caminho contrário. Através dos anúncios no jornal *O Estado de São Paulo*, é possível acompanhar um pouco a trajetória desse advogado.

Anúncio publicado no jornal O Estado de São Paulo em 01/06/1914. O texto, em caixa alta, diz: "S. CARLOS e comarcas circumvizinhas — DR. ATUGASMIN MEDICI, advogado." O anúncio está dentro de uma moldura simples.

Figura 60 – Em 1914, atuação na cidade de São Carlos “e comarcas circumvizinhas”. *O Estado de São Paulo*, 01/06/1914.

Anúncio publicado no jornal O Estado de São Paulo em 04/12/1919. O texto, em caixa alta, diz: "DR. ATUGASMIN MEDICI — Rua Líbero Badaró, 120 — Telephone, Central 1936." O anúncio está dentro de uma moldura simples.

Figura 61 – Em 1919, com escritório na rua Líbero Badaró, 120, na Capital. *O Estado de São Paulo*, 04/12/1919.

Anúncio publicado no jornal O Estado de São Paulo em 15/11/1929. O texto, em caixa alta, diz: "ATUGASMIN MEDICI, AVOGADO, Rua Francisca Miquelina, 1-A. Instalações próprias. A três metros do largo S. Francisco). — Tel. 2-1936." O anúncio está dentro de uma moldura simples.

Figura 62 – Em 1929, com escritório na rua Francisca Miquelina, 1-A, em “instalações próprias”. *O Estado de São Paulo*, 15/11/1929.

De acordo com o anúncio publicado em 1914, naquela data ele advogava em São Carlos, levando a crer que provavelmente fosse natural daquela cidade¹⁴¹. Cinco anos depois, Médici já se encontrava em São Paulo, com escritório na rua Líbero Badaró n.120¹⁴², onde parece ter estado até aproximadamente 1929. Nesse ano, o advogado divulga a localização do novo escritório, agora no bairro do Bexiga. A referência à pouca

¹⁴¹ *O Estado de São Paulo*, 01/06/1914.

¹⁴² *O Estado de São Paulo*, 04/12/1919.

distância do centro parece querer tranquilizar os clientes quanto ao possível aborrecimento que um deslocamento maior provocasse, o que também pode ser visto como um sinal de que esse não seria o endereço esperado para profissionais bem sucedidos e competentes. Por outro lado, o fato de se tratar de “*instalações próprias*” indica que Médiçi, àquela altura, já era um profissional bem sucedido e competente, inclusive proprietário do imóvel.

Em relação às atividades vinculadas ao setor de *artes e ofícios*, sua distribuição pela “área nobre” se mostrou bastante pulverizada em 1931. Para cada um dos segmentos que compunham o setor, identifiquei um máximo de duas atividades, quando muito, sendo que algumas delas deixaram de existir. Esse foi o caso dos profissionais ligados à *música* (maestros, professores de música, professores de piano, professores de violino e afinadores de piano e órgãos), às *artes plásticas* (oficinas de gravuras e professores de pintura).

Das atividades restantes, vale a pena destacar o caso de dois estabelecimentos que, de alguma forma, vinculavam-se à *fotografia*. O primeiro deles, da firma *Kodak Brasileira Ltda.*, localizada no n.96D da Av. Brigadeiro Luís Antônio, indica a entrada da empresa americana de materiais fotográficos em São Paulo. A *Kodak* possuía escritório de representação no Rio de Janeiro desde 1920 e, embora o histórico fornecido pelo *site* da *Kodak*¹⁴³ só se refira à instalação da empresa em São Paulo a partir de 1954 (“*com a aquisição da fábrica Wessel, em Santo Amaro*” e, em 1958, com a transferência do escritório central do Rio de Janeiro para São Paulo), o anúncio no *Almanaque Laemmert* é uma prova inquestionável de sua presença na cidade desde os primeiros anos da década de 1930. Não consegui mais informações acerca da atuação da empresa na cidade, a não ser que em 1935 seu endereço passara a ser no n.72A da Av. Brigadeiro Luís Antônio.

Da mesma forma que o escritório da *Kodak*, o estúdio fotográfico de Raphael (de) Castro também funcionava na Brigadeiro Luís Antônio, no n.172. Infelizmente, também foram raras as informações sobre esse fotógrafo. O jornal *O Estado de São Paulo* de 11 de agosto de 1929, na seção dedicada às “Notícias do Rio”, informa, sem especificar a data do ocorrido, que “*esteve no Cattete o senhor Raphael de Castro afim de agradecer ao chefe da Nação a visita que fez á sua exposição de photographia instalada na sede da Polyclinica Geral do Rio de Janeiro*”¹⁴⁴. Embora a nota do jornal comprove a existência do fotógrafo, não fornece outras referências a seu respeito – se era um profissional conhecido, se era natural do Rio de Janeiro, etc. Contudo, a partir dessa informação, é de

¹⁴³ Disponível em: http://www.kodak.com.br/ek/BR/pt/Our_Company/Historia_da_Kodak_Brasileira.htm. Consulta em: 18/12/2013.

¹⁴⁴ *O Estado de São Paulo*, 11/08/1929, p.2.

se imaginar que Castro tivesse algum destaque para merecer uma exposição que seria visitada pelo próprio Presidente da República.

As demais atividades produtivas registradas no Almanaque de 1931, pouco acrescentam ao quadro apresentado até agora. A exceção relevante ficou por conta do setor de *manufaturas*, reunindo três *fabricantes de caixas de papel e papelão*, um *fabricante de bilhares*, um *fabricante de cera para assoalho*, um *joalheiro* e um *gravador*.

O Bexiga não foi um bairro caracterizado pela existência de fábricas, mas pela presença de pequenas manufaturas, geralmente instaladas em galpões nos fundos dos terrenos. Uma grande parte dos setores produtivos aqui examinados em função de necessidades básicas da população (alimentação, artes e ofícios, construção civil, transporte, vestuário e acessórios etc.) envolveu algum tipo de manufatura. Porém, aqui interessam, particularmente, os casos desvinculados das atividades típicas do bairro. Trata-se da fabricação de artigos específicos, que poderiam alimentar atividades produtivas desenvolvidas em outras regiões da cidade. Um caso exemplar é aquele das fábricas de papel, papelão, ou mesmo de caixas de papelão, estas utilizadas em embalagens para sapatos, sabonetes, cobertores, ampolas para remédios, frutas para exportação e toda sorte de produtos que se possa imaginar. A julgar pelas inúmeras comunicações publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*, nos anos 1910, pelos navios que chegavam ao porto de Santos carregados de mercadorias importadas, o papel, o papelão e as caixas do mesmo material estavam entre os artigos importados. Isso leva a crer que até aquela década, industriais e comerciantes dependiam, ao menos parcialmente, da importação desse material para a embalagem de seus produtos¹⁴⁵. Entretanto, desde 1920 há anúncios relacionados à fabricação de caixas de papelão, ora divulgando os fabricantes, ora buscando empregados especializados para o exercício do ofício.

Figura 63 – *O Estado de São Paulo*, 23/06/1923.

¹⁴⁵ Esse foi o caso do vapor alemão “*Hohenstaufens*”, proveniente de Hamburgo. Entre as encomendas trazidas pelo navio havia: “22 caixas de papelão (...) à ordem”; “6 fardos de papelão (...) à ordem”; “2 caixas de papel (...) a Stupakoff & Cia.”; “2 fardos de papel (...) a Pedro dos Santos & Cia.”; “2 caixas de papel (...) a Guilherme Gerch”; “4 caixinhas de papelão (...) a ordem”; “1 caixa de papel (...) a ordem”; e “20 fardos de papel (...) e 1 caixa de papel (...) a Riechmann & Cia.”. In *O Estado de São Paulo*, 08/07/1910.

Figura 64 – *O Estado de São Paulo*, 21/06/1931.

Datam de 1931 os registros de três estabelecimentos dedicados ao *comércio e manufatura de papel e de caixas de papelão* no Bexiga. Do primeiro fabricante, instalado na rua Santo Amaro n.72, não há informações além do anúncio. Já a firma Amadeu Andrade & Cia. possuía fábrica e depósito de papel e papelão na rua Asdrúbal do Nascimento n.1, e antes disso estava envolvida com a exportação do produto, já que em 18 de fevereiro de 1927 o jornal *O Estado de São Paulo* notificou o encontro havido entre Getúlio Vargas e os exportadores de papel para discutir a elevação “*para 300 réis (d)a taxa de papel para escrever*”. Entre os exportadores presentes estava Amadeu Andrade¹⁴⁶.

Pacheco, Rizzo & Cia. Ltda., estabelecido no n.94A da Av. Brigadeiro Luís Antônio, comprou o negócio já montado em 1925. De acordo com o comunicado de 08 de agosto daquele ano, tratava-se da venda da filial paulista da fábrica de caixas e cartuchos de papelão ondulado da firma carioca de J. Costa Ribeiro, naquela ocasião instalada no n.57 da referida avenida.

Figura 65 – *O Estado de São Paulo*, 08/08/1925.

Um caso interessante é o de J. Pirillo & Cia., proprietário da fábrica de bilhares *Taco de Ouro*. A primeira notícia a respeito de uma firma com essa denominação data de 1913 e se refere à “*demolição do prédio do salão de bilhares Taco de Ouro, na rua da Boa Vista, 52*”¹⁴⁷. Em 1918, consta nas páginas do *Almanaque Laemmert*, o anúncio da fábrica

¹⁴⁶ Confirmamos o envolvimento de Amadeu Andrade com negócios de *importação e exportação* através do *Almanaque Laemmert* de 1926. Naquele momento Andrade possuía escritório na rua do Riachuelo, 130.

¹⁴⁷ *O Estado de São Paulo*, 13/01/1913.

de bilhares *Taco de Ouro*, de Januario Pirillo, então localizada no Largo General Osório n.29. Dois anos depois, Pirillo:

*Proprietario da GRANDE FÁBRICA DE BILHARES “TACO DE OURO” comunica que (...) transferiu o seu estabelecimento industrial do largo General Osorio ns. 27 e 29 para edificios e terrenos de sua propriedade á rua Maestro Cardim n.1 esquina da rua Pedroso, ficando o escriptorio funcctionando provisoriamente em sua residencia á rua Pedroso n.13*¹⁴⁸.

Figura 66 – Impresso da Fabrika de Bilhares “Taco de Ouro”, de Januario Pirillo. Imagem s/data ¹⁴⁹.

Em 22 de novembro de 1933, a matéria publicada no jornal *Correio de São Paulo*, intitulada “*Absolvição de um conhecido industrial paulista*”, notificava a sentença em favor do industrial e comerciante J. Pirillo S. Filho, em processo movido contra ele pela *Companhia Brunswick do Brasil*. Conforme o anúncio publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1929, tratava-se de um fabricante de mesas de bilhar, e a frase abaixo do desenho da mesa – “*não confundir os verdadeiros Brunswick’s com as imitações, só iguaes na apparencia*” – dá pistas sobre os motivos do processo. Tratava-se de uma disputa entre concorrentes.

Figura 67 – *O Estado de São Paulo*, 19/03/1929.

¹⁴⁸ *O Estado de São Paulo*, 06/07/1920.

¹⁴⁹ Esse é um impresso fixado em mesa de sinuca colocada à venda no site Mercado Livre. Disponível em: http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-527177378-mesa-de-sinuca-taco-de-ouro-_JM. Consulta em: 19/12/2013.

Independentemente das razões que levaram ao processo, cabe destacar que nessa ocasião a *Taco de Ouro* já funcionava na rua Maestro Cardim. Não é possível saber o motivo de a fábrica ter funcionado na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.141. Talvez Pirillo tenha tido necessidade de reformar os “edifícios” referidos de maneira a adaptá-los para usos industriais, o que pode ter levado um certo tempo. O fato é que a estadia de uma grande fábrica como a *Taco de Ouro* na “área nobre” do Bexiga é um caso atípico no bairro. Por outro lado, esse caso vem comprovar mais uma vez a posição privilegiada das atividades produtivas que se estabeleceram na área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio. Tratava-se de um espaço onde, ao longo do tempo, diferentes usos se misturaram – residências, comércio e serviços –, sem que se perdesse com isso um certo tom de refinamento dado pela proximidade com o Centro e pela própria origem das vias em questão, abertas por famílias tradicionais paulistas, cujo objetivo pretendia atender interesses bem específicos de valorização fundiária do próprio patrimônio.

Por fim, há os casos de um *gravador* (em metal) e dois *joalheiros*, ambos com oficina na Av. Brigadeiro Luís Antônio.

Figura 68 – Nesta foto da Av. Brigadeiro Luís Antônio, de 1931, é possível visualizar a placa da *Joalheria Vicente Torzillo* acima da entrada da loja, no prédio n.4 da avenida. Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

2.5.2 O “loteamento original”

- 1906

Vinte e cinco anos após o lançamento do empreendimento do bairro do Bexiga, em 1881, o *Almanaque Laemmert* registrou um total de 9 anúncios, envolvendo dois estabelecimentos ligados ao *comércio de alimentos*, dois profissionais da *saúde* (um médico e um dentista), duas atividades vinculadas à *construção civil* (um engenheiro e um comerciante de cimento), um *pintor retratista*, um *advogado* e um *comércio de sacarias*. Conforme se pode observar na espacialização da Planta SARA Brasil referente a 1906 (Anexo 1.1), foram bem poucas as atividades, distribuídas em apenas algumas ruas: Abolição, Conselheiro Carrão, Conselheiro Ramalho, Major Diogo, Treze de Maio e Santo Antônio, sendo que esta última concentrou quatro casos. Embora as ruas do antigo loteamento tenham apresentado um número superior de atividades comparativamente ao encontrado na “área nobre” (lá, nesse período, encontramos uma única atividade), se pensarmos tratar-se de uma área de uma área maior, percebe-se que a situação é praticamente a mesma.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	2
CONSTRUÇÃO CIVIL	2
SAÚDE	2
COMÉRCIO EM GERAL	1
SERVIÇOS PESSOAIS	1
ARTES E OFÍCIOS	1
AGENTES COMERCIAIS	-
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-
EDUCAÇÃO	-
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	-
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-
TRANSPORTE	-
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	-
TOTAL	9

Tabela 32 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1906. Acervo Digital FBN.

Contudo, como já verificado na área de abrangência da Av. Brigadeiro Luís Antônio, em 1906 a divulgação de serviços e comércio ainda não era uma prática corrente entre os negociantes do bairro. Dessa maneira retomei as ocorrências da série *Alvará e Licença*, entre os anos de 1906 e 1908, com o objetivo de confrontar os dados do *Almanaque Laemmert* com os pedidos efetivamente encaminhados à municipalidade (envolvendo a abertura de firmas, renovação de licença, mudança de endereços, etc.).

No decorrer desses três anos, das 63 ocorrências na Série *Alvará e Licença*, constatei que somente 18 negociantes anunciaram seus préstimos nos almanaques, e ainda

assim, nenhum deles em 1906. Nos anos seguintes muitos viriam a adotar os almanaques como forma de divulgação, mas essa visivelmente não era a regra no período analisado.

SEGMENTOS	ATIVIDADES PRODUTIVAS (1906-1908)	N.	N.	TOTAL
ALIMENTAÇÃO E LAZER	AÇOUGUE	-	4	55
	QUITANDAS	17	22	
	QUITANDA/ SECOS E MOLHADOS	2		
	QUITANDA/ SECOS E MOLHADOS/JOGO DE BOLAS	2		
	QUITANDA/ JOGO DE BOLAS	1		
	SECOS E MOLHADOS	5	8	
	SECOS E MOLHADOS/ FRUTAS	1		
	SECOS E MOLHADOS/ JOGO DE BOLAS	2		
	FRUTAS	-	2	
	JOGO DE BOLAS	-	14	
	BOTEQUIM E BILHAR	1	3	
	BOTEQUIM/ JOGO DE BOLAS	2		
FÁBRICA DE BEBIDAS (CERVEJA E LICORES)	-	2		
ARTES E OFÍCIOS	CINEMATÓGRAFO	-	1	3
	FOTÓGRAFOS AMBULANTES	-	2	
COMÉRCIO EM GERAL	FOGOS DE SALÃO		1	1
CONSTRUÇÃO CIVIL	MARCENARIA		1	1
SAÚDE	FARMÁCIAS		1	1
TRANSPORTES	OFICINA MECÂNICA		1	1
VESTUÁRIO	FÁBRICA DE CALÇADOS		1	1
TOTAL				63

Tabela 33 – Segmentos identificados na Série *Alvará e Licença* (1906-1908). Fonte: AHSP.

O interessante dessa fonte é que além de esclarecer as dúvidas a respeito dos negócios no bairro, ela revela aspectos silenciados nos almanaques. Na tabela acima percebemos, além da clara prevalência do setor da alimentação – as *quitandas* e casas de *secos e molhados* concentram a maioria dos casos –, a interpenetração de atividades (*quitandas* associadas a *secos e molhados*, estes *armazéns a casas de frutas*, e ambos a *jogos de bola*), num emaranhado de atividades que dificultam saber onde terminava uma coisa e começava outra. No caso dos *jogos de bola* é fácil perceber que se tratava do “aproveitamento” de um negócio principal para se explorar um tipo de lazer acessível aos moradores do bairro. Algumas solicitações indicam isso e o caso de Paulo Franciullo, proprietário de um negócio na rua Conselheiro Carrão n.30 é exemplar. Em sua petição, Franciullo declara que:

*(...) estabelecido com armazém de secos e molhados (e) desejando fazer em seu negócio um pequeno divertimento de jogo de bolas vem (vem) solicitar (a) licença e guia, a fim de pague (sic) o seu imposto. Outrossim, o suplicante tem no mesmo negócio uma quitanda a que pede (...) mandar (a) fim de que possa efetuar o referido pagamento (grifo nosso)*¹⁵⁰.

A associação entre quitandas/secos e molhados/frutas parece demonstrar uma certa indefinição dos negociantes envolvidos, no sentido de que talvez ainda se tratava de tentativas de acerto, mais do que certezas. O objetivo de todos, antes de qualquer coisa, seria desenvolver um negócio que prosperasse. A cidade crescia, a população aumentava, e

¹⁵⁰ Série *Alvará e Licença*, 1911. Cx.721, AHSP.

a demanda maior era certamente por alimentos. De outro lado, pelo menos naquele momento, o loteamento foi prioritariamente ocupado por pessoas com poucos recursos passíveis de serem investidos em negócios de caráter definitivo. Diante da incerteza, valia a pena tentar diversas alternativas possíveis. Porém, se era possível adotar esse procedimento junto à municipalidade ¹⁵¹, o mesmo não se aplicava em relação aos anúncios nos almanaques que pareciam possuir critérios mais objetivos para a sua própria organização. Ali, pelo menos aparentemente, os anúncios eram agrupados de acordo com o ramo de atividade principal, ao qual os anunciantes deveriam se integrar da melhor forma, o que talvez explique a profusão de anúncios no segmentos dos “gêneros alimentícios” encontrados no período analisado.

De qualquer maneira, o fato é que independentemente da fonte consultada, o setor da *alimentação* mostrou-se responsável pela maioria absoluta das atividades produtivas identificadas naquele momento, ocupando quase todas as ruas do loteamento original, mas principalmente a Conselheiro Ramalho e a Santo Antônio. Ainda de acordo com a *Série Alvará e Licença*, os demais setores tiveram presença pouco significativa, sendo representados por uma *farmácia*, uma *oficina mecânica*, uma *fábrica de calçados* e um comércio de *fogos de salão* ¹⁵². A exceção ficou por conta do setor de *artes e ofícios*, com um *cinematógrafo* na rua Conselheiro Ramalho n.177 e dois *fotógrafos ambulantes*, ambos moradores na rua São Domingos n.42 ¹⁵³.

- 1909

O elevado número de anúncios publicados no *Almanaque Laemmert* no ano de 1909 faz crer que, àquela altura, negociantes e profissionais sediados no bairro do Bexiga já haviam, no mínimo, se habituado à ideia de que a divulgação de seus préstimos em uma publicação de alcance nacional seria um “bom negócio”. Por outro lado, conforme a Tabela 34 abaixo, o levantamento dos pedidos de licença para a abertura e/ou renovação de negócios junto à Polícia Administrativa do município, realizados entre 1906 e 1908, já

¹⁵¹ Até porque, no caso da *Seção de Polícia e Higiene*, a cada alvará concedido, correspondia uma nova taxa a ser paga, o que sem dúvida implicava em aumento de arrecadação para o erário.

¹⁵² Convém destacar que conforme a licença solicitada por Fausto Thomaz de Aquino, morador à rua Conselheiro Ramalho n.15, esse comércio de *fogos de salão* se restringia ao mês de junho (período das festas juninas). *Série Alvará e Licença*, 27/05/1908.

¹⁵³ Em relação a esses profissionais, localizamos no jornal *O Estado de São Paulo*, a publicação de um despacho aprovando a licença requerida por um deles (Raphael Basile), para “*photographias instantaneas*”, com a ressalva de que o perímetro central da cidade estava excluído da licença. Conforme a solicitação original, Raphael Basile, “*morador neste endereço e desejando explorar o ramo de fotografias instantâneas, exibindo pelas ruas e praças da Capital aparelho fotográfico com tripé, solicita a licença pelo prazo de seis meses*”. *Série Alvará e Licença*, 07/08/1907. O despacho aprovando o pedido foi publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 10/08/1907.

davam indicações da expansão das atividades produtivas no bairro, principalmente aquelas destinadas a suprir a demanda por alimentos.

De acordo com o *Almanaque Laemmert*, em 1909, embora tenha se concentrado nas ruas Conselheiro Ramalho, Rui Barbosa, Conselheiro Carrão, Major Diogo e Santo Antônio, o setor de *alimentação e lazer* esteve presente em praticamente todas as ruas do bairro. Foram 12 *açougues*, 4 *casas de frutas*, 25 comércios de *gêneros alimentícios*, 7 *botequins e bilhares*, além dos estabelecimentos voltados à produção de algum tipo de alimento: 3 fabricantes de *doces*, um fabricante de *massas alimentícias* e um *fabricante de cerveja*.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	53
SERVIÇOS PESSOAIS	14
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	11
COMÉRCIO EM GERAL	7
SAÚDE	4
TRANSPORTE	4
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	4
ARTES E OFÍCIOS	1
CONSTRUÇÃO CIVIL	1
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1
AGENTES COMERCIAIS	-
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-
EDUCAÇÃO	-
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-
TOTAL	100

Tabela 34 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1909. Acervo Digital FBN.

Em comparação, o setor dos *serviços pessoais, vestuário e acessórios* respondeu por relativamente poucas ocorrências, distribuídas basicamente pelas ruas Conselheiro Ramalho, Major Diogo e Santo Antônio. O primeiro, com 12 *barbearias e cabeleireiros* e uma *tinturaria*; e o segundo, com 2 comércios de *acessórios para calçados*, 4 fabricantes de *chapéus*, 3 comerciantes de *chapéus*, uma *loja de calçados* e uma *costureira*. Nas mesmas vias distribuiu-se o comércio em geral, dividido em 4 casas de *fazendas e armarinhos* e 3 casas de *ferragens, louças e tintas*.

Os demais setores encontravam-se pulverizados. As *oficinas e manufaturas* somaram quatro atividades: 3 *funilarias*, localizadas nas ruas Conselheiro Ramalho e Santo Antônio e um fabricante de *velas* na mesma via; a *saúde*, com 2 *farmácias* e um *dentista*, na rua Conselheiro Ramalho e uma *médica* na rua Major Diogo; o setor de *transporte*, representado por 3 *ferradores* e um *seleiro*, distribuiu-se pelas ruas Santo Antônio, São Domingos e Major Diogo. Por fim, encontramos um *empreiteiro (construção civil)* na rua Conselheiro Ramalho, um *comércio de molduras e quadros (móveis e utilidades domésticas)* na rua Santo Antônio e um *encadernador (artes e ofícios)*.

Entre todas as atividades listadas, uma em especial chama a atenção, a *fábrica de velas* localizada no n.42 da rua Santo Antônio, de propriedade da firma Garcia, Nogueira & Cia. A fábrica pertencia aos mesmos donos da conhecida *Loja do Japão*, cujo endereço naquele ano era na rua São Bento n.42. De acordo com Heloisa Barbuy, além do comércio de artigos variados, muitos identificados com um certo exotismo oriental, a loja “*mantinha uma fábrica de velas e outra, que produzia os fósforos da marca ‘Violeta’, na rua Espírito Santo*”¹⁵⁴. Certamente, a fábrica de velas a que a autora se refere era esta da rua Santo Antônio. Não é possível saber se a produção da fábrica se dava em função do abastecimento da própria loja, mas de qualquer maneira, acredito que sua localização, razoavelmente próxima do Triângulo e do endereço comercial da Garcia, Nogueira & Cia., deve ter sido conveniente para seus proprietários. Porém, de acordo com o *Almanaque Laemmert* dos anos subsequentes, a fábrica permaneceu no local somente até 1910. Dali por diante desaparecem quaisquer referências a seu respeito, no Bexiga ou em outro local.

- 1914

Era o início de 1914 e a I Guerra Mundial ainda não havia sido deflagrada. Nos primeiros dias de janeiro, o jornal *O Estado de São Paulo* registrava que “*notícias recebidas de Viena dizem estarem formados na Macedônia varios bandos de bulgaros e turcos, que perseguem os servios e gregos*”. Destaca ainda que “*essas notícias, por serem de fonte insuspeita, causaram a peor impressão possível*”¹⁵⁵. Contudo, apesar da má impressão, nada mais havia no jornal que denunciasses a proximidade da grande guerra, nem ao menos alguma indicação de conflitos originados por interesses econômicos divergentes entre os países que viriam a participar do conflito.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	128
SERVIÇOS PESSOAIS	29
COMÉRCIO EM GERAL	24
CONSTRUÇÃO CIVIL	14
SAÚDE	13
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	12
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	9
TRANSPORTE	8
ARTES E OFÍCIOS	3
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	3
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2
AGENTES COMERCIAIS	-
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-
EDUCAÇÃO	-
TOTAL	245

Tabela 35 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1914. Acervo Digital FBN.

¹⁵⁴ Heloisa Barbuy, em seu trabalho *A cidade-exposição. Comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*, traçou um histórico detalhado da trajetória da Loja do Japão, fundada em 1883, por Manoel Garcia da Silva. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 165-172.

¹⁵⁵ *O Estado de São Paulo*, 04/01/1914, p.2.

No bairro do Bexiga, um microcosmo da capital paulista, o aumento de quase 150% dos anúncios em relação à 1909 parece demonstrar que os negociantes e profissionais que ali trabalhavam e eventualmente habitavam estavam confiantes nos rumos da economia e talvez alheios à possibilidade de uma eventual guerra. Contudo, ao comparar os dados deste ano com aqueles de 1913, quando o *Almanaque Laemmert* registrou 290 anunciantes no bairro, percebe-se que as coisas já não caminhavam tão bem. De todo modo, é visível que a grande maioria das pessoas ainda acreditava que valia à pena anunciar seu negócio.

Os segmentos ligados de alguma maneira ao setor da *alimentação* lideravam de longe as atividades produtivas no Bexiga, o que já havia sido constatado na “área nobre” do bairro. Muito atrás da *alimentação* vinham os *serviços pessoais* e o *comércio em geral*. O grosso do comércio e serviços de *alimentação* se localizava nas ruas Santo Antônio (33), Conselheiro Ramalho (27) e Major Diogo (20). As demais atividades se distribuíam pelas ruas Manoel Dutra (11), Rui Barbosa (9), Treze de Maio (9), Conselheiro Carrão (5), Fortaleza (5), Abolição (4), São Domingos (4) e Dr. Luís Barreto (1).

Daquelas 128 atividades relacionadas à alimentação, nada menos que 88 casos representavam *armazéns de secos e molhados*, sendo que 52 desses estabelecimentos também se concentravam nas ruas Santo Antônio (21), Conselheiro Ramalho (17) e Major Diogo (14). Na sequência, as atividades numericamente mais representativas foram 15 *açougues* e 10 *quitandas*. Da mesma forma que os armazéns de *secos e molhados*, a maioria dos *açougues* se localizava nas ruas citadas. As *quitandas* foram a exceção, pois distribuíram-se mais ou menos igualitariamente por diversas ruas.

O arrolamento acima, ainda que bastante sucinto, demonstra a importância dos estabelecimentos localizados nas vias citadas. Mas, mais do que essa constatação, ele levanta uma questão em relação ao comércio varejista de alimentos. Até que ponto o elevado número de atividades desse setor se dirigia exclusivamente às demandas dos moradores do bairro ou estaria voltado para a satisfação das necessidades de moradores dos bairros localizados no entorno e mesmo de outras áreas da cidade?

Creio que a resposta à essa pergunta deve ser buscada na realidade urbana de São Paulo daquele momento. Desde as últimas décadas do século anterior, alavancada pela expansão da economia cafeeira, a cidade iniciava um processo de reordenação de seus espaços, a começar pelo próprio centro. Assim, no início do novo século, enquanto o centro concentrou os serviços e os comércios especializados (casos, por exemplo, do setor financeiro e do comércio de importação e exportação de artigos de luxo), os

estabelecimentos comuns destinados a suprir a demanda por produtos básicos tenderam a se expandir em direção aos bairros mais afastados. Os arrabaldes, menos valorizados socialmente, passaram a desempenhar funções específicas, tendo em vista fatores bem objetivos – basicamente, as condicionantes geográficas que barateavam o preço dos terrenos para implantação dos negócios que demandavam menores investimentos e a localização em relação ao centro e aos bairros exclusivamente residenciais. A região ocupada pelo loteamento original do Bexiga preenchia esses requisitos, mas principalmente, também possuía uma população disposta a investir nos esforços necessários à sua inserção no mercado urbano.

O Bexiga possuía uma posição privilegiada em relação a alguns bairros ocupados pelas camadas médias e altas da população. Ao Norte, os largos da Memória e do Riachuelo acessavam o Vale do Anhangabaú e as ruas Dr. Falcão, do Ouvidor e Riachuelo, que por sua vez, acessavam o Largo São Francisco; todas essas vias levavam ao Centro. Na direção Leste, a rua Manoel Dutra, e na continuidade, a rua Jaceguai, acessavam a Av. Brigadeiro Luís Antônio, dali desembocando em outras vias vitais para o acesso ao bairro da Liberdade: a própria Jaceguai, a Condessa de São Joaquim, a Humaitá, a Pedroso e a Santa Madalena. Ao Sul, a rua Treze de Maio, ao atravessar a Av. Brigadeiro Luís Antônio à esquerda, interligava-se ao bairro do Paraíso. A mesma Brigadeiro Luís Antônio, acessava à direita as ruas do Morro dos Ingleses; continuando em linha reta, chegava-se à Av. Paulista e, ao atravessá-la, seguia-se em direção do novo bairro da Vila América, loteamento recente correspondente ao atual Jardim Paulista e, mais adiante, acessava-se a Estrada de Santo Amaro. Na direção Oeste, a rua Santo Antônio ao percorrer quase toda a extensão do loteamento, encontrava algumas saídas para o Vale do Saracura: as ruas Paim, Manoel Dutra, São Vicente e Almirante Marques Leão. A partir da rua Santo Antônio, futuros viadutos viriam permitir a transposição do Saracura e o acesso ao bairro da Consolação, através das ruas Martinho Prado e Major Quedinho. Mas isso só viria a ocorrer a partir dos anos 1930. Por fim, não importando a direção para onde se olhe, todas as vias perpendiculares ao bairro acessavam a rua Santo Antônio e a Av. Brigadeiro Luís Antônio.

Figura 69 – Possibilidades de acesso a outras regiões da cidade: a partir do Largo do Riachuelo, acesso ao Centro da cidade e aos bairros localizados ao Norte; a partir das ruas Manoel Dutra e Jaceguai, acesso aos bairros localizados à Leste (Liberdade e Paraíso); a partir da Av. Brigadeiro Luís Antônio, acesso ao Morro dos Ingleses, Avenida Paulista, Vila América e à Estrada de Santo Amaro, ao Sul da cidade; e a partir da rua Santo Antônio, acesso ao Vale do Saracura, à rua Augusta, à Consolação e aos bairros localizados à Oeste. Fonte: Planta SARA Brasil, AHSP.

Em relação à Avenida Brigadeiro Luís Antonio, já detalhei a importância de sua localização para os negócios estabelecidos naquela área de abrangência. Contudo, após analisar as alternativas de acesso do bairro do Bexiga para outras regiões da cidade na Planta SARA Brasil, percebe-se que suas possibilidades se ampliam ainda mais quando se pensa nos negócios estabelecidos no loteamento original. Assim, creio que essa breve

análise permite fundamentar a tese aqui em discussão de que o bairro do Bexiga realmente tenha funcionado como espaço de abastecimento para os moradores dos bairros vizinhos. Em suma, a correlação proposta neste trabalho – entre casas de comércio de alimentos/cocheiras e caminhos de acesso a outros bairros demonstra o papel prioritário do Bexiga como área vocacionada ao abastecimento alimentar de outras tantas da cidade em processo de especialização e zoneamento de funções. Mais adiante analiso outros dados que alicerçam a tese.

Quando considerei a distribuição das atividades produtivas pelas ruas do bairro, observei que no caso das casas comerciais voltadas para a alimentação, por vezes as distâncias entre um estabelecimento e outro eram muito curtas. O acúmulo do mesmo tipo de atividade às vezes em um único quarteirão sugere uma competição acirrada entre os comerciantes daquela rua, o que provavelmente ocorria. Por outro lado, acredito que se a única intenção desses comerciantes fosse atender as necessidades do próprio bairro, por mais amadores que fossem as iniciativas de abertura de novos negócios, dificilmente não iriam levar em conta a proximidade dos concorrentes.

Retornando ao conjunto das atividades identificadas em 1914, os *serviços pessoais*, com 29 registros, responderam por aproximadamente 11,88% do total de 244 atividades. Esse grupo reuniu 12 *sapateiros*, 15 *barbeiros*, *sapateiros*, um *guarda-livros* e uma *casa de enformadores e lavadores de chapéus*. Os *sapateiros* se concentraram nas ruas Santo Antônio, com 5 casos; Conselheiro Ramalho, com 4 casos; e Major Diogo, com 2 casos. As *barbearias* por sua vez, distribuíram-se por mais vias do bairro, ficando a rua Santo Antônio com 6 casos; as ruas Manoel Dutra, Major Diogo e Conselheiro Ramalho, cada uma com 2 casos; e as ruas Abolição, Fortaleza e Rui Barbosa com um caso cada uma. Já o *enformador e lavador de chapéu* localizava-se na rua Conselheiro Ramalho e o *guarda-livros* na rua Treze de Maio.

Entre as 24 casas de *comércio de produtos diversos*, se destacaram as 10 lojas de *armarinhos e fazendas*, estando 5 delas estabelecidas na rua Conselheiro Ramalho. As demais se espalharam por outras ruas, onde encontramos 2 casos na rua Major Diogo, 2 na rua Santo Antônio e um caso na rua Treze de Maio. No entanto, em diversas ocasiões os mesmos espaços eram divididos com outros tipos de produtos e/ou atividades, geralmente em mãos do mesmo negociante. Esse foi o caso, de Ignacio Vecchio, estabelecido nos números 129 e 131 da rua Conselheiro Ramalho, onde ele também comercializava *couros e peles*; de Oscar Estefano, que além de artigos de *armarinhos e fazendas* também vendia *calçados e roupas* no número 174 da mesma rua; da firma Chohfi & Cia., instalada no

número 278, onde os proprietários, com o comércio de *modas*, ampliaram suas possibilidades de negócios; de Paschoal Arbamonte, cuja loja de armarinhos e fazendas dividia espaço com o comércio de secos e molhados, na rua Santo Antônio n.47. Outro negociante, Angelo Longo, levou a diversificação de seu negócio às últimas consequências. Na casa instalada na rua Santo Antônio n. 108, nas proximidades da rua Major Quedinho, ele explorou um comércio bem mais variado – *armarinhos e fazendas; ferragens e quinquilharias; louças, porcelanas e cristais; e secos e molhados*. Além disso, Longo dividiu o espaço de seus negócios com outro comerciante, o *açougueiro* Ignacio Pamiconni. Ocorre que ele possuía um diferencial em relação à maioria dos comerciantes do bairro, ele era proprietário do imóvel em que estava estabelecido ¹⁵⁶, o que lhe possibilitava ampliar sua renda.

Em duas outras situações, localizei casos de um mesmo endereço sendo ocupado por uma casa de *armarinhos e fazendas* e por outra atividade independente. O primeiro caso se refere ao estabelecimento de Abdo Facta e da *funilaria* de A.Galati, ambas instaladas no número 53 da rua Major Diogo; e o segundo caso se refere à casa de *armarinhos e fazendas* de José Ami e ao armazém de *secos e molhados* de Michelina Paulina, na rua Treze de Maio n.1A.

A *construção civil* reuniu 14 atividades produtivas: 4 *marcenarias*, 3 *carpintarias*, 2 *bombeiros hidráulicos*, 2 *empreiteiros*, 2 *ferreiros* e um *vidraceiro*. A rua Santo Antônio abrigou o maior número e a maior diversidade de prestadores de serviço vinculados ao setor: 2 *empreiteiros*, 2 *bombeiros hidráulicos*, 1 *ferreiro* e 1 *vidraceiro*. Enquanto isso, a rua Conselheiro Ramalho abrigou apenas oficinas que trabalhavam com madeira, uma *carpintaria* e 2 *marcenarias*, e mesmo assim, em um desses casos o mesmo profissional desempenhava as duas funções. O mesmo ocorreu nas ruas Abolição e Fortaleza onde encontramos em cada uma os registros de uma carpintaria e de uma marcenaria, ambos do mesmo proprietário, Vicente Lancia. Por fim, temos a rua Major Diogo, com um único ferreiro.

Falar em *construção civil* significa também pensar no comércio dos produtos que alimentavam o setor. Chama a atenção, neste ramo de atividade, a ausência do comércio de quaisquer tipos de materiais de construção. Esses possivelmente fossem adquiridos nas

¹⁵⁶ Conforme a solicitação de licença para transformação de janela em porta, em 21/09/1915. Série *Obras Particulares*, OP 1915.003.447. Em 02 de outubro do mesmo ano, o jornal *O Estado de São Paulo* publicava a aprovação da planta encaminhada por Angelo Longo à Prefeitura. p. 6. Ainda de acordo com a Série *Obras Particulares*, em 04/05/1911, Longo seria proprietário de pelo menos mais um imóvel, localizado na rua Augusta n.1Tinta. OP 1911.000.278.

lojas localizadas na Av. Brigadeiro Luís Antônio, onde já constatamos um número elevado de estabelecimentos a este ramo de comércio.

O setor da *saúde*, com 13 anúncios, embora numericamente inferior, demonstrou que o loteamento original do bairro, apesar do caráter mais popular, também foi procurado por profissionais liberais. Ali identifiquei as residências de seis médicos (três na rua Santo Antônio, dois na rua Conselheiro Ramalho e um na rua Major Diogo); dois dentistas (um na rua Manoel Dutra e outro na rua Santo Antônio) e, por fim, há o anúncio de uma parteira na rua Conselheiro Ramalho.

Em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, quando a maioria da população ainda era analfabeta, possuir um diploma de “doutor”, além de habilitar seu portador ao exercício de uma profissão diferenciada também era um sinal incontestado de distinção social. Mas isso não bastava para um indivíduo comum se distinguir dos demais. Outros símbolos de distinção deveriam ser buscados, entre eles, os locais de moradia e de trabalho. Os anúncios em almanaques e jornais da época são plenos de exemplos de profissionais liberais – advogados, engenheiros, arquitetos, médicos e dentistas – que procuraram as ruas do Triângulo para instalarem escritórios e consultórios. Contudo, nem sempre os jovens recém-formados possuíam recursos ou suporte financeiro familiar para arcar com os altos aluguéis cobrados pelos espaços disponíveis nas ruas do Centro e também por moradias localizadas em endereços elegantes. Talvez fosse o caso de adequar as escolhas às necessidades mais prementes e, nesse sentido, a opção seria pelo espaço profissional. Os anúncios nos meios de comunicação são a prova cabal disso. Dessa maneira, pelo menos enquanto a carreira não se firmasse, podia-se optar por endereços residenciais menos nobres. Cremos que esse pode ter sido o caso de inúmeros profissionais que residiram nas ruas do loteamento original do Bexiga, onde os aluguéis eram mais baratos e os imóveis relativamente próximos do Centro, havendo linhas de bondes que os conectavam às demais áreas da cidade.

Acredito que vale a pena conhecer um pouco mais sobre o perfil e os caminhos trilhados por alguns desses personagens

A primeira pessoa a se destacar é a médica Maria Renotte. Antes de tudo, por ser uma mulher que exerceu a medicina num universo absolutamente masculino, ostentando sempre posições claramente em defesa da população mais pobre, mas também por se tratar de uma profissional presente no bairro desde 1909. Naquele ano a médica consta do *Almanaque Laemmert* no domicílio à rua Major Diogo n.2. A partir de 1914, até 1927, o almanaque divulga o domicílio da Dra. Maria Renotte na rua Santo Antônio n.99 –

tratando-se de um imóvel de sua propriedade segundo Maria Lucia Mott ¹⁵⁷. A ausência de anúncios em seu nome nos jornais da época provavelmente indique que, diferentemente dos colegas de profissão, a médica clinicou no mesmo endereço de sua residência.

NOMES	PROFISSÕES	ENDEREÇOS RESIDENCIAIS E/OU PROFISSIONAIS	N.
ATTILIO RUSPOLI	DENTISTA	SÃO DOMINGOS	30
JOAQUIM SERRA	DENTISTA	MANOEL DUTRA	13
FERNANDO MACHADO	MÉDICO	CONSELHEIRO RAMALHO	133
J. GOMES TEIXEIRA	MÉDICO	SANTO ANTÔNIO	30A
LUÍS F. JARDIM	MÉDICO	SANTO ANTÔNIO	158
MARIA RENOTTE	MÉDICA	SANTO ANTÔNIO	99
MELCHIADES JUNQUEIRA	MÉDICO	MAJOR DIOGO	8
RAUL R. RUDGE (ADVOGADO)	MÉDICO	CONSELHEIRO RAMALHO	218
GUILHERMINA ALEOTTI	PARTEIRA	CONSELHEIRO RAMALHO	167

Tabela 36 – Profissionais da *saúde*, com residência estabelecida no loteamento original do Bexiga, em 1914. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

O médico Melchiades Junqueira, morador na rua Major Diogo n.8, possuía laços de parentesco com a família Almeida Nogueira de tradicionais fazendeiros em Bananal. Era genro do conceituado advogado e professor da Faculdade de Direito, José Luís de Almeida Nogueira, morador da casa n.7 na mesma rua. Conforme o jornal *O Estado de São Paulo*, em 28/02/1909, Junqueira era inspetor sanitário na Diretoria do Serviço Sanitário do Estado e, pelo menos entre 1912 e 1913, foi médico do Hospital de Isolamento de São Paulo ¹⁵⁸. De 1914 até 1917, o endereço nas páginas do *Almanaque Laemmert* se mantém na rua Major Diogo de onde se mudou em 1918, para a rua Treze de Maio n.288. Coincidência ou não, Melchiades mudou-se para o trecho mais nobre da rua, agora no bairro do Paraíso.

Um caso interessante foi aquele do médico Fernando Machado, que nos anos de 1913 e 1914 consta no *Almanaque Laemmert* como *médico* residente na rua Conselheiro Ramalho n.133. A partir de 1921, até 1927, seu nome se mantém no mesmo endereço,

¹⁵⁷ Nascida na Bélgica, a então professora Maria Renotte mudou-se para o Brasil em 1878. O percurso profissional percorrido por ela envolveu a estadia em outros países como a França, Alemanha e Estados Unidos. Ali, cursou o *Woman's Medical College of Pennsylvania* (WMCP), tendo se formado em 1893. De acordo com Maria Lucia Mott, no retorno ao Brasil, por volta de 1894, “*Maria Renotte passou a clinicar antes mesmo de revalidar o diploma, sendo, até onde se sabe, a primeira e única médica na capital paulista por mais de uma década (...). No ano seguinte (1895), apresentou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a tese para revalidação do diploma, conforme exigido por lei. Foi contratada como médica interna pela Maternidade de São Paulo, considerada a primeira instituição do gênero na cidade, voltada exclusivamente para assistência ao parto da mãe pobre*”. Além da prática clínica, Maria Renotte atuou em outras instituições médicas, tais como a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e a Cruz Vermelha brasileira. Os anos de trabalho engajado no Brasil lhe valeram o reconhecimento acadêmico e profissional por parte das instituições onde atuou e da clientela que angariou ao longo de todo o tempo de trabalho. Ainda conforme M. Lucia Mott, seu sucesso pode ser avaliado pelo retorno financeiro: “*Em 1914, ela era proprietária de pelo menos dois imóveis na cidade de São Paulo, na Rua Santo Antônio, 99 e 101 e na Rua Conselheiro Ramalho, 203*”. In MOTT, Maria Lucia. “*Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da Nação*”. *Cadernos Pagu* (24), jan/jun 2005, pp.41-67. Grifo nosso. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a04.pdf>. Consulta em: 25/02/2013.

¹⁵⁸ *O Estado de São Paulo*, 11/07/1912.

porém, agora classificado na categoria *advogado*. Busquei sinais de Fernando Machado profissional da medicina nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo*, mas todas as menções a seu nome remetem a um advogado homônimo e não a um médico. Essa não foi a primeira ocasião em que encontrei uma mesma pessoa exercendo duas profissões diferentes em um curto espaço de tempo, do que se deduz que fosse uma prática relativamente comum. Esse é por exemplo o caso do médico Raul R. Rudge. Enquanto em 1913 e 1914 Rudge anunciava seus serviços como *médico*, em 1917 ele se anunciava como *advogado*. A informação se confirmou no anúncio publicado no mesmo ano, onde Rudge e J. Quartim Barbosa divulgam seu endereço profissional, à rua São Bento n.4.

Figura 70 – *O Estado de São Paulo*, 27/06/1914.

De todo modo, independentemente da profissão exercida por Fernando Machado, o Bexiga deve ter lhe parecido um bom lugar para viver, já que ali permaneceu por quatorze anos, ou mais. O mesmo ocorreu com outros profissionais da saúde, como o dentista Joaquim Serra e a parteira Guilhermina Aleotti (ou Guilhioti).

Conforme o anúncio publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, Joaquim Serra, morador na rua Manoel Dutra n.13 em 1914, dividia seu gabinete de trabalho à rua São Bento n.31 com Benedicto Novaes. Talvez também dividisse com o colega o endereço residencial, assim como outro gabinete – é o que se depreende daquele anúncio. Em 29/05/1918, o mesmo jornal publicou a notícia da mudança do “cirurgião dentista” Joaquim Serra juntamente com a família para Belo Horizonte, o que não deve ter dado certo, pois em 1921 ele voltou a anunciar seus préstimos no almanaque. O endereço permaneceu o mesmo, na rua Manoel Dutra n.13, onde ficou pelo menos até 1927.

Figura 71 – *O Estado de São Paulo*, 03/03/1914.

Sem nenhuma menção a seu nome na imprensa da época, a parteira Guilhermina Aleotti atendeu a sua clientela, entre 1913 e 1923, sempre no mesmo endereço, à rua Conselheiro Ramalho n.167.

Os setores produtivos analisados representaram cerca de 80% das atividades desenvolvidas no bairro. Outros setores, como *vestuário e acessórios*, *artes e ofícios*, *transportes*, *manufaturas*, *móveis e utilidades domésticas* e *informação e comunicação*,

mostraram-se pouco significativos em termos numéricos. Porém, independentemente de sua incidência, alguns casos merecem um olhar mais aprofundado sobre o significado de sua presença naquele lugar e naquele momento. O primeiro deles se refere ao segmento do *vestuário*, onde identifiquei 12 estabelecimentos vinculados à produção e ao comércio de roupas. O aumento da população urbana que vinha ocorrendo desde as duas últimas décadas do século XIX abriu perspectivas para investimentos no setor de vestuário e acessórios. Investimentos esses que envolveram desde pequenos produtores e comerciantes voltados para as camadas médias e baixas, até as casas especializadas na produção e venda de artigos dirigidos às classes mais abastadas. Nas ruas do Triângulo, lojas sofisticadas vendiam roupas importadas ou produzidas em ateliês de costuras comandados por alfaiates ou modistas; nos bairros populares, mascates dividiam com lojas varejistas e pequenas oficinas de costura a clientela de menos recursos.

No caso de negócios com endereço fixo, essas lojas geralmente associavam o comércio de roupas, calçados, armarinhos e fazendas. Localizei, no Bexiga, três comerciantes nessas condições: a firma Francisco & Irmão, com loja de *armarinhos e fazendas* associada a loja de *modas* na rua Conselheiro Ramalho n.96; Oscar Estefano, com um comércio variado de *armarinhos e fazendas, calçados, roupas brancas e roupas feitas*, no número 174 da mesma rua; e Chohfi & Cia, com loja de *armarinhos e fazendas e modas* no número 278. Percebe-se claramente que nesses casos a intenção era abrir o máximo de perspectivas num único local, de maneira a otimizar os investimentos em aluguel do imóvel, taxas de funcionamento etc. Por outro lado, ainda que o poder aquisitivo da potencial clientela fosse relativamente restrito, o mercado consumidor representado por moradores de um bairro em contínua expansão se mostrava amplo o suficiente para justificar a iniciativa. Tanto é que cada um desses ramos de negócio foi anunciado separadamente no *Almanaque Laemmert*, como se fossem estabelecimentos distintos – tendo mais opções a oferecer e assim garantindo mais lucro.

Oscar Estefano parece ter sido um caso que deu certo, pois além de seu comércio permanecer naquele local até 1927, em 1931 sua loja de armarinhos e fazendas havia se mudado para um endereço mais “qualificado”, na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.238. Ademais, é possível que o imóvel da rua Conselheiro Ramalho fosse de sua propriedade, já que o prédio de número 175 o era ¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Conforme pedido de licença para “*aumento do armazém existente, ligando-o a casa n.177*”. 09/07/1918. Série *Obras Particulares*, Doc.33, Cx.C7. AHSP.

Outro exemplo nesse sentido pode ter sido o da firma Chohfi & Cia. Não há como saber se o proprietário da loja de modas possuía laços de parentesco com as famílias do conhecido comerciante Niazi Chohfi, ou ainda de Ragueb Chohfi, estabelecidos na rua Vinte e Cinco de Março, mas é possível que sim. Sua presença no Bexiga confirma-se apenas nos anos de 1913 e 1914, o que leva a supor que talvez fossem parentes recém-chegados ao Brasil que, aproveitando a prática familiar no ramo do comércio tivessem iniciado seu próprio negócio num bairro promissor ¹⁶⁰e que, posteriormente, teriam migrado para a região da Vinte e Cinco de Março. Se assim for, trata-se aqui das redes de apoio estabelecidas por elos familiares e identidade de origens étnicas, que certamente foram comuns a atores sociais oriundos de diferentes procedências (Lanna, p.117-127).

Diferentemente das lojas de roupas localizadas na rua Conselheiro Ramalho, as duas *oficinas de costuras* existiram de maneira independente. Uma delas pertencia a Alice Fonzari e funcionava no número 65 da rua Santo Antônio; a outra, localizada no número 106 da mesma rua, pertencia a Mme. Graciana M. Mammana. A primeira permaneceu na rua Santo Antônio, embora em endereços diferentes, entre 1909 e 1914; e em 1931 o almanaque registra sua atividade na rua Aguiar de Barros. Já M^{me}. Graciana Mammana anunciou por apenas dois anos, 1913 e 1914. Ao introduzir a expressão francesa “M^{me}” junto do nome, a intenção de Graciana Mammana foi, sem dúvida, distinguir seu trabalho daquele de outras costureiras do bairro, como se isso a qualificasse para trabalhar para uma freguesia de gosto mais requintado e a colocasse mais perto daqueles profissionais da costura que atuavam nas ruas do Triângulo. Se essa tática funcionou, não há como confirmar, o fato é que sua passagem pelo Bexiga foi bastante fugaz.

Um segundo setor digno de nota, no ano de 1914, é o de *transporte*, destacando-se 4 lojas de *forragens*, 2 de *alfafas*, um *ferrador* e um médico *veterinário*. No caso dessas atividades destacam-se dois aspectos associados: de um lado, todas se vinculam ao transporte movido à tração animal, e de outro, sua localização estratégica do ponto de vista do acesso a outras regiões da cidade. Nicolau Cuccio concentrou em seu nome três dessas atividades, um comércio de *alfafa* e *forragens* na rua Conselheiro Ramalho n. 192A e um comércio de *forragens* na rua Fortaleza n.1. O detalhe importante dos negócios de Cuccio é que, conforme podemos observar na Planta SARA Brasil de 1914 (Anexo 3.3), sua

¹⁶⁰ No período pesquisado, encontramos outros comerciantes de origem síria, caso de Chain, Ozen & Irmãos, da *Casa Syria* que, entre 1918 e 1927, instalou-se no mesmo local ocupado anteriormente pela firma Francisco & Irmão, na rua Conselheiro Ramalho n.96; e de Chob Gazel que em 1931 tinha uma loja de armarinhos e fazendas na rua Jaceguai n.77. A confirmar nossa hipótese, Haim Grünspun, ao se referir às famílias judias proprietárias de duas lojas de fazendas e armarinhos no Bexiga, esclarece que “*as outras lojas (de não judeus) eram de sírios-libaneses ou libaneses só, que tinham parentes com grandes armazéns na rua 25 de março*”. GRÜNSPUN, 1979, p.83.

localização é muito próxima – no cruzamento entre as ruas Conselheiro Ramalho e Fortaleza – de um dos acessos do antigo loteamento do Bexiga para a Av. Brigadeiro Luís Antônio. Ou seja, essa era uma localização favorável para os veículos que desejavam se dirigir ao Centro ou ao Sul da cidade.

Uma posição privilegiada também caracterizou a oficina de *ferrador* de Velardo & Maschella – no cruzamento das ruas Major Diogo n.45, com as ruas Manoel Dutra e Jaceguai (esta, o prolongamento da primeira). Ali, através da rua Jaceguai, o acesso ao Centro ou ao Sul também poderia ser feito pela Av. Brigadeiro Luís Antônio. Acerca do negócio dos ferradores Velardo & Maschella, vale a pena destacar a associação, no mesmo endereço, destes com o *veterinário* Luiz Picollo. Constatei a presença desse profissional apenas nos anos 1913 e 1914; em 1915 seu nome aparece nas páginas de *O Estado de São Paulo*, mas agora atendendo à rua Pedroso n.69A ¹⁶¹. Resta comentar que embora a parceria entre um ferrador e um veterinário pareça oportuna, ela não deve ter funcionado, pois em nenhuma outra ocasião voltamos a identificar um caso semelhante.

Figura 72 – *O Estado de São Paulo*, 08/12/1915, p.10.

O negócio de *alfafa* e *forragens* de Felix Pinto, localizado no início da rua Santo Antônio, mostrava-se beneficiado pela proximidade do Largo do Riachuelo, e portanto, do Centro. Mas os veículos também podiam dirigir-se para a Av. Anhangabaú, em direção ao bairro da Consolação ou à Cidade Nova se, ao sair do estabelecimento, tomassem o lado direito da rua Santo Antônio e, em seguida, a rua João Adolpho. Mas para isso teriam que atravessar o Saracura, o que seria mais difícil em tempos de chuvas e dos consequentes alagamentos. O mesmo problema se colocava para os clientes do comércio de *forragens* de Carlos Lascala, localizado no número 139 da rua Santo Antônio – quase em frente à rua Martinho Prado –, se optassem pela saída através desta rua, em direção ao Vale do Saracura, e dali em direção ao Vale do Anhangabaú. A alternativa seria a própria rua Santo

¹⁶¹ De acordo com diversos anúncios em *O Estado de São Paulo*, publicados durante vários anos, Luiz Picollo era italiano e havia se formado pela Universidade de Turim. Mais tarde, conforme entrevista realizada com o cientista Martins Penha acerca do *Instituto Biológico*, em 1934, o veterinário Luiz Picollo era chefe da seção de Assistência Veterinária da Secretaria de Agricultura. In PENHA, Adolfo Martins. *Adolfo Martins Penha (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 45 p. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista418.pdf>. Consulta em: 19/03/2014.

Antônio, em direção ao Largo do Riachuelo, e dali ao Centro¹⁶². Vale acrescentar que o comércio de *forragens* não era o negócio principal de Lascala, mas sim o armazém de *secos e molhados* ao qual ele estava associado.

O último caso a chamar especialmente a atenção é aquele da *livraria* de Jovenal Forster, instalada na rua Conselheiro Ramalho n.59. A presença dos segmentos vinculados ao setor *informação e comunicação* no bairro sempre se mostrou incipiente e a identificação de uma única livraria, até 1921, é prova disso. Os anúncios do *Almanaque Laemmert* de 1913 e 1914 indicam dois segmentos diferentes no endereço fornecido por Jovenal Forster – além da livraria citada, uma *papelaria*. Um ano depois, Forster e sua loja desaparecem das páginas dos almanaques. A rua voltará a ter outras duas livrarias, cada uma em momentos distintos, e sempre como iniciativas isoladas. Aparentemente, os moradores do Bexiga não eram afeitos à leitura, e quando o fossem, talvez preferissem se dirigir às livrarias do Centro da cidade. De qualquer forma, voltarei a falar sobre esses estabelecimentos quando analisar os períodos posteriores a 1914.

- 1915

Como já constatado na área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio, o conflito mundial de 1914/17 também iria impactar as atividades produtivas desenvolvidas no loteamento original do bairro, só que aqui, conforme o *Almanaque Laemmert*, isso ocorreria de forma mais dramática.

ATIVIDADES	TOTAL
SAÚDE	5
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	2
SERVIÇOS PESSOAIS	2
AGENTES COMERCIAIS	1
ARTES E OFÍCIOS	-
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-
COMÉRCIO EM GERAL	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	-
EDUCAÇÃO	-
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	-
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-
TRANSPORTE	-
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	-
TOTAL	10

Tabela 37 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1915. Acervo Digital FBN.

Se em 1914 o *Almanaque* registrara 243 anúncios, em 1915 esse número caiu para apenas 10 atividades, com uma redução de aproximadamente 96%. Através do

¹⁶² É necessário lembrar que o levantamento aerofotogramétrico para a Planta SARA Brasil foi realizado por volta de 1929. Portanto, embora a Planta indique que, no trecho entre a rua Martinho Prado e a Av. Anhangabaú, o córrego da Saracura já está canalizado, em 1914 isso ainda não havia ocorrido.

levantamento dos negociantes na “área nobre” verifica-se que o impacto da guerra perdeu força nos anos subsequentes ao início da guerra, o que também se confirmou para o loteamento original.

Aqui, repeti o procedimento adotado na “área nobre”, quando levantei os negociantes atuantes naquelas ruas durante a guerra (entre 1914 e 1918). É possível deduzir dos dados da tabela abaixo, que ainda que o volume de atividades fosse muito superior àquele identificado na área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio, que os índices de permanência/ausência do loteamento original não foram muito diferentes. Enquanto lá o número de negociantes que permaneceram após o final da guerra foi de 30,63%, aqui esse índice correspondeu a 36,45%; lá, os negociantes e profissionais que aparentemente encerraram suas atividades foram cerca de 69%, enquanto aqui esse índice teve um ligeiro decréscimo, atingindo 63,55%.

LOGRADOURO	NEGÓCIOS ENTRE 1914 E 1918	NEGÓCIOS QUE NÃO ALCANÇARAM O PÓS-GUERRA	NEGÓCIOS QUE PERMANECERAM NO PÓS-GUERRA
CONSELHEIRO RAMALHO	90	54	36
SANTO ANTÔNIO	74	47	27
MAJOR DIOGO	52	32	20
TREZE DE MAIO	19	13	6
MANOEL DUTRA	15	10	5
RUI BARBOSA	11	7	4
SÃO DOMINGOS	10	5	5
CONSELHEIRO CARRÃO	10	8	2
ABOLIÇÃO	8	5	3
FORTALEZA	8	7	1
DR. LUÍS BARRETO	1	1	-
JOÃO PASSALACQUA	1	1	-
TOTAL	299	190 (63,55%)	109 (36,45%)

Tabela 38 – Porcentagem dos negócios que permaneceram na área abrangida pelo loteamento original do Bexiga, entre 1914 e 1918. Fonte: *Almanaque Laemmert*, 1914 a 1918. Acervo Digital FBN.

Outra questão a ser lembrada se refere ao fato de que nem sempre a ausência de uma atividade em determinado endereço significa que o negócio tenha sido encerrado. Encontrei, em pelo menos quinze ocasiões, negociantes que simplesmente mudaram de endereço para imóveis na mesma rua e, em duas ocasiões a mudança foi para ruas da “área nobre” do bairro, caso do seleiro Felipe Serafim e da *costureira* Alice Fonzari.

Em 09/07/1909, Felipe, na qualidade de proprietário do imóvel, solicitou licença para construção de uma oficina para “carreiro” na rua Major Diogo n.123, bem ao lado de uma casa já edificada também de sua propriedade. A partir daquele ano, até pelo menos 1913, ele anunciou seus serviços de *correaria e selaria*, e em 1917 já o encontramos na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.173.

Figura 73 – Projeto arquitetônico para construção da “officina de carroeiro” de Felipe Serafim, na rua Major Diogo, 123 (posterior 149). Fonte: *Obras Particulares*, 09/07/1909. OP/1909/001.500 (AHSP).

Em 14/06/1916, Felipe volta a figurar na Série *Obras Particulares*, aparentemente por ter transformado o imóvel em cortiço, pelo menos é o que acreditam os fiscais da Diretoria de Obras. Não há como saber o que aconteceu no espaço de tempo entre 1914 e 1917 – se realmente a casa se transformou ou se o negócio deixou de funcionar, enfim, de alguma maneira Felipe viveu as consequências do conflito mundial. O fato é que a partir de 1917 ele passou a divulgar seus serviços de *seleiro* na Av. Brigadeiro Luís Antônio, onde ficou até 1927. Já Alice Fonzari, entre 1909 e 1913, trabalhou como *costureira* em dois imóveis diferentes da rua Santo Antônio, primeiro no n.45 e depois no n.65. Após 1914 seu nome deixou de figurar nos almanaques por um longo período, só retornando em 1931 quando o endereço fornecido situa-se na rua Aguiar de Barros n.20.

No entanto, também ocorreu o percurso inverso – sair da “área nobre” em direção do loteamento original. De acordo com o lançamento do Imposto Predial de 1915¹⁶³, André Belize era proprietário de dois imóveis (na rua Genebra n.34 e na rua Santo Amaro n.23), onde possuía negócio de *secos e molhados*. Já em 1921, o negócio da rua Santo Amaro deixara de existir, mantendo-se aquele da rua Genebra. Nesse mesmo ano o encontramos estabelecido no loteamento original com uma fábrica de *massas alimentícias* na rua Santo Antônio n.51 e uma *padaria* na rua Treze de Maio n.148.

Por fim, uma outra possibilidade a ser pensada (embora a hipótese não tenha sido verificada, já que extrapolaria o espaço definido no nosso trabalho) é a saída do profissional do Bexiga em busca de outros bairros. O fato é que sejam quais foram os

¹⁶³ Recebedoria de Rendas da Capital, Imposto Predial para 1915, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, em 06 e 08/12/1914. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>

motivos que o levaram a isso, a ausência de anunciantes no período marcado pelo conflito é flagrante.

A ocorrência de atividades vinculadas ao setor da *saúde*, em 1915, já havia se destacado na “área nobre”, o mesmo ocorrendo no loteamento original. A diferença é que aqui, entre as 5 atividades arroladas identifiquei apenas um *médico* em meio a 4 *farmácias*. Dessas, apenas duas tiveram vida longa: a *Pharmácia Vaz*, de Luiz Thiers da Fonseca Vaz, na rua Santo Antônio n.150, e a *Pharmácia Ítalo-Americana*, de Raffaele Bartoletti, na rua Conselheiro Ramalho n.147. A *Pharmacia Niccoli* (Rui Barbosa n.23) ficou apenas mais um ano no bairro, o mesmo acontecendo com a *Nossa Senhora do Rosário* (Conselheiro Ramalho n.98).

O único médico presente naquele ano foi Luís Felipe Jardim, “especialista em moléstias de senhoras”, estabelecido à rua Santo Antônio n.58. Jardim permaneceu por apenas três anos no bairro (1914-1916) e o percurso empreendido por ele chamou a atenção, particularmente pelas constantes alterações de endereços. De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, desde o primeiro anúncio publicado pelo médico naquele jornal, em 1899, e o último, em 1927, Jardim clinicou em dezoito endereços diferentes, situação que se repetiu em relação a seus endereços residenciais. Em seu percurso profissional ele percorreu vários bairros da cidade, tais como Bom Retiro, Campos Elíseos, centro, Liberdade, Bexiga, Mooca e Perdizes – de norte a sul, de leste a oeste. O Bexiga foi apenas um entre os tantos espaços explorados por Luís Felipe Jardim...

- 1918

Nesse ano, ainda que os anunciantes do *Almanaque Laemmert* tenham se mostrado mais dispostos a divulgar seu trabalho, o grosso dos anúncios se concentrou em poucas ruas: Conselheiro Ramalho, Santo Antônio e Major Diogo, o que só confirma uma tendência desde 1909. Essas ruas possuíam uma virtude que as destacavam das demais, qualificando-as como locais ideais para o exercício de atividades econômicas. E aqui, cabe observarmos um aspecto importante do espaço ocupado pelas atividades produtivas no Bexiga – o seu posicionamento estratégico em relação aos meios de transportes urbanos e, em decorrência disso, de potencial mercado consumidor. É claro que se tratava de vias longas, aptas a abrigar um grande número de negócios, porém o mais relevante certamente foi o fato de todas elas serem beneficiadas por linhas de bonde. No caso das ruas Major Diogo e Santo Antônio, pelo menos metade de seu percurso era servido pelos bondes, e na rua Conselheiro Ramalho eles percorriam toda sua extensão. Ocorre que as ruas Manoel

Dutra e Rui Barbosa, logo abaixo das anteriores em termos de número de atividades produtivas, embora fossem vias curtas também eram servidas pelo transporte público.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	19
SAÚDE	16
SERVIÇOS PESSOAIS	6
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	6
ARTES E OFÍCIOS	3
COMÉRCIO EM GERAL	3
CONSTRUÇÃO CIVIL	3
AGENTES COMERCIAIS	2
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	2
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	1
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-
EDUCAÇÃO	-
TRANSPORTE	-
TOTAL	62

Tabela 39 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1918. Acervo Digital FBN.

A Tabela 40 abaixo contém as ocorrências dos anúncios publicados nos almanaques nos anos selecionados para análise. Nela é possível constatar que, com pouquíssimas variações, independentemente das oscilações ocorridas no decorrer desses anos, as ruas beneficiadas com a presença de transporte público – bondes – concentraram a maioria dos negócios e atividades do loteamento original do Bexiga.

RUAS	1909	1914	1915	1918	1922-23	1927	1931
SANTO ANTÔNIO	23	81	3	11	69	63	90
CONSELHEIRO RAMALHO	27	64	2	28	69	60	71
MAJOR DIOGO	13	36	-	16	41	30	57
MANOEL DUTRA	5	16	-	1	24	26	39
RUI BARBOSA	9	10	1	-	19	15	27
CONSELHEIRO CARRÃO	6	5	1	1	10	15	26
TREZE DE MAIO	4	11	1	1	24	29	25
SÃO DOMINGOS	4	6	-	1	14	13	17
DR. LUÍS BARRETO	1	1	-	-	-	5	10
FORTALEZA	3	8	1	1	7	2	9
ABOLIÇÃO	2	7	1	1	8	5	8
MARIA JOSÉ	-	-	-	-	2	2	7
JAPURÁ	-	-	-	-	-	1	5
JOÃO PASSALACQUA	3	-	-	1	5	2	4
DR. RICARDO BAPTISTA	-	-	-	-	-	-	1
JACAREÍ	-	-	-	-	-	-	1
QUATORZE DE JULHO	-	-	-	-	1	2	1
SÃO VICENTE	-	-	-	-	1	1	1
HUMAITÁ	-	-	-	-	-	1	-

Tabela 40 – Ocorrência de anúncios publicados no *Almanaque Laemmert*, entre 1909 e 1931, nas ruas do loteamento original do Bexiga. Acervo Digital FBN.

Conforme demonstra a tabela, embora a rua Santo Antônio tenha, de uma maneira geral, sempre agrupado o maior número de negociantes, em 1918 observa-se equivalência na rua Conselheiro Ramalho. Neste ano, destacam-se ali nove atividades que envolviam o comércio de alimentos (5 casas de *secos e molhados*, 2 *padarias*, 1 *leiteria* e 1 *comércio de vinhos*); 5 atividades vinculadas ao setor de vestuário e acessórios (4 *casas de calçados* e 1 *alfaiataria*); e 7 atividades envolvendo serviços de saúde (4 *parteiras*, uma *farmácia* e 2

médicos). No caso das parteiras, 1918 foi um dos anos em que ocorreu um maior número dessas profissionais no loteamento original do Bexiga, exatamente 5 profissionais, 4 delas na rua Conselheiro Ramalho: Idalina Jordão, Palmyra Galbiati, Guilhermina Gilhiti e Pecoro Caranchiolo (provavelmente um parteiro).

Levando em conta as diferentes proporções, da mesma forma que na rua Conselheiro Ramalho, na rua Major Diogo os setores de *alimentos* e *saúde* lideraram os negócios ali instalados. O primeiro, com 5 atividades (3 casas de *secos e molhados*, 1 *leiteria* e 1 fabricante de *massas alimentícias*); e o segundo com 2 *dentistas* e 1 *farmácia*; na sequência, temos 2 *advogados* e 2 *construtores*. Já na rua Santo Antônio, sobressaem as 5 atividades vinculadas à saúde: 3 *farmácias*, 1 *médica* e 1 *parteira*.

De uma maneira geral, excluindo-se as atividades citadas, o ano de 1918 pouco acrescentou ao cenário produtivo do loteamento original do Bexiga. Mas, aos poucos, o bairro retomaria o dinamismo verificado anteriormente.

- 1922-23

No biênio 1922-1923, o Bexiga não apenas recuperou o impulso produtivo, como também superou os índices alcançados em 1914, ano em que o *Almanaque Laemmert* registrou o máximo de anúncios verificados para os negociantes da área, num total de 244 atividades.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	129
SERVIÇOS PESSOAIS	55
COMÉRCIO EM GERAL	23
CONSTRUÇÃO CIVIL	22
SAÚDE	22
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	12
ARTES E OFÍCIOS	8
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	6
AGENTES COMERCIAIS	5
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	5
EDUCAÇÃO	2
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	1
TRANSPORTE	-
TOTAL	292

Tabela 41 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1922-23. Acervo Digital FBN.

Se em relação a 1914, houve um aumento de 20,49% no número de anúncios publicados, em relação ao período imediatamente anterior (1918), esse aumento significou pouco mais de 370%!!! Porém, essa diferença deve ser relativizada porque entre os 292 anunciantes de 1922-23, cerca de 60 já estavam estabelecidos em 1914, incluídos aí aqueles que nesse intervalo de nove anos se mudaram da “área nobre” para o loteamento original e/ou diversificaram suas atividades. O que comprova que a ausência de anúncios

no almanaque de 1918 não significa necessariamente o encerramento do negócio. Talvez esse “silêncio” por parte de comerciantes e profissionais em geral tenha significado apenas uma atitude de espera em face à situação política e econômica tensa para que se normalizasse e os estimulasse a voltar a empreender...

Atividades como *alimentação*, *serviços pessoais*, *comércio de produtos diversos*, *saúde* e *construção civil* se mantiveram como as mais representativas na totalidade do bairro, com poucas variações no decorrer de todo o período investigado. Contudo, as categorias relacionadas à *alimentação* se destacaram pelo aumento no número de estabelecimentos, sobretudo de armazéns de *secos e molhados* com nada menos que 86 registros.

RUAS	ATIVIDADES	ESTABELECIMENTOS	TOTAL
SANTO ANTÔNIO	AÇOUGUES	3	25
	BOTEQUINS	2	
	CONFEITARIAS	1	
	MASSAS ALIMENTÍCIAS	1	
	PADARIAS	1	
	SECOS E MOLHADOS/MANTIMENTOS E MOLHADOS/CEREAIS, BATATAS E CEBOLAS	17	
MAJOR DIOGO	AÇOUGUES	3	19
	BOTEQUINS	3	
	CONFEITOS, BALAS E DOCES	1	
	LEITERIAS	1	
	MASSAS ALIMENTÍCIAS	1	
	SECOS E MOLHADOS/CEREAIS, BATATAS E CEBOLAS	10	
CONSELHEIRO RAMALHO	AÇOUGUES	3	16
	BOTEQUINS	1	
	COMÉRCIO DE VINHOS	1	
	PADARIAS	2	
	SECOS E MOLHADOS	9	
RUI BARBOSA	BOTEQUINS	1	13
	CONFEITOS, BALAS E DOCES	1	
	DESTILÁRIA E DEPÓS. AGUARDENTE E ALCOOL	1	
	LEITERIAS	1	
	SECOS E MOLHADOS	9	
MANOEL DUTRA	AÇOUGUES	4	12
	BOTEQUINS	1	
	SECOS E MOLHADOS/CEREAIS, BATATAS E CEBOLAS	7	
TREZE DE MAIO	AÇOUGUES	2	13
	PADARIAS	1	
	SECOS E MOLHADOS	10	
SÃO DOMINGOS	AÇOUGUES	1	10
	BOTEQUINS	1	
	SECOS E MOLHADOS	7	
	TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ	1	
CONSELHEIRO CARRÃO	AÇOUGUES	2	7
	SECOS E MOLHADOS	5	
ABOLIÇÃO	AÇOUGUES	1	5
	SECOS E MOLHADOS	4	
FORTALEZA	PADARIAS	1	4
	SECOS E MOLHADOS	3	
JOÃO PASSALACQUA	SECOS E MOLHADOS	2	2
MARIA JOSÉ	SECOS E MOLHADOS	2	2
SÃO VICENTE	SECOS E MOLHADOS	1	1
TOTAL			129

Tabela 42 – Estabelecimentos voltados ao setor de *alimentação*, conforme a ocorrência por rua do loteamento original. *Almanaque Laemmert*, 1922-23. Acervo Digital FBN.

Embora a maioria desses negócios tenham se concentrado prioritariamente nas ruas Santo Antônio, Major Diogo, Treze de Maio, Conselheiro Ramalho e Rui Barbosa, eles se difundiram por todas as ruas do bairro.

Figura 74 – À esquerda da foto, temos a casa de Secos e Molhados de Antônio Maradei, e o *Café Soberano*, de propriedade da firma Albuquerque & Cia., localizadas respectivamente, na rua São Domingos n.58A e 58B, 1922. Fonte: AHSP.

Alguns serviços e comércios diferenciados, pontualmente introduzidos nos últimos dez anos merecem ser lembrados. Dentro do segmento de *artes e ofícios*, nota-se o caso dos *professores de piano e violino* e dos *teatros*. A partir de 1921, encontramos 5 profissionais dedicados ao ensino de instrumentos musicais: a *professora de violino*, Dinorah Millone, na rua da Abolição n.31; os *professores de piano* Cordélia Sampaio, na rua Conselheiro Ramalho n.63 e Esther Pacheco no 218 da mesma rua, Sylvio Motta, na rua Santo Antônio n.25 e Vicentina Gentile, na rua Treze de Maio n.100. Com exceção de Esther Pacheco e Vicentina Gentile, os demais seguramente foram professores do *Conservatório Dramático e Musical de São Paulo*, sendo que Sylvio Motta também foi maestro.

Quanto ao item *teatros*, o loteamento original contava com uma casa que consta no *Almanaque Laemmert* na categoria “teatros e cinemas” – o *Theatro Esperia*, na rua Conselheiro Ramalho n.132. O primeiro registro do teatro no almanaque data de 1921, porém, localizamos na *Série Alvará e Licença* (AHSP), já em 1914, o seguinte pedido em nome de Anselmo Pignatari & Cia: “*Desejando inaugurar o ‘Theatro Especial’ com espetáculos cinematográficos e estando tudo de acordo com a lei, solicita o respectivo*

alvará de licença para pagamento dos impostos” (Série Alvará e Licença, AHSP, 02/04/1914).

Theatro Esperia

Rua Conselheiro Ramalho
Empresa Anselmo,
Pignatari & Cia.
HOJE HOJE

Segunda-feira
4.ª recita
Companhia Nacional de Revistas e Operetas, sob a direção do ator
JOÃO RODRIGUES
da qual faz parte a atriz **ELVIRA BENEVENTE**
com a magnífica comedia em 2 actos

Apurjs do Sr. Pancrácio
Verdadeira alfandega de gargalhadas e o arranjo em 1 acto
CAPITAL FEDERAL
Arthur de Azevedo

PREÇOS

Frizas	8\$000
Camisotes	5\$000
Cadeiras	1\$000
Gerões	1\$500

AMANHÃ a Companhia trabalhará no Theatro São Paulo no festival do ator José Silveira e voltará para este theatro na quarta-feira.

Figura 75 – Anselmo Pignatari conseguiu seu alvará de funcionamento, pois em 14 de dezembro do mesmo ano, o Theatro Esperia já exhibia espetáculos teatrais, cujos preços, aparentemente, eram bastante acessíveis. Um lugar na “geral” do teatro podia ser adquirido por apenas 1\$000, enquanto a “friza” custava 6\$000. *O Estado de São Paulo*, 14/12/1914.

Um ano depois, um outro pedido em nome do mesmo Anselmo Pignatari, foi encaminhado à Diretoria de Obras, com a intenção de obter licença para a abertura de uma porta “para comodidade do serviço... no muro divisório do teatro ‘Esperia’” (Série Obras Particulares, AHSP, 22/03/1915).

Theatro Esperia

As famílias do populoso bairro da Bela Vista, notaram com satisfação, que ha uns dois mezes para cá, optima attenção lhes está sendo dispensada, pela Empresa Reunidas Ltda., na passagem de excellentes pelliculas e variado programma, tendo diariamente grande frequencia de familias, como attestado de reconhecimento.

Fenhoradamente, em publico vêm agradecer á M. Directoria da Empresa, sobre a optima gestão, igualmente agradece ao gerente e aos seus auxiliares, que são deveras attenciosos para com os quês abaixo subcreva.

FREQUENTADORES DO THEATRO ESPERIA.

Figura 76 – *O Estado de São Paulo*, 20/10/1929.

PUGILISMO

NO THEATRO ESPERIA

Mais uma reunião de amadores

Uma nova reunião pugilistica entre amadores será levada a effeito, nesta capital, depois de amanhã, segunda-feira, no Theatro Esperia.

A primeira, effectuada a semana ultima, sob a direcção e organização do sr. Celestino Cavernasio, director da academia do mesmo nome, logrou obter bons resultados, conseguindo, além disso, um grande enthusiasmo da assistencia.

Está assim organizado o programma desta reunião de amadores:

1.ª luta — Zezinho vs. Kid Peralta (pesos-gallo) — 4 assaltos de 2 minutos; 2.ª, Adelinho vs. Salvador (pesos-penna) — 4 assaltos de 2 minutos; 3.ª, Jack Gibon vs. Sandu' (pesos leve) — 4 assaltos de 2 minutos; 4.ª, Alvaro vs. Landoipho (pesos-leves) — 4 assaltos de 2 minutos e 5.ª luta, Levi vs. Brasilino (pesos meio-médios) — 5 assaltos de 2 minutos.

Figura 77 – *O Estado de São Paulo*, 03/01/1931.

Figura 78 – O Estado de São Paulo, 03/02/1940.

Desde a abertura da tal porta, até 1955, sob a direção do ator Sérgio Cardoso, quando passou a se chamar *Teatro Bela Vista*, o espaço passou por fases distintas. Em 1929 passou a ser administrado pela *Empresa Reunidas Ltda.*, apresentando “*excellentes pelliculas e variada programação*”, conforme elogios feitos “*pelas familias do populoso bairro da Bella Vista*” que frequentavam o local; em janeiro de 1931, foi utilizado como de palco de lutas de pugilismo na categoria de amadores; promoveu bailes carnavalescos em fevereiro de 1940 e bailes de formatura em dezembro de 1948¹⁶⁴. Por fim, após a incorporação, reforma e reabertura empreendidas por Sérgio Cardoso, entre 1955 e 1956, já se tratava de uma nova casa, vivendo um outro momento de sua história, assim como da história do próprio bairro. Tanto quando o Bexiga, a casa incorporou ao caráter do ‘bairro italiano’ o *status* de reduto cultural paulistano.

Acredito que a presença de profissionais envolvidos com todas as formas de educação (formal e informal) constatadas no bairro do Bexiga nesse período, assim como em outras partes da cidade, deve ser creditada à crescente valorização do papel da educação na formação dos jovens brasileiros das camadas médias. Contudo, há que se destacar que no caso das mulheres, se de um lado a educação formal as preparava para um novo papel na sociedade – de educadora e formadora das próximas gerações, através do magistério –, de outro, tal mudança de perspectiva se ancora, sobretudo, no desejo de aprimoramento da mulher para um papel que ainda era fundamental, o de esposa e mãe – saber tocar piano, por exemplo, podia ser tão importante quanto conhecer um outro idioma, educar os filhos ou saber administrar um lar (Saviani et all., 2003, p.73), pelo menos para as mulheres das camadas médias. Por outro lado, do ponto de vista deste território (o loteamento original do Bexiga), a oferta desse tipo de serviço pressupõe a presença de pessoas que se encaixassem no perfil – famílias de posses médias para quem a educação

¹⁶⁴ O Estado de São Paulo, 20/10/1929, 03/01/1931, 03/02/1940 e 19/12/1948. Conforme matérias publicadas no mesmo jornal, “*descoberto por Sérgio Cardoso, o cine-Teatro Esperia, depois de quase cinquenta anos de existência como cinema, embora em seu palco se exibissem também conjuntos teatrais, estava prestes a ser transformado em garagem*”. Nessa ocasião o local foi arrendado por Otto Meinberg, Ricardo Capote Valente e pelo próprio Sérgio Cardoso, passando por reformas que o transformaram no Teatro Bela Vista, finalmente inaugurado em 15 de maio de 1956. Em 27/11/1955, 13 e 15/05/1956 e 27/11/1958.

tivesse um significado de “capital social” simbólico. Não há como avaliar o resultado dessas iniciativas, se foram positivas ou negativas. São raras as informações a esse respeito, além daquelas fornecidas pelos anúncios do *Almanaque Laemmert* que informam que em 1927 o bairro ainda dispunha de professores de música e maestros, o que não mais ocorria em 1931.

Figura 79 – Caso de “aulas de piano” localizado no *Estado de São Paulo*, sem identificação do profissional, à rua Conselheiro Ramalho n.8, em 08/05/1924 e 09/04/1925.

Entre as novidades do biênio 1922-23, estava a introdução dos serviços oferecidos por dois estabelecimentos *educacionais*, a *Escola Cívica Mixta* e o *Ginásio Luzitano*, o que ocorreu no mesmo momento que na “área nobre”. Como já me referi anteriormente ao analisar aquela área, a presença de escolas particulares no bairro demonstra a valorização da educação formal na cidade, mas não apenas, visto que o Bexiga já contava com quatro escolas públicas. O que sobressai neste momento, especialmente no loteamento original, é o fato de se tratar de escolas particulares, que, além de serem instituições educacionais, eram uma iniciativa privada. Se, de um lado, o objetivo principal desses empreendimentos era a educação, de outro, não há como negar que também deveriam gerar lucro para seus proprietários. Quem se aventurasse a instalar escolas privadas no bairro, certamente o faria com a intenção de obter êxito no empreendimento, e para isso calcula-se que se apoiasse em algum aspecto positivo – nesse caso, a existência de famílias com poder aquisitivo suficiente para arcar com os gastos com a educação dos filhos.

A *Escola Cívica Mixta* funcionava na rua Santo Antônio n. 45 e não obtive informações a seu respeito. Quanto ao *Ginásio Luzitano*, de propriedade de Custódio José Fernando, foi inaugurado em 1908. Contudo, as primeiras notícias sobre a escola datam de janeiro de 1913, quando os diretores do estabelecimento anunciaram a abertura das matrículas para aquele ano, a ser efetuada no prédio da Praça da República n.30. De acordo com a nota, tratava-se de uma instalação provisória, “até se poder instalar definitivamente em seu prédio novo”¹⁶⁵. A mudança definitiva ainda levaria algum tempo, pois em outro anúncio, de 26/01/1916, os endereços do *Gimnásio Luzitano* “C. Fernando” constavam como sendo à rua da Consolação n.442 e Av. Paulista n.7¹⁶⁶. Localizei na *Série Obras Particulares* uma solicitação de licença, datada de 31/05/1917, em nome de C. Fernando,

¹⁶⁵ *O Estado de São Paulo*, 03/02/1913.

¹⁶⁶ *O Estado de São Paulo*, 26/01/1916.

para a “*construção de cinco salas para “aulas colegiais”, em acréscimo do colégio existente*” na rua Treze de Maio n.162. Ao que indica a solicitação, tratava-se do aumento da escola que ainda não havia sido inaugurada, o que ocorreu menos de um mês depois, em 20 de junho, conforme demonstra o anúncio reproduzido abaixo.

Figura 80 – O Estado de São Paulo, 20/06/1917.

Figura 81 – O Estado de São Paulo, 19/12/1917.

Custódio Fernando veio a falecer em 24 de outubro do mesmo ano e, a partir daí, a direção do ginásio passou às mãos de J. Pereira da Silva e Maria da Silva Carneiro¹⁶⁷.

Em dezembro seria fundada no mesmo local (rua Treze de Maio n.162), a escola de Commercio “Lusitana”. As últimas notícias do *Ginásio Lusitano*, no jornal *O Estado de São Paulo*, datam de 20 de junho de 1920. Porém, em 1927, o *Almanaque Laemmert* ainda publicou anúncio da escola. A depender das referências fornecidas pelos anúncios

¹⁶⁷ *O Estado de São Paulo*, 24 e 25/10/1917. De acordo com a nota de falecimento de Custódio Fernando, ele era um professor de matemática formado pela Universidade de Coimbra, e atuante na cidade há muitos anos, pelo menos, desde 1902. Antes de abrir sua própria escola, Custódio havia lecionado “*em casa das principaes famílias da capital*”, sendo “muito considerado” na cidade. Realmente, entre as pessoas que prestigiaram o seu enterro, constavam nomes de famílias importantes, tais como Eduardo Prado Sobrinho, Flávio Uchôa, Alfredo Prado e outros.

publicados em *O Estado de São Paulo*, a escola era portadora de qualidades que qualificavam os seus serviços para as famílias de fino trato da região – “*as mais vastas e luxuosas accommodações, aulas próprias, grande pomar, grande recreio e terreno para jogos e divertimentos*”. Sua localização era especialmente estratégica: na rua Treze de Maio, esquina com a Av. Brigadeiro Luís Antônio; e mais – uma das entradas do prédio era feita pela rua dos Ingleses.

Figura 82 – Como podemos observar, no mapa SARA Brasil, o *Ginásio Luzitano*, entre as ruas Treze de Maio e dos Ingleses, quase esquina com a Brigadeiro Luís Antônio, fazia de sua localização um ponto estratégico para os moradores do Morro dos Ingleses. E por que não dizer? Para as famílias mais abastadas do próprio loteamento original. Fonte: SARA Brasil, Fl.51, 1930. AHSP.

- 1927

Neste ano, o número de anunciantes no *Almanaque Laemmert* decaiu para 272 atividades, com uma diminuição de 6,84% em relação ao biênio 1922-23. Embora esta redução tenha se manifestado em todos os ramos beneficiados no período anterior (*alimentação, serviços pessoais, comércio em geral, saúde e construção civil*), é possível observar que alguns segmentos de certos setores produtivos apresentaram um pequeno avanço. Isso ocorreu especialmente no caso dos setores de *vestuário e acessórios, saúde, serviços pessoais e comércio em geral*.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ALOJAMENTOS E LAZER	104
SERVIÇOS PESSOAIS	31
COMÉRCIO EM GERAL	28
SAÚDE	28
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	21
CONSTRUÇÃO CIVIL	20
ARTES E OFÍCIOS	11
AGENTES COMERCIAIS	8
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	5
COM. APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4
EDUCAÇÃO	4
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	4
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3
TRANSPORTE	1
TOTAL	272

Tabela 43 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1927. Acervo Digital FBN.

O item *vestuário e acessórios* foi aquele que sofreu um aumento mais significativo, pois dos 12 anúncios publicados anteriormente, passou a 21, em 1927. Nesse caso, o ramo de *calçados*, representado pelo comércio e fabricação desse produto (com onze ocorrências), foi determinante para o crescimento do setor.

LOGRADOURO	N.	ATIVIDADE	PROPRIETÁRIO
CONSELHEIRO RAMALHO	24	CALÇADOS/FÁBRICANTES DE CALÇADOS	CARMINE VALENTE
CONSELHEIRO RAMALHO	103	CALÇADOS	JACOB DI LASCIO
CONSELHEIRO RAMALHO	141	CALÇADOS	M. VECCHIO & CIA.
MAJOR DIOGO	54	FABRICANTES DE CALÇADOS	ANGELO D'ARACE
MAJOR DIOGO	118	CALÇADOS	JOSÉ PASQUALUCCE
MANOEL DUTRA	68 B	FABRICANTES DE CALÇADOS	C. PELLEGRINO & CIA.
SANTO ANTÔNIO	19	CALÇADOS	OROZIMBO OLIVEIRA & CIA.
SANTO ANTÔNIO	254	CALÇADOS	J. STABILE & COURADO (SAPATARIA SANTO ANTÔNIO)
SANTO ANTÔNIO	456	CALÇADOS	CASA VENERE
SÃO DOMINGOS	110	FABRICANTES DE CALÇADOS	BRAZ MARCHESANO
TREZE DE MAIO	-	CALÇADOS	MIGUEL ABRAHÃO KEIRALLA

Tabela 44 – Negócios que envolvem o comércio e a fabricação de calçados, no loteamento original do bairro do Bexiga. *Almanaque Laemmert*, 1927. Acervo Digital FBN.

O fabricante e comerciante de calçados Carmine Valente, pelo menos desde 1921, teve seu negócio sempre no mesmo endereço, na rua Conselheiro Ramalho n.24. O mesmo ocorreu com Jacob di Lascio, cujo estabelecimento também localizava-se na rua Conselheiro Ramalho n.103. Antes de dedicar-se ao comércio de calçados, entre 1909 e 1914, Lascio foi proprietário de duas casas de *secos e molhados*. Da primeira, localizada no número 89 da mesma rua, temos a notícia que em fevereiro de 1909 foi vendida para Luiz Musiello; já a segunda casa foi comprada pela firma Ortoli & Comp., em 15 de maio de 1913. De acordo com o comunicado publicado em *O Estado de São Paulo* naquela data, a venda do negócio teria sido por motivos de viagem do proprietário à Europa. Entretanto, ainda há referências ao estabelecimento no exemplar do Almanaque de 1914.

Figura 83 – *O Estado de São Paulo*, 04/02/1909.

Figura 84 – *O Estado de São Paulo*, 15/05/1913.

Sejam quais forem as motivações para Lascio se desfazer dos negócios – se teve problemas financeiros, ou mesmo se realmente viajou para a Europa –, o fato é que de

1921 até 1927 trabalhou no ramo de calçados. Curiosamente, em 1931, ele retomou o armazém de *secos e molhados* no mesmo local. Mas Jacob di Lascio não foi o único comerciante de calçados que diversificou seus negócios. José Pasqualucce, antes de estabelecer a loja de calçados na rua Major Diogo n.118, comercializou *bilhetes postais* na rua Santo Amato n.130 (1921 a 1923) e manteve loja de calçados até 1931 na rua Maria José n.33.

Outro fabricante de calçados estabelecido no loteamento original desde o início dos anos 1920 foi a firma C. *Pellegrino & Cia.* (1921 a 1927), sempre na rua Manoel Dutra n.68B. No mesmo local, consta em 1931 o nome *Pelegriini & Cia.* A associação do nome Pellegrino ao ramo de calçados remete a uma marca bastante conhecida na segunda metade do século XX, a *Calçados Pellegrini*. Localizei no ano de 1910 a primeira referência a uma loja de calçados pertencente a um certo Vicente Pelligrini, na rua Major Diogo n.12. Mais tarde, de acordo com *O Estado de São Paulo*, de 24 de junho de 1913, a Câmara Municipal de Jundiaí recebeu uma solicitação em nome do mesmo Vicente Pellegrini no sentido de obter “*favores para montagem de uma fábrica de calçados nesta cidade*”. No mesmo dia, o jornal noticiou na coluna “Notícias Diversas”, a futura abertura de uma fábrica de calçados pelo industrial Vicente Pellegrini, para o que ele havia solicitado “*a concessão de terreno para a construção do edifício de sua fábrica, dependências e casas para operários, bem como isenção de impostos*”¹⁶⁸. Não localizei mais notícias que confirmassem se Vicente conseguiu ou não os favores solicitados à Câmara Municipal de Jundiaí, o que leva a crer que as coisas não deram certo. Menos de um ano após a tentativa de implantar uma fábrica de calçados em Jundiaí, foi decretada a falência de Vicente Pellegrini, “*estabelecido com fábrica de calçados à rua de Santa Ifigenia n.66*”¹⁶⁹.

Essas breves notícias indicam que, de 1910 até 1914, Vicente Pellegrini passou por percalços. Desde que teve a primeira loja, na rua Major Diogo, ele havia conseguido montar uma fábrica de calçados na região central da “Cidade”, na rua Santa Ifigênia. No entanto, esse foi um negócio que sobreviveu à passagem do tempo, assim como dos costumes. A consulta a números de diferentes anos de *O Estado de São Paulo* demonstra a presença da *Pellegrini Calçados* ainda ano de 1980 na rua Conselheiro Ramalho n.362.

¹⁶⁸ *O Estado de São Paulo*, 24/06/1913.

¹⁶⁹ *O Estado de São Paulo*, 15/01/1914.

Figura 85 – Anúncio publicado em *O Estado de São Paulo*, em 09/03/1980.

Conforme matéria publicada no *blog* de Romildo de Paula Leite, acerca da atual produção artesanal de calçados,

(...) não muito longe do centro de São Paulo, na Barra Funda, o descendente de italianos Renzo Nalon toca a Pellegrini Calçados. Fundada pelo seu tio Vincenzo Pellegrini em 1902, a empresa atravessou altos e baixos, abriu e fechou lojas e quase faliu. Conseguiu, no entanto, atingir a marca de mais de um século de existência (...) (grifo nosso)¹⁷⁰.

Entretanto, Vicente parece não ter sido o único Pellegrini a trabalhar nesse ramo de negócios. Além da fábrica de calçados de C. Pellegrino & Cia., localizei o *fabricante de pomadas para calçados* Angelo Pellegrino, estabelecido na rua Santo Amaro n.74 (1917 a 1931). Infelizmente, não foi possível confirmar os laços entre os Pellegrini, se a *Pellegrini Calçados* era a mesma firma gerida por C. Pellegrino & Cia., ou mesmo se tratava-se de diferentes negócios geridos por pessoas da mesma família.

Os demais comerciantes, M. Vecchio & Cia, Angelo d'Arace, Orozimbo Oliveira & Cia., Braz Marchesano, Miguel Abrahão Keiralla, assim como a *Sapataria Santo Antônio* e a *Casa Venere* se mantiveram no loteamento original do Bexiga por poucos anos, basicamente entre 1924 e 1927. Ainda assim, sua presença já indica uma tendência que se confirmou em 1931 quando o bairro apresentou, além de 24 lojas de calçados e 4 fabricantes do produto, uma certa preferência por aquela área por parte de fabricantes e comerciantes. Acrescente-se que embora o *Almanaque Laemmert* de 1927 não faça menção à fábrica de calçados *Scatamacchia*, localizada à rua Major Diogo n.48, cuja construção data de 1922¹⁷¹, em 1927 ela comprovadamente estava em pleno funcionamento. É o que se depreende da notícia publicada em *O Estado de São Paulo*, por ocasião da visita que o Cônsul Geral da Itália fez à “conhecida fábrica de calçados *Scatamacchia*, à rua Major Diogo, no pitoresco bairro operário do Bexiga”. De acordo com a matéria, tratava-se de uma das principais indústrias da América do Sul¹⁷², então instalada em nosso bairro.

¹⁷⁰ Publicado em 21/02/2014. Disponível em: <http://textileindustry.ning.com/profiles/blogs/veteranos-mantem-viva-a-tradi-o-dos-sapatos-feitos-sob-medida>. Consulta em: 06/11/2014.

¹⁷¹ Conforme a Série *Obras Particulares*, em 20/02/1922 a Scatamacchia & Cia. encaminhou à Diretoria de Obras uma solicitação de licença para a construção do prédio para uma fábrica de calçados à rua Major Diogo n.48.

¹⁷² *O Estado de São Paulo*, 07/05/1927.

No caso da *saúde*, os *médicos* e os *dentistas* foram os responsáveis pelo relativo crescimento do setor. Os primeiros totalizaram 8 anúncios, em contrapartida aos 4 casos registrados no período anterior. Já os anúncios publicados pelos dentistas somaram 10 casos, contra os três existentes em 1922-23.

ENDEREÇOS RESIDENCIAIS	N.	NOMES	PROFISSÕES	ENDEREÇOS PROFISSIONAIS
CONSELHEIRO RAMALHO	12	MATHIAS LOBBATO	MÉDICO	-
CONSELHEIRO RAMALHO	164	NICANOR CAMPOS	DENTISTA	-
CONSELHEIRO RAMALHO	205 SOB.	SALVATORE CONTE	MÉDICO	-
MAJOR DIOGO	74	ARMANDO ROSCO	DENTISTA	-
MANOEL DUTRA	13	JOAQUIM SERRA	DENTISTA	MANOEL DUTRA, 13 E SÃO BENTO, 33
MANOEL DUTRA	22	E. CARVALHO	DENTISTA	-
MANOEL DUTRA	38	ERNESTO TRAMONTI	MÉDICO	PÇA.DA REPÚBLICA, 15
MANOEL DUTRA	50 A	ARTHUR MARTINS DA COSTA PASSOS	MÉDICO	-
RUI BARBOSA	149	ODUVALDO MOREIRA	MÉDICO	-
SANTO ANTÔNIO	19	J. BARBOSA FILHO	DENTISTA	-
SANTO ANTÔNIO	75	HUMBERTO CARNEIRO	DENTISTA	-
SANTO ANTÔNIO	90	VICTOR F. SARAIVA	DENTISTA	-
SANTO ANTÔNIO	99	MARIA RENNOTTE	MÉDICO	SANTO ANTÔNIO, 99
SANTO ANTÔNIO	141	HEITOR QUILICI	DENTISTA	CELSE GARCIA, 103
SANTO ANTÔNIO	248	DOMINGOS D'AMBROSIO	MÉDICO	-
TREZE DE MAIO	44	VIRGILIO DE PAIVA	DENTISTA	-
TREZE DE MAIO	48	JOÃO LASCALA	DENTISTA	-
TREZE DE MAIO	154	ALUISIO FAGUNDES	MÉDICO	LGO.DO PALÁCIO, 7

Tabela 45 – Médicos e dentistas com residência e/ou consultório no loteamento original do Bexiga, *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Entre os *médicos*, exceptuando-se a médica suíça Maria Rennotte, que residia e clinicava no Bexiga desde 1909, e Mathias Lobbato, morador na rua Conselheiro Ramalho n.12 desde 1917, os demais profissionais possuíam residência recente no bairro, ali chegando a partir de 1924. O mesmo se aplicava aos *dentistas*, salvo Joaquim Serra, com residência e consultório na rua Manoel Dutra n.13 desde 1913. Nos demais casos, ao investigar os anúncios publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, observa-se que as referências profissionais sempre se relacionam a outros locais, no Centro ou mesmo em outros bairros.

Figura 86 – *O Estado de São Paulo*, 21/02/1914.

Figura 87 – *O Estado de São Paulo*, 03/11/1925.

Figura 88 – Heitor Quilici, com “gabinete dentário” à Av. Celso Garcia, 103, no Brás. *O Estado de São Paulo*, 14/02/1925.

Figura 89 – Aluísio Fagundes, com consultório no Lgo. do Palácio n.7, e residência na rua Cubatão. *O Estado de São Paulo*, 29/09/1925.

Figura 90 – Ernesto Tramonti, com consultório na Pça. da República n.15. *O Estado de São Paulo*, 09/02/1927.

Os endereços fornecidos pelo *Almanaque Laemmert* indicam uma clara preferência pelas ruas Santo Antônio, Manoel Dutra, Conselheiro Ramalho e Treze de Maio, o que pode significar que se o bairro não fosse um bom local para esses profissionais exercerem o seu ofício, o era para se viver.

Aqui cabem algumas considerações acerca da presença dos *médicos e dentistas* do Bexiga. Enquanto foi em 1927 que o loteamento original registrou o número máximo desses profissionais, ao analisar a “área nobre”, constata-se que no mesmo período se iniciou uma espécie de êxodo dos profissionais ali estabelecidos. A presença daquelas categorias na área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio havia atingido seu auge em 1918, quando foram registrados 16 casos, passando a decair a partir de então, chegando a apenas 4 profissionais em 1931, o que talvez possa ser creditado a uma busca de endereços mais valorizados socialmente. Quanto aos *dentistas*, somente em 1927 é que a categoria alcançou o número máximo de registros, num total de 5 profissionais, caindo para apenas 3 pessoas no final do período investigado, 1931.

A comparação do comportamento dessas categorias nas duas áreas do bairro demonstra que independentemente desses profissionais terem permanecido por tempo limitado no bairro do Bexiga, houve uma preferência pelo loteamento original. No entanto, é difícil creditar essa preferência a algum motivo especial. Podia se tratar de uma busca por aluguéis mais baratos por parte daqueles que estivessem em início de carreira, pelo anseio de proximidade de pessoas com a mesma origem étnica quando fosse o caso de algum descendente de estrangeiros ou, eventualmente, quando o profissional fosse proprietário do imóvel onde morasse e/ou trabalhasse, caso da Dra. Maria Renotte. Tal hipótese parece se confirmar quando se analisa outra categoria de profissionais liberais, os *advogados*. Inseridos aqui no setor de *serviços pessoais*, a categoria se destacou particularmente pela presença de 14 profissionais concentrados especialmente nas ruas Rui Barbosa, Santo Antônio e Conselheiro Ramalho.

Se pensarmos que a conquista de um diploma de curso superior ainda era um privilégio quase sempre restrito a pessoas com recursos financeiros, e que ali havia um

número razoável desses profissionais, essa hipótese pode ser vista como um indício de que o Bexiga, naquele momento pelo menos, era um bairro de ocupação social heterogênea.

ENDEREÇOS RESIDENCIAIS	N.	ADVOGADOS	ENDEREÇOS PROFISSIONAIS
ABOLIÇÃO	3	OPHILIO AGUIAR	-
CONSELHEIRO RAMALHO	77	JOSÉ CUSTÓDIO SOARES	-
CONSELHEIRO RAMALHO	133	FERNANDO MACHADO	-
FORTALEZA	18	ANTÔNIO CODINHO FILHO	-
MAJOR DIOGO	7	JOSÉ LUÍS DE ALMEIDA NOGUEIRA	-
RUI BARBOSA	143	LEOPOLDO DE FREITAS	-
RUI BARBOSA	149	FORTUNATO MOREIRA	-
RUI BARBOSA	149	GASTÃO MOREIRA ¹⁷³	-
RUI BARBOSA	153	TITO LEMOS	SÃO BENTO, 59
RUI BARBOSA	156	ANTÔNIO CAMPOS	-
SANTO ANTÔNIO	15	VICENTE SANTALUCIA	-
SANTO ANTÔNIO	140	LUÍS AUGUSTO ARAÚJO	-
SANTO ANTÔNIO	202	ANTÔNIO CABRAL	-
SÃO DOMINGOS	75	PEDRO ARAUJO NETTO	-
TREZE DE MAIO	61	SALVADOR NOCE	-

Tabela 46 – Advogados com residência e/ou escritório no loteamento original do Bexiga. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Embora muitas das atividades produtivas abordadas neste trabalho tenham envolvido o comércio de algum tipo de produto – como ocorreu, por exemplo, com os setores de *alimentação* (casas de secos e molhados, açougues, quitandas, padarias, etc.), da *saúde* (farmácias), *vestuário* (casas de roupas e calçados), *móveis e utilidades domésticas*, etc. –, a diversidade de produtos oferecidos em pequenos estabelecimentos disseminados pelo bairro e nem sempre passíveis de serem inseridos em alguma das categorias arroladas nos levou a criar a categoria a qual chamamos *comércio de produtos diversos*, ou *comércio em geral* (Anexo 2 – *Atividades identificadas*). Nesse grupo de atividades foi possível identificar uma quase infinidade de produtos, voltados à satisfação de múltiplas necessidades dos moradores do bairro e adjacências. Nas lojas de *ferragens e quinquilharias* encontram-se produtos para a manutenção do cotidiano doméstico, envolvendo desde pequenos consertos (caso das tintas e ferragens) até a louça e outros utensílios de uso diário; nas casas de *armarinhos, fazendas e modas e bazares*, havia os produtos para donas de casa e costureiras (artigos para bordar, linhas de costura, fazendas e alguma roupa pronta); nas (raras) *papelarias*, artigos para escritório e estudantes. Além desses estabelecimentos, de comércio marcadamente heterogêneo, haviam aqueles mais específicos, onde se encontrava artigos voltados ao exercício de algumas atividades profissionais, caso do *comércio de couros e peles*, para sapateiros e seleiros; artigos que poderiam servir tanto a profissionais quanto aos moradores do bairro (*cordoarias e barbantes, sacarias e sacos de papel, tintas de escrever, lenha e carvão vegetal* etc).

¹⁷³ Embora Gastão Moreira esteja inscrito no *Almanaque Laemmert* como advogado, as matérias que fazem referência à sua atuação profissional, na imprensa paulista, o identificam como engenheiro. *O Estado de São Paulo*, 19/04/1925, p.8; e 30/01/1937, p.7.

Outros estabelecimentos comercializavam *brinquedos, fumos e charutarias, flores naturais e artificiais, coroas e artigos funerários, loterias, perfumarias e objetos de “toilette”,* e por fim um caso bastante interessante, aquele dos *belchiores*, locais onde se vendia roupas e objetos usados¹⁷⁴. Tratava-se da loja de João Curcio, localizada na rua Conselheiro Carrão n.59, local onde ele também comercializava *bilhetes postais* desde 1921. A partir de 1924, Curcio introduziu o *belchior*, mantendo então os dois comércios até 1927, modalidade esta certamente voltada aos moradores mais pobres do loteamento original. Grünspun, em seu livro *Anatomia de um bairro. O Bexiga*, faz menção a um certo vendedor ambulante que “*gritava num tom ouvido por todo o bairro: ‘Rópa Velha’, significando compra ou venda (do produto)*”. Adiante, ele entra em detalhes:

O judeu da ‘Rópa Velha’ passava na segunda-feira e tinha carradas de razões para isto, pois os moradores do Bexiga no domingo iam visitar os parentes e compadres bem situados no Brás ou Barra Funda e aí ganhavam, como primos pobres, as roupas velhas e casacos velhos, de tecido inglês e italiano, que estavam sendo trocados por roupas da moda. Já na volta, no domingo mesmo, o povão do Bexiga calculava quanto o homem da ‘Rópa Velha’ podia lhe pagar (1979, p.85-86).

Assim, verificamos que se tratava de uma modalidade comercial de “duas mãos”, onde se podia comprar roupas usadas, mas também era possível vender. Contudo, da mesma maneira como foram raras as referências aos *belchiores* na imprensa da época, também foram poucas as casas dedicadas a esse tipo de comércio, pelo menos aquelas ostensivamente assumidas como tal.

Ainda que a diversidade fosse uma marca do comércio no bairro, naquele ano as atividades que envolveram essas atividades foram pouco expressivas, destacando-se apenas as 14 *lojas de armarinhos*, assim distribuídas: 1 casa na rua Conselheiro Carrão, 5 casas na

¹⁷⁴ Localizei raríssimas referências a esse tipo de comércio. A primeira delas, uma notícia no jornal *O Estado de São Paulo*, de 02/07/1929, dava contas de um certo Adolpho Schiller, cidadão “tcheco-esloveno” estabelecido com uma loja de objetos usados no Largo do Paissandú que, envolvido com o comércio de objetos roubados, havia sido expulso do país. Na matéria fica bem clara a associação que se fazia entre esse tipo de comércio e a ilegalidade: “*Para a polícia é desnecessário frisar neste relatório que esses cavalheiros de indústria são os piores elementos que se possa imaginar. (...) Devemos, sim, é precaver-nos contra esses pseudos commerciantes*”. Três anos depois, encontramos no jornal *A Batalha*, do Rio de Janeiro, um artigo denominado “*Uma nova modalidade de enganar o próximo*”, onde o articulista confirma essa situação: “*Procurando apurar essa modalidade de ‘chantage’, fizemos várias investigações em torno do assumpto (...) E chegamos à conclusão que os ‘belchior’ de roupas usadas, estão ligados aos espertalhões, tirando ambos optimos lucros no negocio*” (27/01/1932). No mesmo jornal, encontramos, em 17/06/1939, essa categoria de comércio, agora como anúncios de atividades, sob a rubrica **SERVIÇOS DE PUBLICIDADE ESPECIALISADA – POR TORRES PEREIRA**. Conforme os serviços anunciados, havia nos números 10, 11, 12, 13, 14, 21, 23 e 25, da Rua Visconde do Rio Branco, diversas casas dedicadas ao comércio de roupas e livros usados, ambos classificados como da “*espécie: belchior*”. A presença desses anúncios parece indicar uma provável incorporação desse tipo de comércio ao cotidiano urbano, respondendo às necessidades da população mais pobre, sem poder aquisitivo para a aquisição de produtos novos.

rua Conselheiro Ramalho, 1 na rua Dr. Luís Barreto, 1 na rua Rui Barbosa, 5 casas na rua Santo Antônio, 1 na rua Treze de Maio e 1 na rua Jaceguai.

Acerca do comércio no bairro, Grünspun faz uma referência interessante a esses estabelecimentos:

Algumas lojas de fazendas, que vendiam todas as quinquilharias que as costureiras precisavam. Algumas destas lojas eram de judeus (...). As outras lojas eram de sírio-libaneses ou libaneses só, que tinham parentes com grandes armazéns na rua 25 de Março (1979, p.83).

Já me reportei à presença de sírio-libaneses no Bexiga exercendo exatamente esse tipo de comércio. Mas a existência de casas de armarinhos no bairro traz mais do que a simples confirmação da presença desses atores sociais – ela evidencia a difusão desse tipo de comércio pelos bairros da capital paulista. Para os “pequenos compradores” valia a pena talvez pagar um pouco mais pelo produto ao invés de se dirigir ao Centro para obter o que se necessitava. Nesse sentido, se justifica a ocorrência de tantas lojas de armarinhos no bairro.

Último dos setores a se destacar neste ano, a *construção civil* (com 20 registros) ainda que tenha sofrido um decréscimo em relação ao período anterior (com 22 registros), merece uma análise mais atenta, particularmente no que se refere ao exercício de ofícios vinculados à edificação e/ou reforma de prédios (*carpinteiros, marceneiros, encanadores/bombeiros hidráulicos e pintores/decoradores*) e aos profissionais vinculados aos canteiros de obras (*construtores e engenheiros*).

NEGÓCIOS	LOGRADOUROS	N.	PROFISSIONAIS
CARPINTARIAS	CONSELHEIRO RAMALHO	61	BRAZ MARTINS
MARCENARIAS	CONSELHEIRO RAMALHO	75	ACHILLES SANTORO
MARCENARIAS	CONSELHEIRO RAMALHO	75	FELIPPO DINUCCI & CIA.
CARPINTARIAS	CONSELHEIRO RAMALHO	75	FELIPPO DIRMECCI & CIA.
CARPINTARIAS	CONSELHEIRO RAMALHO	221-223	MIGLIOLI & ROSETTI
MARCENARIAS	CONSELHEIRO RAMALHO	221-223	NIGLIOLI & ROSETTI
CARPINTARIAS	MANOEL DUTRA	63 A	FALCHI & BUSCARMÍ
CARPINTARIAS	SÃO DOMINGOS	47	ANTÔNIO MASTROROCO & FILHOS
MARCENARIAS	TREZE DE MAIO	39	AUGUSTO JORGE SAVIALLI
MARCENARIAS	TREZE DE MAIO	134 A	LUÍS SANTORO
BOMBEIROS HIDRÁULICOS	CONSELHEIRO RAMALHO	280	THOMAZ PICAZIO
PINTORES E DECORADORES	MAJOR DIOGO	146	ARISTIDES VISCONDE

Tabela 47 – Profissionais vinculados ao setor da *construção civil*, no loteamento original do Bexiga. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Entre as 5 *carpintarias* e as 5 *marcenarias* relacionadas pelo Almanaque, chamam a atenção os casos dos profissionais que anunciaram seus serviços ora como carpintaria, ora como marcenaria. Foi o que ocorreu com Felippo Dirmeci & Cia., com oficina na rua Conselheiro Ramalho n.75 e com Miglioli & Rosetti, com oficina na mesma rua, nos

números 221 e 223. Acresce que no caso da Dirmeci & Cia., o provável sócio, Achilles Santoro também divulgou seus serviços num anúncio à parte¹⁷⁵, onde especificou seu ofício como *marceneiro*, demonstrando que se tratava de áreas de trabalho complementares. Dessa maneira, ambos podiam assumir diferentes fases da construção e assim garantir mais possibilidades de trabalho.

A oficina de Miglioli & Rosetti estava estabelecida no bairro há muito tempo. De acordo com a *Série Obras Particulares*, em 11/03/1913, o construtor Pedro Amadesi encaminhou projeto para o “*acréscimo de uma oficina*” em nome de Miglioli & Renzetti, no mesmo endereço em que estaria em 1927¹⁷⁶.

Figura 91 – Projeto para aumento da oficina de Miglioli & Renzetti, à rua Conselheiro Ramalho n.221.

A partir dessa informação é possível pensar que a oficina, assim como a sociedade entre os dois, fosse anterior ao aumento do prédio, o que não foi possível comprovar. Por outro lado, localizei no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 29/09/1949, uma Declaração à Praça, onde ambos declaram a venda do estabelecimento industrial “denominado ‘*SERRARIA E CARPINTARIA CONSELHEIRO RAMALHO*’, situado a rua Conselheiro Ramalho n.840, a Santopaolo, Pedrini & Cia. Ltda”. Desde a reforma do imóvel, em 1913, haviam se passado trinta e seis anos. Independentemente dos motivos que tenham levado os sócios a se desfazerem da serraria, esse foi um tempo longo o

¹⁷⁵ Cabe esclarecer que as duas profissões se relacionam ao trabalho com a madeira, sendo que a *carpintaria* está diretamente ligada aos componentes estruturais das edificações, enquanto a *marcenaria* se incumba da confecção de peças de acabamentos mais elaboradas. Conforme o *Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada* (CECI), da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, “a importância da madeira na arte da construção desde cedo resultou na separação de dois tipos de ofícios: os carpinteiros e os marceneiros. Ao primeiro caberia a execução de componentes estruturais (como vigas, esteios, tesouras, escadas, assoalhos e etc.). Ao segundo, a produção de objetos utilitários e artísticos (portas, janelas, armários, cômodas, cadeiras, retábulos e etc)”. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/pesquisa/estudos/oficios-tradicionais/carpintaria-a-marcenaria.html>.

¹⁷⁶ *Série Obras Particulares*, OP/1913/001.652, AHSP.

suficiente para comprovar que o negócio tenha prosperado e garantido a sobrevivência dos envolvidos.

Poder-se-ia creditar essa dualidade de atividades ao fato de que nos dois casos se tratava de sociedades, onde cada uma das partes poderia desempenhar uma função específica. Porém, no mesmo ano, identifiquei uma situação em que uma única pessoa exerceu as duas funções, o que ocorreu com Luís Santoro que entre 1921 e 1923 figurava como *carpinteiro* e, a partir de 1924, como *marceneiro*. Com Thomaz Picazio, estabelecido na rua Treze de Maio n.134 A, a situação foi semelhante. Ao mesmo tempo em que seu nome consta no *Almanaque Laemmert* como *bombeiro hidráulico* (entre 1921 e 1927), também consta como *ferreiro e serralheiro* (entre 1924 e 1927). Já em 1931, Picazio era proprietário de uma casa de *ferragens e quinquilharias*.

Afinal, tudo redundava numa situação já tão conhecida no bairro, a diversificação de atividades, mas não apenas isso. Na medida em que um ofício deixasse de apresentar uma resposta positiva por parte do mercado consumidor – por crise econômica, pela necessidade do profissional se destacar em meio a outros tantos concorrentes, ou mesmo pela obsolescência do serviço ou produto final –, se tratava de a partir de uma determinada especialidade desenvolver outra que não lhe fosse totalmente estranha e se adequar melhor ao momento. É o que parece ter acontecido com Antônio Mastroroco, que junto aos filhos, aparece em 1927 com uma *carpintaria* na rua São Domingos n.47. Ocorre que até um ano antes (entre 1924 e 1926) seu negócio se definia como uma *fábrica e oficina de carruagens*, sem vínculos aparentes com o setor da *construção civil*. Ora, a fabricação ou conserto de carruagens envolvia o manejo da madeira... Se aquela atividade específica, vinculada ao setor de transportes se assentava no manejo da madeira, ela também abria a possibilidade do profissional desenvolver outros produtos a partir desse material, fosse qual fosse sua utilização. O importante era sobreviver! Tanto era assim, que em 1931 encontrei um certo Diogo Antônio Mastroroco estabelecido no mesmo endereço e de volta ao setor de transportes, agora com uma *oficina de carroças*. E mais, em 1935, enquanto o mesmo Diogo se mantinha na rua São Domingos n.47, Antônio (provavelmente o pai) estava estabelecido na rua Dr. Luís Barreto n.32 – ambos envolvidos agora com o negócio de *couros*.

Parece evidente que a fluidez de atividades que envolviam a sobrevivência das camadas médias e baixas da população nas primeiras décadas do século XX foi uma realidade comum no bairro, e acreditamos que não se tratasse de um fenômeno restrito ao

Bexiga mas extensivo a outros bairros populares da capital paulista. No entanto, tal afirmação carece de fundamentos baseados em outras investigações.

Resta falar dos profissionais cujas atividades estavam mais diretamente ligadas aos canteiros de obras, os *construtores* e *engenheiros*.

PROFISSIONAIS	LOGRADOUROS	N.	ATIVIDADES
ALFREDO ALVES	TREZE DE MAIO	120	CONSTRUTORES
HUMBERTO BADOLATO	MARIA JOSÉ	42	CONSTRUTORES
JOSÉ FUGULIN	SÃO VICENTE	36	CONSTRUTORES
LEOVILDO TRINDADE	RUI BARBOSA	151	ENGENHEIROS
PAULO ALVES PIMENTEL	TREZE DE MAIO	152	ENGENHEIROS
THEODORO SAMPAIO	CONSELHEIRO RAMALHO	63	ENGENHEIROS

Tabela 48 – Profissionais diretamente vinculados aos canteiros de obras. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

De acordo com as informações fornecidas pelo *Almanaque Laemmert*, os construtores Alfredo Alves, José Fugulin e Humberto Badolato teriam vivido no bairro do Bexiga por pouco tempo, cerca de três ou quatro anos. Sobre Humberto Badolato há mais informações¹⁷⁷. Era um italiano, natural da Calábria e aqui chegou com a família por volta de 1896 ou 1897. Conforme a documentação consultada, com exceção de um período passado na cidade de Salvador, por volta de 1913, Badolato sempre morou no Bexiga, nas ruas Maria José e Saracura Pequena (1921?). O primeiro projeto localizado em seu nome, se refere à construção de uma casa na rua Fortaleza e data de 1908; o segundo, apresentado em 1909, se destinava à construção de duas casas na rua Treze de Maio n.113 e 115. De outro lado, em duas ocasiões, o jornal *Correio Paulistano* informava os leitores sobre o

¹⁷⁷ Casualmente, alguns anos antes de iniciar minhas pesquisas sobre o bairro do Bexiga, descobri que Humberto Badolato era meu tio-avô, pelo lado paterno. Desde menina, havia uma “lenda” familiar que dizia que um irmão de minha avó havia sido arquiteto (ou engenheiro...), e que trabalhara na construção do elevador Lacerda, em Salvador/Bahia. Posteriormente, ao ler o trabalho de Célia Toledo Lucena, *Bixiga, amore mio* (1983), localizei Humberto e uma irmã, como moradores do bairro – ele trabalhou na construção da igreja da Achirópita, e ela, Therezinha, doara uma imagem para um dos altares do templo. Mais tarde, por ocasião de trabalho desenvolvido junto ao Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (2008-1010), reencontrei-o como um dos construtores que atuou na cidade de São Paulo. Outros pesquisadores a localizar Badolato foram Lindener Pareto e Clara Correia d’Alambert. Em sua dissertação de mestrado, *O cotidiano em construção: os “práticos licenciados” em São Paulo* (FAUUSP, 1911), Pareto identificou Badolato como um prático licenciado, morador na rua Maria José n.50, no bairro do Bexiga (p.183); d’Alambert, em sua tese de doutorado, *Manifestações da arquitetura residencial paulistana entre as grandes guerras* (FAUUSP, 2003), lista Badolato como um dos autores de projetos residenciais realizados em 1923 (p.231-232). Movida pela curiosidade, procurei levantar mais informações. Entre essas, as mais relevantes para esta abordagem se referem à sua atuação em outras áreas da cidade, que não apenas o bairro do Bexiga, o que inclui além de projetos para residências, a participação na construção do prédio que atualmente abriga o *Centro de Estudos Musicais Tom Jobim*, o antigo Hotel Flórida (ou Piratininga), no Largo General Osório n.147, bairro da Luz. Infelizmente, essa matéria foi publicada na *web* há alguns anos, e agora não encontramos mais quaisquer referências a ela. De todas as informações recolhidas, vale destacar um aspecto em especial, que é o papel representado pelo construtor – sem formação acadêmica, mas portador de um ‘saber fazer’ de fato, que por força da institucionalização do ensino da profissão, frequentemente se auto denominou ‘engenheiro-arquiteto’ –, na construção da cidade, e como, pelo menos até a primeira década do século passado, esse papel ainda era valorizado pelo cidadão comum que aqui vivia. É bom lembrar que nas famílias Badolato e Schneck ele era reconhecido como o arquiteto (ou engenheiro...), o que lhe conferia um *status* especial sobre os demais membros da família...

andamento de processos construtivos junto à Diretoria de Obras e Viação do Município: um se refere à construção de duas casas à rua Conselheiro Brotero n.189 e 191, e outro à construção de um muro, na rua Álvaro Ramos n.13¹⁷⁸.

Figura 92 – Projeto de autoria de Humberto Badolato, para construção de duas casas na rua Treze de Maio n.113 e 115. Note-se que as casas eram de propriedade do próprio construtor¹⁷⁹.

Com relação a José Fugulin, de acordo com os registros dos profissionais inscritos no Departamento de Obras e Serviços Municipais, em 1936 ele seguramente morava no Bexiga, mais precisamente na rua São Vicente n.20. Naquela ocasião Fugulin obteve licença para exercer o ofício de “arquiteto”, competência esta avalizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA)¹⁸⁰.

Quanto aos engenheiros, as buscas por informações acerca desses profissionais indicaram que nem sempre seus nomes estiveram vinculados aos canteiros de obras¹⁸¹. Paulo Alves Pimentel em 1906 era aluno da Escola Politécnica e, seis anos depois, em 1912, ele foi nomeado como ‘ajudante de engenheiro’ na Repartição de Obras da Prefeitura de Campinas; por fim, em 1914 saiu sua nomeação “*para exercer o cargo de engenheiro de districto da Directoria de Obras Públicas*” do estado¹⁸².

¹⁷⁸ *Correio Paulistano*, 01/07/1922, e 23/01/1929.

¹⁷⁹ *Obras Particulares*, OP 1909-002.394/PR001. AHSP.

¹⁸⁰ Essa informação me foi transmitida pelo pesquisador Lindener Pareto Junior, citado na nota anterior.

¹⁸¹ Esse parece ter sido o caso de Leovildo Trindade, cuja única referência localizada reporta à sua designação como técnico especializado na ação movida pelas *Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo* contra a *Alfândega de Santos*, sobre uma certa “classificação de mercadorias” despachadas pela Matarazzo naquela alfândega. Tratava-se da elaboração de laudo identificatório do tipo de mercadoria – ao que parece, se eram simples barras de aço, ou “*eixos por acabar*” como ficou definido pelo engenheiro. Infelizmente, as informações não são precisas e não conseguimos identificar a especialidade de Trindade. *Diário Oficial da União* (DOU), 09/02/1942, p.75. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2153072/pg-75-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-09-02-1942/pdfView>. Consulta em: 27/11/2014.

¹⁸² Informações recolhidas, respectivamente em: *O Estado de São Paulo*, de 11/06/1906 e 05/01/1912; e *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 20/03/1914.

Deixamos para o final do período um caso curioso, um tal Theodoro Sampaio, (suposto) morador da rua Conselheiro Ramalho n.63. Seria o engenheiro baiano? A resposta à pergunta decorreu da notícia publicada em *O Estado de São Paulo* sobre o falecimento de Maria da Gloria Sampaio:

(...) *exposa do sr. dr. Theodoro Sampaio, um dos nossos mais conceituados engenheiros e illustre escriptor* (...) *Expirou aos 58 annos de idade, cercada de toda a sua familia, inclusive o seu esposo, que chegou ha dias da Bahia, onde dirige e superintende o serviço de abastecimento de águas e esgotos* (...) *O enterro da distincta senhora dar-se-ha hoje, sahindo o feretro da rua Conselheiro Ramalho, n.63, às 17 horas, para o cemiterio da Consolação*¹⁸³ (grifo nosso).

- 1931

Eis que em 1931 os anúncios dos profissionais estabelecidos no bairro do Bexiga e registrados no *Almanaque Laemmert* atingiu seu patamar mais elevado desde o início das investigações, em 1906. Naquele ano, o anuário registrou modestíssimas 9 atividades, enquanto no período seguinte (1909) já dava conta de 101 atividades. Excluindo-se os períodos que abrangeram os anos da Primeira Grande Guerra (1915 a 1918) caracterizados pela crise econômica econômica resultante da queda nas exportações do café¹⁸⁴, o cenário produtivo do bairro marcou-se por um movimento quase sempre ascendente, ainda que sujeito a oscilações.

ANO	NÚMERO DE ANÚNCIOS REGISTRADOS	%
1906	9	-
1909	100	1.011
1914	245	145
1915	10	(-) 95,91
1918	62	520
1922-23	292	370,96
1927	272	(-) 6,85
1931	401	47,42

Tabela 49 – Percentuais positivos e negativos identificados nos períodos envolvidos pelas investigações. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

¹⁸³ Ainda de acordo com o jornal, Theodoro Sampaio teve três filhos com Maria da Glória: Cordélia Sampaio, professora do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo (cujo nome, aliás, também consta do *Almanaque Laemmert*), Maria da Glória Sampaio, aluna da Escola Normal Secundária, e Theodoro Sampaio Filho, aluno da Faculdade de Direito. *O Estado de São Paulo*, 09/09/1920. Grifos nossos.

¹⁸⁴ Ainda que aquele conflito tenha efetivamente influenciado no cenário econômico do país, a crise que se estendeu por toda a década de 1920 é vista também como parte de um processo mais amplo da própria economia brasileira. De acordo com Wilson Cano, tratava-se de um “*processo de transição econômica e social, a partir do chamado modelo primário exportador, rumo a novo padrão de acumulação – o do crescimento para dentro –, que seria desencadeado a partir da Crise de 1929 e da Revolução de 1930*”. In CANO, Wilson – “*Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil*”. Artigo da Sessão Especial 80 Anos da Revolução de 1930: seu significado para a economia brasileira. 38º Encontro Anual da ANPEC. Set/dez. 2012. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf.

Sempre é bom lembrar que a ausência de anúncios não significava, necessariamente, que o negócio deixasse de existir, o que o balanço geral de todos os anos envolvidos na pesquisa comprovam. Nesse sentido, 1931 se mostrou um ano atípico, pois foi quando, pela primeira vez, se constatarem mudanças mais profundas no cenário produtivo do loteamento original do Bexiga.

Embora o aumento no número de negócios realmente tivesse ocorrido sem que se alterasse substancialmente o perfil das atividades desenvolvidas, observei mudanças na composição do grupo de profissionais estabelecidos no bairro, a qual pode ter origem na própria situação de instabilidade econômica e política que a cidade vivenciava e que revelariam as dificuldades dessas pessoas em se adaptar aos novos tempos. Tendo em vista a avaliação em profundidade dessa situação procurei organizar/agrupar, na tabela abaixo, as alterações verificadas no panorama produtivo de 1931.

ALTERAÇÕES VERIFICADAS	N.	%	%
NOVOS PROPRIETÁRIOS (NOVOS NEGÓCIOS)	290	72,69	79,70
NOVOS PROPRIETÁRIOS (ANTIGOS NEGÓCIOS)	28	7,01	
PERMANÊNCIA DE NEGÓCIOS E PROPRIETÁRIOS (MESMO RAMO E ENDEREÇO)	48	12,03	14,53
PERMANÊNCIA DE NEGÓCIOS E PROPRIETÁRIOS (COM MUDANÇA DE ENDEREÇO)	10	2,50	
PERMANÊNCIA DE NEGOCIANTES/PROPRIETÁRIOS (COM MUDANÇA DE RAMO)	17	4,27	5,77
PERMANÊNCIA DE NEGOCIANTES/PROPRIETÁRIOS (COM MUDANÇA DE RAMO E ENDEREÇO)	6	1,50	
TOTAL	401	100 %	100 %

Tabela 50 – Mudanças e permanências no panorama produtivo do loteamento original do bairro do Bexiga, em 1931.
Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

A entrada de novos agentes comandando novos negócios, ou mesmo substituindo profissionais já estabelecidos, é o primeiro dado a chamar a atenção – ambos responderam por 79,70% dos anúncios publicados no anuário daquele ano. No último caso, tudo leva a crer que se tratava da venda do negócio para uma outra pessoa. Em contrapartida, a permanência de negociantes que se mantiveram no mesmo ramo e local de trabalho, assim como aqueles que buscaram outros endereços, ficou restrita a 14,53% do total de anúncios. Outra informação relevante (embora percentualmente diminuta) se refere às pessoas que optaram pela mudança de ramo (5,77%), e nesse caso não há dúvida de que a busca por outro tipo de negócio significava uma alternativa para enfrentar os revezes financeiros e, por que não dizer, uma alternativa para a própria sobrevivência. Contudo, ainda que se leve em consideração a saída de negócios (e negociantes) do bairro, esta se mostra bem menos significativa que a inclusão dos 290 novos negócios e das 28 transferências para outros nomes.

No mesmo período, já havia constatado situação semelhante na área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio e, mesmo não dispondo de dados sobre outros bairros da cidade, acredito que tal fenômeno não se restringisse ao Bexiga. Mudanças pareciam

ocorrer na capital paulista e, ainda que uma análise fundamentada do ponto de vista das transformações estruturais sofridas pela cidade não seja o objetivo deste trabalho, é importante que se tenha em mente que esse é um aspecto subjacente à vida urbana. A crescente perda de hegemonia da economia cafeeira ao longo dos anos 1920 e o avanço gradativo de outros setores produtivos – crescimento industrial, diversificação do comércio, ampliação dos serviços – em meio ao crescimento populacional (Cano, 2012, p.7-8), fatalmente se refletiram no cenário urbano. No caso do Bexiga, a saída de cena de uma parcela dos profissionais ali atuantes e o ingresso de um número notável de novos personagens, sem que houvesse uma alteração do perfil de atividades, pode indicar o amadurecimento do próprio papel desempenhado pelo bairro nesse cenário. Voltarei a falar sobre isso adiante.

ATIVIDADES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	175
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	45
SERVIÇOS PESSOAIS	43
CONSTRUÇÃO CIVIL	39
COMÉRCIO EM GERAL	37
SAÚDE	21
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	11
TRANSPORTE	10
ARTES E OFÍCIOS	9
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	5
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	3
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2
EDUCAÇÃO	1
AGENTES COMERCIAIS	-
TOTAL	401

Tabela 51 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert*, 1931. Acervo Digital FBN.

Como já disse, o bairro manteve as mesmas atividades produtivas, prioritariamente voltadas para a *alimentação*, o *vestuário*, os *serviços pessoais*, a *construção civil*, o *comércio de artigos diversos* e a *saúde*, conforme se pode verificar na tabela abaixo.

SETOR	1906	1909	1914	1915	1918	1922/23	1927	1931
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	2	53	128	2	19	129	104	175
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	-	11	12	-	6	12	21	45
SERVIÇOS PESSOAIS	1	14	29	2	6	55	31	43
CONSTRUÇÃO CIVIL	2	1	14	-	3	22	20	39
COMÉRCIO EM GERAL	1	7	24	-	3	23	28	37
SAÚDE	2	4	13	5	16	22	28	21
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	1	3	-	2	6	5	11
TRANSPORTE	-	4	8	-	-	-	1	10
ARTES E OFÍCIOS	1	1	3	-	3	8	11	9
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	-	4	9	-	1	5	4	5
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-	-	-	-	-	1	4	3
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-	-	2	-	1	2	3	2
EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	2	4	1
AGENTES COMERCIAIS	-	-	-	1	2	5	8	-
TOTAL	9	100	245	10	62	292	272	401

Tabela 52 – Comportamento das atividades produtivas no decorrer do período investigado (1906-1931). Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

O comércio de produtos destinados à *alimentação* registrou um aumento substancial no número de novos estabelecimentos: 23 *açougues*, contra os 9 de 1927; 70 armazens de *secos e molhados*, contra os 62 de 1927; 30 casas de *frutas*, contra 2 em 1927¹⁸⁵; 22 *leiterias*, contra 6 em 1927; e 9 *padarias*, contra 1 em 1927. Mas, além dos estabelecimentos destinados à produção e comércio de alimentos, merecem destaque os dois casos de *pensões familiares*.

Até então, com exceção de uma única pensão localizada na rua Conselheiro Ramalho n.211, em 1927, o anuário não registrara nenhum estabelecimento dessa espécie. O que não quer dizer que as habitações coletivas fossem novidade no Bexiga – os casos de cortiços constantes na Série *Obras Particulares* são uma evidência disso. A diferença agora estava na adjetivação desse tipo de moradia como “familiares”, demonstrando a intenção de distinguir essas *pensões* dos mal afamados cortiços de forma a atrair uma clientela mais exigente. Tanto podia se tratar de casas voltadas à locação parcial de cômodos, como de imóveis totalmente destinados ao uso de *pensões*. O público-alvo era variado, podiam se destinar a “*famílias de tratamento, que deseje asseio, conforto e respeito*”, “*exclusivamente para senhoras e moças*”, a “*hóspedes do interior*” ou, mais frequentemente, a “*casais de tratamento e rapazes do comércio*”. No entanto, é necessário destacar que o termo “pensão” não significava necessariamente um lugar de moradia, mas também o fornecimento (ou não) de refeições. É o que demonstra o anúncio de uma casa onde alugavam-se “*bons quartos, com luz direta, com ou sem pensão*”. Aliás, nos jornais da época, encontra-se inúmeros anúncios que oferecem quartos “*espaçosos e arejados*”, “*finamente mobiliados*”, “*com móveis e pensão*”, e até aqueles que chegavam ao requinte de disponibilizar aos potenciais clientes “*todas comodidades, com telefone, rádio, banhos quente e frio, mesa farta com absoluta limpeza*”.

Figura 93 – *O Estado de São Paulo*, 03/11/1928.

¹⁸⁵ Levando em conta que as *quitandas*, tradicionais espaços de comercialização de frutas, legumes e verduras, estão ausentes nesse ano, deduzimos que tenham sido incorporadas à categoria genérica *frutas* e aos *armazéns de secos e molhados*.

Por parte dos clientes, além dos requisitos conforto, respeito e asseio, também era desejável que estivessem próximos do centro ou “*em lugar bem servido por linhas de bonde*”, o que justifica a referência a “*rapazes do comércio*” apontada acima. Sabemos que o centro da cidade abrigou as atividades ligadas ao comércio e aos serviços mais especializados, portanto, para quem trabalhasse ali a disponibilidade de meios de transporte perto da moradia era um fator fundamental. Possivelmente esse fosse o caso das duas pensões identificadas no Almanaque, ambas localizadas na rua Santo Antônio números 78 e 91, por onde passavam os bondes das linhas 5 e 45 (respectivamente, Paraíso e Rua Augusta).

Ao buscar, no jornal *O Estado de São Paulo*, casos que ilustrassem a presença de pensões na região do Bexiga, localizei alguns anúncios particularmente interessantes. O primeiro deles comprova que, na mesma rua Santo Antônio, em 1914, esse tipo de negócio já era explorado, e os demais indicam a existência de algumas pensões na requintada Av. Paulista. Embora esses últimos casos, pela sua localização, extrapolem a área de estudo, são importantes na medida em que sinalizam uma até agora impensável diversidade de usos nos imóveis da avenida.

Figura 94 – *O Estado de São Paulo*, 16/09/1934.

Figura 95 – Observe-se no último anúncio a referência à proximidade “*aos principais hospitais*”. Pela numeração do imóvel (n.138), o palacete estava bem perto do *Hospital Santa Catarina*, e um pouco mais distante do *Hospital Alemão*, na Praça Oswaldo Cruz (bairro do Paraíso). É muito provável que nos dois casos os anúncios se destinassem a parentes de pessoas internadas nesses hospitais. *O Estado de São Paulo*, 14/08/1934.

No setor de *vestuário e acessórios*, verifica-se o incremento das *lojas de calçados*. Esse segmento que em 1927 contava com 8 estabelecimentos, em 1931 chegou a 24 casas, a maior parte delas concentradas nas ruas Santo Antônio, Conselheiro Ramalho e Major Diogo. Dessas 24 casas, somente três são remanescentes de anos anteriores: Angelo Daracel, C. Pellegrini & Cia. e José Pasqualucci. Daracel (ou d’Arace), desde 1927; Pellegrini, desde 1921; e Pasqualucci, desde 1926, sendo que nesse caso houve mudança de

endereço do negócio. É importante observar que os três casos estão identificados no Almanaque de 1927 como *fabricantes de calçados*, levando a crer que se tratasse de pequenas manufaturas que também comercializavam seus produtos. Diante dos números totais (3 antigos comerciantes, contra 21 recém-chegados), vemos que a presença de novos negociantes no segmento era gritante. Acresce que entre os anúncios publicados nesse ano ainda havia 3 casos explícitos de *fabricantes de calçados*: Domingos Memmo, Schatamacchia & Cia. e Amadeu Irmão, os dois primeiros na rua Major Diogo e o último na rua Conselheiro Carrão. Como o *Almanaque Laemmert* de 1931 não distinguiu os casos de *consertos de calçados*, penso que muitos dos endereços arrolados nos segmentos *lojas de calçados* e *fábricas de calçados* também implicassem nesse tipo de serviço.

O segmento de *acessórios* ainda seria representado pelas manufaturas de chapéus, havendo 4 *fabricantes de chapéus para homens* e uma *fabricante de chapéus para senhoras e crianças*, distribuídos pelas ruas Abolição, Conselheiro Ramalho, João Passalacqua, Major Diogo e Santo Antônio. G. Nevola, Raphael L. Bertagni e Romeu Moretti fabricavam chapéus masculinos e sua entrada no bairro era recente. Já Graciana Mariano Mammana, apesar de constar nas páginas do anuário como comerciante de chapéus, desde 1913 operava uma oficina de costura no mesmo endereço na rua Santo Antônio n.106. Com relação a esse caso, a *Série Obras Particulares* contém um requerimento, em nome de Lucio Mammano para a “*substituição de duas portas de ferro na frente do prédio por outras de madeira*”, modificação esta que tinha “*por fim uma sala de costura*”. O endereço fornecido à Diretoria de Obras era o mesmo que constava no anuário¹⁸⁶. Independentemente dos motivos que levaram Graciana a investir em outro segmento do ramo de *vestuário e acessórios*, é possível que ao lado da nova atividade ela tenha mantido sua oficina de costura. Afinal, essa era uma aptidão que sempre poderia render algum trabalho, principalmente em fases mais difíceis.

Quanto a Rodolpho Chiaverini, outro negociante que se mantinha no mesmo local há alguns anos, a *Série Obras Particulares* possui o requerimento referente à “*substituição de plantas para o projeto de construção de uma fábrica de chapéus*” em nome da firma Chiaverini, Magalhães & Cia., no mesmo local indicado no anuário, à rua Conselheiro Ramalho n.229¹⁸⁷. Nesse caso específico, o projeto encaminhado à Diretoria de Obras

¹⁸⁶ *Obras Particulares*, 28/01/1920, AHSP.

¹⁸⁷ *Obras Particulares*, 29/10/1920, AHSP.

chama a atenção pelas dimensões da construção, com faces voltadas para as ruas Fortaleza e Maria José, indicando tratar-se de um empreendimento de grandes proporções¹⁸⁸.

Figura 96 – Localização exata da fábrica de chapéus de Chiaverini, Magalhães & Cia, na rua Conselheiro Ramalho n.º 229, com faces para as ruas Fortaleza e Maria José. Fonte: Planta SARA Brasil, 1930, AHSP.

Os 10 *alfaiates* presentes em 1931 representam uma profissão que viria a se transformar em uma tradição do bairro, como já destacado na análise da “área nobre” do Bexiga. Desses profissionais, apenas dois estavam no bairro há mais tempo – Giacomo Lampoglia, com oficina na rua Manoel Dutra n.º 41, e Paschoal Tastaldi, com oficina na rua Major Diogo n.º 68 –, os demais eram recém chegados. Tastaldi, embora só viesse a figurar no anuário em 1927, já constava da relação de negociantes coletados para o pagamento do Imposto do Comércio e Indústria para 1923, ocasião em que o imposto devido era de cento e dez mil reis¹⁸⁹. Lampoglia, também arrolado no citado imposto, só teria seu nome inscrito no anuário em 1927.

As 34 *barbearias* se mostraram como as maiores responsáveis pelo crescimento do setor de *serviços pessoais*, então com 43 atividades. Dos antigos barbeiros, 5 se mantiveram no mesmo local, enquanto outros 3 haviam mudado de endereço. Assim, a maioria absoluta desses profissionais (26) compunha-se de novos atores. Esse foi um dos setores/segmentos que registrou o maior índice de crescimento (240%) em relação ao período anterior, quando contava com 10 casos. Pensando que se tratava de um serviço básico e de baixo custo e no adensamento populacional ocorrido na última década, esse percentual não é tão surpreendente. Por outro lado, quando se observa a distribuição das barbearias pelas ruas Santo Antônio (com 6 casos); Conselheiro Ramalho, Major Diogo e Manoel Dutra (com 5 casos); Rui Barbosa e Treze de Maio (com 4 casos); Fortaleza (com

¹⁸⁸ Infelizmente, o *Almanaque Laemmert* só confirma a presença da firma até 1931. Por outro lado, não conseguimos localizar outras informações a seu respeito, o que inviabiliza a confirmação se realmente se tratava de uma indústria, no sentido estrito do termo, contrariando as tendências verificadas no bairro. De acordo com Grünspun, “a única indústria que se instalou no Bexiga foi a indústria de calçados de nome Schatamacchia, que chegou a ficar famosa”. Grünspun, 1979, p.84.

¹⁸⁹ Imposto do Comércio e Indústria, Distrito da Bela Vista, 1923. Publicação do *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, em abril de 1923. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>.

2 casos); e Abolição, Conselheiro Carrão e Dr. Luís Barreto (cada uma com um caso), constata-se que o bairro, de grandes dimensões, era todo beneficiado por esse tipo de serviço.

O número de profissionais prestadores de serviços ligados à *construção civil* (*funileiros, bombeiros hidráulicos/encanadores, carpinteiros e marceneiros*) foi significativo ¹⁹⁰. Juntos eles responderam por 23 das 38 atividades registradas no setor. Mais significativa ainda é a constatação que 22 desses profissionais eram novatos no bairro. Dos antigos negociantes, o único a se manter foi Manoel Lopes Ferreira. Manoel anunciou, pela primeira vez, uma *oficina de fundições de ferro e metal*, localizada na rua Major Diogo n.36 (1910); quatorze anos mais tarde, em 1924, sem nenhuma alusão ao antigo negócio, o anuário registrava um negócio de *garrafas* em seu nome, possivelmente um comércio de vasilhames, agora no número 55 da mesma rua. Finalmente, em 1931, Manoel voltou a anunciar o ofício de *funileiro*, acrescido dos serviços de *bombeiro hidráulico e encanador*, porém em outro endereço, à rua Dr. Luís Barreto n.42.

Na área da *saúde*, durante todo o período investigado, verifiquei um número razoável de *farmácias* distribuídas pelo bairro do Bexiga. No loteamento original, elas se destacam particularmente a partir de 1918 (com 6 farmácias), 1922-23 (com 10 farmácias), 1927 (com 8 farmácias) e 1931 (com 9 farmácias). Tendo em vista se tratar de uma região densamente povoada, cuja população em sua maioria pertencia às camadas médias e baixas, é de se supor que esse tenha se constituído como um serviço, se não fundamental, de grande importância para os moradores do bairro. Ainda que houvesse um grande hospital voltado ao atendimento desses segmentos nas proximidades do Bexiga, caso do

¹⁹⁰ De acordo com a definição fornecida pelo “Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem-CONAP”, modernamente, o *funileiro industrial* está entre os profissionais que “*confeccionam, reparam e instalam peças e elementos diversos em chapas de metal como aço, ferro galvanizado, cobre, estanho, latão, alumínio e zinco; fabricam ou reparam caldeiras, tanques, reservatórios e outros recipientes de chapas de aço; recortam, modelam e trabalham barras perfiladas de materiais ferrosos e não ferrosos para fabricar esquadrias, portas, grades, vitrais e peças similares*”. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080814295F16D0142A3A8A4B71184/anexo%20I%20-%20portaria%20723%20atualizado%2028-11.pdf>.

Já segundo o *Dicionário Michaelis*, *funileiro* pode ser: “**1** Fabricante ou vendedor de funis. **2** Aquele que faz ou repara objetos de folha de flandres ou folha de lata, tais como utensílios e vasilhames de cozinha; latoeiro”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=funileiro>.

Embora tenhamos associado os segmentos *fundições* e *funileiros* ao setor *oficinas e/ou manufaturas*, em 1931, os *funileiros* aparecem no *Almanaque Laemmert* inseridos numa única categoria: *funileiros, bombeiros hidráulicos e encanadores*. Na medida em que esses serviços se prestam à manutenção predial, optamos por respeitar a classificação atribuída pelo anuário, incorporando a atividade ao setor da *construção civil*, o que não significa que funileiros não executassem outros serviços que envolvessem o manuseio de metais (folhas de flandres ou lata).

Hospital Humberto I e da *Casa de Saúde Francisco Matarazzo*, anexa ao hospital¹⁹¹ - localizados na Alameda Rio Claro –, as farmácias certamente eram a referência para primeiros socorros.

Contudo, o que chama mais a atenção nesse caso é o fato de esses estabelecimentos terem se mantido por muitos anos, quase sempre em mãos dos mesmos proprietários. Os primeiros registros no anuário que apontam as mais antigas farmácias datam de 1918. Se referem à *Pharmacia Ribeiro*, na rua Santo Antônio n.92, de propriedade de Olivia Godoy – que também era “*auxiliar microbiologista da Inspetoria de Alimentação Pública*”¹⁹², e a *Pharmácia Oswaldo Cruz*, no n.113 da mesma rua, de propriedade de Alzira Rocha. Em 1921, a *Pharmacia Aurea*, na rua Conselheiro Ramalho n.122, tinha seu primeiro registro no anuário. Já em 1924, localizei mais dois casos, a *Pharmacia Ítalo-Americana* e a *Pharmacia Ruoppoli*. A primeira, de propriedade de Octaviano Homem de Mello, localizava-se na rua Conselheiro Ramalho n.165, e a segunda de propriedade de Adolpho Ruspoli, na rua Major Diogo n.41. Por fim, o estabelecimento de Paulo Pucca & Filho, também localizada na rua Conselheiro Ramalho n.194.

Para o ano de 1931, identifiquei dois casos de abertura comprovadamente recente, um na rua Manoel Dutra n.95, de José Victor Lauro e a farmácia *Preferida*, na rua Santo Antônio n. 278 A, de Oliveira & Coffone. Além desses estabelecimentos, há um terceiro, no número 142 da rua Santo Antônio, onde constam como proprietários José de Souza Camargo e Moacyr Alves da Costa. Ocorre que a farmácia, naquela localização, existia pelo menos desde 1913. Tratava-se de estabelecimento de propriedade de Luiz Thiers da Fonseca Vaz, que de acordo com o *Almanaque Laemmert*, teria permanecido no local até o biênio 1922-23. Entretanto, no lançamento do *Imposto de Comércio e Indústria* para o ano de 1923, a farmácia encontrava-se em nome de Antônio Paulino Silveira¹⁹³. Tudo leva a crer que desde o início de suas atividades, até o último levantamento realizado, em 1931, a farmácia tenha passado pelas mãos de três proprietários diferentes, sendo os últimos proprietários os já citados José de Souza Camargo e Moacyr Alves da Costa.

¹⁹¹ De acordo com SALLES & SANTOS, por iniciativa de grupos de imigrantes bem sucedidos e de alguns médicos italianos, foram organizadas na cidade de São Paulo, sociedades italianas de socorro mútuo, caso da Sociedade Italiana de Beneficência (1878), assim como foi criado o Hospital Umberto I (1904) e a Casa de Saúde Francisco Matarazzo (1915), anexa àquele hospital. In SALLES, Maria do Rosário R. e SANTOS, Luís A. de Castro. *Imigração e médicos italianos em São Paulo na Primeira República*. In *Estudos de Sociologia*, v.6, n.10, PPG em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP, 2001, p.83 a 85.

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/181/178>.

¹⁹² *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 04/02/1926.

Disponível em: Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>.

¹⁹³ Imposto do Comércio e Indústria, Distrito da Bela Vista, 1923. Publicação do *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, em abril de 1923. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>.

Esse não foi o único caso de mudança de proprietários. A *Pharmacia Italo-Americana*, antes de pertencer a Octaviano Homem de Mello, pertencera a Raphael Bertoletti, pelo menos entre 1916 e 1923¹⁹⁴.

LOGRADOURO	N.	ESTABELECIMENTO	PROPRIETÁRIO	SUPOSTO INÍCIO DE ATIVIDADE
CONSELHEIRO RAMALHO	122 A	PHARMACIA AUREA	SETTIMIO LANZELLOTTI	1921
CONSELHEIRO RAMALHO	165	PHARMACIA ITALO-AMERICANA	OCTAVIANO HOMEM DE MELLO	1924
CONSELHEIRO RAMALHO	194	-	PAULO PUCCA & FILHO	1927
MAJOR DIOGO	41	PHARMACIA RUOPPOLI	ADOLPHO RUSPOLLI	1924
MANOEL DUTRA	95	-	JOSÉ VÍCTOR LAURO	1931
SANTO ANTÔNIO	98 (ANTIGO 92)	PHARMÁCIA RIBEIRO	IRMA GODOI/OLÍVIA DE GODOY (?)	1918
SANTO ANTÔNIO	113	PHARMÁCIA OSWALDO CRUZ	ALZIRA ROCHA	1918
SANTO ANTÔNIO	142	-	JOSÉ DE SOUZA CAMARGO/MOACYR ALVES COSTA	1931
SANTO ANTÔNIO	278 A	PREFERIDA	OLIVEIRA & COFFONE	1931

Tabela 53 – Farmácias localizadas no loteamento original do Bexiga, em 1931, e os supostos anos de início de atividades. Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Em 1931, o número de *médicos* com residência e/ou consultório no loteamento original do Bexiga decaiu dos 8 casos registrados em 1927 para apenas 4 casos e, desses, somente José Guglielmo estava no bairro há mais tempo. Em 1926 e 1927, o endereço fornecido pelo médico era à rua Jaceguai n.57, enquanto que em 1931 havia se mudado para a rua Major Diogo n.12 A. Já as *parteiras* mantiveram-se constantes no bairro, registrando-se naquele ano 6 casos; dessas, Amália da Rocha Monteiro era a mais antiga, morando na rua Conselheiro Carrão n.95C desde 1927.

O *comércio varejista*, embora nesse ano estivesse à frente do setor da *saúde*, não sofreu alterações significativas em relação ao período de 1927, tendo as casas de *armazinhos, fazendas e modas* e aquelas de *ferragens e quinquilharias* sempre à frente, respectivamente com 12 e 5 estabelecimentos. Dentro desse setor, vale destacar um segmento que, ainda que de dimensões reduzidas, diz muito sobre a realidade do bairro (e mesmo de parte da cidade) no início dos anos 1930. Trata-se do comércio de *lenha e carvão vegetal*, com 8 casos inscritos no anuário de 1931.

Quando analisei a “área nobre” já me reporteí a essa questão. Mas, em se tratando do loteamento original, que envolveu um espaço muito mais amplo do que aquele, concentrando uma maior quantidade de moradores com considerável diversidade social, vale a pena voltar o olhar para esse cenário particular. As transformações vivenciadas no espaço urbano da capital paulista desde as últimas décadas do século anterior tiveram sua equivalência nos espaços destinados à habitação, onde os usos e funções domésticos

¹⁹⁴ De acordo com o lançamento do Imposto de Comércio, referente a 1916, naquele ano o valor a ser pago pelo proprietário da farmácia, um certo A. Bertoletti, seria de oitenta e oito mil réis. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 17/02/1916, p.614. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>.

modificaram-se de maneira a adequar-se às exigências de um novo tempo. As novas moradias construídas a partir dos anos 1880 deveriam obedecer aos preceitos higienistas impostos pelas posturas e códigos sanitários promulgados pelo poder público, de maneira a atender as necessidades de saneamento e modernização da cidade em contínua expansão. Nesse sentido é que o espaço doméstico se modificou, com a (pelo menos pretensa) especialização dos cômodos e respectivos usos. Ali, a cozinha passou a desempenhar uma função notadamente diferenciada – lugar de preparação de alimentos, onde a (re)organização dos equipamentos a serem utilizados e a introdução de práticas higiênicas se mostravam como o procedimento correto de controle de quaisquer desvios às normas (morais e sanitárias) estabelecidas. De acordo com Luís Máximo da Silva, foi nesse cenário privado que “*as empresas de energia procuraram desenvolver o consumo doméstico de gás e eletricidade e introduzir, sobretudo, o fogão a gás, procurando substituir seu principal concorrente, o fogão a lenha (e também a carvão)*” (2007, p.198).

Em minhas investigações sobre a formação do bairro do Bexiga (2010), os levantamentos dos projetos arquitetônicos para construção de casas de uso residencial ou misto, entre 1906 e 1914 demonstraram que 54,14% do universo pesquisado relacionava-se a moradias que possuíam entre 3 e 4 cômodos¹⁹⁵, certamente destinadas à locação para as camadas mais pobres da população do bairro. A questão é que dificilmente esses usuários teriam condições de instalar em suas cozinhas os modernos equipamentos (e respectivos serviços) oferecidos pelas empresas fornecedoras de gás. Na melhor das hipóteses, adotariam os fogões de ferro, com certeza abastecidos com o *carvão vegetal* comercializado nos pequenos negócios locais, ou pelos ambulantes que percorriam as ruas do bairro. Possivelmente, as casas com 6 ou mais cômodos e, talvez, algumas daquelas

¹⁹⁵ O universo então analisado envolveu a construção de 615 unidades residenciais, onde as informações disponíveis foram distribuídas segundo a *tipologia* adotada, o *número de cômodos* e os usos propostos. Ali constatamos que as 188 casas que possuíam *até 3 cômodos*, assim como aquelas 145 casas com *4 cômodos*, eram bem simples, satisfazendo as necessidades básicas de seus moradores. As primeiras continham geralmente, sala (que à noite podia se transformar em dormitório), quarto (dormitório) e cozinha; as de *4 cômodos*, dois quartos (ou dormitórios), sala e cozinha, ou ainda duas salas, um quarto e cozinha; ambas com a latrina localizada fora da edificação. As 121 casas com *5 cômodos* estavam a meio caminho, apresentando tendência a uma maior especialização e uma eventual “sofisticação”. No geral, apresentavam duas salas (a sala de visitas e a sala de jantar ou varanda), dois quartos (ou dormitórios) e cozinha. Ocasionalmente, possuíam espaços mais valorizados socialmente, como o vestíbulo, o gabinete ou a sala de banho. Esta última só aparece com o avançar dos anos, já que até 1906 os serviços de água e esgoto ainda não estavam disponíveis para todo o bairro. As edificações com *6 cômodos* (69 unidades) ou *mais de 6 cômodos* (92 unidades) pertenciam a moradores de um extrato social superior. As primeiras podiam apresentar – além dos usuais (dois) quartos (ou dormitórios), duas salas e cozinha –, despensas, vestíbulos, gabinetes, salas de banho, quartos para criada ou mesmo três quartos. As casas com *mais de 6 cômodos*, de uma maneira geral, contavam com duas salas, três quartos (ou dormitórios), quarto para criada, quarto para engomar, despensa, gabinete, etc. Não raramente, também podiam apresentar, além da sala de banho e/ou banheiro, uma latrina externa à edificação. Schneck, 2010, p.215-216.

com 5 cômodos, dispusessem de equipamentos mais elaborados, mas esse certamente não era o caso da maioria. Cumpre esclarecer ainda que, de acordo com Grünspun, “*no Bexiga havia gás de rua com relógio e tudo, mas somente era ligado na casa da frente ou no primeiro quarto quando tinha fogão junto. Não havia extensões dos canos, portanto, para as cozinhas do fundo se usava carvão*” (1979, p.86, grifo nosso). Por outro lado, os dois comércios de *lenha*, nas ruas Maria José e São Domingos, indicam a permanência dos antigos fogões de alvenaria em 1931. Decididamente, o Bexiga era um bairro portador de diversidades e contrastes!

Um setor a merecer destaque é aquele relacionado ao *transporte*. Enquanto um *ferrador* e uma *oficina de conserto de carroças* são os únicos negócios a denunciar a (teimosa) permanência de meios de transporte condenados a desaparecer, a introdução de 1 *comércio de automóveis*, de 3 *oficinas mecânicas* e 4 *garagens* é bastante significativa da alteração de hábitos urbanos que se instaurava na cidade. Esse foi o caso da *Auto Abestos S.A, loja de automóveis* localizada à rua Dr. Ricardo Baptista n. 8; das *garagens Esperia*, na rua Conselheiro Carrão n.29, *Florita* e *Santo Antonio*, na rua Manoel Dutra, respectivamente nos números 25 e 42 A e *Major Diogo*, na rua do mesmo nome, n.59; e das 3 *oficinas mecânicas* (uma na rua Dr. Luís Barreto n. 32, de propriedade de José de Camargo Prado, outra na rua Major Diogo n.47, de propriedade de Raphael Visconti e uma última na rua Rui Barbosa n. 134, de propriedade de Santo Cosenza).

Haim Grünspun faz referência a esse tipo de atividade no bairro, nos anos 1930:

(...) *o Bexiga tinha uma porção de oficinas. Oficinas de conserto de automóvel na rua São Domingos e na rua Major Diogo, bem perto da Brigadeiro Luiz Antonio, onde o movimento de automóveis era maior.*

(...) *A oficina resolvia a partida, a parte elétrica, a parte mecânica, a funilaria, o estofamento, a pintura, os vidros e tudo de novidade que as fábricas americanas começavam a inventar a cada ano que passava.* (1979, p.87-88).

Ao mesmo tempo, o autor fornece indicações de uma certa capacidade de adaptabilidade por parte dos profissionais atuantes no setor – homens nascidos, talvez no final do século anterior, frente à necessidade de se adequar a uma realidade e a regras que ainda não estavam profundamente estabelecidas:

Oficina mecânica não vendia nada usado para o ferro velho – todas as peças e tranqueiras que ficavam amontoadas no fundo, um dia acabavam servindo para se dar um jeitinho num carro encrencado. As peças improvisadas e o arranjo entre peças diferentes era comum e funcionavam tão bem que mereceriam patente se as fábricas lá nos EUA soubessem.

Naquela época nenhum dos mecânicos do Bexiga conhecia qualquer coisa sobre patentes registradas. (Grünspun, 1979, p.88).

O setor de *artes e ofícios* perdeu algumas atividades em relação aos períodos imediatamente anteriores (1922-23 e 1927), notadamente aquelas vinculadas a atividades artísticas, caso dos *maestros e professores de música*. Por outro lado, o setor recebeu 2 novos profissionais (*escultura e estatuária*). Embora numericamente insignificante, dentro do setor de *artes e ofícios* há um segmento digno de registro, relacionado ao *comércio de instrumentos musicais*, de propriedade dos *Irmãos Vitale*, localizado na rua Conselheiro Ramalho n.199. Trata-se da tradicional loja, existente ainda nos dias atuais¹⁹⁶. Curiosamente, o endereço identificado no anuário de 1931 coincide com aquele fornecido por um certo sapateiro, Nicola Vitale, no biênio 1922-23. Não há dúvidas quanto a se tratar de pessoa da mesma família, possivelmente o pai dos irmãos Vitale. Esse parece ser um caso exemplar dos caminhos percorridos por imigrantes italianos na sua inserção no país. Num terreno meramente especulativo, suponho que Nicola tenha escolhido o bairro do Bexiga para viver talvez por se tratar de um espaço que lhe possibilitasse adquirir um terreno (ou mesmo uma casa) a preços razoáveis, onde através do ofício de sapateiro poderia criar seus cinco filhos. É o que parece ter ocorrido, pois em 1910 ele já estava instalado com a família e uma *loja de calçados* no n.173 da rua Conselheiro Ramalho, entre as ruas Conselheiro Carrão e Fortaleza¹⁹⁷. De 1910 a 1923, Nicola Vitale alternou os anúncios de seu negócio, qualificando-o ora como *sapataria*, ora como *casa de calçados*, ora como *sapateiro*, o que indica que uma atividade não excluía necessariamente a outra – o fato é que o anuário de 1922-23 foi o último a registrar seus serviços. Em 1931, o negócio liderado pelos Irmãos Vitale – que incluía, além do comércio de instrumentos musicais, a edição de obras musicais – já estava estabelecido na rua Conselheiro Ramalho n.199 (que conforme o *Índice de Emplacamentos*, correspondia ao antigo n.173). Nicola Vitale conseguiu à custa de seu trabalho, talvez menos prestigiado socialmente, criar seus filhos e legar-lhes um patrimônio, base para que esses iniciassem seu próprio negócio e daí alcançassem voos mais ousados¹⁹⁸.

¹⁹⁶ De acordo com o *site* da *Editora Irmãos Vitale*, a loja foi inaugurada em 1923 pelos irmãos Emílio, Vicente, Affonso, José e João Vitale. Disponível em: <http://www.vitale.com.br/institucional/editora.asp>.

¹⁹⁷ *Almanaque Laemmert*, 1910; de acordo com o emplacamento realizado em 1912, a numeração do imóvel foi alterada, do número 173, para o número 199. *Índice de Emplacamentos*, AHSP; a propriedade do imóvel em nome de Nicolau Vitale é confirmada pelo Imposto Predial para 1915 e 1916, quando o valor a pagar foi de 78540 mil réis. Publicações do *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, em 21, 22 e 24/11/1914.

Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>

¹⁹⁸ Atualmente, além de uma loja na rua França Pinto (Vila Mariana), a editora possui loja no Rio de Janeiro, à rua Visconde de Pirajá n.82, bairro de Ipanema, sob a razão social *Irmãos Vitale S.A. Indústria e Comércio*.

De uma maneira geral, esses foram os setores e respectivos segmentos produtivos que sobressaíram na área do loteamento original do Bexiga. Se pensarmos nas atividades produtivas identificadas nesta área veremos que seu caráter pouco difere em relação àquelas identificadas na área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio. Ao término do último período analisado, quando os negócios estabelecidos pelos primeiros empreendedores já se mostravam amadurecidos, aqui, como ali, as tendências eram dadas basicamente pelos mesmos setores produtivos, basicamente: *alimentação, vestuário e acessórios, serviços pessoais, o pequeno comércio de varejo, os serviços de saúde e os serviços relacionados à construção civil.*

A grande diferença da área do loteamento original em relação à “área nobre” residiu no maior número de atividades de cada um desses setores. É o que verificamos ao comparar os números apresentados na Tabela 54.

Entre os casos mais significativos, chamam a atenção os números apresentados pela *alimentação*. Enquanto a “área nobre” concentrava 9 *açougues*, 16 *armazéns de secos e molhados*, 7 *comércios de frutas*, 3 *leiterias* e 1 *padaria*, o loteamento original concentrou 23 *açougues*, 70 *armazéns de secos e molhados*, 30 *comércios de frutas*, 22 *leiterias* e 9 *padarias*. O mesmo ocorreu com o setor de *vestuário e acessórios*, no qual dos 5 casos de *fábricas e casas de calçados* localizados na “área nobre”, passamos a 28 casos no loteamento original; e com os *serviços pessoais*, no qual das 10 *barbearias* presentes na “área nobre” passamos a 34 no loteamento original. A única situação em que a área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio superou o loteamento original ficou por conta dos 10 profissionais do segmento *modistas, modas, confecções e oficinas de costuras em geral*, contra 1 único profissional no loteamento original.

SETORES PRODUTIVOS	ATIVIDADES PRODUTIVAS / SEGMENTOS	ÁREA NOBRE	LOTEAMENTO ORIGINAL
ALIMENTAÇÃO	AÇOUGUES	9	23
	COMÉRCIO DE SECOS E MOLHADOS/PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	16	70
	FRUTAS	7	30
	LEITERIAS	3	22
	PADARIAS	1	9
SAÚDE	FARMÁCIAS, COMÉRCIO DE DROGAS E HERVANÁRIOS	4	9
	PARTEIRAS	3	6
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	ALFAIATES	8	10
	CASAS DE CALÇADOS/SAPATEIROS /FÁBRICA DE CALÇADOS	5	28
	FERRAGENS E QUINQUILHARIAS (FERRAGENS, LOUÇAS, TINTAS, ETC.)	3	5
	LOTÉRIAS	1	5
	MODISTAS, MODAS, CONFECÇÕES E OFICINAS DE COSTURAS EM GERAL	10	1
CONSTRUÇÃO CIVIL	CARPINTARIAS	-	5
	FUNILEIROS, BOMBEIROS HIDRÁULICOS E ENCANADORES	5	11
	MARCENARIAS	1	8
SERVIÇOS PESSOAIS	BARBEARIAS/SALÕES DE BARBEIROS E CABELEIREIROS	10	34
	TINTURARIAS E LAVANDERIAS	2	6
COMÉRCIO EM GERAL	ARMARINHOS (FAZENDAS E MODAS)	6	12
	LENHA	1	8

Tabela 54 – Área nobre X Loteamento original – setores produtivos que se destacaram ao final da investigação (1931).
Fonte: *Almanaque Laemmert*. Acervo Digital FBN.

Assim, a análise das atividades produtivas desenvolvidas nas ruas do loteamento original só vem confirmar a tendência/vocação do bairro do Bexiga – suprir necessidades básicas da população, talvez menos importantes do ponto de vista de circulação monetária, mas essenciais para o dia a dia.

2.5.3 O vale da Saracura

Como era de se esperar, entre 1906 e 1908, o anuário não registrou a presença de um profissional sequer para a área do vale da Saracura, o que aconteceu somente em 1909. Observa-se novo hiato entre 1909 e o biênio 1922-23, quando os anúncios no *Almanaque Laemmert* para o Saracura se tornam-se mais regulares.

ATIVIDADES	1909	1922-23	1927	1931
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	2	5	7	9
AGENTES COMERCIAIS	-	-	-	-
ARTES E OFÍCIOS	-	-	-	-
COM. APAR. ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIP. DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	-	-	-	-
COMÉRCIO EM GERAL	-	-	-	1
CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-	1	-
EDUCAÇÃO	-	-	-	-
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-	-	-	-
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-
OFICINAS E/OU MANUFATURAS	-	-	-	-
SAÚDE	-	-	-	-
SERVIÇOS PESSOAIS	-	-	1	1
TRANSPORTE	-	-	-	-
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	-	-	-	-
TOTAL	2	5	9	11

Tabela 55 – Segmentos identificados no *Almanaque Laemmert* nos anos 1909, 1922-23, 1927 e 1931. Acervo Digital FBN.

Adiante, abordarei os casos elencados no anuário. Antes disso, como se trata de uma região de limites imprecisos e sobre a qual há poucas informações concretas que remetam àquele momento, julgo que o reconhecimento daquele espaço, tal como registrado pela cartografia elaborada entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX, seja um instrumento útil para a compreensão da evolução da área. Para tanto, utilizei a *Planta da Cidade de São Paulo*, editada por Hugo Bonvicini (1895), e da *Planta da Cidade de São Paulo*, organizada por Alexandre Mariano Cococi e Luiz Fructuoso F. Costa (1913).

Figura 97 – Planta da Cidade de São Paulo, Editor Hugo Bonvicini, 1895. Fonte: *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out.2008<<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Consulta em 22/05/2009.

A planta de Bonvicini é a primeira a demonstrar mais detalhadamente os aspectos geográficos que determinaram a ocupação tardia e os caminhos que originaram parte das vias da região. Ali, se destaca o Ribeirão Anhangabaú, entre a rua Dr. Falcão e a rua Dr. Martinho Prado (apenas tracejada), onde ainda é possível ver o Tanque Reúno; e daí, até a rua Paim, a partir de onde se divide em pequenos córregos sem qualquer nomeação. Em todo o percurso seguido pelo rio, à direita e à esquerda, o desenhista simulou a vegetação de modo a demonstrar que se tratava de espaços vazios e de várzea. Também indicou a presença de logradouros, provavelmente, ainda não oficializados pela municipalidade, mas certamente familiares à população: os caminhos da Fonte, Monte Alegre e da Saracura, todos eles localizados abaixo da rua Paim. Não consegui identificar exatamente que ruas se

originaram dos dois primeiros caminhos, mas o caminho do Saracura seguramente corresponde à atual rua Almirante Marques Leão.

Figura 98 – *Planta da Cidade de São Paulo*. Levantada e organizada pelo Eng. Civil Alexandre M. Cococi e L. Frutuoso F. Costa, 1913. Fonte: *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out.2008 <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Consulta em 22/05/2009.

A *Planta da Cidade de São Paulo*, elaborada dezoito anos depois, fornece informações mais detalhadas acerca da área estudada, contendo a referência explícita ao Saracura. Algumas vias estão bem definidas, caso da rua Rocha e do caminho da Saracura Grande. A rua Manoel Dutra, em sua extensão, recebe o nome de Barata Ribeiro, a qual, quase no encontro com a rua Peixoto Gomide, daria origem ao outro caminho da Saracura, certamente a futura rua da Saracura Pequena (atual Dr. Plínio Barreto). De outro lado, o trecho do córrego entre a rua Martinho Prado e a rua Paim não apresenta um caminho equivalente. Isso só viria a ocorrer na Planta SARA Brasil (1930), onde aquele curso

d'água foi envolvido no projeto de uma futura Avenida Anhangabaú¹⁹⁹. Como é possível observar nessa planta, embora nas primeiras décadas do século XX o distrito da Bela Vista, assim como os bairros da Bela Cintra e Bexiga, já estivessem configurados, em todo o percurso do córrego da Saracura praticamente inexistiam vias regulares, o que de certa forma justifica a ausência de atividades produtivas. Entretanto, a investigação da série documental *Obras Particulares* demonstrou que desde o último ano do século XIX já era possível encontrar indícios de alguma atividade produtiva na área formada basicamente pelas ruas Saracura Grande, Saracura Pequena e Rocha.

RUA	N.	PROPRIETÁRIO/REQUENTE	HISTÓRICO	ANO
ROCHA	1 T	JOÃO BICIARE	PROJETO DE CASA COM ARMAZÉM.	1913
	81	PASCHOAL APELLI	PROJETO DE FORNO E LABORATÓRIO.	1915
	-	FRANCISCO RODRIGUES SECKLER	PROJETO DE COCHEIRA PARA UM ANIMAL.	1916
	36	FRANCISCO RODRIGUES SECKLER	PROJETO DE CASA COM LOJA E ARMAZÉM.	1919
	31	GRIMALDO DE ALMEIDA	PROJETO DE BARRACÃO PARA “DEPÓSITO DE MATERIAIS”.	1922
	47	SALVADOR MILANESE	PROJETO DE BARRACÃO PARA “DEPÓSITO DE MATERIAIS”.	1922
SARACURA GRANDE (ATUAL ALMIRANTE MARQUES LEÃO)	8 D	BRAZ JORNO (*)	PROJETO DE COCHEIRA.	1900
	-	JOSÉ SIMONE	MULTA POR NÃO DEMOLIÇÃO DE COCHEIRA.	1901
	32	JOSÉ DE SOUZA OLIVEIRA (*)	PROJETO DE QUARTO PARA DEPÓSITO DE MADEIRA.	1905
	8 T	CLAUDINO PONTES	PROJETO DE OFICINA DE MARCENARIA E DEPÓSITO DE MÓVEIS.	1910
	16	DOMINGOS ANTÔNIO MARTINS	ACRÉSCIMO EM OFICINA DE ESCULTURA E DEPÓSITO DE “TRABALHOS”.	1910
	-	DOMINGOS ANTÔNIO NASCIMENTO	PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE SALA DE NEGÓCIO.	1913
	-	MATEO MAGNO	PROJETO DE ACRÉSCIMO DE ARMAZÉM.	1913
	16	FELIPPE LOLEGIO	PROJETO DE REFORMA EM SOBRADO COM ARMAZÉM NO TÉRREO.	1913
	-	ANNIBAL DOS REIS	PROJETO DE CASA COM ARMAZÉM.	1913
	10	(CRISTORO) DE BENEDETTO	PROJETO DE CASA E COCHEIRA (2 BAIAS).	1913
	23 T	VICENTE FERRARA E VICENTE GENTIL	PROJETO DE DUAS CASAS COM ARMAZÉNS.	1913
	89	JOSÉ CAVALIERE	REFORMA DE PRÉDIO COM ARMAZÉM (ESQUINA COM EUGENIO DE LIMA).	1916
	52	VICENTE FERRARI	CONSTRUÇÃO DE CÔMODOS PARA FORNO, LABORATÓRIO E ROUPARIA, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1917
	98-100-102	PAULO RODRIGUES	ACRÉSCIMO DE COZINHAS E WCs EM TRÊS CASAS EXISTENTES, UMA COM ARMAZÉM.	1917
	32	CARMELO PANZICA	PROJETO DE BARRACÃO PARA GUARDAR MATERIAIS, JÁ CONSTRUÍDO.	1917
	20	ANDRÉA SIMONE	PROJETO DE FORNO PARA “FABRICAÇÃO DE OBJETOS DE BARRO”.	1917
	50-50A	VICENTE FERRARI	PROJETO PARA FINALIZAÇÃO DE DUAS CASAS COM ARMAZÉM.	1917
	160	MANOEL ÁLVARO MARTINS	PROJETO DE UMA CASA COM ARMAZÉM.	1918
ALMIRANTE MARQUES LEÃO (ANTIGA SARACURA GRANDE)	14	ACCACIO RODRIGUES	REFORMA DE COCHEIRA COM 5 BAIAS.	1921
	130	FELIPPE DEL NERO	PROJETO DE “BARRACÃO PARA GUARDAR FERRAMENTAS AGRÍCOLAS”.	1922
SARACURA PEQUENA	64	CARMELO NATULLA (*)	PROJETO DE COCHEIRA COM 3 BAIAS, DEPÓSITO DE	1900

¹⁹⁹ Nos referimos ao “Plano de Avenidas” elaborado pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, em seu *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo* (1930), como forma de adaptar o sistema viário da capital paulista ao crescimento urbano acelerado. De acordo com Flávio Eduardo di Monaco, “o sistema viário proposto (pelo engenheiro) é composto basicamente por dois sistemas: o perimetral e o radial. (...) A partir do ‘perímetro de irradiação’ em torno do centro, Prestes Maia projetou uma série de avenidas radiais, em todas as direções da cidade”. A abertura da Av. Anhangabaú (posterior Av. 9 de Julho) correspondia exatamente às intenções de conexão do centro com a região Sul da cidade. In MONACO, Flávio Eduardo de – *O Banquete do Leviatã: direito urbanístico e transformações da zona central de São Paulo (1886-1945)*. Tese de doutorado apresentada à FAU/USP, 2007. p.295-296.

(ATUAL DR. PLÍNIO BARRETO)			ALFAFA E MILHO E TANQUE.	
	72	ANTÔNIO ESPÓSITO (*)	PROJETO DE COCHEIRA COM 5 BAIAS E TANQUE.	1900
	48	FRANCISCO DE MEDEIROS (*)	PROJETO DE COCHEIRA COM 4 BAIAS.	1900
	60 (**)	PASQUAL CASTELLO	PROJETO DE ACRÉSCIMO DE SALA DE NEGÓCIOS EM CASA EXISTENTE (JUNTO AO N.60)	1907
	-	JULIO PEREIRA DOS SANTOS	PROJETO DE CASA E COCHEIRA (8 BAIAS).	1913
	45	CARLOS NATRIELLI	PROJETO DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS (CONFINA COM NESTOR & CIA. MEIRELLES E COM SERAFIM FERNANDES.	1916

Tabela 56 – Solicitações de licença para construção e/ou reforma de prédios localizados na área da Saracura, entre 1900 e 1922. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

(*) Na ausência do nome dos proprietários, mantivemos o nome dos requerentes. (**) Nesse caso, o proprietário utilizou como referência a numeração do imóvel contíguo.

Entre os 32 casos listados na tabela acima, há algumas situações em que não há como se ter certeza do destino dado à edificação em face ao projeto proposto, mas as indicações dos desenhos encaminhados à *Diretoria de Obras* apontam para um provável uso comercial do imóvel, razão pela qual optei pela sua inclusão. Se relacionarmos a totalidade desses casos ao tempo envolvido pelo levantamento (vinte e dois anos), parece claro que eles não representam o conjunto de atividades desenvolvidas na área do vale da Saracura. De todo modo, são importantes na medida em que sinalizam para a presença efetiva de negócios na área antes dos primeiros registros no *Almanaque Laemmert*, em 1909.

Datam do período compreendido entre 1900 e 1907, os casos a seguir relacionados. Em 1900, localizei solicitações de licença para a construção de uma cocheira no n.8D da rua da Saracura Grande, cujo suposto proprietário seria Brás Jorno (ou Giorno). No mesmo ano, três proprietários da rua da Saracura Pequena encaminharam pedidos à *Diretoria de Obras* com o mesmo objetivo, a construção de cocheiras: uma com 4 baias, no n.48; uma, com 3 baias, no n.64; e outra com 5 baias, no n.72²⁰⁰. Em outubro de 1905, José de Souza Oliveira solicitou licença para a “*construção de quarto para depósito de madeira nos fundos do quintal*”, localizado à rua da Saracura Grande n.32. E em 1907, localizei um “*projeto de acréscimo de sala de negócios à uma casa existente*”, de propriedade de Pasqual Castello, também na rua da Saracura Pequena, “junto ao n.60”.

²⁰⁰ *Obras Particulares*, 15/05/1900, v.284, p.28; 15/01/1900, v.284, p.34; 30/01/1900, v.284, p.31; e 06/08/1900, v.284, p.42, AHSP.

Figura 99 – Projeto de reforma para acréscimo de uma sala de negócios na frente da casa existente, para Pasqual Castello, à rua da Saracura Pequena, “junto ao n.60”. Fonte: *Obras Particulares*, 10/01/1907, OP1907/001.493, AHSP.

Já no *Almanaque Laemmert*, os primeiros anúncios de algum tipo de negócio menos grosseiro no Saracura datam de 1908 e 1909: a *fábrica de massas alimentícias* de Manuel Richner e David Muzel, na rua da Saracura Pequena n.32; e o *botequim e bilhar* de Genearo Pambello, na mesma rua, n.36. Nos dois casos, as atividades foram anunciadas nos dois anos e em 1910 já não constam mais do anuário. Os próximos anunciantes só voltariam a publicar seus negócios, timidamente, em 1921 e no biênio 1922-23; e mais frequentemente após 1924.

Porém, antes que isso ocorresse, a documentação da Série *Obras Particulares* fornece evidências da presença de atividades produtivas na área. Em 1910, dois projetos mais específicos indicam claramente a intenção de instalação de um negócio: o primeiro, encaminhado por Claudino Pontes, solicita licença para a construção de uma “officina de marcenaria e depósito de móveis, nos fundos do terreno”, na rua da Saracura Grande n.8T; e o segundo, encaminhado por Domingos Antônio Martins, solicita licença para “acrécimo de oficina para escultura e depósito de ‘trabalhos’”, no número 16 da mesma rua.

Figura 100 – Projeto para construção de oficina de marcenaria e de cômodo para depósito de móveis, certamente uma pequena manufatura de móveis, para Claudino Pontes, na rua da Saracura Grande n.8 tinta. Observe-se a presença de uma casa na frente do terreno de grandes dimensões. Fonte: *Obras Particulares*, 10/01/1910, OP1910/002.440, AHSP.

Figura 101 – Projeto para acréscimo de oficina para escultura e depósito de “trabalhos”, na sequência da casa existente, para Domingos Antônio Martins, na rua da Saracura Grande n.16. Fonte: *Obras Particulares*, 10/01/1910, OP1910/002.442, AHSP.

A partir de 1913, as solicitações de licença que envolviam o exercício de algum tipo de negócio se tornam mais constantes. Ainda nesse ano, duas cocheiras, uma com 2 baias, na rua da Saracura Grande n.10; e outra, com 8 baias, na Saracura Pequena, sem número²⁰¹. A construção de uma “sala de negócios” para Domingos Antônio Nascimento, na rua da Saracura Grande, sem número; o acréscimo de um cômodo para *armazém* em casa existente, para Mateo Magno, na mesma rua, sem número; a reforma de um sobrado, para “instalação de um armazém” na sala do pavimento térreo, para Felipe Lolegio,

²⁰¹ *Obras Particulares*, 09/12/1913, OP1913/004.696; e 17/07/1913, OP1913/004.715, AHSP.

também na rua da Saracura Grande n.16 ²⁰²; a construção de 4 casas, cujos projetos previam o uso misto (casa com armazém: a primeira, na rua da Saracura Grande sem número, para Annibal dos Reis; duas casas para Vicente Ferrara e Vicente Gentil, na mesma rua, n.23T; e por fim, outra casa com armazém para João Biciare, na rua Rocha n.1T ²⁰³).

Figura 102 – Projeto para reforma de sobrado, com transformação da sala instalada no térreo em um armazém, de propriedade de Felipe Lollegio, à rua da Saracura Grande n.16 Tinta. Fonte: Obras Particulares, 25/07/1913/ OP1913/004.700, AHSP.

Localizei, entre 1915 e 1916, um “projeto para a construção de forno e laboratório”, na rua Rocha n.81, para Paschoal Apelli ²⁰⁴; e um projeto para “reforma de prédio com armazém no alinhamento”, na rua da Saracura Grande n.89, para José Cavalieri ²⁰⁵. Além desses dois casos em que os usos estavam implícitos, há dois projetos para a construção de coqueiras: o primeiro, para a construção de uma coqueira, com uma baia, na rua Rocha, sem número, para Francisco Rodrigues Seckler; e o segundo, para a construção de coqueira com 3 baias, para Carlos Natrielli, à rua da Saracura Pequena n.45 ²⁰⁶. No ano seguinte, 1917, se destacaram quatro casos, todos na rua da Saracura Grande: um projeto em nome de Vicente Ferrari, para “construção de cômodos para forno, laboratório e rouparia, nos fundos do terreno”, no número 52; um projeto para

²⁰² Obras Particulares, 14/04/1913; e OP1913/004.402, AHSP.

²⁰³ Obras Particulares, 23/08/1913, OP1913/004.699; 30/12/1913, OP/1913/004.703; e 17/04/1913, OP1913/004.360, AHSP.

²⁰⁴ Naquele momento, a existência de um ‘forno’ em uma edificação não indicava necessariamente a presença de uma padaria, o que não ocorria com os ‘laboratórios’. Estes, designavam uma espécie de ‘cozinha’ destinada ao preparo do pão para venda ao consumidor.

²⁰⁵ Obras Particulares, 24/04/1915, OP1915/003.269, Cx.411; e 21/12/1916, Doc.46-Cx.S5, AHSP.

²⁰⁶ Obras Particulares, 29/04/1916, Doc.2-CxR3; e 23/03/1916, Doc.51-Cx.5, AHSP.

“*acréscimo de cozinhas e WC em três casas existentes, uma delas com armazém na frente*”, para Paulo Rodrigues, nos números 98, 100 e 102; o projeto de construção de um “*forno para fabricação de objetos de barro*”, em nome de Andrea Simone, no número 10; e outro projeto que previa a retomada da construção de *duas casas com armazém*, cuja licença original datava de 20/08/1914²⁰⁷. Em 1918, apenas uma solicitação de licença para construção foi encaminhada à Diretoria de Obras. Tratava-se de projeto que previa a construção de uma *casa com armazém*, na rua da Saracura Grande n.160, para Manoel Álvaro Martins. No ano seguinte (1919), um pedido no mesmo sentido foi feito por Francisco Rodrigues Seckler, para o número 36 da rua Rocha, possivelmente no mesmo terreno onde ele havia construído uma cocheira em 1915²⁰⁸.

A partir de 1921, o *Almanaque Laemmert* voltou a registrar atividades nas ruas do vale da Saracura. Nesse ano, a rua Saracura Grande já havia sido transformada na rua Almirante Marques Leão, uma via de percurso longo, que estendia-se do final da rua Conselheiro Carrão, até o cruzamento da Alameda Joaquim Eugênio de Lima com a rua Ribeirão Preto, nas proximidades do Morro dos Ingleses e da Av. Paulista. A rua Rocha, de trajeto mais curto, com início na Praça São Manoel (atual Praça 14 Bis), após atravessar parte do grotão, termina na própria Almirante Marques Leão. Já a rua da Saracura Grande, localizada entre o leito do córrego da Saracura e a rua Itapeva, está identificada na planta SARA Brasil como parte da Avenida Anhangabaú; começando também na Praça São Manoel e terminando nas proximidades do antigo Trianon.

²⁰⁷ *Obras Particulares*, 10/05/1917, Doc.54-Cx.S4; 21/05/1917, Doc.57-Cx.S4; 22/08/1917, Doc.55-Cx.S4; 10/12/1917, Doc.56-Cx.S4, AHSP.

²⁰⁸ *Obras Particulares*, 20/12/1918, Doc.15-Cx.S4; e 01/03/1919, Doc.11-Cx.R3, AHSP.

Figura 103 – Como é possível ver no recorte do mapa SARA Brasil, embora seu trajeto acompanhe toda a extensão do loteamento do Morro dos Ingleses, a imensa área representada pelo espaço vazio, entre a rua Almirante Marques Leão e a rua dos Franceses, define as diferenças sociais de seus moradores. Enquanto o Morro dos Ingleses ocupa um espaço plano, a Almirante Marques Leão ocupa exatamente a grotá, onde se localiza a nascente do córrego da Saracura, circundada em azul. Fonte: SARA Brasil, Fl.51, 1930. AHSP.

Figura 104 – Nessa imagem da Planta SARA Brasil, vemos a rua Rocha, cujo trajeto se inicia na Praça São Manoel (atual Praça 14 Bis) e avança pelo grotão, terminando na própria Almirante Marques Leão. Fonte: SARA Brasil, Fl.50, 1930. Disponível em: <https://www.mediafire.com/folder/7y159y3reja6x/Sara%20Brasil%201930>.

Entre 1921 e o biênio 1922-23, o anuário registrou as seguintes atividades, assim distribuídas: rua Almirante Marques Leão, com 2 *padarias* e um armazém de *secos e molhados*; rua Rocha, com 1 *padaria*; e rua da Saracura Pequena, com 1 armazém de *secos e molhados*. Curiosamente, a padaria da rua Rocha n.49 pertencia a Paschoal Apelle, o mesmo que em 1915 havia solicitado licença para a construção de “*um forno e um laboratório*” nos fundos da casa existente, no n. 81 daquela rua. Apesar de os imóveis serem próximos, seguramente não se tratava da mesma edificação. Por outro lado, essa foi a única ocasião em que o nome de Paschoal Apella (ou Apelli) figurou nas páginas do anuário. Mas Paschoal não foi o único personagem reencontrado no anuário. Vicente Ferreira (ou Ferrari), em sociedade com Vicente Gentil, havia solicitado licença em 1913, para construir duas casas com armazém, uma delas exatamente no mesmo endereço onde viria a funcionar sua padaria, no número 50 da Almirante Marques Leão.

Figura 105 – Projeto original, encaminhado à Diretoria de Obras em 30/12/1913, para a construção das casas de Vicente Ferrara e Vicente Gentil, com espaço para armazém no alinhamento do prédio. Em 10/12/1917, os proprietários renovariam a solicitação, agora para finalização das obras. Fonte: *Obras Particulares*, OP1913/004.703; e Doc.56 -Cx.S4, AHSP.

Paulo Rodrigues foi o terceiro caso identificado nas *Obras Particulares*, no ano de 1917. Em 21 de maio daquele ano, Paulo solicitava licença para acrescentar cozinha e banheiro nas três casas de sua propriedade, nos números 98, 100 e 102, sendo que a casa de secos e molhados localizava-se no número 98.

Em 1924, todos os negociantes dos anos anteriores desapareceram, dando lugar a novos nomes. O anuário daquele ano contou com 4 negócios: dois armazéns de *secos e molhados* e 1 *pintor e decorador* na rua Almirante Marques Leão; e 1 armazém de *secos e molhados* na rua Rocha.

Nos anos de 1925, 1926 e 1927, percebi uma certa estabilização dos negócios empreendidos no vale da Saracura, voltados prioritariamente para o setor da *alimentação*: rua Almirante Marques Leão, com 1 *padaria* e 4 casas de *secos e molhados*, e ruas Rocha e Saracura Pequena, com 1 casa de secos e molhados, cada uma. O diferencial ficou por conta da introdução de uma atividade do setor de *serviços pessoais* (1 *barbearia*), e de outra voltada para o setor da construção civil (1 *pintor e decorador*), ambos na rua Almirante Marques Leão.

Por fim, em 1931, a área do Saracura alcançaria 11 registros no *Almanaque Laemmert*: 1 comércio de *frutas*, 1 *padaria* e 4 casas de *secos e molhados* na rua Almirante Marques Leão, rua que também abrigou 1 comércio de *carvão vegetal para uso doméstico*; na rua Rocha havia 1 *barbearia*, e mais um comércio de *secos e molhados*; e na rua da Saracura Pequena, 2 comercios de *secos e molhados*.

Se voltarmos novamente nosso olhar para toda a área ocupada pelo vale da Saracura – denominada por mim de “face pobre” do Bexiga –, é possível perceber melhor o quanto eram restritas as atividades produtivas naquela área, principalmente quando comparadas com o loteamento original e a área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio. Porém, ainda que restritos, os pequenos negócios podem dizer bastante acerca do que significava viver no Saracura.

No que toca aos dados coletados no *Almanaque Laemmert*, entre 1909 e 1931, quatro aspectos se destacam nesse cenário: a) a concentração de negócios nas ruas da Saracura Grande e Pequena; b) o reduzido número de anunciantes (27); c) a inquestionável predominância de atividades mais grosseiras; d) a diminuta presença de atividades do setor da alimentação predominantes nas outras áreas do bairro (poucos armazéns de secos e molhados e padarias) e a “insignificante” presença de um barbeiro, um pintor de paredes e um comerciante de carvão vegetal.

Já as informações obtidas junto à Série *Obras Particulares*, entre 1900 e 1922, remetem a uma maior diversificação no tipo de negócios ali desenvolvidos. Nos projetos encaminhados à Diretoria de Obras identifiquei 2 projetos para a provável instalação de padarias, 12 armazéns que poderiam servir ao comércio de secos e molhados, 3 manufaturas (1 oficina para fabricação de móveis, 1 oficina de escultura e 1 fabriqueta de objetos de barro), 9 cocheiras, as quais também poderiam funcionar como estacionamento de veículos para transporte de pessoas e mercadorias. Por fim, localizei 5 barracões “para guarda de materiais”, os quais, eventualmente, podiam servir a algum tipo de negócio.

A consulta ao acervo do jornal *O Estado de São Paulo* revelou a existência de outros negócios no Saracura. Em 05/06/1915, o jornal divulgava a venda de “*um pequeno negócio de seccos e molhados, casa de grande futuro*”, na rua da Saracura Pequena n.60 A, no final da rua Manoel Dutra. Dois anos mais tarde, Manoel de Sá declarava a venda do “*negócio de secos e molhados, à rua da Saracura Grande n.88, ao senhor Casemiro José*”. Em grande medida são negócios destinados às camadas baixas e médias da população – o que justifica a ausência de anúncios no *Almanaque Laemmert*. Seguramente, quem vivia nas imediações desses negócios sabia de sua existência, portanto, sua divulgação seria supostamente desnecessária.

Figura 106 – *O Estado de São Paulo*, 05/06/1915.

Figura 107 – *O Estado de São Paulo*, 12/09/1917.

Tendo em vista as pequenas dimensões dos negócios identificados nas duas fontes principais (o *Almanaque Laemmert* e a *Série Obras Particulares*), tudo leva a crer que se tratasse de atividades voltadas ao abastecimento da população local. Porém, a consulta ao jornal *O Estado de São Paulo* de 12/06/1912, nos levou a um tipo de empreendimento que talvez servisse a outros bairros da cidade. Tratava-se de uma olaria de propriedade de Vasco Teixeira & Pretis, localizada na rua da Saracura Grande, na ocasião, alvo de litígio entre os proprietários. A nota veiculada pelo jornal levou ao aprofundamento das investigações e, por fim, à declaração publicada no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 15 de novembro de 1907. Segundo o jornal, no mês de outubro daquele ano, Vasco Teixeira e Salvador Presti declaravam a abertura da “*indústria de tijolos, telhas e demais objetos de barro, nesta praça, com o capital de 23:000\$000, sob a firma de Vasco Teixeira & Presti*”. A matéria, além de precisar o ano de abertura da olaria, define o montante investido, 23 contos de réis, o que leva a crer se tratar de um empreendimento de proporções bem razoáveis para a época. De qualquer maneira, a inexistência de notícias posteriores relacionadas ao negócio parece indicar que a olaria teve vida curta.

Por fim, cabe lembrar uma atividade que dificilmente teria alguma divulgação na imprensa escrita, aquela exercida pelas lavadeiras e engomadeiras. A presença dessas profissionais dos serviços domésticos na cidade é bastante conhecida, seja através de textos de caráter memorialístico, de estudos específicos e mesmo da iconografia. Segundo Grünspon:

Não havia cortiço onde não houvesse roupa no varal. Própria e dos outros. Em cada casarão havia pelo menos uma lavadeira de roupa de fora.

Esta era uma das profissões mais comuns no Bexiga: lavar roupa para fora. Quando as freguesas eram do próprio Bexiga ganhava-se uma miséria porque todos sabiam do preço. Mas quando as freguesas eram de fora do bairro, como Morro dos Ingleses ou Paraíso, dava para ganhar bem (1979, p.32-33, grifo nosso).

Não há como dimensionar o número de lavadeiras que atuaram no bairro, mas não restam dúvidas que foram muitas.

As duas fotos abaixo revelam roupas estendidas nas várzeas para secagem em alusão às lavadeiras de então que certamente prestavam serviços às casas dos bairros envoltórios, circulando com suas trouxas sobre a cabeça.

Figura 108 – Nesta imagem, localizada no Vale do Saracura Grande, as roupas nos varais e nos quaradores demonstram a atividade das lavadeiras. c.1920. Foto: Geraldo Horácio de Paula Souza. Fonte: Centro de Memória da Saúde Pública/Faculdade de Saúde Pública/USP.

Figura 109 – Nesta outra foto a cena se repete: roupas estendidas nos varais e postas a quilar na encosta do vale. c.1920. Foto: Geraldo Horácio de Paula Souza. Fonte: Centro de Memória da Saúde Pública/Faculdade de Saúde Pública/USP.

Assim como elas, outros profissionais menos “especializados” viveram na área do Saracura: pessoas ligadas à construção civil (pedreiros e serventes de pedreiros) e mesmo aquelas responsáveis pelos serviços domésticos nas casas mais abastadas, tais como jardineiros, costureiras, cozinheiras, copeiras, criadas etc. Essa situação perdurou, pelo menos, até a consumação do “Plano de Avenidas”, de Prestes Maia, e a abertura da Avenida Anhangabaú, nos anos 1930. Conforme as palavras do engenheiro Arthur Saboya, com a execução desse plano “*não só o saneamento do vale e das zonas vizinhas ficou assegurado; desapareceu o perigo da transformação em novas ‘favelas’ das encostas marginais e do próprio vale (do Saracura)*”²⁰⁹. Decididamente, esse seria um novo tempo, não apenas para o bairro do Bexiga, mas para toda a cidade.

²⁰⁹ MAIA, Francisco Prestes – *Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*, 1930, p.III. Apud SILVA, Marcos Virgílio da – “*Lembranças eu tenho da Saracura*”: escavando histórias soterradas por uma avenida. In *Bixiga em artes e ofícios*, Estudos CPC n.4, p.290, São Paulo: CPC USP/EDUSP, 2014.

CAPÍTULO 3 – ATIVIDADES PRODUTIVAS: ALGUNS CASOS EXEMPLARES E SUAS RELAÇÕES COM A CIDADE

Trabalhar com os dados dos setores produtivos identificados exigiu a definição de antemão dos critérios a serem adotados para a sua análise. Esse foi o caso, particularmente, das informações coletadas nos *Almanaques Laemmert*, as quais ao mesmo tempo em que permitiram o reconhecimento de instâncias produtivas que envolviam diferentes setores e segmentos sociais e econômicos, demonstraram que se tratava de um universo complexo e diversificado, dificultando a classificação das atividades em categorias fechadas e possivelmente anacrônicas.

Como já mencionado no Capítulo 2, tendo em vista a necessidade de uma abordagem mais objetiva para analisar os segmentos envolvidos nas atividades produtivas do bairro levando em conta a superposição e diversidade de atividades desenvolvidas no mesmo local, eventualmente vinculadas à produção e ao comércio de um mesmo produto, ao invés de enquadrar esses segmentos nos termos adotados pelo IBGE na *Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE*²¹⁰ – setores primário/ agricultura, secundário/ indústria e terciário/ comércio e serviços – criei categorias abrangentes que envolvessem a vida pública e privada da cidade, tais como *alimentação, construção civil, saúde, transportes, vestuário* etc., conforme pode ser visto no Anexo 2, *Atividades identificadas*. Embora essas categorias possam estar sujeitas a erros de avaliação, acredito que sejam suficientes para dar conta da realidade do bairro.

3.1 Atividades produtivas e o comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade: armazéns, quitandas e casas de frutas

Antes de avançar na avaliação dessas tipologias comerciais, é importante destacar uma dificuldade que permeou a análise dos registros do *Almanaque Laemmert*. Embora as classificações encontradas nos diferentes anos do anuário para os *armazéns de secos e molhados* indiquem predominantemente o comércio varejista de gêneros alimentícios “sólidos e líquidos”, e aquelas relacionadas às *quitandas* indiquem o comércio de verduras, legumes e frutas, frequentemente é possível encontrar nessas publicações uma certa

²¹⁰ Fonte: IBGE – *Classificação Nacional de Atividades Econômicas*. Versão 2.0. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36932.pdf>.

“mistura” dos produtos comercializados. Assim como há casos de estabelecimentos que aparentemente se dedicavam exclusivamente ao comércio de produtos específicos, tais como “*embutidos*”, “*molhados finos*”, “*mantimentos*”, “*laticínios*”, “*vinhos*”, etc., os *armazéns de secos e molhados* também podiam vender esses mesmos produtos. De outro lado, as *quitandas* podiam vender “*cereais, batatas e cebolas*” e “*frutas*”, os quais, eventualmente, também podiam ser encontrados nas casas de *secos e molhados*.

A indefinição sobre o tipo de produto comercializado nesses estabelecimentos se estende às *padarias*, conforme pode ser verificado no inventário *porst-mortem* citado por Maria Luiza Ferreira de Oliveira, de João Ferraz de Campos, onde estão relacionados os itens vendidos pelo negociante Domingos Albange, proprietário de uma padaria na rua São Domingos n.24: “*pão, caninha, farinha, bacalhau, milho e sardinha*” (Oliveira, 2005, p.286). Além do pão e da farinha, produtos característicos de uma *padaria*, a caninha, o milho, o bacalhau e a sardinha também eram vendidos nas casas de *secos e molhados*. Armandinho do Bixiga confirmou essa possibilidade em suas memórias:

As padarias eram completamente diferentes de hoje. A padaria vendia arroz, feijão. A Basilicata, fundada em 1914, ainda mantém isso um pouco, as outras não. Vendiam arroz, feijão, milho, alho, tudo, era uma “venda”. Só que faziam o pão também. O forte era o empório, mas faziam pão também. (Moreno, 1996, p.153, grifo nosso).

São esses alguns dos casos da diversidade e sobreposição de funções – aos olhos de hoje incompatíveis – que dificulta a delimitação de fronteiras rígidas entre estabelecimentos e os tipos de produtos ali comercializados.

Como analisado no Capítulo 2, as atividades vinculadas ao setor *alimentação* – particularmente aquelas voltadas ao comércio de gêneros de primeira necessidade – predominaram no Bexiga. Exceções foram observadas somente em 1906 e 1915.

Em 1906, os anúncios no *Almanaque Laemmert* referentes ao bairro nomearam apenas 11 atividades, das quais apenas 1 armazém, sendo o setor *alimentação* superado de longe pelo da *construção civil*. Em 1915, outro ano de poucos anúncios (39), o setor *alimentação* correspondeu a 1 único armazém e desta vez o setor foi superado pelas atividades vinculadas aos serviços de *saúde*.

Nos demais anos vê-se o recorrente predomínio de armazéns e quitandas.

Verificamos na Tabela 57, que os armazéns tiveram absoluta liderança em relação às quitandas e casas de frutas. No entanto, aqui é importante levar em conta que, tanto no caso dos armazéns quanto das quitandas e casas de frutas, os números destacados na tabela se referem aos anúncios publicados, não correspondendo à totalidade dos estabelecimentos

existentes no bairro naquele período. O recorte por endereço divulgado pelos negociantes, ano a ano, demonstrou uma redução drástica do número de estabelecimentos²¹¹. A partir dos procedimentos adotados na análise comparativa desses dados, os 502 registros de armazéns destacados na Tabela 57, reduziram-se a 355 casos. Surpreendentemente, após o mesmo procedimento, as quitandas e casas de frutas mantiveram o mesmo coeficiente, ou seja, 62 estabelecimentos. Ressalte-se aí dois fatos relevantes: a interrupção do registro de quitandas após a abertura da feira-livre na rua São Domingos em 1915, assunto ao qual voltaremos adiante, e a reintrodução das casas de frutas em 1931. Contudo, apesar da alteração nos números finais desses estabelecimentos, os armazéns permaneceram à frente, assim representados:

ANOS	ARMAZÉNS	QUITANDAS E/OU CASAS DE FRUTAS	TOTAL
1906	1	-	1
1909	36	5	41
1914	112	13	125
1915	1	-	1
1918	23	-	23
1922/23	115	-	115
1927	107	5	112
1931	107	39	145
TOTAL	502 (89%)	62 (11%)	564

Tabela 57 – Ocorrência de armazéns e quitandas, nos anos 1906, 1909, 1914, 1915, 1918, 1922-23, 1927 e 1931. Observe-se que esses números referem-se ao conjunto das áreas analisadas no bairro: a “área nobre”, o loteamento original e a Saracura. Fonte: *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

ARMAZÉNS	QUITANDAS E/OU CASAS DE FRUTAS	TOTAL
355 (85,13%)	62 (14,87%)	417

Tabela 58 – Percentual de armazéns e quitandas no bairro do Bexiga, entre 1906 e 1931. Fonte: *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

No decorrer dos vinte e cinco anos investigados (1906-1931) os armazéns de secos e molhados foram uma constante no bairro do Bexiga, como de resto em praticamente toda a cidade de São Paulo, excetuando-se o Centro e os bairros exclusivamente residenciais. Maria Luiza Ferreira de Oliveira, ao estudar como o intenso processo de urbanização da

²¹¹ É importante destacar que a adoção da soma total dos dados obtidos, ano a ano, deve ser trabalhada de forma criteriosa, de maneira a não gerar falsos resultados. Alguns fatores, imperceptíveis à primeira vista, podem alterar/mascarar o resultado final da soma dos números totais registrados em cada ano. Esse é o caso, por exemplo, das empresas em sociedade, onde a publicação de anúncios por sócios, pode gerar dois ou mais registros para o mesmo negócio; da publicação de diferentes anúncios para o mesmo estabelecimento, um em nome do(s) proprietário(s), outro com o nome “fantasia” do negócio; a alteração da numeração do imóvel em virtude dos emplacements realizados pela Prefeitura, gerando um aparente novo registro/negócio; a transferência, por venda e/ou compra de um negócio (localizado no mesmo endereço) para o nome de outra pessoa, sucitando a ideia de um novo estabelecimento. Assim, tendo em vista a obtenção de dados mais coerentes, adotamos a análise comparativa dos bancos de dados gerados ano a ano pelos registros dos almanaques. Após o cruzamento dos dados obtidos, agrupamos os negócios de acordo com os endereços devidamente atualizados e os respectivos proprietários. Dessa maneira, conseguimos obter resultados – se não totalmente corretos – bem mais próximos da realidade.

capital paulista, ocorrido entre 1874 e 1901, se refletiu nas estratégias de sobrevivência adotadas pelas camadas médias da população, nas relações estabelecidas entre elas, assim como em suas trajetórias de vida, abordou esses espaços comerciais sob o ponto de vista de seu significado como espaço de apoio e sociabilidade, dando a dimensão da presença desses estabelecimentos na cidade:

Os negócios de secos e molhados, as vendas, os armazéns: espaços de encontros, de sociabilidade, de frequência diversa. Marcavam a paisagem paulistana nos mais diversos endereços. No centro, nas proximidades das pontes, nas beiras de caminhos, nos bairros mais distantes (Oliveira, 2005, p.270, grifo nosso).

A autora ainda mapeia, através dos registros no *Almanaque da Província de São Paulo* de 1873, tanto as diversas categorias dessa modalidade de comércio e sua localização nas ruas da cidade. A análise do Almanaque de 1873 revela a variedade de tipologias de armazéns – *Armazéns de louças e molhados, Armazém de secos, molhados, couros, etc., Armazéns de conservas alimentares e molhados, Armazéns de molhados, etc., Armazéns de molhados e gêneros do país, Armazéns de secos e Armazéns de gêneros do país* – e sua localização em diversas áreas da cidade, por exemplo, na rua do Brás, na rua da Glória (Liberdade), no aterrado de Santana, na (rua das) Palmeiras, na Água Branca, no Lavapés (Cambucí), no Campo da Luz além, é claro, de no próprio Centro²¹². Ainda conforme as palavras da autora, “‘*Armazéns de molhados e gêneros do País*’, era a (categoria) que congregava os mais simples e pobres, e as casas mais espalhadas pela cidade” (Ferreira, 2005, p.277, grifo nosso). Por outro lado, o título de outras categorias arroladas no anuário parecem indicar o grau de especialização e refinamento dos armazéns, caso por exemplo, dos *Armazens de vinhos estrangeiros e nacional*, cujo único estabelecimento relacionado localizava-se na Travessa do Colégio n.8, no centro da cidade.

Independentemente da localização e do grau de requinte, tratava-se de estabelecimentos comerciais onde se podia adquirir toda sorte de produtos alimentícios, desde os itens básicos para a alimentação diária (arroz, feijão, massas, cereais, carne seca, etc.), até produtos mais refinados (conservas, vinhos importados, embutidos, etc.). Para termos uma ideia dos tipos de produtos consumidos pela população paulistana na última década do século XIX, um inventário analisado por Maria Luiza Oiveira revela o perfil de um típico armazém de secos e molhados que envolvia inclusive o empréstimo de dinheiro:

²¹² *Almanak Administrativo da Província de São Paulo para 1873*, p.119 a 123.

D. Margarida comprava manteiga, querosene, anisete, feijão, banha, arroz, polvilho, sabão, batata, cebola, café, sardinha, capilé, vela, chá, por vezes carne de porco, outras toucinho, outras cognac, e todos os meses vinho branco e pinga (Oliveira, 2005, p.295).

Apesar da rapidez com que a cidade se transformava, alterando continuamente os hábitos dos seus habitantes, a variedade de itens da lista dos produtos adquiridos por D. Margarida por volta de 1898 não devia diferir muito daqueles oferecidos pelos comerciantes do Bexiga identificados na *Série Alvará e Licença* e no *Almanaque Laemmert*. Em suma, aqueles eram estabelecimentos essenciais para a vida das pessoas, fosse qual fosse o seu estrato social.

Figura 110 – Nesta imagem temos um típico armazém de secos e molhados no bairro do Brás (1921). Ainda que localizado em um bairro distante do Bexiga, ele possui as características comuns a esse tipo de comércio. Além dos cereais expostos em sacos de juta, temos artigos diversos pindurados em pregos nas portas, tais como vassouras, calçados e até um pedaço de bacalhau. 1921. Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

Definido atualmente como um “*lugar onde se vendem frutas, verduras, ovos etc*”²¹³, o termo “quitanda” remonta aos tempos da colônia e ao comércio ambulante de alimentos praticado pelas “quitandeiras” – mulheres pobres, brancas ou negras, livres, forras ou escravas – que buscavam através dessas práticas garantir a sobrevivência em uma cidade de oportunidades restritas. Tratava-se então de um comércio “miúdo” de gêneros de primeira necessidade, como “*o sal, o fumo, o azeite para iluminação e a aguardente (...), o toucinho, azeite de peixe, mamona (...), cera, mel... sabão, panos de algodão caseiro, ovos, frangos*” (Dias, 1995, p.76), frequentemente identificado com formas clandestinas de burlar a fiscalização e a cobrança de impostos municipais e, por vezes envolvendo práticas

²¹³ De acordo com o Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-ortugues&palavra=quitanda>

e comportamentos sociais condenáveis. No século XIX, as quitandeiras analisadas por Maria Odila Leite da Silva Dias estavam associadas não apenas a práticas ilegais de comércio, mas também a comportamentos sociais indesejados, tais como brigas de rua e uso de palavreado grosseiro. Até os primeiros anos do século XX o termo “quitandeiras” ainda carregava essa conotação negativa: “linguagem de quitandeira”, “politicagem de quitandeira” são exemplos de expressões pejorativas encontradas nos jornais da época quando se queria desqualificar os atos ou as palavras de alguém ²¹⁴. Talvez em função disso também é que nos almanaques publicados nos anos que antecederam a República, as quitandas parecem ter desaparecido, dando lugar a categorias mais vagas, mas talvez mais bem vistas socialmente, caso de “frutas, molhados e gêneros da terra”, ou “frutas, molhados e gêneros finos”²¹⁵. Mas, independentemente de heranças culturais desabonadoras, as quitandas situadas nos bairros das primeiras décadas do século XX eram espaços onde a população adquiria produtos perecíveis essenciais à alimentação, como frutas, legumes e verduras.

Responsáveis por modestos 14,87% (conforme a Tabela 58) dos anúncios de comércio de alimentos publicados no *Almanaque Laemmert*, as quitandas se mostraram numericamente inferiores àquelas encontradas na *Série Alvará e Licença*, onde, entre 1906 e 1914, sua presença foi uma constante. Levando em conta que o levantamento da série privilegiou os anos de 1906, 1907, 1910, 1911 e 1914, localizei ali um total de 70 casos de *quitandas*, eventualmente indicadas como *casas ou quitandas de frutas*. Já no levantamento dos exemplares do anuário até 1914 (1906, 1909, 1910, 1911, 1913 e 1914) – praticamente o mesmo período –, o total de quitandas identificadas resumiu-se a 18 estabelecimentos, conforme a Tabela 57 acima. Isso significa que muitas existiam, mas não se divulgavam nos almanaques, talvez em função do seu pequeno porte ou por restringir-se ao bairro.

A partir do cruzamento dos dados da *Série Alvará e Licença* com aqueles fornecidos pelo *Almanaque Laemmert* é possível constatar que das 70 pessoas que encaminharam requerimentos para abertura e/ou renovação de licença para seus negócios, 27 em algum momento haviam se utilizado do anuário, mesmo que para divulgar um outro tipo de estabelecimento.

²¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva – *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.68-87.

²¹⁵ *Almanach do Estado de São Paulo para 1890*, editado por Jorge Seckler.

	PROPRIETÁRIO	ESTABELECIMENTO	LOGRADOURO	N.	ANOS	FONTE
1	ANGELO DI COSTA (*)	QUITANDA	RUI BARBOSA	30	1910/11	ALVARÁ
	ANGELO DA COSTA	SECOS E MOLHADOS	RUI BARBOSA	7	1913/14	AL
	ANGELO DA COSTA	SECOS E MOLHADOS	MANOEL DUTRA	44	1921-27	AL
2	ANTÔNIO CAMAROSANO (**)	QUITANDA	SANTO ANTÔNIO	14	1911	ALVARÁ
	ANTÔNIO CAMAROZZANO	SAPATEIRO	SANTO ANTÔNIO	14	1913/14	AL
3	ANTÔNIO MONSENHOR (?)	QUITANDA	FORTALEZA	24	1914	ALVARÁ
	ANTÔNIO BOMSIGNORI	SECOS E MOLHADOS	FORTALEZA	24	1913/14	AL
4	ANTÔNIO MUSTO (**)	QUITANDA	SANTO ANTÔNIO	171	1911	ALVARÁ
	ANTÔNIO MUSTO	BARBEARIA	ABOLIÇÃO	24 A-26	1909/14	AL
5	CARMELA PETRONI	QUITANDA/DEPÓSITO BANANAS	CONSELHEIRO RAMALHO	194	1906/11	ALVARÁ
	CARMELA PETRONE	QUITANDA	CONSELHEIRO RAMALHO	226	1910	AL
6	CLARA MARIA DA LUZ	QUITANDA	CONSELHEIRO RAMALHO	230	1910/11	ALVARÁ
	CLARA MARIA DA LUZ	QUITANDA	CONSELHEIRO RAMALHO	230	1910	AL
7	DOMINGOS ABBADE (*)	QUITANDA	RUI BARBOSA	90	1911	ALVARÁ
	DOMINGOS ABBADE	SECOS E MOLHADOS	CONSELHEIRO RAMALHO	114	1921/27	AL
8	DOMINGOS FORTE	QUITANDA	SÃO DOMINGOS	92	1910/11	ALVARÁ
	DOMENICO FORTI	QUITANDAS	DOMINGOS	92	1910	AL
9	FRANCISCO AMADEO	QUITANDA	SANTO ANTÔNIO	4	1914	ALVARÁ
	MARIA SPOSA	QUITANDA	SANTO ANTÔNIO	4	1913/14	AL
10	FRANCISCO MICHELI	VENDA PEQUENA	R. RUY BARBOSA	90	1906	ALVARÁ
	FRANCISCO MICHELI	GENEROS ALIMENTÍCIOS	RUI BARBOSA	90	1909/14	AL
11	GENEROSO RUBINO	QUITANDA	MAJOR DIOGO	47	1907/11	ALVARÁ
	GENEROSO RUBINO	QUITANDA	CONSELHEIRO RAMALHO	50	1910	AL
12	GENOVEVA BRUNETE	QUITANDA	CONSELHEIRO RAMALHO	83	1910/11	ALVARÁ
	GENOVEVA BRUNETTO	QUITANDA	CONSELHEIRO RAMALHO	83	1910	AL
13	JOSÉ GUOGLIEMELLI	QUITANDA	SÃO DOMINGOS	30	1911	ALVARÁ
	JOSÉ GUGLIEMELLO	CASAS DE FRUTAS	SÃO DOMINGOS	22	1909	AL
	JOSÉ GUGLIEMELLO	FÁBRICA DE DOCES	SÃO DOMINGOS	22	1909	AL
14	JOSÉ NISE	QUITANDA	SÃO DOMINGOS	21	1910/11	ALVARÁ
	JOSÉ NISI	QUITANDAS	SÃO DOMINGOS	21-28	1913/14	AL
15	JOSÉ ORLANDO (*)	QUITANDA	TREZE DE MAIO	41	1911	ALVARÁ
	JOSÉ HOLANDA	SECOS E MOLHADOS/QUITANDAS	TREZE DE MAIO	41	1913/14	AL
16	MANOEL PALADINO	QUITANDA	MANOEL DUTRA	15	1911	ALVARÁ
	MANOEL PALLARINO	QUITANDAS	MANOEL DUTRA	15	1913/14	AL
17	NICOLAU CASTILHO	QUITANDA (DE FRUTAS)	SÃO DOMINGOS	62	1910/11	ALVARÁ
	NICOLA CARTIGLIA	QUITANDAS	SÃO DOMINGOS	62	1910	AL
	NICOLA CASTILHA	QUITANDA	SÃO DOMINGOS	45	1914	ALVARÁ
18	PASCHOAL FARDINETTE (?)	QUITANDA	CONSELHEIRO RAMALHO	129	1910	ALVARÁ
	PASCHOAL FURCIMETI	CASAS DE FRUTAS	CONSELHEIRO RAMALHO	127	1909	AL
19	PAULO FRANCIULLO (*)	QUITANDA	CONSELHEIRO CARRÃO	30	1911	ALVARÁ
	PAULO FRANGULLI	SECOS E MOLHADOS	CONSELHEIRO CARRÃO	30	1918/27	AL
20	PHILOMENA PERRUTTI (?)	QUITANDA	SANTO ANTÔNIO	22	1910/14	ALVARÁ
	PHILOMENA TENUTTI	QUITANDAS	SANTO ANTÔNIO	22	1913/14	AL
21	RAPHAEL CARCIOLLI	QUITANDA	CONSELHEIRO CARRÃO	32	1910	ALVARÁ
	CAVAIOLE RAFFAELE	QUITANDA	CONSELHEIRO CARRÃO	32	1910	AL
22	RAPHAELA FABIANO	QUITANDA	MAJOR DIOGO	92 A	1906/14	ALVARÁ
	RAPHAELA FABIANI	QUITANDAS	MAJOR DIOGO	166	1913/14	AL
23	VALÉRIO CAETANO	QUITANDA	CONSELHEIRO RAMALHO	192	1906	ALVARÁ
	CAETANO VALLERIO	CASAS DE FRUTAS	CONSELHEIRO RAMALHO	192	1909	AL
24	VICENTE ANTÔNIO (OU VERDI) (*)	QUITANDA	MANOEL DUTRA	36	1911	ALVARÁ
	VICENTE VERGI	GENEROS ALIMENTÍCIOS	CONSELHEIRO RAMALHO	52 A	1909	AL
	VICENZIO VERZI	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	CONSELHEIRO RAMALHO	166	1910	AL
	VICENTE VERGI	SECOS E MOLHADOS	CONSELHEIRO RAMALHO	205	1913/14	AL
25	VICENTE FERRARI	QUITANDA	CONSELHEIRO RAMALHO	158	1914	ALVARÁ
	VICENTE FERRARI	QUITANDAS	GENEBRA	88	1913/14	AL
26	VICENTE MAGULLI (*)	QUITANDA	ABOLIÇÃO	12	1906	ALVARÁ
	VICENTE MAGGIULLI	SECOS E MOLHADOS	MARIA JOSÉ	75	1921/27	AL
27	VINCENZO PRATICÓ	QUITANDA	SANTO ANTÔNIO	167	1914	ALVARÁ
	VICENTE PRATICON	QUITANDAS	SANTO ANTÔNIO	167	1913/23	AL

Tabela 59 – Cruzamento dados da Série Alvará e Licença (1906-1914) e do Almanaque Laemmert (1906-1931).

(*) Comerciantes que alteraram o tipo de negócio no anuário.

(**) Comerciantes com ramos de negocios diferentes daqueles indicados na Prefeitura.

Conforme é possível verificar na Tabela 59, desses casos, em 7 ocasiões os anúncios estavam enquadrados nas categorias *secos e molhados* ou *gêneros alimentícios* e não *quitandas*; e mais, em duas outras situações a atividade divulgada diferia totalmente do negócio registrado na Prefeitura. Nesses últimos casos, um deles, Antônio Camarozzano (entre 1913 e 1914) se manteve no mesmo endereço, agora como *sapateiro*; o outro, Antônio Musto, mais ou menos no mesmo período (1909-1914), de acordo com o registro no *Almanaque Laemmert* exerceu o ofício de *barbeiro* em outro endereço. Essas duas ocorrências parecem indicar, mais do que uma mudança radical de ramo, a opção por formas alternativas de sobrevivência²¹⁶. Quanto aos negociantes que substituíram suas quitandas pelo comércio de secos e molhados, o reduzido número de casos não permite que especulemos muito acerca dos motivos que levaram às mudanças. Talvez tenha sido o caso de opções por tipos de comércio que garantissem um maior retorno financeiro...

A partir de 1915, curiosamente, a categoria “quitanda” desaparece das páginas do anuário, para retornar somente em 1924, 1925, 1926 e 1927, mas como meros 5 registros em cada ano.

Se o raciocínio acerca do “estigma” cultural legado pelas quitandeiras do século XIX estiver correto, parece ser compreensível que os proprietários das quitandas, ao anunciarem seus negócios em publicações especializadas como os almanaques, procurassem enquadrá-los em categorias mais qualificadas. Por outro lado, ainda que para os pequenos negociantes os anúncios no *Almanaque Laemmert* fossem gratuitos e permitissem a ampliação das possibilidades de negócios, para os editores o anuário era o negócio a ser valorizado. Assim, é possível que partisse dos próprios editores a iniciativa de eliminar da publicação categorias depreciativas, substituindo-as por outras mais de acordo com o *status* da publicação. Esse poderia ser o caso do comércio de frutas, legumes, verduras e congêneres... No entanto, deve-se considerar o perfil modesto desses estabelecimentos, provavelmente mais afeito à abastecer os moradores do próprio bairro, o que não exigia divulgação para público mais amplo.

Um outro fato pode explicar melhor o desaparecimento das quitandas das páginas dos anuários e das ruas do bairro é que em 1914, através do Ato n. 710, foram oficialmente

²¹⁶ Essa hipótese pode ser plausível. Por exemplo: em 1914, o nome de Antônio Musto aparece na Série *Obras Particulares* como sendo o proprietário de uma casa com armazém na rua Santo Antônio n. 209, endereço que difere daqueles identificados na Série *Alvará e Licença* e no *Almanaque Laemmert*. Se o armazém deste imóvel não era dirigido por Musto, tratava-se de um imóvel alugado a terceiros, caracterizando-se assim uma outra forma de renda.

criadas as feiras-livres (ou mercados livres), “destinados à venda de gêneros alimentícios, uma ou mais vezes por semana”²¹⁷.

Figura 111 – Feira-livre na rua São Domingos, c. 1915. Fonte: Eli M. de Moraes²¹⁸.

No ano seguinte, em 1915, o Bexiga foi um dos primeiros bairros paulistanos a sediar uma feira-livre, na rua São Domingos. Diante da concorrência representada por um tipo de comércio que envolvia os mesmos produtos comercializados nas quitandas, possivelmente a preços mais baixos, cremos que não seja mera coincidência que seu desaparecimento tenha ocorrido exatamente a partir do ano da implantação da feira.

3.2 Cocheiras

Além da análise da atividade em si – a cocheira –, neste tópico procurei meios de responder à pergunta que fundamenta a hipótese central desta tese: até que ponto o

²¹⁷ De acordo com a Supervisão Geral de Abastecimento da Prefeitura de São Paulo, tratava-se da oficialização, pelo então prefeito Washington Luís, de uma prática comercial antiga. Após a implantação da primeira feira no Largo General Osório, no bairro da Luz, “em 1915 elas somavam um total de 7 feiras, sendo duas no Arouche, duas no Largo General Osório e as demais no Largo Moraes de Barros, Largo São Paulo e na Rua São Domingos”, esta última justamente no bairro do Bexiga. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/feiras_livres/historico/index.php?p=6637; Acto n.710, de 25 de agosto de 1914. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaware.com.br/iah/fulltext/actos/A0710-1914.pdf>
Consultas em: 29/03/2015.

²¹⁸ A imagem, “gentilmente cedida pelo visitante Sr. Basílio”, foi publicada em 26/04/2008, por Eli M. de Moraes. Disponível em: <http://saudadesampa.nafoto.net/photo20080426201817.html>. Consulta em: 03/02/2015.

comércio varejista de alimentos se dirigia exclusivamente à demanda dos moradores do bairro ou destinava-se sobretudo à satisfação das necessidades dos moradores dos bairros vizinhos ou mesmo de outras áreas da cidade. Acredito que o número elevado de estabelecimentos comerciais de gêneros de primeira necessidade no Bexiga responda mais às demandas externas que internas, tese que as “cocheiras” ajudam a fundamentar.

Jorge Americano, em suas memórias de infância no bairro dos Campos Elíseos dedicou um capítulo inteiro aos vendedores ambulantes (2ª Ed., 2004, p.103 a 112). Entre os inúmeros personagens listados por ele, alguns bem que poderiam, hipoteticamente, ser originários do Bexiga: o leiteiro, a carroça de verduras, a carroça do padeiro, o homem que vendia frangos, o fruteiro, o caixeiro do armazém, o baleiro, o sorveteiro etc. Não se trata aqui de afirmar que os produtos comercializados por esses homens se originassem do Bexiga, mas, num momento em que a cidade especializava seus espaços, expulsando as atividades “menos nobres” do Triângulo para os bairros suburbanos este comércio ambulante destinava-se certamente a abastecer as áreas exclusivamente residenciais.

Conforme as indicações do autor, esses comerciantes ambulantes frequentemente se utilizavam de carroças para o transporte das suas mercadorias, meio de transporte que implicava em dois quesitos fundamentais: a presença dos animais condutores e a disponibilidade de locais para o estacionamento de veículos e abrigo dos animais – as cocheiras. A Série *Obras Particulares* é rica de exemplos de cocheiras. São inúmeros os pedidos de licença para construir ou mesmo para reformar e construir novas baias para as cocheiras existentes. No caso do Bexiga, entre 1905 e 1923, contabilizei nada menos que 113 pedidos de licença que envolviam cocheiras!

Antes de qualquer afirmação categórica acerca da função das cocheiras estabelecidas no bairro do Bexiga, a proposta deste trabalho é explorar as possibilidades dadas pelas fontes primárias. Às informações contidas na Série *Obras Particulares*, foram acrescentadas outras fornecidas pelos almanaques, pela legislação municipal e pelos jornais da época. Assim, creio que a análise mais pormenorizada desse universo auxilie na fundamentação da presente tese no que tange ao papel desempenhado pelo Bexiga no abastecimento alimentar dos bairros residenciais.

A instalação de cocheiras nem sempre era feita em função de um negócio particular de seus proprietários. A instalação também podia responder à demanda de outros negociantes do bairro por baias para abrigo de carroças e animais, enfim, como espaço alugado. Dessa maneira, a construção ou o acréscimo no número de baias nas cocheiras

existentes poderia ser uma resposta à demanda por esse tipo de espaço e, nesse caso, o negócio era *a própria cocheira*.

Outra possibilidade nesse mesmo sentido era o negócio não se restringir às cocheiras, mas também aos veículos e animais. Nesse caso, tratava-se de um serviço específico de *transporte de mercadorias* prestado aos comerciantes locais que não dispusessem de espaço físico para a própria cocheira ou de meios financeiros para arcar com todas as despesas acarretadas pela manutenção de veículos e animais. Essas despesas envolviam, no mínimo, a instalação em locais apropriados de animais sob as condições impostas pela legislação, envolvendo a alimentação de cavalos, mulas e vacas, os cuidados com eventuais doenças e os serviços de ferradores de animais. Infelizmente os almanaques não possuem qualquer registro sobre esse tipo de negócio e muito menos pistas que indicassem como era o enquadramento legal de tais estabelecimentos, além daqueles mencionados nos Códigos Sanitários do período²¹⁹.

Assim, diante das interrogações acerca do funcionamento das cocheiras e, conseqüentemente, do envolvimento dos veículos e animais ali estacionados com o comércio e distribuição de produtos pelo espaço urbano mais amplo, busquei respostas na legislação que, direta ou indiretamente, incidisse sobre essas atividades.

3.2.1 As cocheiras e a lei

Pelo menos desde meados do século XIX, o poder público procurava controlar as condições de funcionamento desses espaços, através de leis, decretos e fiscalização direta. O *Código Sanitário* de 1894 foi um dos primeiros a estabelecer regras mais rígidas sobre a localização de cocheiras e estábulos, assim como sobre as suas condições de higiene. Entre os pontos abordados pelo Código, chamo a atenção para aqueles que dizem respeito à localização das cocheiras:

Artigo 335 – Devem ser proibidas cocheiras e estabulos, nos pontos da cidade e povoações em que a população fôr densa, salvo os casos dos arts. 70 e 71 do capitulo 2.º com relação a cocheiras e estabulos particulares.

Artigo 336 – As municipalidades devem determinar em cada cidade a área onde taes installações devem ser prohibidas.

²¹⁹ O *Código Sanitário* de 1894 se atém às condições físicas necessárias para a construção/installação das cocheiras. Capítulo XVI, “Cocheiras e estábulos”, p. 97-98. A legislação imediatamente posterior ao código, o *Decreto n. 2141*, de 14/11/1911, ao estabelecer as incumbências dos inspetores sanitários, se limita a arrolar entre as mesmas as visitas às “*estações dos vehiculos de tracção animal, os estabulos e cocheiras e os logares publicos ou particulares onde fôr necessaria a vigilancia para se evitar a formação de focos de infecção (...)*”. Disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao. Consulta em 05/03/2014.

Artigo 337 – Os estabulos e cocheiras devem ficar sempre isolados e afastados das habitações.

Artigo 338 – Deverão ser collocadas a distancia de 8 metros pelo menos das ruas e praças publicas (grifos nossos).

Já na segunda década do século XX, em 1911, o Capítulo 15, do *Decreto 2.141* dispunha que:

Artigo 380 – São proibidos os estábulos e cavalariças nos pontos das cidades e povoações em que a população for densa.

Artigo 381 – As cavalariças e estábulos devem ficar a distâncias mínimas de dez metros das ruas, praças públicas e habitações (grifos nossos).

Nos dois documentos, destacam-se os Artigos 335 e 380, respectivamente, que dizem respeito à proibição desses alojamentos em pontos da cidade *em que a população fosse densa*. A disposição da lei confirma-se pelos pareceres técnicos elaborados por fiscais e engenheiros da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura contidos nas solicitações das *Obras Particulares*, evidenciando a obrigatoriedade dessas edificações ficarem *distantes de ruas, praças e habitações*, conforme disposto nos Artigos n.338 e n.381 do Código Sanitário do *Decreto 2.141*.

Figura 112 – Neste projeto, anterior ao Decreto 2141, de 1911, temos a localização da cocheira de propriedade de Joaquim Antunes dos Santos. Com entrada pela rua Fortaleza, temos a cocheira instalada no centro do terreno, distante 30 metros da rua Conselheiro Ramalho (à esquerda), e mais de 8m da casa existente na esquina com a rua Rui Barbosa (à direita). Fonte: *Obras Particulares*, OP/1906/000642. AHSP.

Acima, a Tabela 115 reproduz um projeto onde encontra-se representada a distância exigida entre a cocheira a cocheira, a rua e às edificações vizinhas.

Poucos anos após o Decreto n.2141, em 09 de fevereiro de 1918, foi promulgada a Lei n.2117, regulamentando “o lançamento e a arrecadação do imposto sobre cocheiras”. O teor dessa lei colocou alguns aspectos importantes para conhecermos mais profundamente o papel desempenhado por esses estabelecimentos.

Lei n. 2117, de 9 de fevereiro de 1918

Regula o lançamento e a arrecadação do imposto sobre cocheiras

Washington Luís Pereira de Souza, Prefeito do Município de S. Paulo:

Faço saber que a Camara, em sessão de 2 de fevereiro do corrente ano, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O imposto de indústrias e profissões, sobre cocheiras, será lançado e arrecadado de acordo com a tabela seguinte, independente de qualquer outro imposto ou modalidade de imposto a que o contribuinte esteja sujeito:

Perímetro Central:

1ª Ordem – com lotação para mais de 10 animais	250\$000 e 10%
2ª Ordem – com lotação para mais de 6 a 10 animais	150\$000 e 10%
3ª Ordem – com lotação até 5 animais	100\$000 e 5%

Perímetro Urbano:

1ª Ordem – com lotação para mais de 30 animais	200\$000 e 10%
2ª Ordem – com lotação para, de 21 a 30 animais	150\$000 a 10%
3ª Ordem – com lotação para, de 11 a 20 animais	100\$000 e 5%
4ª Ordem – com lotação para, de 6 a 10 animais	50\$000 e 5%
5ª Ordem – com lotação até 5 animais	50\$000

Perímetro Suburbano:

1ª Ordem – com lotação para mais de 30 animais	150\$000 e 5%
2ª Ordem – com lotação para, de 21 a 30 animais	100\$000 e 5%
3ª Ordem – com lotação para, de 11 a 20 animais	50\$000 e 5%
4ª Ordem – com lotação para, de 6 a 10 animais	50\$000
5ª Ordem – com lotação até 5 animais	20\$000

Art. 2º - O exercício dessa indústria continua a depender de alvará de licença, ficando revogadas as disposições das leis n.493, de 26 de outubro de 1900, art. 35, ns. 21 e 22, últimas alíneas, e n.790, de 17 de novembro de 1904, art. 21, parágrafo 1º, n.1.²²⁰

Art. 3º - São isentos de quaisquer impostos ou licenças as cocheiras ou estábulos situados no perímetro rural.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Diretor Geral da Prefeitura a faça publicar.

Prefeitura do Município de São Paulo, 9 de fevereiro de 1918, 365º da fundação de S. Paulo.

O Prefeito
Washington Luís P. de Sousa,

O Diretor Geral
Arnaldo Cintra

Figura 113 – Texto da Lei n. 2117, de 09/02/1918. Fonte: Câmara Municipal de São Paulo.

O primeiro deles se relaciona ao fato de as cocheiras serem reconhecidas pela municipalidade como um tipo de negócio e assim estarem sujeitas ao pagamento de taxas. Conforme o Art. 1º, “*O imposto de indústrias e profissões, sobre cocheiras, será lançado e arrecadado (...) independente de qualquer outro imposto ou modalidade de imposto a que o contribuinte esteja sujeito*” (grifo nosso).

²²⁰ Ver Lei n.493, Art.35, n. 21 e 22, página 40 (Tabela do Imposto de Licenças, Estacionamentos e Localizações); e Lei n.790, Art.21, Parágrafo 1, n. 1, página 18 (Imposto de Licença). Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao>.

Independentemente da taxao que incidia sobre a cocheira, o proprietrio tambm era taxado sobre as demais atividades a que a tal “indstria” estivesse relacionada. Por exemplo, se a cocheira estivesse a servio de uma padaria, seu proprietrio pagaria um imposto pela cocheira e outro pela padaria. Tudo indica que esse exemplo tambm pode ser estendido aos vendedores ambulantes de quitandas e armazns, nos quais os negociantes em questo tambm pagariam duas taxas diferentes, uma pela cocheira, outra pela licena para a comercializao do produto em questo. Outro aspecto est contido no Art. 2 da lei que especifica “O exerccio dessa indstria (a cocheira) continua a depender de alvar de licena”. Nesse caso, independente do uso dado cocheira – pessoal ou vinculado a um negcio –, seu proprietrio deveria ter o alvar e, conseqentemente, deveria pagar o respectivo imposto, independente “*de qualquer outro imposto ou modalidade de imposto a que*” ele estivesse sujeito.

Ainda de acordo com o artigo 2 da Lei n.2117, ficavam “*revogadas as disposies das leis n.493, de 26 de outubro de 1900, art. 35, ns. 21 e 22, ltimas lneas, e n.790, de 17 de novembro de 1904, art. 21, 1, n.1*”. Nos dois casos, tratava-se da formalizao das despesas e oramentos municipais previstos para o ano seguinte sua publicao, desde o valor total a ser gasto, at a estimativa da receita prevista.

Por outro lado, entre as inmeras fontes de receita figurava o imposto de licena, estacionamento e localizao de cocheiras para cavalos, muares e vacas, ordenados conforme sua localizao nos permetros da cidade.

As disposies revogadas pela Lei n.2117, vinculadas Lei n.493 de 26/10/1900, dizem respeito aos artigos 35 e 36 respectivamente: “*Tabela do imposto de licenas, estacionamentos e localizaes*” e “*Permetro para a cobrana de imposto de cocheiras*”. J o 1, do artigo 21 da Lei 790, de 17/11/1904, estabelecia o valor a ser pago pelas “*Cocheiras de cavalares, muares ou vacas, dentro do permetro, para mais de dez animais*”, alm de definir que as cocheiras fora do permetro nada pagavam.

Para aferir os “permetros” indicados na legislao de 1900 e 1904 – equivalente ao incio do perodo enfocado nesta tese –, retomei os Atos n.671 e 972 que permitem acompanhar a insero do bairro do Bexiga na lgica da cidade em seu conjunto. Para espacializao das informaes correspondentes aos limites do “permetro urbano” no qual se enquadrava o Bexiga, utilizei a *Planta Geral da Cidade de So Paulo* (1905), cuja rea delineada em vermelho envolve a Ponte Grande sobre o rio Tiet (a norte), o encontro da rua Itatiaia (atual Av. Anglica) com a Av. Paulista (a oeste), a Av. Intendncia (atual Av. Celso Garcia) (a leste) e o encontro da Av. Paulista com a rua Vergueiro (a sul).

Figura 114 – *Planta Geral da Cidade de São Paulo*, 1905. Alexandre Mariano Cococi e Luiz Fructuoso F. Costa. Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo. AHSP.

Já o Ato n.671, de 14/03/1914, que “*dispõe sobre o reconhecimento de ruas*” da cidade, estabelece a *Planta da Cidade de São Paulo* (1913) como parâmetro para o reconhecimento das ruas consideradas públicas. Dois anos mais tarde, o Ato n.972, de 24/08/1916, transferiu essa responsabilidade à *Planta da Cidade de São Paulo* (1916), justamente o mapa sobre o qual se assentou a definição dos perímetros “central”, “urbano”, “suburbano” e “rural” indicados na Lei n.2117.

Na planta de 1916 encontram-se assim definidos os quatro perímetros da cidade: o perímetro central, demarcado em verde; o perímetro urbano, demarcado em rosa; o perímetro suburbano, demarcado em amarelo; e, a partir deste, o perímetro rural. Em 1916 inseria-se o bairro do Bexita (delimitado aqui com uma linha branca) no perímetro urbano e, dessa maneira, de acordo com o espaço delimitado pela Lei n.2117, as taxas que incidiam sobre as cocheiras localizadas no bairro variavam de cinquenta mil réis (para aquelas que abrigavam até 5 animais ou 5 baias), cinquenta mil réis mais 5% do total (para aquelas com lotação entre 6 e 10 baias), cem mil réis mais 5% (para aquelas com lotação entre 11 e 20 baias), cento e cinquenta mil réis mais 10% (para aquelas com lotação entre 21 e 30 baias), e duzentos mil réis mais 10% (para aquelas com lotação para mais de 30 animais). Cabe destacar ainda que a Lei n.2117 só foi revogada pela Lei n.14.106, de 12 de dezembro de 2005 quando há muito tempo as cocheiras haviam desaparecido do espaço urbano da capital paulista.

Figura 115 – Planta da Cidade de São Paulo, 1916. Divisão Cadastral da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo. AHSP.

Outro aspecto envolvendo, ainda que indiretamente, a presença das cocheiras referia-se à necessidade de normatização e controle da circulação de veículos pela São Paulo em constante processo de expansão. Os antigos veículos movidos à tração animal operavam com uma lógica de tempos mais “lentos”, entrecruzando nas ruas da cidade com os modernos automóveis movidos a motor de combustão e representando o nítido símbolo do “atraso” e da “não civilidade” de uma cidade que cada vez mais se pretendia “cosmopolita” e “moderna. Por outro lado, além da fiscalização sobre a circulação (velocidade, locais de circulação e estacionamento, etc.) também era necessário controlar as condições de funcionamento dos veículos (se motorizados ou movidos à tração animal); a competência profissional de seus condutores (através da concessão de carteiras de motorista mediante exames práticos específicos); o destino dos veículo (se de condução pessoal ou de carga); etc. Três normas em especial abordaram essas questões: a Lei n. 2264, de 13/02/1920, “sobre a inspeção e fiscalização do trânsito de veículos”; o Ato n. 1426, de 26/04/1920, regulamentando alguns aspectos da Lei 2264; e por fim, a Lei n. 2318, de 11/09/1920, que veio detalhar os aspectos da Lei n.2264 relacionados aos veículos destinados ao transporte de passageiros. Dessas normas interessa o Ato n.1426, particularmente os Artigos 34, 35, 36, 90 e 91:

Art. 34 – Os veículos ficam divididos em duas espécies, a saber: de condução pessoal e de carga, e serão numerados de acordo com o art. 1º e seus parágrafos.

Art. 35 – Os veículos destinados ao transporte de passageiros serão de três categorias, a saber: de aluguel, particulares e oficiais.

a) Os primeiros são destinados a servir o público, mediante retribuição, e serão de duas espécies:

1) Os que estacionam nos pontos permitidos, trazendo na placa da frente a letra A;

2) Os que permanecem em cocheiras ou garages, trazendo na placa a letra G;

b) Os segundos são os de uso particular e terão na placa a letra P;

c) Os terceiros são os de propriedade da União, do Estado ou do Município e terão os emblemas respectivos (...).

Parágrafo único – Os veículos de tração animada, quer particulares, quer de aluguel, não ficam sujeitos ao uso das placas com letras acima referidas.

Art.36 – O veículos destinados ao transporte de carga serão de três categorias, a saber: de aluguel, particulares e oficiais.

a) Os primeiros são os destinados a servir o público, mediante remuneração ou frete, estacionando ou não nos pontos referidos neste Ato e terão na placa, a letra A;

b) Os segundos são os destinados ao serviço exclusivo de seus proprietários e terão na placa a letra P;

c) Os terceiros são de propriedade da União, do Estado ou do Município e terão os emblemas respectivos (grifos nossos).

Os artigos mencionados acima esclarecem especialmente a questão relativa ao controle sobre a utilização dos veículos, se de transporte pessoal ou de carga. No caso do transporte pessoal, enquanto os veículos “de tração animada” ficavam dispensados do uso de placas indicativas, nota-se a obrigatoriedade do uso dessas placas nos automóveis movidos à motor de combustão o que evidencia uma fiscalização mais rígida sobre os mesmos. Já no caso do transporte de cargas, as placas indicativas seriam sempre obrigatórias.

Por fim, o Capítulo IX, “Das empresas de transporte” estabelece:

Art. 90 – Os donos, diretores ou gerentes das empresas de transporte de carga ou passageiros, deverão velar constantemente para que os condutores andem decentemente vestidos, os seus carros ofereçam a necessária limpeza, segurança e conforto, os animais estejam ferrados e bem tratados e as cocheiras mantidas com asseio.

Art. 91 – As empresas de transportes são obrigadas a ter livros abertos e rubricados pela Inspetoria Geral de Fiscalização, dos quais constem a numeração e qualidade de cada um de seus veículos, nomes e residências de seus condutores e as faltas cometidas por estes, com especificação de sua natureza e gravidade.

§ 1º - Nas garages haverá um livro especial, igualmente aberto e rubricado pela Inspetoria Geral de Fiscalização, onde se registrarão as horas de saída e a entrada de cada um dos veículos (grifos nossos).

O Capítulo IX, ao se referir às obrigações dos proprietários e dirigentes das empresas de transporte de carga ou passageiros, remete aos espaços destinados ao abrigo dos veículos que nos interessam mais de perto – as cocheiras – e dá a medida de sua recorrência em certas áreas da cidade. Tratava-se de um tipo de “negócio” que envolvia “empresários” específicos. Mas a Lei n.1426 não se limitava às cocheiras, já que estendia essas obrigações às “garages” (nome francês referente aos lugares de estacionamento dos veículos automotivos) que também fazem parte da realidade do bairro, tal como observado na “área nobre” do Bexiga no Capítulo 2. Em ambos os casos, a fiscalização sobre as condições de segurança, conforto e higiene desses estabelecimentos buscava também, através dos registros nos livros fiscais, controlar as condições de uso dos veículos, assim como o comportamento dos respectivos condutores.

Expostas as obrigações a que estavam submetidas as empresas de transporte, espera-se ter completado o quadro legal que cercava a presença das cocheiras no espaço urbano. Ainda que nem todas as questões que envolvessem as cocheiras e a suposta distribuição de produtos e serviços tenham sido respondidas, o conjunto de ações (e intenções) do poder público no sentido de controlar a circulação e estacionamento de veículos forneceram pistas das possíveis funções desses estabelecimentos.

3.2.2 Localização e espacialização das cocheiras

O Bexiga envolve uma área de grandes proporções e as cocheiras estiveram presentes em praticamente todo o bairro, com exceção das ruas próximas ao centro, o que deve ser atribuído à proibição desse tipo de atividade em locais “*em que a população for densa*” como estabelecido pelo *Código Sanitário* de 1894. Para ter uma ideia de como essas construções se distribuíram pelo bairro, procurei espacializá-las na Planta SARA Brasil.

Tendo em vista a impossibilidade de uma localização fiel dos imóveis, essa espacialização foi realizada de forma aproximada. Para essa tarefa, me apoiei nos indícios fornecidos pelos projetos arquitetônicos que continham a planta de situação do imóvel, quando este se localizava no cruzamento de duas ruas; num segundo momento, essas

informações foram cruzadas com os *Índices de Emplacamento* que contêm as alterações na numeração dos imóveis realizadas até 1930.

Como muitas das cocheiras se mantiveram por todo o período investigado, a espacialização foi feita numa única planta, independentemente do ano de sua ocorrência, conforme a Figura 116 – *Espacialização conjectural*. Entretanto, o reconhecimento das cocheiras identificadas, assim como dos seus respectivos proprietários, também pode ser feito através da Tabela 60 que contém as ocorrências organizadas por logradouro.

Figura 116 – Espacialização conjectural das cocheiras no bairro do Bexiga, entre 1906 e 1923. *Planta SARA Brasil*, 1930. Fonte: AHSP.

LOGRADOURO	N.	PROPRIETÁRIO	OCORRÊNCIAS OBRAS PARTICULARES	ANO
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	-	JOÃO BERNARDO DA SILVA	PROJETO DE COCHEIRA COM SEIS BAIAS, E QUARTOS PARA FORRAGENS E ARREIOS.	1909
	151	HONESTO CINQUINI	REFORMA DE COCHEIRA, DEPENDÊNCIA DA PADARIA E CONFEITARIA “NOVA SUISSA”.	1915
CONSELHEIRO CARRÃO	10	IGNÁCIO MAMMANA	QUERENDO CONSTRUIR DOIS QUARTOS NO FUNDO DA CASA, PARA DEPOSITAR UMA “ARANHA”, ARREIOS E ALFAFAS, CONFORME A PLANTA JUNTA, SOLICITA A LICENÇA.	1905
	26	FRANCESCO DE MARCO	PROJETO DE ACRÉSCIMO DE CÔMODOS (ENTRE ELES UM FORNO) EM CASA EXISTENTE, COM COCHEIRA NOS FUNDOS DO TERRENO E ARMAZÉM NO ALINHAMENTO.	1910
	49	SABINO BORELLI	RECONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS E BAIA DE ISOLAMENTO, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1918
	67	FRANCISCO LOSITO	REFORMA DE COCHEIRA EXISTENTE, COM DUAS BAIAS. CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL EXISTENTE NO ALINHAMENTO.	1915
		FRANCISCO LOSITO	REFORMA DE COCHEIRA COM DUAS BAIAS E BAIA DE ISOLAMENTO, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1918
	118	BIANCA DE LUCCA	RECONSTRUÇÃO DE COCHEIRA, NOS FUNDOS DO TERRENO. CASA EXISTENTE NO ALINHAMENTO.	1915
		LUCCA BIANCO	REFORMA DE COCHEIRA, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1918
CONSELHEIRO RAMALHO	213	GIACOMO DI LASCIO	REFORMA DE COCHEIRA COM SEIS BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1918
	222	JOAQUIM ANTUNES DOS SANTOS	PROJETO DE ACRÉSCIMO EM CASA EXISTENTE, INCLUSIVE COM COCHEIRA COM TRÊS BAIAS NOS FUNDOS DO TERRENO.	1907
DO SOL (ATUAL DR. LUÍS BARRETO)	-	VICENTE SCARRO	PROJETO DE CASA NO ALINHAMENTO E COCHEIRA COM QUATRO BAIAS NOS FUNDOS DO TERRENO.	1911
	57 C	VINCENZO STAMBAUTO (?)	PROJETO DE CASA COM COCHEIRA DE TRÊS BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1911
	58	ANTÔNIO GARCINLLO	PROJETO DE CASA NO ALINHAMENTO E COCHEIRA COM TRÊS BAIAS NOS FUNDOS DO TERRENO.	1912
	63	PASCHOAL GRAZIANO	PROJETO DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS NOS FUNDOS DO TERRENO.	1912
	65 T	PASCHOAL GRAZIANO	PROJETO DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO. CASA EXISTENTE NA FRENTE DO TERRENO.	1913
FORTALEZA	-	JOAQUIM ANTUNES DOS SANTOS	- PROJETO DE COCHEIRA COM 4 BAIAS E QUARTO PARA FORRAGEM, PRÓXIMO DE COCHEIRA EXISTENTE. - PROJETO DE 6 CASAS, UMA DELAS COM ARMAZÉM.	1906
JACEGUAÍ	31	DAVID DIAS FERREIRA (CONSTRUTOR)	PROJETO DE “QUARTO” PARA FORRAGENS NOS FUNDOS DO TERRENO, NA SEQUÊNCIA DE UMA COCHEIRA EXISTENTE.	1909
JOÃO PASSALACQUA (ANTIGA MONTE DE OURO)	24	FRANCISCO VASCIAVEO	REFORMA DE COCHEIRA COM QUATRO BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1918
	26	LUÍS MANTACELLI	CONSTRUIR UMA COCHEIRA.	1912
		LUÍS MONTICELLI	REFORMA DE COCHEIRA COM QUATRO BAIAS, BAIA DE ISOLAMENTO E QUARTO DE FORRAGENS.	1915
		LUIZ MONTICELLI	REFORMA DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1919
MAJOR DIOGO	83-93	NUNCIO MAMANO	PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA NA FRENTE E COCHEIRA COM TRÊS BAIAS NOS FUNDOS.	1910
		NÚNCIO MAMMANA	REFORMA DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS.	1919
	83	PEDRO AMARO	PROJETO DE CASAS, NO CENTRO DO TERRENO, E COCHEIRA COM 14 BAIAS, NOS FUNDOS.	1913
	83	ANTONIETA DE SIMONE	CONSTRUÇÃO DE 1 COCHEIRA FECHADA PARA 6 CAVALOS.	1914
	83-91	DOMINGOS LONGO	PROJETO DE CASA COM ARMAZÉM NO ALINHAMENTO E COCHEIRA NOS FUNDOS DO TERRENO, COM SETE BAIAS.	1911
		DOMINGOS LONGO	REFORMA DE COCHEIRA, COM REDUÇÃO DE 27 PARA 16 BAIAS.	1919
	111	DOMINGOS BRUNO	REFORMA DE COCHEIRA COM SEIS BAIAS, BAIA DE ISOLAMENTO E DEPÓSITO DE FORRAGEM.	1915
MANOEL DUTRA	96 C	ANTÔNIO RICCIUTO (CONSTRUTOR?)	REFORMA DE COCHEIRA COM UMA BAIA.	1920
	101	DOMINGOS COZZI	REFORMA DE COCHEIRA NOS FUNDOS DO TERRENO. PRÉDIO EXISTENTE NA FRENTE.	1915
		DOMINGOS COZZI	REFORMA DE UMA COCHEIRA COM DUAS BAIAS.	1919
MARIA JOSÉ	13	VITO DI PRIMO	PROJETO DE COCHEIRA C/ 6 BAIAS, MAIS LATRINA,	1908

			NOS FUNDOS DO TERRENO. CASA EXISTENTE NA FRENTE.	
		VICTOR DE PRIMO	RECONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM SEIS BAIAS, BAIA DE ISOLAMENTO E DEPÓSITO DE FORRAGEM.	1915
	15	VITO DE PRIMA	CONSTRUÇÃO DE COCHEIRA PARA UM ANIMAL, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1920
MANOEL DUTRA	45	IGNÁCIO MAMMANA	MODIFICAÇÃO DE COCHEIRA 6 BAIAS.	1914
		IGNACIO MAMMANA	ALTERAÇÃO DE PLANTA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA COCHEIRA COM 9 BAIAS.	1919
	63	LAVIERO MASULLO	REFORMA DE COCHEIRA COM UMA BAIA.	1918
		LAVIERO MASULLO	REFORMA DE COCHEIRA COM UMA BAIA. PRÉDIO EXISTENTE NA FRENTE DO TERRENO.	1919
QUATORZE DE JULHO	17	FRANCISCO GAJULIO (?)	PROJETO DE CASA COM COCHEIRA COM TRÊS BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1909
		FRANCISCO GARGIULLO	REFORMA DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS, MAIS BAIA DE ISOLAMENTO.	1919
ROCHA	-	FRANCISCO RODRIGUES SECKLER	CONSTRUÇÃO DE COCHEIRA PARA UM ANIMAL.	1916
RUI BARBOSA	24	THOMAZ LUPPO	DESEJANDO CONSTRUIR UMA CASA NO INTERIOR DO TERRENO, MURO COM PORTÃO E COCHEIRA, CONFORME PLANTA ANEXA, SOLICITA O ALINHAMENTO.	1905
	38	MIGUEL MASI (CONSTRUTOR?)	COCHEIRA PARA 2 ANIMAIS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1906
	39	VICTOR MAMMANA	PROJETO DE COCHEIRA COM NOVE BAIAS NOS FUNDOS DO TERRENO. ENTRADA PARA CARROÇAS E CASA EXISTENTE NA FRENTE.	1912
		VICTOR MAMMANO	REFORMA DE COCHEIRA COM 6 BAIAS, BAIA DE ISOLAMENTO E DEPÓSITO DE FORRAGEM. CASA EXISTENTE NA FRENTE DO TERRENO.	1915
		VITO MAMMANA	REFORMA DE COCHEIRA COM SETE BAIAS.	1919
		VITO MAMMANO	REFORMA DA COCHEIRA COM SEIS BAIAS NOS FUNDOS DO TERRENO, EM CUJA FRENTE HÁ UM PRÉDIO DE “HABITAÇÃO”.	1918
	46	VICENTE LUPO	REFORMA DE UMA COCHEIRA DE UMA BAIA, NOS FUNDOS DO TERRENO, EM CUJA FRENTE HÁ UM PRÉDIO DE “HABITAÇÃO”.	1918
	50	CAETANO CONTE	REFORMA DE COCHEIRA COM 5 BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1920
	52	OLINTHO VENTORINI	REFORMA DE COCHEIRA COM DUAS BAIAS E QUARTO DE FORRAGEM, NOS FUNDOS DO TERRENO. PRÉDIO EXISTENTE NA FRENTE.	1915
		OLYNTHO VENTURINO	REFORMA DE COCHEIRA COM DUAS BAIAS.	1919
	53	THOMAZ ORSI	PROLONGAMENTO DA COCHEIRA E MODIFICAÇÃO DA EXISTENTE.	1906
	60	ALEXANDRE LOTITTO	DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS.	1914
		ALEXANDRE LOTITTO	REFORMA DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS, ISOLAMENTO E QUARTO DE FORRAGEM.	1915
	66 - 68	LUIZ TADDEI	REFORMA DE COCHEIRA COM 5 BAIAS, ISOLAMENTO E QUARTO DE FORRAGEM. DUAS CASAS EXISTENTES NA FRENTE DO TERRENO, ALÉM DE UM DEPÓSITO DE VINHO PRÓXIMO À COCHEIRA.	1915
	75	THOMAZ URSO	RECONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM SEIS BAIAS, ISOLAMENTO, E QUARTOS DE FORRAGEM E OUTRO PARA ZELADOR.	1915
		TOMMASO URSO	REFORMA DE COCHEIRA COM DEZ OU ONZE (...) BAIAS.	1919
	78	FRANCISCO VOLPE	PROJETO DE COCHEIRA COM CINCO BAIAS E QUARTO DE FORRAGEM, NOS FUNDOS DO TERRENO. CASA EXISTENTE NA FRENTE.	1910
		FRANCISCO VOLPE	RECONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM SEIS BAIAS, ISOLAMENTO, E QUARTO DE FORRAGEM.	1915
		FRANCISCO VOLPE	REFORMA DE UMA COCHEIRA COM 4 BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO, EM CUJA FRENTE HÁ UM PRÉDIO DE “HABITAÇÃO”.	1918
		FRANCISCO VOLPE	REFORMA DE COCHEIRA COM SEIS BAIAS.	1919
	81	JOÃO AMMIRABILE	REFORMA DE COCHEIRA COM 6 BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1920
	123	JOÃO COFONE	PROJETO DE COCHEIRA COM DUAS BAIAS NOS FUNDOS DO TERRENO.	1908
	124-126	JOSÉ COFFONE	REFORMA DE COCHEIRA COM UMA BAIA E ISOLAMENTO NOS FUNDOS DOS PRÉDIOS.	1915
		JOSÉ COFONE	REFORMA DE COCHEIRA COM CINCO BAIAS.	1919

	146	BIAGIO MILITO	REFORMA DE COCHEIRA COM SEIS BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO. PRESENÇA DE CONSTRUÇÃO NA FRENTE.	1918
SANTO AMARO	106	BERNARDINO ERVEDAL	REFORMA DE UMA COCHEIRA COM 3 BAIAS.	1918
SANTO ANTÔNIO	94 T	AGOSTINHO PEREIRA DE ARAÚJO	ESBOÇO DE BARRACÃO PARA DEPÓSITO DE CARROÇAS.	1908
	253	CARLOS BIAGINI	REFORMA DA COCHEIRA EXISTENTE (COM DUAS BAIAS).	1915
SÃO DOMINGOS	13-15	JOSÉ ANTÔNIO CARUSO	CONSTRUÇÃO DE UMA COCHEIRA.	1915
		JOSÉ CARUSO	REFORMA DE COCHEIRA, COM SEIS BAIAS.	1915
	41	PAULA CHIARELLA	REFORMA DE COCHEIRA COM DOZE BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1915
	41	ANTÔNIO PANZARDI	PROJETO DE ACRÉSCIMO E REFORMA DE UMA COCHEIRA COM 9 BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1918
	82-84	DOMINGOS ALBANEZ	CONSTRUÇÃO DE COCHEIRA.	1914
		DOMINGOS ALBANEZ	“RESIDENTE COM PADARIA” NESTE ENDEREÇO, SEGUNDO O QUAL O PROJETO DA COCHEIRA FOI TRANSFERIDO PARA OS FUNDOS DO TERRENO.	1914
		DOMINGOS ALBANEZE	REFORMA DE COCHEIRA E CONSTRUÇÃO DE BAIA DE ISOLAMENTO.	1918
SÃO VICENTE	49-51	RICCI & FRANCESCONI	CONSTRUÇÃO DE UMA COCHEIRA PARA DOIS ANIMAIS.	1915
SARACURA GRANDE (ATUAL ALM. MARQUES LEÃO)	10	(CRISTORO) DE BENEDETTO	PROJETO DE CASA NA FRENTE E COCHEIRA NO CENTRO DO TERRENO, COM DUAS BAIAS.	1913
	14	ACCACIO RODRIGUES	REFORMA DE COCHEIRA COM 5 BAIAS.	1921
SARACURA PEQUENA	-	JULIO PEREIRA DOS SANTOS	PROJETO DE CASA NA FRENTE DO TERRENO; E COCHEIRA COM OITO BAIAS, COM CÔMODO AO LADO, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1913
	32	NICOLA NATRIELLO	CONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM UMA BAIA.	1923
	45	CARLOS NATRIELLI	CONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS, DEPÓSITO DE FORRAGEM E BAIA DE ISOLAMENTO, NO CENTRO DO TERRENO (MUITO GRANDE!)	1916
TREZE DE MAIO	-	LEONARDO SPINOSO (CONSTRUTOR?)	PROJETO DE COCHEIRA PARA UM ANIMAL (?).	1908
	9	JOSÉ ANTÔNIO COZZA	REFORMA DE UMA COCHEIRA COM UMA BAIA. PRESENÇA DE HABITAÇÃO NO ALINHAMENTO.	1919
	13	JOSÉ CONTE	PROJETO DE REFORMA DE COCHEIRA COM UMA BAIA. CASA EXISTENTE NO ALINHAMENTO E GALINHEIRO NOS FUNDOS DO TERRENO.	1918
	23	JOSÉ TOCCI	CONSTRUÇÃO DE UMA COCHEIRA COM QUATRO BAIAS. PRESENÇA DE HABITAÇÃO NA FRENTE DO TERRENO; TELHEIRO E FORNO NOS FUNDOS.	1919
	23-25	THOMAZ PERUGINE	PROJETO DE CASA COM COCHEIRA NOS FUNDOS DO TERRENO.	1906
		THOMAZ PERUGINE	PROJETO DE ACRÉSCIMO EM CASA, ENVOLVENDO TAMBÉM O AUMENTO DE DUAS BAIAS NA COCHEIRA EXISTENTE.	1909
		THOMAZO PIROGINO	CONSTRUÇÃO DE FORNO NOS FUNDOS DO TERRENO, ONDE JÁ HÁ UMA COCHEIRA.	1914
		THOMAZ PEROGINI	REFORMA DE COCHEIRA COM DUAS BAIAS.	1919
	25	ANTÔNIO AMIRABILE	PROJETO DE CASA E COCHEIRA NOS FUNDOS DO TERRENO.	1908
	63	GENARO AMIRABOLO (?)	PROJETO DE COCHEIRA COM QUATRO BAIAS, QUARTO PARA DEPÓSITO (?) E ALPENDRE PARA ABRIGO DOS CARROÇÕES (?).	1909
	67	JOSÉ COSENTINO	PROJETO DE ACRÉSCIMO EM CASA EXISTENTE. COCHEIRA EXISTENTE NOS FUNDOS DO TERRENO.	1906
	85	CAETANO VALENTE	PROJETO DE CASA E COCHEIRA, COM TRÊS BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1911
	85-87	ANDREA LADOGANA	PROJETO DE CASA E COCHEIRA COM TRÊS BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1911
		ANDRÉ LADOGANA	REFORMA DE COCHEIRA COM DUAS BAIAS. CASA EXISTENTE NO CENTRO DO TERRENO.	1918
	91	ANTÔNIO AMMIRABILE	CONSTRUÇÃO DE UMA COCHEIRA COM UMA BAIA, NOS FUNDOS DO TERRENO.	1919
	93	CAETANO CONTE	CONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM 12 BAIAS, ALÉM DE QUARTO DE ISOLAMENTO E FORRAGEM.	1917
		CAETANO CONTE	RECONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM 5 BAIAS.	1920
	93 T	VICTOR CAVERNA	DEPÓSITO DE (?) E COCHEIRA COM SEIS BAIAS NOS FUNDOS DO TERRENO.	1907
	95	ALFEU SCANDURRA	PROJETO DE CASA E, NOS FUNDOS DO TERRENO, COCHEIRA COM SEIS BAIAS.	1908
	95	BENEDITO BETTOI (CONSTRUTOR)	PROJETO DE ACRÉSCIMO NA COCHEIRA, CONTENDO DUAS BAIAS, NOS FUNDOS DO TERRENO. CASA	1913

			EXISTENTE NA FRENTE.	
	99	SALVADOR ARNONE	CONSTRUÇÃO DE SOBRADO EM TERRENO QUE POSSUI CONSTRUÇÃO EXISTENTE NOS FUNDOS, ALÉM DE COCHEIRA.	1922
	102	SALVADOR SANFELIPPO	PROJETO DE CASA CONTENDO, NA SEQUÊNCIA DA MORADIA: DEPÓSITO, PADARIA E FORNO. NOS FUNDOS DO TERRENO, COCHEIRA COM TRÊS BAIAS.	1913
		SALVADOR SANFELIPPO	REFORMA DE COCHEIRA.	1914
	119	ROCCO TURSI	REFORMA DE COCHEIRA COM UMA BAIAS.	1919
	121	MIGUEL SICILLO	REFORMA DE COCHEIRA COM QUATRO BAIAS.	1919
	123	VICENTE SIRULLO	REFORMA DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS.	1919
	127	JOSÉ COSENTINO	CONSTRUÇÃO DE COCHEIRA COM 4 BAIAS.	1914
	148	LUÍS NESSE	CONSTRUÇÃO DE SOBRADO PARA PADARIA, COM LABORATÓRIO, FORNO E COCHEIRA NOS FUNDOS.	1914
	151	CAMILLA MARCHESE	CONSTRUÇÃO DE UMA COCHEIRA COM TRÊS BAIAS.	1915

Tabela 60 – Listagem cocheiras (1905-1923). Fonte: *Série Obras Particulares*, AHSP.

* Os casos destacados se referem às diferentes intervenções realizadas no imóvel pelo mesmo proprietário.

LOGRADOUROS	NÚMERO DE PROCESSOS ENVOLVENDO COCHEIRAS	NÚMERO REAL DE COCHEIRAS
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	2	2
CONSELHEIRO CARRÃO	7	5
CONSELHEIRO RAMALHO	2	2
DR. LUÍS BARRETO (ANTIGA RUA DO SOL)	5	5
FORTALEZA	1	1
JACEGUAI	1	1
JOÃO PASSALACQUA (ANTIGA MONTE DE OURO)	4	2
MAJOR DIOGO	7	5
MANOEL DUTRA	3	2
MARIA JOSÉ	7	4
QUATORZE DE JULHO	2	1
ROCHA	1	1
RUI BARBOSA	25	14
SANTO AMARO	1	1
SANTO ANTÔNIO	2	2
SÃO DOMINGOS	7	3
SÃO VICENTE	1	1
SARACURA GRANDE (ATUAL ALM. MARQUES LEÃO)	2	2
SARACURA PEQUENA (ATUAL DR. PLÍNIO BARRETO)	3	3
TREZE DE MAIO	30	23
TOTAL	113	80

Tabela 61 – Ocorrência de cocheiras por logradouros, entre 1905 e 1923. Fonte: *Série Obras Particulares*, AHSP.

Embora o maior número de cocheiras estivesse concentrado nas ruas Treze de Maio e Rui Barbosa, elas se disseminaram por praticamente todas as demais vias do bairro. Com exceção das ruas mais curtas – as transversais São Domingos, Quatorze de Julho, Manoel Dutra, São Vicente, Conselheiro Carrão e Fortaleza – quase todas eram vias que desembocavam na Av. Brigadeiro Luís Antônio, principal eixo de articulação com o Centro e a Av. Paulista. Esta era uma artéria de extrema importância tendo em vista o ligar o Centro aos bairros localizados ao sul da cidade – Morro dos Ingleses, Av. Paulista e Paraíso²²¹ –, e ao então município de Santo Amaro. No caso do Morro dos Ingleses e da Av. Paulista, tratava-se de bairros exclusivamente residenciais, cujos moradores

²²¹ Isso, para não falar no loteamento da Vila América, empreendimento lançado pela *Companhia Edificadora de Villa América* em 1915. Seguindo-se a Av. Brigadeiro Luís Antônio, e ultrapassada a Av. Paulista, o loteamento envolvia os terrenos localizados exatamente abaixo dessa avenida, dando origem ao bairro atualmente conhecido como Jardim Paulista.

constituíam uma clientela potencial para os comerciantes e prestadores de serviços estabelecidos nas ruas do Bexiga.

Tendo em vista o cenário acima descrito, ainda que não haja como confirmar concretamente a tese de que o produto do comércio e dos serviços oferecidos por negociantes do Bexiga se destinassem a abastecer outros bairros, as informações recolhidas na Série *Obras Particulares* fornecem fortes indícios nessa direção.

3.2.3 As cocheiras identificadas

Além da construção de novas cocheiras, as solicitações também podiam envolver a reconstrução, reforma, redução ou acréscimo de baias às construções mais antigas, razão pela qual os 113 processos originais reduziram-se a 80 casos, conforme se observa na Tabela 60, na qual foram agrupados os endereços coincidentes. Desses casos, em dez ocasiões foi possível identificar os proprietários que alteraram suas cocheiras de maneira a aumentar ou reduzir o número de baias.

Interessante notar que uma parcela das reformas visando à redução do número de baias em cocheiras existentes ocorreu em fase de crise econômica, durante o período da I Guerra Mundial. Alguns dos proprietários já haviam, inclusive, acrescido espaço para mais animais, contudo, em tempos de crise é provável que naquele momento optassem por diminuir as despesas. Um caso exemplar nesse sentido foi aquele de Francisco Volpe. Em 1910, ele construiu uma cocheira que continha cinco baias na rua Rui Barbosa n.78; em 1915, ele as reconstruiu, acrescentando mais uma baia; em 1918, ele novamente reformou a cocheira, agora eliminando duas baias; no ano seguinte, 1919, ele voltou a acrescentar mais uma baia à sua cocheira.

Na outra ponta dos proprietários de cocheiras, há aqueles que parecem ter tido mais sorte no negócio. Esse foi o caso, por exemplo, de Domingos Longo que em 1911 apresentou um “*projeto de casa com armazém no alinhamento e cocheira nos fundos do terreno, com sete baias*”, na rua Major Diogo n.83. Oito anos depois, em 1919, ele pediu licença para “*reforma de cocheira, com redução de 27 para 16 baias*”²²². Em algum momento entre os anos que se passaram desde a construção da cocheira, Longo acrescentou vinte baias à cocheira existente. Agora, ele reduzia o número de baias e, conseqüentemente, de animais. De toda maneira, mesmo levando em conta a eliminação de

²²² *Obras Particulares*, OP/1911/002.238, 17/05/1911; OP/Doc.18-CX.M1, 10/02/1919, AHSP. Um ano depois do encaminhamento do processo junto à Diretoria de Obras, o serviço de Emplacamento da Prefeitura alterou a numeração do imóvel para o número 91.

onze animais, a sua posição privilegiada em relação aos demais proprietários de cocheiras é indiscutível.

Parece lógico pensar que no caso das cocheiras com um alto número de baias tratava-se de um negócio provavelmente voltado para o transporte de mercadorias (ou como diríamos hoje, de frete). Do total das 80 cocheiras localizadas na Série *Obras Particulares*, 16 solicitações estavam claramente associadas a algum tipo de negócio, mas em apenas nove ocasiões foi possível identificar o solicitante ou o endereço fornecido no *Almanaque Laemmert*. A partir dos dados fornecidos pelas solicitações desses proprietários, elaborei a Tabela 62, na qual organizei um histórico de seus negócios, por meio do cruzamento das informações dos Almanques e da Série *Alvará e Licença*. Nos casos restantes, me apoiei nos históricos das solicitações sempre que houvesse alguma indicação que configurasse um potencial negócio. Afinal, nunca é demais lembrar que nem todo o negociante anunciava nos *Almanques Laemmert*.

N.	PROPRIETÁRIO/ NEGOCIANTE	LOGRADOURO	N.	HISTÓRICO	FONTE	ANO
1	CARLOS BIAGNI	SANTO ANTÔNIO	101	FÁBRICA DE CERVEJA	ALMANAQUE	1909/1910
	CARLOS VIAGINI	SANTO ANTÔNIO	149	SECOS E MOLHADOS	ALMANAQUE	1913/1914
	CARLOS BIAGINI	SANTO ANTÔNIO	153	REFORMA DA COCHEIRA EXISTENTE (COM DUAS BAIAS). PRESENÇA DE OFICINA	O.P.	1915
	CARLOS BIAGGINI	SANTO ANTÔNIO	156 A	SECOS E MOLHADOS	ALMANAQUE	1921/1927
2	DAVID DIAS FERREIRA (CONSTRUTOR)	JACEGUAI	31	PROJETO DE “QUARTO” PARA FORRAGENS NOS FUNDOS DO TERRENO, NA SEQUÊNCIA DE UMA COCHEIRA EXISTENTE.	O.P.	1909
	GONÇALVES & CUNHA	JACEGUAI	31	PADARIA JAVA	ALMANAQUE	1915
3	DOMINGOS ALBANEZ	SÃO DOMINGOS	82	CONSTRUÇÃO DE COCHEIRA.	O.P.	1914
	DOMINGOS ALBANEZ	SÃO DOMINGOS	84	“RESIDENTE COM PADARIA” NESTE ENDEREÇO, SEGUNDO O QUAL O PROJETO DA COCHEIRA FOI TRANSFERIDO PARA OS FUNDOS DO TERRENO.	O.P.	1914
	DOMINGOS ALBANEZE	SÃO DOMINGOS	82	REFORMA DE COCHEIRA E CONSTRUÇÃO DE BAIA DE ISOLAMENTO.	O.P.	1918
	DOMINGOS ALBONERY	SÃO DOMINGOS	82	AÇOUGUE	ALMANAQUE	1921/1923
	DOMINGOS ALBONEY	SÃO DOMINGOS	80	SECOS E MOLHADOS	ALMANAQUE	1921/1927
4	DOMINGOS LONGO	MAJOR DIOGO	83	PROJETO DE CASA COM ARMAZÉM NO ALINHAMENTO E COCHEIRA NOS FUNDOS DO TERRENO, COM SETE BAIAS .	O.P.	1911
	DOMINGOS LONGO	MAJOR DIOGO	91	SECOS E MOLHADOS	ALMANAQUE	1913/1923
	DOMINGOS LONGO	MAJOR DIOGO	91	REFORMA DE COCHEIRA, COM REDUÇÃO DE 27 PARA 16 BAIAS .	O.P.	1919
5	FRANCESCO DE MARCO	CONSELHEIRO CARRÃO	26	PROJETO DE ACRÉSCIMO DE CÔMODOS (ENTRE ELES UM FORNO) EM CASA EXISTENTE, COM COCHEIRA NOS FUNDOS DO TERRENO E ARMAZÉM NO ALINHAMENTO .	O.P.	1910
6	HONESTO CINQUINI	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	149	PROJETO DE BARRACÃO PARA DEPÓSITO DE CEREAIS, NOS FUNDOS DO TERRENO.	O.P.	23/09/1913
	ONESTO CINQUINI	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	151	PADARIA E CONFEITARIA	ALMANAQUE	1910/1923
	HONESTO CINQUINI	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	151	REFORMA DE COCHEIRA, DEPENDÊNCIA DA PADARIA E CONFEITARIA “NOVA SUISSA”.	O.P.	28/01/1915
	ONESTO CINQUINI	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	151	REFORMA E AUMENTO DE	O.P.	17/02/1919

				ARMAZÉM.		
7	MANANI IGNÁCIO	CONSELHEIRO CARRÃO	2	PLANTA DE COCHEIRA.	O.P.	1896
	IGNÁCIO MAMMANA	CONSELHEIRO CARRÃO	10	QUERENDO CONSTRUIR DOIS QUARTOS NO FUNDO DA CASA, PARA DEPOSITAR UMA “ARANHA”, ARREIOS E ALFAFAS, CONFORME A PLANTA JUNTA, SOLICITA A LICENÇA. PLANTA APRESENTA ACRÉSCIMO DE 2 CÔMODOS SEPARADOS E DESTINADOS A DEPÓSITOS.	O.P.	1905
	IGNACIO MAMANO	CONSELHEIRO CARRÃO	10	GENEROS ALIMENTÍCIOS	ALMANAQUE	1909
	IGNÁCIO MAMANNA	MARIA JOSÉ	JUNTO AO N.25	DESEJANDO CONSTRUIR COCHEIRA, SOLICITA APROVAÇÃO DA PLANTA.	O.P.	1899
	IGNÁCIO MAMMANA	MARIA JOSÉ	45	MODIFICAÇÃO DE COCHEIRA 6 BAIAS .	O.P.	1914
	IGNACIO MAMMANA	MARIA JOSÉ	45	ALTERAÇÃO DE PLANTA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA COCHEIRA COM 9 BAIAS .	O.P.	1919
8	JOAQUIM ANTUNES DOS SANTOS	FORTALEZA	-	- PROJETO DE COCHEIRA COM 4 BAIAS E QUARTO PARA FORRAGEM, PRÓXIMO DE COCHEIRA EXISTENTE. - PROJETO DE 6 CASAS, UMA DELAS COM ARMAZÉM .	O.P.	1906
	JOAQUIM ANTUNES DOS SANTOS (ERA PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL E NÃO DO NEGÓCIO)	FORTALEZA	7 E 10	VEM DIZER QUE NÃO SE RESPONSABILIZA POR NENHUMA INDÚSTRIA COLOCADA EM SUAS PROPRIEDADES, COMO SEJAM COCHEIRAS, FORNOS P/COZINHA (...) BEM COMO CURTUME E ‘SALGA’ DE COUROS. VEM FAZER ESTE AVISO A FIM DE ‘COLECTAR’ OS INQUILINOS QUE EXERCEM QUALQUER DESSAS PROFISSÕES EM SUA PROPRIEDADE. INDEFERIDO EM 21/02: "DE ACORDO COM A LEI É O PROPRIETÁRIO RESPONSÁVEL PELO IMPOSTO SOBRE COCHEIRAS, EMBORA ESTEJAM ELAS ALUGADAS A TERCEIROS (...)”.	A.L.	1911
9	JOSÉ TOCCI	TREZE DE MAIO	23	CONSTRUÇÃO DE UMA COCHEIRA COM QUATRO BAIAS . PRESENÇA DE HABITAÇÃO NA FRENTE DO TERRENO; TELHEIRO E FORNO NOS FUNDOS. PADARIA?	O.P.	1919
10	LUÍS NESSE	TREZE DE MAIO	148	CONSTRUÇÃO DE SOBRADO PARA PADARIA, COM LABORATÓRIO, FORNO E COCHEIRA NOS FUNDOS .	O.P.	1914
11	JOSÉ SCASSIOTA	RUI BARBOSA	68	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	ALMANAQUE	1909
	LUIZ TADDEI	RUI BARBOSA	66 - 68	REFORMA DE COCHEIRA COM 5 BAIAS . ISOLAMENTO E QUARTO DE FORRAGEM. DUAS CASAS EXISTENTES NA FRENTE DO TERRENO, ALÉM DE UM DEPÓSITO DE VINHO PRÓXIMO À COCHEIRA.	O.P.	1915
12	NUNCIO MAMANO	MAJOR DIOGO	83	PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA NA FRENTE E COCHEIRA COM TRÊS BAIAS NOS FUNDOS.	O.P.	1910
	NUNZIO MAMMANO	SANTO ANTÔNIO	159	COMUNICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO NEGÓCIO PARA O N.106, NA MESMA RUA E SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PARA TRANSFERÊNCIA.	A.L.	1911
	NÚNCIO MAMMANA	MAJOR DIOGO	93	REFORMA DE COCHEIRA COM TRÊS BAIAS .	O.P.	1919
13	SALVADOR SANFELIPPO	TREZE DE MAIO	102	PROJETO DE CASA CONTENDO, NA SEQUÊNCIA DA MORADIA: DEPÓSITO, PADARIA E FORNO . NOS FUNDOS DO TERRENO, COCHEIRA COM TRÊS BAIAS .	O.P.	1913
	SALVADOR SANFELIPPO	TREZE DE MAIO	102	REFORMA DE COCHEIRA.	O.P.	1914
14	THOMAZ LUPPO	RUI BARBOSA	24	DESEJANDO CONSTRUIR UMA CASA NO INTERIOR DO TERRENO, MURO COM PORTÃO E COCHEIRA, CONFORME PLANTA ANEXA, SOLICITA O ALINHAMENTO.	O.P.	1905

				NOS FUNDOS DO TERRENO, TANQUE E COCHEIRA PARA 3 ANIMAIS . ENTRADA LATERAL À DIREITA DO CORREDOR, PARA CARROÇAS.		
	THOMAZ LUPOLI	RUI BARBOSA	24	GENEROS ALIMENTÍCIOS	ALMANAQUE	1909
	THOMAZO LUPO	RUI BARBOSA	38	TRANSFERÊNCIA DO NEGÓCIO DESTE ENDEREÇO PARA O NÚMERO 37 NA MESMA RUA.	A.L.	1911
	THOMAS LUPPI	RUI BARBOSA	50	SECOS E MOLHADOS	ALMANAQUE	1913/1923
15	THOMAZ PERUGINE	TREZE DE MAIO	23	PROJETO DE CASA COM COCHEIRA NOS FUNDOS DO TERRENO.	O.P.	1906
	THOMAZ PERUGINE	TREZE DE MAIO	23	PROJETO DE ACRÉSCIMO EM CASA, ENVOLVENDO TAMBÉM O AUMENTO DE DUAS BAIAS NA COCHEIRA EXISTENTE.	O.P.	1909
	THOMAZO PIROGINO	TREZE DE MAIO	25	CONSTRUÇÃO DE FORNO NOS FUNDOS DO TERRENO , ONDE JÁ HÁ UMA COCHEIRA. PADARIA?	O.P.	1914
	THOMAZ PEROGINI	TREZE DE MAIO	25	REFORMA DE COCHEIRA COM DUAS BAIAS . PADARIA?	O.P.	1919
16	VICENTE LUPOLLI	RUI BARBOSA	32	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	ALMANAQUE	1909
	VICENTE LUPO	RUI BARBOSA	46	REFORMA DE UMA COCHEIRA DE UMA BAIJA , NOS FUNDOS DO TERRENO, EM CUJA FRENTE HÁ UM PRÉDIO DE “HABITAÇÃO”. PADARIA? PRESENÇA DE UM FORNO EM FRENTE DA COCHEIRA.	O.P.	1918

Tabela 62 – Histórico dos negociantes proprietários de cocheiras. Fonte: Séries *Obras Particulares* e *Alvará e Licença*, AHSP; *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

* As siglas **O.P.** e **A.L.** referem-se, respectivamente, aos documentos gerados pelas séries *Obras Particulares* e *Alvará e Licença*.

Como é possível verificar na Tabela 63, a tendência predominante eram cocheiras com duas, três e seis baias. Aqui é importante destacar que vários desses casos podem se referir a uma única cocheira ou a um único proprietário, sempre que esse tivesse decidido aumentar ou reduzir as instalações para animais e veículos, o que ocorreu diversas vezes. Daí o número de casos superar o número total de cocheiras identificadas. A questão é que essa situação podia se alterar no decorrer dos anos e na medida de suas conveniências.

ANO	1 BAIJA	2 BAIAS	3 BAIAS	4 BAIAS	5 BAIAS	6 BAIAS	7 OU + BAIAS	SEM INDICAÇÃO	TOTAL
1905	-	-	3	-	-	-	-	1	4
1906	-	2	-	4	-	-	-	3	9
1907	-	-	1	-	-	1	-	-	2
1908	1	1	-	-	-	2	-	2	6
1909	-	-	1	1	-	1	-	2	5
1910	-	-	1	-	1	-	-	1	3
1911	-	-	3	1	-	-	1	-	5
1912	-	-	2	-	-	-	1	1	4
1913	-	2	2	-	-	-	2	-	6
1914	-	-	1	1	-	2	-	5	9
1915	1	5	2	1	1	6	1	2	19
1916	1	-	1	-	-	-	-	-	2
1917	-	-	-	-	-	-	1	-	1
1918	3	2	2	2	-	3	1	2	15
1919	4	3	4	2	1	1	4	-	19
1920	2	-	-	-	2	1	-	-	5
1921	-	-	-	-	1	-	-	-	1
1922	-	-	-	-	-	-	-	1	1
1923	1	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	13	15	23	12	6	17	11	20	117

Tabela 63 – Cocheiras, por número de baias (1905-1923). Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Em relação às cocheiras de maiores dimensões, foram identificados sete casos, distribuídos pelas ruas Major Diogo, Maria José, Rui Barbosa, São Domingos e Saracura Pequena. Foi possível verificar a tendência para aumento da construção ou reforma das cocheiras em determinados períodos, o que ocorreu principalmente nos anos de 1915, 1918 e 1919. Em 1915, mais proprietários encaminharam pedidos de licença para construção e/ou reforma de cocheiras, num total de 19 casos, sendo que ali se destacaram as cocheiras com duas baias (5) e as cocheiras com seis baias (6). Na sequência, em 1918, foram identificados 15 casos. Ali, a única categoria ausente é aquela das cocheiras com 5 baias, visto que as demais categorias foram todas contempladas. Já em 1919 ocorreram 19 processos, nos quais se percebe a prevalência de cocheiras com uma baia (4), cocheiras com três baias (4) e cocheiras com sete ou mais baias (4).

RUA	N.	PROPRIETÁRIOS	HISTÓRICO	N. BAIAS	ANO
MAJOR DIOGO	83-91*	DOMINGOS LONGO	CONSTRUÇÃO	7	1911
			REFORMA C/REDUÇÃO	16	1919
MAJOR DIOGO	83	PEDRO AMARO	CONSTRUÇÃO	14	1913
MARIA JOSÉ	45	IGNACIO MAMMANA	CONSTRUÇÃO	9	1919
RUI BARBOSA	39	VICTOR MAMMANA	CONSTRUÇÃO	9	1912
		VICTOR MAMMANA	REFORMA	7	1919
RUI BARBOSA	75	TOMMASO URSO	REFORMA	11	1919
SÃO DOMINGOS	41	PAULA CHIARELLA **	REFORMA	12	1915
		ANTÔNIO PANZARDI **	ACRÉSCIMO	9	1918
SARACURA PEQUENA	-	JULIO PEREIRA DOS SANTOS	CONSTRUÇÃO	8	1913

Tabela 64 – Cocheiras com 7 ou mais baias. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

* Numeração do imóvel alterada a partir do Emplacamento de 1912, passando de 83 para 91.

** Aparentemente, trata-se do mesmo imóvel com proprietários diferentes.

Nesse momento, cabe retomar algumas informações fornecidas pela Lei n. 2117, especialmente o artigo primeiro, no qual estão discriminados os valores dos impostos sobre as cocheiras. Do total de solicitações encaminhadas à Diretoria de Obras entre 1905 e 1923, envolvendo a construção e/ou reforma de cocheiras, encontrei referências a 11 casos com mais de 7 baias, sendo que apenas 4 superavam a lotação para 11 ou mais animais/baias e, nesses casos, o imposto a pagar era de cem mil réis, mais 5% do total. Nos casos restantes, onde o número de animais abrigados era inferior a 10, o imposto a pagar anualmente restringia-se a cinquenta mil réis ou cinquenta mil réis mais 5%. Diante desses dados, verifica-se que a maioria absoluta das cocheiras pertencia a pessoas de pequenas e médias posses, o que provavelmente também se aplica aos supostos negócios envolvidos com essas cocheiras.

Na tentativa de ampliar o leque de dados sobre as cocheiras identificadas na Série *Obras Particulares*, assim como preencher lacunas deixadas por aquela documentação, busquei eventuais informações no lançamento do Imposto sobre Comércio e Indústria (ICI)

efetuado nos anos de 1923 e 1933²²³. Nesses documentos, o levantamento de todas as vias do bairro do Bexiga, distrito da Bela Vista, possibilitou a identificação inquestionável dos casos de cocheiras e garages. E, embora o número desses estabelecimentos tenha se mostrado bastante reduzido em relação aos exemplares encontrados nas *Obras Particulares*, eles confirmaram se tratar de uma atividade produtiva específica que, como qualquer outra “indústria”, estava sujeita à tributação. Após a seleção dos casos envolvendo *cocheiras de aluguel, cocheiras de animais, empresas de transporte e garages de aluguel*, essas informações foram cruzadas com aquelas disponibilizadas pelas *Obras Particulares*. Finalmente, a partir desses dados, organizei a Tabela 65, na qual constam: nome do proprietário e/ou da empresa; endereços atualizados segundo o ano do documento; o ramo e histórico da empresa; a fonte consultada; e, quando houvesse a referência, informação sobre a transformação da cocheira em outro tipo de negócio.

NOME	RUA	N.	RAMO HISTÓRICO	ANO	FONTE
ALFIO SCANDURA (BENEDITO BETTOI)	TREZE DE MAIO	95	CONSTRUÇÃO COCHEIRA 6 BAIAS	1908	OP
ALFIO SCANDURA	TREZE DE MAIO	95	ACRÉSCIMO DE 2 BAIAS	1913	OP
ALFIO SCANDURA	TREZE DE MAIO	143	REFORMA COCHEIRA 4 BAIAS	1920	OP
ALFIO SCANDURA	TREZE DE MAIO	181	COCHEIRA, ALUGUEL	1933	ICI
		(ANTIGOS 95 E 143)			
ANTÔNIO PANSARDI	SÃO DOMINGOS	41	ACRÉSCIMO COCHEIRA 9 BAIAS	1918	OP
ANTÔNIO PANSARDI	SÃO DOMINGOS	41	COCHEIRA, ANIMAIS	1923	ICI
ANTÔNIO PANSARDI	SÃO DOMINGOS	41	COCHEIRA, ALUGUEL	1933	ICI
AUTO PAULISTA LTDA.	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	76	GARAGE E OFICINA (*)	1933	ICI
BIAGIO MILITO	RUI BARBOSA	146	REFORMA COCHEIRA 6 BAIAS	1918	OP
BIAGIO MELITO (?)	RUI BARBOSA	140	COCHEIRA, ALUGUEL	1933	ICI
		(ANTIGO 146)			
CAMILLA MARCHESE	TREZE DE MAIO	151	CONSTRUÇÃO COCHEIRA 6 BAIAS	1915	OP
CAMILA MARCHEZA	TREZE DE MAIO	191	COCHEIRA, ALUGUEL	1933	ICI
		(ANTIGO 151)			
DOMINGOS BRUNO	MAJOR DIOGO	111	REFORMA COCHEIRA 6 BAIAS	1915	OP
			TRANSFORMAÇÃO EM EMPRESA DE TRANSPORTE	?	
DOMENICO BRUNO	MAJOR DIOGO	153	TRANSPORTE (EMPRESA DE)	1933	ICI
		(ANTIGO 111)			
FRANCISCO VOLPE	RUI BARBOSA	78	CONSTRUÇÃO COCHEIRA 5 BAIAS	1910	OP
FRANCISCO VOLPE	RUI BARBOSA	78	RECONSTRUÇÃO COCHEIRA 6 BAIAS	1915	OP
FRANCISCO VOLPE	RUI BARBOSA	78	REFORMA COCHEIRA 4 BAIAS	1918	OP
FRANCISCO VOLPE	RUI BARBOSA	78	REFORMA COCHEIRA 6 BAIAS	1919	OP
FRANCISCO VOLPI	RUI BARBOSA	72	COCHEIRA, ALUGUEL	1933	ICI
		(AO LADO DO 74, ANT. 78)			
GIACOMO DI LASCIO	CONSELHEIRO RAMALHO	213	REFORMA COCHEIRA 6 BAIAS	1918	OP
GIACOMO DE LASCIO	CONSELHEIRO RAMALHO	201	COCHEIRA, ALUGUEL	1933	ICI
		(ANTIGO 213)			
JOSÉ (CAPULLO)	QUATORZE DE JULHO	47	COCHEIRA, ANIMAIS (*)	1923	ICI
LUÍS MANTACELLI	JOÃO PASSALACQUA	26	CONSTRUÇÃO COCHEIRA	1912	OP
LUÍS MONTICELLI	JOÃO PASSALACQUA	26	REFORMA COCHEIRA 4 BAIAS	1915	OP
LUÍS MONTICELLI	JOÃO PASSALACQUA	26	REFORMA COCHEIRA 3 BAIAS	1919	OP

²²³ É importante deixar claro que muitas das informações complementares que obtivemos no decorrer deste trabalho, embora tenham sido resultado de intensa pesquisa, também foram fruto do acaso. Em muitas ocasiões, a busca por uma determinada informação terminava por indicar uma nova fonte, abrindo novas perspectivas. Esse foi o caso dos impostos relacionados: *Recebedoria de Rendas da Capital*, exercício de 1923, *Imposto de Commercio e Industria*, *Suplemento do Diario Official do Estado de São Paulo*, de abril de 1923; *Relação dos lançamentos efetuados pela Recebedoria de Rendas de São Paulo – Imposto de Comércio e Indústria*, *Jornal do Estado*, 10/06/1933. Localizamos também os editais de *Lançamento do Imposto de Commercio*, de 17/02/1916, que indicam somente o valor a pagar, mas não a área de atuação do contribuinte. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>. Consultas em 09/12/2013, 20/08/2014 e 15/01/2015.

			TRANSFORMAÇÃO EM GARAGE	?	
LUIZ MONTICELLI	JOÃO PASSALACQUA	26	GARAGE, ALUGUEL	1933	ICI
MASIONE FORTUNATO	MAJOR DIOGO	43 A	GARAGE, ESTADIA (*)	1933	ICI
PASCHOAL GRAZIANO	SOL	63 T	CONSTRUÇÃO COCHEIRA 3 BAIAS	1912	OP
PASCHOAL GRAZIANO	SOL	63 T	CONSTRUÇÃO COCHEIRA 3 BAIAS	1913	OP
PASCHOAL GRACIANO	DR. LUIS BARRETO (ANTIGA RUA DO SOL)	91	COCHEIRA, ANIMAIS	1923	ICI

Tabela 65 – Cocheiras, garages e empresas de transporte identificadas na cobrança do Imposto de Comércio e Indústria, nos anos de 1923 e 1933. Fontes: *Obras Particulares* (AHSP) e *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (DOSP).

(*) Casos sem referências nas *Obras Particulares*.

A primeira informação que ressalta aos olhos é a distinção entre as *cocheiras de animais* e as *cocheiras de aluguel* – as primeiras, supostamente voltadas ao abrigo de animais, e as segundas, mais especificamente ao aluguel de vagas para animais e provavelmente veículos. Contudo, essa distinção talvez não fosse tão rígida, pois no caso de Antônio Pansardi, proprietário de uma cocheira com 9 baias à rua São Domingos n.41, único a figurar nas relações de contribuintes de 1923 e 1933, em um ano a cocheira é *de animais* e no outro, *de aluguel*.

A transformação do serviço de cocheiras em outros negócios relacionados ao transporte ocorreu em duas ocasiões. A primeira foi aquela em que Domingos Bruno, que em 1915 era proprietário de uma cocheira com 6 baias na rua Major Diogo e que consta no lançamento do imposto de 1933 como proprietário de uma *empresa de transportes*. Possivelmente, a antiga cocheira de Bruno também se destinasse ao transporte de objetos, móveis, mercadorias etc., servindo aos comerciantes locais necessitados de veículos para entrega dos seus produtos. A segunda ocasião em que foi identificada uma mudança de “ramo” se refere a Luís Monticelli. Este possuía uma cocheira à rua João Passalacqua n.26 desde 1912, ano em que pediu autorização para a construção da mesma sem definir o número de baias. Monticelli voltou a procurar a Diretoria de Obras para fazer alterações no imóvel em 1915 e 1919, ora indicando 3, ora 4 baias. Em 1933, ele aparece como proprietário de uma *garage de aluguel*, do que se infere que o espaço não servia mais ao abrigo de animais e carroças, mas sim de automóveis. Não foi possível saber em que momento ele optou por essa mudança, mas a identificação de negócios sujeitos à contribuição do Imposto sobre Comércio e Indústria naquele ano, deixa claro que àquela altura o automóvel movido à motor de combustão era uma realidade inquestionável. Entre as 38 atividades ligadas ao transporte de pessoas e veículos, há 20 casos que de alguma maneira se vinculavam a esse tipo de veículo: garages, oficinas mecânicas, postos de gasolina, vulcanização de veículos, comércio de automóveis, peças, pneus e óleos. Assim, é possível deduzir que Monticelli tenha procurado se aproveitar da nova moda para incrementar seu negócio...

Infelizmente, entre os 38 contribuintes citados pela *Recebedoria de Rendas de São Paulo* em 1933, só foi possível identificar 9 proprietários presentes na *Série Obras Particulares*. Creio que a ausência desses negociantes pode ser atribuída basicamente a dois motivos: o amplo espaço de tempo investigado e negócios que eventualmente tenham sido encerrados sem que seja possível saber os motivos, bem como – por que não – imaginar a possibilidade de parte desses serviços ter funcionado na informalidade.

Se nos anos apontados houve um aumento efetivo de processos envolvendo as cocheiras do bairro, a partir de 1920 houve um decréscimo radical. A *Série Obras Particulares* cobre apenas o período até 1923, inviabilizando constatações posteriores a esse ano. No entanto, há a possibilidade de a ausência de processos envolvendo cocheiras a partir desse ano também se relacionar a uma tendência de desaparecimento dessas tipologias. Embora alguns testemunhos iconográficos indiquem a presença das carroças nas ruas da cidade, pelo menos até os anos 1940, cremos que a partir dos anos 1920, o crescente processo de metropolização da cidade implicou a tendência de as cocheiras serem “expulsas” para “novos” arrabaldes. Por outro lado, a cobrança do Imposto de Comércio e Indústria de 1933 indica que na década de 1930 já se iniciava uma gradual substituição dos veículos à tração animal utilizados no transporte de cargas, por aqueles motorizados.

Figura 117 – Entregador de bebidas. Hildegard Rosenthal, c.1940. Fonte: Instituto Moreira Salles²²⁴.

²²⁴ As Figuras 120 e 121 disponíveis em:
http://fotografia.ims.uol.com.br/Sites/pincollection.aspx?collectionName=%7B0b8f9208-8ce6-46e7-a43a-349d35f863f2%7D#1401138460446_2. Consulta em: maio de 2014.

Figura 118 – Carroças para entrega e/ou venda de verduras nas proximidades do Mercado central. Hildegard Rosenthal, c.1940. Fonte: Instituto Moreira Salles.

Figura 119 – Carroceiro. Hildegard Rosenthal, c.1940. Fonte: Instituto Moreira Salles²²⁵.

3.2.4 Alguns casos exemplares

A seguir, abordarei alguns casos que podem ajudar a refletir sobre a natureza dessa tipologia e, quem sabe, deixem entrever respostas.

²²⁵ Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1482361>. Consulta em maio de 2014.

Ignacio Mammana possuía cocheiras em duas ruas diferentes: na Conselheiro Carrão n.10 e na Maria José n.45. Nas solicitações de licença da Serie *Obras Particulares*²²⁶ há um documento de 1896 referente à construção de uma cocheira no n.2 da rua Conselheiro Carrão, em nome de um certo Manani Ignacio. Em 19/10/1905 ele era proprietário de uma casa à rua Conselheiro Carrão n.10, mesmo endereço fornecido no almanaque de 1909 e, possivelmente, o mesmo imóvel alvo do processo de 1896. Naquele momento ele solicitou à Diretoria de Obras uma licença para “*construir dois quartos no fundo da casa, para depositar uma ‘aranha’, arreios e alfafas, conforme a planta junta*”. Conforme a definição fornecida pelo dicionário *Michaelis*, a “aranha” a que se referia Mammana era um “*carro pequeno de duas rodas, puxado por um só cavalo*”²²⁷. Não foi possível obter uma imagem do veículo para saber das suas dimensões, se servia para o transporte de mercadorias ou se era apenas um transporte para poucos passageiros. De qualquer forma, a construção dos ‘quartos’ devia servir, além de depósito para a ‘aranha’, como abrigo ao animal de tração (burro ou cavalo) e para isso os “*arreios e alfafas*”. Quanto à cocheira da rua Maria José n.45, pode ter sido construída em 1899, pelo que se deduz do requerimento encaminhado por Mammana naquele ano: “*desejando construir cocheira, solicita aprovação da planta, para a rua Maria José, junto ao 25*”²²⁸.

Mais significativo do que os cômodos construídos na rua Conselheiro Carrão, foi a cocheira “*modificada*” em 1914 na rua Maria José n.45, uma instalação de dimensões razoáveis, contando na ocasião com seis baias. Porém, no mesmo endereço há, na data de 14/01/1919, um pedido de “*alteração de planta para construção de uma cocheira com 9 baias*”. O projeto original havia sido aprovado em 31/08/1915 e contava com o carimbo da Diretoria de Obras de 1918²²⁹. Por algum motivo, provavelmente por algum desacordo com a legislação, a solicitação de Ignácio Mammano só foi aprovada quatro anos mais tarde. Nesse momento, ele já havia decidido ampliar a cocheira e o número de nove baias certamente previa um tráfego intenso, fosse de pessoas ou de mercadorias. Naquele ano, a cocheira localizava-se no último terreno ocupado da rua Maria José n.45, antes do cruzamento com a rua Conselheiro Carrão. O acesso dali para a Av. Brigadeiro Luís Antônio era muito fácil. Bastava entrar à esquerda na rua Conselheiro Carrão e, em seguida, entrar novamente à esquerda na rua Humaitá, percorrer aproximadamente 100

²²⁶ Na Série *Obras Particulares*, os processos envolvendo anos anteriores a 1906 encontram-se encadernados em volumes. O requerimento em questão faz parte do volume 3.

²²⁷ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=aranha>.

²²⁸ *Obras Particulares*, OP/Vol.244, p.44, 14/04/1899, AHSP, levantamento em 2007-2008.

²²⁹ *Obras Particulares*, OP/Cx.M2, 27/12/1914, OP/ Doc.43 – Cx.M2, 14/01/1919, AHSP.

metros, e já se chegava à avenida. A partir da avenida, as possibilidades variavam entre o centro da cidade, à esquerda, e a Av. Paulista e bairros adjacentes, à direita. Essa, decididamente era uma posição privilegiada.

Figura 120 – Localização das cocheiras de Ignácio Mammana, nas ruas Conselheiro Carrão n.10 e Maria José n.45. Fonte: Planta SARA Brasil, 1930. AHSP.

Em 1911, Domingos Longo construiu uma casa contendo um armazém na frente do prédio e uma cocheira com sete baias nos fundos do terreno na rua Major Diogo n.83. Oito anos mais tarde ele reformou a cocheira, estranhamente, reduzindo o número de baias “de 27 para 16 baias”! Ainda que não haja nesse intervalo de tempo outro processo em seu nome, tratava-se do mesmo imóvel.

Em 1913, Longo anunciou pela primeira vez no *Almanaque Laemmert* seu armazém de secos e molhados instalado naquela casa. Conforme notícia divulgada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 28/09/1920, sobre um incêndio ali ocorrido, aquele também era o endereço da sua residência. No mesmo jornal constam dois imóveis em seu nome, ambos na Av. Brigadeiro Luís Antônio, acima da Av. Paulista. Em 06/09/1924, ele comprou de Rodolpho Barbosa & Cia. o armazém de secos e molhados situado na rua Lourenço Prado n.94²³⁰. Por essas notícias é possível deduzir que, ou o negócio prosperou, ou Longo já possuía mais posses do que podíamos imaginar. Não foi possível confirmar se ele realmente prestava serviços para outros comerciantes, mas é fato que ele diversificou seus investimentos.

Conforme verificado na Figura 122 abaixo, a cocheira de Longo localizava-se próximo à rua Conselheiro Carrão e os fundos do terreno davam acesso à rua Humaitá

²³⁰ *Obras Particulares*, OP/1911/002.238; e OP/Doc.18-Cx.M1, 10/12/1919. AHSP; *O Estado de São Paulo*, respectivamente 13/06/1916, p.6; 03/07/1919, p.5; 20/01/1924, p.7; 06/09/1924, p.8.

que, em 1930, ainda não tinha sido arruada. Assim os veículos da cocheira dispunham de duas opções de acesso à Av. Brigadeiro Luís Antônio, pela rua Major Diogo ou (mais fácil ainda) pela Humaitá. Se seguisse a rua Humaitá, logo estaria no bairro da Liberdade ou no Paraíso; já a Av. Brigadeiro Luís Antônio, além de abrir caminho para o centro e a Av. Paulista, lhe permitia acessar os outros imóveis de sua propriedade naquela mesma via.

Figuras 121 a e b – Projeto apresentado por Domingos Longo, em 17/05/1911, para a construção de “*casa com armazém no alinhamento e cocheira nos fundos do terreno, com sete baias*”, na rua Major Diogo n.83. Na Figura 7, a fachada do armazém; na Figura 8 vemos a cocheira instalada no fundo do terreno, com a indicação de estar a 30 metros de distância da construção principal. Essas edificações dariam origem ao processo de 10/02/1919, quando Longo solicitou licença para a “*reforma de cocheira, com redução de 27 para 16 baias*”. Fonte: Série Obras Particulares, AHSP.

Figura 122 – Localização da cocheira de Domingos Longo, à rua Major Diogo. Fonte: Planta SARA Brasil, 1930. AHSP.

Embora os casos de Domingos Longo e Ignácio Mammana não autorizem afirmações categóricas acerca de uma prestação de serviços para outros comerciantes, é possível duvidar que cocheiras com número elevado de baias se restringissem ao negócio pessoal desses comerciantes. Até porque, no caso de Ignácio Mammana, seu armazém de

secos e molhados na rua Conselheiro Carrão parece não ter se mantido após 1909, a partir de quando não se tem mais notícias de quaisquer outros imóveis em seu nome naquele local. Já a outra cocheira, construída na rua Maria José em 1899, vinte anos depois, ainda era alvo de novos acréscimos.

Victor Mammana possivelmente fosse parente de Ignácio. Até pelo fato de seu nome não constar nos anúncios do Almanaque, as dimensões de sua cocheira localizada à rua Rui Barbosa n.39 autorizam a pensar que se tratava de um negócio de transporte de pessoas ou mercadorias. Tudo começou com o requerimento encaminhado à Diretoria de Obras e Viação, em 1912, no qual Victor apresentou “*projeto de cocheira com nove baias nos fundos do terreno, contendo entrada para carroças e uma casa existente na frente*”.

Figura 123 – Projeto da cocheira construída por Victor Mammana em 1912, na rua Rui Barbosa n.39. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Em 1915, ele pediu licença para efetuar “*reforma de cocheira com seis baias, baia de isolamento e depósito de forragem*”, mas teve dificuldades para aprovar o projeto. De acordo com a Lei n.1.550, as cocheiras deviam ficar, pelo menos, a 300 metros de distância dos Grupos Escolares e os proprietários das existentes deveriam providenciar sua transferência para outro local. A cocheira de Victor Mammana localizava-se nas proximidades do Grupo Escolar Maria José (Figura 124), mas parece que não o suficiente, pois em 05 de agosto desse ano seu pedido foi deferido²³¹. Ele voltou a reformar a cocheira em 1918 e 1919, sendo que desta última vez a licença foi para “*reforma de uma cocheira com sete baias*”²³².

²³¹ De acordo com a Lei n. 1.550, as cocheiras deveriam ficar a, pelo menos, 300 metros de distância dos grupos escolares “*ou de qualquer estabelecimento escolar internato*”, 11/06/1912. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L1550.pdf>.

²³² *Obras Particulares*, OP/1912/003.731, 27/08/1912; OP/1915.003.317-Cx 412, 05/08/15; OP/Doc.37 – Cx.R2, 15/07/1918; e OP/Doc.48-Cx.R3, 23/03/1919, AHSP.

Carlos Biagini fazia parte do grupo de proprietários de pequenas cocheiras. Ele possuía, pelo menos desde 1913, um armazém de *secos e molhados* sito à rua Santo Antônio n.149. Em 1915, Biagini solicitou à Diretoria de Obras licença para a “*reforma da cocheira existente*” na rua Santo Antônio n.153²³³. De acordo com o projeto encaminhado, o acesso ao terreno e à cocheira (com duas baias) se dava através da rua São Domingos, onde também havia um prédio para “oficina”.

²³³ *Obras Particulares*, OP/1915.003.456-Cx414, 06/09/1915, AHSP.

A cocheira localizava-se numa área muito próxima à rua Martinho Prado, no lado oposto da rua Santo Antônio, em cuja esquina Biagini possuía o sobrado n.156, este também com espaço comercial instalado no piso térreo. Em 1914, esse espaço era ocupado por um bar, de propriedade de *Alves & Azevedo*, mas a partir de 1921 a casa comercial de Biagini passou a funcionar no local. O que importa nessas informações é justamente a localização das propriedades de Carlos Biagini, nas proximidades da rua Martinho Prado (Figura 126), via de ligação entre os bairros do Bexiga e Consolação, o que remete à possibilidade de um intercâmbio comercial entre esses bairros. Quem sabe, os produtos disponíveis no armazém do comerciante podiam ser entregues nos domicílios dos clientes através das carroças estacionadas na cocheira da rua Santo Antônio?

Figura 126 – Localização das propriedades de Carlos Biagini: o sobrado, no n. 156; a cocheira, no número 153; e a casa no n.149. Fonte: Planta SARA Brasil, 1930. AHSP.

Outro caso da mesma época foi o de Domingos Albanez. Em 19/06/1913, consta na Série *Obras Particulares*, um pedido de licença em seu nome para a construção de um sobrado com armazém no n.80 da rua São Domingos²³⁴. Em 21 de janeiro do próximo ano, Albanez pediu autorização para a construção de uma cocheira no n.82 da mesma rua. O pedido foi alterado pelo comerciante em 05 de dezembro do mesmo ano, quando Albanez informou que era ali “*residente com padaria*” e que o projeto da cocheira havia sido transferido para os fundos do terreno de n.84. Apesar das discrepâncias em torno da numeração do imóvel, em 12/10/1915 o jornal *O Estado de São Paulo* divulgava, entre as

²³⁴ *Obras Particulares*, OP/1913/004.609, 19/06/1913, AHSP.

plantas aprovadas pela Delegacia Fiscal do município, a planta encaminhada por Domingos Albanez. Tratava-se da tradicional *Padaria São Domingos*, um dos raros exemplos de comércio e prédio remanescente no bairro do Bexiga, cujo projeto original reproduzimos abaixo.

Figura 127 – Projeto arquitetônico de 19/06/1913 (contendo planta baixa, fachada e elevação), proposto por Domingos Albanez para o prédio a ser construído na rua São Domingos n.80. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Entretanto, Domingos Albanez só iria divulgar seu negócio em 1921, quando o *Almanaque Laemmert* registra a presença de uma casa de *secos e molhados* no n.80 da rua São Domingos, e de um *açougue* no n.82, ambos em nome de um certo Domingos Alboney, certamente a mesma pessoa. Tudo indica que o começo não foi muito fácil e que o comerciante testou diferentes possibilidades antes de consolidar o nome da casa. Essa possibilidade é corroborada pelo *site* oficial da padaria: *“no início (do empreendimento), Domenico teve que se dedicar muito e, com uma carrocinha puxada a burro fazia a entrega dos pães pelas ruas do bairro e acabou aprendendo a profissão de padeiro”*²³⁵ (grifo nosso).

A informação confirma a entrega domiciliar de pães, justificando assim a presença da cocheira construída por volta de 1915. Em relação à localização, naquele momento a padaria de Albanez se encontrava nas proximidades da rua Santo Antônio²³⁶, portanto, com acesso relativamente fácil para o bairro da Consolação, via rua Major Quedinho. A localização também era estratégica para acesso à rua Augusta, via rua Martinho Prado e

²³⁵ Informação disponível no site <http://www.paoitalianosadomingos.com.br/historia.html>.

²³⁶ Entre 1968 e 1971, a rua São Domingos, além de outras vias do bairro da Bela Vista, foi “cortada” pela construção do Viaduto Júlio Mesquita, parte da Ligação Leste-Oeste, o que impede a travessia à pé em direção às ruas Rui Barbosa, Treze de Maio e Santo Antônio.

ainda para o grande distrito da Bela Vista, via a rua Paim. Para o Centro, o caminho era a rua Santo Antônio (Figura 128).

Figura 128 – Localização da cocheira e da padaria de Domingos Albanez, à rua São Domingos números 82 e 84. Fonte: Planta SARA Brasil, 1930. AHSP.

João Ammirabile, proprietário de um açougue na rua da Abolição n.4 apareceu poucas vezes no *Almanaque Laemmert*. Seu nome figurou apenas nos volumes de 1921 e no biênio 1922/23. Porém, a referência mais significativa a seu nome consta nos documentos da Série *Obras Particulares*, em 01/10/1920, quando Ammirabile pediu licença para fazer a “*reforma de cocheira com seis baias, nos fundos do terreno*” localizado à rua Rui Barbosa n.81²³⁷. Tendo em vista a grande distância entre a localização do açougue, na rua Abolição, e da cocheira, na rua Rui Barbosa, é possível que esses empreendimentos fossem independentes um do outro. A cocheira com instalações para seis animais sugere um número correspondente de carroças ou de carroças maiores tracionadas por mais de um animal. Ambas as situações levam a pensar em um grande volume de mercadorias a serem transportadas. Todavia, a localização da cocheira em relação às vias de acesso a outros bairros não era das mais favoráveis. Para atingir a rua Santo Antônio ele teria que pegar à direita da rua Rui Barbosa, seguir até a rua Manoel Dutra, entrar à esquerda, e logo em seguida entrar na rua Treze de Maio à direita, seguindo até atingir a rua Santo Antônio. Já o acesso à Av. Brigadeiro Luís Antônio era um pouco mais fácil, bastava seguir a Rui Barbosa até o encontro desta com a avenida. A partir dali se abriam

²³⁷ *Obras Particulares*, sem referências, 14/08/1920. AHSP.

outras possibilidades: o Centro, a Av. Paulista e os bairros da Liberdade e Paraíso (Figura 129).

Figura 129 – Localização da cocheira de João Ammirabile, à rua Rui Barbosa n.81. Fonte: Planta SARA Brasil, 1930. AHSP.

Embora a Av. Brigadeiro Luís Antônio tenha sido ocupada preferencialmente pelos segmentos mais abastados e por atividades produtivas mais especializadas, ali também havia uma cocheira. Era o caso da *Padaria e Confeitaria Nova Suíça*, de propriedade de Honesto Cinquini, localizada no n.151²³⁸ (Figura 130). Em 1913, Cinquini construiu nos fundos do terreno, ao lado do estabelecimento, um depósito de cereais para sua padaria. Somente em 1915 ficamos sabendo que anexo à padaria havia uma cocheira, ocasião em que ele solicitou licença para a reforma da mesma, sem mencionar suas dimensões. Alguns anos mais tarde, em 1919, Cinquini encaminhou à Diretoria de Obras um pedido de licença para fazer uma “*reforma e aumento de armazém*”²³⁹. Os três casos se relacionam diretamente ao negócio que, de acordo com o *Almanaque Laemmert*, funcionou naquele endereço entre 1910 e 1923. Os negócios pareciam prosperar, contudo, um comunicado

²³⁸ Posteriormente, em 05/05/1919, o imóvel seria alvo dos serviços de Emplacamento da Prefeitura, quando sua numeração foi alterada, passando do n.151 para o n.157.

²³⁹ *Obras Particulares*, OP/1913/000.939, 23/09/1913; OP/Cx.363, 28/01/1915; OP/Doc.30-Cx.B7, 17/02/1919, AHSP.

publicado em *O Estado de São Paulo* no mesmo ano indica que a padaria foi comprada pela firma Quintas & Pedrosa.

Figura 130 – Localização da Padaria e Confeitaria Nova Suissa, de Honesto Cinquini, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 151. Fonte: Planta SARA Brasil, 1930. AHSP.

Figura 131 – *O Estado de São Paulo*, 26/09/1919.

Não há como saber os motivos que levaram à venda do estabelecimento. Nos exemplares do Almanaque de 1924 a 1927 já consta a referência a uma *Padaria Nova Suissa* justamente em nome de Quintas & Pedrosa, sita à Av. Brigadeiro Luís Antônio, 157.

Um caso especial de relação cocheira-negócios parece referir-se a membros de uma única família – os Lupo – e envolve um processo mais complexo que os demais analisados. O ponto de partida é a solicitação encaminhada por Vicente Lupo à Diretoria de Obras em 1918. Porém, antes de entrar nos detalhes desse documento é necessário retroagir no tempo. Entre 1905 e 1907, a *Série Obras Particulares* apresenta três processos envolvendo membros da família cujos endereços situam-se nos números 24 e 50 da rua Rui Barbosa. Em 25/02/1905, Thomaz Luppo, “*desejando construir uma casa (térrea) no interior do terreno,*

muro com portão e cocheira, conforme planta anexa, solicita o alinhamento”²⁴⁰. De acordo com a planta, nos fundos do terreno localizado à rua Rui Barbosa n.24 havia um tanque e cocheira para três animais. A licença foi concedida, mas para isso Lupo teve que assinar um termo de compromisso “*se comprometendo a não permitir (...) a criação de cortiço ou habitação colectiva*” no imóvel²⁴¹. Dois anos depois, em 27/04/1907, Thomaz Lupo, “*desejando aumentar mais um quarto nos fundos de seu prédio, solicita licença e aprovação*”. Agora, embora tivesse assinado o termo de compromisso por ocasião da construção da casa, Lupo foi acusado de “*ter criado cortiço no imóvel*” e multado em 100\$000 réis. Tratava-se do mesmo prédio construído três anos antes que, a partir do emplacamento de 1908, passou a n. 36²⁴². Os endereços até então fornecidos por Lupo se referem exclusivamente ao imóvel alvo de construção e reforma e a leitura da planta indica apenas a presença da cocheira, além de demonstrar que o prédio era de uso residencial. Assim, a inexistência de outros processos que envolvam posteriores alterações de usos no imóvel leva a crer que a única atividade de caráter comercial seria aquela representada pela cocheira.

Figura 132 – Projeto arquitetônico para a construção da casa de Thomaz Lupo, à rua Rui Barbosa n.24, onde podemos observar a “entrada de carroças” na frente do terreno e a cocheira com três baias nos fundos. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Entretanto, localizei um aviso em nome de Lupo na Série *Alvará e Licença*, datado de 22/05/1911, participando a “*transferência do negócio (não identificado) para o número 37 da mesma rua*”. O endereço de referência fornecido por Lupo era no n.38 da rua Rui Barbosa, local de sua residência pelo menos até 1914. Aqui, abro parênteses para um fato

²⁴⁰ *Obras Particulares*, v.421, 25/02/1905, AHSP, levantamento em 2007-2008. Grifo nosso.

²⁴¹ Informação disponível em: PARETO JR., Lindener – *O cotidiano em construção: os “práticos licenciados” em São Paulo (1893-1933)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPG-FAUUSP, 2011, p.153.

²⁴² *Índice de Emplacamentos* do município, emplacamento realizado em 25/07/1908. AHSP.

particular da vida dos Lupo que esclarece algumas questões e confirma outras. Ao buscar mais informações sobre esse personagem descobri uma notícia interessante no jornal *O Estado de São Paulo*. A matéria se intitula “*Por questões de honra*” e relata a tentativa de homicídio sofrida pelo carroceiro Thommazo Lupo em razão de seu filho Vicente ter mantido “*relações ilícitas com uma mocinha de nome Ripalta Vigliotti*”. Por conta da “*perda da honra*” da moça, Vicente foi processado pela família dela e condenado a um ano e poucos meses de prisão. Ocorre que os irmãos de Ripalta, Savério e Domingos Vigliotti, não satisfeitos com a prisão de Vicente, resolveram fazer justiça com as próprias mãos, e como o autor da desonra estivesse preso, resolveram que seu pai Thommazo deveria pagar pelos atos do filho. Sabendo que Thommazo devia transitar pela rua Santa Rosa com destino à estação do Pari, no dia 3 de janeiro, um sábado, foram até lá e aguardaram sua chegada e, quando ele passou com sua carroça, Saverio alvejou-o com três tiros²⁴³. Embora a notícia relatasse que Thommazo havia ficado “*mortalmente ferido*”, é evidente que ele sobreviveu à tragédia. Vicente, após cumprir a pena saiu da prisão e mais tarde tornou-se proprietário de uma cocheira... Essa notícia, além de confirmar a ocupação de Thomaz Lupo, esclarece outros pontos obscuros – os vínculos familiares dele com Vicente, seu endereço de moradia na rua Rui Barbosa n.38 e ainda a profissão e o endereço de Saverio Vigliotti: ele também um carroceiro, residente na rua Conselheiro Carrão n. 49. De fato, em 1918 ali havia uma cocheira que pertencia a Sabino Borelli.

Por outro lado, o fato de Thomaz transitar pelo bairro do Pari conduzindo a sua carroça sugere que ele estava a trabalho, ou seja, o ofício de carroceiro o levava a regiões distantes de sua residência e de sua cocheira. Não se sabe o que ele fazia na estação do Pari, talvez fosse ali entregar ou pegar alguma carga...

Alguns anos mais tarde, em 20/05/1921, Thomaz Lupo encaminhou solicitação à Diretoria de Obras, agora para a “*transformação de duas portas em janelas*” no prédio sito à rua Rui Barbosa n.37²⁴⁴. Tudo parecia indicar que se tratava da transformação de um espaço comercial em residencial – as portas da frente do prédio, originalmente destinadas ao acesso da freguesia do estabelecimento, foram substituídas por janelas, passando a conferir ao imóvel um caráter exclusivamente residencial²⁴⁵. Contudo, como veremos adiante, Lupo

²⁴³ *O Estado de São Paulo*, 04/01/1914, p.7.

²⁴⁴ *Obras Particulares*, OP/Doc.24-Cx.R6, AHSP.

²⁴⁵ Provavelmente em função do reflexo das crises econômicas que se abateram sobre a cidade desde o conflito mundial de 1914-17, esse foi um tipo de solicitação recorrente nos anos 1920. Podia se tratar de negócio do próprio dono do imóvel ou ainda de casa para locação. Nas duas circunstâncias, se o negócio não estivesse dando certo, alterar o imóvel para uso exclusivamente residencial poderia ser uma opção para o proprietário garantir sua renda mensal.

não estava desistindo do negócio, mas provavelmente adaptando o prédio para uma possível locação com fins residenciais.

Em 1913 e 1914, ele anunciou, pela primeira vez no *Almanaque Laemmert* um negócio de secos e molhados em outro endereço, na rua Rui Barbosa n. 41, o mesmo imóvel que, em 05/05/1922 merecera reforma “da fachada de prédio com armazém na frente”. Ocorre que, conforme notícia veiculada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 04/06/1929, tratava-se do endereço residencial de Thomaz Lupo²⁴⁶. Porém, já não era mais seu endereço comercial, pois de acordo com os números do *Almanaque Laemmert* para 1921 e 1922-23, nesses anos o armazém já funcionava na rua Rui Barbosa n.50.

DATA	RUA	N.	REQUERENTE/ PROPRIETÁRIO	HISTÓRICO/ ATIVIDADE	FONTE
25/02/1905	RUI BARBOSA	24	THOMAZ LUPPO	DESEJANDO CONSTRUIR UMA CASA NO INTERIOR DO TERRENO, MURO COM PORTÃO E COCHEIRA CONFORME A PLANTA ANEXA SOLICITA O ALINHAMENTO. EM ANEXO, TERMO DE COMPROMISSO, DATADO DE 23/03/1905.	OBRAS PARTICULARES
27/04/1907	RUI BARBOSA	24	THOMAZO LUPPO	DESEJANDO AUMENTAR MAIS UM QUARTO NOS FUNDOS DE SEU PRÉDIO, SOLICITA LICENÇA E APROVAÇÃO. EM 11/06/1907, O PROPRIETÁRIO FOI MULTADO EM 100\$000 “POR TER CRIADO CORTIÇO NO IMÓVEL”.	OBRAS PARTICULARES
22/05/1911	RUI BARBOSA	38	THOMAZO LUPO	TRANSFERÊNCIA DO NEGÓCIO (NÃO IDENTIFICADO) PARA O N. 37 DA MESMA RUA.	ALVARÁ E LICENÇA
1913/1921	RUI BARBOSA	41	THOMAS LUPPI	COMÉRCIO DE SECOS E MOLHADOS	ALMANAQUE LAEMMERT
20/05/1921	RUI BARBOSA	37	THOMAZ LUPPO	TRANSFORMAÇÃO DE DUAS PORTAS EM DUAS JANELAS	OBRAS PARTICULARES
05/05/1922	RUI BARBOSA	41	THOMAZ LUPPO	REFORMA DA FACHADA DE PRÉDIO COM ARMAZÉM NO ALINHAMENTO.	OBRAS PARTICULARES
1922/23	RUI BARBOSA	50	THOMAZ LUPPO	COMÉRCIO DE SECOS E MOLHADOS	ALMANAQUE LAEMMERT
03/08/1906	RUI BARBOSA	32	VICENTE LUPO	DESEJANDO “ABRIR” UMA JANELA PARA PORTA, SOLICITA A NECESSÁRIA LICENÇA.	OBRAS PARTICULARES
1909	RUI BARBOSA	32 *	VICENTE LUPOLLI	COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	ALMANAQUE LAEMMERT
18/10/1918	RUI BARBOSA	46	VICENTE LUPO	REFORMA DE UMA COCHEIRA DE UMA BAIA, NOS FUNDOS DO TERRENO, EM CUJA FRENTE HÁ UM PRÉDIO DE “HABITAÇÃO”. PRESENÇA DE FORNO EM FRENTE À COCHEIRA.	OBRAS PARTICULARES

Tabela 66 – Histórico dos imóveis e negócios de membros da família Lupo, entre 1905 e 1923. Fontes: Série *Obras Particulares*, AHSP; *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

* A numeração do imóvel passaria a ser 46, após o Emplacamento de 25/07/1908.

Em 03/08/1906, Vicente Lupo pediu licença para transformar uma janela em porta no prédio n.32 da rua Rui Barbosa – com certeza um caso de adaptação de prédio existente para o exercício de algum tipo de atividade produtiva²⁴⁷. De acordo com o emplacamento

²⁴⁶ *O Estado de São Paulo*, 04/06/1929.

²⁴⁷ *Obras Particulares*, OP/Cx.Q1/R1, 03/08/1906, AHSP, levantamento em 2007-2008.

De acordo com o *Índice de Emplacamentos* do município, os imóveis citados por pai e filho situavam-se todos entre as ruas Manoel Dutra e Conselheiro Carrão. A identificação de Thomaz e Vicente Lupo no *Almanaque Laemmert*, em diferentes anos, confirma o fato de que ambos exerceram atividades comerciais relacionadas ao abastecimento alimentar de parte da população da cidade. Junto de seus estabelecimentos encontramos duas cocheiras que certamente destinavam-se à distribuição dos produtos comercializados. Coincidentemente, desde que se tivesse um veículo de transporte, a localização das cocheiras de Thomaz e Vicente, do mesmo modo como ocorreu com Ignácio Mammana e João Ammirabile, também propiciava o acesso à Av. Brigadeiro Luís Antônio e dali para outros bairros.

A análise desses casos obedeceu a um esforço de pensar o comércio varejista do Bexiga – a partir das possibilidades de circulação dadas pela localização das cocheiras do bairro em relação às vias de acesso a outras regiões da cidade, em resposta a demandas dos bairros adjacentes.

De acordo com Luís Soares de Camargo, desde 1868 o aumento no número de veículos em circulação pela cidade preocupava as autoridades municipais, levando o chefe de polícia a solicitar à câmara “*a confecção de posturas determinando quais devam ser as ruas para subidas e descidas dos veículos, e marcando em outras a maneira por que deva ser feito o trânsito dos mesmos, por meio de sinais, como se pratica na Corte e em outras províncias do Império*”. As providências nesse sentido foram tomadas em 1871, com a colocação dos “*primeiros sinais de mãos de direção e triângulos nos cantos das ruas de São Paulo*” (Camargo, 2007). Já em 1897, o Ato n.21 indicava “*a direcção das ruas por onde devem transitar os vehiculos*”²⁵⁰, restringindo-se, contudo, às localizadas na região central da cidade, alcançando no máximo a rua “*Aurora da do Bom Retiro à Bento Freitas*”, na Consolação. Em 1902, esse documento foi revogado pelo Ato n.130 e apenas poucas vias do Triângulo tiveram restrição parcial quanto às mãos de direção, caso das ruas XV de Novembro, Quintino Bocaiúva, José Bonifácio, Quitanda e travessa do Grande Hotel²⁵¹. Quase vinte anos depois foi criado o Ato n.1426, de 26/04/1920²⁵², cujo detalhamento

²⁵⁰ Acto n. 21, de 11/10/1897. Legislação: Leis, Decretos, Decretos Legislativos, Emendas à Lei Orgânica, Resoluções, Atos e Decretos-Lei a partir de 1892. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/pt/index.htm>.

²⁵¹ Acto n.130, de 17/02/1902. *Revoga o Acto n.21(...) que prohibe o transito de vehiculos em qualquer direcção*. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/pt/index.htm>.

²⁵² Acto n.1426, de 26/04/1920. *Regulamenta a Lei n. 2264, de 13 de fevereiro de 1920, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização do transito de veículos no Município*. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/actos/A1426-1920.pdf>; e <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L2264.pdf>.

embora se mostre mais próximo àquele das atuais leis de trânsito, nada esclarece a respeito da circulação de veículos pelas ruas do distrito da Bela Vista. De acordo com o documento, as vias mais próximas do Bexiga sujeitas às direções de trânsito pré-estabelecidas restringiam-se às ruas do Parque do Anhangabaú, onde o trânsito seria “nas duas direções”.

Art. 32. — Para os efeitos do art. 19, ficam estabelecidas, nas ruas e praças abaixo mencionadas, as direções do trânsito seguinte: na mesma direção dos bondes, nas ruas Capitão Salomão, Marechal Deodoro, Carmo, entre as ruas Floriano Peixoto e Wenceslau Braz, e Wenceslau Braz, entre as ruas 11 de Agosto e do Carmo; na avenida Água Branca, indo da cidade, pelo lado direito, e com destino á cidade, pelo lado esquerdo; nas ruas do parque Anhangabaú o transito é nas duas direções, exceto na rua envolvente em comunicação com a rua Libero Badaró, na qual o transito só se fará decendo ao lado do edificio da Prefeitura e subindo ao lado do edificio do “Automovel -Clube”, e, na rua em semi-circulo, cujas extremidades vão á rua Formosa, em que o transito se fará a partir do lado do viaduto, subindo; nas ruas do parque Anhangabaú só poderão transitar veículos com rodas de borracha; na rua de São Bento, partindo do largo do mesmo nome, em direção ao largo de São Francisco; na rua Direita, entre a rua de São Bento e o largo da Sé, em direção a este; na rua 15 de Novembro, em direção á praça Antonio Prado; na rua Alvares Penteado, em direção á rua de São Bento; na rua do Tesouro, em direção á rua 15 de Novembro; na rua da Quitanda, em direção á rua de São Bento; na rua João Bricola, em direção á rua da Boa Vista; na rua da Boa Vista, entre a rua 15 de Novembro e o viaduto, em direção a este; na travessa do Grande Hotel, em direção á rua de São Bento.

Figura 134 – Artigo 32, do Ato n.1426, de 26 de abril de 1920. Fonte: Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo²⁵³.

Assim, até 1935 não ocorreram alterações significativas na legislação e, conseqüentemente, na fiscalização das condições de circulação viária na cidade. A ausência de intervenções municipais explícitas nos bairros além do perímetro central poderia levar a crer que a circulação de veículos pela cidade transcorresse sem maiores problemas, no entanto, a cidade já vivenciava congestionamentos pelo menos desde 1925²⁵⁴.

²⁵³ Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao/>. Consulta em: maio de 2014.

²⁵⁴ A seriedade do problema é atestada pela seção “Notícias Diversas” do jornal *O Estado de São Paulo*, de 15/05/1925, de sub-título “Um apanhado geral do problema que hoje, mais uma vez será estudado na Prefeitura”, noticiava que naquele dia realizara-se uma “reunião da comissão encarregada de estudar o problema do trânsito urbano”, com a presença do engenheiro da Prefeitura, Dr. Domicio Pacheco. Em dezembro de 1934 foi aprovado, pelo interventor Armando de Salles Oliveira, o *Regulamento Geral do Trânsito*, que passaria a vigorar a partir de 1º de Abril de 1935. *O Estado de São Paulo*, 16/12/1934, p.8.

Diante desse cenário sucinto, é possível que a rotina dos responsáveis pelo transporte de mercadorias (cocheiros, carroceiros e, mais tarde, motoristas) originários do bairro, enfrentando os problemas inerentes à cidade em constante crescimento, deve ter seguido um curso normal ou mais difícil, na medida das circunstâncias. Guardadas as devidas proporções, talvez nada muito diferente do que ocorre atualmente nas principais vias da cidade, ainda tão sujeitas aos percalços do dia a dia.

Independentemente dos resultados limitados da análise da legislação e dos casos exemplares (limitações essas impostas pela exiguidade de informações), esse não foi um trabalho inútil. Na medida em que lançou o olhar do historiador sobre atividades exercidas num determinado espaço, num determinado momento, em determinadas condições e cumpriu a função de nos aproximar do objeto de estudo – nos “transportando” para a capital paulista das primeiras décadas do século passado.

Por outro lado, mais do que fornecer respostas conclusivas, a intenção desse item do Capítulo 3 é explorar e levantar possibilidades referentes à hipótese central da tese de doutorado. E os estudos de caso sobre alguns atores sociais que desempenharam pequenos papéis na cidade em processo de expansão mostram que, dentro de sua aparente inexpressividade, foram fundamentais para o funcionamento do conjunto.

3.4 Serviços

Até as últimas décadas do século XIX, o setor de serviços na cidade de São Paulo esteve circunscrito às ruas da colina central. Embora a economia urbana paulista já sofresse uma certa influência da expansão “*do sistema capitalista de produção*”, desde o final dos anos 1850 (Barbuy, 2006, p.77), as atividades relacionadas ao comércio de produtos de naturezas diversas (alimentos, artigos de vestuário, armarinhos, ferragens, louças, móveis, instrumentos musicais, livros, bilhetes de loteria, etc.), produzidos em território nacional ou importados ali se concentravam. Também as atividades voltadas à prestação de serviços como cafés, botequins, restaurantes, hospedarias e hotéis, bem como os serviços particularmente vinculados ao comércio de importação e exportação e à circulação financeira (casas de importação, casas comissárias e casas bancárias) além dos serviços oferecidos por profissionais liberais (advogados, médicos e dentistas). Enfim, uma infinidade de atividades dedicadas às prestação de serviços a terceiros localizava-se prioritariamente nas principais ruas do Centro da cidade. Porém, desde a implantação da

estrada de ferro, em 1867, o crescente processo de expansão do espaço urbano anunciava a tendência de espraiamento de parte dessas atividades em direção aos novos territórios conquistados, tendo como principais eixos norteadores o tipo de uso dado a esses espaços – se residenciais, industriais ou mistos –, e a que classes e segmentos sociais se destinava. Nesse movimento, o bairro do Bexiga, de usos de caráter acentuadamente mistos, foi ocupado por diferentes classes sociais, mas prioritariamente pelas camadas médias e baixas da população. Assim, a grande massa de serviços instalados na área respondeu às necessidades dessa população.

Apesar da diversidade de serviços identificados nos almanaques, ali se destacaram os *serviços pessoais* prestados por barbeiros e cabeleireiros, sapatarias, lavanderias e tinturarias; os *serviços de saúde* prestados pelas farmácias; assim como os serviços prestados por profissionais liberais tais como advogados, engenheiros, médicos, parteiras e dentistas que, para efeito didático, inserem-se os dois primeiros na categoria *serviços pessoais* e os últimos na categoria *serviços*.

TIPO DE SERVIÇO	PROFISSIONAIS E/OU ATIVIDADES	N.
SERVIÇOS PESSOAIS	ADVOGADOS	51
	ENGENHEIROS	19
	BARBEIROS E CABELEIREIROS	88
	LAVANDERIAS E TINTURARIAS	19
	SAPATARIAS E LOJAS DE CALÇADOS	66
SERVIÇOS DE SAÚDE	DENTISTAS	26
	FARMÁCIAS E FARMACÊUTICOS	25
	MÉDICOS	56
	PARTEIRAS	15

Tabela 67 – Serviços pessoais e de saúde presentes no bairro do Bexiga, entre 1906 e 1931. Fonte: *Almanaque Laemmert*, Acervo Digital FBN.

Embora os números apontados na tabela acima indiquem uma quantidade expressiva de profissionais liberais (51 advogados, 19 engenheiros, 56 médicos e 26 dentistas), é necessário destacar que sua presença nos almanaques não significava necessariamente que o atendimento ao público se realizasse nos endereços fornecidos. Eventualmente, o próprio anúncio fazia menção ao endereço profissional do anunciante, quase sempre em alguma rua do Centro. Tudo indica que a maioria desses homens apenas residia no Bexiga e que, na realidade, o que importava era a divulgação do nome do profissional. Especialmente no caso dos médicos, com exceção de alguns poucos profissionais que comprovadamente atuaram no bairro, sua presença possivelmente nem sempre significava um serviço de saúde à disposição da vizinhança. A resposta efetiva à demanda desse tipo de serviço frequentemente seria dada pelas farmácias, parteiras e, em casos extremos, pelo posto médico instalado na delegacia de polícia do bairro e pela Santa Casa de Misericórdia.

Ainda que no decorrer deste trabalho os engenheiros (ou engenheiros-arquitetos como eram costumeiramente conhecidos) tenham sido prioritariamente destacados como profissionais vinculados à construção civil, também é possível entender essas atividades como prestação de serviços, razão pela qual foram arrolados, neste tópico, na categoria *serviços pessoais*. Por outro lado, é importante lembrar que o exercício da profissão nem sempre esteve atrelado à indústria da construção civil, fosse na forma de projetos, fosse na condução dos canteiros de obras. Eventualmente, havia engenheiros exercendo cargos em órgãos públicos ou empresas privadas. Esse foi o caso, por exemplo, de José de Sá Rocha e Paulo Alves Pimentel, engenheiros da Diretoria de Obras, de Luiz Marinho de Azevedo, sócio da *Companhia Ytuana Força e Luz*, e de Carlos Gomes de Souza Shalders, superintendente da *São Paulo Light* e diretor da Escola Politécnica entre 1931 e 1933. De qualquer maneira, se pensarmos em todo o período analisado, o número desses profissionais mostrou-se relativamente reduzido, se comparado ao número de advogados, médicos e dentistas. Assim, é necessário relativizar a importância da sua presença no bairro do Bexiga.

Diante do quadro exposto, é possível concluir que os serviços realmente significativos para os moradores do bairro concentraram-se nos negócios “menores”: barbearias, sapatarias, farmácias e lavanderias. Com exceção das últimas (lavanderias e tinturarias), em número relativamente reduzido, as demais atividades apresentaram uma quantidade de profissionais e/ou estabelecimentos bastante expressiva.

Infelizmente, ainda que se trate de práticas fundamentais para o funcionamento da vida urbana, talvez até pelo seu caráter aparentemente “menor”, são raros os textos, acadêmicos e de memorialistas a fazer referências a esses ofícios. Por essa razão, na tentativa de melhor compreender o alcance de sua presença na cidade de São Paulo, busquei na imprensa da época eventuais informações sobre pessoas e estabelecimentos que pudessem fornecer dados passíveis de interpretação, de maneira a esboçar um quadro analítico mínimo dessas atividades.

No caso das lavanderias e tinturarias, as poucas ocorrências nos vinte e cinco anos investigados podem ser atribuídas ao antigo hábito de se usar o serviço das lavadeiras, sobre as quais falarei adiante. Dos 19 estabelecimentos identificados em todo o período, apenas 5 profissionais anunciaram-se nos almanaques entre os anos 1909 e 1918. Sua presença só se torna mais frequente a partir do biênio 1922-23, talvez em virtude de uma mudança de hábitos...

Em seu trabalho *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo* (2002), Marisa Midori Deacto elaborou duas listagens contendo dados sobre os profissionais atuantes na

capital paulista. A primeira, o *Indicador Profissional da Cidade de São Paulo* (a partir das listas telefônicas de 1920 e 1923), contendo um total de 202 atividades; a segunda, a *Tabela de arrecadação do imposto de profissões e indústrias* contendo, para cada atividade, o número de contribuintes e a respectiva arrecadação, nos anos 1905, 1910, 1915, 1920 e 1925. Em nenhuma dessas listagens constam atividades que se relacionem ao serviço de lavagem e/ou higienização de roupas. No entanto, a existência desse tipo de atividade é confirmada pelo Decreto n.2.141 de 14/11/1911 que reorganizou o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, no qual o Capítulo IV é totalmente dedicado aos cuidados que as “lavanderias públicas” deveriam ter para o desempenho satisfatório de suas funções dentro de estritas normas de higiene. Diversos artigos e notas nos jornais da época abordaram a necessidade de solucionar os problemas de saúde pública e de adaptação dos estabelecimentos comerciais às normas previstas pela legislação. Em 1914, preocupado com a disseminação da tuberculose entre as classes populares, o Dr. Clemente Ferreira publicou uma série de artigos no jornal *O Estado de São Paulo*, intitulados “*A prophylaxia da tuberculose no meio proletário*”, propondo uma série de medidas a serem tomadas pelas municipalidades para a erradicação da doença²⁵⁵, entre essas, “*a instalação de lavanderias públicas, onde se faça a lavagem e a desinfecção das roupas do proletariado*”. Assim como nesse caso, em quase todas as matérias publicadas, a menção às “lavanderias públicas” se restringe à questão sanitária, o que leva a crer que seu uso ainda fosse pouco difundido nas primeiras décadas do século passado. No mais, são mencionados poucos anúncios de produtos destinados a esses estabelecimentos, tais como máquinas, turbinas centrífugas, sabão e anil.

Até o século XIX, a profissão de barbeiro esteve associada à prática médica da sangria, método terapêutico utilizado no tratamento de várias doenças. Conforme Betânia Figueiredo, “*a distinção entre o barbeiro e o cirurgião processou-se ao longo do século XIX, marcada pela formação acadêmica do cirurgião, em contraponto com a informalidade das atividades do barbeiro*”²⁵⁶ (grifo nosso). É provável que em 1900 os serviços dos barbeiros já se limitassem exclusivamente à barba e ao corte de cabelo. No exemplar do *Almanaque Laemmert* daquele ano, constam 17 profissionais dedicados a tais práticas, sendo que apenas um deles se localizava no Bexiga. Já na publicação de 1908, sob o título *barbeiros e cabeleireiros*, a categoria possuía cerca de 380 profissionais distribuídos por

²⁵⁵ *O Estado de São Paulo*, 27/07/1914, p.5.

²⁵⁶ FIGUEIREDO, B. G.: ‘Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX’. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(2): 277-91, jul.-out. 1999. Disponível em: Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000300003&script=sci_arttext. Consulta em: 04/05/2015.

toda a cidade de São Paulo, 14 deles radicados no bairro do Bexiga. Diferentemente do que ocorreu com as lavanderias, as barbearias compõem uma categoria profissional com um número razoavelmente expressivo de contribuintes na *Tabela de arrecadação do imposto de profissões e indústrias*, elaborada por Deacto – em 1915 foram registrados 630 barbeiros, cuja arrecadação do respectivo imposto significou a entrada de 50:336\$950 para os cofres públicos.

Nas três primeiras décadas do século XX, as referências às barbearias nos periódicos frequentemente se relacionam a reclamações dos proprietários contra os horários de funcionamento impostos pelo poder público e a apelos da classe por horários mais flexíveis. Em 1911, uma nota divulgada no jornal, destacava a importância do trabalho aos domingos: “no Bras, aos domingos, os salões tem grande freguezia das pessoas dos sítios e localidades distantes, que se aproveitam desse dia de descanso, para vir a cidade, e o barbeiros que não trabalham soffrem não pequeno prejuizo”²⁵⁷. Contudo, apesar das constantes reivindicações, cada vez mais as barbearias, assim como as lavanderias, estavam sujeitas às normas municipais e estaduais, as quais legislavam sobre condições higiênicas de funcionamento em horários pré-estabelecidos. Finalmente, em 1926 foi promulgada a Lei n.2.954 estabelecendo, entre outras coisas, que as barbearias deveriam funcionar das 7,30 às 19 horas nos dias úteis, e que nas sábados e segundas feiras que caíssem em feriados poderiam funcionar até as 12 horas²⁵⁸. Assim, ainda que as reclamações persistissem nos anos posteriores, pelo menos até meados dos anos 1930, aquela parece ter sido uma batalha perdida, para os barbeiros do Brás e, certamente, para aqueles estabelecidos no bairro do Bexiga.

Ao analisar as atividades identificadas na “área nobre” do bairro, no biênio 1922-23 (Capítulo 2), comentei sobre a dificuldade em definir com precisão os limites entre a fabricação, o conserto e o comércio de calçados. Nas listagens das atividades produtivas elaboradas a partir dos levantamentos dos anuários, entre 1906 e 1931, frequentemente encontramos o mesmo agente divulgando seu negócio ora como *sapateiro*, ora como *sapataria* ou ainda como *casa de calçados*. Ainda hoje, de acordo com o *Dicionário Michaelis*, o termo “sapateiro” pode designar diferentes áreas de atuação: “aquele que faz sapatos ou trabalha na fabricação de calçados”, “aquele que conserta calçados”, “vendedor de calçados” ou “dono de sapataria”²⁵⁹ (grifo nosso). Um trabalho interessante

²⁵⁷ *O Estado de São Paulo*, 14/02/1911.

²⁵⁸ *O Estado de São Paulo*, 08/04/1926.

²⁵⁹ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=sapateiro>. Consulta em: 05/05/2015.

que abordou a construção de uma identidade coletiva por sapateiros e curtumeiros foi o desenvolvido por Teresa Maria Malatian, na *Revista Brasileira de História* ²⁶⁰. Através de depoimentos colhidos juntos dos operários da indústria de calçados na cidade de Franca, a autora traz informações importantes que ajudam a resgatar o significado do trabalho desenvolvido por esses trabalhadores:

As lembranças registradas sobre a fabricação de calçados recuam à década de 1920 e referem-se à forma artesanal de produção, na qual a concentração de capitais era ainda incipiente e o fator trabalho, determinante. A produção era feita em pequenas unidades familiares, situadas nas residências dos proprietários dos negócios, com emprego reduzido de assalariados. Era em torno do ofício que se construía a identidade do sapateiro, ainda não definido como operário, em momentos anteriores à instalação do processo produtivo industrial. [...] O processo produtivo baseava-se na habilidade do artesão em trabalhar o couro utilizando instrumentos como faca, martelo, torquês, alicate e lamparina a álcool [...] (1996, grifo nosso).

A referência no texto à “*produção em pequenas unidades familiares, situadas nas residências dos proprietários dos negócios*” remete a uma realidade comum ao Bexiga independentemente do tipo de negócio explorado – a coexistência, num mesmo espaço, de trabalho e moradia (Schneck, 2010, p.260). Tratando-se de um bairro onde, com raríssimas exceções, inexistiam estabelecimentos fabris é compreensível que o mesmo profissional que dominasse um determinado ofício desenvolvesse, a par dessa atividade específica, outras correlatas. Caso houvesse uma clientela disponível, o produto final de seu trabalho poderia ser comercializado, caso contrário, o conserto de calçados sempre garantiria um ganho básico para a sobrevivência familiar. A implantação de uma manufatura requeria investimentos razoavelmente altos em insumos – maquinaria, matéria-prima e, eventualmente, uma mão-de-obra auxiliar. Dessa maneira, é compreensível que se buscasse explorar todas as possibilidades oferecidas pelo domínio de uma determinada atividade, de preferência na mesma edificação da moradia, sem que houvesse necessidade de gastar mais com o aluguel de um outro espaço. Sempre é bom lembrar que o Bexiga, embora também ocupado por pessoas das camadas médias e altas, era um bairro de caráter marcadamente popular, onde brasileiros e imigrantes necessitavam garantir o “ganha pão” da forma mais eficaz possível. Nesse sentido, a coexistência de diferentes atividades desenvolvidas por “sapateiros” num mesmo espaço é plenamente justificável. De qualquer forma, dos 66

²⁶⁰ MALATIAN, Teresa Maria - “Memória e identidade entre sapateiros e curtumeiros”, *Revista Brasileira de História*, v.16, n.31 e 32, São Paulo, 1996, pp:193-206. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3804. Consulta em 05/05/2015.

profissionais identificados no bairro em todo o período analisado, entre sapateiros, sapatarias e lojas de calçados, somente 8 diversificaram seus anúncios no *Almanaque Laemmert*.

O único registro de memorialistas relacionado ao ofício de sapateiro foi feito por Haim Grünspun. Tratava-se de Paulino, o sapateiro espanhol que “*tinha vindo de Barcelona com uma profissão já aprendida*” (1979, p.77-78). No entanto, ao que se depreende da fala do autor, a sapataria de Paulino se localizava fora da residência – “*O Paulino vinha para casa na hora do almoço para comer feijão com arroz [...]*” –, provavelmente numa sala de frente, com portas para a rua, diferentemente dos demais sapateiros cujas oficinas se posicionavam nos porões:

De todos os sapateiros que existiam no Bexiga, o Paulino, apesar de sentar numa banca bem baixinha tinha a sapataria com teto mais alto. Era uma porta com duas folhas de madeira grossa e descascada que ele escancarava e trabalhava cantando [...] Os outros sapateiros tinham suas bancas em buracos os mais estranhos, às vezes abaixo do nível da rua e a gente tinha que se abaixar para entregar ou receber sapato.” (Grünspun, 1979, p.77-78, grifos nossos).

Quanto à prática profissional de Paulino, a fala do memorialista não esclarece se Paulino apenas consertava sapatos ou se também os fabricava. Revendo os anúncios que envolveram algum tipo de atividade relacionada a calçados no *Almanaque Laemmert* nos anos de 1906 e 1927, verifica-se que no primeiro ano as ruas do Triângulo contavam com 17 lojas de calçados; já no final dos anos 1920, a região central da capital paulista, incluído aí o Centro novo, contava com aproximadamente 54 lojas especializadas no comércio de calçados – isso sem contar a disseminação desse tipo de atividade por todos os bairros da cidade. Infelizmente, afora os casos de fabricação discriminados numa categoria à parte, os anúncios investigados não distinguem quando se tratava de comércio ou simples conserto de calçados. De qualquer maneira, possivelmente com o passar dos anos e o aumento de estabelecimentos dedicados ao comércio, tenha havido uma tendência à especialização em cada uma dessas áreas.

Em relação às farmácias, ainda que o número total de 25 casas identificadas no Bexiga ao longo do período investigado tenha sido relativamente restrito, elas certamente tiveram uma função significativa na vida dos moradores do bairro. Entretanto, antes de aprofundar a análise dessa modalidade de atendimento à saúde é importante atentar para as transformações pelas quais passaram os profissionais envolvidos e o comércio de medicamentos na cidade de São Paulo, o que implica nas transformações das próprias

práticas farmacêuticas e sanitárias, ao longo do tempo. Ainda no Brasil colônia, em razão da falta generalizada de médicos em território “brasileiro”, os cirurgiões-barbeiros – uma categoria que unia na mesma pessoa diferentes fazeres (barbeiros, dentistas e cirurgiões) – parecem ter sido os principais responsáveis pela saúde dos moradores da colônia portuguesa na América. Já os boticários, ao menos em teoria, seriam os responsáveis pela produção de remédios a partir de fórmulas prescritas por médicos e cirurgiões. No entanto, o trabalho desenvolvido por esses profissionais coexistiu com os conhecimentos adquiridos dos indígenas sobre o poder das ervas medicinais, e com as práticas desenvolvidas por curandeiros africanos (Edler, 2006, p.26 a 28). Entrado já o Império, pouca coisa mudou neste cenário e as práticas de cura populares, a partir da utilização de remédios caseiros à base de ervas medicinais, mantiveram-se amplamente utilizadas pela população. Assim, até as últimas décadas do século XIX, cirurgiões-barbeiros, boticários, práticos em farmácia e curandeiros alternaram-se no atendimento à população.

É difícil, senão impossível, falar sobre a atuação de farmacêuticos em São Paulo sem levar em conta as políticas sanitárias empreendidas pelo poder público naquele momento. Em São Paulo, o aumento da população com a entrada maciça de imigrantes a partir dos anos 1880 e a consequente carência de moradias em condições de salubridade para dar abrigo aos novos habitantes, foram fatores decisivos para a eclosão de surtos epidêmicos, tais como a febre amarela, a varíola e a febre tifóide. A inexistência de políticas públicas que dessem conta dos problemas causados pela propagação de doenças entre imigrantes e nacionais colocava em risco a política imigrantista do Estado e, por extensão, a própria economia cafeeira. De outro lado, a população que no seu dia a dia devia lidar com as mazelas da expansão urbana descontrolada e sem uma assistência social correspondente, buscava soluções dentro da sua própria “lógica”, recorrendo ao atendimento possível de práticos e curandeiros.

Diante do agravamento das condições sanitárias e da persistência de práticas consideradas atrasadas, medidas foram tomadas pelo poder público no sentido de regulamentar e fiscalizar os serviços farmacêuticos. Ainda na última década do século XIX, um capítulo inteiro do Decreto n.394, foi dedicado à regulamentação do funcionamento de farmácias e da prática farmacêutica²⁶¹. Deste documento, destaco particularmente os seguintes artigos:

²⁶¹ Decreto n.394, de 07/10/1896, aprovando o regulamento do Serviço Sanitário. Capítulo II, artigos 54 a 92. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1896/decreto-394-07.10.1896.html>.

Art.54 – Só é permitido o exercício da pharmacia ás pessoas que se mostrarem habilitadas por titulo conferido ou reconhecido por alguma das Faculdades do Medecina ou Escholas de Pharmacia do Brazil [...].

Art.64 – Exceptuados os remedios de uso ordinario e inoffensivo consignados na tabella approvada pelo governo, nenhum outro medicamento ou preparado poderá ser vendido pelo pharmaceutico, ou fornecido a quem quer que seja sem receita de medicos de competentemente habilitados [...].

Art.77 – Nas localidades em que não houver pharmacia dirigida por pharmaceutico, o director do serviço sanitario poderá conceder licença a praticos para abrirem pharmacia [...].

Art.86 – Só aos pharmaceuticos diplomados e aos licenciados compete direito de requerer, preparar e expor á venda especialidades pharmaceuticas de invenção propria ou alheia [...] (grifos nossos).

Mais tarde, a Lei n.1.596, de 29 de dezembro de 1917²⁶², especificou como seria a fiscalização desses estabelecimentos:

Art.48 – O serviço de inspecção das pharmacias, drogarias, laboratórios, fabricas de productos chimicos e pharmaceuticos [...] será feito pelos inspectores sanitarios nos respectivos districtos e nas localidades onde se acharem em commissão e por tres inspectores especiaes (medicos ou pharmaceuticos), em todo o territorio do Estado.

Art.63 – Os officiaes de pharmacias deverão prestar exames praticos perante uma banca nomeada pela Directoria Geral, e, no caso de approvação, receberão o titulo de “official de pharmacia” (grifos nossos).

Entretanto, a falta de habilitação profissional prevista pela legislação parece não ter incomodado a população, para quem farmacêuticos práticos ou curandeiros se mantiveram como uma solução para os problemas de saúde. Em dezembro de 1938, uma nota publicada em *O Estado de São Paulo*, intitulada “*Pharmaceuticos Curandeiros*”, acerca da proximidade do verão e do aumento de certas doenças, atribuía a maioria das intoxicações ao “mal hábito” da população “de consultar, para resolver os pequenos distúrbios intestinais das crianças, os pharmaceuticos, as parteiras ou mesmo os vizinhos. Ora, tanto os pharmaceuticos como as parteiras, não estão habilitados para receitar [...]”²⁶³ (grifos nossos).

²⁶² Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1917/lei-1596-29.12.1917.html>.

²⁶³ *O Estado de São Paulo*, 01/12/1938.

Essa “desconsideração” popular em relação aos profissionais qualificados, possivelmente tenha raízes no caráter restrito das práticas sanitárias pós republicanas. De acordo com Telaaroli Jr.,

No início do período republicano, a legislação estadual previa apenas o atendimento aos acidentados e indigentes, e exclusivamente na capital, cabendo aos médicos da polícia acudir os feridos e abandonados nas ruas de São Paulo, nas situações de emergência (São Paulo, 1913). A assistência médica e a cura individual não faziam parte do arsenal de práticas sanitárias do modelo campanhista-policial [...]. A assistência aos doentes foi um assunto secundário na organização sanitária durante a Primeira República, situação atenuada na década de 1920, mas que só mudou realmente de perfil com o desenvolvimento da medicina previdenciária, na década seguinte (1996, p.273, grifos nossos).

Enquanto essa situação não se efetivou, a importância do atendimento dado pelos farmacêuticos, habilitados ou não, foi inconteste. Sempre que houvesse necessidade de atendimento de urgência, a farmácia mais próxima seria uma opção viável.

Por outro lado, em momentos de crises epidêmicas as farmácias eram chamadas a contribuir com a profilaxia das doenças. Um bom exemplo é o caso do Edital publicado pela Diretoria do Serviço Sanitário, em 1912, informando o público sobre as farmácias da cidade que aplicavam vacinas contra a varíola, gratuitamente. Entre os estabelecimentos relacionados, quatro se localizavam no Bexiga: as *Farmácia Ítalo-Brasileira* e *Nossa Senhora do Rosário*, na rua Conselheiro Ramalho, a *Farmácia do Sol*, na rua São Domingos e a *Farmácia Vaz*, na rua Santo Antônio²⁶⁴.

O atendimento nas farmácias também passava pelo dia a dia, fato eventualmente documentado pelos jornais. Poderia ser o caso de contendas que resultassem em feridos, que quando não fossem encaminhados ao posto de assistência policial, o seriam para a farmácia mais próxima, como ocorreu com Paulo dos Santos, morador na rua Rui Barbosa n.96, ferido pelo italiano Carmenucci. De acordo com a nota publicada, “*o offendido foi conduzido à Pharmacia Ítalo-Americana, de propriedade do Sr. Raphael Bertoloti, onde recebeu os primeiros curativos*”.

Propositamente, deixamos para o final deste tópico a apreciação dos serviços prestados pelos inúmeros personagens anônimos que talvez ignorando as supostas vantagens de visibilidade oferecidas pelos anuários, colaboraram com o seu trabalho para que a vida na

²⁶⁴ *O Estado de São Paulo*, 24/10/1912.

cidade seguisse seu curso. Não há como ignorar a importância dos serviços prestados pelas lavadeiras, empregadas domésticas, e até pelas parteiras “práticas”, sem formação formal. Ainda que ausentes das páginas de almanaques, estatísticas oficiais e quaisquer outras formas passíveis de quantificação, seus serviços foram fundamentais para o “bom andamento” da vida urbana no Bexiga, assim como na cidade de São Paulo. Prova disso, são os anúncios nos jornais solicitando prestadores de serviços domésticos, tais como lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras e criadas.

São frequentes também os anúncios oferecendo os préstimos profissionais de criadas e lavadeiras em geral. Contudo, talvez sejam mais frequentes as notícias divulgadas nas páginas policiais dos jornais da época, geralmente associando a presença dessas profissionais a comportamentos “desviantes”.

Figura 135 – O Estado de São Paulo, 16/01/1912.

Figura 136 – O Estado de São Paulo, 12/03/1913.

Figura 137 – O Estado de São Paulo, 09/08/1906.

Figura 138 – O Estado de São Paulo, 19/12/1914.

Figura 139 – O Estado de São Paulo, 22/12/1902.

Figura 140 – O Estado de São Paulo, 23/07/1913.

Figura 141 – O Estado de São Paulo, 29/10/1929.

De todo o rol de profissionais que desempenharam atividades produtivas de maneira informal na cidade, as lavadeiras parecem ter sido aquelas que mais visibilidade tiveram. São bem conhecidas as imagens deixadas por fotógrafos como Marc Ferrez, Guilherme Gaensly e Militão, que documentaram a cidade em fins do século XIX e primeiras décadas do XX.

Figura 142 – Algumas lavadeiras em atracadouro do rio Tamanduateí, c.1890, Marc Ferrez. Fonte: Instituto Moreira Salles²⁶⁵.

Figura 143 – Lavadeiras à beira do rio Tamanduateí, fotografadas por Guilherme Gaensly, c.1900. Fonte: sampahistorica.files.wordpress.com²⁶⁶.

No entanto, ao lado das imagens um tanto idílicas desses fotógrafos, as observações feitas por memorialistas, como Geraldo Sesso Júnior, não deixam dúvidas quanto à ideia

²⁶⁵ Imagem disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/547117054705513086/>. Consulta em: 24/02/2016.

²⁶⁶ Imagem disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/268667933994613703/>. Consulta em: 24/02/2016.

que se fazia dessas profissionais, associando-as muitas vezes a comportamentos desviantes (desordem, alcoolismo, roubo e prostituição) e a práticas que contrariavam a ideologia higienista da época:

Acontecia que muito antes de se acomodarem, cada qual em seus lugares, já se iniciava a discussão que era acompanhada de impropérios e palavrões e terminava em brigas – tudo isso para a disputa de melhores lugares. Raro o dia em que a polícia não era chamada a intervir, havendo, às vezes, até necessidade de as autoridades realizarem alguma prisão, principalmente quando se tratava de lavadeiras mais exaltadas, que brigavam como homem (Sesso Jr., 1983, p.79. In Santos, 1998, p.99-100).

Os fatos citados nas pequenas notas do jornal *O Estado de São Paulo*, onde o alcoolismo, a histeria e as intrigas são vistos como causas geradoras de ocorrências médico-policiais, aconteceram em momentos diferentes e locais distantes das várzeas dos rios, entretanto só confirmam a permanência do estereótipo.

Haim Grünspun demonstra que o trabalho das lavadeiras se mantém nos anos 1930, não por acaso, em um bairro predominantemente ocupado pelas camadas médias e baixas da população:

Esta era uma das profissões mais comuns no Bexiga: lavar roupa para fora. Quando as freguezas era do próprio Bexiga ganhava-se uma miséria porque todos sabiam do preço. Mas quando as freguezas eram de fora do bairro, como Morro dos Ingleses ou Paraíso, dava para ganhar bem (1979, p.32, grifo nosso).

O memorialista esclarece que o trabalho dessas profissionais também era utilizado pelos moradores mais ricos de bairros vizinhos, Morro dos Ingleses e Paraíso. Em um tom menos ácido do que as notas jornalísticas de *O Estado* e do texto de Geraldo Sesso, Grünspun não se furta a falar sobre o convívio entre as lavadeiras do bairro:

Quando num mesmo cortiço havia mais de uma lavadeira para fora, os dias de lavagem eram diferentes [...] Tudo isto na santa paz do senhor? Nada disso. Tudo com briga e muita discussão e xingamento como rotina (1979, p.33).

A fotografia de autor desconhecido (Figura 144), elaborada provavelmente em função da abertura da avenida Anhangabaú (atual Nove de Julho), confirma a presença das lavadeiras no Bexiga. No centro da imagem, à direita do córrego da Saracura, as roupas nos varais e nos quaradouros permitem a visualização do trabalho dessas profissionais. A mesma

realidade se repete nas fotos de Geraldo Horácio de Paula Souza (Capítulo 2, Figuras 108 e 109), realizadas quando foi diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo²⁶⁷.

Figura 144 – Neste recorte de uma fotografia do Vale da Saracura, provavelmente por ocasião dos preparativos para a abertura da avenida Anhangabaú (atual Nove de Julho) que iria ligar o centro ao sul da cidade, as roupas nos varais e nos quaradouros permitem a visualização do trabalho das lavadeiras à beira do córrego do mesmo nome. Autoria desconhecida, 1926. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo/SMC/SP.

Aparentemente menos estigmatizadas que as lavadeiras, as criadas, copeiras e cozinheiras também fazem parte desse universo do trabalho doméstico informal. Não é demais lembrar que desde o período colonial o trabalho braçal, doméstico ou não, era visto pelas classes dominantes como uma ocupação “menor” que cabia a escravos ou assalariados (por sua vez, também tão invisíveis que as fontes documentais raramente se reportam à sua presença). Com a abolição da escravidão, a dependência do trabalho doméstico transferiu-se para os trabalhadores assalariados, sendo preferível que fossem estrangeiros (Reis Filho, 2004, p.44), como sugerido pelo anúncio da Figura 135, onde preferia-se que a lavadeira fosse “*estrangeira*”.

Entrado o século XX, a escravidão havia sido extinta e o sistema político brasileiro transformado em República. Porém, as práticas sociais costumeiras (assim como as mentalidades) se mantinham muito próximas daquelas dos tempos coloniais e imperiais. Se até então o trabalho braçal era visto como algo depreciativo – função que cabia a escravos ou libertos, negros ou mulatos – agora, de fato, pouca coisa havia mudado em termos de como se pensava o trabalho. A diferença, talvez a única, era a intenção das classes dominantes de “europeização” dos costumes e branqueamento da população, o que incluía

²⁶⁷ CAMPOS, Cristina de – *O sanitarista, a cidade e o território. A trajetória de Geraldo Horácio de Paula Souza em São Paulo. 1922-1927*. In *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, v.11, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/47530>.

a classe trabalhadora, quaisquer que fossem as áreas de atuação, inclusive o trabalho doméstico. Os anúncios, ora oferecendo serviços profissionais, ora solicitando empregados, são bastante claros a esse respeito.

Embora as parteiras estejam entre os profissionais da saúde que divulgaram seus serviços no *Almanaque Laemmert*, há boas razões para incluí-las também entre os chamados trabalhadores invisíveis. A profissão de parteira foi, desde tempos remotos, praticada por mulheres leigas que faziam o atendimento, domiciliar ou em suas próprias residências, a parturientes²⁶⁸. Porém, de acordo com Maria Lúcia Mott, desde o final do século XIX, as tentativas oficiais de controle da prática foram constantes. Assim, a inserção dessa categoria profissional entre os profissionais liberais identificados no bairro do Bexiga deve-se à exigência, por parte do poder público, da necessidade de formação formal específica para o exercício da profissão. Já em 1866, o Decreto n.9.554 determinava que essas profissionais possuísem “*diploma conferido ou validado pelas duas faculdades de Medicina existentes no Império, a do Rio de Janeiro e da Bahia*”. Posteriormente, novas leis e decretos foram sendo elaborados, mas para o período enfocado neste trabalho, destaco a Lei n.665, de 06/09/1899, onde o Art.4º prescrevia que “*Emquanto (sic) não existirem no Estado cursos especiaes de arte dentaria e partos, poderão exercer livremente a sua profissão os dentistas e parteiras não diplomadas, que prestarem exame de habilitação perante uma comissão de profissionaes diplomados*”; e a Lei n.1.596, de 29/12/1917 que permitia o exercício da profissão “*às pessoas diplomadas pela Escola de Parteiras do Estado de S. Paulo, ou que se mostrarem habilitadas por titulo conferido pelas Faculdades de Medicina ou escolas nacionaes, reconhecidas pelo Ministerio do Interior*”²⁶⁹.

Porém, a preocupação com a formação de profissionais qualificadas para o enfrentamento das questões de saúde pública face ao aumento da população urbana e à inexistência de condições sanitárias adequadas à elevada taxa de mortalidade que acompanhava o crescimento populacional, representava apenas o lado oficial da questão. Do ponto de vista da população, as parteiras eram, tradicionalmente, figuras fundamentais

²⁶⁸ De acordo com Rodolpho Telarolli Jr. em sua tese de doutorado, entre 1901 e 1909, o percentual de nascimentos em domicílio na capital paulista variou entre 97,4 e 96,4%. *Tabela 6 – Local de Nascimento no Estado de São Paulo (%), 1901, 1906 e 1909*. In TELAROLLI JR., Rodolpho. *Poder e saúde: a República, a febre amarela e a formação dos serviços sanitários no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, 1993, p.88.

²⁶⁹ Informações disponíveis em: MOTT, Maria Lúcia. “*Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo (1880-1920)*”. *Revista da Escola de Enfermagem/USP*, v.35, n, 1, p. 46-53, mar. 2001; <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1899/lei-665-06.09.1899.html>; e <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2141-14.11.1911.html>. Consulta em 28/04/2015.

na assistência ao parto, independentemente da classe social a que pertencesse a parturiente. Acresce que a posição social das parturientes definia de antemão o tipo de profissional que iria fazer o atendimento. Parteiras em posse de diplomas reconhecidos oficialmente, certamente destinavam-se às camadas sociais que dispunham de meios para pagar os serviços cuja qualificação provavelmente significava o encarecimento dos custos. Nos bairros populares, certamente a realidade era outra. Conforme testemunhado por Jacob Pentead, no Belenzinho, *“naquele tempo, não havia parteiras diplomadas, apenas práticas, ‘curiosas’, mulheres que entendiam algo sobre o divino mistério da reprodução da espécie e ajudavam crianças a virem ao mundo”* (2003, p.215-219). À exemplo do Belenzinho onde, por volta de 1910, um parto assistido por uma parteira prática custava dez mil réis, a realidade do Bexiga não devia ser muito diferente. Ali,

[...]ninguém se importava com a superpopulação. Tanto não se importava que o número de crianças aumentava a olhos vistos e não havia casa, maloca ou cortiço onde não existisse pelo menos uma mulher barriguda. [...] O parto era feito, na maioria das vezes, em casa por parteira e outras vezes já na Santa Casa. (Grünspun, 1979, p.109-110).

Mesmo correndo o risco de não ter abordado todas as formas de serviços informais existentes no bairro, os quais certamente envolveram outras categorias, espero ter fornecido um cenário contendo as atividades mais significativas, aquelas que representaram papel determinante no cotidiano dos moradores do Bexiga e dos bairros vizinhos. Reafirmo a importância de se lançar luzes sobre uma realidade que até aqui se manteve obscura. Nesse sentido é que, acima de tudo, procurei dar visibilidade aos papéis representados pelos pequenos coadjuvantes da cena paulistana que, embora menores, foram fundamentais.

3.5 Oficinas e manufaturas

De certa maneira, ao abordar algumas das principais formas de prestação de serviços existentes no bairro, caso específico das sapatarias, já me referi parcialmente às oficinas e manufaturas. Porém, é necessário conceituar o significado desses espaços de trabalho, ainda que de forma sucinta. Originalmente, a produção de qualquer tipo de artigo realizava-se em oficinas, onde o artesão era independente e proprietário de suas ferramentas – meios de produção. Posteriormente, o aumento da demanda (ou a intenção de ampliar o negócio) terminaria por levar ao surgimento da produção em maior escala – as

manufaturas. Já nas oficinas manufatureiras, onde os envolvidos na produção não eram necessariamente proprietários dos meios de produção, o trabalho realizava-se com horários fixos e supervisão de terceiros²⁷⁰. Um exemplo desse processo foi dado pelo texto de Teresa Maria Malatian, sobre os sapateiros de Franca. Conforme a autora:

A indústria de calçados, bem como a têxtil de algodão e a fabricação de chapéus, implantou-se no Brasil pioneiramente, sendo acompanhada pela instalação de curtumes. Em seu estágio inicial caracterizou-se pela forma artesanal, operada principalmente por um oficial que congregava em pequenas oficinas três ou quatro auxiliares (1996, p.195, grifo nosso).

Independentemente da especificidade da categoria abordada pela autora, ela ajuda a esclarecer como e onde se realizavam aqueles processos produtivos. Assim, o exemplo fornecido por Malatian ajuda a compreender o alcance e o caráter de sua presença no bairro do Bexiga.

No decorrer deste trabalho, ao me reportar aos setores produtivos identificados nas três áreas do Bexiga, procurei conceituar as atividades ali desenvolvidas de acordo com as categorias identificadas – alimentação, vestuário, saúde, transportes etc. –, e expostas no Anexo 2, *Atividades Identificadas (1906-1931)*. Segmentos produtivos que deveriam estar vinculados aos setores secundários (comércio e serviços) e terciário (indústria e manufaturas), foram reunidos em classificações mais abrangentes, de acordo com as necessidades e interesses do mercado consumidor do bairro e arredores. Dessa maneira, busquei contornar as dificuldades impostas pela diversidade de atividades encontradas num mesmo estabelecimento sem, contudo, ignorar sua existência e importância dentro da realidade investigada. Agora, ao traçar o perfil dos principais setores produtivos identificados no bairro do Bexiga, sempre que possível, procurei respeitar aquela classificação, no que toca à produção de artigos a serem comercializados (alimentos e bebidas, artigos de vestuário e acessórios, materiais para a construção civil, mobiliário, jóias, caixas de papelão, cestos, louças de barro, velas, cera, sabão, cigarros, brinquedos, etc.), como também àquelas voltadas a algum tipo de prestação de serviços (conserto de veículos, máquinas e calçados; carpintarias e marcenarias; ferrarias, serralherias, funilarias, etc.). Nos dois casos, trata-se de atividades que, eventualmente, envolvem a necessidade de instalações físicas específicas para o exercício da atividade: barracões, galpões e depósitos.

Enquanto o *Almanaque Laemmert* forneceu as indicações acerca dos negócios do bairro, os projetos arquitetônicos contidos nas solicitações de licença para construir e/ou

²⁷⁰ Disponível em: <http://oficinadohistoriador.blogspot.com.br/2013/08/evolucao-das-oficinas-artesanais.html>.

reformatar prédios da Série *Obras Particulares* indicaram a intenção de instalação de estabelecimentos voltados à fabricação de algum tipo de produto, ou à prestação de algum tipo de serviço. Nas duas situações – fabricação e prestação de serviços – essas solicitações possibilitam uma aproximação mais “real” do caráter de tais negócios.

Em se tratando das *Obras Particulares*, embora o número de casos seja bastante restrito em relação às demais fontes, localizei 6 processos interessantes, nos quais o solicitante indica o número de operários que trabalhavam na oficina.

LOGRADOURO	N.	PROPRIETÁRIO	HISTÓRICO DA SOLICITAÇÃO	N. OPERÁRIOS	DATA
ABOLIÇÃO	31 A	JANUARIO NOROLA, OU (G. NEVOLA & CIA.)	LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE MOTOR EM FÁBRICA DE CHAPÉUS PARA HOMENS	4	06/04/1922
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	57	IRMÃOS HASHISH	LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE FÁBRICA DE CAIXAS DE PAPELÃO	25	17/05/1923
BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	170	HENRIQUE DE LEO	PAGAMENTO DE IMPOSTO DE FÁBRICA DE CEROULAS, MOVIDA A ELETRICIDADE	4	21/10/1920
GENEBRA	90	PROTS & CIA.	PAGAMENTO IMPOSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÕES DE OFICINA DE ESTAMPARIA SOBRE MADEIRA	3	30/04/1919
MAJOR DIOGO	34 F.	NICOLA INFANTE DOCES BELLA VISTA	INSTALAÇÃO DE MOTOR EM FÁBRICA DE DOCES	7	17/04/1923
MAJOR DIOGO	68	NAIM DIAB MALUF	LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE FÁBRICA DE MEIAS	10	05/01/1921

Tabela 68 – Solicitações à Diretoria de Obras com informações quanto ao número de operários empregados. Fonte: Série *Obras Particulares*, AHSP.

Informações como essas poderiam indicar, se não as dimensões das oficinas, as intenções dos peticionários em relação ao seu negócio. De qualquer maneira, dos seis processos, localizei notícias de que apenas duas empresas se mantiveram nos anos posteriores: a fábrica de chapéus de Januário Norola (ou G. Nevola), ativa até 1930²⁷¹, e a *Fábrica de Doces Bela Vista*, de Nicola Infante.

O alcance da Série *Obras Particulares*, assim como do *Almanaque Laemmert*, é relativamente limitado, já que as informações dadas pelos requerentes não esclarecem as dimensões dos negócios. A solução parcial desse problema foi encontrada no *Imposto de Comércio e Indústria* lançado nos anos de 1923 e 1933. Ali estão arrolados, de acordo com os distritos da cidade: a) os nomes dos contribuintes e respectivos endereços; b) as atividades; c) e os valores a serem pagos nos anos em questão. Foram justamente essas informações que viabilizaram uma avaliação mais precisa do “poder de fogo” dos proprietários de oficinas e manufaturas. A relação dos proprietários indicava – além do nome, endereço e imposto a pagar –, também uma classificação do negócio, de acordo com

²⁷¹ De acordo com o *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 10/12/1930, naquela data foi publicada a “Prestação de contas” referente à falência da firma G. Nevola & Comp. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3917909/pg-10336-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-10-12-1930/pdfView>.

o tamanho do mesmo. Assim, temos que diferentes estabelecimentos dedicados às vezes ao mesmo tipo de negócio, a depender do porte, pagavam diferentes valores. Por outro lado, o lançamento dos impostos realizado em 1933 permitiu uma identificação mais detalhada do tipo de negócio exercido pelos contribuintes. Essas informações foram particularmente úteis no caso dos sapateiros, onde a coluna “ramo de negócio” fornece uma distinção mais exata entre a fabricação e o conserto de calçados.

As solicitações contidas nas *Obras Particulares* costumam indicar a intenção de estabelecer um novo negócio, o aumento, ou ainda o incremento de negócios existentes através da implantação de motores elétricos; os almanaques indicam os negócios efetivamente divulgados por seus proprietários; já os impostos, além de dimensionar o porte dos negócios – através dos valores a serem pagos é possível ter uma idéia se tratava-se de simples manufaturas, ou indústrias, na acepção própria da palavra –, também podem confirmar sua permanência através do período investigado.

Tendo em mãos diferentes documentos (*Obras Particulares*, *Almanaque Laemmert* e os *Impostos de Comércio e Indústria*), busquei, na medida do possível, cruzar as informações fornecidas pelas fontes primárias. Dessa maneira, foi possível elaborar um quadro mais completo das oficinas e manufaturas (Tabela 69), o que talvez confira aos setores de produção e serviços existentes no bairro uma função/papel mais importante do que o imaginado no início deste trabalho.

ÁREA DE ATIVIDADE	RAMO DE NEGÓCIO	TOTAL ATIVIDADES (1906-1933)	INÍCIO ATIVIDADES 1931-1933	%
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	ALFAIATES	47	16	34,04
	OFICINAS DE COSTURA/MODISTAS	29	13	44,82
	FÁBRICAS DE ROUPAS EM GERAL (MEIAS, CEROULAS, CAMISAS, ETC.)	11	-	-
	FÁBRICAS DE CALÇADOS (SAPATOS E CHINELOS)	21	5	23,80
	CONserto E MANIPULAÇÃO DE CALÇADOS	46	42	91,30
	FABRICAÇÃO E CONsertOS DE ACESSÓRIOS (CHAPÉUS, BONÉS, BOLSAS E MALAS)	22	6	27,27
SUBTOTAL		176	82	46,59
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	FABRICAÇÃO DE CAIXAS E CAIXÕES (PAPELÃO, MADEIRA)	19	5	26,31
	FABRICAÇÃO DE LOUÇAS DE BARRO	5	-	-
	FABRICAÇÃO DE TECIDOS	4	-	-
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS (ABAJOURS, ANIL, BALANÇAS, BILHARES, BOTÕES, BRINQUEDOS, CAMAS E MÓVEIS DE FERRO, CERA, CESTOS DE VIME, CUTELARIA, FITAS P/CINEMA, GRAXA P/CALÇADOS, TAPEÇARIAS E VELAS, ETC.) E ESTOFADORES	21	5	23,80
	JOALHERIAS, RELOJOARIAS E OURIVESARIA	11	4	36,36
	PINTORES, DECORADORES, ESCULTORES, ESTATUÁRIOS E FABRICAÇÃO DE LADRILHOS, AZULEJOS E MOSAICOS ²⁷²	12	4	33,33

²⁷² Tendo em vista se tratar de atividades afins, reunimos na mesma categoria os fabricantes de produtos destinados ao setor da construção civil (ladrilhos, azulejos e mosaicos), assim como os profissionais envolvidos numa fase posterior do mesmo setor (pintores, decoradores, escultores e estatuários). Há, inclusive, um caso específico em que o mesmo negócio envolve tanto a fabricação desses produtos, quanto fornece alguns desses profissionais (estucadores e escultores). Trata-se da firma de propriedade de Ulysses Pelliciotti, localizada na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 86 (antigo n.50).

	OFICINAS MECÂNICAS PARA CONserto DE AUTOMÓVEIS	17	13	76,47
	OFICINAS PARA FABRICAÇÃO E CONserto DE CARROÇAS	2	-	-
	ELETRICISTAS E CONserto DE APARELHOS ELÉTRICOS	4	4	100
SUBTOTAL		96	35	36,45
CARPINTARIAS, MARCENARIAS E OUTROS TRABALHOS EM MADEIRA	CARPINTARIAS	26	12	46,15
	MARCENARIAS E FÁBRICAS DE MÓVEIS	32	9	28,12
	CARPINTARIAS E MARCENARIAS	16	-	-
	OUTROS (ENTALHADOR, LUSTRADOR DE MÓVEIS, ESTAMPA SOBRE MADEIRA, ETC.)	3	-	-
SUBTOTAL		77	21	27,27
FERREIROS, SERRALHERIAS E TRABALHOS EM METAL	FERREIROS E SERRALHEIROS	16	4	25
	FUNILEIROS E LATOEIROS	13	4	30,76
	FUNILEIROS, BOMBEIROS HIDRÁULICOS E ENCANADORES	22	15	68,18
	FUNILEIROS, LATOEIROS, BOMBEIROS HIDRÁULICOS E ENCANADORES	5	1	20
	GALVANIZAÇÃO, NIQUELAÇÃO, DOURAÇÃO E PRATEAÇÃO	4	3	75
	CUNHAGEM DE EM MEDALHAS, CARIMBOS E SINETES E GRAVAÇÃO EM METAL	2	1	50
	CALDEIREIROS	1	-	-
	FUNILEIROS, BOMBEIROS HIDRÁULICOS E SERRALHEIROS	1	-	-
SUBTOTAL		64	28	43,75
ARTES GRÁFICAS	TIPOGRAFIAS	14	6	42,85
	ENCADERNAÇÃO	2	1	50
	TIPOGRAFIAS E ENCADERNAÇÃO	1	-	-
	LITOGRAFIAS E TIPOGRAFIAS	1	-	-
	LITOGRAFIAS	3	1	33,33
SUBTOTAL		21	8	38,09
ALIMENTAÇÃO	FÁBRICAS DE DOCES	5	-	-
	FÁBRICAS DE BEBIDAS (CEVERJA, VINHO E AGUARDENTE)	3	1	33,33
	FÁBRICAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	5	-	-
	FÁBRICAS DE EMBUTIDOS (LINGUIÇAS, SALSICHAS, ETC.)	4	1	25
SUBTOTAL		17	2	11,76
TOTAL		451	157	34,81

Tabela 69 – Ocorrência das atividades manufatureiras identificadas entre 1906 e 1933, e os segmentos que apresentaram acréscimos mais significativos em relação ao período, de acordo com a *Série Obras Particulares*, o *Almanaque Laemmert* e o *Imposto do Comércio e Indústria*. Fontes: *Obras Particulares* (1906-1923), *Almanaque Laemmert* (1906-1931), e *Imposto do Comércio e Indústria* (1923 e 1933).

A multiplicidade e o elevado número de atividades/estabelecimentos, ambos já percebidos por ocasião do levantamento de dados dos almanaques, são aspectos que ressaltam da tabela. Entre os 451 casos identificados, constata-se a liderança do setor de *vestuário e acessórios* (176 casos); seguido pela *produção de artigos e prestação de serviços diversos* (96 casos); pelos *ofícios associados ao trabalho com a madeira* (77 casos); pelos *ofícios associados ao trabalho com metal* (64) e; por fim, em números bem inferiores, as *artes gráficas* (21) e a *produção de alimentos* (17). Entretanto, o número total de negócios deve ser visto com reservas. Em praticamente todas as atividades produtivas designadas como *oficinas e manufaturas*, inúmeros profissionais concentravam num mesmo espaço diferentes fazeres, geralmente relacionados entre si, sob a mesma razão social. Carpinteiros também podiam se anunciar como marceneiros, se associando à fabricação e comércio de móveis; ferreiros e serralheiros frequentemente atuavam como funileiros, latoeiros e bombeiros hidráulicos (encanadores); oficinas de costura e modistas, além de produzir roupas e acessórios também comercializavam seus produtos; chapeleiros

e sapateiros acumulavam as atividades de fabricação, conserto e venda de chapéus e calçados; o mesmo ocorrendo com os fabricantes de alimentos.

Embora no cômputo total os números se mostrem bastante expressivos, é necessário levar em conta que o anuário de 1931, assim como a cobrança do *Imposto de Comércio e Indústria* relativa a 1933, demonstraram um aumento consistente da presença de certos profissionais no início dos anos 1930. Na coluna indicativa das atividades que, supostamente, iniciaram suas atividades entre 1931 e 1933, destacam-se os segmentos manufatureiros que apresentaram um acréscimo de profissionais mais significativo em relação ao período compreendido entre 1906 e 1930:

- Vestuário e acessórios – *conserto de calçados* e *oficinas de costuras*, respectivamente, com um acréscimo de 91,30% e 44,82%, em relação ao total de estabelecimentos no período.
- Fabricação de produtos e serviços diversos – *oficinas mecânicas para conserto de automóveis* e *eletricistas e conserto de aparelhos elétricos*, respectivamente, com 76,47% e 100%, em relação ao total de estabelecimentos no período.
- Ferreiros, serralheiros e outros trabalhos em metal – *funileiros, bombeiros hidráulicos e encanadores* e *galvanização, niquelação, douração e prateação*, respectivamente, com 68,18% e 75%, em relação ao total de estabelecimentos no período.
- Carpintarias, marcenarias e outros trabalhos em madeira – *carpintarias*, com 46,15%, em relação ao total de estabelecimentos no período.
- Artes gráficas – as *tipografias*, com 42,85%, em relação ao total de estabelecimentos no período.

O crescimento em quase todas essas áreas não chega a surpreender, dado sua presença no bairro desde os primeiros anos investigados. Porém, o surgimento de alguns segmentos dá o tom das transformações ocorridas no modo de vida urbano, caso principalmente das oficinas mecânicas e das oficinas de eletricitas e voltadas ao conserto de aparelhos elétricos. Ainda que naquele momento fossem artigos restritos a poucos, o automóvel e os aparelhos elétricos sinalizam para práticas modernas de vida, assim como para a tendência de metropolização da cidade. Por outro lado, a presença de oficinas mecânicas num bairro em que provavelmente poucos dispusessem de meios financeiros para possuir automóveis, indica que o Bexiga desempenhava uma função bem especializada no espaço urbano paulistano.

Sintomaticamente, das dezessete oficinas mecânicas listadas, onze situavam-se na Brigadeiro Luís Antônio, avenida de localização privilegiada entre o centro e bairros

nobres como o Morro dos Ingleses, Av. Paulista e a Vila América, e o restante se distribuía pelo interior do bairro.

NOME	LOGRADOURO	N.	RAMO DE NEGÓCIO	FONTE	ANOS
BYIGTON & CIA./ LUTHOLD & BENQUET	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	35	CONCERTO DE AUTOMÓVEIS	AL/ICI	1923/27
J.S. PELLIGGIOTTI	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	59	OFICINAS MECÂNICAS	AL	1911
OFICINA ELETRO MECÂNICA/ O. SEVERINO & CIA.	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	63-65	OFICINAS MECÂNICAS	AL/ICI	1911/33
JERONYMO PINTO	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	71	OFICINAS MECÂNICAS	AL	1924/27
AUTO PAULISTA LTDA.	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	76	OFICINA E GARAGE	ICI	1933
OCTÁVIO MIGLIORINI	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	78	VULCANIZAÇÃO	ICI	1933
ANTÔNIO SIGLIANO	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	141	CONCERTO DE AUTOMÓVEIS	ICI	1933
ARMANDO A. SOCCI	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	143	CONCERTO DE AUTOMÓVEIS	ICI	1933
JOAQUIM VICENTE CARDOSO	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	156-160	OFICINAS DE AUTOMÓVEIS	ICI	1933
BRAGA & GUEDES	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	176	VULCANIZAÇÃO AUTOMÓVEIS	ICI	1933
BENJAMIN CASSEF	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	223	OFICINAS MECÂNICAS	AL	1931
BRUNO VON ELLERN (?)	CONSELHEIRO RAMALHO	33	OFICINA MECÂNICA	ICI	1933
JOSÉ DE CAMARGO PRADO	DR. LUÍS BARRETO	32	OFICINAS MECÂNICAS	AL	1931
RAPHAEL VISCONTI	MAJOR DIOGO	47	OFICINAS MECÂNICAS	AL	1931
ALEXANDRE ANSEMI	MANOEL DUTRA	59B	CONCERTO DE AUTOMÓVEIS	ICI	1933
DIOGO DOS SANTOS	RICARDO BAPTISTA	14	OFICINA DE AUTOMÓVEIS	ICI	1933
SANTO COSENZA	RUI BARBOSA	134	OFICINAS MECÂNICAS	AL	1931

Tabela 70 – Oficinas mecânicas localizadas em ruas do Bexiga. Fonte: *Almanaque Laemmert* (1911-1931) e *Imposto do Comércio e Indústria* (1923 e 1933).

De um modo geral, mesmo pensando que se trata de um período relativamente extenso (27 anos desde o início destas investigações, e pouco mais de 40 desde o início do loteamento), é possível perceber que então o bairro já possuía maturidade no que tocava ao papel dos “pequenos” negócios representados pelas oficinas e manufaturas. Embora já sabendo que se tratava de um bairro misto, onde as moradias conviviam com os negócios, aqui constata-se que a essa altura, ao lado dos segmentos representados pelo comércio de alimentos, as oficinas e manufaturas conferiam ao bairro um caráter especialmente voltado à prestação de serviços, fosse em função da sobrevivência do próprio bairro, fosse em função dos bairros circundantes.

	PROPRIETÁRIO/ EMPRESA	LOGRADOURO	N.	RAMO DE NEGÓCIO	IMPOSTO	ANO
1	AUTO PAULISTA LTDA.	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	76	OFICINA E GARAGE	1:125\$00	1933
2	BYIGTON & CIA.	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	35	CONCERTO DE AUTOMÓVEIS	2:475\$000	1923
	LUTHOLD & BENQUET	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	35	OFICINAS MECÂNICAS	-	1927
3	INDEPENDENCIA FILM	SANTO AMARO	78	FÁBRICA DE FITAS PARA CINEMA	1:100\$000	1923
4	JOSÉ PASCHOALUCCI	MARIA JOSÉ	39	FÁBRICA DE CALÇADOS	660\$000	1923
	JOSÉ PASQUALUCCI	MARIA JOSÉ	33	FÁBRICA DE CALÇADOS	1:250\$000	1933
5	LEONILDO TORRE	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	16	ALFAIATARIA	1:000\$000	1933
6	NICOLA INFANTE	MAJOR DIOGO	36	FÁBRICA DE DOCES E CIGARROS	165\$000	1923
	NICOLA INFANTE/ FÁBR. DE DOCES BELLA VISTA	MAJOR DIOGO	34-36	FÁBRICA DE DOCES	1:250\$000	1933
7	PATERNOSTRO IRMÃO & CIA.	SANTO ANTÔNIO	9	TIPOGRAFIA	1:100\$000	1923
	DUPRAT & FILHOS LTDA.	SANTO ANTÔNIO	9	TIPOGRAFIA	2:500\$000	1933
8	RODOLPHO CHIAVERINNI	CONSELHEIRO RAMALHO	229	FÁBRICA DE CHAPÉUS	1:000\$000	1923
	CHIAVERINI, MAGALHÃES & CIA.	CONSELHEIRO RAMALHO	229	FÁBRICA DE CHAPÉUS	-	1931
9	SCHATAMACHIA & CIA.	MAJOR DIOGO	52	FÁBRICA DE CALÇADOS	2:200\$000	1923
	SCATAMACHIA & CIA.	MAJOR DIOGO	52	FÁBRICA DE CALÇADOS	3:750\$000	1933
10	ULLYSES PELICIOTI & CIA.	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	86	LADRILHOS, ESCULTURAS	825\$000	1923
	ULLYSES PELICOTTI & CIA.	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	52	ESCULTURA E LADRILHOS	1:875\$000	1933

Tabela 71 – Oficinas e manufaturas de maior porte. Fonte: *Imposto do Comércio e Indústria*, 1923 e 1933; *Almanaque Laemmert*, 1927 e 1931.

Por fim, destaco alguns dos negócios que, em relação ao conjunto de casos identificados, lograram alcançar maiores dimensões, quem sabe podendo ser classificados como indústrias de médio ou grande porte, afastando-se assim da classificação oficinas e manufaturas.

A firma *Byington & Co.*, estabelecida na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.35, fazia parte dos investimentos do americano Alberto Byington. De acordo com Rafael de Luna Freire, “*Entre outros itens vendidos pela empresa, podem ser citados fornos elétricos e ventiladores, automóveis e pneus, máquinas calculadoras, de escrever e registradoras enfim, tudo o que havia de mais moderno para atender aos comerciantes e particulares, às lojas e residências*” (grifos nossos)²⁷³. Ainda conforme o autor, nos anos 1920 a *Byington & Co.*, em franca expansão, abriu filiais em diversas capitais brasileiras, inclusive em São Paulo. É a essa empresa que se refere o *Imposto de Comércio e Indústria* para o ano de 1923, quando a oficina mecânica deveria pagar o valor nada desprezível de dois mil, quatrocentos e setenta e cinco contos de réis (2:475\$000). Porém, esse não era o negócio mais importante da *Byington & Co.*, que ao que indicam alguns anúncios nos jornais da época, comercializava automóveis e acessórios para autos importados. De qualquer modo, em 1925 a empresa já havia mudado de endereço, deixando a loja na Av. Brigadeiro Luís Antônio em mãos da *Cia. Autoamericano*.

Figura 145 – Anúncio de 14/07/1923, para venda de carros importados da marca Buick, pela *Byington & Co.* Fonte: *O Estado de São Paulo*.

²⁷³ FREIRE, Rafael de Luna – “*Da geração de eletricidade aos divertimentos elétricos: a trajetória empresariais de Alberto Byington Jr. antes da produção de filmes*”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.26, n.51, jan-jun 2013, p. 119.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862013000100007.
Consulta em: 22/06/2015.

O primeiro registro localizado para a firma *Luthold & Benquet* é anterior à instalação da *Byington & Co.*, datando de 29/10/1922. Tratava-se de uma garagem para automóveis, a *Taxi Bloc*, onde também funcionava uma oficina mecânica. Estranhamente, a presença da *Luthold & Benquet* no anuário é contemporânea às duas firmas, *Byington* e *Autoamericano* – ali constam anúncios entre 1922 e 1927.

Figura 146 – Anúncio da oficina mecânica *Luthold & Benquet*, associada à *Garage Taxi Bloc*, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 35, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 29/10/1922. Para se ter uma ideia do porte da empresa, e consequentemente, do poder aquisitivo de sua clientela, o imposto a ser pago pela *Luthold & Benquet* em 1923 era de dois mil, quatrocentos e setenta e cinco contos de réis (2:475\$000), muito acima da média geral dos valores pagos pelos contribuintes do bairro.

Infelizmente, não foi possível espacializar a empresa na planta SARA Brasil, já que o trecho (à esquerda da avenida), em que esta se localizaria se identifica apenas por um grande espaço vazio, entre as ruas do Riachuelo e Asdrúbal do Nascimento (Anexo 3.6). Resta acreditar que houvesse algum tipo de acordo entre as empresas, que tornaria possível o funcionamento de mais de um negócio no mesmo local.

A *Independencia Film*, empresa fundada em 1922 pelos irmãos José e Menotti Del Picchia e por Armando Pamplona, embora de acordo com o *Imposto do Comércio e Indústria* de 1923, se destinasse à fabricação de “fitas para cinema”, era na verdade uma produtora cinematográfica. Criada em função das comemorações dos 100 anos da independência brasileira, na Exposição Internacional da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, entre setembro de 1922 e julho de 1923, a empresa foi escolhida pela comissão organizadora do evento para a realização de documentários que enaltecessem a “*economia, história e vida social*” brasileiros²⁷⁴. Em março de 1923, a sociedade entre Armando Pamplona e os irmãos Del Picchia foi desfeita, ficando o primeiro como o “*exclusivo proprietário da Empresa Cinematográfica Independencia Film [...], continuando a explorar o mesmo ramo de indústria e comércio, tendo o seu escritório e*

²⁷⁴ Conforme Eduardo Morettin, a empresa Independencia Film foi “*criada em 1922 para aproveitar a chance de obter os largos recursos para filmagem provenientes dos órgãos públicos*”, cujas intenções eram “*fornecer em conjunto, a visão integral do progresso do Estado de São Paulo*”. In MORETTIN, Eduardo V. – “*Um apóstolo do modernismo na Exposição Internacional do Centenário: Armando Pamplona e a Independencia Film*”. In *Revista USP*, ano 39, n.37, 2012, p.75-92. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/viewFile/71264/74264>. Consulta em: 23/06/2015.

oficinas, nesta capital, à rua de Santo Amaro, 78”²⁷⁵. Não localizei mais referências sobre a empresa e, em 1933 ela já não consta mais no lançamento do *Imposto do Comércio e Indústria*. Levando-se em conta os objetivos oficiais do evento, o mais provável é que, passadas as comemorações, os recursos públicos cessassem, prejudicando a continuidade da empresa. Dessa maneira, os valores do imposto, que em 1923 somavam mais de um conto de réis (1:100\$000), em 1933 alcançariam um patamar difícil de ser suportado por um tipo de negócio que ainda dava seus primeiros passos.

A *Fábrica de Doces Bella Vista* é o exemplo mais longo dos casos de manufaturas no bairro do Bexiga. Criada em 1915 por Nicola Infante, o primeiro anúncio da fábrica no *Almanaque Laemmert* data de 1917. Porém, em 1916 a firma já era alvo do lançamento do *Imposto de Comércio*, pelo qual deveria pagar sessenta e seis mil réis (66\$000) à Recebedoria de Rendas da Capital. Em 1923, Nicola solicitou à Diretoria de Obras do município licença para a instalação de um “motor de 2 cavalos” e para o “acréscimo em barracão descoberto” a ser utilizado como depósito da fábrica que então dispunha de 7 operários. No mesmo ano o valor do imposto a pagar pelo funcionamento de uma “fábrica de doces e cigarros” era de cento e sessenta e cinco mil réis (160\$000). Passados dez anos, esse valor subiria para um mil, duzentos e cinquenta contos de réis (1:250\$000), o que dá bem a medida do crescimento da empresa.

Figura 147 – Peça publicitária da fábrica de Nicola Infante, discriminando os produtos produzidos pela mesma, s/data. Fonte: São Paulo antiga. História, arquitetura e fotografia²⁷⁶.

²⁷⁵ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 11/03/1923. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3752059/pg-1922-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-11-03-1923>. Consulta em: 23/06/2015.

²⁷⁶ Disponível em: <http://www.saopauloantiga.com.br/biscoitos-bela-vista/>. Consulta em:

Figura 148 – Fachada da *Fábrica de Doces Bella Vista*, na rua Major Diogo, 1940. Fonte: São Paulo antiga. História, arquitetura e fotografia ²⁷⁷.

Quando abordei as atividades produtivas desenvolvidas na área do loteamento original do Bexiga, já mencionei a *Scatamacchia & Cia.*, fábrica de calçados localizada na rua Major Diogo (Capítulo 2). A fábrica deve ter sido instalada naquele local por volta de 1922, ano em que consta o pedido de licença para a construção do prédio. Contudo, a notícia publicada em *O Estado de São Paulo*, em 07/05/1927, acerca da visita que o Cônsul Geral da Itália fez às instalações da empresa, situa sua fundação em 1895, por Donaldo Scatamacchia e seus filhos Antônio e Salvador²⁷⁸. Não foi possível saber ao certo quando e onde foi fundada a fábrica, mas um comunicado à clientela, em 03 de maio de 1914, esclarece “*que sua fábrica está funcionando com toda regularidade desde 1º do corrente mês, após pequena interrupção*”, na rua de São João n.230. A interrupção a que se referia o comunicado provavelmente se devesse ao processo da concordata preventiva da empresa, e apesar do empenho de Donato, até 07 de abril de 1916 o problema ainda não havia sido solucionado²⁷⁹. Finalmente, após um intervalo de aproximadamente 6 anos, a *Scatamacchia & Cia.* ressurge, agora na rua Major Diogo n.52. O *Imposto do Comércio e Indústria*, lançado em 1923 e 1933, indica que a empresa ia bem – os impostos a serem pagos foram de, respectivamente, dois mil e duzentos contos de réis (2:200\$000) e três mil,

²⁷⁷ Disponível em: <http://www.saopauloantiga.com.br/biscoitos-bela-vista/>. Consulta em:

²⁷⁸ *O Estado de São Paulo*, 07/05/1927.

²⁷⁹ *O Estado de São Paulo*, 10/04/1914; 13/03/1915; e *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 07/04/1916.

setecentos e cinquenta contos de réis (3:750\$000)²⁸⁰, os valores mais altos pagos pelos negociantes do Bexiga naqueles anos²⁸¹.

Figura 149 – Fachada do prédio da antiga *Scatamacchia & Cia.*, na rua Major Diogo, tal como se encontra nos dias atuais. Fonte: Google Street View. Imagem captada em outubro de 2014²⁸².

A tipografia *Paternostro Irmão & Cia.* estabelecida na rua Santo Antônio n.9 possui um longo histórico, cujo início se deu em 1º de fevereiro de 1912, quando o engenheiro Julio Michele apresentou à Diretoria de Obras o projeto para construção de uma oficina tipográfica no terreno de propriedade de Manoel Lopes Leal.

Figura 150 – Projeto contendo a fachada do prédio onde iria funcionar a tipografia da *Casa Mayença*, à rua Santo Antônio, 9. Fonte: Série *Obras Particulares*, OP1911-003.158/PR001.

²⁸⁰ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, abril de 1923; e 10/06/1933.

Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>.

²⁸¹ A marca “Scatamacchia” alcançou fama como sinônimo de calçados de qualidade refinada mas, apesar do sucesso, voltaria a ter sérios problemas financeiros nos anos 1960, quando passou por novo processo de concordata. Finalmente, a última notícia que obtivemos data de 31 de agosto de 1978, ocasião em que, intitulada como *Scatamacchia S.A. – Indústria de Calçados*, era credora da massa falida de *Treves S.A. Comércio e Indústria*.

²⁸² Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/R.+Maj.+Diogo,+276+-+Bela+Vista,+São+Paulo>. Consulta em: 24/06/2015.

Figura 151 – Em primeiro plano, temos a rua João Adolfo; a *Casa Mayença* localizava-se exatamente no prédio circundado em verde, à esquerda da foto, do outro lado da rua Santo Antônio, 1947. Dmitri Kessel. Fonte: Revista LIFE²⁸³.

Entre o ano da construção e 1931, a tipografia passou pelas mãos da firma *Cardoso Filho & Cia.* (de 1914 a 1918) e pela *Paternostro Irmãos & Cia.* Sob a razão social *Casa Mayença*, entre 1924 e 1931, aparece nos registros do *Almanaque Laemmert*, demonstrando ter se especializado na edição de livros e músicas. Data de 1927 o anúncio de artigos de papelaria publicado em *O Estado de São Paulo*, documentando a fusão da *Mayença* com a *Casa Duprat*, tradicional editora localizada na rua São Bento. No anúncio, a firma representada por *Duprat, Paternostro & Cia.* passava a se chamar *Casa Duprat e Casa Mayença Reunidas*, mas mantinha o endereço original da *Duprat*, à rua São Bento n.21. Certamente este era o endereço comercial da casa, já que o lançamento do *Imposto do Comércio e Indústria* de 1933, no valor de dois mil e quinhentos contos de réis (2:500\$000), se refere à tipografia da rua Santo Antônio n.9. Aliás, nesse momento o mesmo imposto está em nome de *Duprat & Filhos Ltda.*, e não mais de *Paternostro Irmão & Cia.*, como ocorreu em 1923.

²⁸³ De acordo com o *site*, esta imagem pertence ao acervo da extinta revista norte-americana LIFE (<http://images.google.com/hosted/life>). Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=754080> . Consulta em: 15/02/2014.

Entre os poucos casos de oficinas e manufaturas que alcançaram maior êxito em sua trajetória, a fábrica de ladrilhos e esculturas de *Ullysses Pellicioti & Cia.* se distingue pela antiguidade da iniciativa dos proprietários. Em dezembro de 1906, Pellicioti apresentou, à Diretoria de Obras do município, pedido de licença para a construção de um salão no centro de um terreno localizado na Av. Brigadeiro Luís Antônio, s/n.

Figuras 153 a e b – Fachada e planta baixa do sobrado com armazém no térreo a ser construído na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.50. Fonte: Série *Obras Particulares*, OP1914-000.780/PR001 e 002, 30/05/1914.

Naquele momento, o bairro do Bexiga estava em pleno processo de ocupação, com a multiplicação contínua de novas construções que eventualmente poderiam justificar a ampliação das manufaturas de Pellicciotti. Entretanto, acredito que as dimensões alcançadas pelo negócio no decorrer das décadas seguintes, perceptíveis nos valores do *Imposto do Comércio e Indústria* a serem pagos em 1923 e 1933, respectivamente, oitocentos e vinte e cinco mil réis (825\$000) e hum mil, oitocentos e setenta e cinco contos de réis (1:875\$000), dificilmente seriam obtidas apenas com a clientela do bairro. Acresce que, além da *Pellicciotti & Cia.*, o bairro possuía outros estabelecimentos de menor porte que poderiam fornecer materiais de construção para quem quisesse construir, talvez até a preços mais em conta. Este é mais um caso em que a localização estratégica do negócio, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, deve ter sido decisiva para o seu sucesso. Anos mais tarde, conforme o *Diário Oficial do Estado*, de 14/03/1934, a empresa ampliaria suas possibilidades, passando a denominar-se:

*Sociedade Anônima Decorações Edis Ullysses Pellicciotti, com o capital de cento e vinte contos de réis (120:000\$000) [...] tendo por fim a melhor exploração e desenvolvimento da indústria de decorações de prédios e da fabricação de pedras artificiais, que vem sendo explorada pela firma Ullysses Pellicciotti & Cia. Ltda*²⁸⁴.

Com o breve relato apresentado acima, espero ter ilustrado os poucos casos de oficinas e manufaturas que obtiveram êxito em sua trajetória. Porém, ainda que esses

²⁸⁴ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4679097/pg-136-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-27-10-1964/pdfView>. Consulta em: 25/06/2015.

negócios tenham se destacado no cenário do bairro, não deixam de ser exceções à regra, a qual constituiu-se fundamentalmente de pequenas iniciativas, fato comprovado pelos valores pagos ao erário público, por ocasião dos lançamentos dos *Impostos de Indústria e Comércio*, em 1923 e 1933. Aqui, cabe destacar novamente a importância do cruzamento das informações disponibilizadas por esses documentos com aquelas fornecidas pela *Série Obras Particulares* e pelo *Almanaque Laemmert*. Mais do que simplesmente enumerar as 451 atividades vinculadas às oficinas e manufaturas existentes no bairro, o resultado desse cruzamento (Tabela 69) levantou questões mais abrangentes acerca do papel dessas atividades no cenário urbano paulistano. Seria a população residente no bairro suficientemente numerosa para consumir os produtos e serviços oferecidos por tais negócios? A ampliação no número de negócios relacionando às oficinas e manufaturas seria uma tendência para as próximas décadas, ou apenas o reflexo momentâneo de uma realidade que, longe de ser estática e definitiva, fazia parte de um processo de transformação urbana em andamento?

Os anos 1930 foram palco de mudanças sociais e políticas que mal haviam se esboçado no período limite para este estudo, 1931. Talvez os números apresentados na Tabela 69 signifiquem apenas previsões/preensões otimistas para um cenário futuro, que não necessariamente se realizariam. Muita coisa mudaria na cidade a partir de então... Mais uma vez, o depoimento de Haim Grünspun pode ajudar a perceber o que se passou naquele território:

Todos contavam que antes dos anos trinta, alguns italianos precisavam a data como antes da crise de 29, a vida era mais fácil e com o trabalho comum do Bexiga, as pessoas conseguiam progredir e mesmo enriquecer. Como exemplo, davam os casos das lavadeiras que ficaram muito ricas e hoje eram grandes proprietárias do Bexiga e fora do Bexiga. Na década de trinta, o trabalho mal dava para a sobrevivência e muito pouca gente tinha extras para economizar (1979, p.123-124, grifos nossos).

Assim, acredito que as respostas a essas perguntas dependam de outros estudos que se proponham a estender as investigações ora realizadas.

CAPÍTULO 4 – DIVERSIDADE SOCIAL NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA

Até aqui desenvolvi este trabalho de maneira a: a) traçar o perfil material do Bexiga, rua a rua, basicamente através das formas de moradia e trabalho dos moradores do bairro; b) dar a conhecer as interfaces do bairro em relação à cidade e a heterogeneidade das atividades produtivas ali desenvolvidas, envolvendo as três áreas identificadas (“área nobre”, loteamento original e Saracura); e c) identificar e aprofundar as formas dominantes de atividades produtivas características daqueles espaços. Dessa maneira, acredito ter atingido o objetivo primeiro – apreender o papel representado pelo bairro do Bexiga no processo de expansão urbana da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Contudo, embora o panorama traçado acima seja bastante elucidativo das funções desempenhadas por aquele espaço no cenário mais amplo da cidade, resta uma questão fundamental acerca desse espaço. Quem eram os seus moradores? Como transcorriam suas vidas no dia a dia daquele cenário?

A ideia aqui é dar vida ao espaço material e produtivo delineado nos capítulos precedentes, afinal de contas o bairro foi apropriado por pessoas de carne e osso cujas histórias ajudaram a inscrever o Bexiga na própria cidade. Na linha de uma história mais encarnada, pretendo por luz em determinadas faces e assim vislumbrar alguns perfis sociais típicos da área.

Os *Boletins de Ocorrência* são fontes privilegiadas para se aferir relações sociais no cotidiano do bairro, permitindo inclusive perceber as tensões e conflitos entre os diferentes grupos ali residentes. Nunca é demais lembrar que o convívio social entre brasileiros e imigrantes foi marcado pela questão político-ideológica da intenção de branqueamento da raça, fato já bastante analisado por diversos autores, sob diferentes pontos de vista²⁸⁵. Acredito que o imigrante, consciente ou inconscientemente, tenha incorporado esse ideário na medida em que ele próprio representava o instrumento essencial para o suposto êxito daquela política deliberada imposta na chamada Primeira República (1889-1930). No entanto, apesar da posição aparentemente privilegiada que o imigrante ocupava, sua inserção na sociedade brasileira não foi assim tão fácil, sobretudo em face ao recente passado escravista que mantinha uma série de preconceitos ainda muito vivos e arraigados no imaginário coletivo. Se, de um lado, o imigrante era a força de

²⁸⁵ Entre esses autores destacamos especialmente: CHALHOUB, Sidney – *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª Ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 2001; PEREIRA, Paulo César Xavier – *São Paulo. A construção da cidade 1872-1914*, São Carlos: RiMa/FAPESP, 2004; e SANTOS, Carlos José Ferreira dos – *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998;

trabalho necessária no momento de afirmação/inserção do país num processo econômico mais amplo, inseria-se num universo no qual o trabalho pesado era um estigma atrelado a imagem dos escravos. Por outro lado, qualquer movimento seu que contrariasse as expectativas do Estado e dos patrões era fortemente reprimido, fato comprovado pela reação às greves realizadas no decorrer dos anos 1910. Em momentos de crise econômica e social, quando as possibilidades de sobrevivência escasseiam, as diferenças culturais entre os grupos sociais (brasileiros brancos, afrodescendentes e imigrantes) tendem a se manifestar sob a forma de conflitos e tensões. Dessa maneira, as relações sociais no Bexiga e em outros bairros da cidade ocupados pelas camadas médias e baixas da população foram marcadas por instabilidade constante: em tempos difíceis qualquer motivo seria suficiente para desencadear tensões e conflitos. As investigações realizadas confirmaram tais ocorrências que manifestavam-se de diversas formas: na relação entre inquilinos e proprietários, na disputa por clientela, nas brigas e bebedeiras nos botequins e nas ruas.

Os *Boletins de Ocorrência* do *Posto Médico da Assistência Policial* integram o Fundo da *Secretaria da Segurança Pública* do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e são fontes preciosas para se aferir aspectos referentes as formas de sociabilidades. Este corpus documental é particularmente importante por fornecer uma multiplicidade de dados e detalhes sobre a vida cotidiana dos moradores do bairro – nome, cor, nacionalidade, idade, filiação (quando se tratava de menores de 18 anos), profissão, endereço e motivação da ocorrência. Ao informar as nacionalidades, as profissões desempenhadas pelos atores sociais, sua localização no espaço e as causas das ocorrências, possibilita a remontagem de certos perfis típicos do bairro. Além disso, através dos *Boletins* é possível aquilatar a presença dos afrodescendentes no bairro aparentemente indistintos entre nomes e sobrenomes de raiz brasileira e portuguesa, bem como dar espacialidade aos seus lugares de moradia e trabalho, acompanhando-os em seus movimentos pela cidade, seja no exercício de uma atividade produtiva, seja no seu tempo ocioso.

Os *Boletins de Ocorrência* não respondem tudo, mas fornecem indícios a serem aprofundados. A partir das linhas e entrelinhas dos processos-crimes é possível reconstituir a trajetória de certos indivíduos²⁸⁶ e, numa etapa posterior, construir o perfil de determinado tipo de morador do Bexiga. De outra forma seria quase impossível imaginar a vida cotidiana no bairro e suas formas de sociabilidade.

²⁸⁶ As informações contidas nos *Boletins de Ocorrência* foram enriquecidas e complementadas pelos acervos dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, disponibilizados nos sites: <http://acervo.estadao.com.br/>; e <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/>.

Instalado junto às delegacias de polícia, o posto médico era responsável pelos primeiros socorros às vítimas de todo tipo de problemas: “mal súbito”, doenças, embriaguez, ferimentos decorrentes de acidentes no trânsito, desastres, agressões, tentativas de suicídio, etc. Os atendimentos podiam ser feitos na residência do vitimado, na rua ou ainda na delegacia mais próxima do local da ocorrência, o que parece ter sido mais comum – inúmeras ocorrências relatam o atendimento após uma chamada telefônica à delegacia. Nos casos de problemas no Bexiga, tudo leva a crer que a delegacia competente era a 2^a. *Circunscrição Policial da Liberdade*, já que em grande parte das ocasiões os registros foram para lá encaminhados²⁸⁷. Porém, também foram comuns os atendimentos em outras delegacias, sempre onde houvesse a ocorrência. A partir do primeiro atendimento, se o caso fosse simples, a pessoa retornava à residência, porém, quando se tratava de algo mais grave, a pessoa era encaminhada à Santa Casa, e eventualmente, a um hospital particular. Já nos casos em que o problema se originava do estado de embriaguez, o encaminhamento da vítima era para o “xadrez” mais próximo.

A pesquisa abrangeu três períodos selecionados de forma mais ou menos aleatória a título de constituição de uma amostragem. Num primeiro momento, elegi os atendimentos médicos junto às Delegacias de Polícia de outubro de 1911 (quando do início do procedimento de escrituração das ocorrências) a maio de 1912, totalizando oito meses. Em seguida, abordei todo o ano de 1914, além do mês de janeiro de 1915, quando essa forma de atendimento médico já parecia ter sido incorporada pela população e a instituição policial já se mostrava mais organizada em relação aos diferentes tipos de ocorrência, classificadas como: *acidente no trabalho*, *desastre*, *atendimento em domicílio*, *atendimento na via pública*, e *crime*. Finalizei a pesquisa investigando o ano de 1925. Passados quase quatorze anos desde que a Secretaria de Segurança Pública do Estado iniciou a escrituração sistemática das ocorrências foi possível verificar alterações sutis na forma de registro dos casos. Enquanto nos *acidentes no trabalho*, *desastres* e *crimes* os casos são detalhadamente descritos, os *atendimentos em domicílio* e *atendimentos na via pública* geralmente encaixavam-se em diagnósticos médicos superficiais de “doença” ou “moléstia”, “epistaxis”, “epilepsia”, “ataque histerico”, etc. De outro lado, os atendimentos provocados por estados de “embriaguez” da vítima praticamente desaparecem. Já a alteração mais flagrante se refere às respectivas delegacias responsáveis pelos atendimentos, que desde

²⁸⁷ De acordo com o *Almanaque Laemmert*, de 1915, naquela data o Bexiga contava com a *Subdelegacia da Bela Vista*, localizada na Rua Santa Cruz, 35 ²⁸⁷, subordinada à 4^a. *Circunscrição da Consolação*, com sede na Rua Ipiranga, 76. Esta rua corresponde, atualmente, à rua Matias Aires, travessa da rua Augusta, entre as ruas Fernando Albuquerque e Antônio Carlos.

fevereiro de 1914 passou a ser mencionado no final do *Boletim de Ocorrência* e, a partir de meados de março de 1925, desapareceu inexplicavelmente.

O quadro abaixo contém as modalidades de atendimento e as respectivas causas identificadas.

MODALIDADES DE ATENDIMENTO	CAUSAS
ACIDENTE NO TRABALHO	FERIMENTOS PRODUZIDOS NO EXERCÍCIO DO TRABALHO
CRIME	FERIMENTOS POR AGRESSÃO
DESASTRE	ACIDENTES ENVOLVENDO MEIOS DE TRANSPORTE (QUEDA, ATROPELAMENTO POR AUTOMÓVEL, BICICLETA, BONDE, CAMINHÃO, CARROÇA, CAVALO)
	ACIDENTES POR EMBRIAGUEZ
	ATENDIMENTOS ENVOLVENDO POSSÍVEL RISCO DE VIDA (ENVENENAMENTO, QUEIMADURAS, TENTATIVAS DE SUICÍDIO E MORTE CONFIRMADA)
	FERIMENTOS ACIDENTAIS (ACIDENTE DOMÉSTICO, COM VIDRO, MORDIDA DE CÃO, OU OUTRO ANIMAL)
	FERIMENTOS ACIDENTAIS ENVOLVENDO QUALQUER MATERIAL, LETAL OU NÃO (ARMA DE FOGO, CANIVETE, FACA, PEDAÇO DE MADEIRA, PEDRA, ETC.)
	FERIMENTOS POR QUEDA (ACIDENTAL OU POR MOLÉSTIA)
	FERIMENTOS SEM CAUSA DEFINIDA
SOCORRO EM DOMICÍLIO	PARTURIENTES E VÍTIMAS DE MOLÉSTIAS EM GERAL (CRISE EPILÉTICA, CRISE HISTÉRICA, CRISE NERVOSA, CURATIVOS, INDIGESTÃO, ETC.)
SOCORRO NA VIA PÚBLICA	VÍTIMAS DE MALES DIVERSOS (EMBRIAGUEZ, CRISE EPILÉTICA, CRISE HISTÉRICA, CRISE NERVOSA, VERTIGEM E OUTRAS MOLÉSTIAS)

Tratando-se do atendimento realizado por um órgão de segurança pública, está claro que mais do que a prestação de socorro médico à população, a intenção da instituição era policiar o comportamento social no espaço urbano e, para tanto, o fichamento das vítimas era essencial. Assim, concomitantemente ao atendimento, procurava-se obter informações referentes ao *nome* da vítima (ou do responsável, pai ou mãe, no caso de criança), à *cor*, à *idade*, ao *estado civil*, à *nacionalidade*, à *profissão/ocupação*, ao *endereço* e ao *motivo* do incidente. Entre essas informações, procurei explorar aquelas que pudessem esclarecer aspectos dos atores sociais que atuavam no Bexiga: a *especialização das ocorrências* dá a localização da moradia ou *possíveis habitações coletivas*; as *nacionalidades e etnias* indicam o grupo de pertencimento; as *ocupações profissionais* indicam aspectos do universo de trabalho e, claro, as *causas das ocorrências* o nível de tensão e precariedade da existência nas diversas áreas do bairro. As informações cruzadas entre si dão face aos diferentes tipos humanos que atuaram no Bexiga.

4.1 A especialização das ocorrências

A localização das moradias além de permitir a especialização e quantificação dos moradores por domicílio, sugerindo inclusive a presença de habitações coletivas, permite

estimar a densidade populacional aproximada de quase todas as ruas. Há casos que em praticamente toda a extensão da rua foram identificados os moradores.

ÁREA DE REFERÊNCIA	LOGRADOURO	1911-12	1914-15	1925
ÁREA “NOBRE”	AGUIAR DE BARROS	-	4	4
	ASDRÚBAL DO NASCIMENTO / ALBERGUE NOTURNO	1	28	26
	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	10	37	29
	FRANCISCA MIQUELINA	-	1	9
	GENEBRA	-	4	3
	MARIA PAULA	-	10	8
LOTEAMENTO ORIGINAL	ABOLIÇÃO	4	7	15
	CONSELHEIRO CARRÃO	5	27	15
	CONSELHEIRO RAMALHO	15	59	56
	FORTALEZA	6	9	19
	FORTALEZA / VILA JOAQUIM ANTUNES		2	7
	HUMAITÁ	-	7	4
	JACAREI	2	6	13
	TRAV. JACAREÍ (FUTURA RUA JAPURÁ)	-	3	24
	JACEGUAI		10	20
	JOÃO PASSALACQUA	1	10	12
	MAJOR DIOGO	24	58	55
	MANOEL DUTRA	9	34	27
	MARIA JOSÉ	5	12	25
	TRAV. NOSCHESE	-	-	1
	QUATORZE DE JULHO	3	6	13
	RICARDO BATISTA	-	-	1
	RUI BARBOSA	22	52	60
	SANTO AMARO	9	29	24
	SANTO AMARO / VILA BARROS	-	2	12
	SANTO ANTÔNIO	36	84	107
	SÃO DOMINGOS	10	18	21
	SÃO VICENTE	-	5	7
	SOL/DR. LUÍS BARRETO	4	15	18
	TREZE DE MAIO	9	39	72
	VICENTE PRADO	-	1	-
SARACURA	LARGO SÃO MANOEL	-	3	2
	ROCHA	-	5	8
	SARACURA GRANDE/ALMIRANTE MARQUES LEÃO	-	21	34
	SARACURA PEQUENA	2	11	14
	SARACURA (?)	-	-	1
BELA VISTA	BELA VISTA (?)	1	-	-
CAGUASSÚ	CAGUASSÚ (?)	2	-	1
TOTAL		180	619	767

Tabela 72 – Espacialização dos endereços fornecidos no ato da realização do Boletim de Ocorrência. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

A primeira evidência empírica que salta à vista é a alta concentração de pessoas em determinadas ruas, fato que se mantém em praticamente todos os períodos investigados. Na “área nobre”, a rua Asdrúbal do Nascimento e a Av. Brigadeiro Luís Antônio parecem ser as vias preferidas dos moradores, especialmente nos dois últimos períodos investigados (1914-15 e 1925). No caso da avenida, se trata de uma via de percurso longo, enquanto o trecho da rua Asdrúbal do Nascimento identificado como parte do Bexiga limita-se entre o Largo do Riachuelo e a própria avenida.

Destaca-se em 1914-15 a alta incidência de moradores (8 pessoas) no *Albergue Noturno*, instituição destinada a abrigar pessoas sozinhas e destituídas de moradia, fato que não se repete em 1925, quando apenas um morador no Albergue solicitou atendimento médico.

No loteamento original se destacaram as ruas Santo Antônio, Rui Barbosa, Conselheiro Ramalho e Major Diogo. Embora essa constatação só confirme a tendência já observada por ocasião da espacialização dos negócios, os *Boletins de Ocorrência* demonstram que havia ocupação em praticamente toda a extensão da via. No caso da rua Santo Antônio, que em 1925 totalizou 107 ocorrências, a numeração registrada abarca quase a rua inteira, do número 2 até o número 320, com uma concentração maior de moradores (aproximadamente 60 pessoas) entre o número 150 (na altura da rua Martinho Prado e o final da via na rua São Vicente). Vale destacar ainda que do total de ocorrências, apenas 34 se referem a endereços localizados no lado esquerdo da rua – a grande maioria das residências registradas nos *Boletins de Ocorrências* situava-se no lado direito atrás da área do Saracura. A mesma tendência se verifica nas ruas Rui Barbosa, Conselheiro Ramalho e Major Diogo, que parecem ter disputado a preferência dos moradores do bairro, certamente pela presença das linhas de bonde, então o único meio de transporte coletivo disponível aos moradores. Porém, curiosamente, a rua Santo Antônio, apesar de ter apresentado um grau de ocupação maior, era apenas parcialmente servida pelas linhas de bonde “Paraíso” e “Augusta” que circulavam pelo bairro. E mais: os 60 indivíduos que compunham 56% dos moradores da rua residiam fora da área beneficiada pelo bonde, entre as ruas Martinho Prado e São Vicente. Embora não se possa fazer afirmações categóricas nesse sentido, talvez a justificativa para essa discrepância esteja justamente em que este trecho da rua estava numa situação desfavorável: a distância do centro da cidade e das linhas do bonde possivelmente diminuísse o valor dos aluguéis dos imóveis ali localizados, permitindo assim que pessoas de menor poder aquisitivo escolhessem essa área.

Se no loteamento original do Bexiga a densidade populacional supera quaisquer expectativas, a presença de moradores do Saracura nos *Boletins de Ocorrência* nos anos 1920 mostra-se curiosamente escassa. Em 1925, o socorro aos moradores da área limitou-se a 49 pessoas, representando modestíssimos 6,38% do total de 767 atendimentos, o que não é de espantar se examinarmos a área abrangida pelo Saracura nas folhas 50 e 51 da planta cadastral SARA Brasil (1930), sobretudo porque nela se verificam pouquíssimas construções em relação à grande área vazia no entorno do córrego do mesmo nome.

Figura 154 – Vista parcial da planta SARA Brasil, Fl.50. Fonte: SARA Brasil, Fl.50, 1930. Disponível em: [https://www.mediafire.com/folder/7y159y3reja6x/Sara %20Brasil%201930](https://www.mediafire.com/folder/7y159y3reja6x/Sara%20Brasil%201930).

Figura 155 – Vista parcial da planta SARA Brasil, Fl.51. Fonte: Planta SARA Brasil, AHSP.

4.2 As possíveis habitações coletivas

Da espacialização das pessoas atendidas no posto médico segundo os endereços fornecidos decorreu outra informação importante: a identificação das possíveis habitações coletivas do bairro do Bexiga.

Sem entrar no mérito da classificação exata dessas moradias – se se tratava de pensões, aluguel de cômodos ou cortiços (até porque na maioria dos casos essa tarefa é impossível), num primeiro momento busquei agrupar as pessoas que possuíam o mesmo endereço, procedimento que resultou para cada período investigado em 13, 65 e 82 casos, respectivamente. Em seguida, selecionei os endereços em que estivesse claro que se tratava de indivíduos da mesma família, conjunto imediatamente apartado dos agrupamentos supostamente coletivos. Finalmente, separei os casos em que basicamente houvesse mais de três pessoas portando nome, idade, nacionalidade ou raça diferentes.

ÁREA DE REFERÊNCIA	LOGRADOURO	1911-12	1914-15	1925
ÁREA “NOBRE”	ASDRÚBAL DO NASCIMENTO (ALBERGUE NOTURNO)	-	1	-
	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	1	2	1
	MARIA PAULA	-	1	2
LOTEAMENTO ORIGINAL	ABOLIÇÃO	1	1	3
	CONSELHEIRO CARRÃO	-	3	-
	CONSELHEIRO RAMALHO	1	6	5
	FORTALEZA	-	2	1
	HUMAITÁ	-	2	-
	JACAREI	-	1	2
	TRAV. JACAREÍ (VILA BARROS)	-	-	2
	JACEGUAI	-	1	2
	JOÃO PASSALACQUA	-	1	-
	MAJOR DIOGO	1	8	6
	MANOEL DUTRA	2	5	3
	MARIA JOSÉ	-	1	3
	QUATORZE DE JULHO	-	-	2
	RUI BARBOSA	2	6	8
	SANTO AMARO	-	3	2
	SANTO AMARO (VILA BARROS)	-	-	1
	SANTO ANTÔNIO	4	8	17
	SÃO DOMINGOS	1	1	1
	SÃO VICENTE	-	-	2
	SOL/DR. LUÍS BARRETO	-	2	1
	TREZE DE MAIO	-	6	11
SARACURA	ROCHA	-	1	1
	SARACURA GRANDE/ALMIRANTE MARQUES LEÃO	-	2	4
	SARACURA PEQUENA	-	1	2
TOTAL		13	65	82

Tabela 73 – Distribuição dos possíveis casos de habitações coletivas, por logradouros, conforme a área de ocorrência.
Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Creio que o agrupamento de pessoas com características tão diversas deva ser atribuído, antes de mais nada, à falta de recursos financeiros que garantissem a privacidade individual ou familiar. Nesse quesito, cabe uma rápida digressão sobre as razões que levam as pessoas a dividir o seu espaço com outros elementos de origens e valores culturais diferentes. Partindo do exemplo dos italianos, é sabido que o Bexiga foi o destino de uma

quantidade relevante de italianos oriundos da Calábria, região pobre situada na Itália Meridional, que vieram ao Brasil só ou em família (Alvim, 1986; Lanna, 2011). Frequentemente sós, nestes casos a divisão de um teto com desconhecidos era uma estratégia de sobrevivência e poupança de recursos financeiros. Mesmo em família, os poucos recursos trazidos na viagem exigiam gastos mínimos até que pudessem se estabilizar profissionalmente e financeiramente na cidade, para o que as pensões e os cortiços mostraram-se a opção, ao menos temporariamente.

ÁREA DE REFERÊNCIA	LOGRADOURO	1911-12	1914-15	1925
ÁREA “NOBRE”	ASDRÚBAL DO NASCIMENTO (ALBERGUE NOTURNO)	-	1	-
	BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO	-	1	-
	MARIA PAULA	-	1	-
LOTEAMENTO ORIGINAL	CONSELHEIRO RAMALHO	-	2	2
	HUMAITÁ	-	1	-
	TRAV. JACAREÍ (V. BARROS)	-	-	1
	JACEGUAI	-	1	-
	MAJOR DIOGO	-	2	2
	RUI BARBOSA	-	3	2
	SANTO AMARO (VILA BARROS)	-	-	1
	SANTO ANTÔNIO	1	2	3
	SÃO DOMINGOS	1	-	-
	SOL/DR. LUÍS BARRETO	-	1	-
	TREZE DE MAIO	-	3	4
	SARACURA	-	-	2
TOTAL	SARACURA GRANDE/ALMIRANTE MARQUES LEÃO	2	18	17

Tabela 74 – Casos de agrupamento de três ou mais pessoas de sexo, idade, nacionalidade e raças diferentes num mesmo endereço, por período e área analisados. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Retomando a análise das possíveis habitações coletivas nas ruas relacionadas na Tabela 74, com exceção do *Albergue Noturno* localizado na rua Asdrúbal do Nascimento, trata-se de endereços onde residiam mais de três pessoas de sobrenomes diferentes. Nesses casos específicos, verifica-se que de uma maneira geral, conviviam brancos e negros, brasileiros e imigrantes e, embora os italianos fossem os mais frequentes, também foram identificadas pessoas originárias de outros países (portugueses, espanhóis, franceses, alemães e iugoslavos). Porém, se pensarmos na extensão da área ocupada pelo bairro do Bexiga, os números apresentados nessa tabela são insignificantes. Por outro lado, se mantivermos a Tabela 74 como referência, é necessário reconsiderar a diversidade étnica e racial. Dessa maneira, agrupei os casos de convivência entre brancos e negros (independentemente da nacionalidade) e aqueles de convivência entre pessoas originárias de diferentes países, relacionados na Tabela 75 abaixo.

PERÍODO	HABITAÇÕES COLETIVAS IDENTIFICADAS	CASOS DE CONVIVÊNCIA ENTRE BRANCOS E NEGROS	CASOS DE CONVIVÊNCIA ENTRE DIFERENTES ORIGENS ÉTNICAS
1911-12	13	4	7
1914-15	65	19	37
1925	82	21	34

Tabela 75 – Número de casos de convivência inter-racial e inter-étnica no mesmo endereço, em relação ao total de possíveis habitações coletivas, por período analisado. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Algumas questões acerca das informações nas Tabelas 74 e 75 merecem ser destacadas. Primeiro, deve-se relativizar/questionar/historicizar o discurso/fala dos pacientes e dos agentes médico-policiais. Em relação aos pacientes, em diversas ocasiões percebe-se que ao fornecerem as informações solicitadas intencionalmente (ou não) mentiam sobre sua condição. Isso fica claro nos casos de reincidência das ocorrências de uma mesma pessoa, quando é possível cotejar as respostas dadas às mesmas perguntas. Ora encontramos pessoas que se identificavam como brasileiras, ora como italianas; ora como casadas, ora solteiras; outros alteravam seus sobrenomes e idades; os endereços se alternam independentemente da ordem cronológica dos atendimentos; do mesmo modo podia ocorrer a alternância de ocupações, e assim por diante. Verdade ou não, refletem a instabilidade que reinava no bairro, exigindo que solteiros se casassem para criar laços de solidariedade, que houvessem mudanças periódicas de endereço para acomodar a renda aos alugueis, bem como mudanças frequentes de ocupação que indicam a sua lenta inserção social numa cidade que não absorvia todos igualmente e de imediato.

Mentira ou verdade, entre os exemplos mais gritantes está o de Aristides, um jovem negro de 15 anos, atendido em quatro ocasiões, em 1911 e 1912. Nas duas primeiras ocorrências, em outubro de 1911, quando não há registro da ocupação profissional nem do tipo de ocorrência, ele declara, consecutivamente, o nome de Aristides Marcondes e Aristides de Abreu (sendo que em ambas consta como sendo filho de Elpidio Marcondes). No primeiro atendimento o endereço fornecido foi a rua Major Diogo n.95 e, no segundo, na mesma rua, só que agora no número 85²⁸⁸. Menos de um mês depois, o atendimento a Aristides foi assim descrito: “*é um mensageiro que, por ter feito muito exercício em jejum, teve uma síncope*” quando passava pela Ladeira de São João. Na terceira ocorrência ele é registrado como Aristides Ribeiro, filho de Elpidio Ribeiro, morador à rua Major Diogo n.85. Por fim, em janeiro de 1912, o sujeito volta a se apresentar como Aristides Marcondes, copeiro, morador à rua Major Diogo n.95, agora vítima de nova “vertigem” na Ladeira João Alfredo²⁸⁹.

Outro caso digno de nota se refere ao hóspede do *Albergue Noturno*, o mecânico Henrique Felix, um sujeito pardo, solteiro e contando com 32 anos. Em 10 de setembro de 1914, Felix, sofreu “*queimaduras de primeiro e segundo graus nas duas mãos, por explosão de água raz*”, informando que possuía nacionalidade norte-americana. Quase

²⁸⁸ Documentos sem número de ocorrência, de 02 e 12/10/1911, v. E13955. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, Arquivo Público do Estado de São Paulo/APESP.

²⁸⁹ Respectivamente, ocorrências de 02/11/2011 e 06/01/1912, volumes E13955 e E13957. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, Arquivo Público do Estado de São Paulo/APESP.

dois meses depois, Felix passa por um novo atendimento, agora realizado no Largo do Riachuelo, no qual revela ter sofrido um *“ferimento contuso, por queda quando alcoolizado”*. Neste caso, se de um lado se mantém o nome, o lugar de moradia, no *Albergue Noturno* e a profissão de mecânico, de outro seus dados pessoais indicam que ele era branco, tinha 35 anos e era francês. Talvez Felix, ao dizer que era francês tenha tentado impressionar os socorristas, mas tudo indica que ele não foi levado muito à sério, tendo sobressaído a questão do alcoolismo. Francês ou norte-americano, seu destino foi o xadrez.

Quanto aos agentes médico-policiais, a “alteração” mais frequente se refere à identificação racial, quando a depender do ponto de vista de quem fazia as anotações a mesma pessoa podia ser classificada como negra, parda, ou mesmo branca. Nunca é demais lembrar que a classificação implicava em um certo juízo fruto da subjetividade dos atendentes, e tais juízos não estavam isentos de preconceitos em face ao caráter racial e étnico dos envolvidos. É bem possível que a classificação das ocorrências oscilasse ao sabor do sistema de valores culturais e ideológicos dos agentes. Por exemplo, há ocasiões em que a descrição da ocorrência deixa claro que se trata de *acidente no trabalho*, mas consta a palavra *desastre*, no prontuário. Isso ocorreu com Daniel Antônio, um servente de pedreiro negro, de 27 anos, residente à Av. Brigadeiro Luís Antônio n.166. De acordo com o relato do agente, Daniel havia sofrido *“diversas escoriações pelo corpo, produzidas pelo desabamento de uma parede do prédio em construção”*, fato que ocorreu na rua Líbero Badaró²⁹⁰. Tudo leva a crer Daniel estivesse trabalhando no tal *“prédio em construção”*, entretanto, o caso foi classificado como “desastre” e não como “acidente no trabalho”. A interpretação dos fatos não se vinculava necessariamente ao aspecto racial do envolvido, mas provavelmente fosse uma estratégia para proteger o empregador Radames Pierrot, branco, carpinteiro residente à rua Manoel Dutra n.35²⁹¹. A descrição do acidente revela que ele apresentava *“feridas contusas na mão direita, produzidas acidentalmente por uma plaina”*. O caso foi classificado como “desastre”, embora o objeto causador do ferimento, uma plaina, fosse justamente um instrumento de trabalho da carpintaria.

Em outras circunstâncias, foi possível observar algum tipo de ligação entre os atores envolvidos no fato descrito com situações e pessoas influentes ou de notoriedade pública. Vejamos o caso de José da Silveira, um empregado do serviço público, branco, de 35 anos, morador na Av. Brigadeiro Luís Antônio. A descrição do acidente ocorrido com

²⁹⁰ Ocorrência n.872, 09/02/1912, v. E13957. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, Arquivo Público do Estado de São Paulo/APESP.

²⁹¹ Ocorrência n.17793, 20/06/1914, v.E13986. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, Arquivo Público do Estado de São Paulo/APESP.

José em 08 de abril de 1912 relata uma “*ferida causada por acidente em uma vidraça*”, classificada como *desastre*. Sem mais pormenores, a ocorrência chama a atenção pela nota abaixo do histórico: “*O Sr. Dr. Sá Pinto pede que não seja dada publicidade a esta ocorrência*”. Aqui, cabe chamar a atenção para o fato de as ocorrências policiais serem noticiadas diariamente pela imprensa – no caso do jornal *O Estado de São Paulo*, na secção “Notícias Diversas” – através da qual, a população tinha acesso a quase tudo o que acontecia na cidade. Curiosamente, o profissional citado, Raul de Sá Pinto, era médico da Secretaria de Segurança Pública, portanto, um servidor público como José²⁹²; por outro lado, conforme a escala de trabalho prevista para o dia 08 de abril, o Dr. Sá Pinto estaria ausente nesse dia²⁹³. Dessa maneira, até por não ser possível saber as circunstâncias exatas do acidente com a vidraça – se havia outras pessoas envolvidas, se foi no local de trabalho, etc –, a orientação do médico causa estranheza, levando a supor que se tratava de uma situação mais grave à qual a população não devia ter acesso.

Um outro caso é aquele do acidente com Zuleica Becker, uma garota de 8 anos, moradora na rua Fortaleza n.12. Ao que indica o histórico do posto médico, a menor sofreu “*contusão produzida por choque entre dois automóveis*”, na estação da Freguezia do Ó²⁹⁴. O relatório não entra em detalhes quanto às causas do acidente, nem cita o número da placa dos veículos envolvidos como era comum ocorrer e o caso é concluído com a palavra reservado. Disso se depreende que as pessoas envolvidas possuíam alguma notoriedade pública, por isso a necessidade de sigilo.

Embora em ocorrências como as relatadas acima a discrepância de informações se mostre flagrante, elas foram bastante escassas em relação ao total dos casos analisados: apenas 4 casos entre 180 ocorrências (1911-12); 12 casos entre 620 ocorrências (1914-15); e 8 casos entre as 767 ocorrências de 1925. De toda maneira, creio que o questionamento dessa fonte documental deve ser um procedimento constante afim de se evitar a transmissão de visões estereotipadas acerca de uma determinada realidade, risco a que o pesquisador está invariavelmente sujeito.

²⁹² De acordo com as publicações do *Diário Oficial do Estado*, a participação dos profissionais (delegados e médicos) nos atendimentos realizados pela Secretaria de Segurança Pública estava sujeita a escalas de trabalho pré-estabelecidas pelo órgão. No caso dos médicos, as funções podiam se alternar entre *plantão noturno* e *plantão diurno* e, para cada turno, entre *médico interno* (o profissional que atendia no próprio posto médico), e *médico externo* (aquele que fazia o *atendimento em domicílio ou na via pública*).

²⁹³ No dia 08/04/1912, conforme com a escala de trabalho publicada no *Diário Oficial*, os médicos responsáveis pelo plantão noturno eram J.L. Guimarães (médico da noite), França Filho (médico interno), e A. de Castro (médico externo). Fonte: DOSP, 09/04/1912, p.1429.

²⁹⁴ Ocorrência n.2050, 29/04/1912, v. E13960. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, Arquivo Público do Estado de São Paulo/APESP.

Figura 157 – Fachada do casarão onde, no início século XX, se instalaria o cortiço Vaticano. Fonte: <http://blogpaulista.blogspot.com.br/2008/08/construes-que-no-existem-mais.html>. Consulta em 21/02/2016.

Figura 158 – Este detalhe fornece uma vista parcial de um dos prédios que formavam o cortiço Geladeira. À esquerda, parte do Navio Parado, onde se pode ver a área de circulação comum dos moradores. Em segundo plano, à direita, temos os fundos do cortiço Vaticano. Data: 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller. Fonte: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos&pagfis=3931>. Consulta em: 21/02/2016.

Figura 159 – Fachada de casas do cortiço Pombal, voltadas para a rua Japurá; entre os dois prédios observamos uma passagem para o interior do pátio interno do complexo. Data: 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller. Fonte: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos&pagfis=3931>. Consulta em: 21/02/2016.

Figura 160 – Vista dos fundos do Pombal, voltados para o pátio interno do complexo. Data: 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller. Fonte: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos&pagfis=3931>. Consulta em: 21/02/2016.

Já sobre o Navio Parado obtive informações mais fundamentadas. Há na *Série Obras Particulares* um projeto que remete à possível origem da Vila Barros. Em 17/01/1922, Francisco Lopes de Oliveira Barros encaminhou à Diretoria de Obras um projeto para alteração de um edifício à rua Santo Amaro n.58. De acordo com a planta apresentada, essa era uma construção de três pavimentos na qual se distribuíam sete dormitórios, escritório, sala de bilhar, rouparia, cômodo para malas e duas latrinas localizadas fora do corpo da casa (Obras Particulares, 17/01/1922, Cx.S4). Num primeiro momento supus que em vista da Diretoria de Obras não ter questionado o projeto, se

tratasse de uma pensão ou um hotel, o que não se confirmou. Já para o ano de 1923, localizei um pedido de licença para a construção de 30 casas no mesmo endereço, à rua Santo Amaro n.58, com fundos voltados para as ruas Japurá (antiga Travessa Jacareí) e a própria rua Jacareí (Obras Particulares, 1923, OP138-S4). Ao confrontar essas informações com a Planta SARA Brasil, verifiquei a presença de dois conjuntos de casas, o primeiro com acesso pela própria rua Santo Amaro, cuja numeração inicial seria na esquina com a rua Jacareí, conforme apontado na planta SARA Brasil (Figura 156).

Figura 161 – Vista do cortiço Navio Parado, voltado para o pátio interno da Vila Barros. À direita da imagem, acima do Navio Parado, casario da rua Santo Amaro. Data: 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller. Fonte: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos&pagfis=3931>. Consulta em: 21/02/2016.

Figura 162 – Detalhe do corredor de circulação interna do Navio Parado. Data: 1942. Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller. Fonte: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos&pagfis=3931>. Consulta em: 21/02/2016²⁹⁵.

²⁹⁵ Com exceção da Figura 157, o conjunto de imagens do complexo de cortiços onde se localizava a Vila Barros encontra-se disponível no ótimo *site* Rede Memória-Rede da memória virtual brasileira. Trata-se de

O segundo conjunto localizava-se exatamente atrás do primeiro, porém desta feita não é possível identificar com exatidão por onde se entraria nas casas. É justamente este conjunto de casas que configura o cortiço Navio Parado. De acordo com Nabil Bonduki:

Principal edifício do conjunto, o 'Navio Parado' ocupava o antigo vale do rio Bexiga. De grandes dimensões, tinha dois pavimentos e era ladeado por varandas que serviam simultaneamente de área de circulação, de sociabilidade e cozinha. Cada unidade do cortiço, segundo relatos de antigos moradores, era constituída de dois cômodos com dimensões razoáveis. Isolado no terreno, o 'Navio Parado' foi de certo modo o primeiro bloco habitacional da cidade, rompendo com a lógica do lote (Bonduki, 1998, p.56).

No entanto, a configuração como um “bloco habitacional” nas condições em que foi construído, ainda que permitisse a circulação e a sociabilidade dos moradores, aspectos que sem dúvida são positivos, facilitaram sua transformação em cortiço, se é que essa não era a intenção do proprietário, Francisco Lopes de Oliveira Barros. Sobre ele, as poucas informações obtidas indicam que era um “empresário e capitalista”, que pelo menos entre 1915 e 1917 foi proprietário de terrenos e casas na rua Barata Ribeiro, localizada à margem direita do vale da Saracura, no bairro da Bela Vista. Além disso, foi acionista da *Cia. União de Registro de Café*, cujo primeiro objetivo era “operar como intermediária entre as partes interessadas na compra e venda de café”²⁹⁶. Data de 10/07/1915, uma ação reivindicatória por parte de Maria Isabel Paim (Vieira) e outros contra Francisco Lopes de Oliveira Barros e outros²⁹⁷. Maria Isabel pertencia à família Paim, proprietária de terras na região, e talvez a ação a que se refere a nota no jornal tenha a ver com a negociação de terrenos na rua Barata Ribeiro. Essas informações confirmam que Francisco, acima de tudo, investiu na construção e compra de casas para locação voltadas para as camadas médias e baixas da população. Em outubro de 1915, ele obteve licença para a construção de duas casas na rua Barata Ribeiro e, em dezembro de 1917, o jornal *O Estado de São Paulo* notificou a compra “do prédio de n.100 da rua Barata Ribeiro, por 7:250\$000 contos de réis” pelo mesmo. Já em 1922 Francisco investia na construção das 30 casinhas da Vila Barros.

fotos de Benedito D. Duarte e Antônio R. Muller.

<http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/123456789/1/browse?value=Vale+do+Bexiga%3B+rua+Japur%C3%A1%3B+Corti%C3%A7o+Geladeira%3B+Corti%C3%A7o+Navio+Parado%3B+Corti%C3%A7o+Vaticano.&type=subject>.

²⁹⁶ *O Estado de São Paulo*, 01/12/1912.

²⁹⁷ *O Estado de São Paulo*, 10/07/1915, p.5.

Em 1925, ano em que a construção das casas possivelmente já estivesse concluída, foram localizadas nos *Boletins de Ocorrência*, 11 pessoas no número 58 da rua Santo Amaro, endereço de referência da Vila Barros. Se minhas suposições estiverem corretas, tratava-se de moradores do cortiço Navio Parado.

NOME	COR	IDADE	ESTADO CIVIL	NACIONALIDADE	OCUPAÇÃO	TIPO OCORRÊNCIA
ARISMAR (FILHA DE ARISTIDES NEVES)	BRANCA	10 MESES	-	BRASILEIRA	-	DESASTRE
JOSÉ CARVALHO	BRANCA	24	SOLTEIRO	BRASILEIRO	OPERÁRIO	DESASTRE
ALBERTINA DE OLIVEIRA	PRETA	28	SOLTEIRA	BRASILEIRA	DOMÉSTICA	DESASTRE
JOSÉ DA SILVA	BRANCO	21	SOLTEIRO	PORTUGUÊS	COMÉRCIO	DESASTRE
GUEZA TEREK	BRANCO	15	-	IUGOSLAVO	ESTUDANTE	CRIME (DESASTRE?)
ADOLPHO ROSA	PRETO	21	SOLTEIRO	BRASILEIRO	AJUDANTE DE MOTORISTA	CRIME
CHRISTIOSO JOSEPH	BRANCO	12	-	ALEMÃO	OPERÁRIO	CRIME
TIBURCIO DA COSTA PINA	BRANCO	14	-	PORTUGUÊS	EMPREGADO NO COMÉRCIO	DESASTRE
MANOEL (FILHO DE DINIZ ARAUJO)	BRANCO	13	-	PORTUGUÊS	VENDEDOR DE JORNAIS	DESASTRE
ODETTE (FILHA DE LUIZ DE GODOY)	PARDA	1	-	BRASILEIRA	-	DESASTRE
EDMUNDO DO NASCIMENTO	PRETO	32	CASADO	BRASILEIRO	NEGOCIANTE	CRIME

Tabela 76 – Relação dos supostos moradores do cortiço Navio Parado, à rua Santo Amaro n.58. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1925. APESP.

Se pensarmos um universo de 30 domicílios, os 11 casos descritos na tabela acima configuram uma amostra bastante restrita que não permite maiores conclusões sobre seus moradores, principalmente no que toca às relações estabelecidas entre eles. Contudo, as seis crianças e adolescentes (2 brasileiras, 2 portuguesas, 1 alemã e 1 iugoslava) indicam a presença de pais possivelmente de mesma nacionalidade, o que amplia a amostra. De todo o modo, observa-se a convivência entre homens, mulheres e crianças de raças, nacionalidades e ocupações diversas. Quanto à classificação das ocorrências, estas dividem-se em 8 *desastres*, pequenos acidentes domésticos tais como quedas acidentais e intoxicação por ingestão de produto tóxico (caso da criança de 10 meses) e ferimentos devido à queda de veículos; além de 4 *crimes* por agressão “por pedra”, “ferro”, “pau” e, estranhamente, um caso em que o histórico da ocorrência relata um “*ferimento por ter sido atropelado pelo automóvel n.5024*”²⁹⁸, costumeiramente classificado como *desastre*. Por fim, em apenas duas ocasiões esses fatos ocorreram nas proximidades das moradias, uma na rua da Abolição e outra na rua Santo Amaro, o que parece insuficiente para que esse cortiço seja identificado como um foco de violência, pelo menos em 1925. As investigações que envolveram a Vila Barros contemplaram somente um ano, momento em que aquele conjunto habitacional era recente e talvez ainda não tivesse sofrido a deterioração constatada nos anos 1940.

²⁹⁸ Ocorrência n.012766, 05/08/1925, v. E14119. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, Arquivo Público do Estado de São Paulo/APESP.

Ainda que o número das possíveis habitações coletivas identificadas nos três períodos analisados não pareça muito significativo, deve-se levar em conta um aspecto que pode alterar esse quadro, para mais ou para menos. Da mesma maneira que o julgamento a respeito da presença de moradores de habitações coletivas – baseado no convívio entre pessoas de diferentes etnias e nacionalidades, sexo e idade, coabitando nos mesmos locais –, está sujeito a erros de avaliação, não é impossível que em casos de endereços apontados por uma única pessoa houvesse outros moradores que não pertencessem à mesma família.

PERÍODO DE REFERÊNCIA	N. TOTAL OCORRÊNCIAS	N. SUPOSTAS HABITAÇÕES COLETIVAS	%
1911-1912	180	13	7,22
1914-1915	620	65	10,48
1925	767	82	10,69

Tabela 77 – Relação percentual entre o número de habitações coletivas sugeridas pelos *Boletins de Ocorrência* e o total de atendimentos nos períodos investigados. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Nas duas situações trabalhei com hipóteses de difícil comprovação. Difícil, mas não impossível. Ao confrontar os endereços fornecidos pelos *Boletins de Ocorrência* com aqueles contidos nos projetos para construção e/ou reforma de imóveis encaminhados à Diretoria de Obras do município, localizei pelo menos dois casos em que os pareceres técnicos dos engenheiros responsáveis confirmam essas impressões.

Em 07/05/1912, Vicente d’Andrea “*tendo sido intimado a construir uma cozinha nos baixos da casa existente, conforme a planta junta, solicita aprovação da mesma*”. A casa, à qual Vicente se referia, localizava-se a rua São Domingos n.7. Conforme o parecer de 18/05/1912, “*trata-se de prédio de habitação comum, que se acha com caráter de casa coletiva*”; alguns dias depois o parecer definitivo assim justificava a recusa em dar a licença: “*Deve ser indeferido para evitar a permanência e aumento (de) cortiço*” (grifo nosso).

Abaixo, visualizamos o projeto apresentado por Vicente no qual os cômodos sem ligação entre si e com portas voltadas para um corredor comum comprovam os pareceres dos engenheiros. Constata-se assim que era nessa casa que o operário Alcebíades Lucas, de 22 anos, residia em 12/02/1912, quando do seu envolvimento em um crime ocorrido na rua Florêncio de Abreu, no centro da cidade.

Figura 163 – Ao lado, a planta baixa da propriedade de Vicente d’Andrea, à rua São Domingos n.7. O projeto indica um sobrado existente, composto no térreo de oito cômodos sequenciais. Os três primeiros cômodos não possuem circulação interna, somente portas para o corredor descoberto. Com exceção do primeiro cômodo, que não possui janela alguma, os demais apresentam janelas e portas para o mesmo corredor. O corredor também dá acesso ao quarto cômodo, uma provável sala de jantar. A partir da sala, o corredor alarga prolongando-se para a parte posterior do prédio e, dando acesso a quatro pequenos “quartos”, também independentes. Entre estes, apenas o terceiro possui uma janela voltada para fora. Por fim, o último cômodo, destinado à cozinha. O corte se relaciona aos fundos da edificação, demonstrando se tratar de um sobrado, ou da ocupação do porão. Fonte: *Obras Particulares*. OP1912/003.902/PR001. AHSP.

José Maria Passalacqua, um dos proprietários que mais imóveis possuía no bairro do Bexiga, solicitou em 11/07/1914 licença para a construção de uma cozinha, latrina e dois tanques nos fundos do terreno à rua Rui Barbosa n.131. Conforme é possível perceber no projeto encaminhado, o terreno já contava com quatro cômodos amplos, todos sem aberturas para a rua. A introdução de cozinha, latrina e tanques talvez significasse para o proprietário uma forma de não ter problemas com a Inspetoria de Higiene, já que assim estaria cumprindo os princípios do artigo 115 do *Código Sanitário* que rezava que “*Deverá haver uma latrina para cada grupo de 20 moradores*”. No entanto, o processo iniciado em 1914 ainda rendeu alguns anos de embate entre a Diretoria de Obras e José Maria, tendo terminado aparentemente em 15/03/1917 quando o engenheiro Arthur Saboya deu seu parecer: “(Trata-se) de aumento de cortiço existente, em desacordo com o *Código de Posturas*, Artigo 20, não sendo pela Lei n.1788, Artigo 5, então vigente, tolerados novos cortiços e, conseqüentemente, aumento dos existentes”.

Figura 164 – A planta demonstra uma série de quatro cômodos (de) “*frente para Rua Rui Barbosa n.º 131*”. Ao lado da edificação há um corredor de acesso ao pátio interno, bastante grande e, nos fundos, os cômodos propostos no projeto. Nenhum dos cômodos existentes possui porta ou janela para a rua! São todos independentes entre si e, seus vãos estão voltados para o pátio comum. Fonte: *Obras Particulares*, Processo de 11/07/1914, Cx. R-2. AHSP.

O projeto apresentado por José Maria Passalacqua é posterior à ocorrência com Josepha Camargo, em 15 de janeiro de 1912, ocasião em que ela, uma viúva de 35 anos, ocupada em “serviços domésticos”, foi vítima de agressão em sua residência à rua Rui Barbosa n.131. Infelizmente, não é possível deduzir a partir do *Boletim de Ocorrência*, as circunstâncias da agressão, mas o fato de ter acontecido na própria residência sugere que podia se tratar de uma briga entre vizinhos ou mesmo entre familiares.

4.3 Nacionalidades e etnias

Convém lembrar que tratando-se de um órgão policial, cujas finalidades primeiras eram a manutenção da ordem e o controle social em quaisquer circunstâncias e espaços da cidade, o registro de informações acerca dos atores sociais envolvidos em algum tipo de ocorrência era fundamental.

Em se tratando de sujeitos estigmatizados pela cor da pele – negros e mulatos –, invariavelmente associados à vadiagem, e de nacionais e estrangeiros que eventualmente apresentassem comportamentos que contrariassem as normas prescritas, o registro nos *Boletins de Ocorrência* era uma primeira forma de triagem para ações policiais posteriores. Sob uma outra perspectiva, para o pesquisador contemporâneo essas informações podem

auxiliar na montagem de um quebra-cabeças composto de indícios vagos e incertos acerca de quem eram os moradores da cidade, como ocorre com os nomes e sobrenomes citados em outras fontes primárias. Assim é que a possibilidade de identificação de etnias e nacionalidades está entre uma das principais contribuições dos *Boletins de Ocorrência*.

Quando pensamos na entrada de pessoas oriundas de diferentes países, devemos levar em conta que a adaptação e integração ao novo ambiente é um processo com duração difícil de mensurar. Nesses casos, é plausível pensar que as pessoas se agrupem por laços de solidariedade segundo bagagens sócio culturais comuns, lugares de procedência e vínculos familiares pregressos (Lanna, 2011) o que pode implicar a reprodução de valores originais do grupo por gerações. Diante dessa perspectiva, ao contabilizar os indivíduos oriundos de países diversos, como Itália, Portugal, Espanha, etc., busquei ir além dos dados fornecidos pelos *Boletins*. Num primeiro momento identifiquei o número exato de pessoas de cada nacionalidade, sobretudo os italianos. Posteriormente, no caso dos italianos, agrupei os indivíduos daquela nacionalidade àquelas que, supostamente, seriam as primeiras gerações nascidas no Brasil. Um procedimento semelhante foi utilizado em relação aos brasileiros brancos e aos afrodescendentes. Oficialmente, ambos são definidos como brasileiros, mas as diferenças culturais, assim como as cargas emocionais ditadas pela sua história particular os distingue dos habitualmente definidos como “nacionais”. Dessa maneira, acredito ter obtido um panorama, ainda que aproximado, da ocupação do bairro do Bexiga por italianos, brasileiros e outras nacionalidades.

ETNIAS E NACIONALIDADES	1911-12		1914-15		1925	
ITALIANOS	57	73	179	292	133	325
ÍTALO-BRASILEIROS (SUPOSTOS)	16		113		192	
BRASILEIROS/AFRO-DESCENDENTES	50	91	95	205	128	308
BRASILEIROS/NACIONAIS	41		110		180	
PORTUGUESES	7	7	84	84	66	66
ESPAANHÓIS	4	4	19	19	27	27
ALEMÃES	-	-	5	5	7	7
SÍRIOS	-	-	4	4	5	5
FRANCESES	1	1	2	2	2	2
JAPONESES	-	-	1	1	2	2
HÚNGAROS	-	-	-	-	2	2
ARGENTINOS	1	1	-	-	1	1
AUSTRÍACOS	-	-	-	-	1	1
INGLESES	1	1	-	-	1	1
IUGOSLAVOS	-	-	-	-	1	1
DESCENDENTES DE OUTRAS ETNIAS (SUPOSTOS)	-	-	7	7	17	17
NÃO CONSTA	2	2	-	-	2	2
TOTAL	180	180	619	619	767	767

Tabela 78 – Distribuição das etnias e nacionalidades identificadas no bairro do Bexiga, nos três períodos investigados.
Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

A Tabela 78, no que diz respeito a italianos/italo-brasileiros, afrodescendentes/nacionais, foi organizada em duas colunas para cada período: a primeira contendo os dados específicos das nacionalidades; e a segunda, o resultado da soma daqueles números que representam o conjunto desses grupos étnicos. Com exceção dos anos 1911-12, quando o

número de nacionais e afrodescendentes superou o número de italianos, ali se confirma a preponderância destes sobre os demais em 1914-15 e 1925. Contudo, quando se calcula a relação percentual entre cada grupo étnico e o total de ocorrências de cada período, verifica-se que as diferenças entre a presença de italianos e brasileiros no bairro são menos expressivas: 40,56% de italianos e 50,56% de brasileiros em 1911-12; 47,18% de italianos e 33,12% de brasileiros em 1914-15; e 42,38% de italianos e 40,16% de brasileiros em 1925. Já em relação às demais nacionalidades, destacam-se portugueses e espanhóis com presença igualmente significativa no bairro, basicamente nos dois últimos períodos. Um fato curioso se refere à entrada em cena de japoneses “desgarrados” da comunidade que se instalou prioritariamente na Liberdade (um em 1914-15 e dois em 1925).

De acordo com dados fornecidos pela EMPLASA, três anos antes da Proclamação da República, os italianos formavam o maior contingente de estrangeiros na cidade (80,22%), seguidos dos portugueses e alemães (correspondendo a 11,98% dos habitantes da capital paulista).

Já em 1920, em plena vigência da Primeira República, a população italiana se manteve como a maior colônia estrangeira em São Paulo, perfazendo 15,84% da população total. Na sequência, vinham os portugueses (11,19%), os espanhóis (4,31%) e os germânicos (3,07%) – todos em meio a 372.376 brasileiros (64,46%) numa população total de 577.621 habitantes (EMPLASA, 2001). Abaixo, a partir de tabela da EMPLASA, contendo a “*participação de brasileiros e estrangeiros na composição da população paulistana*”²⁹⁹ (1920), elaborei uma outra tabela com os dados de brasileiros e estrangeiros moradores no Bexiga, de modo a obter um índice aproximado de sua participação na composição da população paulistana.

BRASILEIROS	ITALIANOS	PORTUGUESES	ESPAÑHÓIS	ALEMÃES E AUSTRIACOS	TURCOS	JAPONESES	OUTROS	TOTAL
372.376	91.544	64.687	24.902	6.237	5.983	966	10.836	577.621
64,46 %	15,84 %	11,19 %	4,31 %	1,07 %	3,07 %			100%

Tabela 79 – Participação de brasileiros e estrangeiros na composição da população paulistana, 1920. Fonte: EMPLASA.

²⁹⁹ Tabela 49, “*Cidade de São Paulo e seus arredores. Participação de brasileiros e estrangeiros na composição da população: 1920*”, EMPLASA – *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940*, v. 2, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001, p.52. In Schneck, 2010. p.97 e 98.

BRASILEIROS (NACIONAIS E AFRO.)	ITALIANOS (NATOS E DESCEND.)	PORTUGUESES (NATOS)	ESPAÑHÓIS (NATOS)	OUTRAS NACION.	SÍRIOS (NATOS)	JAPONESES (NATOS)	DESCENDENTES OUTRAS NACION.	Ñ/C	TOTAL
308	325	66	27	15	5	2	17	2	767
40,16	42,38	8,60	3,52	1,95	3,13			0,26	100%

Tabela 80 – Dados comparativos da participação de brasileiros e estrangeiros moradores no bairro do Bexiga (1925) em relação à composição da população paulistana em 1920. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, APESP.

Em contraste com o ocorrido na cidade como um todo, nas duas primeiras posições constata-se em 1925 o predomínio de italianos sobre brasileiros. Quanto às demais nacionalidades, há um pequeno decréscimo em termos de ocupação do espaço urbano. No entanto, é sempre bom levar em conta que os atendimentos contidos nos *Boletins de Ocorrência* representam apenas com uma amostra da população do bairro que não deve estar muito longe da realidade.

Outro aspecto a destacar nos dados que envolvem italianos e ítalo-brasileiros se refere à sucessão de gerações entre o período de 1914-15 e o ano de 1925, quando diminuiu sensivelmente o número de crianças de nacionalidade italiana – estas, agora são substituídas por italianos em idade adulta, e as novas crianças são quase todas brasileiras. Já os genuinamente italianos são bem mais raros, visto que muitos dos primeiros imigrantes já morreram.

Interessante perceber o caráter heterogêneo da ocupação do bairro e uma certa concentração de grupos em determinadas áreas. O loteamento original totalizava 22 ruas (algumas delas percorrendo toda a extensão do bairro como a Santo Antônio, a Treze de Maio, a Conselheiro Ramalho e a Major Diogo) e abrigava cerca de 80,01% dos moradores do bairro que buscaram os serviços médicos das Delegacias de Polícia. Já a “área nobre” (com seis vias, Brigadeiro Luís Antônio, Asdrúbal do Nascimento, Maria Paula, Aguiar de Barros, Genebra e Francisca Miquelina) abrigava 12,35% dos residentes no bairro. Por fim, no Saracura (com somente quatro logradouros, ruas Rocha, Saracura Grande, Saracura Pequena e o Largo São Manoel) abrigava apenas 7,64% dos habitantes do Bexiga. Neste último caso, embora se tratasse de ruas relativamente extensas, as condicionantes topográficas da área, assim como a ausência de infra-estrutura nas primeiras décadas do século XX, condicionaram uma ocupação tardia e precária, justificando a baixa densidade. No entanto, ao longo do levantamento das ocorrências nos três períodos investigados foi possível perceber uma certa concentração de determinados grupos em certas áreas – caso de portugueses e afrodescendentes, justamente nas ruas da Saracura.

ETNIAS/NACIONALIDADES	ÁREA NOBRE	LOTEAMENTO ORIGINAL	SARACURA	TOTAL
NACIONAIS	51	257	22	330
ITALIANOS E ÍTALO-BRASILEIROS	67	592	17	676
AFRODESCENDENTES	26	214	33	273
PORTUGUESES	43	143	48	234
ESPAHÓIS	7	51	-	58
TOTAL	194 (12,35%)	1257 (80,01%)	120 (7,64%)	1571 (100%)

Tabela 81 – Distribuição da soma total de 1571 ocorrências nas quais estiveram envolvidas diferentes etnias, pelas três áreas do bairro do Bexiga. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Já me referi no Capítulo 2 às condições precárias da área do Saracura que permitiram sua ocupação pelos segmentos mais pobres da população, sobretudo os afrodescendentes. Os *Boletins de Ocorrência*, além de corroborar as análises de autores que versaram sobre a presença negra no Bexiga (Kogurama, 2001; Wissenbach, 2002), permitem acrescentar à presença já sabida dos afrodescendentes no Saracura, a dos portugueses, fato constatado por Armandinho do Bixiga, morador no bairro desde o nascimento até a sua morte em 1994. De acordo com o memorialista, embora o Bexiga possuísse uma maioria de italianos, na região do Saracura “*se localizavam muitos negros e portugueses*”³⁰⁰ (grifo nosso).

4.4 Ocupações profissionais

Ao analisar as ocupações declaradas nos *Boletins de Ocorrência* encontrei uma profusão de atividades relacionadas a diferentes setores da economia formal e informal: produção e comércio de alimentos, vestuário e acessórios, comércio em geral, manufaturas, construção civil e manutenção predial, transporte de pessoas e mercadorias, trabalhadores do serviço público, trabalhadores de serviços urbanos, empregados domésticos, etc. Abaixo, organizei na Tabela 82 os tipos de ocupação predominantes nos períodos investigados, procurando na medida do possível obedecer as categorias produtivas elaboradas no Capítulo 2.

³⁰⁰ MORENO, Júlio – *Memórias de Armandinho do Bixiga*, São Paulo: Editora SENAC, 1996, p.87-88.

ÁREA DE ATUAÇÃO	OCUPAÇÕES	1911-1912	1914-1915	1925	TOTAL
TRABALHADORES EM SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS	AÇOUGUEIRO/CARNICEIRO	1	9	4	14
	DOCEIRO	1	-	-	1
	ENSACADOR DE CAFÉ	1	-	-	1
	GARÇOM	-	-	4	4
	PADEIRO	1	6	1	8
SUB-TOTAL		4	15	9	28
TRABALHADORES EM SERVIÇOS E PRODUÇÃO DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	ALFAIATE	1	14	6	21
	BORDADEIRA	-	-	1	1
	CHAPELEIRO (A)	1	2	1	4
	COSTUREIRA	2	6	2	10
	SAPATEIRO	4	18	10	32
SUB-TOTAL		8	40	20	68
TRABALHADORES PRESTADORES DE SERVIÇOS DIVERSOS (SERVIÇOS PESSOAIS, PROFISSIONAIS LIBERAIS E OUTROS)	BARBEIRO	2	6	1	9
	ENGRAXATE	-	1	2	3
	EMPREGADO DE ESCRITÓRIO	-	-	3	3
	DATILÓGRAFO	-	-	1	1
	CONTADOR	-	-	1	1
	GUARDA-LIVROS	1	3	2	6
	ADVOGADO	-	-	1	1
	ENGENHEIRO ELETRICISTA	-	1	-	1
	DENTISTA	1	-	-	1
	PRÁTICO DE FARMÁCIA	-	-	1	1
	FOTÓGRAFO	-	-	1	1
	JORNALISTA	1	-	-	1
	PRÁTICO DE FARMÁCIA	-	1	1	2
	PROFESSOR	-	4	1	5
SUB-TOTAL		5	16	15	36
TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE	CARROCEIRO/COCHEIRO	5	28	11	44
	FISCAL DE GARAGEM	-	-	1	1
	LAVADOR DE AUTOMÓVEIS	-	-	1	1
	MOTORISTA	-	1	6	7
	SELEIRO	-	1	-	1
SUB-TOTAL		5	30	19	54
TRABALHADORES NO COMÉRCIO EM GERAL	CAIXEIRO (A)	-	-	2	2
	COBRADOR	-	1	-	1
	COMERCIANTE/COMÉRCIO	-	1	36	37
	CORRETOR	-	1	-	1
	EMPREGADO NO COMÉRCIO	8	24	25	57
	NEGOCIANTE	5	6	11	22
	VENDEDOR AMBULANTE	3	6	1	10
	VENDEDOR DE BILHETES	-	1	-	1
	VENDEDOR DE FLORES	-	1	-	1
	VENDEDOR DE FRUTAS	1	-	1	2
	VENDEDOR DE GALINHAS	-	1	1	2
	VENDEDOR DE JORNAIS/JORNALEIRO	-	3	8	11
SUB-TOTAL		17	45	85	147
TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO	CARTEIRO/TELÉGRAFO	-	1	3	4
	CORPO DE BOMBEIRO	-	2	-	2
	LIMPEZA PÚBLICA	-	1	1	2
	MILITAR/SOLDADO GUARDA CÍVICA	2	22	9	33
	OFICIAL DE JUSTIÇA	-	-	1	1
	OPERÁRIO DA PREFEITURA	-	-	1	1
	SERVIÇO PÚBLICO	2	3	2	7
SUB-TOTAL		4	29	17	50
TRABALHADORES EM SERVIÇOS URBANOS PRIVADOS	EMPREGADO DA LIGHT	1	-	2	3
	EMPREGADO DA CIA. TELEFÔNICA	-	-	2	2
	FERROVIÁRIO	1	-	1	2
	TELEFONISTA	-	-	1	1
SUB-TOTAL		2	-	6	8
TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL E MANUTENÇÃO PREDIAL	CANTEIRO	-	2	-	2
	CARPINTEIRO	4	9	6	19
	CONSTRUTORES E EMPREITEIROS DE OBRAS	-	-	4	4
	ELETRICISTA	-	1	2	3
	ENCANADOR	1	1	1	3
	ENCERADOR	-	1	1	2
	ESCULTOR	1	-	-	1
	ESTUCADOR	-	1	-	1
	GAZISTA	-	1	-	1
	LUSTRADOR	-	1	-	1
	MARCENEIRO	1	3	3	7
	MARMORISTA	-	1	-	1

	MODELADOR	1	-	-	1
	PEDREIRO/SERVENTE DE PEDREIRO	14	43	21	78
	PINTOR	1	6	9	16
	SERRADOR	-	-	1	1
	SERRALHEIRO	2	-	-	2
	VIDRACEIRO	-	3	-	3
SUB-TOTAL		25	73	48	146
TRABALHADORES NO SERVIÇO DOMÉSTICO	ARRUMADEIRA	-	-	1	1
	CHOFER	1	6	14	21
	COPEIRA(O)	3	6	5	14
	COZINHEIRA(O)	10	22	11	43
	CRIDA(O)	1	8	2	11
	ENGOMADEIRA	1	2	-	3
	JARDINEIRO	2	1	2	5
	LAVADEIRA	2	2	1	5
SUB-TOTAL		20	47	36	103
TRABALHADORES COM MANUFATURAS EM METAL	FERREIRO	4	2	1	7
	FOLHEIRO	-	1	-	1
	FUNILEIRO	-	2	2	4
	GALVANIZADOR	-	-	1	1
	GRAVADOR	-	-	1	1
	MECÂNICO	1	10	4	15
	OURIVES/RELOJOEIRO	-	3	2	5
SUB-TOTAL		5	18	11	34
TRABALHADORES EM GERAL	EMPREGADO	2	15	1	18
	OPERÁRIO	12	30	110	152
	TRABALHADOR	9	13	1	23
SUB-TOTAL		23	58	112	193
OUTROS	ARTISTA	-	2	-	2
	BRITADOR	-	1	-	1
	CALCETEIRO	-	-	3	3
	CARREGADOR	-	1	1	2
	ENCADERNADOR	-	-	1	1
	FOGUETEIRO	-	-	1	1
	LAVRADOR	1	1	-	2
	MAQUINISTA	-	-	1	1
	MENSAGEIRO	1	-	-	1
	MERETRIZ	-	2	-	2
	MOLDUREIRO	-	1	-	1
	OLEIRO	-	1	-	1
	OPERADOR DE TEATRO	-	1	-	1
	REFINADOR	-	1	-	1
	TANOEIRO	-	2	-	2
	TIPÓGRAFO	-	-	1	1
SUB-TOTAL		2	13	8	23
CAPITALISTAS	CAPITALISTA	-	-	2	2
	FAZENDEIRO	-	1	-	1
	INDUSTRIAL	-	-	2	2
	PROPRIETÁRIO	-	4	4	8
SUB-TOTAL		-	5	8	13
SEM OCUPAÇÃO PRODUTIVA (MENORES DE 18 ANOS E ESTUDANTES)	COLEGIAL/ESCOLAR	2	25	49	76
	SEM OCUPAÇÃO	25	112	117	254
	ESTUDANTE	1	3	7	11
SUB-TOTAL		28	140	173	341
PRENDAS DOMÉSTICAS	DOMÉSTICA/SERVIÇO DOMÉSTICO	21	87	127	235
	NÃO CONSTA	-	-	67	67
SUB-TOTAL		21	87	194	302
NÃO CONSTAM INFORMAÇÕES	-	11	3	6	20
TOTAL		180	619	767	1566

Tabela 82 – Ocupações dos moradores do Bexiga, identificadas nos *Boletins de Ocorrência*, em 1911-12, 1914-15 e 1925. Fonte: APESP.

O primeiro aspecto a destacar é a pulverização das diferentes ocupações, quaisquer que fossem as atividades principais, em todos os períodos investigados. O segundo aspecto se refere à população *improdutiva*, composta por crianças e estudantes e pelas mulheres ocupadas nos *serviços domésticos*. As duas categorias juntas somam 643 indivíduos – ou 41,06% do total dos 1566 documentos analisados, contra os 58,94% restantes distribuídos

pelas demais áreas de atuação (923 documentos). Esta constatação, mais do que indicar um contingente supostamente “ocioso” de moradores, demonstra duas coisas: uma alta taxa de natalidade entre os moradores do bairro, bem como que a grande maioria das mulheres, se não trabalhava fora o fazia dentro de casa, se ocupando dos afazeres domésticos, do cuidado com os filhos ou ainda, quem sabe, “lavando roupa para fora”. No entanto, foi comum encontrar crianças trabalhando – entre os 471 menores de 18 anos, 124 desempenhavam algum tipo de atividade produtiva – algumas delas com apenas 9, 10, 11 anos. As meninas geralmente como costureiras, bordadeiras, copeiras, criadas ou operárias; os meninos como carroceiros, sapateiros, auxiliares de alfaiates, serventes de pedreiro, operários, empregados no comércio, aprendizes, etc. Quanto às mulheres, quando não trabalhavam fora, os memorialistas dão testemunhos de que seu trabalho não se restringia ao âmbito doméstico – frequentemente eram mulheres que em seu próprio domicílio exerciam funções de lavadeiras, engomadeiras, costureiras.

Cabe lembrar que do ponto de vista da população, naquele momento os valores atribuídos ao trabalho e ao trabalhador eram outros. Numa população carente de recursos, os ganhos mesmo que parcos das crianças e mulheres significavam uma efetiva colaboração para a sobrevivência das famílias. A cultura contrária ao trabalho infantil é recente e o mesmo estava longe de ser visto como exploração, mas sim como forma de “entrada para a idade adulta”. Tampouco o trabalho estava regulado por leis sociais específicas que datam da Era Vargas os seus primórdios.

Por outro lado, é possível perceber que nos intervalos dos três períodos investigados houve uma valorização da educação formal: em 1911-12 identifiquei dois *escolares* de 11 anos e um *estudante* de 20 anos; em 1914-15 havia 22 *escolares* que contavam entre 8 e 17 anos, mais 3 *estudantes*, com 17 e 21 anos; já em 1925, havia 49 *escolares* com idade entre 6 e 17 anos e 7 *estudantes* com mais de 15 anos, um deles era estudante de Farmácia. Um fato importante para essa valorização da escola pode ser atribuído à presença de instituições de ensino no bairro, particularmente aquelas criadas por iniciativa da colônia italiana. Além das quatro escolas públicas³⁰¹, localizei nas páginas do *Almanaque Laemmert* onze instituições vinculadas à Federação das Escolas Italianas

³⁰¹ Me refiro-me à *Escola Modelo Maria José*, na esquina das ruas Manoel Dutra e Treze de Maio; ao *Grupo Escolar da Bela Vista*, na esquina das ruas Major Diogo e São Domingos; ao *Grupo Escolar de Santo Antonio*, na rua do mesmo nome; e à *Escola de Primeiras Letras*, na esquina das ruas Santo Amaro e Aguiar de Barros. Fonte: www.crmariocovas.sp.gov.br/. Consulta em: 21/10/2015.

em São Paulo³⁰², distribuídas pelas ruas Conselheiro Carrão, Conselheiro Ramalho, Fortaleza, Major Diogo e Rui Barbosa.

Com exceção das crianças, estudantes, e mulheres “do lar” somente os indivíduos que se declararam (vagamente) como *operários, trabalhadores e empregados* tiveram uma representação mais significativa, 12,32% da amostra total. No entanto, nas demais ramificações de atuação, apesar da quantidade restrita de trabalhadores registrada para cada caso, algumas atividades apresentaram números relevantes, caso particular dos 78 *pedreiros e serventes de pedreiros*, dos 57 que se declararam como *empregados no comércio*, como também dos 37 *comerciantes* (proprietários de negócios), dos 44 *cocheiros e carroceiros*, das 43 *cozinheiras* e dos 33 *soldados*. Decididamente este era o perfil das camadas médias e baixas ali residentes: comerciantes e empregados no comércio, ambulantes, carroceiros, soldados e pedreiros.

Do ponto de vista da urbe, quando observamos as áreas de atuação profissional às quais estas atividades estavam relacionadas, vemos que se tratava de ocupações que correspondiam a um momento específico da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século passado.

A expansão territorial imposta pela inserção e modernização da capital paulista no panorama econômico e político mais amplo, associava-se à edificação de novos prédios públicos e particulares, atribuição dos 146 trabalhadores da *construção civil e manutenção predial* (9,32% da amostra). Para termos uma idéia do papel representado pelo setor, conforme a divulgação de dados da *Territorial Sant’Anna*, em 1913 havia nos distritos paulistanos 43.940 prédios construídos; em 1919, eles chegariam a 57.154 edifícios, ou seja, em apenas seis anos houve um acréscimo de 30,07% de novas construções³⁰³.

Para a dinamização do *comércio* de produtos diversificados que atendessem as necessidades (essenciais e supérfluas) de consumo da população em constante ritmo de crescimento, 147 moradores do bairro contribuíram com 9,39% da amostra. Entre os demais, 37 se declararam como *comerciantes* e 22 como *negociantes*, do que se deduz que nos dois casos se tratasse de donos de seu próprio negócio. Cabe destacar ainda o lugar ocupado pelas 27 pessoas responsáveis pelo *comércio ambulante* – embora em número reduzido, esses trabalhadores demonstram a permanência de uma forma de comércio que

³⁰² Conforme informado pelo jornal *O Estado de São Paulo*: “Sob esta denominação (*Federação das Escolas Italianas*) ficou solidamente constituída em São Paulo, sendo reconhecida como personalidade jurídica, de acordo com as nossas leis, uma associação de socorros mútuos e previdência *entre sessenta escolas preliminares italianas*, as quais ensinam também a língua portuguesa, aos seus alunos, em obediência ao próprio estatuto social e à legislação escolar vigente”. 23/07/1909, p. 4.

³⁰³ *O Estado de São Paulo*, 23/07/1922, p.13.

remonta aos tempos passados. Já os serviços que atendiam ao *transporte* de pessoas e mercadorias pelo espaço urbano, num total de 54 pessoas, respondiam por 3,45% dos trabalhadores do Bexiga. Neste caso, os condutores de veículos movidos à tração animal, especialmente os carroceiros, desempenharam um papel fundamental para o próprio comércio urbano, já que muitos deles foram intermediários entre as casas comerciais e a entrega de produtos ao consumidor final.

Na manutenção de serviços públicos básicos, tais como o recolhimento do lixo e a limpeza das ruas, o socorro a incêndios, enchentes etc, o serviço burocrático das repartições públicas e o policiamento e controle do espaço público – realizado pela Guarda Cívica da capital, vinculada diretamente à polícia local –, identifiquei um total de 50 pessoas, representando 3,20% dos trabalhadores do bairro. No entanto, a participação deste ramo de atuação no cômputo geral das atividades exercidas por moradores do bairro do Bexiga seria irrisória não fossem os casos dos 33 membros da Guarda Cívica e 2 do Corpo de Bombeiros (2)³⁰⁴. Tal constatação nos coloca duas questões: de um lado, reafirma a importância para o Estado na repressão de comportamentos sociais desviantes através do controle do espaço público; de outro, parece demonstrar um interesse particular de homens em idade produtiva, em sua maioria brasileiros e portugueses, em fazer parte das forças policiais certamente por representar uma carreira com ascensão possível e garantir um salário fixo...

Ao mesmo tempo em que algumas áreas de atuação profissional colocavam em evidência o processo de transformação vivenciado pela cidade, no domínio privado se mantinham práticas de *trabalho doméstico* herdadas do Império, agora exercidas por trabalhadores assalariados. Ainda que em número relativamente reduzido no contexto mais amplo, essas atividades são indicativas de permanências culturais relevantes. Ao lado das cozinheiras apontadas acima, havia choferes, copeiras, criadas, arrumadeiras e jardineiros que se ocupavam com a manutenção da boa ordem das casas, totalizando 103 trabalhadores (6,58%). A historiadora Lorena Féres da S. Telles, ao abordar o trabalho doméstico desempenhado por negras libertas nos anos que antecederam a Abolição até as primeiras décadas do século XX, constatou que:

³⁰⁴De acordo com o pesquisador André Rosenberg, “*Em 1901, com a Lei n.776, de 26 de junho, alterou-se substancialmente (...) a organização policial. Num mesmo ato, extinguiram-se a Brigada Policial e o Corpo Policial do Interior, criando-se, no lugar, a Força Policial, composta de quatro batalhões de infantaria, um corpo de cavalaria, um corpo de bombeiros e Corpo da Guarda Cívica (...) A centralização de comando das corporações da força pública, inclusive da Guarda Cívica, mantém-se como tônica até 1926, quando da criação de uma Guarda Cívica com comando autônomo*”. In *Estudos Sociológicos*, v.17, n.33, p.13 a 16. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/5420/4329>. Consulta em: 22/10/2015.

Os contratos de trabalho e as inscrições de 1886 indicaram que a especialização dos criados e a divisão do trabalho doméstico caracterizaram o pessoal a serviço das elites europeizadas, que distribuíam as tarefas entre diversos empregados. Nas residências de remediados e classes médias predominaram ‘cozinheiras’ e criadas encarregadas de toda a faina da casa (2013, p.266, grifo nosso).

Os choferes e jardineiros identificados nos *Boletins de Ocorrência* são indicativos da presença de dois símbolos de *status* social de casas paulistanas – automóveis e jardins –, sobretudo aqueles cujos proprietários residiam em bairros estritamente residenciais, confirmando a constatação feita pela autora para os anos 1880. No que toca às cozinheiras e criadas, a situação certamente também não mudou e deve se aplicar a muitas das profissionais citadas pelos *Boletins de Ocorrência*.

Nessa breve análise, abordei apenas as ocupações de maior expressividade nos setores produtivos urbanos, basicamente, a construção civil (com 146 pessoas), o transporte (com 54 pessoas) e o comércio (com 147 pessoas), mas também procurei lançar alguma luz nos setores mais “invisíveis”. Este foi o caso do trabalho doméstico (com 103 pessoas) mas também do serviço público (50 pessoas) aqui basicamente constituído dos soldados da Guarda Cívica. Porém, os trabalhadores dos demais ramos de ocupações, ainda que sejam em número reduzido, devem ser levados em conta. Somados os trabalhadores de todos os setores produtivos, inclusive aqueles menos representativos, vemos que a população economicamente ativa do bairro compunha-se de 890 pessoas ou 56,83% dos 1566 casos de atendimentos médicos³⁰⁵.

Infelizmente, os *Boletins de Ocorrência* pouco esclarecem quanto aos locais de trabalho dos moradores do bairro. Informações nesse sentido permitiriam uma avaliação mais conclusiva do papel representado por esses atores no mercado de trabalho da capital paulista como um todo. Saber se esses moradores se aproveitavam dos inúmeros pequenos negócios existentes no bairro para ganhar a vida ou se o Bexiga era apenas uma opção mais barata de moradia na medida em que as reais possibilidades de sobrevivência estavam em

³⁰⁵ Para termos uma ideia aproximada do significado desse número de pessoas em relação à população da capital, tomamos o Censo Demográfico de 1920. De acordo com o recenseamento realizado naquele ano, a cidade contava então com um total de 10.948 moradores (5.630 homens e 5.318 mulheres). Assim, temos que os 1566 atendimentos realizados pelas Delegacias de Polícia aos moradores do Bexiga, representavam aproximadamente – levando em conta que alguns casos se relacionavam à mesma pessoa, e que nem todos os moradores do bairro se utilizaram desses serviços – 14,30% da população total. Em termos da população economicamente ativa (890 pessoas), essa porcentagem baixa para 8,12% do total de moradores da cidade. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920*. Min. da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatísticas, v. IV, *População*, Tomo II, Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1920predbras>. Consulta em: 24/10/2015.

outras áreas da cidade. Com exceção dos 92 casos de *acidentes no trabalho*, quando as informações sobre o local da ocorrência indicam claramente o local onde houve o atendimento ou de onde partiu o chamado por socorro médico, é quase impossível fazer afirmações categóricas nesse sentido. Em alguns ramos de atuação, o tipo de atividade desempenhada permite supor que esses moradores podiam trabalhar fora do bairro, caso dos cocheiros, carroceiros, motoristas, vendedores ambulantes e empregados do serviço público, isso se estivessem a trabalho na ocasião da ocorrência, o que nem sempre é possível afirmar com certeza. Outra possibilidade podia ser quando a ocorrência se dava fora do bairro, mas nesse caso as suposições são de mais difícil comprovação ainda³⁰⁶.

CASOS DE POSSÍVEL OCORRÊNCIA FORA DO BAIRRO	1911-12	1914-15	1925	TOTAL
CASOS COMPROVADOS DE ACIDENTE NO TRABALHO	11	49	32	92
SERVIÇO PÚBLICO EM GERAL	4	25	17	46
TRANSPORTE DE CARGA E MERCADORIAS	6	22	30	58
COMÉRCIO AMBULANTE	4	10	11	25
TOTAL	94	86	111	291

Tabela 83 – Casos passíveis de serem interpretados como “trabalho fora do bairro”. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Supondo que o total de 291 casos listados na tabela acima se refira a pessoas que realmente trabalhavam fora do Bexiga – aproximadamente 32,70% da população economicamente ativa (890 pessoas) –, pode-se arriscar que a maioria prestava serviços a terceiros ou trabalhava em negócios próprios ali mesmo. Por outro lado, no decorrer deste trabalho foi possível constatar que as atividades produtivas desenvolvidas no interior do bairro, ainda que tenham sido numerosas, eram de pequeno porte, comportando um número reduzido de trabalhadores, o que torna essa afirmação de difícil sustentação. Já a comparação entre os dados dos diferentes períodos, onde constatei a permanência de poucas pessoas no intervalo de quatorze anos, indica uma população altamente flutuante, o que leva a pensar que o Bexiga era apenas uma opção mais barata de moradia e que as reais possibilidades de sobrevivência estariam em outras áreas da cidade. Esse bem que poderia ser o caso dos trabalhadores classificados como *da construção civil e manutenção*

³⁰⁶ Na tentativa de obter informações mais esclarecedoras acerca dos sujeitos que passaram pelos postos médicos das Delegacias de Polícia, buscamos cruzar os dados dos Boletins com outras fontes documentais: o *Almanaque Laemmert*, com a localização e os nomes dos proprietários dos negócios, a série *Alvará e Licença*, com os pedidos de licença para funcionamento e/ou renovação de licença junto à municipalidade, e por fim, a série *Obras Particulares*, com os nomes dos proprietários de imóveis no bairro. O resultado dessa busca demonstrou que poucas das pessoas atendidas nos postos médicos se identificavam ou possuíam vínculos familiares comprovados com os atores verificados naquelas fontes. Mesmo levando em conta que a presença de sobrenomes comuns pode ser indicativa de laços de parentesco entre famílias que viveram no Bexiga, caso especial dos imigrantes, o número de coincidências é muito reduzido e não permite maiores conclusões.

predial – hipótese endossada por Grünspun para os anos 1930³⁰⁷ –, bem como do *comércio* e dos *serviços urbanos prestados por empresas particulares*. De toda maneira, essas são questões que permanecem em aberto reivindicando mais investigações.

Por fim, um último aspecto das ocupações exercidas pelos moradores do bairro a ser levado em consideração se refere ao fato de que a maioria absoluta dos atores sociais indicados nos *Boletins* exercia funções/ocupações que exigiam pouca ou nenhuma especialização e que podiam ser desempenhadas pelos setores médios e baixos da sociedade. Tal constatação só vem confirmar o caráter popular do bairro do Bexiga. Talvez um pouco menos na “área nobre”, mas certamente no loteamento original e no Saracura.

4.5 Causas das ocorrências

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o bairro do Bexiga foi frequentemente citado nas páginas dos jornais da cidade. Moradores indignados se queixavam da ineficácia ou até mesmo inexistência de serviços urbanos básicos, tais como iluminação, transporte, limpeza pública, falta de calçamento nas ruas, falta de policiamento, etc. As páginas policiais relatam inúmeros casos de vítimas, ora de acidentes domésticos com crianças, de atropelamentos, de agressões que eventualmente podiam resultar em assassinatos, de tentativas de suicídio, de casos de embriaguez, de furtos etc. Quase sempre, o que sobressai desses relatos é o aspecto depreciativo do lugar e a associação a um modo de vida condenável – se não pela promiscuidade dos incontáveis cortiços espalhados pelo bairro, pela índole “naturalmente” violenta de certos moradores. Um caso exemplar dessa maneira de ver o bairro é a carta enviada por um queixoso ao redator do jornal *O Estado de São Paulo*:

No lugar denominado Saracura-Grande, distrito do Bexiga, existe uma população já densa, constituída de indivíduos de todas as nacionalidades. É, já se vê, um bairro 'policiável'. Dão se nele frequentemente fatos graves, cujo conhecimento escapa de toda a nossa policia e que são de sua rigorosa alçada. As rixas, mais ou menos graves, que ai tem lugar, repetem-se todos os dias, a todas as horas. Os moradores vêm-se continuamente sujeitos a vexames por parte da garotada das ruas, que ai campeia

³⁰⁷ De acordo com o autor, “os homens do Bexiga que eram convocados para ajudantes de alguma construção nos novos bairros que começavam. Além dos bairros granfinos da Comopanhia City – o bairro popular de Pinheiros[...] Os homens eram ajudantes por dia [...] ou os melhores abridores de buracos em São Paulo: - os buracos da Repartição de Águas da Companhia de Gás, ou os melhores lascadores de pedras”. (Grünspun, 1979, p.37).

*infrenemente (sic), quebrando-lhes a pedradas as vidraças das casas, etc., etc. E tudo isto porque? Porque na turbulenta Saracura-Grande não existem policiais.*³⁰⁸ (grifo nosso).

Raramente se encontra um texto como aquele citado por Nicolau Sevcenko em *Orfeu Extático da Metrópole*, onde o reporter e cronista “P.” inicia a matéria destacando o caráter laborioso dos moradores do Bexiga:

*O Bexiga [...] é, como o Brás e o Bom Retiro, dos bairros mais populosos da cidade. Por aquelas ruas modestas vive uma grande população, humilde sim, mas ativa e laboriosa, e tão merecedora da simpatia e dos zelos dos poderes municipais como qualquer outra. Ora, quem se der ao trabalho de percorrer esse bairro, ficará impressionado com a maneira de vida dos que o habitam. Há por ali, nas vias principais, muitas casas grandes, mas são raras as que já se não transformaram em cortiços. E se a gente se embrenhar pelas ruas menos movimentadas, há de ver casebres dando abrigo a duas e três famílias, cada uma das quais morando num só quarto ou quando muito em dois, numa promiscuidade deplorável. Tudo isto não está a demonstrar que os vereadores deveriam fazer alguma coisa por melhorar, na medida do possível, a vida dos moradores do Bexiga?*³⁰⁹.

Contudo, ainda que “P.” tenha se mostrado simpático ao bairro, ele e o leitor queixoso partilham uma opinião comum – a responsabilidade do poder público pelas condições de vida dos moradores. Não consegui obter informações acerca de quando data a obrigatoriedade do registro das ocorrências médico-policiais em “Boletins de Ocorrência”, o que possivelmente se deve a esse tipo de reclamação/reivindicação. A necessidade de controle dos cidadãos cada vez mais numerosos certamente passava pela posse de informações mais detalhadas sobre os indivíduos e sobre as circunstâncias que os levavam a requisitar os serviços médico-policiais. Contudo, para o pesquisador a riqueza de detalhes revelados pelos históricos das ocorrências fornece subsídios para uma elaboração mais consistente do perfil dos atores sociais, permitindo assim uma análise mais fundamentada do contexto onde se inseriam.

A primeira evidência na Tabela 84 abaixo se relaciona ao baixo número de ocorrências verificadas – apenas 180 casos – no primeiro período investigado, entre outubro de 1911 e maio de 1912, o que talvez possa ser creditado mais do que a qualquer outra coisa às dificuldades iniciais do órgão de segurança pública de enquadrar os atendimentos realizados.

³⁰⁸ *O Estado de São Paulo*, Seção “Queixas e Reclamações”, 25/04/1911.

³⁰⁹ Reportagem publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 15/08/1919. In SEVCENKO, Nicolau, *Orfeu Extático da Metrópole*, 1992, p.131-132.

CLASSIFICAÇÃO CAUSAS OCORRÊNCIAS	1911-12	1914-15	1925	TOTAL	%
SOCORRO EM DOMICÍLIO/SOCORRO A PARTURIENTES EDOENTES EM GERAL (CRISE EPILÉTICA, CRISE HISTÉRICA, CRISE NERVOSA, INSUFICIÊNCIA PULMONAR, VARIZES, ECLAMPSIA, CURATIVOS, INDIGESTÃO E OUTRAS MOLÉSTIAS)	24	120	265	409	26,12
CRIME/FERIMENTO POR AGRESSÃO	45	91	101	237	15,13
DESASTRE/FERIMENTO POR QUEDA (ACIDENTAL OU POR MOLÉSTIA)	13	91	90	194	12,39
DESASTRE/ACIDENTE ENVOLVENDO MEIOS DE TRANSPORTE (QUEDA, ATROPELAMENTO POR AUTOMÓVEL, BICICLETA, BONDE, CAMINHÃO, CARROÇA, CAVALO)	17	38	109	164	10,47
DESASTRE/FERIMENTO ACIDENTAL POR ACIDENTE DOMÉSTICO, COM VIDRO, MORDIDA DE CÃO, OU OUTRO ANIMAL	10	67	74	151	9,64
ACIDENTE NO TRABALHO	12	63	41	116	7,41
SOCORRO NA VIA PÚBLICA (EMBRIAGUEZ, CRISE EPILÉTICA, CRISE HISTÉRICA, CRISE NERVOSA, VERTIGEM E OUTRAS MOLÉSTIAS)	4	60	36	100	6,39
DESASTRE/ATENDIMENTOS ENVOLVENDO POSSÍVEL RISCO DE VIDA (ENVENENAMENTO, QUEIMADURAS, TENTATIVAS DE SUICÍDIO E MORTE CONFIRMADA)	13	40	34	87	5,56
DESASTRE/FERIMENTO ACIDENTAL POR ARMA DE FOGO, CANIVETE, FACA, PEDAÇO DE MADEIRA, PEDRA, ETC.	3	28	14	45	2,87
DESASTRE/ACIDENTE POR EMBRIAGUEZ	8	21	3	32	2,04
DESASTRE/FERIMENTO SEM CAUSA DEFINIDA	22	-	-	22	1,40
NÃO CONSTA	9	-	-	9	0,58
TOTAL	180	619	767	1566	100

Tabela 84 – Modalidades em que se inseriram as causas das ocorrências médico-policiais no Bairro do Bexiga, entre 1911 e 1925. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

O histórico dos casos evidencia uma certa dificuldade em descrever o fato de forma objetiva, sempre ficando a dúvida sobre a natureza do atendimento. Por exemplo, quando um caso classificado como “moléstia”, teve a seguinte descrição: “*é um mensageiro que, por ter feito muito exercício em jejum, teve uma síncope*”; em outro caso envolvendo um menino de 12 anos e classificado como “ferimento” o relator diz que se tratava de “*luta com um companheiro da mesma idade, ferindo-se com um pedaço de prato*”. Nos anos seguintes, a primeira ocorrência seria classificada como “mal súbito” e a segunda como “agressão”. Em situação semelhante, um fato classificado como “crime” se refere ao ferimento de uma criança de 6 anos “*por agressão de um outro menor*”. Além de casos como esses, identifiquei 22 situações de “ferimentos” em que não há nenhuma descrição do problema ocorrido. Já nos períodos posteriores, 1914-15 com 619 e 1925 com 767 casos, as ocorrências se enquadram em categorias mais delimitadas, se ajustando melhor à proposta de controle da boa ordem pública.

MODALIDADES DE ATENDIMENTO	CAUSAS
ACIDENTE NO TRABALHO	FERIMENTOS EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA PROFISSIONAL
CRIME	FERIMENTOS POR AGRESSÃO
DESASTRE	ACIDENTES ENVOLVENDO MEIOS DE TRANSPORTE (QUEDA, ATROPELAMENTO POR AUTOMÓVEL, BICICLETA, BONDE, CAMINHÃO, CARROÇA, CAVALO)
	ACIDENTES POR EMBRIAGUEZ
	ATENDIMENTOS ENVOLVENDO POSSÍVEL RISCO DE VIDA (ENVENENAMENTO, QUEIMADURAS, TENTATIVAS DE SUICÍDIO E MORTE CONFIRMADA)
	FERIMENTOS ACIDENTAIS (ACIDENTE DOMÉSTICO, COM VIDRO, MORDIDA DE CÃO, OU OUTRO ANIMAL)
	FERIMENTOS ACIDENTAIS ENVOLVENDO ARMA DE FOGO, CANIVETE, FACA, PEDAÇO DE MADEIRA, PEDRA, ETC.
	FERIMENTOS POR QUEDA (ACIDENTAL OU POR MOLÉSTIA)
	FERIMENTOS SEM CAUSA DEFINIDA
SOCORRO EM DOMICÍLIO	ATENDIMENTOS A PARTURIENTE E DOENTES EM GERAL
SOCORRO NA VIA PÚBLICA	EMBRIAGUEZ, CRISE EPILÉTICA, CRISE HISTÉRICA, CRISE NERVOSA, VERTIGEM E OUTRAS MOLÉSTIAS

No quadro acima procurei agrupar as principais causas das ocorrências encontradas de acordo com palavras utilizadas nos *Boletins*. Como é possível observar, há problemas que se inserem em mais de uma modalidade, por exemplo os casos de “embriaguez”, os quais podem ser classificados como *desastre* ou *socorro na via pública*, e os casos de “moléstias” que podem ser classificados como *desastre*, *socorro na via pública* ou *em domicílio*. Tendo em vista essas eventuais discrepâncias, para a análise das causas das ocorrências procurei, na medida do possível, obedecer a classificação dada pelos próprios documentos.

O socorro a parturientes e vítimas de moléstias diversas, geralmente classificado nos *Boletins* como *socorro em domicílio*, respondeu pela maior parte dos atendimentos realizados: 409 casos, aproximadamente 26,12% da amostra analisada. A primeira coisa a destacar nesse tipo de atendimento é que na grande maioria dos casos de *moléstias* o histórico da ocorrência se resume à palavra “doente”, sem que haja um detalhamento do problema. Outra coisa é o destaque dado pela instituição a males associados a desequilíbrios mentais, como as crises nervosas ou de histeria, invariavelmente atribuídas a mulheres em idade adulta, e aos inúmeros casos de crises epiléticas, quase sempre atribuídas a homens adultos. Seria interessante saber de onde partiam os chamados de ajuda, se do próprio paciente ou, mais provavelmente, de familiares e vizinhos a quem as manifestações de desequilíbrio causavam desconforto. Neste caso, a atitude das pessoas próximas coloca em evidência uma concepção de saúde mental característica daquele momento histórico, quando comportamentos que fugissem ao padrão “normal” eram classificados como doença. De qualquer forma, a constância desses casos indica, se não um tratamento superficial dos problemas, um desconhecimento sobre possíveis formas de tratamento.

Na sequência, vêm os casos de ferimentos por agressão e classificados como *crimes*, computando 237 ocorrências (15,13%). As vítimas de agressão compõe-se majoritariamente de homens com idade entre 16 anos e 73 anos (154), seguidos de 47 mulheres com idade entre 16 e 70 anos, e por fim pelos 36 meninos e meninas com menos de 16 anos. Entre esses, foi possível verificar a presença majoritária de brasileiros brancos (118), seguidos de 73 italianos, 33 portugueses e finalmente por 13 pessoas de outras nacionalidades (5 espanhóis, 4 alemães, 2 argentinos, 1 francês e 1 iugoslavo).

Contrariamente ao que poderiam supor as autoridades policiais da época, somente 55 indivíduos, entre negros e pardos, se envolveram em conflitos que resultaram em agressão. De outro lado, entre todos os envolvidos em crimes, com exceção das 24

mulheres ocupadas com os serviços domésticos, dos 17 menores de 18 anos que não trabalhavam ou frequentavam a escola, e dos 3 estudantes maiores de 18 anos, apenas 21 pessoas não apresentaram indicação de algum tipo de ocupação; já os demais 172 indivíduos envolvidos exerciam algum tipo de atividade produtiva (72,57% do total de pessoas). A partir desses números, constata-se que qualquer que seja o grau de violência dos atores envolvidos nessas ocorrências, não se tratava de “vadios ou desocupados”, mas de gente que tinha sua rotina de trabalho e moravam em casas unifamiliares ou em habitações coletivas e/ou cortiços. Aliás, foram relativamente poucos os usuários das supostas habitações coletivas, apenas 28,27% dos envolvidos em crimes (67 pessoas).

As informações contidas nos *Boletins* pouco revelam sobre as circunstâncias das ocorrências, inclusive sobre os demais atores envolvidos, porém, em certas situações é possível entrever algumas possibilidades. Por exemplo, a coincidência de datas, endereços e locais da ocorrência pode indicar que se tratava de violência doméstica, entre marido e mulher, entre adultos e crianças ou entre os diferentes moradores da casa. Em 07 de dezembro de 1911, Prudência Agonilha, uma espanhola de 42 anos, casada, deu entrada no posto médico, com “*Extenso ferimento... do pescoço (por) agressão*”. Junto com ela, também foi atendido Pedro Camacho Agonilha, um “trabalhador” espanhol, com 40 anos, também casado, por “*tentativa de suicídio*”. O endereço fornecido por ambos foi a Rua Santo Amaro n.54, o que leva a deduzir que fossem parentes, provavelmente marido e mulher, principalmente porque foi na própria residência que tudo ocorreu. O curioso deste caso é que temos, de um lado, um “ferimento por agressão”, de outro, uma “tentativa de suicídio”. Acreditando que Prudência e Pedro Agonilha realmente tenham entrado em conflito, o que teria levado a essas atitudes desesperadas? A traição de uma das partes?... De qualquer modo, esses foram casos que tiveram consequências mais graves, já que ambos foram encaminhados a Santa Casa³¹⁰. A ocorrência em que esteve envolvida Thereza de Biassi, uma mulher italiana de 40 anos, casada, foi em 13 de janeiro de 1915, e teria sido um caso “banal” se o menor Felício (filho de Baptista de Biassi) também não estivesse envolvido, tudo indicando que fossem mãe e filho. Ambos deram entrada no posto médico na mesma hora e dia, dando como motivação “*ferimento por agressão*”, ocorrida na mesma Rua Manoel Dutra n.63. A pergunta que se coloca é – quem teria sido o autor da agressão?... Talvez o marido e pai?... Conforme Haim Grünspun, “*os homens do Bexiga batiam muito nas mulheres, especialmente quando bebiam*”. Não é possível afirmar qualquer coisa neste sentido, mas, a depender do depoimento de Grünspun, esta é

³¹⁰ *Boletins de Ocorrência*, 07/12/1911, APESP.

uma possibilidade³¹¹. Outro caso envolvendo pessoas da mesma família é aquele de Domingos e Constantino Santo Pietro. Ambos eram homens adultos, italianos e casados, e residiam à rua Santo Antônio n.232, sendo que Constantino, o mais velho, com 63 anos, era pedreiro e Domingos, com 35 anos, era sapateiro. As descrições do caso relatam que Domingos sofreu “*ferimentos incisos, produzidos por agressão à faca*”, e que Constantino sofreu “*ferimentos incisos, por agressão à faca*”. Pela diferença de idade deduzimos que fossem pai e filho que por algum motivo entraram em conflito, hipótese que o destino dado a Constantino parece comprovar. Enquanto Domingos foi encaminhado de volta para casa, Constantino foi para o xadrez, o que o caracteriza como o agressor.

Nos casos de ocorrências entre pessoas sem indícios de parentesco mas que habitavam a mesma casa, destacamos alguns que podem ser exemplares das dificuldades de convivência que permeavam suas relações. Em 16/05/1912, Vicente Campana, um italiano de 31 anos, casado e proprietário de uma casa de secos e molhados à rua Conselheiro Ramalho n.163³¹² onde também residia, entrou em conflito com Angelo Lichande, um rapaz italiano, com 17 anos, sapateiro e morador na mesma casa. A contenda ocorreu em outro local, na rua Conselheiro Carrão, mas ambos foram encaminhados para a Delegacia por “*ferimentos por agressão*” aparentemente sem maiores consequências. A ocorrência envolvendo Maria Ferrari e João Tenarelli, moradores na rua Rui Barbosa n.30, teve resultados mais graves³¹³. Maria, uma italiana de 26 anos, casada e “dona de casa” e João, também italiano, com 43 anos, casado e negociante, sofreram agressões que aparentemente ocorreram na própria residência. Enquanto a descrição da agressão à João revela que ele foi vítima de “*ferimentos por projétil de arma de fogo*” e, pela gravidade da situação encaminhado para a Santa Casa, o relato sobre Maria não parece indicar o uso do mesmo tipo de arma. Tendo sofrido “*ferimento na região malar (sic) esquerda e escoriação na região frontal*” e recebido os cuidados necessários, Maria voltou para casa. Nesse caso há poucos indícios que forneçam alguma pista acerca de quem foi o agressor e quem foi o agredido – se o conflito ocorreu apenas entre os dois e então Maria foi quem disparou a arma, ou se havia uma terceira pessoa envolvida. Já na ocorrência vivenciada por Anna Risoleta de Oliveira e Joaquim Soares Ferreira de Mattos fica evidente que o problema foi entre os dois³¹⁴. Ambos eram brasileiros, ela uma *costureira*, casada, com 35 anos, e ele, um *pintor* de 20 anos, solteiro, ambos residentes na rua Major Diogo n.127,

³¹¹ *Boletins de Ocorrência*, 13/01/1915, APESP.

³¹² *Almanaque Laemmert*, 1913-1914. Acervo Digital FBN.

³¹³ *Boletins de Ocorrência*, 07/06/1914, APESP.

³¹⁴ *Boletins de Ocorrência*, 19/12/1914, APESP.

palco do conflito. De acordo com o histórico da ocorrência, Anna e Joaquim sofreram “*escoriações e feridas por mútua agressão*”, sendo que ao final do atendimento enquanto ela foi enviada para casa, ele permaneceu nas dependências da Delegacia de Polícia. Neste caso, a decisão de manter Joaquim na delegacia parece indicar sua possível culpa/responsabilidade pelo ocorrido. Em 01/04/1925 Felix Santori um jovem italiano de 25 anos, *empregado no comércio* e Caetana Cassano, também italiana, de 34 anos, casada e dedicada ao *lar*, foram alvo de uma agressão violenta que terminou tragicamente³¹⁵. Os endereços fornecidos no momento do registro do atendimento informavam que Felix morava na rua Jaceguai n.1 e Caetana no número 6 da mesma rua, mas o crime ocorreu no *Theatro Olympia*, localizado na Av. Rangel Pestana, no Brás. O relatório da ocorrência informa que ambos sofreram um “*ferimento perfuro-inciso, por agressão à faca*” e que Felix já foi encontrado morto no momento do atendimento, enquanto Caetana foi encaminhada para o *Hospital Alemão*. Neste caso, fica bem clara a presença de uma terceira pessoa responsável pelos crimes, mas o que ele não revela é se o marido de Caetana era o assassino. Coincidentemente, localizamos uma reportagem anterior envolvendo o nome de Caetana Cassano no jornal *O Estado de São Paulo*, relatando um crime ocorrido doze anos antes, em 08/05/1913. Naquela ocasião o marido de Caetana, Januário Cassano, estava sendo julgado por assassinato após ter flagrado o adultério cometido pela mulher com um morador de um quarto anexo ao mesmo prédio em que vivia, à rua Conselheiro Ramalho n.24. A defesa de Januário logrou convencer o júri da culpa de Caetana pelo ato do marido e ele foi absolvido. Vale a pena transcrever um trecho da arguição do advogado em defesa do réu:

É preciso, porém, observar que o desejo do marido, no momento em que vê periclitar a sua dignidade não é, propriamente, a punição da esposa. O que o marido vê, naquele instante, é a sua felicidade perdida para sempre, é a desgraça que cai sobre o seu lar e a nódoa que vai dolorosamente macular a inocência de seus filhos. Nesse momento, o marido não pensa na irrisória disposição da lei que lhe faculta a ação penal privada contra a mulher; mas com o espírito inteiramente abalado pela realidade torturante que se lhe depara aos olhos, cai efetivamente no reino dos instintos, e, na frase do Código, sinistramente privado dos sentidos e de inteligência, arremete num ímpeto de justa ira, contra a pessoa da esposa infiel ou a do torpe sedutor. Assim o fez Januário Cassano, quando desagravou sua honra matando a Isidoro Cillo[...] A absolvição do acusado impunha-se, pois, à consciência do Juri ³¹⁶ (grifos nossos).

³¹⁵ *Boletins de Ocorrência*, 01/04/1925, APESP.

³¹⁶ Grifos nossos. *O Estado de São Paulo*, 18/06/1913.

Não nos cabe tecer comentários acerca da culpa ou responsabilidade dos envolvidos no crime, mas sim destacar que o argumento da defesa expõe de forma bem clara os valores que embasavam o julgamento moral e criminal dos fatos: a traição e a posterior retaliação. Para as pessoas do júri, assim como para a sociedade em geral, o desagravo da honra pela traição praticada pela mulher não só era um ato aceitável, como também era uma coisa prevista pela lei. E esses não eram valores que se restringiam apenas aos moradores de um bairro popular como o Bexiga, mas a toda a sociedade contemporânea aos fatos.

Ainda que exemplos como esses citados acima, em que alguns dados que permitem uma avaliação um pouco menos rasa das ocorrências sejam raros, nos demais a simples descrição dos casos envolvendo mulheres, crianças e adolescentes diz muito sobre o cotidiano de bairros populares da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século passado. Crianças e adolescentes ocupados com atividades produtivas desde os 10, 11 anos – o que aos olhos contemporâneos parece inaceitável – demonstram que essa era uma prática habitual e que o trabalho infantil era legítimo para os padrões culturais daquele tempo, tanto para as classes mais baixas para as quais qualquer ganho extra podia significar um dia a mais de sobrevivência, como para as camadas mais ricas que se valiam disso fechando os olhos para as implicações morais. Entretanto, ao que indicam os números, esse não era um valor absoluto, que atingia a todos indistintamente. Curiosamente, verifiquei que dos 21 meninos e rapazes que desempenhavam algum tipo de ofício e estiveram envolvidos em agressões, 6 eram estrangeiros (4 italianos, 1 iugoslava e 1 alemão). Tal constatação acena para uma valorização do trabalho por parte dos brasileiros, o que contraria a opinião corrente acerca da inaptidão do nacional para o trabalho. De qualquer modo, não é possível atribuir tais valores a toda a população do bairro e mesmo da cidade pois trata-se de uma amostra muito reduzida se vista em relação ao número total de casos analisados.

Com relação às mulheres envolvidas em casos de violência física, independentemente dos motivos que os agressores possam ter tido, as referências às circunstâncias em que ocorreram as agressões são desnecessárias pois seu significado remete a valores culturais em que o gênero feminino estava sujeito a pré-julgamentos sexistas e excludentes, do tipo “se apanhou é porque mereceu”. Do total de 47 casos envolvendo mulheres adultas vítimas de agressão, 25 se relacionavam a mulheres casadas, 8 a viúvas e 14 a solteiras. A superioridade do número de mulheres casadas remete às palavras de Haim Grünspon: “*os homens do Bexiga batiam muito nas mulheres,*

especialmente quando bebiam, e estas batiam nos filhos” (Grünspun, 1979, p.47-48).

Adiante, ao falar sobre a “valorização” atribuída às mulheres grávidas ele acrescenta que:

Em outras ocasiões (quando a mulher não estivesse grávida), tocar na mulher de alguém era algo grave que gerava desafetos e brigas entre marido e mulher, brigas que acabavam em surras monumentais, na maioria absoluta das vezes a mulher apanhando e não o homem. Mulher grávida raramente apanhava no Bexiga (Grünspun, 1979, p.109).

Das citações do autor, destacamos um aspecto significativo que incidirá sobre todo o cotidiano do bairro: a violência contra a mulher produzia um efeito reflexo na família, obviamente na parte mais fraca, as crianças. Daí, as ocorrências de agressão sobre e entre crianças e adolescentes não chegarem a surpreender, ainda que causem desconforto. Sobressaem em primeiro lugar aqueles casos em que as ocorrências indicam que a agressão se passou na residência das vítimas e possivelmente foram causadas por membros da própria família: como aconteceu com José Rodrigues de Arruda, um garoto de 6 anos, morador no número 44 da rua Fortaleza, em 26/12/1912; com a menina Maria Aparecida, de 7 anos, moradora à rua Major Diogo n.170, em 18/01/1914; com Aida, também com 7 anos, filha de José Carolizzo, residente à rua João Passalacqua n.69, em 27/06/1914; com Alfredo, um *escolar* de 12 anos, filho de Severo de Tal, morador na Av. Brigadeiro Luís Antônio n.19, em 22/08/1925; com Francisco, um *aprendiz de alfaiate* de 12 anos, filho de José Senna, residente à rua Treze de Maio n.41, em 31/10/1925; com Millo, *escolar* de 12 anos, filho de Francisco di Pati, morador na rua Asdrúbal do Nascimento n.62, em 18/11/1925. Enfim, esses são apenas alguns entre tantos outros casos. Em outras ocasiões, o local das ocorrências demonstra que os menores estavam distantes de casa, alguns deles possivelmente a trabalho: caso de Antônio Cachino, um *carroceiro* de 12 anos, morador na rua Rui Barbosa n.66, vítima de “*pequeno ferimento consequente de agressão*” quando se encontrava na ladeira General Carneiro, em 10/01/1912; do *alfaiate* Roque Mannaro, um jovem de 16 anos, morador na rua Santo Antônio n.35, no bairro da Lapa, em 24/02/1912; do *servente de pedreiro*, Albino Augusto, garoto de 14 anos, morador na rua Jaceguai n.88, cuja agressão consta como tendo ocorrido na praça Princesa Isabel n.51, um possível local de trabalho. Poderia citar ainda uma quase infinidade de casos, mas me atenho a uma ocorrência particular. Em 13/09/1914 o posto médico da 2ª Delegacia de Polícia foi chamado à rua São Domingos n.32 para dar atendimento ao *empregado* Antônio, filho de Miguel Godoy, então com 9 anos de idade. O histórico da ocorrência relata que Antônio sofreu “*feridas contusas, por ter sido espancado por sua patroa*”. Ocorre ainda que o

mesmo local do atendimento corresponde ao endereço residencial do garoto. Assim, sabemos que Antônio, embora possuísse um pai, morava em seu local de trabalho, possivelmente prestando serviços domésticos; e mais, que sua patroa se achava no direito de punir o empregado, ainda que ele fosse uma criança. Situações como esta certamente eram mais frequentes do que nossas consciências contemporâneas politicamente corretas podem imaginar...

O efeito reflexo da violência citado acima termina por se propagar por toda a comunidade envolvida, atingindo indistintamente homens, mulheres e crianças. Na verdade, em todos esses casos trata-se de uma prática social que revela parte da essência cultural da população moradora no Bexiga (mas não apenas), naquele determinado momento histórico, fossem quais fossem as causas geradoras de conflito.

Os *Boletins de Ocorrência* fornecem assim subsídios importantes para a elaboração do perfil dos moradores do Bexiga, mas foram raros os casos em que foi possível apurar os motivos que levaram à deflagração dos conflitos. Felizmente, os noticiários policiais do jornal *O Estado de São Paulo* permitem o aprofundamento de alguns como o que envolveu Caetana Cassano e Felix Santori, em 1925. Em 08/03/1914, Salvador Bonacorso, um italiano de 22 anos, de profissão *gazista* e “*morador de um comodo no prédio n.72 da ladeira de Santo Amaro, sublocado por Manoel Pereira*”³¹⁷, passou por atendimento no posto médico, por “*ferimento no punho direito, por agressão à faca*”. Através do noticiário no jornal obtive informações interessantes que podem levantar outras questões, como por exemplo, a de que Salvador residia em um cômodo sublocado por uma outra pessoa que não o proprietário do imóvel, fato que talvez ocorresse com outros cômodos da casa. Seria essa uma “casa de cômodos”, caracterizando-se assim uma habitação coletiva? A questão aponta para um fato de difícil comprovação, mas que devia ocorrer com frequência, a sublocação parcial de imóveis, independentemente de eles se configurarem como cortiços. De acordo com a matéria, após meses de atraso no pagamento dos aluguéis, por parte de Salvador, Manoel Pereira decidiu trancar o quarto do inquilino, impedindo-o de entrar no mesmo. Salvador, ao chegar, arrombou a porta, ao que Manoel reagiu desferindo-lhe um golpe de faca. Ora, em tais casos os ajustes entre as partes interessadas, quer se tratasse do aluguel de cômodos ou de imóveis inteiros, baseava-se em acordos orais, sem quaisquer garantias para ambos os lados. Naquele momento não havia uma legislação que regulamentasse direitos e obrigações – a Lei do Inquilinato data de 1942 –, assim a parte que se sentisse lesada buscava a sua forma particular de resolver o problema.

³¹⁷ *O Estado de São Paulo*, 09/03/1914.

No caso, Manoel Pereira optou pela forma mais violenta. Em 16/05/1914, Angelo Felamino, um rapaz italiano de 19 anos, morador no número 43 da rua Rui Barbosa, esteve envolvido em uma briga no Largo do Ouvidor, na qual sofreu “*feridas contusas no supercílio e mão direitos, por agressão à pau*”. Ocorre que os envolvidos na briga, Angelo e Antônio Augusto Pomo, 26 anos, morador na região da Luz, exerciam a mesma profissão, ambos eram *carroceiros*. O jornal dá destaque à notícia nomeando-a de “*(Briga) entre carroceiros*”, onde os implicados, “*por uma rivalidade de profissão agrediram-se mutuamente*”. A notícia termina relatando que “*os briguentos foram presos em flagrante e apresentados ao delegado de serviço na Central, que os mandou recolher ao xadrez daquela repartição*” ³¹⁸. O destaque dado pelo jornal parece indicar que conflitos em virtude do exercício de certas profissões eram comuns. “*Briga de carroceiros*” é uma expressão conhecida e remete às “*brigas de lavadeiras*”, comumente citadas por memorialistas e na própria imprensa (Sesso Jr., 1983, p.79. In Santos, 1998, p.99-100; Grünspon, 1979, p.33). Se for isso mesmo, é possível que muitas das ocorrências registradas nas Delegacias de Polícia, especialmente quando envolvem pessoas jovens, tenham tido a mesma motivação. Por outro lado, o próprio fato de serem jovens, parece predispor a conflitos cujas causas nem sempre são de fácil compreensão. É o que ocorreu com Américo, garoto de 14 anos, filho de Antônio Argento. Américo, que trabalhava como *cobrador*, foi levado pelo pai ao posto médico em 05/07/1914, quando foi constatada “*ferida perfuro-incisa, por agressão à faca*”. De acordo com o jornal, “*refere Américo que, no dia 2 do corrente, brincando fora de casa com um outro menor, de nome Ozório, residente no número 85 da mesma rua, foi por ele agredido com uma faca*” ³¹⁹. Não há nada no relato de Américo que justifique ou aponte as motivações subjetivas da agressão, mas o fato de serem jovens certamente contribuiu para a eclosão do conflito.

Apesar de identificados nos *Boletins de Ocorrência* como **desastre**, os acidentes descritos como *ferimentos acidentais* (por arma de fogo, canivete, faca, pedaço de pau, pedra, ferro ou outro objeto) deixam a impressão de que nem sempre correspondem à realidade dos fatos, especialmente aqueles envolvendo armas de fogo. No jornal *O Estado de São Paulo* localizei somente uma referência a esse tipo de desastre, onde o título da matéria contém um tom de alerta: “**O perigo das armas de fogo. Às 20 horas de ontem, em sua residência, à rua de Santo Antonio, 112, Renato Ciugni, de 17 anos, entretinha-se em manejar uma espingarda Flobert, que estava carregada. Tanto Renato fez nas suas**

³¹⁸ *O Estado de São Paulo*, 17/05/1914.

³¹⁹ *O Estado de São Paulo*, 06/07/1914.

manobras que a arma disparou, indo o projétil ferí-lo na palma da mão esquerda”³²⁰. O caso, sem maiores consequências, foi registrado nos *Boletins de Ocorrência* e o jovem encaminhado de volta à residência. Contudo, chama a atenção a frequência em que acidentes desse tipo ocorriam, especialmente aqueles com armas de fogo – somente em 1914, foram 10 casos.

SUPOSTOS DESASTRES	1911-12	1914-15	1925	TOTAL
ACIDENTE COM ARMA DE FOGO	2	10	1	13
ACIDENTE COM CANIVETE	-	2	1	3
ACIDENTE COM FACA	-	4	8	12
ACIDENTE COM FORMÃO	-	-	1	1
ACIDENTE COM NAVALHA	-	-	2	2
ACIDENTE COM TESOURA	1	-	1	2
TOTAL	3	16	14	33

Tabela 85 – Incidência de desastres envolvendo objetos “letais”. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Desses, destacam-se aqueles em que as circunstâncias indicam a possibilidade de outras causas que não o simples manuseio da arma. Paulo Medicci, um *chofer* italiano de 25 anos de idade, foi vítima de um *“ferimento na coxa esquerda, por tiro de revólver disparado acidentalmente”*. Naquela ocasião Renato encontrava-se fora da cidade, na vila de São Bernardo, e o relato não esclarece o que ele fazia naquela vila e como é que ocorreu o acidente. Por que Renato manuseava a arma? Haveriam outros envolvidos?... Outro caso fora da área urbana foi aquele vivido por Benedicto do Nascimento, um *carroceiro* negro, de 20 anos. De acordo com o histórico da ocorrência, Benedicto sofreu *“ferimento por projétil de arma de fogo na mão esquerda, produzido acidentalmente”* quando se encontrava na várzea de Santo Amaro. A profissão de Benedicto pode bem justificar sua presença em Santo Amaro, e talvez indique uma possível “briga de carroceiros”, mas essa é uma mera suposição... Mais grave foi o acontecido com o pequeno Francisco Sgambatto, um *aprendiz de sapateiro* de 11 anos, encontrado agonizando na Alameda Santos. O atendimento ao garoto foi feito pela 4ª Delegacia de Polícia e a ocorrência consta como um *“ferimento perfuro-contuso por projétil de arma de fogo, acidentalmente, na região frontal”*. Certamente o pedido de socorro partiu de alguém que estava nas imediações da ocorrência, o que não fica esclarecido. Seria aquele o local de trabalho de Francisco? Se não, o que ele fazia ali, longe de sua residência, se morava na rua Conselheiro Ramalho? E principalmente, ele se feriu ou foi vítima de outra pessoa?... Já o ocorrido com Miguel Salazans, um *estudante* de 21 anos, deixa claro que havia outro envolvido no acidente. Segundo o relatório do Posto Médico, Miguel sofreu *“escoriação produzida por revólver, quando tentava tomá-lo de um indivíduo”*, fato que ocorreu na rua Maria José. Teria

³²⁰ O Estado de São Paulo, 17/05/1914.

Miguel entrado em conflito com alguém, ou estaria apenas tentando apartar alguma briga?... Infelizmente, em todas essas circunstâncias, os relatórios elaborados pelas Delegacias de Polícia não fornecem mais pistas e essas hipóteses não passam de suposições que somente uma pesquisa aprofundada sobre eventuais processos-crime gerados pelas ocorrências poderiam confirmar ou não. De toda maneira, o fato de envolverem objetos que não sejam de manipulação banal, mas que pela sua própria natureza implicam em alguma forma de violência, predispõe a interpretações outras.

As ocorrências envolvendo *os meios de transporte* modernos, como os automóveis, os bondes e até as bicicletas, demonstram as dificuldades da população em lidar com as novidades introduzidas no período que significavam “progresso”. De um lado, condutores entusiasmados pela possibilidade de acelerar e se deslocar num curto espaço de tempo, de outro, pedestres para quem a memória do espaço público marcado pelo ritmo mais lento não estava tão distante assim. A Tabela 86 demonstra, em números, o efeito desse descompasso sobre os moradores do Bexiga.

DESASTRES ENVOLVENDO MEIOS DE TRANSPORTE	1911-12	1914-15	1925	TOTAL
ATROPELAMENTOS POR CARROÇAS	2	8	3	13
ATROPELAMENTOS POR AUTOMÓVEIS	3	13	62	78
ATROPELAMENTOS POR BONDES	-	-	4	4
ATROPELAMENTOS POR BICICLETAS	1	1	14	16
QUEDA DE VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS, BONDES E CARROÇAS)	-	7	19	26
OUTROS (ABALROAMENTOS, ETC.)	11	9	7	27
TOTAL	17	38	109	164

Tabela 86 – Incidência de desastres envolvendo meios de transporte. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Embora não tenha sido um “privilegio” dos moradores do bairro, nem possa ser tomada como determinante para a elaboração do perfil daquelas pessoas, a constância desses acidentes, particularmente aqueles causados pelos automóveis, obriga a pensar no impacto desses veículos para a cidade que se pretendia moderna e cosmopolita mas cuja população desigual ainda mostrava-se resistente ao progresso. A avaliação de Nicolau Sevcenko acerca do valor simbólico do automóvel é reveladora de algo que ultrapassava as reações de repúdio aos constantes desastres que afligiam a população:

[...] duplamente aureolado pelo prestígio da mais moderna tecnologia européia e do mais vistoso objeto do consumo conspícuo, o automóvel passou a ser usado de forma a acentuar a sua mística e se impor como uma moldura mecânica sofisticada do poder, mesmo na mão de choferes e empregados de companhias. [...] Em qualquer circunstância, em qualquer lugar, o tempo todo, o imperativo era a máxima aceleração e o uso incessante da buzina. Os atropelamentos são diários e múltiplos, especialmente envolvendo anciãos e crianças. (Sevcenko, 1992, p.74).

No entanto, ainda que em número mais reduzido se vistos em relação ao total de ocorrências, os acidentes envolvendo os meios de transporte não se restringem aos automóveis, dando a entender que a sensação de “poder” propiciada pela condução de um veículo estendia-se a carroceiros, cocheiros, condutores de bondes e ciclistas. Cada um desses atores sociais, à sua maneira, ao colocar a vida de outros em risco, exercia um pequeno poder que podia terminar em desfechos trágicos.

Responsáveis por apenas 7,41% das ocorrências registradas nos *Boletins de Ocorrência*, os **acidentes no trabalho** remetem a uma realidade mais ampla que extrapola o bairro do Bexiga, comprovando as condições precárias de trabalho a que estavam sujeitos os habitantes da capital. Apesar de serem numericamente pouco significativos, esses casos revelam algumas particularidades sobre o perfil dos trabalhadores que viviam no bairro. Esse foi o caso, particularmente, dos trabalhadores envolvidos na *construção civil*. Entre as 116 vítimas de acidentes no trabalho, pouco mais de 40% (47 pessoas) trabalhavam na área: 28 *pedreiros* e *serventes de pedreiros* diretamente ocupados na edificação e/ou reforma de prédios, e os 19 restantes em funções complementares às construções ou à manutenção predial (carpinteiros, encanadores, eletricitas, etc.). Acresce que após uma investigação mais aprofundada de cada caso, constatei que alguns dos trabalhadores identificados como *operários* também trabalhavam na construção civil, o que acrescentou mais três indivíduos à mostra³²¹. Os *Boletins de Ocorrência* demonstram ainda que os trabalhadores da construção civil deslocavam-se frequentemente em função do trabalho. A localização dos endereços fornecidos pelos feridos, ao mesmo tempo que demonstra sua presença nos quatro cantos da cidade (em bairros distantes como Vila Clementino, Vila Mariana, Ipiranga, Santana, Belenzinho, Pinheiros) também indica os novos espaços que a cidade conquistava nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, os documentos comprovam a preferência de proprietários e construtores pela mão-de-obra italiana em detrimento das demais nacionalidades: encontramos 29 pessoas, entre italianos e ítalo-brasileiros, 8 brasileiros 7 portugueses e 6 de outras nacionalidades, inclusive 2 japoneses, um *carpinteiro* e um *operário*.

Os **desastres** caracterizados como **acidentes** responderam pela quarta causa em número de ocorrências e tratam de situações bem corriqueiras envolvendo adultos e principalmente crianças. Quase sempre se referem a pequenos acidentes domésticos com vidros, latas, pedaços de madeira, ferro e arames, pregos enferrujados, choques elétricos e

³²¹ Esses casos, de mais fácil verificação, indicam que a probabilidade de mais gente estar inserida nesse mercado de trabalho é grande e que essa hipótese sempre deve estar presente quando o pesquisador lida com esse tipo de documento. De qualquer forma, aqui lidamos com casos passíveis de verificação.

objetos de uso comum, como agulhas e tesouras; há ocasiões em que a vítima podia estar desfrutando de momentos de lazer longe de casa (pesca, jogos de futebol), ou quando, andando pelas ruas da cidade se via sujeita a mordidas de cachorros, coices de algum cavalo solto, picadas de insetos e animais peçonhentos; e outros imprevistos mais sérios podiam ocorrer como quedas de escadas e desabamento de muros e paredes. Enfim, há uma infinidade de casos que raramente envolvem situações dramáticas, mas que chamam a atenção por alguns aspectos. O primeiro deles se refere ao número de menores vitimados: 62 casos entre menores de 1 e 12 anos, e 28 casos de adolescentes entre 13 e 18 anos, ambos perfazendo aproximadamente 60% do total de atendimentos. Não há dúvida de que essas situações podiam acontecer em qualquer parte da cidade, com qualquer grupo social, mas a probabilidade de ocorrerem em um bairro popular, onde as crianças circulavam livremente pelo espaço doméstico e pelas ruas, demonstra que ao mesmo tempo em que desfrutavam de maior liberdade, estavam sujeitas a certos riscos. Contudo, aqui não temos a intenção de apontar eventuais descuidos por parte das famílias – puro anacronismo – que habitavam o bairro, mas apenas constatar uma determinada realidade, onde o próprio ritmo de vida da cidade permitia que as mães ocupadas com os afazeres domésticos deixassem seus filhos aos cuidados “de Deus”. Até porque foram raríssimos os casos em que a gravidade de tais acidentes resultava no redirecionamento da vítima para instituições médicas especializadas, como ocorreu com Francisco, filho de José Orlando. Tendo ingerido “*substância cáustica ignorada*”, o garoto de 2 anos foi encaminhado para a Santa Casa após o primeiro atendimento no Posto Médico, em 20/12/1914. Fato semelhante aconteceu com o pequeno Okumura, filho de Okumura Iezue, em 11/12/1914. Contando com apenas 1 ano de idade, a criança sofreu “*intoxicação pela creolina*” e também foi encaminhada para a Santa Casa. Ary Rodrigues, de 3 anos, em 06/05/1912, recebeu atendimento pela presença de “*corpo estranho no esôfago*”, motivo pelo qual foi para a Santa Casa. Já Rodolpho, filho de Ramon Giovera, com 10 anos, sofreu “*queimadura no rosto, produzida por álcool*”, tendo sido imediatamente enviado à Santa Casa, o que ocorreu em 20/10/1914. Menos grave foi o caso de Paschoal, de 10 anos e filho de Domingos Simone, que em 09/08/1914 sofreu “*ferida contusa na coxa esquerda produzida por dentada de cão*” e por isso foi encaminhado para o *Instituto Pasteur* afim de receber vacina antirábica.

Os relatos acima colocam um outro aspecto significativo do cotidiano do Bexiga, que pode se estender tanto a crianças quanto a adultos vítimas de acidente, independentemente da gravidade da situação: a importância da Santa Casa e dos postos

médicos no atendimento à população. Na maioria absoluta das ocorrências analisadas, seja em casos banais de acidentes domésticos, seja em casos mais sérios como doenças, atropelamentos, acidentes do trabalho, crimes, etc., a busca de atendimento era feita nos postos médicos. Constatada a gravidade dos casos, a próxima opção era a Santa Casa ou, muito raramente, a depender das condições financeiras das vítimas, os hospitais particulares. Com exceção dos atendimentos no Hospital Militar, específicos para soldados e do Hospital Humberto I, destinado ao atendimento de imigrantes italianos, verificamos apenas 10 atendimentos em hospitais particulares: 4 no Hospital Alemão e 6 no Hospital Santa Catarina. Assim, para os moradores do bairro, o recurso ao Posto Médico significava a opção possível de atendimento.

Por fim, chamamos a atenção para os *desastres* associados a ocorrências que envolviam *riscos de vida*, tais como envenenamentos, queimaduras e, particularmente, as tentativas de suicídio. No caso dos envenenamentos e queimaduras, as maiores vítimas foram as crianças, mas também ocorreram com adultos. Já as tentativas de suicídio se destacam por envolverem no mais das vezes homens e mulheres jovens, com idades entre 15 e 30 anos. Em poucos casos restritos ao período entre 1911 e 1912, o histórico da ocorrência revela as motivações para esse ato de desespero. Em 18/11/1911, a cozinheira Rita Marcondes dos Santos, uma mulher parda, solteira, com aproximados 30 anos, moradora à Rua Conselheiro Ramalho n. 11, *“Tendo questionado com o amante, na ausencia deste, ingeriu creolina”*. Rita tentou se matar na própria residência e, aparentemente, as consequências de seu ato não foram graves, já que permaneceu em casa, sem necessidade de maiores cuidados. O mesmo ocorreu com Benedicta Maria de Jesus, negra, 20 anos, solteira e moradora à Rua 14 de Julho n. 36, que foi atendida em 26/12/1911, por ter sofrido *“Envenenamento pela creolina, por motivos de amor mal correspondido”*. De acordo com a ocorrência, após o atendimento, Benedicta *“ficou livre do perigo”*, tendo permanecido em sua casa. Nos dois casos, os relatos indicam que tais atos podiam ocorrer em situações determinadas por “males de amor”, mais característicos de jovens ou “balzaquianas”, porém nem sempre esse era o problema. É o que se constata pela notícia dada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 02/03/1914, sobre a tentativa de suicídio de Hyppolito Alves, um *pedreiro* negro de 24 anos, casado e morador na rua Manoel Dutra n.69-A. De acordo com o jornal, Hyppolito *“comprou a prestações, enquanto estava empregado, pelo preço de 500\$000, uma mobília de quarto. Como agora se desempregasse e não pudesse com esse compromisso, resolveu suicidar-se [...] ingeriu*

forte dose de creolina misturada com água-raz". Neste caso, a perda do emprego e a impossibilidade de arcar com um compromisso financeiro foi o motor do ato desesperado.

TENTATIVAS DE SUICÍDIO	1911-12	1914-15	1925	TOTAL
HOMENS ENTRE 20 E 30 ANOS	2	2	6	10
HOMENS ENTRE 31 E 62 ANOS	1	6	-	7
MULHERES ENTRE 15 E 30 ANOS	5	7	5	17
MULHERES ENTRE 31 E 60 ANOS	-	3	1	4
TENTATIVAS DE SUICÍDIO COM MORTE CONFIRMADA (1 HOMEM E 1 MULHER, RESPECTIVAMENTE COM 50 E 60 ANOS)	-	2	-	2
TOTAL	8	20	12	40

Tabela 87 – Ocorrência de tentativas de suicídio. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Nas situações em que as tentativas de suicídio ocorreram com pessoas mais velhas, em algumas ocasiões é possível supor que se tratasse de conflitos entre casais, o que parece ter acontecido com Pedro Camacho Agonilha e Prudência Agonilha. Falei acima sobre as ocorrências envolvendo o casal, prováveis marido e mulher, em 07/12/1911, ocasião em que o atendimento a Prudência se deveu a uma “agressão”, o de Pedro se deveu a uma “tentativa de suicídio”. No entanto, outros problemas podiam levar a atitudes dramáticas. Em 08/03/1914, Joaquim Alves Figueiredo, um *fazendeiro* de 38 anos, morador à rua Asdrúbal do Nascimento n.96 tentou suicídio “disparando um tiro de revólver no ouvido esquerdo”. Neste caso, o esclarecimento das circunstâncias do ocorrido foi dado pela matéria detalhada de *O Estado de São Paulo*. Joaquim, fazendeiro em Minas Gerais, sofria há 12 anos de uma doença incurável, e há dois anos viera com a família para São Paulo em busca da cura prometida por um “charlatão”. Passado esse tempo, ao ver que havia sido lubridiado, decidiu pôr fim na vida, tendo falecido no dia 09 de março. Outros casos, como o de José Talarico, operário italiano de 50 anos, casado, parecem indicar um caso de depressão com razões indeterminadas. De acordo com o jornal, Talarico foi encontrado já morto, na rua do Sol, por um soldado e após os exames realizados pelo médico legista, apurou-se que se tratava de um suicídio. Com a divulgação da notícia, apareceu uma pessoa que reconheceu Talarico, informando que este chegara da Argentina há cerca de uma semana, “*hospedando-se no armazém da rua Manoel Dutra n.65*”. E mais, ainda conforme o jornal, “*as pessoas que o conheciam afirmavam que José Talarico vinha de há muito sofrendo de uma mania de perseguição, manifestando sempre desejos de por termo à existência*”³²². Nunca será possível saber das motivações subjetivas desses atores, mas esse caso desesperado, assim como outros envolvendo pessoas com mais de 50 anos, talvez traduza o sentimento de desalento de alguém que superado o entusiasmo da juventude se viu diante de uma vida sem perspectivas...

³²² *O Estado de São Paulo*, 18/08/1914.

As perguntas levantadas no início deste capítulo buscaram elucidar sobre os atores sociais atuantes no Bexiga, se brasileiros – brancos e negros – ou imigrantes, se pobres ou ricos... Neste sentido, creio que as informações obtidas junto aos *Boletins de Ocorrência* foram fundamentais para dar vida à vida urbana de um bairro suburbano. Se por um lado, confirmaram que o número de imigrantes italianos se sobrepunha àquele dos brasileiros, por outro, deram visibilidade aos negros, permitindo que soubéssemos quem eram, em que trabalhavam, assim como os pequenos dramas que experimentaram no decorrer de suas vidas no bairro do Bexiga. Também permitiram a identificação de outras etnias, as quais se mostraram mais diversificadas do que se poderia supor: portugueses, espanhóis, alemães, sírios, franceses, japoneses, húngaros, argentinos, austríacos, ingleses e iugoslavos, embora em menor número, dividiram espaço com os brasileiros e italianos.

Ainda que de difícil compravação, os inúmeros casos de agressão ocorridos no período de 1914-15, no início da I Guerra Mundial, fazem pensar que em momentos de crise econômica e social, quando as possibilidades de sobrevivência escasseiam, as diferenças culturais entre os diferentes grupos sociais tendem a se manifestar sob a forma de conflitos e tensões. Contudo, finda a guerra, no último período investigado (1925) o número de agressões aumentou, sugerindo que nem sempre as crises econômicas justificam tais conflitos. Ocorre no entanto, que apenas um ano antes o Estado de São Paulo, assim como a cidade, foram palco do movimento revolucionário de 1924, o qual, independentemente de quaisquer motivações ideológicas, legou aos habitantes da capital uma situação de caos econômico e social, com crise de abastecimento, medo e insegurança generalizados. Acredito que o mal estar gerado por essa situação, associado às dificuldades próprias de uma população de baixo poder aquisitivo que em sua maioria exercia profissões inconstantes, possa ter-se prolongado pelos anos seguintes. A identificação de raros elementos entre as pessoas que comprovadamente possuíam negócios no bairro, nos três períodos analisados, parece comprovar essa suposição acerca da posição social dos moradores do bairro. Se de um lado havia negociantes portadores de uma situação estável que lhes permitia sobreviver a partir de seus próprios negócios por anos a fio, de outro havia um contingente considerável de moradores que desempenharam funções menores, marcadas pela precariedade e sobretudo pela instabilidade. A instabilidade fica evidente quando verificamos a flutuação constante da população atendida nos postos médicos da cidade, seja no que se refere à constante mudança de endereços e empregos, seja entre aqueles que permaneceram no bairro através dos anos. Dentre os 1566 casos analisados nos três períodos, com exceção daquelas pessoas identificadas nos almanaques ou que com elas

possuíam laços familiares comprovados, somente 4 indivíduos conseguiram permanecer no bairro por mais de um ano: 2 entre 1912 e 1914, e 2 entre 1914 e 1925.

NOME	DATA	ENDEREÇO	N.	COR	IDADE	ESTADO CIVIL	NACION.	OCUPAÇÃO
AGOSTINHO JARDIM	17/02/1912	RUI BARBOSA	2	BRANCA	12	-	BRASILEIRO	SERRALHEIRO
AGOSTINHO JARDIM	10/01/1914	RUI BARBOSA	75	BRANCA	15	SOLTEIRO	BRASILEIRO	OPERÁRIO
ANTÔNIO RAPOLLO	11/07/1914	RUI BARBOSA	39	BRANCA	21	SOLTEIRO	ITALIANO	CARROCEIRO
ANTÔNIO RAPOLLO	13/05/1925	CONSELHEIRO CARRÃO	52	BRANCA	30	CASADO	ITALIANO	MOTORISTA
JOSÉ LETIERE	13/02/1912	CONSELHEIRO RAMALHO	24	BRANCA	52	CASADO	ITALIANO	CARROCEIRO
JOSÉ LETIERO	09/06/1914	CONSELHEIRO RAMALHO	24	BRANCA	55	CASADO	ITALIANO	CARROCEIRO
RENATO CIUGNI	16/05/1914	SANTO ANTÔNIO	112	BRANCA	17	SOLTEIRO	ITALIANO	EMPREGADO NO COMÉRCIO
RENATO GIUGNI	17/11/1925	SANTO ANTÔNIO	93	BRANCO	27	CASADO	BRASILEIRO	COMÉRCIO

Tabela 88 – Moradores do Bexiga que permaneceram no bairro por mais de 2 anos. Fonte: *Boletins de Ocorrência*, 1911-12, 1914-15-1925. APESP.

Como é possível perceber na Tabela 88, nesse meio tempo mudaram alguns endereços e mudaram algumas ocupações. Mas, principalmente o que a tabela não mostra e a ausência explícita, desapareceram muitas pessoas!

Por fim, cabe dizer que os *Boletins de Ocorrência* têm o mérito extra de demonstrar a relação do bairro com a cidade, seja nas situações mais favoráveis, quando as pessoas se deslocavam em direção a outros bairros a trabalho, seja nas ruas da cidade que serviam de palco para crimes, desastres e acidentes diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Malgrado no caso do Bexiga prédios tenham sido demolidos e parte do tecido urbano original tenha dado lugar a viadutos e avenidas, dificultando a apreensão de como teria sido aquele espaço há cem anos, a metodologia retrospectiva utilizada na presente tese permitiu imaginar aspectos da realidade material e social de outros tempos. Exemplo de transformação é a atual Praça das Bandeiras – confluência do Parque do Anhangabaú com as Avenidas 9 de Julho e 23 de Maio – e a própria Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Originalmente, essa região envolvia, além do Parque, o Largo do Riachuelo, parte da Av. Anhangabaú e das ruas Santo Antônio e Santo Amaro, a Ladeira Dr. Falcão, estendendo-se (à direita), às ruas Riachuelo e Asdrúbal do Nascimento. Hoje, ao se tentar reconstruir o traçado dessas ruas a partir de seu desenho atual percebe-se que essa é uma tarefa praticamente impossível!

Assim foi que ao elaborar hipóteses por meio da espacialização das atividades produtivas no bairro do Bexiga, sobreveio a necessidade de “conhecer” mais de perto os lugares referidos. As imagens legadas por Gaensly, Becherini, Pastore e Paula Souza são em número reduzido e não contemplam a totalidade do bairro mas, felizmente, a *internet* é hoje um instrumento bastante eficaz para a busca de informações textuais e visuais. Foi a esse instrumento que, na medida do possível, recorri para localizar e identificar antigas imagens que aproximassem o objeto de estudo. Aos poucos, esse procedimento se tornou um hábito e, da mesma maneira que me vali constantemente dos jornais para complementar informações adicionais acerca de pessoas e negócios, passando a pesquisar as imagens que fundamentam o trabalho como fontes incontornáveis e não meras ilustrações.

De uma maneira geral, avalio que a utilização das fontes primárias eleitas para as investigações, seriadas e especializadas por meio da metodologia desenvolvida nesta proposta de trabalho, cumpriram plenamente o seu propósito e estão maduras para fundamentar as hipóteses que orientam a presente tese.

No decorrer das investigações, procurei acompanhar nas plantas elaboradas entre 1881 e 1930 a evolução na malha viária, desde a alteração do caminho de Santo Amaro (pré-existente ao loteamento, que culminou na transformação de parte do seu percurso na Avenida Brigadeiro Luís Antônio), até o prolongamento das ruas originais para abertura de novas vias em interação com os bairros envoltórios. A avenida herdou do antigo caminho a vocação histórica de via de comunicação do centro com o sul da cidade, o que certamente

conferiu ao bairro uma posição privilegiada, funcionando como vetor de atração aos possíveis usuários, rota de escoamento de produtos e articulação com outros bairros. A introdução de linhas de bonde, já na última década do século XIX, foi outro fator decisivo para a articulação do bairro com outras áreas da cidade. Não à toa, a *Planta dos Terrenos do Bexiga* (1890) já previa a instalação desse meio de transporte que, em 1891, estava efetivamente implantado. Em 1914, conforme a *Planta Geral da Cidade de São Paulo*, a Linha 5 dos bondes da *São Paulo Tramway Light & Power Co* servia diversas ruas do Bexiga, integrando o bairro ao restante da cidade³²³.

A presença ou ausência de serviços públicos num bairro em formação diz muito acerca do quanto ele pode ser atrativo para a população, seja para morar, seja para exercer alguma atividade. Infelizmente, nos depoimentos de memorialistas como Grünspon (1979) e Armandinho do Bixiga (1996), ou em trabalhos de caráter acadêmico sobre o Bexiga essa questão jamais foi contemplada, sequer levantada como problema³²⁴. Alguns autores que focaram os embates entre as companhias prestadoras desses serviços, caso por exemplo de Cristina de Campos e Alexandre Macchione Saes³²⁵, foram úteis no sentido de fornecer algumas pistas sobre o andamento das discussões até os anos 1910.

Por outro lado, evidenciam o quanto a população, principal interessada nos benefícios desses serviços, estava sujeita aos interesses das grandes companhias. Assim, a grande contribuição para o esclarecimento dessa questão ficou por conta dos jornais publicados na cidade, nas primeiras décadas do século XX, principalmente *O Estado de*

³²³ Cf. *Planta Geral da Cidade de São Paulo (com indicações diversas)*, Comissão Geográfica e Geológica, Eng. João Pedro Cardoso, 1914. In. *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940*, v. 3, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

³²⁴ São raros os trabalhos que abordam o bairro do Bexiga sob o ponto de vista acadêmico. Entre eles, destaco dois projetos temáticos desenvolvidos em universidades, cujos objetivos de trabalho diferem daqueles aqui enfocados. O primeiro, *Santana e Bexiga: cotidiano e cultura de trabalhadores urbanos em São Paulo e Rio de Janeiro (1850-1930)*, foi desenvolvido pelo Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT/IFCH/UNICAMP), com apoio da FAPESP, resultando no livro *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. AZEVEDO, Elciene et al. (organ.). Campinas: Editora da Unicamp, 2009. O segundo se refere ao projeto *São Paulo: os estrangeiros e a construção das cidades*, desenvolvido em conjunto com a FAUUSP/Museu Paulista/IAU-USP São Carlos, com coordenação da Profa. Ana Lúcia Duarte Lanna. Este projeto resultou no livro *O Bexiga e os italianos em São Paulo, 1890/1920. São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. LANNA, Ana Lúcia Duarte et al. (organ.). São Paulo: Alameda, 2011. Neste livro, destaca-se o texto de Ana Lúcia D. Lanna sobre *O Bexiga e os italianos em São Paulo, 1890-1920*. Ainda em decorrência desse projeto, foi publicado o texto *Bexiga. Recuperando a construção da base fundiária através da documentação seriada*, por TODOROV, Mariana e CRISTOFI, Renato B. Disponível em: http://estrangeiros.fau.usp.br/page.php?name=artigo&op=visualizar_mais&id_artigo=36.

³²⁵ CAMPOS, Cristina de. *A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892*. *Anais do Museu Paulista*, jul-dez, v.13, n.2, USP/SP, 2005; SAES, Alexandre Macchione. Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX. *História*, São Paulo, 28 (2): 2009; VITTE, Claudestre de C.S. e IMAEDA, Ricardo. Transportes coletivos e urbanização na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX: aspectos político-institucionais, atores, alianças e interesses. *GEOUSP, Espaço e Tempo*, São Paulo, n.21, 2007.

São Paulo, que nos anúncios publicitários e matérias analíticas veicularam tensões dessa natureza.

Desde 1912, pelo menos, a *São Paulo Gas & Co* respondia pelo fornecimento de gás de uso doméstico para a cidade de São Paulo, o que não significava necessariamente que todas as casas tivessem acesso a esses serviços³²⁶. Embora haja notícias da existência de casas no Bexiga com fogões elétricos e à gás nesse ano, a presença de estabelecimentos dedicados à venda de lenha e carvão vegetal já nos anos 1920 é um forte indicador de que tudo dependia das posses dos usuários. Nesses casos, a própria companhia de gás oferecia aos consumidores a possibilidade de compra desses equipamentos por 160\$000 réis. Convém lembrar que nas primeiras décadas do século XX os fogões eram artigos importados, representando ainda um luxo restrito a poucos (Lemos, 1976, p.152-154; 1985, p.87-88).

Com relação à iluminação pública e doméstica, conforme Haim Grünspun, “*a luz elétrica no bairro sempre existiu. Possivelmente foi um dos primeiros bairros que a Light and Power iluminou, mas as lâmpadas nas ruas eram fracas e as de casa mais fracas ainda*” (1979, p.35-36). A reclamação de um leitor acerca dos serviços prestados e dos preços cobrados pela empresa fornecedora de energia (então à gás), divulgada pelo jornal *O Estado de São Paulo* ainda em 09/08/1918, confirma a precariedade do serviço: “*a grande verdade é que o consumidor vive hoje com a casa quase às escuras, pagando por metro cúbico entre 297 e 313 réis, o que há quatro anos apenas lhe custava 235 réis*”. Acertadamente o reclamante atribui o problema à disputa pelo monopólio do fornecimento de energia, disputa essa entre a *São Paulo Gas & Co* e a *Light*.³²⁷ Acontece que entre a publicação do jornal e a situação encontrada por Grünspun na década de 1930, haviam se passado quase vinte anos sem que o problema houvesse sido solucionado, independentemente da fonte de energia utilizada – gás ou eletricidade.

Com relação ao abastecimento de água e à instalação da rede de esgotos, seja por dificuldades da Superintendência de Obras Públicas em ampliar o serviço para todos os bairros da cidade, seja pelo custo que isso representava para o morador e para o proprietário, a ligação da rede às casas se fez lentamente. Ademais, os serviços básicos de infraestrutura implicavam em procedimentos complexos, envolvendo, além da distribuição de águas, a instalação da rede coletora de esgotos, a separação das redes de águas pluviais

³²⁶ SAES. Op.cit. p.184.

³²⁷ Essa questão foi detalhadamente analisada por Flávio Macchione Saes no artigo “*Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX*”. In *História*, São Paulo, 28 (2), 2009.

e servidas e o tratamento dos esgotos antes que fossem lançados nos rios. Por outro lado, como já constatado no caso do fornecimento de energia, a implantação de serviços públicos em geral esteve constantemente sujeita a interesses políticos e econômicos, que não aqueles da maioria da população³²⁸.

De todo modo, conforme Sidney P. Bernardini:

Nos bairros cujos coletores principais (de esgoto) estavam sendo estabelecidos [...] já teriam em 1894, suas casas ligadas à rede. Já os bairros da Liberdade e Bela Vista tiveram, em 1893, apenas os alinhamentos e nivelamentos demarcados para a organização dos projetos (de instalação de esgotos). Estes dependiam da construção de coletores principais nos córregos Anhangabaú, Bexiga e Saracura, obra concluída em parte em 1895, no córrego Anhangabaú. (2009, p.354).

De acordo com as pesquisas realizadas, os primeiros pedidos de licença encaminhados à Diretoria de Obras para “*levantamento de calçada*”, objetivando a ligação à rede de águas e esgotos, datam de 1906. Desde então, os serviços de água e esgoto tornaram-se disponíveis pelo menos para algumas ruas do bairro – do que se depreende que a instalação da rede nas ruas já havia sido efetivada pela Repartição de Águas e Esgotos³²⁹. Contudo, em 1914 ainda havia muitas casas cujas instalações sanitárias se restringiam às latrinas no fundo do terreno, portanto desprovidas de esgoto. Com a água e o esgoto encanados vemos surgir no bairro a introdução dos banheiros nos programas das residências, mediante reformas ou nos pedidos de novas obras. Da mesma forma, as cozinhas passam a gozar de instalações hidráulicas. Daí em diante, as inúmeras possibilidades propiciadas pela disponibilidade de água corrente no interior das casas tenderia a ser incorporada ao cotidiano das pessoas do bairro.

Ao se alterar o perfil e a configuração do espaço doméstico, a casa urbana evoluiu de modo a incorporar novos hábitos culturais, entre eles o uso dos modernos equipamentos domésticos que demandavam serviços básicos como a eletricidade e a água corrente. As alterações nos espaços domésticos (e portanto, no modo de vivenciá-los) foram pré-determinadas pela legislação urbanística que expressava o desejo das classes dominantes de adequar os hábitos da população a um ideal de cidade desenvolvida, moderna e higienizada, mas tal processo não se fez de um jato e sem tensão e conflitos.

³²⁸ BERNARDINI, Sidney Piochi. *Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. Tese FAUUSP, 2007. p.283, 354 a 358.

³²⁹ SCHNECK. Op.cit, p.148.

Num momento de expansão urbana acelerada, a ocupação desordenada da cidade colocava em risco as pretensões modernizadoras, tanto do ponto de vista do espaço público quanto do espaço privado, e um dos riscos a ser considerado pelas autoridades municipais e estaduais derivava da exploração, pela iniciativa privada, do mercado imobiliário rentista, envolvendo principalmente a construção de casas baratas, destinadas às populações de baixa renda. Nesse sentido, a atuação da legislação sanitária e urbanística foi decisiva. Ainda que em todas as suas instâncias – municipal, estadual e federal – as políticas públicas tenham envolvido a elaboração de leis tendo em vista diferentes instâncias da vida pública, aqui interessa analisar as iniciativas que incidiram sobre o bairro do Bexiga. Coube à municipalidade e à burocracia da Diretoria de Obras e Viação e ao Setor de Polícia e Higiene, desde meados do século XIX, o papel de disciplinar o espaço construído, seja através da elaboração de uma legislação urbanística e sanitária, seja por meio do controle efetivo das ações da iniciativa privada. Até o Código de Posturas de 1886, as normas municipais nem sempre foram cumpridas em razão do desinteresse e/ou ignorância da população acerca de seus benefícios ou mesmo de uma fiscalização deficiente. Já a partir do Código Sanitário de 1894, com o advento da República, essas normas não apenas se tornaram mais detalhadas e exigentes, como também mais abrangentes³³⁰, o que garantiu o sucesso da empreitada pelo menos até os anos 1910. Nicolau Sevcenko, ao analisar a cidade de São Paulo dos anos de 1920, chamou a atenção para o fato de o crescimento da cidade ter sido desproporcionalmente maior do que as possibilidades de controle por parte do poder público. Apesar do empenho demonstrado pela municipalidade em controlar o crescimento urbano desenfreado através da ação da Diretoria de Obras e da Inspetoria Sanitária, fatores como os limites orçamentários e a estrutura administrativa enxuta da municipalidade dificultaram e até impediram quaisquer reações contra a pressão exercida pelas manobras especulativas e contra o descaso por parte daqueles que detinham o controle político e econômico da cidade³³¹. Assim, temos uma “cidade oficial”, realizada em cumprimento às normas, cujos projetos arquitetônicos e pareceres constam na *Série Obras Particulares*, e outra “cidade informal” feita à margem da lei. A zona do Saracura certamente se insere nessa segunda categoria, pois envolveu predominantemente cortiços e habitações com feições aquém da lei. Neste caso cabe pensar em que medida a legislação orientou a formação de um Bexiga homogêneo, ao mesmo tempo em que permitiu a

³³⁰ CAMPOS JR., Eudes de Mello – *Arquitetura paulistana sob o Império*, tese de Doutorado, FAUUSP, 1996, v.3, pg.426-487.

³³¹ SEVCENKO, Nicolau – *Orfeu extático da Metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 129 a 132.

permanência de um espaço de exclusão, como o território negro do Saracura. Esta era uma área, onde historicamente a presença do negro era um dado real³³², porém, mais do que a isso, atribuo a ausência de intervenções reguladoras do poder público nessa área, nas primeiras décadas do século XX, à uma suposta ausência de interesses públicos ou particulares na área. O que não significa que fosse ignorada. Na verdade, desde meados dos anos 1910 havia planos para transformar o fundo do Vale do Saracura na Av. Anhangabaú, os quais se concretizariam a partir da implantação do Plano de Avenidas, nos anos 1930³³³, quando a “*a solução representada pela avenida no vale da Saracura seria capaz de conciliar interesses imobiliários do entorno e o ideal de um urbanismo regulador na cidade*” (Silva, 2014, p.290). É quando o Saracura começa efetivamente a perder seu caráter de “território negro”.

O disciplinamento do espaço construído, tal como estabelecido pela legislação municipal – casas construídas no alinhamento, com um mínimo de três cômodos, iluminadas e ventiladas, porão, mais a exigência de pés direitos mínimos (Lemos, 1985, p.65-68; 1999, p.29-30) – implicava em mais do que simplesmente estabelecer regras para a construção de edifícios, dizendo como e onde eles deveriam ser construídos, mas tinha a ver principalmente com a cidade que se pretendia ter. A cidade foi reordenada e as atividades e a população tiveram seus espaços redefinidos a partir de sua importância na escala social e produtiva. Assim ocorreu com os bairros loteados a partir dos anos 1870, e o Bexiga não foi exceção à regra.

A ideia de ordenamento urbano não se limitou ao espaço construído, mas estendeu-se ao disciplinamento das práticas urbanas, entre elas, as condições de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, fabris e de serviços. O poder público, através da Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene e do Serviço Sanitário do Estado, atuou amiúde no sentido de regulamentar, fiscalizar e controlar as atividades relacionadas à produção e ao manuseio de produtos, particularmente aqueles direcionados à alimentação da população em geral. Embora a aplicação da lei tenha se dado a partir da instância municipal, via Polícia Administrativa e Higiene, os princípios básicos que regeram a legislação foram elaborados pelos governos federal e estadual. É o que demonstra o texto do *Decreto n. 2141*, editado em 14 de novembro de 1911, que propõe a reorganização do Serviço

³³² ROLNIK, Raquel – *Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)*. In *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989, p.6.

³³³ SILVA, Marcos Virgílio da – “*Lembrança que eu tenho da Saracura*”: escavando histórias soterradas por uma avenida. In HIKIJI & SILVA (Org.) *Estudos CPC. Bixiga em artes e ofícios*. São Paulo: CPC/USP, 2014, p.281-297.

Sanitário do Estado. Nesse documento, as atribuições das duas instâncias de poder são definidas logo no artigo primeiro, onde se lê:

Artigo 1.º - O serviço sanitario é geral e municipal; o primeiro a cargo do Estado e o segundo a cargo dos municipios.

Artigo 2.º - O serviço sanitario a cargo do Estado comprehende:

1.º - O estudo scientifico de todas as questões relativas à saúde publica ;

2.º -O estudo da natureza, etiologia, tratamento ou prophylaxia das molestias transmissíveis que apparecerem ou se desenvolverem em qualquer ponto do Estado, bem como quaesquer pesquisas scientificas que interessem à saúde publica ;

3.º -O exame das condições mesológicas em geral e particularmente o seu interpretativo, no sentido da hygiene geral.

Adiante, no artigo terceiro, o documento especifica:

Artigo 3.º - Compete aos municipios :

1.º -Realizar os melhoramentos hygienicos essenciaes ás localidades assim como - esgotos, drenagem das aguas pluvias, abastecimento de agua potavel, enxugo do solo, calçamento, irrigação e asseio das Vias publicas praças, logares e logradouros publicos, remoção e destino final do lixo;

2.º -Velar pela hygiene das habitações, fiscalizando convenientemente o serviço de construcções, não as permittindo sem projecto approved de accôrdo com as leis e preceitos sanitarios;

3.º -Exercer a fiscalisação dos generos alimenticios, a policia sanitaria das habitações privadas e collectivas, das fabricas, dos estabelecimeutos industriaes e commerciaes, dos mercados, dos matadouros, dos cemiterios e de tudo quanto directa ou indirectamente pôssa influir na salubridade do municipio, resalvada a competencia do Estado estatuida no capitulo anterior;

4.º -Organisar e dirigir o serviço de assistencia publica em seus diversos ramos³³⁴ (grifos nossos).

Dessa maneira, temos de um lado, o Estado gestor pensando os parâmetros ideais para o “bem viver” no espaço urbano, de acordo com o ideário higienista vigente e, de outro, os fiscais da Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene exercendo o poder executivo no embate direto com a população. Foi no sentido de esclarecer as circunstâncias em que se desenvolveram as atividades produtivas no bairro, assim como quaisquer outras condicionantes externas que de algum modo influíram em seu exercício, que o conjunto de Leis, Decretos e Atos Institucionais disponibilizados no *Portal da Câmara Municipal de*

³³⁴ Decreto n.2.141. São Paulo, Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Carlos Guimarães. Disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao.

São Paulo, envolvendo as publicações feitas pela Câmara a partir de 1892³³⁵, forneceu informações valiosas para o desenvolvimento deste trabalho. O mesmo pode ser dito acerca dos *Diários Oficiais da União, do Estado e da cidade de São Paulo*. Essa documentação, disponibilizada para consulta *online* no site *JUS Brasil*, permitiu o acesso a informações complementares sobre pessoas e empresas atuantes no período investigado, envolvendo a abertura de firmas e as falências, como também decretos oficiais estabelecendo normas de conduta ou regulamentando preços de gêneros alimentícios³³⁶.

Partindo do propósito de identificação dos projetos arquitetônicos que demonstrassem a intenção de alguma prática profissional e avaliar as tendências de conjugação entre moradia e trabalho, o levantamento documental e o banco de dados dele originado indicou que a contribuição dessa fonte documental poderia ir mais longe. O cruzamento das informações coletadas na *Série Obras Particulares* com os dados dos almanaques forneceu informações úteis no sentido de esclarecer os caminhos percorridos pelos atores sociais que de alguma forma atuaram no bairro: a) na construção de casas, cujo projeto original já indicava, além de uma moradia, a presença de algum tipo de negócio, geralmente no cômodo da frente; b) na realização de reformas e acréscimos em casas existentes de maneira a permitir o exercício de alguma atividade produtiva, ou mesmo em casos onde essa atividade já préexistisse; c) na construção de anexos que pudessem servir à instalação de oficinas, manufaturas e depósitos de materiais de trabalho ou mercadorias; d) na construção, reforma ou ampliação de coqueiras destinadas a abrigar animais e veículos de transporte de mercadorias; e) na construção e ou reforma de edifícios destinados a práticas culturais, religiosas ou de lazer; f) o contraponto a essas situações é colocado pelos casos em que os proprietários decidem a transformação do imóvel de comercial em residencial. Nessa última situação constatei que os pedidos envolviam licenças para “*substituir portas por janelas*”, “*transformar um armazém em casa de morada*”, ou “*transformar um armazém em sala*”, o que indica que alguma circunstância levou o proprietário a decidir pela mudança. Embora esses casos ocorram em número pouco expressivo, comumente coincidem com momentos de transformações conjunturais, tais como mudanças de caráter econômico e político.

³³⁵ De acordo com o site, “*As bases de dados abrangem livros e outros documentos bibliográficos do acervo da Biblioteca, legislação municipal, proposições (projetos de lei, etc.), dados referentes a vereadores e requerimentos e relatórios das comissões temporárias da Câmara*”. Na parte que toca à legislação, o portal consta de Leis, Decretos, Decretos Legislativos, Emendas à Lei Orgânica, Resoluções, Atos e Decretos-Lei. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/pt/index.htm>.

³³⁶ As publicações disponibilizadas pelo site envolvem os Diários do Executivo, do Judiciário e Legislativo; Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais Eleitorias; e Ministérios Públicos, a partir de 1891. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/>.

Observei ainda um número significativo de pedidos de pessoas que construíram com o único intuito de locação, o que sinaliza sua posição na hierarquia social. Eventualmente, essas pessoas residiam junto ao imóvel locado (no sobrado, nos fundos do prédio, na casa da frente ou ao lado), e/ou também exploravam algum tipo de negócio ali ou próximo. Em alguns casos, trata-se de empresários e capitalistas que investiram no Bexiga como em outros tantos bairros populares ou não. Outros exemplos se referem a pessoas proprietárias de um único imóvel, onde geralmente residiam e trabalhavam por toda a vida, e nesse caso, o histórico traçado pelo cruzamento de informações indica um suceder de etapas: a construção da primeira casa recuada do alinhamento e geralmente de pequenas dimensões; o posterior acréscimo de um cômodo na frente para um pequeno comércio; mais adiante, o acréscimo de um outro cômodo na sequência da construção original; a construção de um forno nos fundos do terreno para uso próprio ou do negócio; e talvez, quando o negócio prosperava, a introdução de vitrines que destacavam os produtos oferecidos. Também há casos de pessoas que, seja em razão do insucesso do negócio, ou porque vislumbravam melhores oportunidades em outros lugares, passaram pouco tempo no bairro sem terem estabelecido maiores vínculos com o espaço.

Sob a perspectiva dos próprios negócios, o cruzamento dos dados dessas fontes documentais permite a apreensão da evolução das práticas produtivas no bairro, sua fugacidade e sua permanência, pelo menos entre os anos de 1906 e 1931. De outro lado, acompanhar a sequência de alterações em um mesmo imóvel sob o comando do proprietário ou do inquilino também auxilia na avaliação do alcance do negócio ali empreendido. Enfim, a identificação das tipologias edilícias abre uma gama de possibilidades a serem exploradas. Entre elas, cabe destacar o caso das cocheiras. Embora esta seja uma atividade que não consta nos almanaques, os processos das *Obras Particulares* não deixam dúvidas quanto à sua presença significativa no bairro. Acredito que tenham sido de valor essencial para os negócios que envolvessem o abastecimento domiciliar ou mesmo a prestação de serviços por meio de transporte de mercadorias e/ou pessoas. É claro que sempre havia aquelas destinadas ao abrigo de animais e veículos particulares pertencentes aos proprietários ou locatários dos imóveis mas, em se tratando de um bairro marcado pela presença das camadas médias e baixas, seu número devia ser bem restrito em relação ao total de instalações identificadas. Se nos restringirmos ao possível uso privado, é muito provável que se tratasse de cocheiras com um número reduzido de acomodações para animais, entre uma e no máximo três baias. O fato é que cerca de 60% das cocheiras identificadas entre 1906 e 1923 possuíam mais de três baias,

chegando a ocorrer casos de até 14 baias. Assim é que atribuo a grande maioria das instalações identificadas ao exercício de alguma atividade produtiva como estacionamento de animais e veículos envolvidos com a entrega de produtos.

Com o objetivo de dinamizar a análise dos documentos e esclarecer a realidade investigada, optei por verticalizar as informações sobre casos exemplares ao longo do texto, sempre que isso colaborasse para dar vida ao cenário e aos atores estudados. Para o que, os nomes sugeridos pelas fontes primárias levou à busca nos jornais, particularmente em *O Estado de São Paulo*, de informações que permitissem reconstituir o perfil dessas pessoas, assim como dar sentido à sua presença no bairro. Notas sobre fatos aparentemente superficiais, tais como participação em eventos esportivos, associações de classe e obituários, contribuíram para a construção de “retratos” dos personagens anônimos que vivenciaram o Bexiga das primeiras décadas do século passado.

Espero assim ter feito uma história mais encarnada mostrando a centralidade de um bairro supostamente periférico nas dinâmicas de uma cidade em expansão, pondo luz em atores em movimento e imaginando suas expectativas num cenário de incertezas.

Missão cumprida, espero ter revelado faces e facetas de uma São Paulo em transformação e movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMBERT, Clara Correia d' e FERNANDES, Paulo Cesar Gaioto. Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano, **Revista do Arquivo Municipal**, nº 204, São Paulo: DPH, 2006.
- ALVIM, Zuleika M. F. **Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920**. 2ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- AMERICANO, Jorge. **São Paulo naquele tempo (1895-1915)**, 2ª. Edição, São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um/Carbono 14, 2004.
- ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. **História Pública da Cidade**, São Paulo: Imprensa Oficial/DPH/Prefeitura de São Paulo, 2011.
- ARQUIVO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS. **Guia do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís**, São Paulo: DPH, 2007.
- AZEVEDO, Elciene (et al.). **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- BARBUY, Heloisa. **A Cidade-Exposição. Comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914**, São Paulo: Edusp, 2006.
- BARBUY, Heloisa. Seguindo Militão pelas ruas da cidade. In FERNANDES JR. (et al.) Militão Augusto de Azevedo. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- BERNARDINI, Sidney Piochi. **Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)**. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP, 2007.
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**, São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**, São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- BRITO, Mônica Silveira. **A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911**, Dissertação de mestrado em Geografia Humana apresentada ao PPG/FFLCH/USP, 2000.
- BRITTO, Iêda Marques. **Samba na cidade de São Paulo(1900-1930): um exercício de resistência cultural**, São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- BRUNO, Ernani Silva. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**, v. 3, São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

- BUENO, Beatriz Siqueira. **Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica. São Paulo (1908-1950)**, São Paulo: FAUUSP, 2008.
- BUENO, Beatriz Siqueira. Escritório técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares: longevidade, pluralidade e modernidade (1886-1980). In **Revista CPC**, São Paulo, n.19, jun/2015.
- BUENO, Beatriz Siqueira. **São Paulo: um novo olhar sobre a história. A evolução do comércio de varejo e as transformações da vida urbana**, São Paulo: Via das Artes, 2012.
- BUENO, Beatriz Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 13, jan-ago, 2005.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989). A revolução francesa da historiografia**, 2ª Edição, São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**, 2ª Ed., São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- CAMPOS JR., Eudes de Mello. **Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo**, Tese de doutorado apresentada ao PPG/FAUUSP, 1996.
- CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892. **Anais do Museu Paulista**, jul-dez, v.13, n.2, 2005.
- CAPORENO, Maria Cristina. **Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935)**. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP, 2014.
- CASTRO, Márcio Sampaio de. **Bexiga, um bairro afro-italiano: comunicação, cultura e construção de identidade étnica**, Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 2006.
- CERASOLI, Josiane Francia. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**, São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***, 2ª Ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

- CORDEIRO, Simone Lucena de (Org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.
- DEAECTO, Marisa Midori. **Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)**, São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**, 3ª Edição, São Paulo: Difel, 1971.
- DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**, 2ª. Edição, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)**, São Paulo: ANNABLUME, 1996.
- ELETROPAULO. **Evolução urbana da cidade de São Paulo. Estruturação de uma cidade industrial: 1872-1945**. Coord. Maria Lúcia P. F. Passos, São Paulo: ELETROPAULO, 1990.
- EMPLASA. **Memória Urbana: a grande São Paulo até 1940**, 3 v., São Paulo: Arquivo do Estado/IMESP, 2001.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. Historiografia e História**, 7ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERNANDES JR., Rubens; BARBUY, Heloisa; e FREHSE, Fraya. **Militão Augusto de Azevedo**, São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- FLOREAL, Sylvio. **Ronda da Meia-Noite. Vícios, misérias e esplendores da cidade de São Paulo**, São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GARCIA, Angela C. O primeiro repórter fotográfico paulistano. BECHERINI, Aurélio. *Aurélio Becherini*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- GAUTHIER, Bernard & ZELLER, Olivier. Lyons, the spatial analysis of a city in the 17th and 18th centuries. Locating and crossing data in a GIS built from written sources. In S. Rau and E. Schönherr (Eds.), **Mapping Spatial Relations, Their Perceptions and Dynamics, Lecture Notes In Geoinformation and Cartography**, DOI: 10.1007/978-3-319-00993-3_5, Springer International Publishing Switzerland, 2014.
- GAUTHIER, Bernard. Lyon em 1824-32: un plan de la ville sous forme vecteur d'après le cadastre ancien. In **Géocarrefour**, v.83, 01/2008.
- GENNARI, Luciana Alem. **O lugar da casa na cidade: Rio de Janeiro na Belle Époque**, Tese apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional UFRJ, 2013.

- GENNARI, Luciana Alem. **As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo**, Dissertação apresentada ao PPG/FAUUSP, 2005.
- GONTIER, Bernard e ALVES, Ricardo. **Bexiga**. São Paulo: Mundo Impresso, 1990.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. **Memória Paulistana, Exposição**, São Paulo, 1975.
- GRÜNSPUN, Haim. **Anatomia de um bairro. O Bexiga**, São Paulo: Cultura, 1979.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Higienópolis: grandeza de um bairro paulistano**. 2ª Edição, São Paulo: Edusp, 2011.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Guilherme Gaensly e Augusto Malta: dois mestres da fotografia brasileira no Acervo Brascan**. Exposição comemorativa da doação do Acervo Brascan ao IMS. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Poços de Caldas: IMS, 2003/2004.
-
- São Paulo, 450 anos, **Cadernos de Fotografia Brasileira**, n. 2, São Paulo: IMS, 2004.
-
- Na rua: Vincenzo Pastore. Com um ensaio de Antonio Arnoni Prado**. São Paulo: IMS, 2009.
- KOGURAMA, Paulo **Conflitos do imaginário: a reelaboração das práticas e creças afro-brasileiras na “Metrópole do Café”, 1890-1920**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte et al. (Org.). **O Bexiga e os italianos em São Paulo. São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**, São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades. Conversações com Jean Lebrun**, São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LÉFÈVRE, José Eduardo de Assis. **De beco a avenida: A história da Rua São Luiz**, São Paulo: Edusp, 2006.
- LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria burguesa**, São Paulo, Nobel: 1985.
- LEMOS, Carlos A. C. **Cozinhas, etc.**, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976.
- LEMOS, Carlos A. C. **A República ensina a morar (melhor)**, São Paulo: Hucitec, 1999.
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**, São Paulo: Edusp, 2001.
- LUCENA, Célia Toledo de. **Bixiga, amore mio**, São Paulo: Parnatz, 1981.

- MAGALDI, Sábato e VARGAS, Maria Thereza. **Cem anos de teatro em São Paulo (1875-1974)**, 2ª Edição, São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- MALERONKA, Wanda. **Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher (São Paulo 1920-1950)**, São Paulo: Editora Senac, 2007.
- MARINS, Paulo César Garces. Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. In LANNA, Ana Lúcia Duarte et al (Org.). **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**, São Paulo: Alameda, 2011.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**, v. 3., São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARTINS, Antonio Egydio. **São Paulo antigo: 1554-1910**, São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MARZOLA, Nádia. Bela Vista. **História dos Bairros de São Paulo**, vol. 15, Depto. Patrimônio Histórico, Secr. da Cultura/Prefeitura de São Paulo, dez/1979.
- MENDES, Ricardo. Táxi – Veículos de aluguel em São Paulo (1892-1930) e os marcos regulatórios. **Informativo Arquivo Histórico Municipal**, Ano 3, n.13, jul/ago 2007.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In **Estudos históricos**, v.11, n.21, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998.
- MORENO, Julio. **Memórias de Armandinho do Bexiga**, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1996.
- MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, São Paulo: Difel, 1970.
- MOTT, Maria Lucia e SANGLARD, Gisele (Org.). **História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**, Barueri, SP: Minha Editora, 2011.
- MOTT, Maria Lucia. Revendo a história da enfermagem em São Paulo (1890-1920). **Cadernos Pagu**. (13), 1999.
- MOTT, Maria Lucia. Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo (1880-1920). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.35, n.1, mar/2001.
- MOURA, Ana Maria da Silva. **Cocheiros e carroceiros: homens livres no Rio de senhores e escravos**, São Paulo: Hucitec/Brasília: CNPQ, 1988.
- OLIVEIRA, Maria Luiza F. de. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1850-1900**, São Paulo: Alameda, 2005.

- PARETO JR., Lindener. **O cotidiano em construção: os “práticos licenciados” em São Paulo (1893-1930)**. Dissertação apresentada ao PPG/FAUUSP, 2011.
- PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)**, 2ª Edição, São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. A modernização de São Paulo no final do século XIX, In SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (coord.). **Habitação e cidade**, FAUUSP/FAPESP, 1998.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. **São Paulo. A construção da cidade 1872-1914**, São Carlos: RiMa/FAPESP, 2004.
- PINTO, Fernanda Mousse. **A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos**. Dissertação apresentada ao PPG em Planejamento Urbano e Regional/ UFRJ, 2007.
- POLATO, Mauricio Fonseca. **A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931)**. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP, 2008.
- PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO/SEC. MUNIC. DE CULTURA. **Aurélio Becherini**, São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In PORTA, Paula (Org.). **História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX**, São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- REIS Fº, Nestor Goulart. Algumas experiências urbanísticas no início da República: 1890-1920. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, nº 1, São Paulo: FAUUSP, jul-ago/1994.
- REIS Fº, Nestor Goulart. Habitação social no Brasil: 1880-1920. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, nº 2, São Paulo: FAUUSP, jul-ago/1994.set-out/1994.
- REIS Fº, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**, São Paulo: Perspectiva, 10ª. Edição, 2004.
- REIS Fº, Nestor Goulart. **São Paulo – Vila, cidade e metrópole**, FAPESP, CNPq, Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.
- REIS Fº, Nestor Goulart. **São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos**, São Paulo: Hucitec, 1994.
- REZENDE, Eliana Almeida de. Construindo imagens, fazendo clichês: fotógrafos pela cidade. In **Anais do Museu Paulista**, v.15, n.1, São Paulo, jan.-jun.2007.
- ROCHE, Daniel. **História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

- RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) – Políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. **Anais do Museu Paulista**, v.15, n.2, jul/dez 2002.
- ROLNIK, Raquel. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In SOUZA, M. Adélia et al. (Org.). **Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**, São Paulo: Editora CEDESP, 1999.
- ROLNIK, Raquel – Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, set/1989.
- SAES, Alexandre Macchione. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, v.3, n.7, dez/1989.
- SAES, Alexandre Macchione. Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX. **História (São Paulo)**, vol. 28, n. 2, 2009.
- SAIA, Luís. **Morada paulista**, São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- SAMPAIO, Maria Ruth A. de. **O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana**, São Paulo: Espaço e Debates, nº 37.
- SANT'ANNA, Nuto. **São Paulo Histórico (Aspectos, Lendas e Costumes)**, Departamento De Cultura, São Paulo, 1937.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza, 1890-1915**, São Paulo: ANNABLUME, 1998.
- SCHNECK, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)**, Dissertação apresentada ao PPG/FAUUSP, 2010.
- SCHNECK, Sheila. O nascimento de um bairro: o Bexiga. In **Bixiga em artes e ofícios. Estudos CPC/USP**, n.4, São Paulo: EDUSP, 2014.
- SHINYASHIKI, SOUZA & SALGADO - Obras públicas da cidade de São Paulo na metade do século XIX: o higienismo e a construção do cemitério público, do mercado público e do matadouro público, **XXIV Simpósio Nacional de História**, São Leopoldo/RS: ANPUH, 2007.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e**

- (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível, Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Ilíada Pires da e MATE, Cecília Hanna. O discurso da reforma em dois tempos. Anpuh, **XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.
- SILVA, Ilíada Pires da. Memória e História: a construção de uma periodização para a instrução pública paulista, **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo**. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.
- SILVA, João Luís Maximo da. **Alimentação de rua na cidade de São Paulo (1828-1900)**. Tese apresentada ao CPG, História Social do Depto. de História da FFLCH/USP, 2008.
- SILVA, Marcia Regina B.da. Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Saúde e assistência se tornam públicas (1875-1910), **Varia História**, v.26, n.44, jul/dez/2010.
- SILVA, Marcos Virgílio da. “Lembrança eu tenho da Saracura”: escavando histórias soterradas. In HIKIJI, ROSE Satiko G. e Silva, Adriana de O. In **Bixiga em artes e ofícios. Estudos CPC/USP**, n.4, São Paulo: EDUSP, 2014.
- SIMÕES, Inimá Ferreira. **Salas de cinema em São Paulo**, São Paulo: PW/SMC/SEC, 1990.
- TELLES, Lorena Féres da S. **Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)**, São Paulo: Alameda, 2013.
- TOLEDO, Benedito Lima de. **Álbum iconográfico da Avenida Paulista**, São Paulo: João Fortes Engenharia/Ex Libris, 1987.
- TOLEDO, Benedito Lima de. **Anhangabaú**, São Paulo: FIESP/CIESP, 1989.
- TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: três cidades em um século**, São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- TODOROV, Mariana e CRISTOFI, Renato B. Bexiga. Recuperando a construção da base fundiária através da documentação seriada. In LANNA, Ana Lúcia Duarte et al. (Org.). **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011.
- TRIZOTTI, Patrícia T. – Teias que se tecem: o caso do Almanaque de O Estado de São Paulo para 1896. **XIV Encontro Regional da ANPUH – Memória e Patrimônio**, Rio de Janeiro:ANPUH, jul/2010.

- VASCONCELOS, Maria da Penha e RODRIGUES, Jaime. A fotografia como instrumento de trabalho do higienista (São Paulo, primeira metade do século XX). **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, v.13, n.2, Rio de Janeiro, abr/jun 2006.
- VAZ, Lílían Fessler. **Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro – Estudo da Modernidade através da moradia**, Tese de doutorado apresentada à FAUUSP, 1994.
- VITTE, Claudestre de C.S. e IMAEDA, Ricardo. Transportes coletivos e urbanização na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX: aspectos político-institucionais, atores, alianças e interesses. In **Espaço e Tempo**, São Paulo: GEOUSP, n.21, 2007.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros no Município de São Paulo. 1850-1880**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, 1989.

FONTES CARTOGRÁFICAS

Chácaras, sítios e fazendas à volta de São Paulo, desde o século XVIII, Mapa organizado pelo Eng. Gastão Cesar Bierrembach de Lima para a exposição do IV Centenário de São Paulo, 1954. Arquivo Aguirra, Museu Paulista/SP.

Mappa Topographico do Municipio de São Paulo, folha 51, SARA BRASIL, 1930. Arquivo Histórico de São Paulo/AHSP.

Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes, Jules Martin, 1890. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out.2008. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>.

Planta da Cidade de São Paulo, Divisão Cadastral da 2ª Secção da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, 1916. *Histórico Demográfico do Município de São Paulo*. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1916.jpg.

Planta da Cidade de São Paulo, Henry B. Joyner. Levantada pela Cia. Cantareira e Esgotos, 1881. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out, 2008. Arquivo Histórico Municipal Washington Luís/AHMWL. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>.

Planta da Cidade de São Paulo, Mariano Coccoci e Luís Fructuoso e Costa, 1913. *Histórico Demográfico do Município de São Paulo*. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1913.jpg.

Planta da cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, 1924. Histórico Demográfico do Município de São Paulo. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg.

Planta da cidade de São Paulo, Ugo Bonvicini, 1895. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out.2008. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>

Planta dos terrenos do Bexiga, 1890, Fernando de Albuquerque. Arquivo Aguirra, Museu Paulista/MP.

Planta Geral da Capital de São Paulo, Gomes Cardim (Org.), 1897. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, 4 (20): set/out.2008. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>.

Planta Geral da Cidade de São Paulo adotada pela Prefeitura Municipal para uso de suas Repartições, Mariano Coccoci e Luís Fructuoso e Costa, 1905. *Histórico*

Demográfico do Município de São Paulo. Disponível em:

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1905.jpg.

Planta Geral da Cidade de São Paulo, Eng. João Pedro Cardoso da Comissão Geográfica e Geológica, 1914. In *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940*, v. 3, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

FONTES PRIMÁRIAS

**ALMANACH ADMINISTRATIVO, COMMERCIAL E INDUSTRIAL DA
PROVINCIA DE SÃO PAULO, 1883.**

ALMANACH DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1890.

ALMANAQUE LAEMMERT, 1906-1918, 1921-1927, 1931.

ATO N. 10. *Aceita e dá nominação ás ruas pela Baronesa da Limeira em sua chácara á rua do Riachuelo, 14 de maio de 1894.*

ATO N. 21. *Indica a direção das ruas por onde devem transitar os vehiculos, 11 de outubro de 1897.*

ATO N. 28. *Regulamenta os estacionamentos e localisações, 15 de dezembro de 1898.*

ATO N. 130. *Revoga o acto n.21 de 11 de outubro de 1897, que prohiibe o transito de veiculos em qualquer direcção, 17 de fevereiro de 1902.*

ATO N. 671. *Dispõe sobre o reconhecimento de ruas, 14 de março de 1914.*

ATO N. 710. *Cria mercados francos na cidade, 25 de agosto de 1914.*

ATO N. 849. *Regulamenta a Lei n. 1874, de 12 de maio de 1915, e as disposições legais referentes a construcções por essa lei não revogadas, 27 de janeiro de 1916.*

ATO N. 972. *Considera publicas, para todos os effeitos municipaes, todas as ruas, avenidas e praças [...], 24 de agosto de 1916.*

ATO N. 1.267. *Manda observar a tabella de preços maximos porque podem ser vendidos a varejo os generos de primeira necessidade [...], 23 de outubro de 1918.*

ATO N. 1.426. *Regulamenta a Lei 2.264, de 13 de fevereiro de 1920, 26 de abril de 1920.*

DECRETO N. 233. *Estabelece o Código Sanitário, 2 de março de 1894.*

DECRETO N.394. *Aprova o regulamento do Serviço Sanitário, 07 de outubro de 1896.*

DECRETO N. 2.141. *Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado, 14 de novembro de 1911.*

DECRETO-LEI N.4.598. *Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências, 20 de agosto de 1942.*

LEI N. 493. Regulamentação do imposto sobre cocheiras, entre outras providências, 26 de outubro de 1900.

LEI N. 790. Regulamentação do imposto sobre cocheiras, entre outras providências, 17 de novembro de 1904.

LEI N. 1.242. *Crêa o districto de paz de Bella Vista, desmembrado do da Consolação, municipio da Capital*, 26 de dezembro de 1910.

LEI N. 1.550. Prohibe a construção de cocheiras e estábulos, 300 metros em circulos dos grupos escolares, e regula a mudança das existentes, 11 de junho de 1912.

LEI N. 1.788. *Divide em tres perimetros o Municipio de S. Paulo*, 28 de maio de 1914.

LEI N. 1.596. *Reorganisa o Serviço Sanitario do Estado*, 29 de dezembro de 1917.

LEI N. 1.874. *Divide o Municipio em quatro perimetros e dá outras providencias*, 12 de maio de 1915.

LEI N. 2.117. *Regula o lançamento e a arrecadação do imposto sobre cocheiras*, 09 de fevereiro de 1918.

LEI N. 2.264. Dispõe sobre a inspeção e fiscalização do transito de veículos no municipio, 13 de fevereiro de 1920.

LEI N. 3.427. *Código de obras Arthur Saboya*, 19 de novembro de 1929.

LEI N. 14.106. *Revoga, em todos os seus termos, as leis que especifica, relativas ao período de 1892 a 1947, e dá outras providências*, 12 de dezembro de 2005.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Exemplares envolvendo os anos 1900 a1931, 1936, 1938.

ANEXOS

ANEXOS 1

CARTOGRAFIA UTILIZADA

ANEXO 1.1 – “Planta da cidade de São Paulo” (1881)

ANEXO 1.2 – “Planta dos Terrenos do Bexiga” (1890)

ANEXO 1.3 – “Planta da Capital do Estado de São Paulo” (1890)

ANEXO 1.4 – “Planta da cidade de São Paulo” (1895)

ANEXO 1.5 – “Planta da Cidade de São Paulo” (1916)

ANEXO 1.6 – “Planta SARA Brasil” (1930)

ANEXO 1.1

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO (1881)

À esquerda da imagem, destacamos em verde o loteamento do Bexiga. Acima, à esquerda, destacamos o loteamento dos Campos Elíseos; e à direita, o arruamento previsto para o Brás, ambos destacados em vermelho.

No caso do Bexiga, as ruas projetadas ainda não possuíam nome, indicando que na época da elaboração da planta o empreendimento era apenas uma promessa.

ANEXO 1.2

PLANTA DOS TERRENOS DO BEXIGA (1890)

O croqui de Fernando de Albuquerque apresenta um arruamento semelhante àquele encontrado nas futuras plantas da cidade. Com exceção da rua Conselheiro Carrão, a nomeação das demais difere completamente da toponímia atual. Por outro lado, a rua aqui identificada como Santo Amaro corresponde à rua Santo Antonio. Atente-se ainda para a denominação “Bella Vista” localizada acima do Córrego da Saracura.

ANEXO 1.3

PLANTA DA CAPITAL DO ESTADO DE S.PAULO (1890)

Aqui, pela primeira vez, o bairro do Bexiga se apresenta conforme o projeto de Fernando Albuquerque. Quase todas as ruas existentes possuem nomes, ainda que nem todos definitivos. As ruas Conselheiro Antonio Prado e da Horta deram lugar às ruas Manoel Dutra e Fortaleza; perpendicular a elas, as ruas Pires da Motta, dos Valinhos e da Misericórdia (que, por sua vez, deram lugar às ruas Treze de Maio, Major Diogo e Abolição). No ponto de encontro entre as ruas Santo Antonio e São Domingos, vemos o caminho do “aterrado da Bella Vista” em direção à rua da Consolação que, a partir da planta de 1895, seria identificado como rua Martinho Prado.

ANEXO 1.4

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO (1895)

Como podemos observar no destaque à esquerda da planta, o bairro (descatado em verde) recebe a denominação “Bella Vista”. Ao lado do loteamento, descamos em laranja o arruamento realizado pela Baronesa de Limeira em 1894. Ali, as ruas ainda nem ao menos estavam nomeadas, demonstrando que nessa área o processo de ocupação foi mais tardio em relação àquele do Bexiga.

ANEXO 1.5

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO (1916)

Conforme esta planta, a Bela Vista envolvia além do próprio Bexiga (destacado em verde), as ruas localizadas entre ele e as avenidas Paulista e Brigadeiro Luís Antonio. No processo de “ampliação” do bairro para configurar o distrito, outras áreas também passaram a ser popularmente conhecidas como Bexiga. Contudo, embora a denominação do distrito prevaleça, a planta mantém o nome original do loteamento, logo acima do nome do distrito (Bela Vista), ambos circulado em verde.

ANEXO 1.6

PLANTA SARA BRASIL (1930)

Aqui destacamos as três áreas do Bexiga: a “área nobre” circundada em laranja, entre a Av. Brigadeiro Luís Antonio e a rua Santo Amaro; o “loteamento original” circundado em verde, entre a rua Santo Amaro e a rua Santo Antonio; e a área do Saracura, circundada em azul, entre a rua Santo Antonio e a Av. Anhangabaú.

ANEXO 2

ATIVIDADES IDENTIFICADAS

ANEXO 2

ATIVIDADES IDENTIFICADAS NO BAIRRO DO BEXIGA (1906-1931)

ATIVIDADES	MODALIDADES	PRODUTOS/SERVIÇOS
AGENTES COMERCIAIS	SERVIÇOS DESTINADOS AO COMÉRCIO ESPECIALIZADO	AGENTES DE VAPORES/ AGENTES DIVERSOS/ COMISSÁRIOS DE CAFÉ E OUTROS /COMISSÕES, CONSIGNAÇÕES POR CONTA PRÓPRIA/ CORRETORES/ CORRETORES DE MERCADOS E NAVIOS/ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO/ IMPORTADORES E COMERCIANTES DE JÓIAS/ REPRESENTANTES DE CASAS COMERCIAIS, COMPANHIAS, EMPRESAS ETC.
ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTOS E LAZER	COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS	CARNES/ PEIXES/ CEREAIS/ FRUTAS E VERDURAS/ LATICÍNIOS/ SECOS E MOLHADOS/ CONFEITOS, BALAS E DOCES/ MASSAS ALIMENTÍCIAS/ EMBUTIDOS E CONSERVAS/ ÁGUAS MINERAIS E GAZOSAS/ CAFÉ MOÍDO E TORRADO/ VINHOS
	PRODUÇÃO, FABRICAÇÃO E/OU BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO	HORTICULTURAS/ PADARIAS/ FÁBRICAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS/ FÁBRICAS DE DOCES/ TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ/ ESTABELECIMENTOS PARA A FABRICAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS (AGUARDENTE, CERVEJA, VINHO)
	SERVIÇOS DE ALOJAMENTOS	PENSÕES
	SERVIÇOS DE LAZER	BILHARES
	SERVIÇOS DE VENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO LOCAL	CONFEITARIAS/ RESTAURANTES/ BARES E BOTEQUINS/ CAFÉS/ LEITERIAS
ARTES E OFÍCIOS	ARTES CÊNICAS/COMÉRCIO E SERVIÇOS DE APOIO	AGÊNCIAS TEATRAIS E TEATROS/ CINEMAS E CINEMATÓGRAFOS/ MATERIAL DE EMPRESAS DE CINEMATOGRAFIA
	ARTES GRÁFICAS/COMÉRCIO E SERVIÇOS PROFISSIONAIS	ENCADERNAÇÕES/ ESTAMPARIAS/ LITOGRAFIAS/ OFICINAS DE GRAVURAS/ OFICINAS GRÁFICAS/ TIPOGRAFIAS
	ARTES PLÁSTICAS /SERVIÇOS PROFISSIONAIS	ESCUultores E ESTATUÁRIOS/ PROFESSORES DE PINTURA
	FOTOGRAFIA/SERVIÇOS PROFISSIONAIS	FOTÓGRAFOS/ FOTOGRAFIAS
	MÚSICA/COMÉRCIO, SERVIÇOS E PROFISSIONAIS	MAESTROS/ PROFESSORES DE MÚSICA, PIANO E VIOLINO/ INSTRUMENTOS MÚSICAIS, MÚSICAS/ AFINADORES DE PIANOS E ÓRGÃOS
COMÉRCIO APARELHOS ELÉTRICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS E PROFISSIONAIS	COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE APARELHOS E MÁQUINÁRIO EM GERAL	ACESSÓRIOS E APARELHOS DE ELETRICIDADE/ GRAMOFONES, FONÓGRAFOS, DISCOS E AGULHAS/ MÁQUINAS DE COSTURA/ MÁQUINAS E ACESSÓRIOS PARA CALÇADOS/ MÁQUINAS PARA INDÚSTRIA, LAVOURA E MARINHA/ MÁQUINAS PARA ARTES GRÁFICAS/ BALANÇAS, PESOS E MEDIDAS
COMÉRCIO EM GERAL	ARTIGOS PARA PROFISSIONAIS DIVERSOS	ANILINAS E ALIZARINAS/ ARTIGOS E ACESSÓRIOS PARA SAPATEIROS E CELEIROS/ COUROS E PELES/ PLACAS DE METAL E ESMALTADAS/ INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS, ENGENHARIA ETC.
	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO, COLÉGIOS, ETC.	CARIMBOS E SINETES/ PAPELARIAS/ TINTAS PARA ESCREVER E COPIAR
	ARTIGOS DIVERSOS	ARMARINHOS/ ARMARINHOS, FAZENDAS E MODAS/ ARTIGOS PARA BORDAR/ ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO, COLÉGIOS, ETC./ BAZARES/ BELCHIORES/ BORDADOS/ BOTÕES/ BRINQUEDOS/ CHÁ, CERA E SEMENTES/ CHARUTARIAS/ CORDOARIA E BARBANTE/ COROAS E ARTIGOS FUNERÁRIOS/ FERRAGENS E

		QUINQUILHARIAS/ FERRAGENS, LOUÇAS, TINTAS, ETC./ FLORES ARTIFICIAIS E NATURAIS/ FUMO/ GRAXA E POMADA PARA CALÇADOS/ LENHA E CARVÃO VEGETAL/ LINHAS PARA COSER/ LOTERIAS/ PERFUMARIAS E OBJETOS DE TOILETE/ PIPAS/ SACARIAS/ SACOS DE PAPEL/ TECIDOS ELÁSTICOS
CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	CERÂMICAS/ CIMENTO/ GESSO/ LADRILHOS/ MÁRMORES/ MOSAICOS/ MADEIRAS
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO CIVIL	LADRILHOS E MOSAICOS
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS À CONSTRUÇÃO CIVIL E/OU MANUTENÇÃO PREDIAL	BOMBEIROS HIDRÁULICOS E/OU ENCANADORES/ CARPINTEIROS/ ELETRICISTAS/ ESCULTORES/ ESTUCADORES/ FERREIROS/ MARCENEIROS/ PINTORES E DECORADORES/ SERRALHEIROS/ VIDRACEIROS
	PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	CONSTRUTORES/ EMPREITEIROS/ ARQUITETOS/ ENGENHEIROS
EDUCAÇÃO	PROFISSIONAIS DE ENSINO	PROFESSORES DE LETRAS E LÍNGUAS
	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	ESTABELECIMENTOS DE INSTRUÇÃO
OFICINAS E MANUFATURAS	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	CAIXOTEIROS/ CALDEIREIROS/ CUNHAGEM DE MEDALHAS/ <u>FABRICANTES DE BOTÕES/ FABRICANTES DE BRINQUEDOS/ FABRICANTES DE CERA PARA SOALHO/ FABRICANTES DE CIGARROS/ FABRICANTES DE POMADAS PARA CALÇADOS/ FABRICANTES DE SABÃO/ FABRICANTES DE VELAS/ FABRICANTES E DEPÓSITOS DE CAIXAS DE PAPELÃO/ FABRICANTES E DEPÓSITOS DE PAPEL E PAPELÃO/ FUNDIÇÕES/ FUNILEIROS/ GALVANIZADORES, DOURADORES, NIQUELADORES E PRATEADORES/ GRAVADORES/ LATOEIROS/ JOALHERIAS, OURIVESARIAS E RELOJOARIAS</u>
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SERVIÇOS DESTINADOS À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	EDITORAS DE LIVROS E MÚSICAS/ EMPRESAS DE ANÚNCIOS/ EMPRESAS DE ANÚNCIOS/ RÁDIO, TELEFONIA E TELEGRAFIA
	COMÉRCIO DE ARTIGOS DESTINADOS À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	JORNAIS E REVISTAS/ LIVRARIAS/ BILHETES E CARTÕES POSTAIS
MÓVEIS, UTILIDADES E SERVIÇOS DOMÉSTICOS	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO E PRODUTOS DE USO DOMÉSTICO	MÓVEIS/ CAMAS E MÓVEIS DE FERRO/ LOUÇAS DE BARRO/ ESTOJOS E CAIXAS DE JÓIAS
	COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO E PRODUTOS DESTINADOS AO USO DOMÉSTICO	MÓVEIS/ CAMAS E MÓVEIS DE FERRO/ TAPEÇARIAS/ ABAJOURS/ ESPELHOS/ QUADROS E MOLDURAS/ LOUÇAS/ PORCELANAS/ VIDROS E CRISTAIS
	SERVIÇOS DE APOIO À MANUTENÇÃO DOMÉSTICA	ENCERAMENTO DE ASSOALHOS/ EMPALHADORES/ LUSTRADORES DE MÓVEIS/ ESTOFADORES
SAÚDE	COMÉRCIO E SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE	DROGARIAS/ FARMÁCIAS/ HERVANÁRIOS
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	PREPARADOS FARMACÊUTICOS E QUÍMICOS
	PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DA SAÚDE	DENTISTAS/ MÉDICOS/ FARMACÊUTICOS/ QUÍMICOS/ PARTEIRAS
	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA SAÚDE	CASAS DE SAÚDE/ LABORATÓRIOS DE ANÁLISES
SERVIÇOS PESSOAIS	SERVIÇOS PESSOAIS	BANHOS E MASSAGENS/ BARBEARIAS E CABELEIREIROS/ LAVANDERIAS/ LAVADORES E ENFORMADORES DE CHAPÉUS/ SAPATARIAS/ TINTURARIAS
	ASSESSORIA JURÍDICA E CONTÁBIL	ADVOGADOS/ GUARDA-LIVROS
TRANSPORTE	COMÉRCIO DE VEÍCULOS	AUTOMÓVEIS
	FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS	CARRUAGENS
	COMÉRCIO E SERVIÇOS DE APOIO AO TRANSPORTE ANIMAL	ALFAFA E FORRAGENS/ CORREARIAS E SELARIAS/ FERRADORES/ OFICINAS DE CARROÇAS E

		CARRUAGENS/ VETERINÁRIOS
	SERVIÇOS DE APOIO AO TRANSPORTE RODOVIÁRIO	GARAGENS/ OFICINAS MECÂNICAS
	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGA	FRETE DE CARROÇAS
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS PESSOAIS	COMÉRCIO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	CALÇADOS/ CHAPÉUS PARA HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS/ CHAPÉUS DE CHUVA (GUARDA-CHUVAS) E SOMBRINHAS/ COLETES PARA SENHORAS/ ROUPA BRANCA/ ROUPA FEITA/ MODAS
	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	ALFAIATARIAS/ COSTUREIRAS/ FABRICANTES DE CASEMIRAS/ FABRICANTES DE MEIAS/ FABRICANTES DE ROUPAS BRANCAS/ MODAS E CONFECÇÕES/ MODISTAS/ OFICINAS DE COSTURA/ FABRICANTES DE BONÉS/ FABRICANTES DE CHAPÉUS PARA HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS/ FABRICANTES DE CALÇADOS E CHINELOS

ANEXOS 3

ESPACIALIZAÇÃO ATIVIDADES PLANTA SARA BRASIL

ANEXO 3.1 – Espacialização atividades (1906)

ANEXO 3.2 – Espacialização atividades (1909)

ANEXO 3.3 – Espacialização atividades(1914)

ANEXO 3.4 – Espacialização atividades (1915)

ANEXO 3.5 – Espacialização atividade0 (1918)

ANEXO 3.6 – Espacialização atividades (1922-23)

ANEXO 3.7 – Espacialização atividades (1927)

ANEXO 3.8 – Espacialização atividades (1931)

ANEXO 3.1

ESPACIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES (1906)

ANEXO 3.2

ESPACIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES (1909)

ANEXO 3.3

ESPACIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES (1914)

ANEXO 3.4

ESPACIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES (1915)

ANEXO 3.5

ESPACIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES (1918)

ANEXO 3.6

ESPACIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES (1922-23)

ANEXO 3.7

ESPACIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES (1927)

ANEXO 3.8

ESPACIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES (1931)